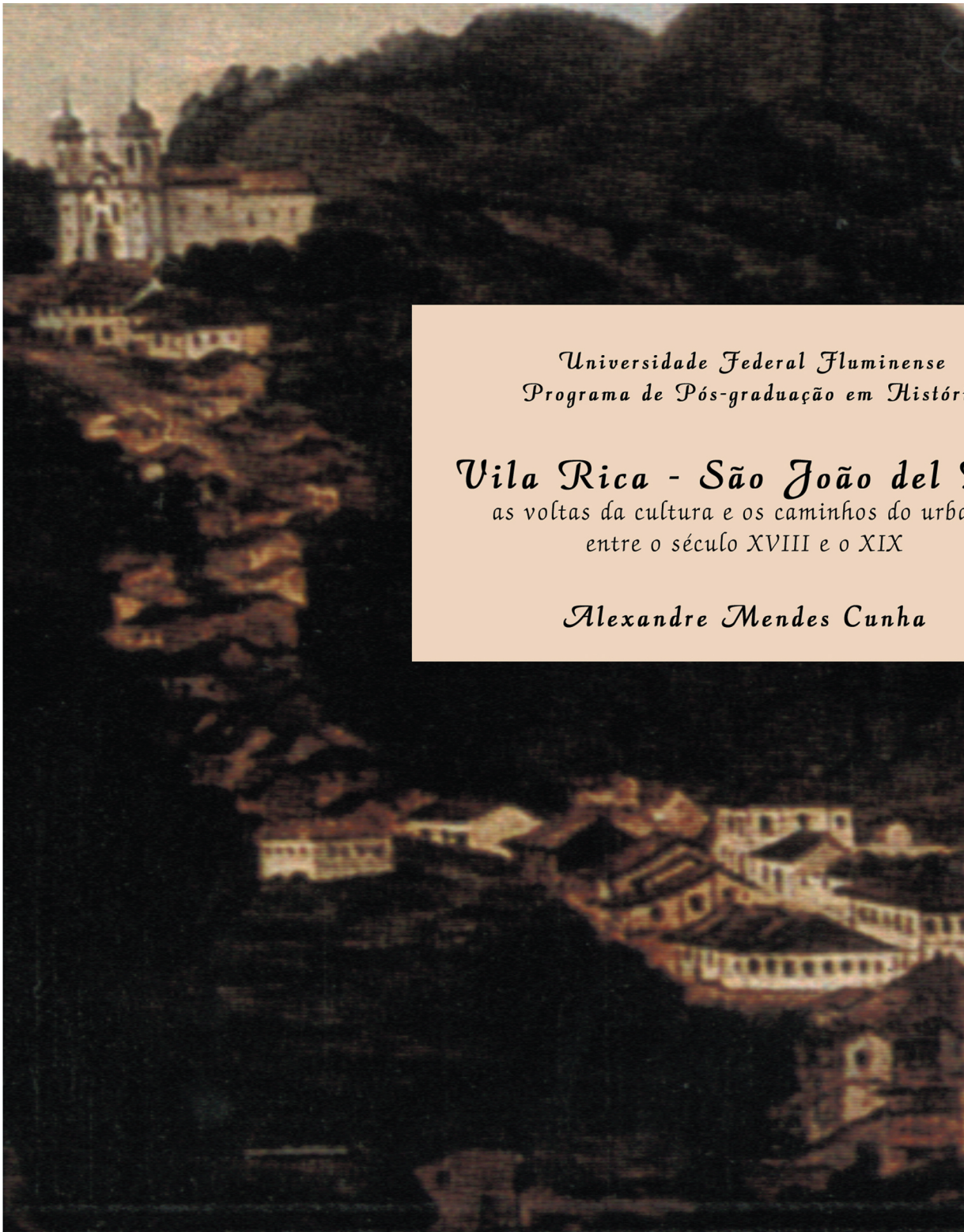




*Universidade Federal Fluminense
Programa de Pós-graduação em História*

Vila Rica - São João del Rey
as voltas da cultura e os caminhos do urbano
entre o século XVIII e o XIX

Alexandre Mendes Cunha

Alexandre Mendes Cunha

*Vila Rica - São João del Rey:
as voltas da cultura e os caminhos do
urbano entre o século XVIII e o XIX*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História. Área de Concentração: História Moderna e Contemporânea.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Raposo de Almeida Figueiredo.

Niterói

Universidade Federal Fluminense

2002

Alexandre Mendes Cunha

*Vila Rica - São João del Rey:
as voltas da cultura e os caminhos do
urbano entre o século XVIII e o XIX*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História. Área de Concentração: História Moderna e Contemporânea.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Raposo de Almeida Figueiredo.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luciano Raposo de Almeida Figueiredo - Orientador
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Guilherme Paulo Castagnoli Pereira das Neves
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Caio César Boschi
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Niterói
Universidade Federal Fluminense
2002

*À presença de Luciana Dulci
meu amor, por tudo e por tanto*

*À memória do Prof. Raimundo dos Santos
mestre e amigo precioso, na música e na vida*

Agradecimentos

O mais custoso de toda empreitada longa é manter o passo, e muito difícil de se ponderar é o quanto se deixa pelo caminho. Ainda que feito de uma disciplina solitária, escreve-se pelos que se tem a volta, continua-se por força de estímulos e incentivos, tácitos ou escandalosos, suaves ou irritados, humanos, a nos repor humanidade. Agradecer, ao fim de um trabalho, é o reconhecimento necessário das dívidas concretas e etéreas que contraímos, e nisto, sempre o risco dos imperdoáveis esquecimentos.

O melhor lugar para o começo desta lista é sem dúvida o espaço de minha gratidão aos meus mestres. Aqueles que em momentos diversos deixaram em mim admiração e vontade de fazer minha a escolha de ensinar e ver aprender. Neste meu encontro com a história, o nome de Luciano Raposo de Almeida Figueiredo, orientador desta dissertação, merece os mais sinceros e primeiros agradecimentos. Sua confiança em meu trabalho, a gentileza com que me distinguiu desde os primeiros contatos, a paciência a cada uma de minhas inquietações, são dimensões que vão veladas nessas páginas; outras, que vão muito mais explícitas, dizem da precisão e meticulosidade de um historiador de fina arte. Seu conhecimento profundo das Minas, emprestado à leitura atenta do texto, foi essencial para o andamento do trabalho, e mais ainda para este encontrar sua forma final.

Duas menções devem ocupar aqui lugar privilegiado. Os professores Roberto Luís de Melo Monte-Mór e João Antônio de Paula, ambos da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, são responsáveis diretos por minha rota de encontro com a história. Essa inquietação que me acompanha, e me absorve, faz já alguns anos, do urbano e da urbanidade nas Minas, vem deles, em formas e tempos diversos. A Roberto Luís devo a orientação de um trabalho que em tudo marcou minha aproximação do tema, e ainda antes, a paciência e dedicação com que acompanhou outros de meus escritos em entroncamentos que fizeram encantar o olhar para apreender no urbano dimensões amplas da economia e da sociedade. Dele a segura orientação à leitura de Henri Lefebvre, e dele também a iluminação para a partir daí encontrar o urbano das Minas setecentistas. João Antônio de Paula, por sua vez, desde meu primeiro flerte com a história constituiu-se em referência essencial às minhas interpretações. Sua leitura da formação urbana no centro de um adensado e complexo processo histórico, que cola as muitas feições das Minas —das artes às especificidades da economia do ouro— em fórmula de “modernidade”, é matriz que inspirou muito do presente texto. Também a sua disponibilidade e empenho à época das provas do mestrado foram para mim imprescindíveis. Desde as leituras de seus trabalhos até o convívio de que pouco em pouco tive o privilégio de desfrutar, em um debate fértil e sempre instigante às salas da FaCE —o que bem diz da tradição desta casa na historiografia econômica—, vão pedaços de meu respeito e gratidão. A Roberto Luís e João Antônio, no melhor sentido que o agradecimento pode ter a quem ensinou, é que explícito as filiações mais diretas, e espero que com o presente trabalho possa, de alguma forma, honrar as lições recebidas e meu lugar de pertencimento.

Devo também a João Antônio de Paula a participação em minha banca de qualificação, junto com Guilherme Pereira das Neves, em circunstância crucial para repensar alguns dos caminhos da dissertação. Dos problemas explicitados pelas arguições precisas de ambos e das várias sugestões que me ofereceram, o espaço para a descoberta de novos caminhos e arranjos que em muito contribuíram para o resultado final. Tive também a oportunidade de frequentar as aulas do professor Guilherme Pereira das Neves na pós-

graduação da UFF, travando contato aí com um precioso panorama teórico e metodológico que hoje marca diretamente minha leitura da historiografia e interpretação das fontes; dele não posso deixar também de destacar o quanto o distingue seu compromisso franco com o aprendizado e os interesses próprios de cada alunos, do que em mais de uma oportunidade em muito me beneficiei.

Agradeço também ao Prof. Carlos Gabriel Guimarães, pelas sugestões ao trabalho e as importantes leituras que tive oportunidade de realizar durante seu curso na pós-graduação da UFF; e da mesma forma agradeço à Prof^a. Celeste Zenha, com a qual tive a oportunidade de dialogar sobre as dimensões das artes e da cultura do Barroco Mineiro ao longo de seu curso na pós-graduação da UFRJ.

Desse capítulo dos mestres, ainda a minha gratidão a Bruno Pinheiro Wanderley Reis, orientador de meus primeiros trabalhos, pela confiança de sempre e por tudo e tanto que com ele aprendi, em marcas ainda muito fáceis de se identificar no meu pensamento político e social. Também minha gratidão a Raimundo dos Santos, a quem este trabalho vai dedicado. Do que ele me ensinou, e que ainda hoje vou aprendendo, e dos vários anos de nosso convívio, os sons de uma vida inteira e a companhia irrestrita da música. Lições mais que fundamentais, inclusive para a minha leitura da música em Minas no Setecentos, o que foi essencial a este trabalho. Dele a saudade no adeus súbito, e o tanto que ficou por dizer...

Agradeço aos funcionários das instituições em que pesquisei, especialmente à equipe do Acervo Curt Lange da UFMG, coordenada pela Prof^a. Rosângela Pereira, aos funcionários do Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte, e também do Museu Regional em São João del-Rei. De minha breve temporada em São João, o agradecimento também ao Prof. Afonso de Alencastro Graça Filho, com quem partilhei algumas de minhas questões de trabalho, e a Fernando da Conceição, que cumpriu comigo a tarefa prazerosa mas custosa das transcrições.

Agradeço também ao pessoal da Biblioteca da pós-graduação da UFF, em especial à Andreia e à Jaqueline, sempre sensíveis aos meus atrasos gigantescos, e solícitos a me ajudar na reunião de material bibliográfico.

Aos amigos do Coral Ars Nova da UFMG, outro agradecimento carinhoso, em especial a Ana Lana, com quem de perto partilho o interesse pela música colonial Mineira. Outro agradecimento a esse amigos músicos vai para Rodrigo Teodoro, interprete de grande talento desses compositores setecentistas, pelo incentivo e expectativa.

Devo a Marcelo Godoy, com quem divido o interesse de dinamizar o debate acerca das configurações regionais do passado mineiro, a gentileza de me tornar disponível o precioso acervo de dados do Núcleo de História Econômica e Demográfica do CEDEPLAR / UFMG, assim como por partilhar comigo seu acurado conhecimento do Dezenove mineiro. Ao Prof. Eduardo França Paiva, devo o reiterado interesse pelo meu trabalho, importantes e sempre pertinentes sugestões e ainda o acesso que me franqueou a fontes bibliográficas e documentais de sua coleção pessoal. Da mesma forma, agradeço ao Prof. Marco Antônio da Silveira o acesso às suas transcrições de documentação do acervo da Casa do Pilar em Ouro Preto, que poupou-me tempo precioso e permitiu vislumbrar com maior completude meu universo de trabalho; para além disto, é preciso fazer referência à sua atenção à minha pesquisa e suas considerações sobre os problemas tratados.

Devo um agradecimento especial a Helena Crivellari, com quem muito de perto convivo, pelo incentivo carinhoso e torcida, como também por ter-me introduzido à Prof^a. Rachel Soihet, a quem devo minha primeira aproximação com a UFF. De Raquel também o convívio no Núcleo de Pesquisas e Estudos em História Cultural (NUPEHC), e tudo que aí aprendi, em experiência das mais especiais de meu tempo na UFF. No NUPECH, ainda, a presença de outros tantos amigos queridos. As professoras Maria Fernanda Bicalho, Martha Abreu e Cecília Azevedo, e vários colegas do mestrado e doutorado, entre eles Angela, Jupy, Marcelo, Dilma, Roberta, devem ser lembrados.

Imprescindível reconhecer o quanto devo aos amigos que estiveram presentes no tempo dessa pesquisa. À Flávia, amiga tão próxima e cúmplice de descobertas e agruras, um muito carinhoso obrigado. Também à Angela, de quem recebi sempre a mais terna e querida amizade. De Nívea, Eduardo, Marcos, Andréa, Carlos Eduardo, e outros mais colegas da pós o convívio ameno e agradável e as boas lembranças desse tempo.

Do período em que vivi no Rio, várias dívidas com amigos ainda do tempo da FaCE/UFMG. Um agradecimento primeiro à Fernanda, prima querida, por sua hospitalidade, sua presença e cumplicidade. Com Humberto e Márcio, o nosso dia-a-dia de mineiros no Rio, e o companheirismo dividido mesmo em meio às muitas tensões econométricas e matemáticas que a Fundação Getúlio Vargas legava ao cotidiano desses meus amigos economistas. Marcos “Maluco” Vital, outro grande amigo, lembra-me de bons momentos de violão e dispersão em noites sempre inusitadas.

Em Belo Horizonte, minha proximidade persistente com a FaCE / UFMG e o lugar especial do Sistema de Bolsas, minha casa de alguns anos e recesso dos melhores amigos. Aí, um agradecimento especial à Sandra, sempre zelosamente maternal comigo, não poderia faltar.

De Daniel Gomes, meu amigo “Parô”, a forte amizade que nos une, e os muitos e variados projetos divididos. A ele um agradecimento especial pela leitura atenta e cuidada desse trabalho, brindando-me com a competência e o talento de sua crítica. Com João Eduardo o tempo de fuga dos ensaios de nossa banda e a solidariedade de sempre. Renato Gomes e sua presença leve e querida, é outro amigo que não pode deixar de ser lembrado aqui.

Fraya Frehse, amiga que me chegou de um desses felizes encontros que a pesquisa trouxe, divide comigo a sedução do urbano e os desafios de enredar espaço e tempo nas nossas leituras do cotidiano citadino. Sua cumplicidade e torcida me foram sempre alento dos mais especiais.

Esta aventura de abraçar a história como aprendizado de um ofício do tempo e do demasiado humano, e como procissão do encontro e da descoberta do meu olhar e do meu entender, só foi possível com a concorrência desses muitos nomes aqui lembrados. Mas é para com meus pais a dívida mais elementar de tudo isto, a cada dia, em todos os momentos. A constância deles na minha educação, e a doação incondicional a mim e aos meus irmãos, aos quais também agradeço com carinho, só podem mesmo vir de quem tanto ama. A eles o meu coração.

Para o final o mais difícil de se mensurar em agradecimentos. De Luciana, a presença absoluta e o amor em acalanto. Com ela a aventura da vida dividida e o mistério da convivência, que faz com que ensinemos um ao outro o que não sabíamos, e aprendamos o que julgávamos já entender, nesse jogo diverso, nessa “sempre diversa realidade”. Por tudo e tanto, dedico-lhe este trabalho.

Sumário

INTRODUÇÃO:

<i>Para contar um tempo e um espaço: a questão urbana entre a economia e a cultura, a questão da cultura entre o urbano e a economia</i>	12

CAPÍTULO 1:

<i>O tumultuoso fim do Dezoito: sobreposições entre o econômico e o político.....</i>	22

1.1. A Colônia em transformação	23
1.1.1. <i>As políticas de Estado portuguesas e as Luzes</i>	23
1.1.2. <i>Inconfidência(s): o tumultuoso fim do XVIII</i>	34
1.2. Caminhos da economia mineira.....	50
1.2.1. <i>Ouro, fisco, moeda, crédito, dimensões internacionais e os eixos para o grande comércio.....</i>	50
1.2.2. <i>Interações locais do comércio, as rotas do abastecimento, a agropecuária, a decadência do ouro e a passagem para o Dezenove.....</i>	70

CAPÍTULO 2:

<i>O Urbano das Minas: formação e desenvolvimento.....</i>	88

2.1. A Historiografia do Urbano	89
2.2. A Formação do urbano das Minas	105
2.3. A diferenciação dos espaços.....	132

CAPÍTULO 3:

<i>A Urbanidade das Minas: urdindo cultura e espaço.....</i>	164

3.1. Paisagens e a apreensão simbólica do espaço	165
3.2. Irmandades e a sociabilidade urbana.....	187
3.3. Barroco Mineiro e urbanidade	206

CAPÍTULO 4:

<i>Vila Rica - São João del Rey: em caminhos dos artífices mineiros e desenhos do urbano e do rural.....</i>	223

4.1. O ambiente cultural do Barroco Mineiro: música e arquitetura em tramas construtivas e trajetórias pessoais	224
4.2. Continuidades e rupturas: paisagens e população nos tempos distintos da cultura entre o urbano e o rural	280

CONCLUSÃO	327

FONTES E BIBLIOGRAFIA	336

Fontes	337
Referências Bibliográficas	342

APÊNDICE ESTATÍSTICO	352

Dados Gerais da Capitania / Província.....	353
Pirâmides de População.....	357

ANEXOS.....	366

Anexo - A: <i>Extrato do registro de fatos notáveis do Capitão Joaquim José da Silva</i>	367
Anexo - B: <i>Extrato do inventário de Lourenço José Fernandes Brasiel</i>	369
Anexo - C: <i>Exemplos de róis de músicos para festas do senado da câmara de Vila Rica</i>	372
Anexo - D: <i>Caderno de Imagens</i>	375

Lista de Figuras

FIGURA 1: <i>Planta e esquema de distribuição da estrutura em algumas igrejas de Minas</i>	207
FIGURA 2: <i>Planta e esquema de distribuição da estrutura em algumas igrejas da Baviera</i>	208
FIGURA 3: <i>Fachadas das igrejas de Santa Efigênia e Nossa Senhora do Carmo em Vila Rica</i>	228
FIGURA 4: <i>Planta da igreja de Santa Efigênia do Alto da Cruz (Vila Rica)</i>	228
FIGURA 5: <i>Desenhos originais atribuídos a Antônio Francisco Lisboa</i>	231
FIGURA 6: <i>Planta da igreja de São Francisco de Assis (Vila Rica)</i>	232
FIGURA 7: <i>Planta da igreja de Nossa Senhora do Carmo (Vila Rica)</i>	232
FIGURA 9: <i>Planta da igreja de São Francisco de Assis (São João del Rey)</i>	260
FIGURA 10: <i>Fachada da matriz de Nossa Senhora do Pilar (São João del Rey)</i>	262
FIGURA 11: <i>Vista de Vila Rica (Antônio Dias), c.1820 - Arnaud Pallière (M.I. - Ouro Preto)</i>	376
FIGURA 12: <i>Vista de Vila Rica (Antônio Dias), c.1820 - Arnaud Pallière (Col. Particular - Rio de Janeiro)</i>	376
FIGURA 13: <i>Vista de Vila Rica (Ouro Preto), 1820 - Johann Emanuel Pohl / Thomas Ender</i>	377
FIGURA 14: <i>Vista de Vila Rica (Antônio Dias), 1820 - Johann Emanuel Pohl / Thomas Ender</i>	377
FIGURA 15: <i>Vista de Vila Rica (Cabeças e Ouro Preto), 1824 - Johann Moritz Rugendas</i>	378
FIGURA 16: <i>Vista de São João del Rey, 1824 - Johann Moritz Rugendas</i>	378
FIGURA 17: <i>Vista de Vila Rica (Cabeças e Ouro Preto), 1824 - Johann Moritz Rugendas</i>	379
FIGURA 18: <i>Vista de Vila Rica (Lages), 1818 - Carl Friedrich Philipp von Martius</i>	379
FIGURA 19: <i>Vista de Vila Rica (Ouro Preto), 1828 - Robert Walsh</i>	380
FIGURA 20: <i>Vista de São João del Rey, 1828 - Robert Walsh</i>	380

Lista de Mapas

MAPA 1: <i>Capitania das Minas Gerais - categorias de percepção do espaço</i>	140
MAPA 2: <i>Capitania das Minas Gerais - divisão de comarcas e criação das primeiras vilas</i>	145
MAPA 3: <i>Província de Minas Gerais - regionalização</i>	149
MAPA 4: <i>Capitania das Minas Gerais - regionalização</i>	161
MAPA 5: <i>Eixo centro-sul do território de Minas Gerais, localização de distritos selecionados</i>	365

Lista de Tabelas

TABELA 1: Minas Gerais - população total estimada (1721-2).....	143
TABELA 2: Minas Gerais - população entre c.1721 e 1776	144
TABELA 3: Província - distribuição regional da população estimada para 1830/35	152
TABELA 4: Movimento de cargas e escravos em 1717	155
TABELA 5: Rendimento médio do contrato das entradas (em mil réis - 1\$000).....	156
TABELA 6: Movimento das entradas pelo registro do Caminho Novo (1763-1769).....	157
TABELA 7: Movimento das entradas pelo registro da Mantiqueira (1788-1818).....	157
TABELA 8: Movimento da exportação pelo registro da Mantiqueira (1802-1811).....	157
TABELA 9: Minas - população das comarcas entre 1776 e 1835	300
TABELA 10: Minas - população entre 1721 e 1872.....	301
TABELA 11: Comarca de Ouro Preto	303
TABELA 12: Comarca do Rio das Mortes.....	303
TABELA 13: Ouro Preto - 1804 (livres e libertos)	307
TABELA 14: Ouro Preto - 1838 (livres e libertos)	307
TABELA 15: Forquim - 1804 (livres e libertos).....	308
TABELA 16: Forquim - 1831 (livres e libertos).....	309
TABELA 17: Remédios - 1804 (livres e libertos)	310
TABELA 18: Cabo Verde - 1831 (livres e libertos)	311
TABELA 19: São João Nepomuceno - 1831 (livres e libertos).....	312
TABELA 20: Espírito Santo dos Cunquibus - 1831 (livres e libertos)	312
TABELA 21: São João del Rey - 1840 (livres e libertos).....	314
TABELA 22: Distribuição da população do Brasil entre 1772-82	353
TABELA 23: Minas Gerais - população total estimada (1721-2).....	353
TABELA 24: Minas Gerais - população entre c.1721 e 1776	354
TABELA 25: Comarca de Ouro Preto	354
TABELA 26: Comarca do Rio das Mortes.....	354
TABELA 27: Comarca do Rio das Mortes - Dados agregados para o termo de Campanha	355
TABELA 28: Minas Gerais - população entre 1776 e 1835	355
TABELA 29: Minas Gerais - dados específicos para Sabará e Paracatu	355
TABELA 30: Minas Gerais - crescimento da população entre c.1721 e 1872.....	356
TABELA 32: Província - distribuição regional da população estimada para 1830/35	356
TABELA 33: Ouro Preto - 1804	357
TABELA 34: Ouro Preto - 1838	357
TABELA 35: São João del Rey - 1840.....	358
TABELA 36: São João Nepomuceno - 1831.....	358
TABELA 37: Jacuí 1831	359
TABELA 38: Nossa Senhora dos Remédios 1804.....	359
TABELA 39: Nossa Senhora dos Remédios 1831.....	360
TABELA 40: Forquim 1804	360
TABELA 41: Forquim 1831	361
TABELA 42: Brumado - 1831	361
TABELA 43: Cabo Verde - 1831.....	362
TABELA 44: Espírito Santo dos Cumquibus - 1831.....	362
TABELA 45: Região Intermediária de Pitangui-Tamanduá - 1831/32.....	363
TABELA 46: Região Mineradora Central Oeste - 1831/32	363
TABELA 47: Região Sul-Central - 1831/32.....	364
TABELA 48: Região Sudoeste - 1831/32.....	364
TABELA 49: Região Sudeste - 1831/32.....	365

Abreviaturas Utilizadas

AAD – Arquivo da Arquidiocese de Diamantina, Diamantina
ACL – Acervo Curt Lange, Biblioteca Central da UFMG, Belo Horizonte
AEPAD – Arquivo Eclesiástico da Paróquia de Antônio Dias, Ouro Preto
AHMI / CP – Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência / Casa do Pilar, Ouro Preto
AHU – Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa
AMI – Anuário do Museu da Inconfidência
ANRJ – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro
APM – Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte
IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro
Inv. – Inventários *post-mortem*
MR – Museu Regional IPHAN, São João del-Rei
Ms. – Manuscritos
RAPM – Revista do Arquivo Público Mineiro
RIHGB – Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
RPHAN – Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
S.C. – Seção Colonial
Test. - Testamentos

Resumo

O presente trabalho se ocupa do século XVIII e dos primeiros anos do XIX na capitania de Minas Gerais, refletindo sobre a composição e desarticulação do universo cultural e artístico do Barroco Mineiro. A análise dessas questões, todavia, pauta-se incisivamente na investigação da particular condição urbana de Minas no Setecentos e na dinâmica de suas transformações espaciais. O urbano é pensado enquanto um processo específico de produção social e coletiva do espaço que, por sua vez, condiciona experiências próprias na vida cotidiana, nas formas de sociabilidade, nas representações coletivas e nos mecanismos apreensão simbólica do espaço. Essa perspectiva de trabalho, em larga medida, pressupõe um trabalho de articulação entre dimensões materiais e simbólicas, entre economia e cultura, para esse tempo das Minas. Busca-se, a partir dessas relações, compreender os ritmos próprios da cultura e das artes, considerando as bases materiais de produção e reprodução, tendo em perspectiva as transformações estruturais da economia mineira da segunda metade do Dezoito para a primeira do Dezenove, bem como as rearticulações do urbano e sua relação com os espaços do rural. A análise desse universo cultural e artístico, todavia, centra-se no território das artes sacras do Barroco Mineiro, colocando em destaque a questão das irmandades religiosas no período. Especificamente trabalha-se nos campos da arquitetura religiosa e música sacra e, particularmente, nas trajetórias de seus artífices entre os séculos Dezoito e Dezenove. No que diz respeito ao recorte espacial, concentra-se essencialmente a pesquisa nas áreas do antigo núcleo minerador e no eixo sul do território mineiro, estando em primeiro plano os cenários urbanos de Vila Rica e São João del Rey, com particular interesse para a apreensão dos ritmos diferentes das transformações econômicas e culturais nas duas cidades.

Abstract

The present work is looking upon Minas Gerais (Brazil) during the 18th Century and the first years of the 19th, aiming at the composition and desarticulation of the artistic and cultural universes of the “Barroco Mineiro”. It is based on the investigation of the specific urban conditions of Minas Gerais at that time, as well as on the dynamics of its spatial changes. Urban formation is here thought as a specific process of social and collective spatial production, which reflects on singular experiences of daily life, patterns of sociability, collective representations and mechanisms of symbolic apprehension of the space. It articulates materialistic and symbolic dimensions, or better saying, the Economy and Culture, in Minas Gerais of this period. There are attempts to comprehend the proper rhythms of its Culture and Arts, considering their material bases of production and reproduction, with a straight relationship with the economical and structural changes in Minas Gerais between the second half of the 18th Century and the first of the 19th, as well as the rearticulations of its urban and rural spaces. This analysis of the artistic and cultural universes is, however, focused on the specific field of Sacred Art, emphasizing the theme of religious brotherhoods. It deals with religious architecture and sacred music and it also deals with the trajectories of their artificers. Concerning the space marks, this present research refrains from the lands of the old mining center and from the South of Minas Gerais territory, highlighting the urban settlements of Vila Rica and São João Del Rey, with special attention to the different movements of their economical and cultural transformations.

Minas não é palavra montanhosa.
É palavra abissal. Minas é dentro
e fundo.

Carlos Drummond de Andrade
("A palavra Minas" in: *As Impurezas do Branco*)

Introdução

*Para contar um tempo e um espaço:
a questão urbana entre a economia e a cultura, a questão
da cultura entre o urbano e a economia*

O problema da conformação do Barroco Mineiro como uma experiência cultural eloqüente e com valorosos resultados artísticos, muito além dos vãos que lhes seriam esperados, especialmente tocantes na singeleza ou limites de suas formas, em uma sociedade de formação recente é matriz que motivou muito do interesse historiográfico pelas artes e pela sociedade das Minas setecentistas. A interrupção do ciclo de realizações artísticas desse Barroco Mineiro e a aparente desarticulação de suas forças culturais no momento em que insinua sua maioridade, por época em que já se faziam sedutoras novas influências nas representações e relações sociais com a chegada do Dezenove, e mormente com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro em 1808, dramatiza certa especificidade inconclusa do fenômeno. Mas particularmente é a coincidência da fase de maior atividade e de certa auto-afirmação dessas realizações artísticas, com o momento da mais evidente desarticulação da economia do ouro, já fínada uma decadência persistente dos espaços da economia diretamente dependentes da mineração, que chama mais a atenção para o tema.

Pode-se entender a sociedade mineira como perpassada por verdadeiras acelerações do tempo histórico durante o Dezoito, acelerações que ficariam marcadas tanto na paisagem material como no cotidiano e trajetórias de seus habitantes. O curto espaço de um século na produção dessa experiência social que assumiria acentos próprios ao mesmo tempo em que dialogava com contradições muito mais amplas de seu tempo, é em vários sentidos fruto do impulso do ouro. Estigma que se distingue; tanto na sua formação específica, no ritmo mais evidente das acelerações e desacelerações a que as pessoas ali seriam submetidas, quanto na sua inserção no primeiro plano dos interesses do Império português e nisto em conjunturas ampliadas das transformações do mundo no século XVIII.

Existe assim um problema de se avaliar as condições específicas que dão existência a essa expressão artística e ao seu acelerado desenvolvimento, capaz de processar no espaço de menos de um século acentos autóctones em um contexto adverso e reticente à construção de uma especificidade colonial —fazendo assinalar o que certos autores, somando dimensões do político e do social, lêem como marcas da “modernidade” das Minas no período. Também da investigação dos desdobramentos dessa expressão cultural e artística, vislumbra-se o problema das tramas gerais da desarticulação do fenômeno. A perspectiva de resposta oferecida pelo trabalho para apresentar a especificidade no

nascimento, desenvolvimento e desarticulação do Barroco Mineiro, situa-se na análise da condição urbana dessas Minas, o que por si só não faz oferecer qualquer originalidade. Não obstante a presença ampliada dessa linha argumentativa na historiografia, normalmente o urbano é um lugar comum pouco cuidado em grande parte dos trabalhos que lançam mão desse aspecto definidor da história de Minas. Ultrapassar portanto a referência vaga e imprecisa à problemática espacial como chave para a leitura das realizações do Barroco Mineiro, e avançar consistentemente nos cruzamentos entre o universo da cultura e suas bases materiais de produção e reprodução, dando lugar a superposições dessa problemática com as transformações estruturais da economia mineira da segunda metade do Dezoito para a primeira do Dezenove ou às rearticulações do urbano e sua relação com os espaços do rural, qualificam sentidos gerais da investigação aqui proposta. Alinha-se assim com uma certa vertente historiográfica, hoje pouco visitada, que inaugura o debate das relações do urbano com temas da cultura, e particularmente da arquitetura religiosa do Barroco Mineiro, tal qual se vê nos trabalhos de Sylvio de Vasconcellos para se ficar com um só nome; mas também procura-se ampliar o debate, a partir de um compromisso com a materialidade do fenômeno urbano, lido como uma formação econômico social, intimamente associado aos caminhos e aos ritmos da cultura e das artes nas Minas.

Parte-se do “urbano” assim, como um processo específico de produção social e coletiva do espaço. Ainda que se tratando de categoria espacial, essa linha de análise lhe encarna as estruturas sociais, ao invés de simplesmente as sobrepor, e lhe confere a dinâmica das temporalidades. Em outros termos, é essa linha de trabalho que habilita o urbano como categoria de análise histórica.

Esta apropriação singular do urbano deixa explícita tanto uma filiação a muito de uma história que se escreveu em tudo atenta às particularidades do espaço e das realizações objetivas das cidades, como se toma na obra de Fernand Braudel ou Henri Pirenne, bem como às contribuições teóricas à leitura e interpretação dos processos de produção ou diferenciação do espaço citadino, em que é exemplo célebre a contribuição de Max Weber.¹ Mas a lição fundamental para a construção dos significados que o “urbano” assume para

¹ Fernand BRAUDEL, *Civilização Material, Economia e Capitalismo. Séculos XV-XVIII*, Trad. Telma Costa, São Paulo, Martins Fontes, 1995-6. 3 vols.; Idem, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*, Lisboa, Martins Fontes, 1983-1984, 2 vols.; Henri PIRENNE, *As cidades da Idade Média*, Lisboa, Europa América, 1977; Max WEBER, *The City*, Glencoe (Illinois), The Free Press, 1958 (a parte inicial deste texto pode ser encontrada em Max WEBER, “Conceito e categorias de cidade” in: Otávio Guilherme VELHO (org.), *O Fenômeno Urbano*, 2 ed., Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973).

além do “citadino”, é dada não obstante pelo vigoroso impulso do pensamento de Henri Lefebvre.

Em uma notícia por demais esquemática, mas importante nesta abertura do trabalho, pode-se dizer que a contribuição de Lefebvre vai se situar na exploração das temporalidades históricas pressupostas no pensamento marxiano, achando o lugar da dimensão espacial como eixo para a análise do avanço desencontrado das forças produtivas, das relações sociais e das “superestruturas”. Como argumenta José de Souza Martins, Lefebvre vai retomar uma noção fundamental na obra de Marx mas que mereceu pouca atenção de seus interpretes: a idéia de formação econômico-social, tomada no preciso sentido da coexistência de tempos históricos.² Suas contribuições, que no que dizem respeito ao urbano estariam mais bem estabelecidas na compreensão dos desdobramentos da sociedade contemporânea, não são com isto necessariamente instrumentos de análise presos exclusivamente a um processo histórico. A própria compreensão essencial da superposição de tempos distintos em um mesmo espaço, cria elementos para a análise do desenvolvimento do urbano em conjunturas variadas.³ Indispensável para a presente análise, todavia, são as bases de sua distinção entre cidade e urbano, clarificando a confluência entre a evidência material, por vezes de natureza simplesmente artificiosa, e o processo complexo de produção social do espaço a esta superposto, mas não necessariamente em coincidência direta. Nas palavras de Lefebvre em seu *O Direito à Cidade*:

“(…) distinción entre la ciudad, realidad presente, inmediata, dato práctico sensible, y, por otra parte, lo urbano, realidad social compuesta por relaciones a concebir, a construir o reconstruir por el pensamiento.”⁴

² José de Souza MARTINS, “As temporalidades da História na dialética de Lefebvre” in José de Souza MARTINS (org.), *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*, São Paulo, HUCITEC, 1996, p.15.

³ O essencial dessa discussão aparece em dois textos —“Problèmes de Sociologie Rurale: LaCommunauté Paysanne et ses Problèmes Historico-Sociologiques” e “Perspectives de Sociologie Rurale”— publicados originalmente na *Cahiers Internationaux de Sociologie*, em 1949 e 1953, e depois coligidos em seu livro *Du rural à l'urbain* de 1970. Ambos foram traduzidos para o português em coletânea organizada por José de Souza Martins. [Henri LEFEBVRE, *Du rural à l'urbain*, Paris, Anthropos, 1970; José de Souza MARTINS (org.), *Introdução Crítica à Sociologia Rural*, 2.ed., São Paulo, HUCITEC, 1986.]

⁴ Henri LEFEBVRE, *El derecho a la ciudad*, trad. J. Gonzalez-Pueyo, 2.ed., Barcelona, Península, 1973, p.73 (Há também uma tradução para o português: Idem, *O direito à cidade*, trad. Rubens Eduardo Frias, São Paulo, Moraes, 1991.) O essencial do pensamento lefebvriano sobre o urbano, percorre pode ser apreendido em três livros: *Du rural à l'urbain*; *O direito à cidade* e *A revolução urbana*, este último recentemente traduzido para o português: Idem, *A revolução urbana*, trad. Sérgio Martins, Belo Horizonte, Editora da UFMG, 1999. Ver também: Idem, *La production de l'espace*, 3.ed, Paris, Anthropos, 1986 e Idem, *Tiempos equívocos*, trad. José Francisco Ivars e Juan Isturiz Izco, Barcelona, Kairos, 1976.

A cidade assoma como uma testemunha da mediação com o real, e a leitura do urbano como a perspectiva de leitura de um conjunto de significados e relações. Neste sentido, a iluminação central para a compreensão do urbano, ponto de partida da abordagem que se propõe para as Minas setecentista a partir de evidência materiais das paisagens construídas e das marcas da urbanidade nas vidas dos que atravessaram aquele tempo, além de base direta para a leitura das superposições entre questões econômicas e culturais, nasce em grande parte do estudo da obra de Henri Lefebvre.

Uma breve menção pode ser feita às fontes primárias que subsidiam o presente texto, deve-se ressaltar que a própria especificidade alargada dos objetivos é que fez conduzir o uso de evidências de natureza diversificada. Destacam-se aí o uso de fontes sobre a criação e desenvolvimento das vilas no período colonial, fontes demográficas e relatos de viajantes. No território próprio da cultura, em referência às artes do Barroco Mineiro e às trajetórias dos seus artífices, fez-se tanto o recurso às evidências materiais na paisagem construída das cidades, particularmente por conta do interesse ao argumento da arquitetura religiosa; como a inventários e testamentos de arquitetos e construtores de ofícios variados dessas igrejas e capelas, como também dos músicos do período, e junto disto os contratos de serviços desses profissionais com as irmandades religiosas, promotoras das construções dos templos e do cotidiano dos ofícios religiosos. As condições específicas das promoções desses trabalhos a partir do recurso a documentação dessas confrarias, particularmente em seus livros de registros internos, também foi bastante explorado, no que se beneficiou o presente trabalho da farta documentação publicada por mais de uma geração de pesquisadores ligados direta ou indiretamente ao Serviço, depois Instituto, do Patrimônio Histórico Nacional.

É bem conhecida a dificuldade persistente em se dar marcos precisos a investigações que buscam entender processos sociais e culturais mais do que eventos ou movimentos de alguma forma circunscritos em algum período. Não obstante, a natureza complexa e fragmentária de determinados fenômenos, seus antecedentes e ecos, não podem embaçar a percepção de suas temporalidade, e nisto, mesmo que em intervalo dilatado, possibilitar cortes que orientem a validação dos argumentos apresentados. Neste sentido, a freqüentemente citada periodização proposta por Francisco Iglésias para a

história de Minas, que permanece como uma leitura arguta das voltas do tempo por essas terras, é de grande valia.⁵

Os objetivos principais da pesquisa, como se disse, tomam os caminhos da composição e recomposição de tramas culturais do Barroco Mineiro, destacando minimamente suas continuidade e rupturas, e buscando lê-las no particular das referências às transformações econômicas e espaciais. Os cortes propostos por Iglésias ajudam essencialmente a ver o território em que esses processos se estendem. Em sua proposta, sugerem-se cronologias apoiadas em aspectos políticos e econômicos, cada qual com seus marcos, se estendendo até alcançar os dias atuais, e sugerindo uma leitura conjunta para o vislumbre mais acurado das temporalidades superpostas nos períodos. Dos períodos atinentes aos temas aqui tratados, pode-se recolher os que vão de 1693 até 1720 e de 1720 a 1822 para as tramas políticas e os que vão de 1693 a 1770 e de 1770 a 1830 para o econômico. Aí estaria a conformação inicial do território a partir das descobertas auríferas a partir de 1693, a criação da capitania de Minas Gerais em 1720, demarcando um novo período no ordenamento e afirmação político-administrativo na região, e o marco da independência em 1822. Para o econômico, o período até 1770, no que frisa-se a imprecisão da data, marca o surgimento, esplendor e declínio da economia do ouro, e o período até 1830, como o das tentativas de reorientação das atividades econômicas na capitania/província. É possível aproveitar esse panorama de elementos políticos e econômicos para segmentar a questão espacial nas Minas. Neste sentido, até 1720 tem-se o período de formação inicial do urbano dado pelo impulso específico da atividade mineradora, não obstante a partir da criação das primeira vilas entre 1711 e 1718, é que haveria lugar para o desenvolvimento de processos de urbanização, entendida no sentido de mecanismos de intervenção, regulação e transformação do espaço. De meados para a segunda metade do Dezoito, como ritmos diferenciados entre cada um dos núcleos, têm-se o desenvolvimento da urbanização das Vilas do Ouro, propiciada pela afirmação das estruturas e aparelhos do poder, caracterizando efetivamente o espaço da cidade, o “citadino”, como bem se verifica no período de intensificação das obras públicas de melhoramento urbano em Vila Rica durante o governo de Gomes Freire de Andrada, entre 1737 e 1752. Permeando e flertando com a produção do urbano desde seu primeiro momento, bem como com os movimentos de urbanização dessas Vilas do Ouro, vai

⁵ Francisco IGLÉSIAS, “Periodização da História de Minas”, *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte (29): 181-194, julho 1970.

ganhando sentido a urbanidade das Minas, enquanto processo específico de apreensão daquele cotidiano citadino e de expressão de certos padrões de sociabilidade. Isto particularmente vai se dinamizar na segunda metade do século em estreita identificação com as tramas da cultura que aqui se quer analisar. As rearticulações da economia, particularmente no que diz respeito à esta busca de novas alternativas a partir da decadência do ouro, vai fazendo evidente desde este último terço do Dezoito para o primeiro do Dezenove, os caminhos da ruralização do território mineiro, e do impacto que esta representa para a centralidade do urbano e as possibilidades de desenvolvimento da urbanidade. O período que vai até 1830 no esquema proposto por Iglésias sintetiza o primeiro plano dessa rearticulação vigorosa nos mecanismos de produção do espaço, e nos encontros do urbano e do rural em Minas.

De forma geral, depois dessa alongada apresentação de divisas temporais, pode-se qualificar, com menos risco de se propor um recorte vago e impreciso, o tempo da presente investigação como situado entre 1693 e 1830, ou mais apropriadamente, entre o primeiro quartel do século XVIII e o primeiro do XIX.

Já no que diz respeito ao recorte espacial, assume-se posição já título do trabalho, o que no entrando não restringe as análises ao exclusivo daquelas duas cidades, Vila Rica (Ouro Preto) e São João del Rey (São João del-Rei),⁶ mesmo que em variados momentos esse seja mesmo o foco. Toma-se entretanto regiões mais ampliadas para muitas das questões, circunscrevendo basicamente as áreas dos antigos núcleos mineradores, no espaço original daquelas “minas gerais dos cataguases” e o eixo sul do território, na larga faixa pela qual viria a responder a comarca do Rio das Mortes. A opção por trabalhar com Vila Rica e São João, é a de captar tempos diferentes desses processos de composição e desarticulação do urbano, da urbanidade e do universo cultural e artístico do Barroco Mineiro, atento o contraste que mais se evidencia com a vitalidade econômica de São João ao começo do Dezenove, animada pela sua posição de entreposto comercial de uma região ampla e em franco desenvolvimento no período, o eixo sul do território. Essa vitalidade sustentada por algum tempo Dezenove adentro, sugere um ensaio de continuidades no desenvolvimento da experiência cultural e artística alcançada na fase final do que se convencionou tratar por Barroco Mineiro. Sugere-se assim com a escolha de Vila Rica e

⁶ Optou-se pelo uso no texto do arcaísmo “São João del Rey”, ao invés da grafia atual São João del-Rei, por conta de frisar uma identidade entre as nomenclaturas originais das Vilas do Ouro em Minas.

São João del Rey, uma certa rota emblemática como eixo para se contextualizar os problemas perseguidos, mesmo que efetivamente essa seja uma trilha falsa na realidade dos caminhos, uma placa de desvio em uma geografia possível mas interdita, inviável, só sugeria aos olhos e às vontades dos que iam embrenhados nos matos gerais daquele tumultuoso fim do Dezoito e enganoso começo do Dezenove.

O trabalho está dividido em quatro capítulos, o primeiro deles —“O tumultuoso fim do Dezoito: relações políticas e econômicas”— faz a escolha de introduzir a discussão pelo meio do caminho das questões propostas, evitando o ponto de partida no urbano ou nas tramas amplas da cultura, como também em um tempo mais recuado no recorte cronológico proposto. Destacar a problemática do fim de século nas Minas é opção por um alinhamento na perspectiva de interpretar os eventos políticos que ganham repercussão naquele momento como índices de vozes que ressoam por todo o século, bem como parte central da complexa urdidura das transformações econômicas, sociais e culturais que vão se processando na virada do Dezenove. São assim abordados os temas da Inconfidência Mineira, não como evento isolado mas tomada como elo de uma cultura política em gestação no Dezoito das Minas, e a conjuntura ampliada das políticas de Estado portuguesas, assim como as dimensões das Luzes no reformismo ilustrado e nos ideais revolucionários que mais propriamente coloreem de “tumultuoso” aquele tempo. Também são tratados os caminhos da economia mineira pelo Dezoito e no começo do Dezenove, destacando temas centrais da complexificação da base produtiva, dos eixos do comércio e da posição dos grandes negociantes, da estrutura fiscal, da circulação monetária e de mercadorias, assim como do debate acerca do tema da decadência na economia mineira.

O segundo capítulo —“O Urbano das Minas: formação e desenvolvimento”— assume a apresentação do pressupostos fundamentais da análise. Defende-se o urbano como um processo específico de produção social do espaço e caracteriza-se a economia mineradora, nos moldes em que se desenvolveu em Minas, como intrinsecamente urbana. Primeiro toma corpo uma exposição da trajetória historiográfica do tema, marcando-se certas fragilidades e preferências do debate empreendido no Brasil, assim como dando destaque para o tema da cidade colonial e das abordagens específicas acerca de Minas Gerais. Duas outras seções se incumbem de analisar a formação do urbano —destacando os casos de Vila Rica e São João del Rey— e os processos mais ampliados de diferenciação dos espaços no território mineiro, o que em boa medida introduz o tema dos encontros

entre o urbano e o rural, mas especialmente se refere a conformações de especificidades regionais, fundadas nas transformações econômicas. Para tanto são empreendidas incursões demográficas, ponderações sobre os fluxos de comércio e a configuração original de espaços econômicos diferenciados na capitania, assim como a representação em bases cartográficas dessas questões.

O próximo capítulo —“A Urbanidade das Minas: urdindo cultura e espaço”— é o resultado direto dessa compreensão do urbano como um processo específico de produção do espaço. Produção “social” e “coletiva” do espaço, ponto fulcral da centralidade do urbano enquanto categoria histórica, e lugar para a leitura do ajuntamento dessa coletividade como uma experiência social de significados muito próprios. Urbanidade é o outro nome dessa experiência marcada no cotidiano da vida citadina e também matizada com o particular das referências mais largas daquela sociedade, periférica, mas na centralidade dos interesses do Império, tributária de padrões próprios do antigo regime mas plena de adaptações, animada e confundida pelo eflúvio do ouro. São trabalhadas três instâncias desse fenômeno dilatado da urbanidade, buscando responder a dimensões essenciais da sociedade e das cidades mineiras no Setecentos, e encaminhando eixos para a leitura dessas “voltas da cultura” entre o Dezoito e o Dezenove já anunciadas no título do trabalho; trata-se então: das paisagens das Vilas do ouro e do espaço em continuada construção que faz suscitar caminhos particulares na apreensão simbólica do espaço; das irmandades de leigos, na religiosidade própria aí conformada e em sua função central na vida social dos mineiros; e finalmente, das confluências entre o tema da urbanidade e o universo cultural e artístico do Barroco Mineiro.

O quarto e último capítulo —“Vila Rica - São João del Rey, em caminhos dos artífices mineiros e desenhos do urbano e do rural”— é uma proposta de leitura fragmentária de uma problemática que por definição se mostra avessa à síntese: um “tempo” e um “espaço”, no curso de transformações materiais e simbólicas. As questões trabalhadas no capítulo anterior, particularmente a relação entre urbanidade e a conformação de um ambiente cultural dinâmico responsável pela evolução das artes do Barroco Mineiro, são ponto de partida para a primeira parte do capítulo. O foco é dado nos músicos e arquitetos e com isto empreende-se um cruzamento entre arranjos sociais do grupo, trajetórias individuais desses artífices e as tramas construtivas de suas realizações artísticas. O tema da transformação da arte produzida naquele ambiente cultural

conformado a partir das irmandades, e dinamizado por conta do urbano e da urbanidade, é aqui destacado, assim como também o é o processo de diferenciação social desses profissionais, reservando ritmos diversos entre músicos e arquitetos, bem como entre Vila Rica e São João. Exatamente essas diferenças das voltas da cultura entre as duas cidades é que assume papel determinante na parte final do capítulo. Desse ambiente cultural do Barroco Mineiro, em tramas construtivas e trajetórias pessoais, e a partir do cenário sugerido pelas diferenças de ritmos no território das artes, passa-se para uma leitura de maior fôlego das “continuidades” e “rupturas” entre o Dezoito e o Dezenove, entre o urbano e o rural, entre Vila Rica e São João, e entre outros mais espaços e tempos imiscuídos naquelas Minas. Novamente o tema das paisagens é trabalhado, não obstante em termos mais amplos, contrastando Vila Rica e São João del Rey no começo do Dezenove, e problematizando a questão da decadência das Vilas do Ouro e a florescência ensaiada por São João. A insistência na percepção do urbano enquanto um processo social e o objetivo de insistir no tema da desarticulação das bases de reprodução do Barroco Mineiro ao começo do Dezenove, dá lugar a uma investigação embasada em evidências demográficas, visando respaldar a argumentação de um processo ampliado de ruralização em curso no período e dos ritmos diferenciados de desagregação da concentração populacional dos antigos núcleos mineradores, ou minimamente das bases que articulavam a urbanidade destes. São esses ritmos diferenciados que caracterizam o quadro das rupturas no ciclo das realizações artísticas do Barroco Mineiro e das continuidades dessa experiência cultural ampla que marca fundamente a sociedade mineira.

Vem ver as antiquilhas
deste país das minas.
As nuvens são mortalias
pousando entre boninas.

Carlos Drummond de Andrade
(“Colônia” in: *Viola de Bolso*)

São palavras no chão
e memória nos autos.
As casas ainda restam,
os amores, mais não.

E restam poucas roupas,
sobrepeliz de pároco,
a vara de um juiz,
anjos, púrpuras, ecos.

Macia flor de olvido,
sem aroma governas
o tempo ingovernável.
Muros pranteiam. Só.

Toda história é remorso.

Carlos Drummond de Andrade
(“Estampas de Vila Rica” in: *Claro Enigma*)

Capítulo 1

O tumultuoso fim do Dezoito
sobreposições entre o econômico e o político

1.1. A Colônia em transformação

1.1.1. As políticas de Estado portuguesas e as Luzes

O longo século XVIII português, na feliz expressão de Kenneth Maxwell,¹ é o pano de fundo do tempo do ouro nas Minas, bem circunscrito entre os primeiros descobrimentos auríferos ainda nos últimos anos século XVII, o conseqüente surto vigoroso de povoamento, a composição de uma sociedade com características ímpares à América portuguesa de então ao longo da primeira metade do Dezoito, e a retração irreversível desta economia mineradora logo na segunda metade do século. Do além-mar que enreda o tempo dessas Minas, este longo século XVIII inicia-se aos fins da década de 1660 e termina de 1807 para 1808. Estes são os marcos do reconhecimento final por parte da monarquia espanhola, em 1668, da independência portuguesa restabelecida em 1640; e, no inverno de 1807-1808, do cerco de Lisboa pelo general Junot precipitando a Corte portuguesa a uma fuga pelo Atlântico rumo ao Rio de Janeiro. É nesse contexto que o Império português vai testemunhar um amplo cenário de conflitos de variadas ordens, frutos em boa medida do atrito entre a “tradição” e o “novo”, que vai progressivamente eclodindo as bases do antigo regime.²

O ouro, o açúcar e o tabaco, acrescidos de um comércio de escravos de grandes proporções, compunham os esteios principais do complexo comercial português no Atlântico sul. O açúcar e o tabaco eram responsáveis por teias de negócios amplas, com reexportações altamente lucrativas a outras partes da Europa, sendo o caso específico do monopólio do tabaco, o vultoso espaço de algumas das principais adjudicações de rendimentos do Estado. O ouro, por sua vez, era sem dúvida o elemento central para o favorecimento da balança comercial portuguesa; e, por fim, o comércio atlântico de escravos, que representava um componente vital ao funcionamento deste sistema, constituindo um mercado importantíssimo, ao qual também se articulavam as terras orientais do Império, promovendo uma intrincada rede de relações comerciais.³ Mais que

¹ Kenneth MAXWELL, *Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo*, trad. Antônio de Pádua Danesi, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996, p.37.

² *Ibidem*, p. 38.

³ *Ibidem*, pp. 40-1.

isto, é importante ver na primeira metade do século XVIII o tempo de uma tendência estrutural que se inverte, incisivamente por conta do ouro e dos diamantes das novas regiões mineradoras. A Índia já via muito distante sua florescência econômica, e o novo arranjo de forças na Europa colocava Portugal na dependência direta da América para tentar manter de sua posição neste contexto. Facetas de um largo corte do “econômico” ao qual se somam as sobreposições do “político”. A preocupação central com a captação e o controle das riquezas oriundas das terras brasileiras foi assim tema de suma importância para a Coroa ao longo do Dezoito, sendo exatamente o afluxo de recursos oriundos do ouro das Minas que possibilitou a autonomia dos monarcas portugueses em relação às cortes nacionais, que havendo se reunido em 1698 só voltariam a fazê-lo em 1820. Espaço aberto, portanto, à promoção do Estado absolutista em Portugal. Conjunto que caracterizaria a progressiva promoção da centralidade do Brasil aos interesses portugueses e que suscitará o espaço para um desenho “ilustrado” no aprimoramento da racionalidade na condução desses assuntos.

Inserido em um processo que marca profundas alterações na cultura européia, a idéia de “século das Luzes” para o Dezoito europeu, é em si o mote consagrado pela historiografia para a leitura das orientações políticas de Portugal na segunda metade do século. A Ilustração que orienta o reformismo dos governos absolutistas e o Iluminismo que no século XVIII responderia pelos agudos processos de transformação política que demarcam a ruptura com o antigo regime, são as coordenadas das idéias e práticas que marcam esse tempo, ainda que seja importante perceber que mesmo às nações que vivenciam toda a carga revolucionária e transformadora das Luzes setecentistas, o antigo regime padece de uma morte lenta, marcada por sucessivas rupturas, o que decorre da própria natureza compósita disso que se toma por antigo regime; um “magma” de processos com idades e durações diversas fundidos em um período, na bem apropriada expressão de Pierre Goubert.⁴

Pintando esse século das Luzes a partir dos lugares do público e do privado, Reinhart Koselleck discute o avanço do Iluminismo, insistindo em sua posição como base do liberalismo e da democracia moderna:

“O Iluminismo triunfa na medida em que expande o foro interior privado ao domínio público. Sem renunciar à sua natureza privada, o domínio

⁴ Pierre GOUBERT, *L'Ancien Régime. Tome 1: La Société*, 3.ed., Paris, Librairie Armand Colin, 1969, pp.22-26.

público torna-se o fórum da sociedade que permeia todo o Estado. Por último, a sociedade baterá à porta dos detentores do poder político para, aí também, exigir publicidade e permissão para entrar.

A cada passo do Iluminismo, desloca-se o limite da competência, que o Estado absolutista havia tentado traçar cuidadosamente, entre o foro interior moral e a política.”⁵

Não obstante, esses cruzamentos entre prática política e o avanço da razão merecem uma leitura mais acurada de seus termos. Francisco Falcon insiste em uma distinção entre “Ilustração” e “Iluminismo”, no mais das vezes tomados como sinônimos na leitura do século XVIII. Ilustração, nesta leitura, corresponderia a um processo ou movimento de idéias historicamente datado, enquanto Iluminismo, diria respeito a uma tendência intelectual muito mais ampla do avanço da razão, não concernente a uma época específica.⁶ Neste conceito, proposto originalmente por Sérgio Paulo Rouanet, Iluminismo é entendido como “uma tendência transepocal, que cruza transversalmente a história e que se atualizou na Ilustração, mas não começou com ela, nem se extinguiu no século XVIII”.⁷ Essa concretização histórica do Iluminismo nas configurações da Ilustração no século XVIII é que compõe o sentido de se pensar em um “Século das Luzes”. É então a partir das experiências e coloridos variados que esta (re)emergência da razão ganha no Setecentos que se conformam dimensões historicamente concretas da Ilustração nas experiências desenvolvidas em partes diversas da Europa.

O caso português acaba por flagrar uma conjuntura em que a razão ilustrada é posta diretamente a serviço de uma conturbada conjuntura política, fazendo marcado nas Luzes luso-brasileiras o seu caráter “brutalmente pragmático”, como assinala Sérgio Buarque de Holanda. É respondendo ao contexto de crise que se apresenta em meados do século XVIII, e funcionando como um meio de renovar a administração e garantir a sobrevivência do Império em um quadro internacional que se mostrava cada vez mais hostil, que o ideário de método e racionalidade dessas Luzes conforma suas feições mais pragmáticas ao tempo da governação pombalina no reinado de Dom José I. Somente após esse período é que se pronunciariam em Portugal características mais amplas dessas Luzes, associadas mais prontamente a um processo de “esclarecimento”, e diretamente ligadas ao

⁵ Reinhart KOSELLECK, *Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*, trad. Luciana Vilas-Boas Castelo-Branco, Rio de Janeiro, EDUERJ, Contraponto, 1999, p.49.

⁶ Francisco José Calazans FALCON, “Da Ilustração à Revolução —percurso ao longo do espaço-tempo setecentista”, *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro 4(1): 53-87, jan./jun. 1989, p.54.

⁷ Sérgio Paulo Rouanet, *As razões do Iluminismo*, São Paulo, Companhia das Letras, 1987, p.28.

estudo das ciências naturais, no fomento a novas culturas e técnicas agrícolas assim como de uma condução racionalista da economia. A reforma da Universidade de Coimbra (1772), no final do período pombalino, e a criação da Academia Real de Ciências de Lisboa (1779), são assim os marcos iniciais desse novo momento na assimilação das Luzes em Portugal.⁸ Não obstante, tem-se no pragmatismo um traço de continuidade. Cabe mesmo a essas considerações, a distinção entre “ilustração política” e “absolutismo ilustrado”, novamente na trilha do apresentado por Francisco Falcon:

“O conceito de Ilustração Política remete às novas concepções acerca das origens da sociedade civil e política, do pacto ou contrato entre governados e governantes, da natureza da soberania, do regime ou sistema político mais racional, das liberdades e direitos inerentes à cidadania, enfim, às idéias desenvolvidas desde pelo menos o final do século XVII e que estão nas origens do liberalismo e da democracia moderna.

A noção de ‘absolutismo ilustrado’, pelo contrário, é sinônima do ‘despotismo esclarecido’, típico de um período do Setecentos europeu. Trata-se de uma concepção de Estado inspirada em determinadas idéias dos ‘filósofos’ da Ilustração, tendo como pressuposto fundamental a ‘educação do príncipe’ a fim de convertê-lo num filósofo, ou num amigo dos filósofos, com o objetivo de conduzi-lo à realização de reformas ‘ilustradas’ (...). Na prática, esse reformismo buscou a modernização do aparelho de Estado, sua secularização e enriquecimento, sem abrir mão do poder absoluto do monarca e da estrutura social vigente.”⁹

O reformismo de caráter modernizante próprio desse absolutismo ilustrado no mundo ibérico, muito embora secular em sua essência, não se apresentava como laicizante. A religião ainda seria central no plano ideológico e cultural, não se fazendo em alvo dessas reformas, assim como também não o era estrutura tradicional da sociedade.¹⁰ Essa tônica é que marca no contexto português a preocupação com uma incorporação seletiva das Luzes, especialmente reticente aos seus acentos libertários que se fazem evidentes nos eventos políticos que tem como palco o final do século XVIII.

O desafio reformador a que a Ilustração deveria compelir sob o signo da orientação racional e científica do mundo, acaba assim por esbarrar em conjunturas mais fortemente

⁸ Guilherme Pereira das NEVES, “Um Mundo ainda Encantado: Religião e Religiosidade ao fim do Período Colonial”, *Revista Oceanos*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, número 42 (“Viver no Brasil Colônia”), abr.-jun., 2000, p.119 / Sérgio Buarque de HOLANDA, “Prefácio a *Obras Econômicas de J. J. da Cunha de Azeredo Coutinho (1794-1804)*” in: Livro dos Prefácios, São Paulo, Companhia das Letras, 1996, pp.52-98

⁹ Francisco José Calazans FALCON, “Da Ilustração à Revolução...”, p.54.

¹⁰ *Ibidem*, pp.55-6.

marcadas pela tradição. Bernard Plongeton caracteriza esta trajetória particular dos países marcados pela Reforma Católica, tal qual Portugal, como a conformação de uma “*Aufklärung* Católica”, na qual processa-se uma “assimilação da ciência moderna pelo pensamento tradicional” em um quadro de “modernização sem romper com a ortodoxia”.¹¹

A condução dos negócios de Estado português na segunda metade do século XVIII não pode escapar de ser lida nessas balizas do processo amplo esboçado acima, em especial no que diz respeito às articulações entre o tradicional e o “moderno”. A figura emblemática de Sebastião José de Carvalho e Melo, primeiro Conde de Oeiras (em 1959) e, tal qual passa para a história, Marquês de Pombal (título que recebe somente em 1769, já com 71 anos de idade), é sem dúvida essencial para se amarrar alguns desdobramentos da política de Estado de Portugal, especialmente no que diz respeito aos seus domínios ultramarinos, e às Minas em particular.

O Marquês de Pombal, predominaria nos negócios de Estado portugueses pelo longo período de vinte e sete anos, tendo assumido essa posição a partir da ascensão ao trono de Dom José I, responsável por delegar poderes virtualmente absolutistas a esse seu ministro a partir do terremoto de Lisboa em 1755. Havia sido embaixador português em Londres e plenipotenciário em Viena, onde casa-se, em 1746, com Maria Leonor Ernestina Daun, sobrinha do Marechal Von Daun, o que lhe valeu a atenção especial da Rainha, Maria Ana da Áustria, esposa de Dom João V, que em verdade foi quem o chamou para ocupar o ministério em Lisboa ao quando de sua regência durante a enfermidade fatal do Rei. Contava cinquenta anos ao assumir o ministério, e só deixaria o cargo após a morte de Dom José I, em 1777.¹²

Pombal evidenciaria já de saída em sua atuação os temas gerais da organização do Império e da eficiência das práticas mercantilistas, como enclaves à retomada de posição de Portugal no cenário de uma Europa que assistia a então primazia e vívido crescimento da França e, especialmente, da Inglaterra, esta última, conhecida em detalhe por Pombal e alvo maior de suas preocupações. Sua compreensão dos entraves ao crescimento do poderio e da riqueza de Portugal orientavam suas ações. Partindo da avaliação da enorme

¹¹ Bernard PLONGETON, “Recherches sur l’*Aufklärung* catholique en Europe Occidentale”, *Rev. d’Hist. Moderne et Contemporaine*, vol. XVI, 1969, pp. 555-605 apud Fernando A. NOVAIS, *Portugal e Brasil...*, p. 219.

¹² Kenneth MAXWELL, *Marquês de Pombal...*, pp.1-5 e Idem, *A Devassa da Devassa, A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal, 1750-1808*, trad. João Maia, 3.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, pp.21-2.

dependência de sua nação ante a Inglaterra, crescente desde o apoio firmado no tratado cromwelliano, de 1654, à independência ante a Espanha, sustentaria a idéia de um crescente dreno das riquezas, especialmente do ouro e dos diamantes que vinham da capitania de Minas, em favorecimento da economia inglesa; investindo então, pesadamente, suas ações no sentido de imprimir um novo curso a esta situação.¹³

A compreensão acurada do complexo comercial do mundo luso, do específico do intercâmbio anglo-português e dos distintos papéis da metrópole e das colônias neste jogo que fazia com que a balança comercial favorecesse a Inglaterra nos termos das trocas regidas pelo tratado de Metheuen de 1703, foram determinantes para uma ação política realmente efetiva para os interesses de Portugal. Mesmo sem afastar sua atenção do açúcar e do fumo da América portuguesa (o que se reflete na criação das “casas de inspeção”, ainda em 1751), as minas de ouro foram uma preocupação central e constante à política pombalina, sendo uma de suas primeiras medidas a reforma nos métodos de fiscalização da produção aurífera.¹⁴

Em síntese, a política mercantil e imperial tocada por Pombal à frente do ministério, refletiria logo de saída uma preocupação com a defesa dos produtos básicos do sistema comercial luso-brasileiro (açúcar, fumo e ouro) em meio a disposições legais específicas para a proteção dos interesses comerciais estabelecidos pelos nacionais e dando corpo a uma vigorosa racionalização dos mecanismos de arrecadação de tributos, essencialmente, do quinto real.¹⁵ Este desenho na condução da política e da economia em Portugal, teria como uma de suas mais importantes facetas o desenvolvimento da legislação econômica e a racionalização da estrutura empresarial de forma a favorecer os interesses dos grandes comerciantes portugueses de então; o que se cristalizaria com a criação das companhias monopolistas de comércio, marcando neste entremeio o espaço da progressiva afirmação social dos homens de negócio naquela sociedade.

A particular trajetória do Marquês de Pombal à frente dos negócios de Estado de Portugal acabam por dar corpo a um certo “paradoxo do Iluminismo” na sua pessoa, como assim quer ler Kenneth Maxwell.¹⁶ A combinação do reforço do poder do Estado, que precipitou um confronto com a nobreza e os jesuítas, com um movimento reformador de

¹³ Idem, *A Devassa...*, pp.21-3.

¹⁴ *Ibidem*, pp.29-30.

¹⁵ *Ibidem*, p. 32.

¹⁶ A alusão se faz já título do livro aqui citado: *Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo*.

viés ilustrado, não representaria, não obstante, um movimento contraditório. A manutenção de uma política econômica mercantilista, colorida com ditames da racionalidade na condução do governo e permeada por transformações no conjunto da paisagem daquela sociedade, como com a supressão legal das distinções entre cristãos velhos e novos, as reformas no ensino ou a subordinação da inquisição ao poder régio, entre outras medidas, que só dramatizariam o confronto com a nobreza e os jesuítas, dariam mesmo o tom da atuação de Pombal.¹⁷

Deve-se, entretanto, ter o cuidado de chamar a atenção, nos passos do que alertou Francisco Falcon, de que por mais que a “governança pombalina” tome corpo em um contexto influenciado pelas Luzes, o seu caráter ilustrado registra-se muito mais propriamente na retórica das práticas discursivas do reformismo de então, do que efetivamente nas ações implementadas na política econômica, estando mesmo estas presas a uma conjuntura essencialmente mercantilista.¹⁸ Neste sentido, e em uma análise mais profunda da ação de Pombal, pode-se sim apontar as contradições desta ao espaço da Ilustração política, especialmente no que diz respeito aos posicionamentos quanto à Colônia, e tendo por norte o par de oposição com a dimensão filosófica das Luzes como espaço para a promoção do liberalismo econômico e da liberdade política. Não obstante, a influência das Luzes, cada vez mais marcada no Portugal das últimas décadas do século, não pode ser dissociada das transformações que vão se processando naquela sociedade que, pelo contrário, acabam mesmo forjando o particular daquele tempo ante o específico de sua apropriação. O desenvolvimento destas transformações na política econômica e mesmo na cultura política de Portugal, como assinala Fernando Novais, não tardaria em colocar em pauta o dilema da “difícil manutenção do ponto de equilíbrio entre a assimilação do pensamento crítico das Luzes, e a contenção de seus efeitos contestatórios do absolutismo e do sistema colonial”. É neste sentido que Novais argumenta que o período que se segue à atuação de Pombal na frente do ministério pode melhor ser caracterizado como seu desdobramento do que como sua negação.¹⁹

¹⁷ Fernando A. NOVAIS, *Portugal e Brasil...*, p. 223.

¹⁸ Francisco José Calazans FALCON, “A Época Pombalina e as Luzes” in *Congresso Internacional Portugal no Século XVIII, de D. João à Revolução Francesa*, Lisboa: Sociedade Portuguesa de Estudos do século XVIII / Universitária Editora, 1991, p. 142 e especialmente: Idem, *A Época Pombalina, Política Econômica e Monarquia Ilustrada*, São Paulo: Ática, 1982.

¹⁹ Fernando A. NOVAIS, *Portugal e Brasil...*, p. 224.

Em termos amplos, pode-se compor o quadro final da presença de Pombal no ministério como em meio às alterações crescentes no cenário da política internacional, que vão dando novo colorido à relação metrópole-colônia. A crise da economia aurífera e suas pesadas conseqüências à balança comercial portuguesa, bem como os interesses da elite “mercantil-industrial” metropolitana, revelavam cada vez mais claramente sua incompatibilidade com o mercantilismo de caráter “flexível” do governo pombalino.²⁰ Os diversos interesses que passaram à margem do favorecimento de Pombal, fossem eles de negociantes não agraciados com privilégios especiais, sacerdotes ou a nobreza não comprometida com o regime, ou em si os próprios interesses da Inglaterra, depositavam na figura de Dona Maria (dentro em pouco “louca”), suas ambições. A morte de Dom José I, em 1777, abriu espaço então a estas expectativas, e resultou na instantânea insustentabilidade da posição de Pombal. Martinho de Melo e Castro, que é quem assina, em nome da Rainha, a carta de demissão de Pombal. Seria então o novo dono da pasta.²¹

Mesmo que se possa compor várias digressões a respeito dos limites da Viradeira ante a política pombalina, especialmente no que diz respeito ao retrocesso de uma certa laicização da sociedade em relação aos novos ditames presos à vontade da devotíssima Dona Maria, não é difícil de assinalar continuidades nessa temática das Luzes em Portugal. Tal como se fez referência, este tempo, as últimas duas décadas do Dezoito, testemunha uma abertura crescente ao movimento mais geral da Ilustração europeia, sendo a criação da Academia Real de Ciências, no ano de 1779, a principal porta de entrada à assimilação e adequação ao contexto português destas idéias, processando um amplo movimento intelectual que resultaria em um grande conjunto de memórias que vão sendo escritas com o intuito de se conhecer as condições econômicas e naturais do Reino e do Ultramar.²² Pode-se assinalar, entretanto, especificidades e diferenças na atuação de Melo e Castro — mesmo que sem abrir mão daquela identificação aqui proposta entre a política deste, com uma certa “continuidade” em relação a Pombal — no que concerne tanto àquela “versão” da Ilustração em Portugal, como quanto à manutenção do mercantilismo na base do sistema colonial.

Estas especificidades podem ser lidas basicamente no que diz respeito à maior atenção dada por Melo e Castro aos interesses das elites metropolitanas em detrimento da

²⁰ Kenneth MAXWELL, *A Devassa...*, p. 84.

²¹ *Ibidem*, pp. 92-3.

²² Fernando A. NOVAIS, *Portugal e Brasil...*, pp. 224-5.

visão imperial mais ampla adotada por Pombal. A posição do novo ministro português acaba, ao longo de sua trajetória, por se orientar para a tentativa de impingir fortemente à América portuguesa, o reforço do papel de espaço exclusivo da produção de produtos primários coloniais e de mercado protegido aos produtos manufaturados da metrópole. Insistência nas máximas cada vez mais instáveis do sistema colonial, que implicava em um abandono da posição mais flexível adotada por Pombal em relação à Colônia no seio da economia do Império, para partir para o apregoamento de um neo-mercantilismo que se fizesse mais rígido e efetivo, mesmo que diante de um contexto de maior abertura às idéias ilustradas em Portugal.²³

A situação alteraria-se novamente a partir de 1795 com a morte de Martinho de Melo e Castro. Luís Pinto de Souza Coutinho é quem então assume o ministério, e interinamente a pasta dos Domínios Ultramarinos. Ainda em 1795, o novo ministro em correspondência aos governadores do Brasil admitia a existência de “defeitos políticos” na anterior condução dos negócios ultramarinos, que estariam se opondo aos progressos dessas terras; sendo assim prometia um conjunto de reformas, que incluíam a decisão de estimular a mineração e manufatura de ferro nas capitania de Minas e de São Paulo em especial. Para conduzir este novo ideário de reformas, Luís Pinto entrega a administração dos assuntos coloniais a Dom Rodrigo de Souza Coutinho em 1796.²⁴

Afilhado de Pombal, ex-aluno do Colégio dos Nobres, Dom Rodrigo seria o responsável por imprimir um novo rumo às relações entre Portugal e suas terras americanas. A idealização de um grande Império luso-brasileiro, com ecos já antigos em Portugal, orientaria sua ação, sendo que esta perspectiva que elevava o Brasil ao primeiro plano das preocupações da Coroa, não tardou a projetá-lo para um choque com a oligarquia mercantil-industrial portuguesa. A perspectiva da formação de um “império florente” no Brasil, em planos que ganharam sentido geo-político premente com a conturbada situação política na Europa, foram repetidas vezes aventadas, sendo atribuindo ao próprio Pombal, temendo a invasão de tropas francesas, o desenho de um plano de retirada de Dom José I para a América, em 1762, e a mudança da capital da monarquia para

²³ Kenneth MAXWELL, *A Devassa...*, pp. 98-9.

²⁴ *Ibidem*, pp. 233-34.

São João del Rey.²⁵ Essas perspectivas, todavia, encontram fortes associações com a presença residual de concepções edênicas e ideais milenaristas no pensamento português desde o século XVI. Dom Luís da Cunha, negociador dos interesses portugueses em Utreque, aconselharia fortemente Dom João V a transferir-se para a América, onde tomaria para si o título de Imperador do Ocidente. Mas é certamente o Pe. Antônio Vieira, assistindo Dom João IV no complicado momento que se seguiu à Restauração, e pouco mais tarde à rainha-viúva, que lança algumas das mais claras feições desses ideais milenaristas, com adeptos espalhados até o século XIX, na perspectiva da constituição do Quinto Império do Mundo.²⁶ Talvez o mais importante aqui, no entanto, seja perceber o projeto do império luso-brasileiro com sede no Brasil, concepção originalmente milenarista e que por fim se concretizaria à entrada do Dezenove, como uma idéia que buscou-se em alguma medida laicizar no conjunto do reformismo ilustrado, mas que não obstante fazia articular e associar as Luzes a um substrato cultural anterior, o que de resto foi marca de muito da ilustração no mundo luso.²⁷

A concretude dos planos de Dom Rodrigo, entretanto, esbarrariam no fato de que não dispunha ele de uma centralidade de poderes, tal qual a de Pombal, capaz de o sustentar nos choques com grupos de interesses fortemente estabelecidos. Dava-se antes o contrário. Os limites que se apresentariam à sua ação seriam inúmeros, o que fez dramatizar ainda mais seu embate com os interesse estabelecidos, por exemplo, dessa oligarquia mercantil-industrial em Portugal.

Fato é que os pontos de tensão do sistema colonial, antes negligenciados, eram agora claramente admitidos e orientavam todo um amplo projeto de reformas que evidenciavam um agudo conhecimento dos problemas que estriam na base dos antagonismos colônia x metrópole.²⁸ Se com Melo e Castro é possível divisar um privilegiamento dos interesses mercantis na metrópole, o posicionamento de Dom Rodrigo, orientado segundo a perspectiva de uma organização imperial, levava-o a colocar Portugal em segundo plano na estrutura federativa por ele desenhada. Isto lhe legou

²⁵ Pedro Octávio Carneiro da CUNHA, “A fundação de um império liberal / 1. As origens”, in: Sérgio Buarque de HOLANDA (dir.), *História Geral da Civilização Brasileira (O Brasil Monárquico)*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962, Tomo II, vol. 1, p.138 e Maria de Lourdes Viana LYRA, *A utopia do poderoso império*, Rio de Janeiro, Sette Letras, 1994, p.108.

²⁶ Pedro Octávio Carneiro da CUNHA, “A fundação...”, p. 136 e Luiz Carlos VILLALTA, *1789-1808: o império luso-brasileiro e os brasil*, São Paulo, Companhia das Letras 2000 (Coleção Virando Séculos, n.º 5), pp. 32-3.

²⁷ Luiz Carlos VILLALTA, *1789-1808...*, p.35.

²⁸ Kenneth MAXWELL, *A Devassa...*, p. 240.

inúmeros opositores que questionariam diretamente suas idéias. Abria-se espaço naquele ambiente, em que se apregoava dramaticamente a repressão aos “abomináveis princípios franceses”, para uma atitude de suspeitar da natureza desse seu reformismo ilustrado.²⁹

Como lembra Maxwell:

Por mais de 40 anos as prioridades da política metropolitana tinham sido as prioridades desta pequena e inflada oligarquia, que desfrutava os lucros dos contratos e monopólios reais. D. Rodrigo, sem dúvida, mostrava disposição para restabelecer a Fazenda nas funções e na proeminência que ela conhecera na administração de Pombal: mas só nominalmente ele dispunha das prerrogativas de seu padrinho. Nem era Pombal, nem o príncipe regente queria que o fosse.³⁰

Todavia, a despeito das limitações que se apresentavam às suas ações no ambiente interno de Portugal, dentro em pouco a conjuntura internacional dramatizaria a posição da monarquia portuguesa e forçaria o Rei a passar a base de seu trono para a América, dando por fim configuração real ao projeto, desde muito aventado, de um Império luso-brasileiro.

²⁹ *Ibidem*, p. 256.

³⁰ *Ibidem*, p. 257.

1.1.2. Inconfidência(s): o tumultuoso fim do XVIII

Dos encaminhamentos da política ultramarina portuguesa no final do século XVIII e no o específico dos eventos sociais e políticos na Colônia, salta aos olhos um conjunto de manifestações organizadas que em medida diversa vão afrontando a Coroa e seu poder. Entre os anos de 1789 e 1801, sucedem-se movimentos de desagradado ao trono português, que não mais estavam situados no plano dos freqüentes protestos, desde os primeiros anos da colonização, acerca da legalidade estrita da ação colonial, ou seja, dos aspectos particulares das ações do governo na América portuguesa e das petições de direitos dos súditos dessa monarquia. Estas novas movimentações, ao contrário, avançavam perigosamente para o questionamento da organização em si do poder do Estado português, e muito da própria organização do sistema colonial. Não obstante, as tensões sociais e revoltas que tem lugar no território mineiro desde a primeira metade do século XVIII, inspiram certas linhas de continuidades entre essas tradições de protesto, o aprendizado político, e a complexificação do quadro geral dessas contestações.³¹

Vislumbra-se a sobrevivência das teorias corporativas de poder próprias da Segunda Escolástica instituindo o padrões de reivindicação dos direitos dos súditos e dos ideais do bom governo. Este sistema filosófico e teológico, constituído no início da era moderna tendo por base a revitalização da escolástica medieval, determina a imagem e os sentidos de representação apreendidos pela sociedade portuguesa do antigo regime. A rejeição do experimentalismo e a valorização do método dedutivo na leitura de Aristóteles a partir dos cânones do tomismo, compõem coordenadas que marcariam o pensamento das elites

³¹ István Jancsó, “A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII” in: Laura de Mello e Souza (org.), *História da Vida Privada no Brasil* (vol.1): cotidiano e vida privada na América Portuguesa, São Paulo, Companhia das Letras, 1997, pp. 388-9.

Quanto às diversas revoltas, sublevações e motins anteriores ao fim do Dezoito, bem como análises pertinentes às continuidades nessas tradições de protesto veja: Laura de Mello e Souza, “Tensões Sociais em Minas na segunda metade do século XVIII” in: *Norma e Conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII*, Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999; Idem, “Os ricos, os pobres e as revoltas nas Minas do século XVIII”, *Análise e Conjuntura*, Belo Horizonte (v.4, n.2/3), mai/dez. 1989; Carla Maria Junho Anastasia, *Vassalos e Rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do Século XVIII*, Belo Horizonte, C/Arte, 1998; Luciano Raposo de Almeida Figueiredo, “Protesto, revoltas e fiscalidade no Brasil colonial”, *LPH – Revista de História*, Mariana (5), 56-88, 1995 e Idem, “Furores Sertanejos na América portuguesa: rebelião e cultura política no sertão do rio São Francisco, Minas Gerais – 1736”, *Revista Oceanos*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, número 40 (“Fronteiras do Brasil Colonial”), out.-dez., 1999.

letradas mesmo no espectro das Luzes do século XVIII. Interessa frisar, entretanto, o particular dessa sociedade do antigo regime enquanto uma formação em que não é a ordem econômica, e sim a convicção de um ordenamento “natural”, “cósmico”, abrangendo os homens e as coisas, que produz os cortes e hierarquizações no plano social. Nesta perspectiva lhe são estranhas as classes, ou como caracteriza Peter Laslett, trata-se de uma sociedade de uma só classe.³² A vida política é diretamente informada por este preceito, sendo o sentido da “justiça” nesse contexto, o de garantir a manutenção dos privilégios e distinções promovendo assim o equilíbrio dos diversos corpos sociais, ratificando a ordem natural e desta forma assegurando o bom governo. Esse conceito de justiça na manutenção do equilíbrio de uma ordem “natural” de governo, introduz importantes limitações ao poder régio, devendo o monarca observar o direito, “quer enquanto conjunto de comandos (dever de obediência à lei), quer enquanto instância geradora de direitos particulares (dever de respeito dos direitos adquiridos).”³³ As teorias corporativas da sociedade, subsidiavam nessa trilha os preceitos gerais do combate à tirania, inclusive em relação às vexações tributárias, o que dá espaço e sentido de legalidade aos motins e revoltas fiscais que pulularam no Império português.

A Inconfidência Mineira (1789), tema dos mais profícuos na historiografia brasileira, mesmo diante dos vários reparos que se deve apor aos “excessos” na leitura do movimento, resguarda inegável importância neste processo de questionamento da Coroa, representando, tal qual insiste João Antônio de Paula, “o primeiro e eloquente sinal da crise política que questiona do Sistema Colonial, no Brasil, e o Antigo Regime, em Portugal”,³⁴ inscrevendo-se na conjuntura de crise interna, que se entrevê nas medidas de Martinho de Melo e Castro e externa, na sobreposição dos eventos políticos e econômicos que marcariam a ruptura dos antigo regime europeu. É importante, no entanto, perceber essas linhas de continuidade na cultura política, marcando no pensamento dos inconfidentes certas filiações às teorias corporativas de poder da Segunda Escolástica, passíveis de leitura, por exemplo, nas *Cartas Chilenas*, de Tomás Antônio Gonzaga, mas fazendo articular esse conteúdo às cargas contestatórias do regime no contato com as Luzes.³⁵

³² Peter LASLETT, *The world we have lost: further explored*, 3.ed., New York, Charles Scribner's Sons, 1983.

³³ Antônio Manuel HESPANHA, Ângela Barreto XAVIER, “A representação da sociedade e do poder” in: José MATTOSO (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, vol. 4 - *O Antigo Regime (1620-1807)*, p. 130.

³⁴ João Antônio de PAULA, *Raízes da modernidade em Minas Gerais*, Belo Horizonte, Autêntica, 2000, pp.128-9.

³⁵ Luiz Carlos VILLALTA, *1789-1808...*, pp. 52-4.

Dáí a importância da Inconfidência Mineira enquanto um enclave daquelas transformações que precipitam a instabilidade no arranjo metrópole-colônia. Mesmo que sejam necessárias considerações a respeito das contradições e dos limites dos interesses envolvidos no movimento, uma série de fatores afirmam a posição ímpar e incômoda do evento para Portugal. A centralidade do ouro ao equilíbrio do sistema colonial, por exemplo, motivava recorrente atenção no que diz respeito ao controle das Minas, sendo o colapso daquela economia, bem como a frustração das medidas para a reversão do quadro, associadas a uma turbulência deliberadamente contestatória do poder Real, um ponto fulcral de preocupações à Coroa.³⁶

A Inconfidência marca ainda sua importância como síntese de vários elementos centrais da particular trajetória das Minas no século XVIII. Essa sociedade que não teve infância, como já disse Diogo de Vasconcellos, e que no curto intervalo de um século pareceu viver mesmo, incisivamente no espaço urbano das Vilas do Ouro, verdadeiras acelerações de seu tempo histórico, tem no movimento dos conjurados de 1789, um enclave das contradições daquele tumultuoso fim de século, fazendo sobrepor nos contornos do movimento múltiplas dimensões das Minas de então, desde as rearticulações da economia, dinamizando sua base agropecuária e projetando o eixo sul da capitania como área de maior desenvolvimento, até as marcas do cultivo de um ambiente cultural eminentemente citadino no interior do continente americano, passando ainda por todas as questões específicas que colocam esse movimento como resultado de conjunturas de crise tanto interna quanto externa às Minas.

No que diz respeito a esses problemas internos às Minas, o “programa mínimo” da Inconfidência não deixa de revelar propriedade no diagnóstico dos problemas que afetavam a região e perspectivas concretas para enfrentá-los, a despeito do foco se manter nos interesses diretos dos envolvidos, revelando aí exatamente as disparidades de expectativas em função da heterogeneidade do grupo. Das medidas e ações pretendidas pelos inconfidentes após a efetivação do levante, estaria a mudança da capital de Vila Rica

³⁶ Kenneth Maxwell como que inaugura um território de análise para a Inconfidência Mineira a partir da publicação em 1973 de seu *Conflicts and Conspiracies* (na tradução brasileira *A Devassa da Devassa*), cuidando de articular as tramas do movimento com o quadro amplo da conjuntura de crise sistema colonial. Sua análise não obstante, se beneficia do corpo de debates que marca interpretações renovadoras da relação e da condição colonial na historiografia brasileira dos anos 60-70. Algumas trilhas desse debate ampliado, bem como do percurso historiográfico da Inconfidência Mineira, encontram-se apresentadas em: Luciano Raposo de Almeida FIGUEIREDO, “Painel Histórico” in: Domício PROENÇA FILHO (org.), *A Poesia dos Inconfidentes - Poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto*, Rio de Janeiro, Editora Nova Aguilar, 1996.

para São João del Rey, o que se mostra um ponto sobremaneira importante para aproximar das considerações que vão se desdobrando aqui, um certo caminho que parecia se processar àquele fim de século, suscitando deslocamentos, políticos em especial, a partir do crescimento econômico e demográfico da região sul, que já se flagrava evidente naquele fim de século. É exatamente esta sugestão de caminho entre Vila Rica e São João del Rey, nas bases de materiais desses deslocamentos e nos processos culturais amplos que enredam essa questão, que compõem os interesses centrais da presente investigação, e neste sentido o plano da transferência da capital pelo Inconfidentes ajuda a evidenciar a percepção dessas rearticulações à sociedade da época. No depoimento de José Resende da Costa, a conta dos vários parlamentos que se intentava criar e a posição de destaque de São João:

“(...) viera [o Padre Toledo] a Vila Rica e achara uns poucos conjurados a fazerem levante e a reduzirem as Minas a uma República, fazendo vários parlamentos, uma na dita Vila, um na de São João, e outros mais, ficando a Vila de São João sendo a Capital (...)”³⁷

Fácil aproximar esta pretendida posição de São João como a capital da sonhada república dos Inconfidentes, com os planos do próprio Marques de Pombal, referidos acima, de em 1762 eleger a mesma São João del Rey como a sede de um Império luso-brasileiro,³⁸ o que bem sugere da importância e centralidade que já ameaçava esta cidade àquele tempo.

Não cabe ao presente texto, reproduzir uma narrativa dos eventos da Inconfidência Mineira; entretanto, uma breve digressão acerca das teias de poder e interesses que enredavam alguns dos futuros Inconfidentes e matizavam as relações econômicas na capitania aos anos que precederam 1789, serve bem a uma ponderação dos interesses das elites da Colônia naquela conjuntura de conturbações ao fim do Dezoito e aproxima certas sutilezas daquele tempo.

A particular trajetória das Minas ao longo do século XVIII, terminaria por flagrar contradições econômicas e sociais no que diz respeito ao sentido da dependência colonial pretendida pelo pensamento oficial do governo lisboeta. Guardava-se àquelas Vilas do Ouro uma sociedade de marcados sentidos autóctones da representação de si mesma em

³⁷ *AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira*, 2.ed., Brasília, Câmara dos Deputados; Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1980, vol.1, p.258. / Para uma discussão dos planos de criação desses parlamentos pelos Inconfidentes ver: João Pinto FURTADO, “Uma república entre dois mudos: Inconfidência Mineira, historiografia e temporalidade”, *Revista Brasileira de História*, São Paulo (vol.21 n.42): 343-363, 2001.

³⁸ Pedro Octávio Carneiro da CUNHA, “A fundação...”, p. 138.

meio a apropriações e adaptações de um universo cultural importado. A um só tempo, esta sociedade incorporava também o lugar das perturbações prementes às elites consolidadas, na perspectiva de que o pacto colonial terminava por fazer arroxar a Colônia à função dos interesses da metrópole.

Dom Rodrigo José de Meneses é uma ponta adequada para se seguir um fio desta meada. Filho do quarto Marquês de Marialva, este ilustrado português, pouco depois de assumir o governo das Minas, em 1780, faria uma exposição a Martinho de Melo e Castro, na qual propunha uma série de medidas. Visava o novo governador o estabelecimento de uma fundição de ferro, a abolição da proibição de se construir novos engenhos de açúcar, dentre outras medidas fortemente contrárias à orientação geral da Coroa, que acirrava as linhas de um “neo-mercantilismo” desde os fins da administração pombalina. O ambiente das Minas, no que diz respeito aos seus órgãos fiscais e administrativos, assinalava importantes particularidades em relação às áreas litorâneas da Colônia. A Junta de Fazenda por estas terras gozava de grande autonomia. Desde a altura da década de 1760, era este órgão o único responsável pela adjudicação de grandes contratos como os de dízimos e entradas, sendo estes no mais das vezes arrematados por negociantes locais, o que representava uma limitação clara aos interesses de homens de negócio da metrópole que para outras áreas da Colônia, como o Rio de Janeiro ou Rio Grande, continuavam a arrematar esses contratos de dízimos da Colônia junto ao Conselho Ultramarino em Lisboa. Este estado de coisas caracterizaria um enraizamento dos interesses dos mais proeminentes negociantes locais, assim como vinculações diretas aos níveis da administração regional, de uma forma um tanto diversa do que se daria a um negociante importador-exportador de uma área litorânea. Este era claramente o caso de João Rodrigues de Macedo, grande contratador de dízimos da capitania e amigo íntimo do governador.³⁹

O antagonismo das ações do governo e das propostas de Dom Rodrigo José de Menezes a Martinho de Melo e Castro, caracterizariam mesmo o ápice da incompatibilidade entre os interesses da “plutocracia mineira” e os “oligarcas metropolitanos”, e a transferência do governador para a Bahia, em outubro de 1783 demonstraria o sentido da tomada de posição da metrópole. O novo governador

³⁹ Kenneth MAXWELL, *A Devassa...*, pp.113-20; cf. também Laura de MELLO E SOUZA, “Os Nobres Governadores de Minas: mitologias e histórias familiares” in: *Norma e Conflito...*, pp.175-99.

contrastaria imensamente com seu antecessor. Luís da Cunha Menezes entra em choque com os arranjos estabelecidos na capitania, incompatibilizando-se de saída como ouvidor geral, Tomás Antônio Gonzaga, o que lhe renderia a ingrata posição de alvo das *Cartas Chilenas* do poeta. Torna-se em pouco tempo, cada vez mais claro o envolvimento dos favoritos do novo governador com as relações de contrabando e facilidades várias dentro das teias da administração, em detrimento do interesses já estabelecidos e articulados nessas burlas da legalidade. Não tardaria uma tomada de posição de Lisboa ante o contexto administrativo e tributário das Minas, especialmente motivada pelas querelas travadas entre o governo e a magistratura na capitania, a respeito do arrendamento das entradas, e a caótica situação do Distrito Diamantino e dos contrabandos que faziam então concorrência direta ao contrato real via o mercado de Amsterdã. Martinho de Melo e Castro ordenaria em 1786 a substituição de Cunha Menezes e Gonzaga, o que não pôde se dar de imediato por conta da morosidade nas investigações empreendidas em Lisboa. O primeiro, entretanto, encontraria mais rapidamente seu sucessor, Luís Antônio Furtado de Mendonça, o Visconde de Barbacena, um dos primeiros estudantes do Colégio dos Nobres e secretário da Academia de Ciências de Lisboa, vindo munido de instruções compostas diretamente por Melo e Castro para orientar sua ação nas Minas. Neste texto estavam sintetizadas as bases de uma formulação política que se pautava nas premissas do neo-mercantilismo lisboeta e visava enquadrar neste cânone os negócios da capitania. À sua posse seguiu-se uma série de ações que incluíam a anulação dos contratos vigentes e a insistência na imposição da derrama para a cobrança dos tributos devidos.⁴⁰ Na síntese de Maxwell, a marca do tom da conturbação nos interesses diversos em curso da capitania:

“Na estrutura imperial, esboçava-se um conflito de proporções clássicas: a política de Melo e Castro para as colônias, derivava das circunstâncias da fase post-pombalina e, em sentido amplo, a serviço dos interesses da poderosa oligarquia mercantil-industrial metropolitana, tinha chegado, em 1788, a uma situação de confronto direto com a plutocracia colonial que, antes da queda de Pombal, direta ou indiretamente exercera o governo de Minas Gerais. Em verdade, não havia parcela da elite no poder em Minas que não fosse afetada, de um modo ou de outro, pelas instruções de Melo e Castro ou pelo iminente abalo da administração do Distrito Diamantino. E subjacente ao confronto dos grupos de interesse, havia o antagonismo mais profundo entre uma sociedade que cada vez mais adquiria consciência de si e autoconfiança (em um ambiente econômico estimulador da auto-suficiência, em que punha ênfase) e a metrópole interessada na conservação

⁴⁰ Kenneth MAXWELL, *A Devassa...*, pp. 119-32.

de mercados e no resguardo de um vital produtor de pedras preciosas, ouro e receitas.”⁴¹

Todo este percurso daria o tom que incitou a sedição mineira na trilha dos interesses diretos de alguns homens de posses e influência envolvidos. Os nomes de Tomás Antônio Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa, Inácio José de Alvarenga Peixoto, entre outros, marcavam posição nos quadros de uma elite letrada mineira, que desde os anos de Pombal e ainda antes vinha estudando na Universidade de Coimbra.⁴² As alterações no governo e os conflitos de interesses na capitania àquele tempo, daria corpo a uma radicalização de posições inspiradas pelas idéias ilustradas a que tinham acesso e pelos recentes acontecimentos no plano internacional, onde havia assomado a independência das treze colônias americanas. O caráter anticolonialista e a grande inserção no poder local dos envolvidos compunham os principais elementos que diferenciariam o movimento de 1789 das outras manifestações mais contundentes de desagrado, como o levante de 1720 em Vila Rica. A prisão, o julgamento e o sentenciamento dos conjurados mineiros se daria em meio ao tumulto da Revolução Francesa, que fazia inquietar a Europa, bem como estendia diretamente seus braços até as Américas na revolta de escravos ocorrida em São Domingos em 1792. Compunha-se aí um panorama sobremaneira desconfortável para Lisboa fazendo direcionar as ações do Estado à preservação da Colônia da influência destas alterações e à manutenção absoluta do poder monárquico.⁴³ É importante também, marcar algumas ressalvas acerca da condição social dos envolvidos na conjuração. Não tratava-se de um grupo homogêneo e com interesses coincidentes, como freqüentemente foi descrito na historiografia. Certamente que a composição social do movimento era bem mais heterogênea, tal qual se vê nas discussões propostas por João Pinto Furtado em trabalho recente, no qual ocupa-se de identificar e demarcar distâncias entre o tropeiro e o magistrado ou entre o médico prático e o fazendeiro de posses, e outros mais, na miríade dos participantes da conjuração, no sentido de se aprender um contexto que diferenciava expectativas e concepções para com o levante. Na expressão deste autor: “Inconfidentes e

⁴¹ *Ibidem*, p. 133.

⁴² Sobre os estudantes mineiros na Universidade do Coimbra ver: Caio César BOSCHI, “A universidade de Coimbra e a formação intelectual das elites mineiras coloniais” in: *Universidade(s): história, memória, perspectivas (Actas do Congresso “História da Universidade”, 5 a 9 de março de 1990)*, Coimbra, Comissão Organizadora do Congresso “História da Universidade”, 1991, vol.5.

⁴³ Kenneth MAXWELL, “A geração de 1790 e a idéia do império luso-brasileiro” in: *Chocolates, Piratas e outros Malandros: ensaios tropicais*, trad. Irene Hirsch, Lourenço de Oliveira... [et. al.], São Paulo, Paz e Terra, 1999, pp. 161-5.

Inconfidência(s)”.⁴⁴ Particularmente interessante à presente análise, é anotar que dos vinte e quatro réus condenados pelo crime de inconfidência, quatorze eram da comarca do Rio das Mortes, estando exatamente aí os de maiores posses, proprietário de escravos e terras, concentrando, mais especificamente, 88% da escravaria e 90% dos recursos seqüestrados na devassa. Alvarenga Peixoto, por exemplo, era o maior proprietário de escravos, com 132 cativos, sendo seguido de perto por José Aires Gomes, com 123. Também é reveladora a preponderância das marcas de distinção urbana, com concentração de posses entre vestuário e objetos pessoais, para os réus procedentes de Vila Rica, especialmente se comparados aos de São João del Rey.⁴⁵

A relação direta entre o pensamento ilustrado e o ideário revolucionário, por sua vez, também não deixa de ser algo problemática, especialmente na aproximação desta leitura à Colônia e às Minas. Uma reflexão mais rigorosa do ideário das Luzes no Setecentos, sua presença em Portugal e a demarcação dos coloridos diversos que se podem divisar na segunda metade do Dezoito são essenciais para se evitar posturas teleológica, e leituras simplistas deste tempo.

Francisco Falcon em alguns de seus escritos, ocupou-se das relações entre “Ilustração” e “Revolução”,⁴⁶ dando corpo a uma análise do espaço-tempo setecentista que põe em destaque, com especial atenção, o tema do “despotismo esclarecido”, em sua apropriação nos países ibéricos. Esta avaliação ajuda a introduzir a idéia de que pelo menos por algumas décadas daquele tempo não se poderia ter como sinônimas as idéias de “Ilustração” e “Revolução”, o que levaria um leitor desavisado a uma redução destas Luzes à simples condição de movimento precursor, perdendo-se aí suas dimensões próprias. Igualmente grave seria descartar a perspectiva de que a partir de altura de 1770, no contexto americano, viu-se ganhar lugar com certa rapidez as concepções revolucionárias dentro dos quadros da Ilustração, guardadas claramente as limitações que se apresentariam ao pensar concretamente uma revolução em um contexto colonial.⁴⁷ Sobremaneira importante aqui é anotar nesta conjuntura justamente o peso de uma recepção da Ilustração em Portugal como diretamente condicionada por uma perspectiva reformista do poder, o

⁴⁴ João Pinto FURTADO, *Inconfidência Mineira: crítica histórica e diálogo com a historiografia*, São Paulo, USP, 2000 (Tese de doutorado em História), pp. 30-43.

⁴⁵ *Ibidem*, pp. 98, 108-9 e 128-66.

⁴⁶ Francisco José Calazans FALCON, “Da Ilustração à Revolução —percurso ao longo do espaço-tempo setecentista”, *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro 4(1): 53-87, jan./jun. 1989 / Idem, “Luzes e Revolução na Colônia”, *Estudos Avançados*, USP, São Paulo 2 (2): 72-85, mai/ago, 1988.

⁴⁷ Idem, “Da Ilustração à Revolução...”, p. 61.

que somado à condição colonial e ao particularismo marcado dos interesses das elites, trazem, especialmente para um evento como a conjuração mineira, um contexto em que a idéia de ruptura com a Coroa não se forja em um ideário revolucionário propriamente dito, estando muito distante de pensar a subversão de hierarquias sociais.

A influência das Luzes, todavia, é bastante concreta ao contexto das conturbações do fim do Dezoito na Colônia. Em níveis diferentes, porém de forma ampla, o pensamento ilustrado se apresenta à todas as contestações do poder Real que se podem listar no período. A circulação e a difusão destas novas idéias pode ser rastreada na presença e no acesso aos livros que propagandeavam esses pensamentos. Falcon nos oferece uma visada eloqüente desta questão:

“A chamada elite intelectual existente nas colônias travou contato, de uma forma ou de outra, ainda que freqüentemente com atraso, com os textos ilustrados que punham sob a mira da crítica universal todos os aspectos constitutivos da visão de mundo tradicional fundamentada na autoridade dos ‘antigos’. Lendo os livros, tentando decifrar-lhe os múltiplos sentidos, os ilustrados coloniais, pinçaram ao longo de tais leituras, as idéias que lhes pareceram mais capazes de dar expressão e consistência adequadas aos seus próprios modos de ser e estar ‘em colônias’ —tudo aquilo que expressava criticamente as diferenças e sujeições inerentes à existência colonial. Das instituições iniciais, fruto dos primeiros clarões, talvez algo confusos, do entendimento ilustrado chegou-se, aos poucos, apesar de todas as dificuldades opostas pela situação colonial, à iluminação dos motivos, à ‘racionalidade’ das críticas, à clarificação dos objetivos a alcançar.”⁴⁸

As obras do Abade Raynal ocupam aí um papel de destaque. Uma em especial, o seu *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des européens dans le deux Indes*, de 1770, e especialmente a parte final desta obra, conhecida como *A revolução da América*, publicado em separado e também como o último volume reformulado da edição de 1780 desse *Histoire des deux Indes*, é o melhor exemplo das idéias de Raynal. Reinhart Koselleck analisando sua influência no contexto revolucionário do fim do Dezoito qualifica assim sua posição:

“Raynal foi um autêntico profeta da crise em um duplo sentido: da crise como ameaça de uma guerra civil e da crise como tribunal moral. Ele a invoca com a certeza histórico-filosófica de que ela transcorrerá de acordo com seu prognóstico determinista. ‘Era como se eu houvesse conversado com a Providência Divina’, observou Frederico o Grande a respeito de

⁴⁸ *Ibidem*, p. 83.

Raynal, após uma conversa cuja ironia escapou completamente ao refugiado, perseguido pela polícia francesa.”⁴⁹

Entre as duas primeiras edições desse *Histoire des deux Indes*, 1770 e 1774, e a de 1780, Raynal demonstra sua mudança de sensibilidade a partir dos eventos que tem lugar no cenário de então. A influência direta da Guerra da Independência Americana se faz sentir na completa reformulação desse último volume de sua principal obra, antes dedicado à formação e desenvolvimento das colônias inglesas e agora ocupando-se de sua independência.⁵⁰ A presença dos volumes do *Histoire*, especialmente o livro IX, que se ocuparia do Brasil e sua relação com Portugal e o último, ou XVIII, da edição de 1780, pode ser rastreada nas bibliotecas da elite letrada da Colônia àquela época. Em Mariana chegara pelas mãos do Dr. José Pereira Ribeiro, em 1788, no seu retorno de Portugal, sendo fornecido ao erudito cônego Luis Vieira. Também viria com José Álvares de Maciel, juntamente com o *Recueil de loix constitutives des Etats-Unis de l’Amerique*, em seu retorno de suas viagens pela França e Inglaterra. Estava presente na biblioteca de José Resende da Costa, em São João del Rey, e fora leitura freqüente do famoso médico e naturalista do arraial do Tejuco, José Vieira Couto, e possivelmente estaria presente em outras tantas mãos dentre os letrados dos principais núcleos urbanos de Minas. Também entre os membros da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, devassada em 1794, a obra de Raynal tinha lugar nas estantes, como na biblioteca de Mariano José Pereira da Fonseca, e certamente também tinha lugar em bibliotecas na Bahia e em outros pontos mais da Colônia. Nas devassas da Inconfidência Mineira, tal qual fazem referência Luciano Figueiredo e Oswaldo Munteal, prefaciando o *A revolução da América* de Raynal, consta uma referência que bem dá o tom do anticolonialismo e da incitação à contestação, presente na obra: “havia um livro de autor francês com um doutor em Mariana, o qual no fim trazia o modo de se fazerem levantes”.⁵¹

Com *A revolução da América*, Raynal teve papel central na disseminação de uma animosidade revolucionária e de concepções democráticas, não obstante, suas convicções políticas o alinhavam mais como um monarquista liberal nos moldes inglês, e em última

⁴⁹ Reinhart KOSELLECK, *Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*, trad. Luciana Vilas-Boas Castelo-Branco, Rio de Janeiro, EDUERJ, Contraponto, 1999, p.152.

⁵⁰ Luciano Raposo de Almeida FIGUEIREDO e Oswaldo MUNTEAL FILHO, “Prefácio” in: Guillaume-Thomas François RAYNAL, *A Revolução da América*, Trad. Regina Clara Simões Lopes, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1993. pp.29-30.

⁵¹ *Ibidem*, pp. 30-4, citando: *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*, Brasília, Câmara dos Deputados, 1981, vol. 5, p. 150.

instância sua figura era mais a de um reformador do que a de um revolucionário. Dilema em que se viram envolvidos as principais mentes ilustradas do período, mesmo dentre as diretamente ligadas com as perspectivas revolucionárias, no mais das vezes muito pouco interessadas em lançar por terra as hierarquias sociais que os privilegiavam e com grandes reservas quanto à idéia de insurreições populares.⁵²

De forma geral, uma pequena elite cultural na Colônia vai tomando contato com essas idéias ilustradas, responsáveis pela promoção da crítica a toda uma visão de mundo tradicional, e vai adaptando esta crítica na direção do questionamento da condição colonial. As relações entre “Ilustração” e “Revolução” à América portuguesa, tal qual avaliadas por Falcon,⁵³ dão mesmo o tom deste processo, enquanto caracterizadas tanto pela continuidade como pela ruptura. Essa pequena elite que realmente tem acesso ao pensamento ilustrado e com ele questiona sua condição colonial precipitando os sentidos de ruptura, também deu espaço a uma perspectiva de moldes reformistas, que visava questionar tão somente os excessos da política colonial, apregoando uma mudança progressiva do quadro e buscando evitar soluções muito radicais.

O fato é que essa postura de desagrado ao poder português na Colônia que se inicia com os eventos de 1789 em Minas, juntamente com uma conjuntura internacional conturbada na qual assomam os eventos franceses, promovem um posicionamento cada vez mais radical por parte da Coroa no que diz respeito à defesa de seus interesses.

À Inconfidência Mineira a coincidência de datas com a eclosão da Revolução Francesa parece sugestiva, todavia, o evento que os conjurados mineiros tiveram como exemplo foi mesmo o da independência das treze colônias na América inglesa. Os ecos dos eventos franceses só chegariam à América portuguesa alguns anos mais tarde, e seria

⁵² Em comentário sobre a filiação dos ímpetus revoltosos da Inconfidência mineira para com a obra de Raynal, Luiz Carlos Villalta argumenta que muitas das idéias processadas e atos pretendidos do movimento mineiro encontravam-se descritos não no livro referente à independência da América inglesa, mas sim na narrativa de Raynal acerca da libertação de Portugal do jugo da Espanha com a Restauração de 1640. O “modo do se fazerem os levantes” a que o padre Carlos Toledo se referia, e que incluiria a decapitação do governador, colore-se com exemplos que tem referência na independência de Portugal e não das 13 colônias inglesas; assim como o discurso de Tiradentes sobre a vexação dos impostos e os monopólios que impunham a pobreza ao Brasil, inspira-se nas idéias de Raynal, mas vale-se de metáforas do padre Antônio Vieira, que em um de seus sermões fala do dreno de riquezas do Brasil a partir de ministros-governadores que como “nuvens”, vinha aqui e “chupavam” a riqueza da Colônia. Desta forma, defende Villalta um amálgama das inspirações de obra de Raynal, com adaptações e retomadas de elementos da própria tradição portuguesa, informando de mais um traço de complexidade e variedade dessa Inconfidência Mineira. [Luiz Carlos VILLALTA, 1789-1808..., pp. 55-68.

⁵³ Francisco José Calazans FALCON, “Da Ilustração à Revolução...”, p. 83.

flagrante a preocupação da Coroa com a contenção dessas idéias no mundo luso-brasileiro. No caso da Bahia de 1798, por exemplo, a inspiração francesa nas idéias dos envolvidos, mesmo que em uma apropriação influenciada pelo particular de suas condições, é bastante referenciada em nossa historiografia.⁵⁴

A tônica da ação do Estado português no sentido de preservar o “imaginário” dos habitantes da Colônia distantes da idéia de ruptura com a metrópole, bem como, obviamente, da defesa em Portugal mesmo, da figura do monarca como o centro legítimo do poder, evidencia-se com clareza na tentativa de conter os “abomináveis princípios franceses”.

O decreto de 17 de dezembro de 1794, representaria bem estas intenções; nele Dom João abole o tribunal da Real Mesa da Comissão Real do Exame da Censura dos Livros e restitui o papel das tradicionais instituições de censura no mundo português: a Inquisição, e o Ordinário e a Mesa de Desembargo do Paço.⁵⁵

O aguçado faro, inebriado de uma paranóia generalizada, mesmo que não sem sentido, das autoridades coloniais a tudo que revelasse conteúdos danosos à manutenção das estruturas de poder e hierarquias sociais cristalizadas na monarquia portuguesa, levavam a um combate ampliado desse inimigo difícil de se ver. Um caso particular de um comerciante português que se vê perseguido pelo Vice-Rei, o Conde de Resende, acusado de “crime de inconfidência” em 1799, ilustra eloqüentemente esta conjuntura e ajuda ainda a amarrar alguns elementos superpostos entre Luzes, revolução e homens de negócios naquele tumultuoso fim de século.

Francisco Álvaro da Silva Freire, natural da cidade do Porto, é preso em 1799 em Lisboa, ao que julgava inicialmente, por conta de “ter feito alguns contrabandos”. Preso em março, havia ficado incomunicável em dois presídios nesta cidade antes de ser mandado para o degredo na Índia, em um navio com outros 243 presos. Não receberia, entretanto, o mesmo tratamento que os outros, gozando do convívio dos oficiais da tripulação e do

⁵⁴ Cf. István JANCÓS, *Na Bahia, contra o Império: história do ensaio de sedição de 1798*, São Paulo, Hucitec, 1996 / Guilherme Pereira das NEVES, “De 1789 a 1798: percursos da francesia na Bahia”, *Revista da SBPH - Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, Curitiba (18): 93-101, 2000 / Idem, “Bahia, 1798: uma leitura colonial da Revolução Francesa (a propósito da tradução portuguesa de um texto de Jean-Louis Carra)”, *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro 4(1): 121-125, jan./jun. 1989.

⁵⁵ Lúcia Maria Bastos Pereira das NEVES e Tânia Maria T. Bessone da C. FERREIRA, “O medo dos ‘abomináveis princípios franceses: a censura dos livros nos inícios do século XIX no Brasil’”, *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro 4(1): 113-119, jan./jun. 1989, p.113.

capitão, com alguns dos quais dividia a familiaridade a certos “estatutos” e “princípios secretos”. Em termos mais claros, como se depreende na análise do conjunto da documentação, Freire era maçom e partilhava desta condição com vários membros da tripulação.⁵⁶

A nau em que viajava, aportou antes de seguir para Goa na cidade do Rio de Janeiro e os prisioneiros foram conduzidos para a fortaleza da Ilha das Cobras. Vinham, entretanto, recomendados pelo capitão para estarem separados e terem tratamento especial, dois cadetes e este Francisco Álvaro da Silva Freire. Do tempo em que ficou nesta fortaleza, no convívio com o próprio governador da ilha, discorreu em profusão sobre sua vida e seus interesses:

“(...) o dito Freire tem feito uma narração de sua vida, diz que da idade de nove para dez anos fora para Inglaterra e que estivera em Paris aonde fez o curso de filosofia e que se passou a Portugal e depois se foi formar a Universidade de Coimbra e querendo o Pai que ele seguisse os lugares o não quisera por ser mais inclinado ao comércio; que se passou a Holanda a tomar lições de comércio, passando novamente a Portugal, onde fora examinado na Junta do referido Comércio e que haverá dez anos que começou a comerciar de sociedade com um tal Manuel Joaquim Jorge da Cunha (...)”⁵⁷

Como homem de negócios e comércio, Freire era leitor atento de gazetas de nações estrangeiras e isto dizia fazer na intenção de saber onde estariam mais altos os preços para poder melhor tocar o seus negócios. Antes de seguir sua carreira no comércio, teve funções junto à administração portuguesa, tendo sido despachado para cônsul de um país estrangeiro, mas dá conta de que “cedeu do lugar por estar nele interinamente um afilhado do Senhor Martinho de Melo, e que depois o despacharam para um lugarejo de Portugal, e o não aceitou por ter toda a paixão pelo comércio”.⁵⁸

Sua situação, entretanto, muito se complicaria àqueles meados de 1799. Entre os passeios e as conversas na prisão em Ilha das Cobras, tratava ele de escrever cartas a inúmeros amigos. A um de seus interlocutores nas “animadas” conversas da viagem,

⁵⁶ A documentação em questão compõem-se de um “Autos de Perguntas” e um “Autos de Averiguações”, entre outros mais papéis, relativos a Francisco Álvaro da Silva Freire e alguns outros personagens implicados em uma devassa pelo crime de inconfidência. Encontram-se depositados no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro [ANRJ, Vice Reinado, Caixa 491, pct. 01] dispersos em pacotilhas não numeradas.

⁵⁷ ANRJ, Vice Reinado, Caixa 491, pct. 01 / “Parecer de José Monteiro de Macedo Ramos Gomes”. [Note-se que a ortografia de todas as citações de documentos originais presentes na dissertação, foi modernizada com objetivo de padronizar e facilitar a leitura.].

⁵⁸ *Ibidem*.

confiaria algumas dessas cartas para serem entregues a Luiz Beltrão de Lucena, chanceler da relação do Rio de Janeiro, a quem pedia o obséquio de encaminhá-las aos destinatários. Estas cartas entregues a Luiz Beltrão de Lucena, amigo pessoal de um dos destinatários, Modesto Antônio Mayer, teriam destino muito diverso, passando às mãos do Vice-Rei, José Luís de Castro, o Conde de Resende. Com base nessa correspondência, o Vice-Rei muito rapidamente cuidou de mover uma devassa pelo crime de inconfidência contra Freire, acusando-o das mais “venenosas” e “malévolas” idéias. É bom lembrar que este mesmo Conde de Resende é que fora o responsável pela devassa da Sociedade Literária no Rio de Janeiro cinco anos antes, e certamente era um dos mais atentos homens do poder na colônias na perseguição desses “abomináveis princípios franceses”.

Alguns trechos da carta do Conde de Resende ao desembargador João de Figueiredo incumbindo-lhe do processo, em 21 de agosto de 1799, dão viva imagem do combate à esse ideário pernicioso no mundo português:

“Depois de feitas estas diligências, passará no mesmo dia, ou no seguinte dia a interrogar o dito prezo; porque ainda que pelo que diz respeito a ele acho pelas cartas inclusas, e principalmente pela que dirige a seu parcial e íntimo amigo Modesto, assaz patente o veneno que encobre o seu malévolos coração, pois que não só deseja, mas efetivamente espera ver a sua pátria envolta na mesma confusão, desordem, e ruína, em que se vê submergida a França pelo transtorno de sua Monarquia (...)”

Não cabe nessa digressão já longa avançar nos desdobramentos do interrogatório e no sobremaneira interessante conteúdo das cartas, não obstante um trecho em especial já é suficientes para evidenciar a penetração desses conteúdos potencialmente sediciosos entre homens de negócio e membros da extensa estrutura burocrática do governo Português.

Na carta destinada a seu amigo Modesto,⁵⁹ pouco depois de aludir a certos “desaforos” de que o amigo foi alvo, por parte do “insolente Baxá, ou Visir”, referindo-se à

⁵⁹ Modesto Antônio Mayer, ao tempo em que Freire escrevia, fora despachado para o cargo de ouvidor da comarca de Vila Rica. Era natural de Santarém e anteriormente havia servido no cargo de Juiz de Fora em Alenquer. A despeito das complicações de Freire que envolveram diretamente seu nome, isto não parece ter alterado em nada sua trajetória, uma vez que 1801 encontrava-se bem situado em sua função nas Minas, parecendo mesmo de que enquanto Freire escrevia sua carta, mal saberia que Modesto lá já haveria chegado. Não só seria o ouvidor da comarca de Vila Rica como em breve acumularia a função de intendente do ouro. Algum tempo depois, 1803, ocuparia a importante, e certamente lucrativa, função de intendente-geral dos diamantes, então residindo no arraial do Tejuco. [ANRJ, Vice Reinado, Caixa 491, pct. 01 / “Auto de perguntas a Francisco Álvaro da Silva Freire”, 2ª cópia, p.12-v / AHU, Minas Gerais, caixa 145 doc. 10, caixa 156 doc. 40, caixa 157 docs. 11 e 23, caixa 167 doc. 55, caixa 169 doc. 9, caixa 177 doc. 26, caixa 179 doc. 18 e caixa 183 doc. 14.]

figura de Dom Rodrigo de Souza Coutinho, como depois se evidencia no decorrer do interrogatório, dá preciosos detalhes de sua viagem:

“(...) consente [o comandante] que eu seja visitado por quem me procura, que não é pouca gente, para o que bastam os oficiais da Marinha que aqui se acham, os quais logo que souberam que nesta se achava um prezo Jac. ... e P.L. me vieram ver e ofertar o que houvesse na sua alçada.”⁶⁰

A análise do conjunto da documentação, e especialmente os autos de perguntas, mostraria, para a infelicidade de Freire, que havia mesmo ali, toda espécie de “bruxas” que o Conde de Resende queria caçar.⁶¹ Em meias palavras e códigos encontra-se nas cartas todo um conjunto de referências às atividades maçônicas, o “abominável” depositário das idéias revolucionárias dos franceses, e que se espalhava por entre meios ilustrados à época. Meios que partilhavam e se regiam por certos “estatutos” e se alinhavam ao “Jac.”, irmanados como “P.L.”, ou melhor: ao Jacobinismo, irmanados como Pedreiros Livres, referência comum aos maçons em Portugal.

A ações dos administradores portugueses, especialmente na Colônia àqueles últimos anos do Dezoito, evidenciariam sempre o reforço dessa preocupação em coibir idéias potencialmente danosas à manutenção do poder no monarca. Não se furta, entretanto, como já se frisou aqui, de produzir o governo português uma incorporação particular daquele ideário ilustrado, destituindo-o de sua carga revolucionária e valendo-se dele para justificar um reformismo conduzido por um soberano ilustrado. Luciano Raposo de Almeida Figueiredo, se referindo a um conjunto específico de memórias produzidas nessa conjuntura reformista, particularmente no que concerne às análises dessas do comércio colonial no final do Dezoito, discute essa problemática da necessidade por parte do Estado português de lidar com o potencial revoltoso que a recepção dessas reformas na Colônia poderiam suscitar:

“De qualquer forma, trata-se aqui de uma oportunidade rara de nos defrontarmos com mais um significativo conjunto de idéias-forças das

⁶⁰ ANRJ, Vice Reinado, Caixa 491, pct. 01 / “Carta a Modesto Antônio Mayer”.

⁶¹ É conveniente ressaltar que o Conde de Resende é o responsável por devassar a Sociedade Literária alguns anos antes, em 1794, sendo o episódio que envolve este Francisco Álvaro da Silva Freire, marca do ambiente conturbado e do espectro desse medo aos “abomináveis princípios” no Rio de Janeiro do período. Referência central à análise dos eventos da Inconfidência do Rio de Janeiro é: Afonso C. M. dos SANTOS, *No Rascunho da Nação: Inconfidência do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1992; um trabalho recente que merece ser destacado é o de Roberta Martinelli, se ocupando das tramas entre as ações políticas e o medo na cidade do Rio de Janeiro nos setecentos: Roberta Martinelli e BARBOSA, *Temor e Revolta: O Medo na Cidade do Rio de Janeiro Setecentista*, Niterói, ICHP / UFF, 2001 (Dissertação de Mestrado em História).

reformas financeiras que saíram do papel para o plano administrativo e trouxeram ainda componentes ilustrados, ativados a serviço do reerguimento econômico. As Memórias capturam esse instante particular da política econômica portuguesa. Capturam ademais a insegurança que acompanhava a sua implementação uma vez que eram semeadas em campo minado pelas insatisfações coloniais que se adensavam em fins do século XVIII. Neste sentido temos aqui ocasião instigante de aprender, ao lado da linguagem técnica das justificativas, um discurso de natureza política, a ela entremeadado, centrado no perigo de instabilidade que a recepção das reformas poderia causar. São os limites e dilemas plenos das práticas financeiras do Estado colonizador.”⁶²

De um modo geral, o que se quer mesmo marcar aqui é a apropriação particular que a elite intelectual da Colônia faria desses princípios ilustrados. Neste sentido a reflexão de Guilherme Pereira das Neves em um comentário da Inconfidência Baiana de 1798, é especialmente interessante:

“Para concluir, esses homens livres, mas pobres, estavam sujeitos a uma dupla exclusão na Bahia de fins do século XVIII. Primeiro, sujeitos à exclusão que sua precária situação de pobreza implicava. Segundo, sujeitos à exclusão que o próprio sistema colonial acarretava. A elite, contudo, sofria apenas da segunda, à qual as reformas esclarecidas, como as que Dom Rodrigo vinha propondo desde 1796, prometiam solução. Os indivíduos de condição procuraram na Ilustração os meios para fazer a análise de uma situação que os oprimia e para garantir a sua transformação com ordem e razão. Mas aqueles que não tinham nada só puderam buscar nas luzes os motivos para exprimir seu desespero, substituindo o real de suas misérias pelo imaginário de seus sonhos. Para uns como para outros, no fundo, as Luzes constituíram, como todos os sistemas de pensamento, apenas a tela na qual projetaram suas esperanças.”⁶³

⁶² Luciano Raposo de Almeida FIGUEIREDO, “Das arcas coloniais ao Palácio de Queluz: dilemas luso-brasileiros no governo da fazenda real nas *Memórias* do códice 807”. [texto inédito para a *RIHGB*]

⁶³ Guilherme Pereira das NEVES, “Bahia, 1798...”, p. 125.

1.2. Caminhos da economia mineira

1.2.1. Ouro, fisco, moeda, crédito, dimensões internacionais e os eixos para o grande comércio

Ouro é por certo uma palavra forte. A ele muitos atrain. A historiografia econômica inclusive. E não é de se estranhar assim o monopólio do ouro às interpretações da economia mineira do século XVIII, o que por muitas vezes, e por demasiado tempo, legou a segundo plano a tecitura eminentemente complexa desta economia em privilégio do que tinha brilho maior. Se obscurecer o que é mais sutil em função do mais obviamente marcado não é por certo um caminho louvável à mais acurada análise histórica, deixar de ver o ouro “no meio do caminho”, tampouco parece melhor estratégia. Afinal, como já se perguntou Francisco Iglésias: como teria sido o desenvolvimento das Minas sem o ouro? Sem dúvida tudo seria forçosamente muito diverso. Tardaria o povoamento e sua dinâmica seria muito diferente, as dificuldades de transporte inviabilizariam a competição com as capitâneas marítimas na produção de gêneros agrícolas, o Estado não haveria de se fazer sentir prontamente, a sociedade apresentaria outra composição, as cidades outra paisagem; enfim, conjuntura em tudo distante do que se deu.⁶⁴ Mesmo que não seja lá muito lícito elucubrar sobre o que “poderia ter sido”, é importante reforçar de saída a perspectiva da centralidade do ouro à formação das Minas Gerais, sem deixar de insistir que, se é o ouro que dá forma a quase tudo das Minas, o urbano inclusive; não obstante, quase nada é expressão direta, exclusiva e unívoca da mineração deste metal.⁶⁵

A intensidade do comércio, a diversidade da produção agro-pastoril, os ofícios mecânicos e a oferta de serviços, as manufaturas, os transportes, o fisco, o crédito, entre outros vários pontos, vão se superpondo em uma conjuntura que só mais recentemente a

⁶⁴ Francisco IGLÉSIAS, *Três Séculos de Minas*, Belo Horizonte, Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, 1985 (Cadernos de Minas, 1), p.11.

⁶⁵ O diamante constituiu, junto do ouro, o outro grande produto mineral de Minas no século XVIII, ocupando um papel proeminente nos interesses da Coroa. Os achados iniciais situam-se na década de 1720, localizando-se ao norte do núcleo minerador central motivando um acelerado processo de ocupação que suscita de pronto uma série de restrições com a demarcação do Distrito Diamantino. A despeito da importância e das especificidades da produção de diamantes à economia e à sociedade mineira, não a incorporaremos em nossa análise por conta de se preservar o foco aqui nas relações econômicas que se processam no eixo centro-sul da capitania, recrudescendo a nossa “rota emblemática” de Vila Rica a São João del Rey.

historiografia se encarregou de enredar com maior densidade de pesquisa, e que redundou na “descoberta” da complexidade da economia mineira. Todavia, para além do *ceteris paribus* dos manuais de teoria econômica, a economia da vida material só muito dificilmente deixa de ser uma expressão da complexidade. Neste sentido, o caso de Minas Gerais em nada é diferente, e antes mesmo de se atentar em termos concretos ao que ele tem de específico, pode-se marcar a premissa de que a economia mineira pode e deve ser referenciada segundo o signo da diversidade desde a primeira metade do século XVIII, sendo que mesmo os primeiros anos de sua formação apontam nesta direção. A todo tempo aqui, portanto, vai se insistir em uma tomada da economia mineira como uma entidade complexa em sua base produtiva, mais ainda, parece sobremaneira acertada a perspectiva de tomar o século XVIII como palco para um determinado processo histórico de “complexificação” das relações econômicas na capitania, que seguem para encontrar o século XIX.

As primeiras descobertas auríferas na região das Minas datam ainda dos últimos anos do século XVII, mas ao que parece, só com o alvorecer do Dezoito é que a Coroa viria realmente a se aperceber da extensão das riquezas que aquelas minas ofereciam ao reino e a buscar as formas de seu efetivo controle. Das preocupações com a perda das gentes nas lavouras de açúcar e fumo por conta dos deslocamentos populacionais para as minas, passou-se sem muita demora então, para as formas de assegurar os direitos do Rei sobre aquele ouro.⁶⁶ A arrecadação destes direitos passa a ser o foco central dos interesses portugueses. As formas da produção não eram, e por praticamente todo o Dezoito, não foram objeto de real preocupação, sendo mesmo a atividade fiscal a função absoluta. Somente ao final do Dezoito é que teriam lugar então algumas considerações acerca da tecnologia utilizada para a exploração mineral, já perante o quadro da mais evidente decadência da mineração. O Desembargador José João Teixeira, em 1780, em sua *Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais*, e com ele outros mais memorialistas da época, expõem esta precariedade técnica dentre os males que conduziram à decadência.⁶⁷

A princípio, a tributação do ouro das Minas, dependia de quatro fundições localizadas na região de São Paulo, encarregadas de deduzir o quinto do ouro em pó ou em

⁶⁶ Charles. R. BOXER, *A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial — 1695-1750*, trad. Nair de Lacerda, 2.ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1969 (Col. Brasiliana, 341), pp. 77-8 e 82.

⁶⁷ José João Teixeira COELHO, *Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais (1780)*, Introdução por Francisco Iglésias, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994, pp.183-4.

pepitas até lá levado. A ineficiência nesta estrutura compelia a Coroa a buscar formas de impor seus interesses no próprio território das Minas. Já entre 1701 e 1702, cuidou-se de se nomear cobradores de quintos nos distritos mais importantes e a estabelecer postos de inspeção nos principais caminhos. Em 1699 transferiu-se, de forma itinerante, a casa da moeda para o Rio de Janeiro, lá se instalando em definitivo entre 1702 e 1703. Em 1704, as casas de fundição de São Paulo foram fechadas e abriram-se outras nos portos de Santos e Parati na expectativa de se estreitar a saída do ouro sem o pagamento dos quintos. Não obstante, por mais que se buscasse aumentar o controle do ouro que deixava as Minas pelos caminhos do Rio e de São Paulo, as rotas que seguiam para o Norte e levavam à Bahia, a despeito das tentativas de restrição por parte da Coroa, permaneciam como um grandes escoadouros. Fosse como fosse, e a despeito das resistências locais, estava claro para a Coroa, pela altura da primeira década do Dezoito, a necessidade de se apertar a cobrança dos quintos no próprio território das Minas. O “pretexto e a oportunidade” de efetivar esta posição, viria com a eclosão dos conflitos entre paulistas e “emboabas” pelos idos de 1708.⁶⁸ Um breve panorama das idas e vindas das estratégias fiscais nas Minas, ajuda a contextualizar o cenário conturbado e de variados interesses em que a Coroa buscava se impor.

O sistema estabelecido por Antônio de Albuquerque em 1710, da cobrança dos tributo a partir de uma taxa de capitação fixa, imposta a partir do número de braços envolvidos na produção, é substituída já em 1713, com a vinda do novo governador, por uma cota de trinta arrobas anuais em acordo com representantes das câmaras municipais. A Coroa não estava satisfeita com esta decisão, recusando-se mesmo a sancioná-la em um primeiro momento. O novo governador, Dom Pedro de Almeida, o Conde de Assumar, se encarregaria de alterar o quadro, primeiramente, em 1718, a partir de uma redução nessa cota anual para vinte e cinco arrobas, mas reservando à Coroa os direitos de operação dos registros.⁶⁹ Este era por certo negócio dos mais vultosos, sendo, via de regra, operados a partir de contratos régios, dos quais os titulares eram alguns dos mais proeminentes negociantes das Minas.

O quadro ainda estava longe de agradar a Coroa, que via diante de si o evidente crescimento daquelas Minas no afluxo de pessoas e no desenvolvimento das vilas; sendo

⁶⁸ Charles. R. BOXER, *A Idade de Ouro...*, pp.79-82.

⁶⁹ *Ibidem*, pp.210-11.

que em 1719 se decretou o estabelecimento de quatro casas de fundição na capitania, a serem abertas no ano seguinte, em Vila Rica, São João del Rey, Sabará e Vila do Príncipe. Todavia esta intenção malogrou, encontrando grande descontentamento e forte resistência por parte da população da qual é testemunho a Revolta de 1720 em Vila Rica, que provocaria violenta repressão por parte das autoridades e levaria ao conhecido episódio da condenação à morte do tropeiro minhoto Felipe dos Santos. Impôs-se a autoridade do representante da Coroa, mas, não obstante, se optou por não insistir na instalação das casa de fundição, mantendo-se a cota de trinta arrobas suplementada dos recursos auferidos via contratos na cobrança de taxas nos registros, o que logo à frente é elevado ao patamar de trinta e sete arrobas e em seguida, cinquenta e duas. Somente em 1725 é que Dom Lourenço de Almeida, o novo governador (primeiro da recém criada capitania de Minas que se parte da de São Paulo em 1720), consegue o estabelecimento de uma casa de moeda e uma fundição em Vila Rica, datando já de 1734, o estabelecimento de outras duas casas de fundição, uma em Sabará e a outra em São João del Rey. Não obstante, o substantivo aumento dos tributos, já em 1735, a despeito da grande impopulariedade da media, forçou-se a retomada da taxa de capitação impostas indistintamente à todos os negros escravos, ou negros, mulatos e mestiços livres que não tivessem escravos próprios. Esta só foi abolida por força de um decreto de 3 de dezembro de 1750, reabrindo-se no ano seguinte as casas de fundição e tendo lugar o sistema de garantia de uma cota mínima de cem arrobas anuais, que se não atingida seria completada pela ação da derrama.⁷⁰

Alcançar as cem arroba anuais torna-se cada vez mais difícil. Como já se fizera algumas vezes apela-se para a derrama, mas a partir do ano fiscal de 1763/64, não se atingiria mais o exigido.⁷¹ O quadro de decadência da produção aurífera é crescente e irremediável, sendo os rigores do fisco o reforço maior à insatisfação geral, da qual as conturbações políticas são uma das facetas mais claras. O esforço para se identificar as causas da decadência e os meios de remediá-la são agora alvos da Coroa, e o grande número de memórias produzidas no período a este respeito testemunham esta preocupação.

O sistema fiscal compõe um dos mecanismos fundamentais de extração e transferência da renda colonial, constituindo algumas das 'artérias vitais' da relação colônia-

⁷⁰ Charles. R. BOXER, *A Idade de Ouro...*, pp.211-18.

⁷¹ Francisco IGLÉSIAS, *Três Séculos...*, p.8.

metrópole, como assim chamou Vitorino Magalhães Godinho. Neste sentido os tributos pago pelo ouro das Minas e junto disto as arrecadações de alfândegas e os rendimentos dos contratos reais, estão na base da manutenção e reprodução do sistema colonial.⁷² Não cabe aqui uma análise ampliada do quadro tributário mineiro no Setecentos, que muito provavelmente tratava-se do mais complexo e exaustivo da Colônia; mas não é demais lembrar o alcance desse aparelho fiscal. Somavam-se cerca de oitenta tipos diferentes de impostos às Minas do período, cobrindo variadas esferas da vida econômica da população, no que se refere a produção, circulação de mercadoria, transferência de propriedades, entre outros.⁷³ Aos quintos do ouro seriam então sobrepostos vários impostos e taxas, tanto diretos, onde se alinham os direitos de entradas e passagens ou os dízimos, que eram recolhidos pela Coroa por conta do padroado régio; como os indiretos e eventuais, como os “subsídios voluntários” (destinados a custear guerras, dotes de princesas, a reconstrução de Lisboa, etc.), ou outros socorros a gastos extraordinários da Coroa, tal qual o que mais tarde se destinou à educação, chamado “subsídio literário”. Engrossavam a lista ainda, os tributos que eram cobrados pelas câmaras municipais a título de conservação de estradas e pontes assim como outros serviços públicos; ou mesmo as propinas que os titulares de cargos governamentais deveriam reservar de seus salários para a Coroa.⁷⁴

A dinâmica da atividade mineratória e da economia mineira no século XVIII, além de motivar a pesada estrutura tributária que se articulou na capitania, teve claros efeitos no conjunto da circulação mercantil e no padrão monetário na Colônia. De forma geral, a questão monetária e a fiscal estão intimamente ligadas enquanto “um dos dois mecanismos de gestão econômica exercida pelo Estado desde tempo imemoriais —a manipulação da moeda e o confisco”.⁷⁵ Assim como na sua relação com o créditos e as possibilidades de financiamento dos negócios, e o circuito mercantil como um todo.

⁷² Vitorino Magalhães Godinho, “Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770)”, *Estudos Econômicos*, São Paulo 13(1): 719-732, 1983 / Luciano Raposo de Almeida FIGUEIREDO, “Tributação, sociedade e administração fazendária em Minas no século XVIII”, *AMI*, Ouro Preto (IX): 96-110, 1993 / Idem, *Revolutas, fiscalidade e identidade colonial na América Portuguesa: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761*, São Paulo, FFLCH/USP, 1996 (Tese de Doutorado em História Social).

⁷³ Luciano Raposo de Almeida FIGUEIREDO, “Tributação, sociedade...”, p.98 / Antônio Luiz de BESSA, *História Financeira de Minas Gerais em 70 anos de República*, prefácio de Francisco Iglésias, Belo Horizonte, Secretaria de Estado da Fazenda, 1981, vol.1.

⁷⁴ Charles. R. BOXER, *A Idade de Ouro...*, pp.207-8 e Francisco IGLÉSIAS, *Três Séculos...*, p.8.

⁷⁵ Maria Bárbara LEVY, “Crédito e Circulação Monetária na Economia da Mineração” in: *III Seminário de Economia Mineira (Diamantina, 1986): Anais*, Belo Horizonte, CEDEPLAR / UFMG, 1986, p.25.

A lógica que perpassa estas interligações na economia, é a de que, a partir do aumento da circulação monetária, diretamente associado à atuação do Estado (na cunhagem de moeda, unificação de padrões, etc.), libera-se o fluxo das transações em mercadorias o que vem a implicar forçosamente no comércio de dinheiro. No que tange à economia colonial, a expansão da economia mercantil associada à composição de juros desencadeada a partir das relações de financiamento em uma economia monetária é responsável pela afirmação do papel do capital usurário.⁷⁶ O que normalmente se refere por capital usurário, também nomeado de capital portador de juros, é entendido por Marx, em par com o capital comercial, como pertencente às “formas antediluvianas do capital”. Estas seriam as expressões possíveis do capital presentes na economia colonial, segundo algumas leituras de ênfase marxiana.⁷⁷ Sem a preocupação de marcar posição dentre as vertentes interpretativas da economia colonial, interessa simplesmente explicitar uma relação pertinente às reflexões aqui apresentadas, na qual se pressupõe uma ligação entre a análise do capital usurário e o entendimento da economia colonial enquanto uma formação pré-capitalista.

Também não é essencial a esta análise a exposição das idas e vindas da política monetária associada às Minas no século XVIII, não obstante parece adequada uma breve menção a alguns pontos que suscitem as interligações entre o quadro das Minas e o conjunto da economia na Colônia e na metrópole.

Em primeiro lugar, é importante ter em conta, o fato de que a política monetária exercida por Portugal teve até o século XVIII, caráter eminentemente conjuntural, sendo sempre ditada por circunstâncias externas tais como as despesas decorrentes da Restauração ou as pressões oriundas da concorrência com o açúcar das Antilhas.⁷⁸ A escassez de moeda na Colônia ao final do século XVII, e as medidas de desvalorização da moeda portuguesa suscitavam grande insatisfação, bem como um quadro em que reforçava-se uma drenagem do pouco metal que circulava na Colônia por conta das exportação. Em 1694, a instituição de uma moeda provincial, com valor reduzido em relação à moeda portuguesa e destinada à circulação exclusiva na Colônia, visava controlar esta situação.

⁷⁶ *Ibidem*, p.14.

⁷⁷ Karl MARX, *O Capital: crítica da economia política*, trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe, 2.ed., São Paulo, Nova Cultural, 1986, (Col. Os Economistas), Livro Terceiro, Vol. III, Tomo 2, p.107.

⁷⁸ Maria Bárbara LEVY, “Crédito e Circulação...”, p.16.

A circulação de uma moeda provincial exclusiva para a Colônia duraria muito pouco, sendo que em 1700, já diante da evidência do potencial de riquezas das Minas, não só suspende-se a sua cunhagem como também, passa a casa da moeda a cunhar moedas do reino aqui.⁷⁹ A dinâmica das relações monetárias no próprio território das Minas, não tardou em ser um dos focos principais de interesse da Coroa. A especificidade da produção do metal, enquanto mercadoria-dinheiro, e sua crescente expansão naquelas primeiras décadas do XVIII, consolida de forma efetiva a monetarização das relações econômicas, dinamizando as práticas mercantis no território das Minas. As tentativas de regular estes fluxos no território da capitania, ocupariam a atenção da Coroa, estando as políticas fiscais, fosse a capitação ou a cobrança de quintos, diretamente associadas a estas questões.

A instalação das casas de fundição em Minas, por exemplo, foi motivo de grande descontentamento por parte dos comerciantes da praça do Rio de Janeiro, que se queixavam que a partir de sua abertura, os negociantes mineiros não mais enviavam o metal à cidade de forma regular no decurso do ano, afluindo para lá somente por ocasião da chegada da frota ocasionando tal escassez de meio circulante “a ponto de as mercadorias não terem saída e o imposto não poder ser cobrado. Os contratadores, arrendatários particulares do fisco, não podiam fazer seus pagamentos à Coroa”.⁸⁰ O conjunto destas solicitações certamente somou-se à decisão da Coroa de fechar as casas de fundição em 1735.

Vários regimes foram adotados para a circulação monetária em Minas em contínuas alterações na legislação que sempre estiveram associadas à política fiscal. Subscreve-se aqui a linha argumentativa de Maria Bárbara Levy, de que “numa economia que produz ouro como matéria-prima, quando a Coroa define a finalidade e limita a circulação de cada tipo de moeda, está extorquindo um imposto adicional —praticando um confisco. A gestão monetária não é neutra, como podem sugerir diversas teorias sobre a moeda e isto prova este capítulo da nossa história”⁸¹.

Tanto direta como indiretamente a Coroa procedia este confisco a partir da gestão monetária, lançando mão, inclusive, do expediente de recunhar as moedas diminuindo o seu peso em metal e mantendo o mesmo valor nominal. Note-se também, que as restrições impostas pela Coroa, especialmente no tocante à circulação de ouro em pó, visavam

⁷⁹ *Ibidem*, p.20.

⁸⁰ *Ibidem*, p.28.

⁸¹ *Ibidem*, p.43.

preservar o preço do ouro na capitania, que não obstante, oscilou muito no decorrer do Dezoito.⁸² De forma geral, pode-se acompanhar a proximidade entre a dinâmica fiscal, já contemplada acima, e a dinâmica monetária em Minas no período colonial, a partir de um breve resumo deste última:

“1) 1707-1725 – circulação do ouro em pó; 2) 1725-1735 – circulação do ouro em barra e proibição da circulação do ouro em pó fora da capitania; 3) 1735-1750 – circulação do ouro em pó, proibida a circulação monetária; 4) 1751-1803 – circulação do ouro em pó, em barras, das moedas de prata e cobre, e proibição da circulação das moedas de ouro; 5) 1803-1832 – proibição da circulação do ouro em pó.”⁸³

Sem dúvida é possível caracterizar as Vilas do Ouro em Minas como os primeiros núcleos em que se vislumbra um quadro de monetarização mais generalizada da economia, escapando ao estrato dos principais negociantes e alcançando uma parcela mais ampla da sociedade exatamente por conta desta identidade entre o produto das minas e o meio de troca. Não obstante, é preciso relativizar com cuidado esta aparente “fartura” na circulação monetária. Se no final do século a escassez generalizada de moeda leva mesmo a uma relativamente ampla experiência de circulação fiduciária na capitania a partir da emissão dos “bilhetes de extração”⁸⁴, ainda na primeira metade do século, pode-se rastrear os efeitos das restrições oficiais na circulação a partir da prática generalizadas das negociações a crédito, tanto no pequeno comércio com a dificuldade premente de se oferecer troco, como na falta de moeda ao comércio atacadista.⁸⁵ Ainda assim, o quadro que se apresenta nos núcleos urbanos mineiros é, no que diz respeito à monetarização, significativamente diverso do que se vê nas demais vilas e cidades da América portuguesa do Dezoito.

⁸² Tabela do *Preço do Ouro não Fundido (1 oitava) em Minas Gerais (1735-1832)*, segundo L. Von ESCHWEGER, *Pluto brasiliensis*, 2.ed., São Paulo, EDUSP; Belo Horizonte, Itatiaia, 1979, p.134.

Preço do Ouro não Fundido (1 oitava) em Minas Gerais (1735-1832)

<i>Período</i>	<i>Preço</i>
até 1725	1\$500
1725-1730	1\$200
1730-1732	1\$320
1732-1735	1\$200
1735-1751	1\$500
1751-1832	1\$200
1823-1832	1\$500

⁸³ João Antônio de PAULA, *Raízes da Modernidade em Minas Gerais*, Belo Horizonte, Autêntica, 2000, p.74, com base em informação coligidas em Antônio Luiz BESSA, *História financeira de Minas Gerais em 70 anos de República*, Belo Horizonte, APM, 1987 e Maria Bárbara LEVY, “Crédito e Circulação...”.

⁸⁴ Maria Bárbara LEVY, “Crédito e Circulação...”, pp.32-3.

⁸⁵ *Ibidem*, p.43.

Conforme introduzido acima, o tema da circulação monetária em uma economia mercantil carrega consigo as questões relativas ao capital portador de juros, ou simplesmente, capital usurário. A reflexão acerca deste ponto, e em termos mais amplos, a respeito das relações de crédito, é assim uma porta de entrada importantíssima ao universo dos negócios e dos negociantes daquelas Minas.

O primeiro que se deve refletir acerca dessa é que desde as primeiras décadas do Dezoito, as práticas de crédito já deviam abranger muito de tudo que se negociava nas Minas, e tal qual já se havia mostrado patente no Nordeste açucareiro, cada vez mais se afirmavam os interesses comerciais de negociantes da metrópole em acercar-se de uma rede de comissários e correspondentes na Colônia, como meio de ampliar seus negócios dentro do Império português.⁸⁶

É certo que as relações creditícias pressupõem, quanto mais amplo o seu alcance, uma estrutura de negócios bem organizada, estrutura esta que estes correspondentes de casas de negócios da metrópole eram capazes de prover, calculando racionalmente as taxas de juros de suas promissórias e lançando bases de um conhecimento detalhado do meio em que atuavam.

Não só o comércio atacadista, como nas negociações relativas ao abastecimento de secos e molhados da capitania nos anos de maior riqueza do ouro, na primeira metade do século, ou no tráfico de negros para as minas; mas também no âmbito do varejo, especialmente por conta das limitações impostas à circulação (e que devem ter sido sentidas mais fortemente no pequeno comércio), a prática do crédito parece ter permeado as relações econômicas nas Minas desde os primeiros anos da ocupação do território.

A grande expansão dos fluxos de comércio do eixo sul da Colônia à época do desenvolvimento da mineração, fez rapidamente crescer a importância da praça do Rio de Janeiro como entreposto comercial, fazendo mesmo deslocar o centro das ligações comerciais com a metrópole, até então centradas no Nordeste; realidade que já se delineia claramente no começo do Dezoito, mas que só têm o reconhecimento tácito de sua importância comercial e política com a transferência da capital colonial de Salvador para lá em 1763. O centro articulador das redes de negócios que permeavam fundamentalmente o sistema colonial e que se capilarizavam para o interior da Colônia, buscando o privilegiado

⁸⁶ *Ibidem*, pp.36-7.

mercado das Minas de então, era o Rio de Janeiro, que por essa época se afirmava como ator central no comércio atlântico; sendo que esta consolidação dos interesses desses homens de negócio na Colônia lançaria suas influência século adentro.

Se a euforia dos anos de maior riqueza das Minas, animou os negócios, fez generalizar as teias de endividamento, e afirmar a importância do capital usurário naquela economia; a decadência, por sua vez, não provocou efeito contrário, no sentido de que a concessão de créditos naquela economia, estava comprometida com o caráter extorsivo do capital usurário, que dissimulava seus efeitos em um regime de expansão econômica, mas que buscou manter sua lucratividade em um quadro de retração. Nas palavras de Maria Bárbara Levy:

“Quando a extração do ouro cai, o capital usurário mantém sempre a mesma lucratividade anterior, pois tem como instrumento de sustentação a taxa de juros. Assim caracteriza-se o controle da circulação sobre a produção numa economia pré-capitalista envolta em práticas mercantilistas. (...) Infiltrado por todos os poros da economia que gravitava em torno da mineração, o capital usurário não precisou, como a Coroa, de impor uma derrama, pois manteve a rentabilidade, apesar dos visíveis sinais de decadência da atividade extrativa. Quanto chegam irreversivelmente os dias finais da mineração, o ciclo de drenagem primitiva já havia se consumado.”⁸⁷

De uma forma ampla, estas relações comerciais que se avolumam neste período, e que põe em destaque o papel do crédito e do capital usurário, são capítulos por demais interessantes da história econômica mineira, que só mais recentemente tem recebido destaque a contento, e que por conta de sua posição de enclave, bem servem como introdução a quase todas as questões que interessam ser discutidas aqui nesta introdução às relações econômicas em Minas no período. Alcança-se então os temas da própria mineração de ouro e diamantes, dos fluxos de abastecimento, da agropecuária que vai se afirmando, do tráfico de escravos, dos contratos régios, das manufaturas e do que pode-se chamar de proto-indústria mineira, e especialmente, a esta parte do texto, das relações amplas entre negócios e negociantes na Colônia, como questão que traz à baila contornos e traços distintivos centrais do sistema colonial.

Antes abordar com mais detalhe essa conjuntura ampliadas das relações comerciais nas Minas, é conveniente neste painel da economia mineira uma breve menção às

⁸⁷ *Ibidem*, pp.42-4.

atividades manufatureiras na capitania, outro dos capítulos da complexificação econômica dinamizada pelo ouro. Sérgio Buarque de Holanda comenta essa tendência que já em meados do século marca a fisionomia produtiva das Minas:

“Este parêntese serve para colorir, ao menos, um fato que já se faz nota em Minas ao cabo de meio século de exploração aurífera: o aparecimento de atividades produtivas novas, não menos rendosas, muitas vezes, do que as próprias jazidas, uma vez que atraem, por vias diferentes, o produto delas. (...) E assim sucede que da lavra de ouro se passa facilmente à lavra dos tabacos, senão à das canas, e que de um negro faiscador se faz não raro um ‘torcedor’ entendido: assim se designam os que sabem enrolar e curar as folhas, aprontando-as para o consumo. (...) As Minas Gerais, dizia com efeito Silva Pontes, nos últimos anos do século XVIII, são hoje no continente de nossa América o país das comodidades da vida, e só o ouro o fez assim.”⁸⁸

A estrutura manufatureira na capitania apresentava-se como consistente e diversificada, marcando em partes distintas do território, como insiste João Antônio de Paula, a produção de “doces, queijos, chapéus, calçados, tecidos, sabão, carnes de porco e de vaca, couros, além das forjas de ferro que juntamente com os teares marcarão a fisionomia produtiva mineira nos séculos XVIII e XIX.”⁸⁹ Some-se aí também os engenhos de cana, que no Dezenove perfariam uma produção vultosa, incisivamente voltada para o mercado interno, em conjunturas ainda pouco conhecidas que só recentemente tem se dado a conhecer, especialmente por conta dos trabalhos de Marcelo Magalhães Godoy, e

⁸⁸ Sérgio Buarque de HOLANDA, “Metais e Pedras Preciosas” in: Sérgio Buarque de HOLANDA (dir.), *História Geral da Civilização Brasileira (A Época Colonial)*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1960, Tomo I, vol. 2, pp. 292-3.

⁸⁹ João Antônio de PAULA, *Raízes...*, p.65. Junto desta questão da complexificação da estrutura produtiva mineira no século XVIII, o tema dos limites a um processo de industrialização em Minas Gerais no século XVIII, foram também exemplarmente investigados por João Antônio de Paula na última parte de sua tese de doutorado, na qual se vale do mito de Prometeu para a leitura das Minas, nas palavras do autor: “O que se vai ler aqui é a anatomia de um mito: a reposição da história bela e implacável de Prometeu. Não do nobre e inigualável Prometeu, acorrentado no Cáucaso que este afinal foi libertado. O que se vai ler aqui é a trajetória de um outro Prometeu, afundado no sertão, imerso no cenário mineiro, acorrentado a um destino irreversível até agora. O Prometeu do Sertão é a história de um projeto falhado —a industrialização colonial em Minas Gerais.” [João Antônio de PAULA, *O Prometeu no Sertão: economia e sociedade da Capitania das Minas dos Matos Gerais*, São Paulo, FFLCH / USP, 1988. (Tese de doutorado em História), vol.2, p.644]. Ver também: Idem, “Os limites da industrialização colonial: a industrialização em Minas Gerais no século XVIII”, *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte (58): 63-104, 1984. Já no que diz respeito aos desdobramentos de uma proto-industrialização mineira no século XIX, particularmente em relação à produção de tecidos, é importante destacar o nome de Douglas Libby. Deste autor veja: Douglas Cole LIBBY, *Transformação e Trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*, São Paulo, Brasiliense, 1988; Idem, “Protoindustrialização em uma sociedade escravista: o caso de Minas Gerais” in: Tamás SZMERECSENYI (org.), *História Econômica da Independência e do Império*, São Paulo, HUCITEC, 1996; Idem, “Reconsidering textile production in late colonial Brazil: New evidence from Minas Gerais”, *Latin American Research Review*, v.32, 1997.

que já no Dezoito deveriam representar parte substancial dessa estrutura manufatureira em Minas.⁹⁰

No que diz respeito, retomando, às tramas dos grandes negócios coloniais com o específico das Minas, pode-se dizer que o lucrativo comércio da região acelerou e avolumou o processo de interligação entre os negociantes da metrópole e as praças comerciais da Colônia. Esses homens de negócio da metrópole, por sua vez, também se inseriam em uma rede de interesses mercantis que muitas vezes os ligavam diretamente às casas de comércio britânicas. Neste sentido, reproduzia-se toda uma teia de crédito, e endividamentos, articulada a partir de comissários volantes e de caixeiros de casas de comércio portuguesas, por sua vez ligadas a interesses estrangeiros, que se estendiam das praças de Londres ou Lisboa, até as Minas.

Entender os desenhos destes elos sucessivos que enredam as relações do grande comércio nos quadros do sistema colonial, e de seu par nas relações de poder em que vai ganhando destaque no Império português uma oligarquia mercantil, ou mais claramente, a figura dos grandes negociantes e contratadores, em especial na segunda metade do Dezoito, impõem um exercício, mesmo que breve, de perseguir a trajetória destes homens em sua diferenciação e afirmação no mundo português no desenrolar das idas e vindas da política de Estado portuguesa. Bem próximos de nosso objetivo de perseguir certas sobreposições entre o econômico e o político às Minas Setecentista, é que encontramos nesse recorte mais amplo, a figura dos homens de negócio entre a metrópole e a América portuguesa na trajetória de sua identificação e afirmação na sociedade do período.

Tentar perseguir a trajetória dos homens ligados ao comércio em Portugal e suas progressões ao longo século XVIII implica na compreensão da posição dos cristãos-novos naquela sociedade. Em Portugal, desde a Idade Média, o comércio e os empréstimos a juros estavam nas mãos, em grande parte, dos judeus, sendo a oposição da Igreja Católica à usura um forte elemento de desqualificação social aos homens envolvidos nestas práticas.

A partir de 1496, quando Dom Manuel ordena a expulsão de todos os mouros e judeus do território de Portugal, ou a sua imediata conversão para o catolicismo é que tem-

⁹⁰ Cf. Marcelo Magalhães GODOY, “Engenhos do Dezenove - A agroindústria da cana-de-açúcar em Minas Gerais” in: *Anais do IV Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*, São Paulo, FAPEMIG, Anna Blume, Nova Stella, 1993 e Idem, “Os *engenheiros* entre a norma e a clandestinidade: as relações entre o Estado e a agroindústria canavieira em Minas Gerais no século XIX”, in: *IX Seminário de Economia Mineira (Diamantina, 1986): Anais*, Belo Horizonte, CEDEPLAR / UFMG, 2000.

se o surgimento dos cristãos-novos. Estes por sua vez, à medida que se consolidava a empresa ultramarina, vão encontrando, mesmo em meio à ordem absolutista, possibilidades para o enriquecimento e a progressiva ascensão social.⁹¹ A própria posição que os mercadores ocupavam na procissões em Lisboa no século XVII, tal qual a do Corpo Santo, seriam ilustrativas de sua posição no conjunto da sociedade. Estavam em último lugar no cortejo, ficando imediatamente atrás dos oficiais letrados; todavia, diferenciavam dos homens comuns, aos quais não era permitida a participação.⁹²

Vários elementos vão marcando o trajeto de definição, identificação e diferenciação destes mercadores na Europa ao longo da Idade Moderna e as especificidades de Portugal dão curso próprio, mesmo que não necessariamente original, a este processo. Não cabe aqui uma avaliação a contento destes encaminhamentos, que exemplarmente podem ser perseguidos na obra de Fernand Braudel;⁹³ todavia, interessa a leitura da incorporação desses homens de grande comércio em Portugal, nas elites que progressivamente se abrem àqueles que vão fazendo fortuna em suas atividades.

As contradições, tão caras ao Portugal do antigo regime, não deixam de dar a tônica deste processo. Ao longo dos séculos XVII e XVIII, a política portuguesa permitiu a instalação e o fortalecimento da Inquisição, com sua perseguição sistemática aos cristãos-novos, dentre os quais se contava a maioria dos homens de negócio; não obstante observasse o progressivo incentivo e estímulo ao comércio ultramarino, foco central dos interesses e principal fonte de riqueza do reino.⁹⁴

Podemos remontar ainda ao século XVII a ascensão de grandes comerciantes e banqueiros a graus de nobreza, todavia é na segunda metade do Dezoito, com Pombal, que identifica-se pela primeira vez uma política de nobilitação desse negociantes na sociedade portuguesa, com objetivo de criar e consolidar uma burguesia nacional, visando o desenvolvimento do reino ante o avanço de outras nações européias. É a partir da política pombalina que se assistiu o enriquecimento e afirmação de grandes famílias burguesas, que sofreriam cada vez menos perseguições e passariam a se integrar progressivamente à Corte,

⁹¹ Júnia Ferreira FURTADO, *Homens de Negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*, São Paulo, HUCITEC, 1999, pp. 29-30.

⁹² *Ibidem*, p. 31 / Carl A. HANSEN, *Economia e sociedade no Portugal Barroco*, Lisboa, Dom Quixote, 1986, p. 61.

⁹³ Cf. Fernand BRAUDEL, *Civilização Material, Economia e Capitalismo. Séculos XV-XVIII*, Trad. Telma Costa, São Paulo, Martins Fontes, 1996, Vol. 2 - "Os Jogos das Trocas".

⁹⁴ Júnia Ferreira FURTADO, *Homens de Negócio...*, p. 32.

e a disputar mercês, títulos e cargos diante do Rei.⁹⁵ Essa conjuntura privilegiou também os foros de nobilitação na América portuguesa, com a concessão de hábitos de ordens dignitárias e privilégios simbólicos e materiais aos negociantes destas terras, sendo marcada a reprodução desses padrões de hierarquização do antigo regime, no próprio movimento que faz mesmo no Dezenove com que comerciantes de grosso trato abandonem seus negócios para se tornarem membros de uma “aristocracia fundiário-escravista”, em mecanismo exemplarmente analisado por João Luís Fragoso.⁹⁶

Tendo por base a praça mercantil de Lisboa, na trilha do vigoroso trabalho de doutoramento de Jorge Pedreira⁹⁷, é possível caracterizar em detalhe alguns destes processos ao longo da segunda metade do século XVIII. A composição que se pode entrever desta praça mercantil, dava conta basicamente dos homens de negócio com privilégios fiscais aprovados em 1762 e 1774 e dos negociantes a partir de 1770 matriculados na Junta de Comércio, bem como de alguns outros comerciantes estrangeiros. Tratava-se essencialmente de um grupo fluido, resultado de um movimento e criação e exclusão de negociantes a esse comércio de grande porte.⁹⁸ Esta fluidez, mesmo que não excluísse os membros do que se pode chamar de elite dos negócios, dava-se especialmente nos níveis mais baixos do corpo de comércio. Some-se a isto o fato de que a grande disparidade das capacidades econômicas destes homens de negócio é fato que se pode generalizar às grandes praças comerciais da Europa de então. Fazia-se marcada a desigualdade das fortunas, sendo anotada para o período e região estudados por Jorge Pedreira, uma concentração de 35% do total da riqueza inventariada nas mãos de apenas 5% desses homens de negócio da praça de Lisboa.⁹⁹ O universo destes negociantes que se caracterizava incisivamente pelo grosso trato e as longas distâncias, mesmo que não excluísse a possibilidade de entrada a novos talentos, caracterizava-se cada vez mais por sua dimensão restritiva. Este caráter restrito revelava-se com clareza no campo das operações de financiamento do Estado a partir da adjudicação dos grandes contratos. Reservada a um

⁹⁵ *Ibidem*, pp. 39-41.

⁹⁶ João Luís Ribeiro FRAGOSO, *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*, 2ª ed. rev., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998.

⁹⁷ Jorge Miguel Viana PEDREIRA, *Os Homens de Negócio da praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade Nova de Lisboa, 1995 (Tese de Doutorado em Sociologia Histórica).

⁹⁸ Nas suas pesquisas, Jorge Pedreira identifica perto de 1650 homens de negócio entre 1760 e 1820 para a praça de Lisboa, todavia não mais que 450 ou 500 em um mesmo momento. Jorge Miguel Viana PEDREIRA, *Os Homens de Negócio...*, pp. 125 e 132.

⁹⁹ *Ibidem*, pp. 136 e 148-9.

círculo bastante fechado, gozador de atenções especiais junto à Coroa, estes contratos de cobrança de direitos ou de exploração de monopólios públicos compõem o elemento decisivo para a definição da hierarquia interna e a promoção de uma verdadeira elite mercantil, de matizes fortemente oligárquicos, nas últimas décadas do Dezoito em Portugal.¹⁰⁰

O período pombalino responde pelo percurso inicial desta formação de uma alta elite comercial. A instituição das companhias monopolísticas de comércio, em especial a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, constituem aí um importante capítulo. As companhias e toda a legislação econômica que toma corpo com Pombal em 1755 constituiu uma ação deliberada no sentido de racionalizar o Estado e favorecer os grandes comerciantes nacionais estabelecidos. O pressuposto era de que os privilégios monopolistas oferecessem condições a estes negociantes para acumularem capital e competirem com o crédito estrangeiro.¹⁰¹ A ação de Pombal encontrou a resistência dos interesses estabelecidos dos comerciantes prejudicados pelas novas medidas, que articulavam suas posições, junto mesmo das dos jesuítas, ao redor da “Mesa do Bem Comum dos Homens de Negócio”. Esta associação, criada em 1720, congregava os principais interesses do grande comércio até então; consistia em uma junta de delegados que representavam a Fraternidade do Espírito Santo de Pedreira, daí também a referência à associação como “Mesa do Espírito Santo dos Homens de Negócio”. A reação de Pombal, catalisada pela associação de interesses da Mesa com os jesuítas, foi contundente e resultou na sua dissolução e na ordem para o degredo dos seus delegados em 1755. A criação da Junta de Comércio visava então assumir a representatividade dos interesses mercantis.¹⁰² Todavia, o conflito em torno da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, que precipita a supressão da Mesa e impõe o degredo aos negociantes que haviam subscrito uma representação de protesto contra a companhia, não promoveria uma substituição no estrato superior dos negócios de então. Nos quadros diretivos tanto da Junta de Comércio quanto das companhias, veremos nomes que haviam exercido funções na Mesa, como é o caso de José Francisco da Cruz e José Rodrigues Bandeira. A adjudicação de contratos, todavia, encontra uma renovação no universo de consignatários nos primeiros anos da atuação de Pombal, incorporando alguns personagens que alçariam a partir daí os pontos mais altos da

¹⁰⁰ *Ibidem*, pp. 145-154.

¹⁰¹ Kenneth MAXWELL, *A Devassa...*, p. 35.

¹⁰² *Ibidem*, pp. 39-40.

hierarquia comercial.¹⁰³ Em torno das novas instituições criadas por Pombal —as Companhias, a Junta de Comércio e o Real Erário— orbitariam os homens de negócio que viriam a constituir a elite mercantil do período, com substantivo prestígio e influência junto ao poder.

O caminho de ascensão destes negociantes, em especial no tocante à concessão dos grandes contratos, incluía não raras vezes relações diretas de patronato em lugar de questões de ordem estritamente financeira, como revelaria, por exemplo, o caso de Anselmo José da Cruz, nomeado caixa do contrato geral do tabaco. Amigo íntimo de Pombal, Anselmo José, ocuparia posição privilegiada então, concorrendo ainda para a ascensão a importantes cargos nos novos órgãos criados por Pombal, o Conselho da Fazenda e o Real Erário, de seus dois irmãos, José Francisco e Joaquim Inácio.¹⁰⁴ Não obstante, não se deve exagerar na questão das relações interpessoais e de patronato no caminho da formação dessa elite mercantil. Mesmo que muitos dos maiores negociantes do período houvessem se inserido diretamente nos quadros do aparelho institucional da governação pombalina, está longe de ser direta a correspondência destes nomes com a do conjunto dos grandes negociantes do período, anotando-se trajetórias independentes de quaisquer funções institucionais, em nomes como João Fernandes de Oliveira ou João Teixeira de Barros.¹⁰⁵

O período pombalino seria responsável por dar início a um forte processo de estratificação do corpo mercantil, todavia neste momento se divisava uma elite ainda relativamente alargada e mesmo com certa fluidez. Em outros termos, a participação ampla desta elite nos negócios de Estado, contribuía para uma certo movimento de circulação, por conta desta não se achar ainda plenamente consolidada, o que só se daria ao longo do reinado de Dona Maria.¹⁰⁶

À reflexão que vai se encaminhando aqui, vale empreender um exercício de quantificação, que mesmo de alcance e método muito limitados, oferece uma amostra das interligações destes grandes negociantes bem como dos contratadores com a capitania de

¹⁰³ Jorge Miguel Viana PEDREIRA. *Os Homens de Negócio...*, p. 155.

¹⁰⁴ Este último, ocupou o cargo de Tesoureiro Mor do Erário Régio. Em sua correspondência, à época, com o Governador das Minas, podemos divisar interessantes pormenores da administração dos contratos de diamantes (Ver especialmente: **AHU**, Minas Gerais, caixa 96 doc. 8 (set. 1769) e **AHU**, Minas Gerais, caixa 96 doc. 62 (dez. 1769).

¹⁰⁵ Jorge Miguel Viana PEDREIRA, *Os Homens de Negócio...*, pp. 158-161.

¹⁰⁶ *Ibidem*, p. 164.

Minas Gerais nesta segunda metade do Dezoito. Dos cem maiores negociantes identificados por Jorge Pedreira no período pombalino, foi possível encontrar pelo menos quinze entre a documentação avulsa referente à Minas Gerais do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, incluindo-se aí nomes como os de Joaquim Inácio da Cruz ou Inácio Pedro Quintela. Nas listagens dos grandes contratadores entre 1777 e 1807, também elaboradas por Pedreira,¹⁰⁷ pode-se identificar pelo menos cinco entre os trinta e um listados, como constantes da documentação citada desse arquivo, número que ainda aumentaria se fossem aí anotadas as referências a parentes diretos, sendo com certeza ainda maior se fosse possível rastrear os diversos correspondentes ou apadrinhados destes contratadores.

Dessa documentação avulsa referente a Minas Gerais do Arquivo Histórico Ultramarino em que se rasteiam estes negociantes/contratadores, pode-se destacar dois exemplos de personagens que bem dizem da permanência destes homens nos quadros da administração portuguesa, ou na relação direta com o poder mesmo depois da queda de Pombal.

Duas correspondências de Luís José de Brito, que à época de Pombal ocupou, entre outros, o cargo de contador do Real Erário, são bom exemplo desta continuidade. Ocupando então o cargo de contador geral do território da Relação do Rio de Janeiro, África Oriental e Ásia Portuguesa, em correspondência de 11 de outubro de 1787, dirigida ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, oferece este negociante listado entre os cem maiores do período pombalino por Pedreira, preciosas informações sobre os quintos do ouro na capitania de Minas e apresenta para este tributo um quadro de rendimentos desde o ano de 1752 até 1785.¹⁰⁸ Em outra correspondência, alguns anos mais tarde, 23 de maio de 1796, agora já dirigida a Dom Rodrigo de Souza Coutinho, Luís José de Brito, ainda titular do mesmo cargo, presta com os mesmos termos sua estima ao novo ministro, e oferece um parecer detalhado sobre um requerimento de Manuel Fernandes Lopes, extrator de diamantes em Serro Frio à Real Fazenda.¹⁰⁹

Outro documento sobremaneira interessante é uma carta de João Pereira Caldas, um dos grandes contratadores listados por Pedreira, também para Martinho de Melo e Castro, em 11 de dezembro de 1785, dando amostra das razões que articulavam os

¹⁰⁷ *Ibidem*, p. 172.

¹⁰⁸ AHU, Minas Gerais, caixa 172 doc. 28.

¹⁰⁹ AHU, Minas Gerais, caixa 142 doc. 17.

progressos científicos auspiciados pela Academia de Ciências de Lisboa, e os diretos interesses econômicos dos negociantes que se aproximavam destes naturalistas, ou em outros termos, como lembra Braudel¹¹⁰, na recorrente associação direta entre a “informação” e a proeminência nos negócios. A referida carta dá notícia do excelente anil que se fabricava em Minas Gerais e de seus preços, do que dá prova Alexandre Rodrigues Ferreira, bem como informa das pesquisas e iniciativas deste naturalista e dos caixotes com amostras diversas que seguiriam para a apreciação do ministro, contendo tanto algumas libras desse anil, como penas de pássaros, enfeites de índios do mato, patos, periquitos e até uma raposa.¹¹¹

Retomando o fio da trajetória destes negociantes, a queda de Pombal não viria a comprometer a elite mercantil que ensaiaria mesmo a sua consolidação a partir da Viradeira. No conjunto dos negociantes, entre a época pombalina e o período seguinte pode ser verificada ainda uma certa renovação, todavia é flagrante a continuidade no grupo dos principais contratadores; o grupo tornaria-se menos numeroso e acentuaria seu pendor oligárquico, tendendo a uma renovação muito lenta e parcial, que só aconteceria mesmo já no começo do Dezenove. O contrato geral do tabaco e das saboarias, a principal adjudicação do Estado português, é o mais contrastado dos exemplos; que com a entrada de três novos nomes ao consórcio, entre eles Joaquim Pedro Quintela, consolida o seu quadro e se mantém estável este elenco, renovando-se somente com a entrada dos membros mais novos das famílias, até o longínquo ano de 1816.¹¹² A situação que toma corpo a partir de 1777, com a extinção das companhias monopolistas e o decorrente favorecimento aos negociantes que não faziam parte desses quadros, não representaria senão, como já insistiu Maxwell, uma alteração mais aparente do que real desta situação: “os colaboradores de Pombal estavam por demais encrostados na estrutura social e associados à arrecadação de tributos e às repartições públicas para desaparecerem com a simples abolição dos privilégios das companhias brasileiras.”¹¹³

Dá-se curso, portanto, a este processo de consolidação da elite de contratadores, e quando encontra-se na última década do século, já ao tempo de Dom Rodrigo, a Coroa em seus crescente embaraços financeiros, para os quais urgiam a busca de soluções mais

¹¹⁰ Cf. Fernand BRAUDEL, *Civilização Material...*, vol. 2 - O Jogo das Trocas, pp.353-82.

¹¹¹ AHU, Minas Gerais, caixa 123 doc. 88.

¹¹² Jorge Miguel Viana PEDREIRA. *Os Homens de Negócio...*, pp.169-71.

¹¹³ Kenneth MAXWELL, *A Devassa...*, pp.94-5.

sólidas e permanentes para o financiamento do Estado que não a recorrência a sucessivos empréstimos com os grandes negociantes, é que tomaria corpo o projeto, por fim malfadado, do afilhado de Pombal, para a instituição de um Banco Nacional que fosse capaz de apoiar com seu crédito a Fazenda Real. A situação dos sucessivos empréstimos, todavia, não se alteraria. A dificuldade de articulação entre os interesses desses negociantes/contratadores e o Estado flagravam as limitações de poder de Dom Rodrigo. Mais ainda, esta crescente participação da cimeira destes negociantes de grosso no financiamento do Estado refletia-se progressivamente na contrapartida de um cada vez mais substantivo poder político, o que dava o tom do distanciamento das possibilidades de ação de Dom Rodrigo em relação à centralidade absolutista de seu padrinho algumas décadas antes. É interessante notar, ainda, dando o tom dessas interligações de negociantes e política de Estado, a correspondência entre os nomes dos titulares destes empréstimos sucessivos e o elenco dos prováveis acionistas com que Dom Rodrigo acreditava poder contar no projeto de criação do seu Banco Nacional Brigantino.¹¹⁴

Ao final deste período é possível identificar um quadro em que metade da elite mercantil que se pôde identificar no começo do Dezenove, apresenta raízes ainda no tempo de Pombal, sendo que neste grupo estavam incluídos os de maior fortuna, e tendo a outra metade composta por negociantes que se formam e alcançam rápida promoção durante o reinado de Dona Maria. É flagrante porém, que no momento em que se delineia a consolidação da hierarquia mercantil em Portugal, vê-se muito próxima a sua renovação. O fim do pacto colonial, a conjuntura da Guerra Peninsular, o tratado de comércio com a Inglaterra de 1810, entre outros fatores, desestrutura todo aquele “edifício mercantil e financeiro” e termina por abalar diretamente esta hierarquia do mundo dos negócios, o que daria lugar a um movimento de renovação do qual não se livrariam nem mesmo os níveis mais altos daquela elite.¹¹⁵ Jorge Pedreira oferece uma síntese bastante eloquente dessa conjuntura que desemboca nas Cortes em 1821:

“Entre os capitalistas indicados por Dom Rodrigo de Souza Coutinho para preencherem o fundo do Banco Nacional Brigantino, ou os seus descendentes, e os que completaram efectivamente o Banco de Lisboa, a disjunção é quase perfeita. O violento abalo produzido pelo colapso do império luso-brasileiro, que alimentava sob diversas formas as especulações da praça de Lisboa, fazia-se sentir em toda a sua extensão. Atingia o corpo

¹¹⁴ Jorge Miguel Viana PEDREIRA, *Os Homens de Negócio...*, pp.177-80.

¹¹⁵ *Ibidem*, p. 187.

mercantil no seu conjunto e fazia vacilar a própria elite, precipitando a sua renovação.”¹¹⁶

¹¹⁶ *Ibidem*, p. 188.

1.2.2. Interações locais do comércio, as rotas do abastecimento, a agropecuária, a decadência do ouro e a passagem para o Dezenove

A esfera destes grandes negociantes da metrópole e sua articulação de interesses no entremeio do pacto colonial, projetou as Minas no século XVIII a um local privilegiado na atração dos negócios. A mineração propicia o mote principal desta economia, mas o comércio é que a articula e dinamiza. A afirmação dos interesses mercantis em seu nível local tanto é elemento conformador do espaço quanto o principal elemento para se reconstituir a diversidade e a complexidade da economia mineira. Mais do que desmembrar teias locais destas relações comerciais, interessa aqui aproveitar este viés para enredar a dimensão da produção agropecuária mineira ao longo do século no corpo deste trabalho.

O ouro das Minas e a sua preponderância na configuração dos traços gerais da economia mineira, assim como a sua centralidade ao Estado português no século XVIII, conduziu em maior ou menor grau a historiografia econômica mineira a ignorar ou relegar a um segundo plano a produção agrícola no período; trata-se de uma postura muito marcada, que mesmo que progressivamente aperfeiçoada e relativizada em suas linhas gerais, preservava ainda um certo viés dos ciclos dos grandes produtos de exportação, tal qual na perspectiva originalmente exposta por Roberto Simonsen¹¹⁷, reduzindo assim o espaço do que existe para além da mineração a comentários marginais em muito da historiografia.

Não obstante, as muitas e variadas marcas da diversidade de atividades agropecuárias, espalhadas nos entremeios da história de Minas no século XVIII, não passaram despercebidas para alguns dos historiadores mais atentos. Ainda assim, pode-se distinguir uma leitura que no mais das vezes se restringiu a entender a composição de uma base agro-pastoril somente a partir da decadência do ouro, associando todo este processo à segunda metade do Dezoito. Neste sentido, Capistrano de Abreu, por exemplo, expôs a seguinte relação:

¹¹⁷ Roberto L. SIMONSEN, *História Econômica do Brasil (1500-1820)*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1978.

“Desenganada de ouro, a população procurou outros meios de subsistência: a criação de gado, a agricultura de cereais, a plantação de cana, de fumo, de algodão; com o tempo avultou a produção ao ponto de criar-se uma indústria especial de transportes, confiada aos históricos e honrados tropeiros.”¹¹⁸

O quadro exposto por Caio Prado Júnior é eminentemente mais amplo, pondo em destaque a região sul da capitania, recuando ainda para os primeiros tempos da ocupação do território e o início das atividades agropecuárias, e não obstante apontando para os desdobramentos centrais deste setor, que assegurariam sua proeminência na dinâmica da economia mineira no começo do XIX.

“Como se vê, reúne-se neste sul de Minas um conjunto de circunstâncias muito favoráveis à criação de gado; e logo que a região começa a ser devassada pelos exploradores de ouro, inicia-se paralelamente uma atividade rural em que se destacará a pecuária. Esta chamará a si, aos poucos, o mercado próximo que os centros mineradores em formação lhe vão proporcionando. Abastecendo-se a princípio no sertão do Norte e nos Campos-Gerais do Sul, os mineiros passarão logo a ela, mais acessível que é, e sobretudo mais bem aparelhada que seus concorrentes. O sul de Minas suprirá em seguida, e substituirá, afinal, os fornecedores do Rio de Janeiro: os Campos dos Goitacases e os mesmos Campos-Gerais citados; estes ficam mais longe, aqueles transformam seus pastos em canaviais. É em 1765 que descem para o Rio de Janeiro os primeiros gados da nova proveniência. Até São Paulo, vizinho embora dos Campos meridionais, se abastecerá em Minas. Aliás, desde fins do séc. XVIII, como já referi, os criadores mineiros começam a descer a Mantiqueira, indo estabelecer-se em São Paulo, na região que franqueia a serra a oeste, de Franca e Mojimirim. É o que determinará neste setor de São Paulo, onde também predominam os campos naturais, uma zona de criação que adotará os modelos de seus fundadores e organizadores.”¹¹⁹

Sérgio Buarque de Holanda aponta para este desenvolvimento progressivo desta atividade agrícola mineira em seu primoroso texto “Metais e Pedras Preciosas”; que acaba, ademais, por pressagiar em síntese muitos dos mais importantes temas da historiografia de Minas nos últimos trinta anos. Haveriam ainda outras referências, mas especialmente deve-se somar a esta lista de trabalhos, os importantes estudos de Mafalda Zamella e Myriam

¹¹⁸ João Capistrano de ABREU, *Capítulos de História Colonial, 1500-1800*, 7.ed. rev. anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Publifolha, 2000. (Col. Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro), p.172.

¹¹⁹ Caio PRADO JÚNIOR, *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*, São Paulo, Brasiliense, Publifolha, 2000 (Col. Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro), p.199.

Ellis, que ainda na década de 1950, detiveram-se com propriedade sobre a questão do abastecimento das Minas.

Importante, entretanto, é anotar que de uma forma ou de outra, não ressalta-se à primeira metade do Dezoito as marcas de uma atividade agrícola já vigorosa, relegando o seu desenvolvimento efetivo somente ao final do século. Alguns dos mais importantes trabalhos da historiografia mineira nas décadas de 1980 e 90, impulsionados em muito pelas análises no campo da demografia histórica, fizeram ressaltar e mensurar a importância da agropecuária para o desenvolvimento da economia mineira, dos últimos anos do Dezoito e no Dezenove adentro. Não obstante, o que têm demonstrado algumas pesquisas recentes é que estas atividades agro-pastoris já marcariam uma presença ampla e dinâmica ainda na primeira metade do século XVIII, acentuando sua precoce importância, como advertem Carlos Magno Guimarães e Liana Maria Reis, no sentido de que qualquer leitura da sociedade mineira no Setecentos que não tome em conta essa dimensão em seu quadro de referências, não escaparia de produzir uma visão distorcida da realidade histórica.¹²⁰ Faz-se aqui uníssono a esse coro, sendo uma breve incursão sobre essa presença ampla da agropecuária já na primeira metade do Dezoito, um passo importante para a apropriação da economia mineira, e mais ainda para discussão do urbano e do rural das Minas aqui pretendida.

Carlos Magno Guimarães e Liana Maria Reis em um trabalho de 1987, se ocupam de demarcar alguns traços da dinâmica da atividade agro-pastoril entre 1700 e 1750, a partir de dados referentes aos caminhos que ligavam Rio de Janeiro e São Paulo às Minas, contidas nos relatos de André João Antonil e Francisco Tavares Brito¹²¹, assim como informações relativas às comarcas de Serro Frio e do Rio das Velhas, presentes nas cartas de sesmarias concedidas em Minas no período. A partir destes dados apresentados pelos autores, acrescidos das informações presentes no “Diário da jornada que fez o ouvidor

¹²⁰ Carlos Magno GUIMARÃES e Liana Maria REIS, “Agricultura e caminhos de Minas (1700/1750)”, *Revista do Departamento de História*, UFMG, Belo Horizonte (4) junho, 1987, p.85. Cf. também Carlos Magno GUIMARÃES e Liana Maria REIS, “Agricultura e Escravidão em Minas Gerais (1700/1750)”, *Revista do Departamento de História*, UFMG, Belo Horizonte (2) junho, 1986.

¹²¹ Cf. André João ANTONIL (João Antônio Andreoni), *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e Minas*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1967 e [Itinerário geográfico com a verdadeira descrição dos caminhos, estradas, roças, sítios, povoações, lugares, vilas, rios, montes e serras que há da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro até as Minas do Ouro. Composto por Francisco Tavares Brito. Sevilha. Na oficina de Antônio da Silva. MDCCXXXII (1732). Com todas as licenças necessárias]. FUNDAÇÃO João Pinheiro, *Códice Costa Matoso*, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999.

Caetano da Costa Matoso para as Minas Gerais”,¹²² percorrendo o Caminho Novo entre janeiro e fevereiro de 1749, pode-se introduzir o tema da diversidade regional no mapa das Minas, assim como apontar questões sobre o desenvolvimento do eixo sul da capitania.

Esta questão da diversidade regional em Minas é elemento essencial para uma leitura a contento do Dezoito mineiro, sendo as interpretações gerais e totalizantes da sociedade e economia mineira no período, não raro, míopes para a multiplicidade que já naquela primeira metade do século XVIII se afirmava. O cenários destas Minas e Gerais, já em seus primeiros anos, marcam o diverso que instaura composições próprias de desenvolvimento a áreas diferentes do território. Neste sentido, recortar espaços regionalizados e dar-lhes o curso das várias configurações e reconfigurações que vão se sobrepondo do Dezoito ao Dezenove, em linhas que se traçam no espaço e no tempo histórico da capitania, é por certo tarefa urgente à historiografia de Minas, e eminentemente ligada aos objetivos dessa pesquisa.¹²³

Nos parece ponto pacífico dizer que os primeiros eixos em que se processam articulações e se precipitam diferenciações no território mineiro são função dos antigos caminhos que lhe cortavam o mapa, o que, grosso modo, responderia pelos fluxos de povoamento e de comércio, e determinaria mesmo a própria configuração das comarcas em que se dividia o território ainda ao tempo da capitania de São Paulo e Minas: a de “Ouro Preto”, “Rio das Velhas” e “Rio das Mortes”.

Dois eram basicamente os caminhos que levavam às Minas naqueles últimos anos do Dezesete e começo do Dezoito, um que lhe vinha pelo sul e outro pelo norte. O primeiro, mais antigo deles, respondia às picadas abertas pelos bandeirantes, e avançava desde São Paulo, seguindo o Rio Paraíba por entre a Serra da Mantiqueira, e daí na direção das ramificações superiores do Rio São Francisco, ou do Rio das Velhas; a esta rota se ligava já no território mineiro uma trilha vinda desde o porto de Parati, na capitania do Rio de Janeiro. Pela outra trajetória, alcançava-se as Minas, desde a porção norte do território, onde à época se fazia a fronteira entre as capitanias da Bahia e de Pernambuco, subindo sempre o São Francisco ladeando sua margem direita até o seu entroncamento com o Rio

¹²² [Diário da jornada que fez o ouvidor Caetano da Costa Matoso para as Minas Gerais] FUNDAÇÃO João Pinheiro, *Código Costa Matoso*, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999.

¹²³ Estas questões encontrarão tratamento específico mais afrente, no capítulo 2.3 - “A diferenciação dos espaços”.

das Velhas, e daí em diante até a região mineradora. A rota vinda de São Paulo e acudida pelo trajeto desde o porto de Parati, conformada no passo do “Caminho Geral do Sertão” das bandeiras paulistas, passou logo a ser conhecida como “Caminho Velho”, em oposição ao trajeto mais breve, vindo desde o Rio de Janeiro, atravessando a Serra do Mar, e aberto por Garcia Rodrigues Paes Leme, filho de Fernão Dias, que ficaria conhecido por “Caminho Novo”. A carta régia de louvor e agradecimento aos serviços de Garcia Rodrigues data de 14 de julho de 1709 e a efetiva conclusão do trajeto só se daria em 1725, por Bernardo Soares de Proença, mas parece certo que já era rota viável antes de 1709, sendo que os trabalhos de Garcia Rodrigues Paes já estavam em curso desde o ano de 1702, a julgar pelo que informa Diogo de Vasconcellos.¹²⁴

As diferenças geográficas, do curso dos rios e das serras ou as diferenças climáticas, marcariam paisagens naturais distintas a estas Minas Gerais, e as linhas gerais da ocupação, assim como as atividades de vão sendo desenvolvidas em partes diferentes do território ao longo do Dezoito, responderiam a estas questões. Neste sentido, vem se verificando atualmente, que mais cedo do que a historiografia até então vinha atribuindo, o território das Minas já circunscrevia, e articulava, regiões distintas, fosse nos prados onde foram se estendendo currais, ao longo do São Francisco, nas áreas dos antigos núcleos mineradores, onde floresce a urbanidade no chão do ouro, e daí acima, por entre os maciços da Serra do Espinhaço, onde se recorta o Distrito Diamantino, ou ainda no conjunto sul do território, entre o campo e o mato, onde mais se diversificam as roças e as criações.

O que interessa diretamente aqui é a junção da área mineradora central com a porção sul do território, sendo a investigação do desenvolvimento da agricultura ainda na primeira metade do Dezoito, ponto bastante importante ao curso da presente abordagem da sociedade em Minas. Retomando, então, os três relatos de que se fez referência acima, é possível localizar as diversas localidades que surgem nos caminhos, entrevendo, como o fizeram Carlos Magno Guimarães e Liana Maria Reis, características da ocupação do território e do desenvolvimento dos caminhos. Estes dois autores analisam os dados fornecidos por André João Antonil e Francisco Tavares Brito, “que descrevem os mesmos trajetos com um espaço de vinte anos: 1711 e 1732 respectivamente”.¹²⁵ Na verdade,

¹²⁴ Charles. R. BOXER, *A Idade de Ouro...*, pp.62-3; Afonso ARINOS, “Atalaia Bandeirante” in: *Histórias e Paisagens*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1921, p.97 e Diogo de VASCONCELLOS, *História Antiga de Minas Gerais*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1904, pp.154 e segs.

¹²⁵ Carlos Magno GUIMARÃES e Liana Maria REIS, “Agricultura e caminhos...”, p.85.

cumprir observar, que as informações ali presentes, são de datas algo anterior. Antonil, que como se sabe desde a identificação procedida por Capistrano de Abreu,¹²⁶ era o pseudônimo usado pelo jesuíta toscano João Antônio Andreoni para escrever a seu *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, publica seu livro pela oficina real Deslenderina em 1711; não obstante se sabe, como insiste Sérgio Buarque de Holanda, que “já o tinha redigido muito antes”¹²⁷, em alguma data, até hoje desconhecida, mas provavelmente contemporânea aos trabalhos de abertura do Caminho Novo a partir de 1702. Quanto ao relato de Francisco Tavares de Brito, sabe-se que se trata da transformação em texto de uma legenda elaborada para um mapa confeccionado possivelmente ainda em 1717, acrescida ainda de uma nota introdutória, e de algumas intervenções, antes de sua publicação, somente no ano de 1732; não obstante, o essencial das referências aos nomes de localidades etc., é sem dúvida material ainda coligido a partir do mapa de 1717.¹²⁸ Estas considerações permitem recuar para ainda mais próximo do começo do Dezoito os indícios de uma atividade agro-pastoril, e não obstante preservam também uma distância temporal entre os relatos que permite verificar a dinâmica do desenvolvimento deste quadro. Os dados oferecidos por Caetano da Costa Matoso a partir das anotações da viagem que fez, desde o Rio de Janeiro e seguindo pelo Caminho Novo, até Vila Rica, onde assumiria o posto de ouvidor da comarca, dão mostras de uma certa consolidação e da ampliação dos fluxos e da atividade econômica ao longo deste caminho, na altura já do ano de 1749.

Basicamente, o que se pode depreender das leituras das descrições, em especial nas minúcias observadas por Costa Matoso, são as características da ocupação do território na extensão do caminho, que se faz na multiplicação das roças que vão se sucedendo no trajeto como pontos de paragem aos muitos que viajavam pelo Caminho Novo. Estas “roças” e “rocinhas”, que se avolumam no trajeto do ouvidor, constituem-se na principal unidade de ocupação efetiva da terra, que se vai distribuindo a partir das cartas de sesmaria. O que se tratava por roça era normalmente a nucleação de uma determinada área de cultivo circunvizinha, e que compunham-se quase sempre de algumas poucas choupanas cobertas

¹²⁶ João Capistrano de ABREU, *Capítulos...*, p.184.

¹²⁷ Sérgio Buarque de HOLANDA, “Metais e Pedras Preciosas” in: Sérgio Buarque de HOLANDA (dir.), *História Geral da Civilização Brasileira (A Época Colonial)*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1960, Tomo I, vol. 2, p. 266.

¹²⁸ [Diário da jornada que fez o ouvidor Caetano da Costa Matoso para as Minas Gerais], *Códice...*, p.898.

de palha junto de uma casa de melhor feitio pertencente ao dono das terra, e normalmente de sua ermida.¹²⁹

A partir da identificação nesses relatos, dos pousos e paragens ao longo dos caminhos, nas choupanas das muitas roças e rocinhas que se multiplicavam ou já em alguns povoados maiores no trajeto que levava às vilas e arraiais mais importantes do território, percebe-se o desenvolvimento progressivo da região. O aumento no número destas paragens entre um relato e outro dá a descoberto, uma conjuntura de aumento da atividade agrícola, e de seu volume de produção, do aumento dos fluxos de comércio, da população fixa e circulante, das atividades fiscais, etc.¹³⁰ O que possibilita mesmo observar, como o desenvolvimento do Caminho Novo e das ligações diretas com o Rio de Janeiro, se dá de forma mais acelerada que com o trajeto que seguia originalmente para São Paulo, como observam Carlos Magno Guimarães e Liana Maria Reis.¹³¹

Um exemplo interessante para se apontar as bases em que se dava a ocupação dessas áreas do Caminho Novo —que até se transpor os limites da Serra da Mantiqueira e encontrar campos mais abertos, era basicamente uma faixa de mata bastante cerrada em terreno de geografia difícil—, o que se deu pelo desenvolvimento direto dos fluxos entre as Vilas do Ouro e a praça do Rio de Janeiro, é o exemplo das propriedades dos descendentes do bandeirante Fernão Dias Paes Leme, ao longo do caminho.

O Guarda-mor Geral das Minas, Garcia Rodrigues Paes, filho de Fernão Dias e responsável pela abertura do Caminho Novo, cuidaria de reservar para si e seus descendentes extensas propriedades ao longo do caminho; posses que viria a ratificar em alguns pedidos de sesmarias, como na carta que lhe passa o governador em 7 de novembro de 1722, em que se pode ler:

“assistente na sua fazenda do Paraíba, que ele se achava com grande família e bastante número de escravos, de que necessitava para fabricar mantimentos para seu sustento e dos passageiros que vão e vem destas Minas, e porque a concorrência destes se ia aumentando cada vez mais, se experimentava alguma falta de carnes por cuja causa queria o suplicante

¹²⁹ Acerca da formação de povoações ao longo dos caminhos de entrada das Minas e também da produção do espaço original dos arraiais a partir do ajuntamento de ranchos em torno de uma capela em áreas não mineradoras, duas referências são interessantes para uma aproximação preliminar: Orlando M. CARVALHO, *Problemas Fundamentais do Município*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1937, pp.59-70 e Mário LEITE, *Paulistas e Mineiros: plantadores de cidades*, São Paulo, EDART, 1961.

¹³⁰ Carlos Magno GUIMARÃES e Liana Maria REIS, “Agricultura e caminhos...”, p.91.

¹³¹ *Ibidem*, p.93.

fabricar currais de gados em algumas várzeas e terras capazes disto, que ele descobriu na margem do dito Rio Paraíba”¹³²

Esta propriedade, que se encontrava à altura do entroncamento com o Rio Paraíba, é descrita com algum detalhe por Costa Matoso, já no tempo em que era terra de Pedro Dias:

“Ao passar este rio está um lugar de várias choupanas, também do mesmo nome, com outras mais palhoças e ermida, e entre elas umas casas de madeira e sobrado e telha, com dez janelas de sacada, e nos lados duas grandes varandas com boas acomodações por dentro, em que hoje reside um doutor Pedro Dias, guarda-mor de todas as Minas e senhor de duas léguas de terreno pelo caminho que vim até a borda deste rio, de cinco até Paraíba, de mais duas até três Irmãos, e sem medida pela largura, por ser tudo sertão, de que usa como lhe parece. Seu avô era natural de São Paulo, chamado Fernão Dias, que foi o que teve a resolução de entrar por estes sertões, descobrir as minas, e neste descobrimento morreu. E seu filho, Garcia Rodrigues, pai deste Pedro Dias, também natural de São Paulo, tendo acompanhado seu pai nos descobrimentos, e pela notícias da situação em que se achavam, entrou a abrir este caminho do Rio de Janeiro pelo Couto até as Minas, e por este e outros mais serviços e os de seu pai lhe fez el-rei dom Pedro II a mercê de três léguas de terra para cada filho que tivesse na parte do caminho que descobria, que depois tendo vários filhos largou muita parte e ficou só com esta, que é coisa imensa. (...) Neste casa me hospedei e nela não estava o dito Pedro Dias, que ficava no Rio de Janeiro, mas que tinha feito a lisonja de mandar antecipadamente hospedar-me (...) Este Pedro Dias andou em Coimbra e se formou, e nesse tempo casou com uma senhora daí do campo, do lugar de Verride, e nasceu no Rio de Janeiro. Há 42 anos que seu pai fundou esta casa, tempo em que acabou de abrir o caminho e onde já nasceram os irmãos que lhe seguiram.”

Muito se pode entrever nestes trechos, seja na extensão da propriedade, e no detalhe de se poder verificar a existência de unidades produtivas escravistas de certo porte voltadas para a agropecuária e compondo uma rudimentar estrutura de serviços que se prestava aos que viajavam pelo caminho, já nas duas primeiras décadas do Dezoito.¹³³ Ou ainda na posição e do prestígio de que alguns destes grande proprietários gozavam, o que de certa forma, como sublinha Laura de Mello e Souza¹³⁴, demarca o espaço de poder

¹³² **APM**, S.C., códice 21, p. 158 (e verso) *apud* Carlos Magno GUIMARÃES e Liana Maria REIS, “Agricultura e caminhos...”, p.91-2.

¹³³ Carlos Magno GUIMARÃES e Liana Maria REIS, “Agricultura e caminhos...”, p.92.

¹³⁴ Laura de MELLO E SOUZA, “A viagem de um magistrado: Caetano da Costa Matoso a caminho de Minas Gerais em 1749”, *Varia História*, Belo Horizonte (21) junho, 1999, pp. 387-8. Cf. também a análise destes potentados no sertão de Minas em: Carla Maria Junho ANASTASIA, *Vassalos e Rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do Século XVIII*, Belo Horizonte, C/ Arte, 1998.

estritamente ligado à descendência de Garcia Rodrigues Paes, e que tem no Caminho Novo o que promovia e reforçava sua condição social. Marca-se a composição de um grupo de potentados, em que se distingue a unidade familiar, o que estes relatos, em especial o de Costa Matoso, permitem rastrear. Pode-se destacar então, as terras que couberam a Thomé Correa Vasques, alcaide-mor do Rio de Janeiro, que se casara com a filha de Garcia Rodrigues, e que são referidas em todos os três relatos, como paragem localizada pouco depois de Juiz de Fora.¹³⁵ Este último, por sua vez, era sítio erigido por antigo juiz de fora do Rio de Janeiro, de nome Luís Fortes, irmão de Manuel de Sá, que se casara com uma irmã de Garcia Rodrigues e estendera suas propriedades, junto com mais um parente, na localidade conhecida como Registro Velho, já perto de São João del Rey.¹³⁶ Dois dos filhos deste parente de Manuel de Sá, tinham sido contemporâneos de Caetano Costa Matoso, em seus estudos em Coimbra, e então residiam novamente no meio daqueles campos do sul de Minas.¹³⁷ Ao que cabe somar a referência aos estudos que fez também Pedro Dias na Europa, e nos ajuda a inferir sobre a ascensão e distinção social de que gozavam alguns proprietários rurais em Minas ainda na primeira metade do Dezenove. Não obstante, há que se pensar em um determinado padrão de representação urbana desta posição, como no fato de que Pedro Dias “reside” nas terras do Paraibuna, mas “ficava” no Rio de Janeiro.

É importante uma menção também, ao fato de que esta passagem do Paraibuna, como dito acima, era um dos Registros estabelecidos para o controle das Minas, tentando coibir os descaminhos do ouro e assegurando a cobrança das taxas e direitos de entrada da Coroa, sobre pessoas, animais e gêneros secos e molhados. Vários são os registros que se podem identificar nos caminhos que levavam às Minas ao longo do Dezoito e começo do Dezenove, sendo que alguns dos pontos mais importantes do Caminho Novo na época da passagem de Costa Matoso em 1749, eram ou já haviam sido postos de registro, como Borda do Campo e Mathias Barbosa.

Estes registros constituíram-se cada vez mais uma importante fonte de recursos da Fazenda Real com o desenvolvimento dos fluxos comerciais, o que por sua vez aproxima uma conjuntura em que se entreve tanto o desenvolvimento das relações de comércio,

¹³⁵ [Diário da jornada que fez o ouvidor Caetano da Costa Matoso para as Minas Gerais], *Códice...*, p.893 e **RAPM**, Belo Horizonte (n. 9), 1904, pp. 426-8.

¹³⁶ [Diário da jornada que fez o ouvidor Caetano da Costa Matoso para as Minas Gerais], *Códice...*, pp.892 e 896.

¹³⁷ *Ibidem*, p.896.

inclusive em sua dimensão local, a partir das propriedades agro-pastoris da região, dos fluxos de abastecimento, das tropas, etc., assim como que diz respeito aos vultosos negócios na arrematação dos contratos de direitos de entradas às Minas.

Os rendimentos das entradas auferidos nos registros, foram alvo de arrematação de contratos por parte da Coroa, não havendo, até meados do século XVIII, uniformidade de condições das arrematações e estando elas fragmentadas entre vários titulares. Em 1740, entretanto, a Fazenda Real em 16 de novembro, arrematou os cinco contratos de direitos de entradas de Minas e São Paulo em um somente, tendo como titular o negociante Francisco Gomes Ribeiro, morador do Rio de Janeiro, por intermédio de José Rodrigues de Azevedo, seu procurador em Lisboa. O valor total para os três anos do contrato, que teria início em primeiro de outubro de 1742, de 102 arrobas e 1 arretel de ouro.¹³⁸ Este seria sucedido por Jorge Pinto de Azeredo, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, que arrematara o contrato, também para o período de três anos, pelo valor de 112 arrobas e 16 libras e meia de ouro.¹³⁹ Das informações disponíveis a partir do ano de 1751, o valor dos contratos aumentam bastante, e progressivamente também as dívidas dos contratadores à Fazenda. Entre 1751 e 1787, seriam titulares de contratos de entradas José Ferreira Veiga, Domingos Ferreira Veiga, João de Souza Lisboa, João Rodrigues de Macedo, Joaquim Silvério dos Reis e José Pereira Marques, totalizando para estas arrematações o valor de 3.890:177\$564.¹⁴⁰ Tratava-se de um negócio vultoso, que mobilizou o interesse de grandes comerciantes inclusive da metrópole, o que se fez tanto de forma direta, quanto por conta das muitas sociedades que se formavam assim como nas partes que comumente se arrendavam a terceiros, não raro compondo uma teia de interesses ligando muito proximamente homens de negócio na Colônia e na metrópole.

¹³⁸ Myriam ELLIS, “Contribuição ao estudo do abastecimento das zonas mineradoras do Brasil no século XVIII”, *Revista de História*, São Paulo (36) out.-dez., 1958, pp. 446-7.

¹³⁹ *Ibidem*, p. 451.

¹⁴⁰ *Ibidem*, pp.451-2.

Contratos de Entrada (Minas Gerais, séc. XVIII)

<i>Período</i>	<i>Nome</i>	<i>Valor</i>
1751-1754	José Ferreira da Veiga	591:718\$802
1754-1757	José Ferreira da Veiga	617:999\$000
1759-1761	Domingos Ferreira da Veiga	593:067\$150
1762-1764	João de Souza Lisboa	589:242\$000
1765-1767	Administração da Real Fazenda	—
1767-1775	—	—
1776-1781	João Rodrigues de Macedo	766:726\$612
1782-1784	Joaquim Silvério dos Reis	355:612\$000
1785-1787	José Pereira Marques	375:812\$000

A questão da agropecuária no contexto da economia mineira, retomando ainda uma vez o tema, oferece as principais bases para se desenhar as transformações econômicas que projetam a importância do eixo sul da capitania na virada do século. Neste sentido, pôr em foco a comarca do Rio das Mortes e em especial a Vila de São João del Rey, é indispensável à avaliação das alterações no mundo da produção em Minas, como também passo essencial para já se demarcar alguns dos principais elementos que instituem a rota emblemática que marca este trabalho: Vila Rica – São João del Rei.

Em 1780, José João Teixeira Coelho, em sua *Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais*, se referia nos seguintes termos a Comarca do Rio das Mortes:

“A comarca do Rio das Mortes é a mais vistosa e a mais abundante de toda a capitania em produção de grãos, hortaliças e frutos ordinários do país, de forma que, além da própria sustentação, prove a toda a capitania de queijos, gados, carnes de porco etc.”¹⁴¹

Outra memória, de 1781, insiste nos mesmos termos e dá relação de alguns dos gêneros produzidos e exportados para outras regiões das Minas a partir da praça de São João del Rey:

“(...) é a terra mais abundante de víveres que tem todas as Minas, porque da comarca do rio das Mortes, se sustentam todas as mais das minas principalmente de toucinho, gados, queijos, milho, feijão e arroz: tem muita fruta de espinho; maçãs, ameixas e bananas, tudo em abundância. A caça e o peixe há nesta comarca com muita fertilidade e serve de divertimentos àqueles que são inclinados a estes exercícios.”¹⁴²

Em 1808, em ofício das câmaras de São João e São José del Rey, sabendo próxima a chegada da família real ao Rio de Janeiro, dá já naquele primeiro momento a clara medida da importância que teria a comarca do Rio das Mortes no abastecimento da corte, bem como o quanto este novo mercado representaria para os negócios e o desenvolvimento da região.

“Agora pois que estamos para ler uma tão grande, e tão distinta, e inesperada felicidade, devemos todos com a maior prontidão mostrar o

¹⁴¹ José João Teixeira COELHO, *Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais (1780)*, Introdução por Francisco Iglésias, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994, p. 79.

¹⁴² “Descrição geographica, topographica, historica e politica da Capitania das Minas Gerais - seu descobrimento, estado civil, politico e das rendas reais (1781), *RIHGB*, Rio de Janeiro (Tomo LXXI, parte 1): 117-197, 1908-9, pp.157-8.

quanto a estimamos, por todos os modos que nos forem possíveis acertando-lhe tudo quanto possa caber nas nossas possibilidades, aprontando-lhe naquela Cidade, onde se espera o seu feliz desembarque tudo quanto possa haver nesta Comarca, e principalmente os gêneros, e viveres declarados em uma relação que hoje recebo do Excelentíssimo General desta mais afortunada Capitania: A saber - Gados - Toucinhos - Carnes de Porco - Arroz - Queijos - Farinha de Trigo - Açúcar - Farinha de Mandioca - Feijão e tudo o mais que parecer necessário. Aprontando-se não menos todas as Bestas Muas e Cavalaes, que forem capazes de todo o Serviço próprio dos mesmos.

Fazendo juntamente notório a todos os Tropeiros desta Comarca que da data deste em diante não disponham viagem alguma com as suas Tropas, sem Licença minha e sem que seja para conduzirem para a desta Cidade do Rio do Janeiro todos os gêneros que devam transportarem para a mesma que devo estar fornecida do tudo o preciso à chegada de um tão poderoso, tão amabilíssimo e tão respeitável e adorável Monarca Lusitano (...).¹⁴³

A proeminência dessa comarca na produção de gêneros agropecuários já era bastante ampla na segunda metade do século XVIII, sendo que ao agravamento da crise da mineração, responderia com uma importância crescente na dinâmica da economia mineira. De uma forma geral, pode-se recuperar na presença da atividade agro-pastoril, o elemento central da face diversificada que responde pelo controverso tema do desenvolvimento econômico de Minas no século XIX. A conjuntura de decadência do ouro não só foi esvaziando de braços essa faina e fazendo migrar dos núcleos mineradores parte considerável de sua população ainda no final do Dezoito, como também fez no mesmo período forçar preocupação e incentivo por parte do Estado para as atividades agrícolas na capitania. As câmaras ter minaram por ter um papel muito importante nessa tomada de posição em relação aos interesses locais. A atuação desses organismos, na trilha do que alguns trabalhos recentes vêm sugerindo, pode ser lida como um capítulo no espaço de negociação entre as elites coloniais e a Coroa portuguesa, assegurando cooptação de interesses mas também efetiva penetração nas dinâmicas econômicas e sociais, e tramando dessa forma as bases de governabilidade do Império. A capacidade e o espaço de negociação das câmaras mineiras em torno do pagamento do quinto do ouro ao longo do século, e particularmente nessa conjuntura de decadência ampliada do fim do século dão mostras da existência de algo como um “pacto constitutivo da soberania portuguesa, e que

¹⁴³ “F. em S. J. d’El-Rey (Chegada de D. João VI)”, *RAPM*, Belo Horizonte (X, vol.4):719-21, 1906, pp.720-1.

tinha como um *locus* privilegiado o exercício de cargos no âmbito do poder concelhio”.¹⁴⁴ Ofícios das câmaras de Mariana e Vila Rica acerca das causas da diminuição das cem arrobas de ouro anuais devidas pelas Minas, dão mostras de uma compreensão acurada do problema e de estratégias para o desenvolvimento da capitania que punham em destaque incentivos à produção agrícola, melhoria das técnicas de extração mineral, providências para a ocupação do número crescente de vadios de desocupados nos centros urbanos, e particularmente consideráveis alterações na estrutura fiscal. O arranjo de poder que suscitava o espaço dessas negociações que não raro pendiam para os interesses locais, residiu durante todo o período colonial nas tramas do corporativismo da Segunda Escolástica, em retórica bem dominada por esses camaristas. A própria percepção orgânica do corpo social, projetando como irmãs a medicina e a política, servia de tônica para ressaltar a posição das câmaras na reivindicação de novos encaminhamentos para a questão fiscal, como se pode ler nessas petições do final do século:

“Se o conhecimento das doenças, Ex.mo Senhor, bastasse de per si para fazer cessar os estragos de um corpo enfermo, toda a Ciência Médica, e Política se reduziria a operações do nosso entendimento; e seria supérfluo o acrescentarmos a este papel uma só palavra: porem a triste condição dos que padecem faz ver que os remédios os mais prontos, e adequados à cada queixa, são os poderosos restauradores da natureza cansada. E traduzindo do sistema físico para o civil as mesmas reflexões; como desejosos do Bem desta Capitania no seu total restabelecimento, de que simultaneamente estão pendentes os Interesses Reais, atualmente defecados e extintos: passamos a tratar do método de remediar e precaver, e arredar tantos e tão grandes males; persuadidos de que é o mais terminante, por se derivar todo de espécies viciosas deste corpo civil.”¹⁴⁵

No que diz respeito especificamente aos incentivos à agricultura, pode-se rastrear no último terço do Dezoito uma série de questões relativas às inquietações com a arrecadação dos dízimos e as vexações provocadas aos produtores rurais, necessitando tomada de posição da Coroa no sentido de proteger estes e incentivar suas atividades. Entre diversos nomes, que expressam novas inclinações por parte do governo português,

¹⁴⁴ João FRAGOSO, Maria de Fátima Silva GOUVÊA e Maria Fernanda Baptista BICALHO, “Uma leitura do Brasil Colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império”, *Penélope*, Lisboa (23): 67-88, 2000, p. 77. Ver também: Maria Fernanda Baptista BICALHO, “As câmaras ultramarinas e o governo do Império” in: João FRAGOSO, Maria Fernanda BICALHO e Maria de Fátima GOUVÊA, *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

¹⁴⁵ “Causas determinantes da diminuição da contribuição das cem arrobas de ouro, apresentadas pela Camara de Mariana”, *RAPM*, Belo Horizonte (VI, vol.1): 143-151, 1901, p.147. Ver também: “Carta da Comarca de Villa-Rica sobre a derrama”, *RAPM*, Belo Horizonte (IV): 786-792, 1899.

em influência direta da fisiocracia na crítica do mercantilismo, fazendo perceber a agricultura efetivamente como via alternativa para a economia mineira.¹⁴⁶ Uma carta régia de 1777 dirigida ao governador das Minas, Dom Antônio de Noronha, é exemplo da preocupação crescente com os agricultores:

“Em sucessivas Representações dos Colonos dessa Capitania, verificadas por informações sobre elas feitas, Me foi presente, que a Lavoura, em que consiste riqueza essencial, e a felicidade dos Povos, se tinha feito na mesma Capitania quasi impraticável; pelas desordens, injustiças e vexações com que os Rendeiros, e Admininstradores dos Dízimos oprimiam os mesmos Povos, com a multiplicidade de pleitos, cujas custas faziam crescer extraordinariamente as sobreditas vexações; de sorte que os Lavradores viriam a ser inteiramente extintos; e a sobredita Capitania em necessária consequência arruinada, e despovoada.”¹⁴⁷

Algum tempo mais tarde, Dom Rodrigo de Souza Coutinho cuidaria de empreender medidas para incentivar a agricultura na capitania, considerando que “a abundância das produções do próprio País (...) só pode se conseguir pelo aumento da Agricultura, ou seja introduzindo novos artigos de cultura, ou aperfeiçoando os artigos e métodos de cultivar o terreno, e preparar as suas produções”, o que faz enviar ao governador uma série de livros e instruções sobre técnicas agrícolas.¹⁴⁸ A partir desta perspectiva, vale concluir, com uma introdução ao palco central dos conhecidos debates da historiografia econômica de Minas na década de 1980,¹⁴⁹ destacando a posição da comarca do Rio das Mortes nos novos caminhos da economia na capitania/província.

Alguns fatores fizeram despertar com especial força, a atenção dos pesquisadores à dinâmica e às especificidades da economia mineira no século XIX. Certas evidências econômico-demográficas que já se faziam presentes a olhos mais atentos exigindo que fosse retomada a discussão daqueles pressupostos, monoliticamente estabelecidos na historiografia, da decadência econômica de Minas no Dezenove. O fato da capitania de Minas ser a mais densamente povoada no final do século XVIII, e sustentar um crescimento demográfico que faz com que sua população dobrasse de tamanho entre 1819

¹⁴⁶ Gilberto GUERZONI FILHO, *Política e crise do sistema colonial em Minas Gerais (1768-1808)*, Belo Horizonte, FaFich/UFMG, 1983 (Dissertação de Mestrado em Ciência Política).

¹⁴⁷ **APM**, S.C., Códice 148, fl. 110 apud Gilberto GUERZONI FILHO, *Política e crise...*, pp.107-8.

¹⁴⁸ **APM**, S.C., Códice 269, fl. 81 apud Gilberto GUERZONI FILHO, *Política e crise...*, pp.110-1.

¹⁴⁹ Uma concisa mas muito competente revisão desta literatura, da qual nos valemos em muitos pontos desta parte da exposição, pode ser encontrada em: Clotilde Andrade PAIVA, *População e Economia nas Minas Gerais do século XIX*, São Paulo, USP, 1996 (Tese de Doutorado em História), pp.5-19.

e 1854, por exemplo, suscitaria inegavelmente uma avaliação mais detida dos argumentos da decadência.¹⁵⁰

A preocupação com este espaço até então pouco cuidado da historiografia mineira no que diz respeito a pesquisas documentais de maior fôlego, já tomava corpo no final da década de 1970, sendo um importante exemplo disto um texto de Maria Yedda Leite Linhares, em um diálogo com a historiografia “a propósito da problemática da decadência”, no qual a autora expõe um panorama amplo da reflexão de então a respeito do fim do ciclo do ouro, e associa-se às “inquietações de Francisco Iglésias quando deplora a ‘vaguidão’ desses conhecimentos e a necessidade de aprofundá-los, a partir da exploração sistemática de novos e velhos corpos documentais e da busca de séries quantificáveis, de modo a acrescentar informações ou a ‘revelar’ a tão decantada realidade que os esquemas lógicos mal chegam a sugerir.”¹⁵¹

Uma vez que a decadência da mineração enquanto atividade dinamizadora da economia no último quartel do século XVIII, é em boa medida um ponto pacífico na historiografia, a despeito mesmo da dificuldade de se estimar com precisão a produção do ouro das Minas ao longo do século; a situação do desenvolvimento da economia mineira no Dezenove, entrevista nos dados demográficos, se apresentava como um desafio. Clotilde Andrade Paiva, sintetiza o quadro:

“De início, pareceu inteiramente paradoxal, para vários pesquisadores da história de Minas, que uma província que tivesse experimentado tão profunda decadência econômica de sua atividade nuclear tenha deixado registros, ao longo do século XIX, de expressivo crescimento demográfico, tanto da população livre quanto da escrava. Muito embora naquele momento as estimativas da população disponíveis fossem precárias e ficassem, quase sempre, restritas à distinção entre livres e cativos e limitadas pelos contornos das comarcas, elas revelam um inequívoco crescimento demográfico que se sustentou ao longo de todo o século XIX.”¹⁵²

As evidências que novas pesquisas incorporariam sobre a população escrava, acentuariam ainda mais este quadro em que a estagnação da economia e a involução a um padrão de produção para o auto-consumo, não dão conta de explicar o sustento da maior

¹⁵⁰ *Ibidem*, pp.5-6.

¹⁵¹ Maria Yedda Leite LINHARES, “O Brasil no século XVIII e a Idade do Ouro: a propósito da problemática da decadência” in: *Seminário sobre a cultura mineira no período colonial*, Belo Horizonte, Conselho Estadual de Cultura, 1979, p.148.

¹⁵² Clotilde Andrade PAIVA, *População...*, p.9.

população provincial do Brasil e a manutenção de um muito elevado plantel de escravos.¹⁵³ Interessa então, avançar um pouco aqui nesta discussão acerca da forma de organização econômica que seria capaz de promover este crescimento sustentado ao longo do século, inferido a partir dos dados populacionais.

Ainda no final da década de 1970, alguns trabalhos já apontavam para um movimento de integração mercantil a partir da produção de gêneros de abastecimentos, o que vinha a por em destaque a posição da região sul de Minas neste processo.¹⁵⁴ Maria Odila da Silva Dias, seria responsável por motivar um debate acerca da afirmação de um mercado interno no século XIX a partir de um processo de “interiorização da metrópole”. Esta lição, encontra no trabalho de Alcir Lenharo um desenvolvimento exemplar, analisando o fortalecimento das relações comerciais com a praça do Rio de Janeiro, especialmente incrementadas pela transferência da Corte em 1808, rastreando um vigoroso comércio de gêneros de abastecimento que bem sugeriam uma via de absorção dos efeitos econômicos da crise do ouro.¹⁵⁵

É entretanto, ao longo da década de 1980 que teria lugar uma produção historiográfica que realmente se encarregou de descredenciar a perspectiva do Dezenove mineiro como um amplo resultado de uma estagnação econômica motivada pela decadência do ouro. A tese de doutoramento, defendida por Roberto Borges Martins em 1980, propõem uma reinterpretação de certos modelos estabelecidos na historiografia, que fazem relacionar de forma direta a escravidão moderna às economias exportadoras, e a partir daí, sugere uma conjuntura de “crescimento silencioso” para a economia mineira, baseada fortemente em seu mercado interno. Se a estagnação da economia de Minas no Dezenove já parecia então uma pressuposição realmente equivocada, suscitando neste ponto o consenso; as respostas oferecidas por Roberto Martins ao desenvolvimento da economia mineira, entretanto, motivariam um acirrado debate que em seu conjunto é

¹⁵³ Douglas Cole LIBBY, *Transformação e Trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*, São Paulo, Brasiliense, 1988, p.14.

¹⁵⁴ Cf. Kenneth MAXWELL, *A Devassa...*

¹⁵⁵ Maria Odila Leite da Silva DIAS, “A interiorização da metrópole (1808-1853)” in: Carlos Guilherme MOTA (org.), *1822 – Dimensões*, São Paulo, Perspectiva, 1982 e Alcir LENHARO, *As tropas da moderação (O Abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808-1842)*, 2.ed., Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Educação, 1993. [1979]

normalmente referenciado na historiografia econômica mineira como movimento “revisionista”.¹⁵⁶

A principal polêmica que se desdobrou do trabalho de Roberto Martins está relacionada à explicação de como uma economia baseada na agricultura e na pecuária de subsistência, produzindo para o abastecimento de mercados vicinais, era capaz de gerar excedentes suficientes para sustentar maciças importações de escravos, imputadas pelo autor como a via fundamental de manutenção do plantel. É Robert Slenes, comentando o artigo de Roberto Borges Martins e Amilcar Martins Filho, publicado na *Hispanic American Historical Review* em 1983,¹⁵⁷ quem primeiro argumenta na direção dos problemas suscitados na defesa de uma economia não-exportadora com disposição de recursos para a importação de grande número de escravos africanos. Este autor repõem, não sem alguns reparos, as conclusões apresentadas pelos Martins acerca da importação de escravos no Dezenove, mas questiona a explicação que eles oferecem ao tráfico mineiro, fazendo realocar o setor de exportação como o centro dinâmico da economia mineira. Para tanto, Slenes questiona a definição estreita da economia de exportação proposta pelos Martins, que acaba por não vislumbrar suas ligações com o conjunto da economia, e defende que “para medir o papel do setor de exportação na economia mineira precisamos reconstituir as ligações entre este setor e a produção para o consumo interno”.¹⁵⁸ Também aprofunda a análise da pauta de exportação mineira, vislumbrando com mais propriedade a diversidade e a participação das diferentes regiões de Minas, destacando aí a presença mercantil do sul de Minas e reforçando assim os elementos analisados por Alcir Lenharo, em seu *Tropas da Moderação*. É nesta perspectiva que Slenes se refere a uma “economia mercantil de subsistência”, como a base dinâmica do setor exportador mineiro na primeira metade do Dezenove, podendo esta ser entendida, como bem sintetiza Douglas Cole Libby, enquanto

¹⁵⁶ Podemos citar dentre os principais trabalhos que se inserem neste movimento revisionista os seguintes: Roberto Borges MARTINS, *Growing in Silence: the slave economy of nineteenth century Minas Gerais, Brazil*, Tennesse, Vanderbilt University, 1980 (Tese de Doutorado) / Idem, “Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego a escravidão numa economia não-exportadora”, *Estudos Econômicos*, São Paulo 13(1), 1983 / Amilcar MARTINS FILHO e Roberto Borges MARTINS, “Slavery in a nonexport economy: nineteenth century Minas Gerais revisited”, *Hispanic American Historical Review*, 63 (3), pp.537-568, August 1983 / Robert W. SLENES, “Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX”, *Estudos Econômicos*, São Paulo, 18(3), 449-495, 1988 / Douglas Cole LIBBY, *Transformação...* / Francisco Vidal LUNA e Wilson Cano, “Economia Escravista em Minas Gerais”, *Cadernos IFCH*, Campinas, UNICAMP, n. 10, out., 1983.

¹⁵⁷ Cf. Robert W. SLENES, Comments on “Slavery in a nonexport economy” (I), *Hispanic American Historical Review*, 63 (3), pp.569-581, August 1983.

¹⁵⁸ Robert W. SLENES, “Os múltiplos...”, p.460.

“a produção de alimentos básicos destinados ora ao autoconsumo, ora ao mercado interno, dentro e fora da província”.¹⁵⁹

Esta literatura revisionista contribuiu de forma decisiva para a compreensão do Dezenove mineiro assim como também lançou luzes para a recuperação de temas obscurecidos pelo brilho da economia mineradora no próprio século XVIII. De forma especial, este conjunto de trabalhos promoveu a incorporação de um muito amplo, e até então quase inexplorado, conjunto documental, de vital importância para a nossa história econômica e demográfica. O trabalho com as listas nominativas para os anos de 1831/32 talvez seja o melhor exemplo destes progressos. Estas fontes foram utilizadas pela primeira vez de forma sistemática, por Douglas Libby, valendo-se de uma amostra restrita dos dados; mas foi a pesquisa de fôlego coordenada por Clotilde Paiva, que se encarregou de tratar e analisar o conjunto dessas informações, que em sua totalidade remontam, com certa riqueza de detalhes, mais de 400.000 pessoas.¹⁶⁰

Estes trabalhos vêm possibilitando a apreensão, com alto grau de detalhamento, da diversidade econômica e da diferenciação regional das Minas oitocentistas. Não somente de importância crucial para a história econômica e demográfica, estes estudos também fornecem um pano de fundo mais consistente para incursões diversas acerca das transformações na sociedade mineira entre o Dezoito e o Dezenove. O conhecimento da dinâmica demográfica de Minas do Dezoito para o Dezenove e os estudos que marcam a partir daí as diferenciações regionais na economia mineira, introduzem também com vigor uma série de questões acerca do “espaço” e do “urbano” em Minas, algumas das quais interessa ao capítulo seguinte considerar em detalhe.

¹⁵⁹ Douglas Cole LIBBY, *Transformação...*, p.14.

¹⁶⁰ Esta pesquisa que resultou em um grande banco de dados, foi desenvolvida junto ao Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG. Uma série de pesquisas desde então foram e estão sendo produzidas utilizando estes dados, das quais dois bons exemplos são: Marcelo Magalhães GODOY e Angela M. OLIVEIRA, *Redescobrimos as listas nominativas, uma abordagem incisiva dos censos de 1831/31 e 1938/40: Bonfim (1832-39) e São Bartolomeu (1831-38)*, 1990 (mimeo.) e Mário Marcos Sampaio RODARTE, *O caso das Minas que não se esgotaram: a pertinência do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais Oitocentista*, Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 1999 (Dissertação de Mestrado em Economia).

Tantas cidades no mapa... Nenhuma, porém tem mil anos.
E as mais novas, que pena: em sempre são as mais lindas.
Como fazer uma cidade? Com que elementos tecê-la? Quantos fogos terá?

Nunca se saber, as cidades crescem,
Mergulham no campo, tornam a aparecer.
O ouro as forma e dissolve; restam navetas de ouro.

Carlos Drummond de Andrade
(“América” in: *Rosa do Povo*)

Capítulo 2

O Urbano das Minas: formação e desenvolvimento

2.1. A Historiografia do Urbano

A história de nossas cidades e da conformação do “urbano” no Brasil tem sido alvo comum para múltiplas apropriações, bem como território de trabalho de estudiosos diversos. Se por um lado isto traduz a vitalidade desta temática e afirma a sua importância, também dá, em uma análise mais cuidadosa, a medida da dificuldade de convergência desses interesses, em pesquisas de cunho interdisciplinar. Também dá vistas a uma conjuntura um tanto curiosa, na qual muito do que se pode tomar por historiografia urbana se construiu à margem do trabalho de historiadores. Pululam então termos para marcar diferenças no que muitas vezes se sobrepõe, muito embora sem serem intercambiáveis. Daí as diversas segmentações comuns nessas linhas de pesquisa, tais como história urbana, história da cidade, história do urbanismo, etc.

O exercício de revisão historiográfica, neste sentido, mais do que contextualizar o campo em que este texto e pesquisa se esgueira, constitui uma tarefa premente, a que se deve dar cada vez mais ênfase, no sentido de se avaliar e repensar os esforços, assim como refletir sobre os encaminhamentos das atuais pesquisas e as possibilidades de habilitar uma reflexão histórica em tudo sensível à questão espacial. Esta incursão historiográfica, por conta disto, não ambiciona mais do que situar o debate e apontar alguns grandes traços com que se vêm escrevendo essa história urbana no Brasil e mais especificamente a historiografia do urbano das Minas setecentistas. Para tal, vai-se preferir aqui usar, sem pejo, o termo “história urbana” para dar significação ampla à multiplicidade de apropriações do espaço urbano, e das cidades em geral, em uma perspectiva histórica, mesmo que não por obra de historiadores de formação.

Não é nada simples, vale insistir, oferecer um panorama exaustivo da produção historiográfica que toma para si o título de urbana dada esta pluralidade de enfoques disciplinares. Demarcar territórios e propor algumas segmentações, além é claro, de ressaltar contribuições centrais à articulação do debate que pode ser circunscrito como historiografia urbana brasileira, é portanto a regra geral deste esforço. Pode-se dizer, neste sentido, mesmo correndo o risco de caracterizar uma espécie de “historiocentrismo”, que a história urbana no Brasil vem seccionando “historiadores” de um lado, e demais “estudiosos

do urbano” de outro, reforçando desconhecimentos recíprocos. Mais do que um corte disciplinar, esta diferenciação diz de duas espécies de história urbana que se superpõem no debate, uma mais “urbana” do que “histórica”, ligando-se diretamente aos estudos de geografia, arquitetura, planejamento urbano, etc., e outra mais “histórica” que “urbana”, própria de muito dos estudos de historiadores e que muitas vezes acaba por descredenciar uma reflexão mais detida sobre o espaço. Neste sentido, qualquer revisão crítica dessa historiografia não pode deixar de se haver com a preocupação de fazer cruzar estas duas perspectivas. Uma breve digressão a respeito de como se articulou este multifacetado campo da história urbana ajuda a melhor demarcar estes cortes e apontar seus cruzamentos.

De um modo geral, pode-se anotar alguns grandes momentos na constituição do que se entende por história urbana. Não se tratam de esforços lineares, o que faz com que só muito raramente possam ser recuperados como escolas específicas de uma área mais ampla. Isto deve-se à marca dos pressupostos disciplinares diversos que se põem em tentativas variadas de enredar o espaço material e simbólico das cidades em uma perspectiva histórica. Como se não bastasse a fluidez da área, ainda tem-se que ter em conta, ao refletir sobre a historiografia urbana brasileira, que as principais correntes e tendências que compõe o campo de conhecimento da história urbana, aqui chegaram em tempo diferentes, e com destaques e ênfases variadas, o que bem ajuda a reforçar estas segmentações entre a história e os estudos urbanos.

Dentre os primeiros trabalhos a se dedicarem ao estudo da história das cidades e a buscar a especificidade histórica do espaço urbano, o nome de Fustel de Coulanges é provavelmente a referência mais recuada dentre os historiadores modernos, com seu famoso livro *A cidade antiga*, de 1864. Outro trabalho importante, que bem se insere dentro do debate desencadeado por Fustel de Coulanges é o de Gustave Glotz em *A cidade grega*, de 1928.¹

As reflexões de Max Weber sobre as cidades, no campo da sociologia histórica, são todavia, uma das mais longevas contribuições ao debate da história urbana. A despeito da

¹ Fustel de COULANGES, *A cidade antiga*, 9 ed., Lisboa, Livraria Clássica, 1957, 2 vols. e Gustave GLOTZ, *A cidade grega*, São Paulo, Difel, 1980. / Uma importante incursão historiográfica sobre o urbano, que muito proximamente nos serve à demarcação dos elementos principais da evolução da área, é realizada por Ronald Raminelli, ver: Ronald RAMINELLI, “História Urbana” in: Ciro Flamarion CARDOSO, Ronaldo VAINFAS (orgs.), *Domínios da História*, Rio de Janeiro: Campus, 1997.

pouca atenção conferida ao tempo histórico em seu método comparativo das formações citadinas, sua análise das especificidades do espaço urbano, especialmente no que diz respeito aos aspectos econômicos, forneceram importantes bases para o desenvolvimento das reflexões sobre as cidades. Ainda esta primazia dos aspectos econômico-sociais no estudo das cidades, teria, pouco mais tarde, substantivo destaque a partir do *As cidades da Idade Média* de Henri Pirenne, publicado em 1927. Muito desta perspectiva pode ser recuperada no desenvolvimento da historiografia francesa, alcançando a *École des Annales* e a importância conferida à geografia na obra de Fernand Braudel.²

Outra linha de estudos que solidamente se consolidou dentro do espaço da história urbana, teria lugar a partir dos trabalhos do urbanista americano Lewis Mumford, em especial no seu *A cultura das cidades*, de 1938, e mais tarde no muito conhecido, *A cidade na história*, de 1961.³ Nas reflexões de Mumford, as transformações no espaço urbano são lidas a partir dos avanços e emprego de novas técnicas; o que abre espaço ao desenvolvimento de uma “história do urbanismo” que teria especial repercussão entre arquitetos e urbanistas, geógrafos, etc.

Uma das pernas destes estudos históricos que ganharam corpo entre urbanistas e planejadores urbanos, deságua na composição da “urban history” de matriz anglo-saxã a partir da década de 1960. A especificidade destas pesquisas, e sua importância na definição das principais correntes de estudo do urbano e das cidades na segunda metade do século XX é incontestável, mesmo que seja apropriado lembrar o quanto é discutível e polêmico do ponto de vista histórico, a ênfase nos trabalhos comparativos e de matriz quantitativa que animaram estes estudos, aproximando-os em muito da “new economic history” americana.

A caracterização desta urban history, remonta, em especial, o núcleo de pesquisas que ficou conhecido como “Grupo de Leicester”, liderado por Harold James Dyos e ligado à Universidade de Leicester na Inglaterra, iniciando em 1962 a publicação do *Urban History Newsletter*, que daria lugar em 1974 ao *Urban History Yearbook* e mais recentemente, em 1992,

² Max WEBER, *The City*, Glencoe (Illinois), The Free Press, 1958 (a parte inicial deste texto pode ser encontrada em Max WEBER, “Conceito e categorias de cidade” in: Otávio Guilherme VELHO (org.), *O Fenômeno Urbano*, 2 ed., Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973 / Henri PIRENNE, *As cidades da Idade Média*, Lisboa, Europa América, 1977 / Fernand BRAUDEL, *Civilização Material, Economia e Capitalismo. Séculos XV-XVIII*, trad. Telma Costa, São Paulo, Martins Fontes, 1996.

³ Lewis MUMFORD, *A cultura das cidades*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1969 e Lewis MUMFORD, *A cidade na história : suas origens, transformações e perspectivas*, Trad. Neil R. da Silva, 2 ed., São Paulo, Martins Fontes, 1982.

ao “journal” *Urban History*. Pelo lado americano, o marco destes estudos é a criação do “Joint Center for Urban Studies” do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) e da Universidade de Harvard e a publicação, em 1963, da coletânea de estudos *The Historian and the City*, organizada por Oscar Handlin e John Burchard. Sendo de alguns anos mais tarde, o desenvolvimento do movimento que ficou conhecido como “new urban history”, tendo como marco de fundação a conferência “Nineteenth Century Industrial City”, organizada na Universidade de Yale, por Richard Sennett e Stephan Thernstrom, em 1968.⁴

Um outro dos caminhos por que seguiu a história urbana foi o que promoveu uma apreensão do espaço das cidade para além de sua dimensão eminentemente material, atentando para os significados simbólicos que vão se construindo e sendo construídos pelo urbano e pela vida urbana. Pode-se remontar esta vertente de estudos desde as reflexões acerca da “sociologia do espaço” e da vida cotidiana nas metrópoles por parte de George Simmel, em especial no seu texto “Metrópoles e a vida mental”, de 1902.⁵ Os estudos de Simmel encarregam-se de projetar a reflexão da cidade no amplo território das investigações acerca da “modernidade”. Sendo que bem constituiria este, um dos mais visitados lugares dos estudos em história urbana. A visão da cidade em Walter Benjamin, por sua vez, é herdeira em parte das leituras de Simmel, e a um só tempo a principal marca de uma história urbana que a partir daí se instituiria enquanto história cultural. Em *Charles Baudelaire, um Lírico no Auge do Capitalismo*, Benjamin põem a descoberto uma Paris que se dá a conhecer no flunar pelas ruas, remontando fragmentos do cotidiano a partir das imagens da literatura. Na Nova Iorque que um dia se pode avistar do alto do *World Trade Center* em Nova Iorque, Michel de Certeau costurou outras versões dessas leituras do flunar na cidade moderna a partir de seus “voyeurs” e “caminhantes”, legando vertente de análise também muito visitada. Marshall Berman em olhos atentos às intervenções urbanísticas oitocentistas em Paris e São Petesburgo, assim como na Nova Iorque do século XX, articularia a urdidura do urbano com a literatura, a partir do *Fausto* de Goethe ou do *Manifesto Comunista* de Marx, reconstruindo uma “aventura da modernidade” em seu muito conhecido *Tudo que é sólido se desmancha no ar*. À este mesmo mote da modernidade se prendem a leitura da Viena

⁴ Uma panorama do desenvolvimento dessas linhas de pesquisa pode ser encontrado em Luís Octávio da SILVA. “História Urbana: breve histórico da constituição de uma área de conhecimento”, *Anais eletrônicos do 6º Seminário de História da Cidade e do Urbanismo: Cinco séculos de Cidade no Brasil*, Natal, PPGAU/UFRN, 2000.

⁵ Georg SIMMEL, “The sociology of space”, “Bridge and Door”, “The metropolis and mental life” in: Georg SIMMEL, *Simmel on Culture: selected writings*, David Frisby and Mike Featherstone (eds.), London, SAGE Publications, 1997 / Idem, “A metrópole e a vida mental” in: Otávio Guilherme VELHO (org.), *O Fenômeno Urbano*, 2 ed., Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973.

de Carl Schorske, como outros tantos trabalhos. Não obstante, estas possibilidades de uma apreensão ampla do espaço das cidades, plenas de dimensões simbólicas que tomam corpo em meio a uma redescoberta da história cultural, não se restringiriam ao território das metrópoles e da modernidade, produzindo mesmo estudos para diferentes lugares e épocas.⁶

O que se pode nomear de história urbana no Brasil recupera em muitas apropriações estas linhas de estudo que aqui vai-se apontando. É sem dúvida um território controverso e por demais amplo, no qual se confundem “histórias” da cidade, “histórias” do urbanismo, ou ainda outras tantas histórias que escapam a uma associação direta com o urbano, mas contribuem de forma direta para a reflexão destas questões. Influenciado por perspectivas de trabalho muito diversas e realizado por profissionais de formações igualmente variadas, pode-se dizer que qualquer balanço historiográfico sobre o tema, além de dar conta de linhas muito diversas de apreensão do urbano, tem também de alinhar uma multiplicidade de “visões históricas” implícitas nas obras produzidas. Em boa medida, como regra geral, vale insistir que para a historiografia brasileira, só muito recentemente a história urbana tem transcendido o urbano enquanto mero dado localizacional, no que diz respeito às pesquisas dos historiadores de formação, sendo que a grande parte do que se fez nesta história urbana mais concretamente informada pelo espaço, até alguns anos atrás, foi escrita geralmente por arquitetos, urbanistas, geógrafos, etc. Este traço particular é responsável por uma conjuntura de trabalhos em que, para carregar um pouco nas cores por um lado vê-se os historiadores de formação, que desconhecem o “urbano”, e por outro, os estudiosos do urbano, que desconhecem a “história”, fazendo compor assim uma história urbana múltipla e avessa a sínteses.

Uma leitura da historiografia recente é capaz de revelar um aumento da sensibilidade para um trabalho que aproxime os corpos teóricos e metodológicos dessas variadas perspectivas de estudo no entendimento das cidades e da formação urbana do Brasil. Todavia, não é difícil de se constatar a ausência de uma aproximação efetiva da “história” e do “urbano”, ou do “tempo” e do “espaço” em sentidos amplos. Pode-se

⁶ BENJAMIM, Walter, *Obras Escolhidas III — Charles Baudelaire, Um Lírico no Auge do Capitalismo*. São Paulo, Brasiliense, 1989 / Michel de CERTEAU, *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*, trad. Ephraim Ferreira Alves, Petrópolis: Vozes, 1994 [especialmente os capítulos VII – “Caminhadas pela Cidade” e VIII – “Relatos do Espaço”] / BERMAN, Marshall, *Tudo que é sólido desmancha no ar. A Aventura da modernidade*, São Paulo, Companhia das Letras, 1986 / Carl E. SCHORSKE, *Viena fin-de-siècle: política e cultura*, Trad. Denise Bottmann, São Paulo, Companhia das Letras, 1990 / Richard SENNETT, *Carne e Pedra. O corpo e a cidade na civilização ocidental*, Trad. Marcos Aarão Reis, Rio de Janeiro, Record, 1997.

divisar ainda os limites do trabalho dos historiadores, de um lado, e desses demais estudiosos do urbano de outro, o que não significa, obviamente, que estes vários “estudiosos do urbano” possuam uma perspectiva comum, ou quiçá convergente, de história urbana. Ao contrário, o desenvolvimento de seus objetos e a análise de suas filiações teóricas e metodológicas revelam uma enorme disparidade de abordagens, no mais das vezes amplamente desconhecidas por parte dos historiadores, disparidade estas que esta na base mesmo da dificuldade de aproximação aqui destacada.

Com base nesses traços gerais, é possível traçar um balanço da historiografia do urbano no Brasil, a partir de alguns cortes específicos. Neste sentido, o que primeiro se pode divisar, tal como Manuel C. Teixeira aponta em uma revisão da historiografia do urbano em Portugal,⁷ é uma tradição de trabalhos de história local, que remonta ainda o século XIX e se estende até o presente, e que se compõem de estudos específicos, subsidiados pela incursão em fontes primárias, demarcando o que normalmente se refere por biografia das cidades. Vários trabalhos, do final do século XIX e do início do XX, grande parte deles se ocupando do Rio de Janeiro, são as principais referências deste tipo história das cidades, sendo as páginas da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, espaço onde se pode rastrear muitos destes estudos, como os de José Vieira Fazenda ou Adolfo Morales de Los Rios. Algumas obras recentes que podem ser incluídas nesta perspectiva de uma história local das cidades, merecem destaque pela sintonia do específico da região com o conjunto da formação dos espaços urbanos na história brasileira; e especialmente, por conta de pesquisas primárias de grande fôlego, que acabam por revelar importantes facetas do desenvolvimento desse passado das cidades. Bons exemplos nesta linha são os trabalhos de Fânia Fridmam ou Maurício de Abreu para o Rio de Janeiro.⁸

⁷ Manuel C. Teixeira realiza uma reflexão acerca do desenvolvimento da história urbana em Portugal, partindo das contribuições no âmbito da história local, até alcançar os trabalhos mais recentes da área, apontando criticamente certas tendências e demarcando um percurso que em muito nos interessa aqui, e do qual em alguns pontos nos valem para segmentar a historiografia brasileira [Manuel C. TEIXEIRA, “A História Urbana em Portugal: desenvolvimentos recentes” in: Helder CARITA e Renata ARAÚJO (coords.), *Universo Urbanístico Português 1415-1822 (Colectânea de Estudos)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 1998].

⁸ Adolfo MORALES DE LOS RIOS, “Subsídios para a história da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro”, *RIHGB*, Rio de Janeiro, Tomo Especial consagrado ao Primeiro Congresso de História Nacional (Parte I): 989-1350, 1914; José VIEIRA FAZENDA, “Fundamentos da cidade do Rio de Janeiro”, *RIHGB*, Rio de Janeiro (80): 527-550, 1916; Maurício de Almeida ABREU, “O Rio de Janeiro Quinhentista: debates e armadilhas”, *Anais eletrônicos do 6º Seminário de História da Cidade e do Urbanismo: Cinco séculos de Cidade no Brasil*, Natal, PPGAU/UFRN, 2000; Idem, *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO: J. Zahar, 1987; Fania FRIDMAN, “Três Vilas da Província Fluminense”, *Anais eletrônicos do 6º Seminário de História da Cidade e do Urbanismo...*, Natal, PPGAU/UFRN, 2000; Idem, *Donos do Rio em nome do Rei: Uma história da propriedade fundiária da cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Garamond / Jorge Zahar Editor, 1999.

Nos quadros dessa historiografia moderna, Sérgio Buarque de Holanda ocupa posição de destaque no que diz respeito à história urbana, sendo que a sua reflexão sobre os modelos de construção das cidades na América espanhola e na portuguesa, tipificadas pela figura do “ladrilhador” e do “semeador”, respectivamente, apresentada no *Raízes do Brasil*, legou uma ampliada e longeva fortuna crítica. A despeito da forte oposição à tese da ausência de planejamento das cidades na América portuguesa presente nesse ensaio clássico, baseada nas muitas e claras evidências dos planos de cidades ordenadas presentes na história colonial brasileira, deve-se ter muito cuidado no simples descartar dessa análise de Sérgio Buarque, como vêm sugerindo alguns interpretes recentes, que ademais, está muito longe de se esgotar em questões da forma urbanística.⁹ Também em relação à formação e o desenvolvimento das cidades no período colonial, o belo ensaio de Nelson Omegna, publicado originalmente em 1961, representa uma síntese ampliada, cobrindo as diversas regiões do território da América portuguesa e articulando grandes temas como fisionomia da paisagem, vida e estratificação social, ou ainda dinâmicas e relações econômicas nas cidades coloniais.¹⁰

Os mais sólidos elementos para a investigação da história das cidades e do Brasil urbano viriam, entretanto, com o processo de consolidação da pesquisa histórica ligada às universidades, especialmente no período de implantação dos programas de pós-graduação, a partir da década de 1970, o que se deu incisivamente pelo viés da história econômica e social, e que foi logo acrescido também de avanços no campo da demografia histórica. A isto ainda deve-se somar o trabalho de alguns brasilianistas, como Richard Morse, para que se possa delinear o corpo de uma produção essencial à historiografia urbana recente.¹¹

Arquitetos e urbanistas também tiveram papel de destaque na evolução das discussões acerca das cidades no Brasil. A despeito do primeiro plano conferido, no mais das vezes, aos atributos formais, em detrimento ao “homem” e seu “tempo”, a contribuição destes profissionais à história urbana é inegável; oferecendo ainda hoje alguns

⁹ Sérgio Buarque de HOLANDA, *Raízes do Brasil*, 26. ed., São Paulo, Companhia das letras, 2001.

¹⁰ Nelson OMEGNA, *A cidade colonial*, 2.ed., Brasília, EBRASA, 1971.

¹¹ Maria Luiza MARCÍLIO, *A cidade de São Paulo: povoamento e população 1750-1850, com base nos registros paroquiais e nos censos antigos*, trad. da autora, São Paulo, Pioneira, Universidade de São Paulo, 1974 / Katia M. MATOSO de Queirós, *Bahia, Século XIX: Uma Província no Império*, Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1992 / Richard McGee MORSE, *Formação histórica de São Paulo (de comunidade a metrópole)*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970 / A. J. R. RUSSELL-WOOD, “Centro e periferia no mundo luso-brasileiro, 1500-1808”, *Revista Brasileira de História*, São Paulo (vol.18 n.36): 187-250, 1998 / Stuart B. SCHWARTZ, “Plantations and peripheries, c. 1580 - c. 1750” in: L. BETHELL (ed.) *Colonial Brazil*, Cambridge, Cambridge University Press, 1991.

dos principais subsídios à uma pesquisa histórica “especialmente” informada. Os trabalhos de Paulo Ferreira dos Santos, mesmo os no domínio exclusivo da arquitetura, mas especialmente em suas reflexões mais amplas sobre a trajetória das cidades coloniais, é um marco importante nesses estudos, remontando a década de 1950; assim como o são também os estudos de Sylvio de Vasconcellos, e de alguns outros autores, que entre a história da arquitetura e da arte, legaram contribuições importantes a este debate, em muito documentado em artigos na *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*.¹²

A partir da década de 1960, vários outros nomes podem ser acrescidos a estes estudos de arquitetura ou urbanismo. Nestor Goulart Reis Filho, desde estudos acerca da evolução urbana brasileira até mais recentemente em sua pesquisa sobre a iconografia das cidades coloniais brasileiras, é um dos nomes que merece especial destaque.¹³

A despeito do encontro não raro problemático entre a história e a sociologia, esta cumpriu no Brasil um papel de destaque para o desenvolvimento dos estudos acerca da formação urbana. O campo desta sociologia, e antropologia, urbana no Brasil encontraria seu desenvolvimento nos anos sessenta e setenta, cumprindo a partir daí um importante papel no encaminhamento das reflexões acerca do urbano no Brasil, destilando nos meios acadêmicos as lições da Escola de Chicago, assim como ampliando a discussão acerca de clássicos do estudo das cidades e da vida urbana como Max Weber ou George Simmel. Maria Isaura Pereira de Queiroz é, neste sentido, uma das mais importantes referências, contribuindo de forma especial para a discussão da segmentação entre os espaços do urbano e do rural na sociedade brasileira.¹⁴ Ao que interessa aqui, é válido ressaltar que estes estudos de sociologia urbana no Brasil, quando avançam no território da história, guardam o importante mérito de não deixar sucumbir a posição do homem enquanto agente histórico e sua centralidade na construção do espaço, ao contrário de ênfases

¹² Paulo Ferreira SANTOS, “Formação de cidades no Brasil Colonial” in: *Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, Coimbra, 1968 (separata) [em edição recente: *Formação de Cidades no Brasil Colonial*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2001] / Paulo Ferreira SANTOS, *O barroco e o jesuítico na arquitetura do Brasil*, Rio de Janeiro, Kosmos, 1951 / Paulo Ferreira SANTOS, *Quatro séculos de arquitetura*, Barra do Pirai, Fundação Educacional Rosemar Pimentel, 1977 / Sylvio de VASCONCELLOS, “Formação Urbana do Arraial do Tejuco” in: *Arquitetura Civil II*, São Paulo, FAUUSP e MEC-IPHAN, 1975 (Reedição do original: *RPHAN*, Rio de Janeiro, (14): 121-34, 1959) / Robert SMITH, “Arquitetura Civil no Período Colonial”, *RPHAN*, Rio de Janeiro, (17): 27-125, 1969.

¹³ Nestor Goulart REIS FILHO, *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil: (1500/1720)*, São Paulo, Pioneira, Ed. da Univ. de São Paulo, 1968 / Idem, *Algumas experiências urbanísticas do início da república: 1890-1920*, São Paulo, FAUUSP, 1994 / idem, *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*, São Paulo, FUPAM, EDUSP, Imprensa Oficial do Estado, 2000.

¹⁴ Maria Isaura Pereira de QUEIROZ, *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil: ensaios*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, São Paulo, Ed. USP, 1978.

formalistas muito próprias das histórias do urbanismo e da arquitetura. Por outro, não se afasta uma crítica maior, relativa à apropriação do tempo histórico enquanto uma teleologia estruturada de eventos, passíveis de grandes sistematizações e esquemas explicativos de largo alcance. Tal generalização, muito própria da visão histórica presente nestes estudos sociológicos, corresponde a um achatamento da singularidade dos eventos e a sua reposição enquanto um elo em uma cadeia que liga linearmente passado e futuro. Certamente um panorama sistematicamente elegante, mas muito problemático se aceito sem a devida crítica.

A partir da década de 1980, pode-se identificar nos estudos históricos das cidades e do urbano, uma crescente propensão a trabalhos que embora de natureza disciplinares, cada vez mais incorporam as contribuições de áreas conexas. Os encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR), fundada em 1983, marcariam um fórum de discussão conjunta destes vários profissionais chamados aqui de estudiosos do urbano, sendo a preocupação com a história das cidades brasileira um tema que cresceu em importância dentro destas reuniões. Um outro evento, ligado aos encontro da ANPUR e nascido nos anos noventa, tem substantiva importância a este desenvolvimento recente da história urbana. Trata-se do “Seminário de História da Cidade e do Urbanismo”, que constitui uma experiência importante na reunião de profissionais de várias áreas, ainda que incisivamente ligado à área de arquitetura e urbanismo, para o trabalho no campo da história urbana. Nos anais destes seminários, que vêm acontecendo com regularidade desde 1992,¹⁵ vislumbra-se a pluralidade dos atuais estudos da área em um quadro no qual se verifica a presença tanto de arquitetos e urbanistas, ligados aos estudos de história, mas também um certo número de historiadores de formação, geógrafos, entre outros.

Para além destas reuniões de pesquisa, que não deixam de ser ainda um espaço em que vale a segmentação “historiadores” e “estudiosos do urbano”, é viável recuperar por fim, em vários ângulos, o trabalho mais recente dos historiadores, o que normalmente não ajuda muito a clarificar o debate. Todavia, o mais importante traço distintivo dos estudos

¹⁵ O I e o II “Seminário de História da Cidade e do Urbanismo” foram realizados em Salvador (UFBA, Mestrado em Arquitetura, 1992 e 93); o III Seminário em São Carlos (EESC/USP, Mestrado em Arquitetura, 1994), o IV Seminário no Rio de Janeiro (Proureb/UFRJ, Mestrado em Urbanismo, 1996), o V Seminário em Campinas (PUCCAMP, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 1998), e o VI Seminário em Natal (UFRN, Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2000). O VII Seminário está marcado para acontecer neste ano, novamente na UFBA, em Salvador.

que se ocupam da cidade da década de 1990 em diante deve ser referenciado ao crescimento da história cultural e a um escopo de novas temáticas, metodologias, bem como do trabalho com novos conjuntos documentais que em inúmeros momentos cobram do historiador um trato direto com a cidade enquanto um objeto vivo e dinâmico. Estas sensibilidades novas vêm a corporificar na investigação histórica, não só a dimensão material do espaço, mas também a própria idéia de espaço, as representações e práticas culturais que delimitam o universo de um espaço simbólico imiscuído à materialidade da formação urbana.

Muito do que se produziu na história urbana a partir dessas influências da história cultural responde quase que exclusivamente à segunda metade do século XIX em diante.¹⁶ Isto se relaciona à preponderância da modernidade como um tema privilegiado dos estudos do urbano, assim como o peso na identificação entre o “urbano” e as intervenções urbanísticas que bem se situam no século XIX europeu e que enredam as transformações do capital, do capitalismo, da cultura e da sociedade, bem como as ações “plantadas” no espaço da cidade, como na Paris do Barão von Haussmann.¹⁷

Esta visão, que toma corpo pelo viés da história urbana/cultural, em especial na preponderância da leitura nas universidades brasileiras de Walter Benjamin¹⁸ a partir de fins da década de 70, promove uma certa reorientação dos sentidos em que se pensava o urbano. Se por um lado é indubitável que essa aproximação muito fez por reforçar o sentido de se pensar o espaço urbano como ator central à conformação das múltiplas facetas da vida cotidiana, impondo-se a especificidade dessa análise ante uma tomada deste como resultado puro e simples de sobreposições populacionais, econômicas e políticas, e se por este lado é mesmo indubitável o valor dessa aproximação com o campo da cultura; por outro, pode-se assinalar um certo obscurecimento da compreensão do urbano a contextos que andem longe daquele Dezenove de signos modernos. Ampliar a leitura do fenômeno urbano, libertando-o desta visão endurecida, que em muito se deve a uma certa identificação entre o urbano e o urbanismo moderno, é também tarefa urgente à

¹⁶ Dentre os vários trabalhos podemos citar: Jeffrey D. NEEDELL, *Belle Époque tropical; sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*, São Paulo, Cia. das Letras, 1993; Nicolau SEVCENKO, *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*, São Paulo, Companhia de Letras, 1992; ou Margareth RAGO, *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

¹⁷ Ver: Maria Stella BRESCHIANI, *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*, 3 ed. São Paulo, Brasiliense, 1985.

¹⁸ Especialmente: Walter BENJAMIM, *Obras Escolhidas III — Charles Baudelaire, Um Lírico no Auge do Capitalismo*, São Paulo, Brasiliense, 1989.

historiografia das cidades no Brasil. Particularmente para as cidade coloniais, uma frente que tem tomado corpo mais recentemente, bastante influenciada pela historiografia portuguesa, é a que privilegia o estudo das municipalidades no quadro do Império luso. Estes trabalhos, situados no campo da história política e social, fazem destacar especialmente o papel da câmaras e do poder local na produção do espaço dessas vilas e cidades coloniais.¹⁹

Uma leitura interessante, que bem serve para caracterizar algumas perspectivas de trabalho dessa história urbana recente, é a de Maria Izilda S. de Matos,²⁰ que aponta três tendências na historiografia da cidade, reforçando mesmo a argumentação desta identificação com os séculos XIX e XX. A autora identifica três linhas principais; a primeira delas seria a da “cidade-questão”, ocupando-se da cidade enquanto palco de intervenções, como objeto da ação racionalista, do qual é exemplar a “questão” higiênico-sanitarista, característica dos últimos anos do Dezenove e início do século XX.²¹ Outra tendência de pesquisas seria a da “cidade-memória(s)”, entendida como a confluência de múltiplas representações do espaço, motivadas pelas tensões urbanas e suportadas no plano das memórias.²² Incisivamente relacionada a algumas temáticas muito caras da história cultural recente, esta perspectiva também se relaciona ao crescimento de novos procedimentos metodológicos, como a história oral,²³ o que não tinha muito lugar nos estudos de história urbana. Finalmente, identifica-se a “cidade-documento”, tendência que

¹⁹ Maria Fernanda Baptista BICALHO, “O Urbanismo Colonial em Questão: o exemplo do Rio de Janeiro nos Séculos XVII e XVIII”, *Estudos Ibero-americanos*, Porto Alegre (XXIV, n.1): 31-57, 1998 / Idem, “As Representações da Câmara do Rio de Janeiro ao Monarca e as Demonstrações de Lealdade dos Súditos Coloniais. Séculos XVII e XVIII” in: *O Município no Mundo Português. Seminário Internacional - Anais*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico / Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1998 / Idem, “As Câmaras Municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro”, *Revista Brasileira de História*, São Paulo (vol.18, n.36): 251-80, 1998 / Idem, “As câmaras ultramarinas e o governo do Império” in: João FRAGOSO, Maria Fernanda BICALHO e Maria de Fátima GOUVÊA, *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

²⁰ Maria Izilda S. de MATOS, “Cidade: experiências urbanas e a historiografia” in: *Cidades Brasileiras: políticas urbanas e dimensão cultural*, São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros / Universidade de São Paulo, 1998, pp. 126-29.

²¹ Ver: M. V. T. CARPINTÉRO, “Imagens do conforto : a casa operária nas primeiras décadas do século XX em São Paulo” in: Maria Stella BRESCIANI (org.), *Imagens da cidade : séculos XIX e XX*. São Paulo, Marco Zero, 1993; Sidney CHALHOUB, *A cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996; Gisele Thiel Della CRUZ, “A Higienização da Cidade: Rio Grande no final do século XIX”, *Anais eletrônicos do 6º Seminário de História da Cidade e do Urbanismo: Cinco séculos de Cidade no Brasil*, Natal, PPGAU/UFRN, 2000.

²² Para o tema “memória e história” veja: Jacques LE GOFF, *História e memória*, Campinas, UNICAMP, 1994; Maurice HALBWACHS, “A memória coletiva e o espaço” in: *A Memória Coletiva*. São Paulo, Vértice, 1990.

²³ Ver: Paul THOMSON, *A voz do Passado*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

tomaria o espaço da cidade como um texto a ser decifrado, uma espécie de visão um tanto formalista, que orienta uma certa arqueologia social da cidade.

Para recuperar, por fim, a rota de Minas do Dezoito e Dezenove nessa historiografia, pode-se perceber facilmente a reposição dos mesmos cortes delineados acima. Ou seja: a multiplicidade de “visões históricas” própria de uma confluência de trabalhos que em muitas ocasiões não é obra de historiadores de formação; a presença de trabalhos de história local, se valendo de fontes primárias e reproduzindo “biografias das cidades”; as contribuições de arquitetos e urbanistas, economistas e demógrafos, geógrafos; e finalmente, o trabalho recente dos historiadores, restituindo os compromissos de uma história preocupada com a questão espacial.

No campo dos trabalhos de história local, podemos estender uma tradição de trabalhos de natureza não acadêmica, realizados por homens de letras e intelectuais variados, que se ocuparam de investigar a história de suas cidades, rastreando arquivos locais e compondo textos de qualidades muito variáveis, mas quase sempre de algum interesse por conta dos fundos documentais e que se valeram. Dentre os mais interessantes exemplos deste tipo de trabalho, talvez deva-se remontar mesmo o século XVIII, com o nome de Cláudio Manuel da Costa, em seu fundamento histórico para o seu poema *Vila Rica*, ou o de outros mais que produziram importantes memórias históricas sobre a capitania e de suas primeira vilas, como por exemplo, José Joaquim da Rocha, José Vieira Couto, José João Teixeira Coelho, Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, ou Joaquim Felício dos Santos, anos mais tarde com sua memória sobre o distrito diamantino. Como também é importante lembrar a memória das cidades presentes em coreografias históricas como a de Raimundo José da Cunha Matos de 1837.²⁴ Mais estritamente dentro desta categoria de história local das cidades, e chegando mais perto do presente, é possível citar,

²⁴ José Joaquim da ROCHA, *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da capitania de Minas Gerais*, estudo crítico de Maria Efigenia Lage de Resende, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995 / Idem, “Memória Histórica da capitania das Minas Gerais”, *RAPM*, Ouro Preto (II, vol.3): 425-517, 1897 / José Vieira COUTO, *Memória sobre a capitania das Minas Gerais; seu território, clima e produções metálicas*, estudo crítico de Júnia Ferreira Furtado, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994 / José João Teixeira COELHO, *Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais (1780)*, Introdução por Francisco Iglésias, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994 / Diogo Pereira Ribeiro de VASCONCELOS, *Breve descrição geográfica, física e política da capitania de Minas Gerais*, estudo crítico de Carla Maria Junho Anastasia, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994 / Joaquim Felício dos SANTOS, *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio*, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976 / Raimundo José da Cunha MATOS, *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837)*, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

por exemplo, os escritos de Zoroastro Vianna Passos, Salomão de Vasconcelos, Abílio Barreto, Augusto de Lima Júnior ou Augusto Viegas, para ficar só em alguns nomes mais conhecidos dentre a muito extensa lista possível.²⁵

O campo da arquitetura e as conjecturas acerca do espaço urbano daí decorrentes, tiveram para Minas um profícuo desenvolvimento por conta das atividades ligadas à Escola de Arquitetura da UFMG, desde os anos cinquentas. O nome de Sylvio de Vasconcellos é sem dúvida, neste ambiente, o que merece maior destaque, contribuindo imensamente, ao longo de seus escritos nas décadas de 1950 e 60, para o entendimento da formação dos primeiros núcleos urbanos no século XVIII e o desenvolvimento em seus padrões urbanísticos e arquitetônicos, em perspectiva que particularmente interessa ao presente trabalho.²⁶ Vale citar também os escritos de Suzy Melo e de outros autores que retomaram as análises de Sylvio de Vasconcellos sobre a formações urbana de Minas, como Murilo Marx.²⁷

A partir de meados dos anos setenta, é possível identificar o crescimento dos estudos diretamente ligados à história urbana das vilas e cidades de Minas no campo da história econômica e demográfica. Podemos inserir estes estudos dentro do universo das reinterpretações da economia mineira do Dezoito e Dezenove, que tiveram como palco principal a década de 1980, como destacado no capítulo anterior. As pesquisas de Iraci Del Nero da Costa e Francisco Vidal Luna, para Vila Rica e outros núcleos coloniais,

²⁵ Abílio BARRETO, Belo Horizonte, memória histórica e descritiva, Belo Horizonte, Rex, 1936 / Idem, Resumo histórico de Belo Horizonte: 1701-1947, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1950 / Augusto de LIMA JÚNIOR, Vila Rica de Ouro Preto: síntese histórica e descritiva, Belo Horizonte, Ed. do autor, 1957 / Zoroastro Vianna PASSOS, Em torno da História de Sabará, Rio de Janeiro, Estat. de Artes Gráf., 1940 / Salomão de VASCONCELLOS, Breviário Histórico e Turístico de Mariana, Belo Horizonte, 1947 / Idem, “Como nasceu Ouro Preto – sua formação cadastral desde 1712”, *RPHAN*, Rio de Janeiro (12): 171-232, 1955 / Idem, “Como nasceu Sabará”, *RPHAN*, Rio de Janeiro (9): 291-332, 1945 / Augusto VIEGAS, *Notícia de São João Del-Rei*, 2.ed., Belo Horizonte, 1953.

²⁶ Sylvio de VASCONCELLOS, “A Arquitetura Colonial Mineira” in: *Primeiro Seminário de Estudos Mineiros*, Belo Horizonte, UFMG, 1957 (I Seminário de Estudos Mineiros, Belo Horizonte, 3-12 abril de 1956) / Idem, *Arquitetura Particular em Vila Rica*, Belo Horizonte, Escola de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais, 1951 (Tese de cátedra, Arquitetura no Brasil) / Idem, *Vila Rica. Formação e desenvolvimento - Residências*, São Paulo, Perspectiva, 1977.

²⁷ Suzy de MELLO, *Barroco Mineiro*, São Paulo, Brasiliense, 1985 / Murillo MARX, “Arraiais Mineiros: relendo Sylvio de Vasconcellos”, *Barroco*, Belo Horizonte (15), 1990/92. Vale mencionar também o nome de Washington Albino de Souza, que mesmo não sendo arquiteto ou urbanista, é o autor de um dos mais citados estudos sobre a história da urbanização da região: Washington Albino de SOUZA, “As lições das vilas e cidades de Minas Gerais” in: *IV Seminário de Estudos Mineiros*, Belo Horizonte, UFMG, 1977.

constituem algumas das contribuições iniciais neste sentido.²⁸ Mais recentemente, já nos anos noventa, junto ao Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, a pesquisa “Processo de Urbanização em Minas Gerais”, coordenada por João Antônio de Paula, assim como o extenso trabalho com as listas nominativas e os relatos de viajantes, coordenado por Clotilde Andrade Paiva, que já se destacou no capítulo anterior, rendeu preciosas contribuições à história urbana recente.²⁹

Paralelamente à história econômica, mas não obstante com uma forte ligação com a demografia histórica, é possível também identificar um certo número de trabalhos de história social, que tem na referência ao universo urbano um eixo fundamental de análise. Neste sentido deve-se especialmente destacar o nome de Donald Ramos, em vários estudos que seguiram sua tese de doutoramento de 1973, nos quais, em reflexões de elementos da formação urbana e demográfica das vilas mineiras, termina por compor importantes análises sobre a história da família no Brasil.³⁰ Aí também se inserem textos que destacando em maior ou menos grau a questão urbana, colocam em destaque os processos políticos na formação do espaço em Minas, dentre os quais se deve lembrar os nomes do próprio Donald Ramos, bem como os de Caio Boschi, Luiz Carlos Villalta, Laura de Mello e Souza, entre outros.³¹ Informados por esta especificidade da formação urbana mineira, um outro

²⁸ Francisco Vidal LUNA e Iraci Del Nero da COSTA, “Contribuição ao estudo de um núcleo urbano colonial: Vila Rica – 1804”, *Estudos Econômicos*, São Paulo, 8(3), 41-68, 1978 / Iraci Del Nero da COSTA, *Vila Rica: população (1719-1826)*, São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas, 1979 / Iraci Del Nero da COSTA, *Minas Gerais: estrutura populacionais típicas*, São Paulo, EDEC, 1982 / Iraci Del Nero da COSTA, *Populações mineiras – sobre a estrutura populacional de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX*, São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981.

²⁹ João Antônio de PAULA, “A Modernidade Aprisionada”, *Revista Locus*, Belo Horizonte, v.2, n. 1, 1996 / Idem, “O processo de urbanização nas Américas no século XVIII”, *História e Perspectivas*, v.11, 1996 / Idem, *Raízes da Modernidade em Minas Gerais*, Belo Horizonte, Autêntica, 2000 / Roberto Luís de Melo MONTE-MÓR, *A fisionomia das cidades mineradoras e Gênese e Estrutura da Cidade Mineradora*, Belo Horizonte, CEDEPLAR/FaCE/UFMG, 2001 (Textos para Discussão n.º 163 e 164) / Mário Marcos Sampaio RODARTE, *O caso das Minas que não se esgotaram: a pertinência do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais Oitocentista*, Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 1999 (Dissertação de Mestrado em Economia)

³⁰ Donald RAMOS, *A social History of Ouro Preto: stresses of dynamic urbanization in colonial Brazil, 1695-1726*, Michigan, University Microfilms, 1973 (Tese de Doutorado em História na Flórida University, em 1972) / Idem, “Vila Rica: profile of a colonial brazilian urban center”, *The Americas*, v.35, n.4, abr. 1979.

³¹ Caio César BOSCHI, “Colonização, Poder e Urbanismo no Brasil Setecentista” in: *Anais do I Colóquio de Estudos Históricos Brasil-Portugal*, Belo Horizonte, PUC Minas, 1994 / Laura de MELLO e SOUZA, *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*, 3.ed., Rio de Janeiro, Graal, 1990 / Idem, “Frontière géographique et frontière sociale à Minas Gerais dans la seconde moitié du XVIII^e siècle” in: Kátia Queirós MATTOSO et al., *Naissance du Brésil Moderne: 1500-1808*, Paris, Presses de l’Université de Paris / Sorbone, 1998 / Luiz Carlos VILLALTA, “O cenário urbano em minas Gerais setecentista: outeiros do sagrado e do profano” in: *Termo de Mariana: história e documentação*, Mariana, Imprensa Universitária da UFOP, 1998.

conjunto de trabalhos alinhados no campo da história social, procederam análises sobre a família e as mulheres em Minas no Dezoito e Dezenove, dos quais os estudos de Ida Lewkowics e Luciano Figueiredo são importantes exemplos.³²

De forma geral, desde o começo da década de 1990,³³ a historiografia mineira têm habilitado incursões no universo do urbano, dentro de arcabouços de análise variados, mas que, não obstante, tem nas curvas da história cultural um de seus espaços prediletos. Assim pode-se identificar alguns trabalhos recentes que se debruçando sobre aspectos diversos da vida e cultura urbana, têm contribuído para a composição de um instigante painel da urbanidade setecentista em Minas. Pode-se aí citar, por exemplo, os nomes de Eduardo França Paiva, José Newton Meneses, Iris Kantor, Maria Paula Dias Couto Paes, entre outros mais.³⁴

Por fim, vale ainda acrescentar alguns trabalhos que mais propriamente se inserem em um sentido rigoroso de história urbana, procedendo uma reflexão desde o ponto de vista da história, para um objeto espacialmente constituído. Os escritos de Cláudia Damasceno Fonseca são algumas das mais importantes referências neste sentido, desde os estudos que dedicou a Mariana, além na destacada contribuição de sua recentemente defendida tese de doutorado, na qual se ocupa da produção do espaço nas Vilas do Ouro,

³² Luciano Raposo de Almeida FIGUEIREDO, *Barrocas Famílias - Vida familiar em Minas Colonial*, São Paulo, HUCITEC, 1997 / Idem, *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*, Rio de Janeiro/Brasília, J. Olympio/Edunb, 1993 / Ida LEWKOWICZ, *Vida em Família: caminhos da igualdade em Minas Gerais – séculos XVIII e XIX*, São Paulo, FFLCH / USP, 1992 (Tese de Doutorado em História).

³³ É importante, neste sentido, citar a criação do Mestrado em História da UFMG no ano de 1990, com grande parte de sua produção voltada para pesquisas sobre Minas Gerais.

³⁴ José Newton C. MENESES, “Domínio privado e abastecimento alimentar no espaço urbano colonial das Minas Gerais setecentistas: os quintais no Arraial do Tejuco e na Vila do Príncipe” in: *Anais do VI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo: cinco séculos de cidade no Brasil – outubro de 2000, Natal, RN, Natal, PPGAR/UFRN - ANPUR*, 2000 / Idem, *O Continente Rústico. Abastecimento alimentar em Minas Gerais setecentista*, Diamantina, Maria Fumaça Editora, 2000 / Eduardo França PAIVA, “Mestiço e Impermeável: o universo cultural e a urbe nas Minas Gerais, séculos XVIII, XIX e XX” in: *Anais do VI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo: cinco séculos de cidade no Brasil – outubro de 2000, Natal, RN, Natal, PPGAR/UFRN - ANPUR*, 2000 / Idem, *Escravidão e Universo Cultural na Colônia: Minas Gerais, 1716-1789*, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2001 / Iris KANTOR, *Pacto Festivo em Minas Colonial: a entrada triunfal do primeiro bispo na Sé de Mariana*, São Paulo, FFLCH/USP, 1996 (Dissertação de Mestrado em História) / Idem, “Notas sobre aparência e visibilidade social nas cerimônias públicas em Minas setecentista”, *Pós-História*, Assis-SP (6): 163-174, 1998 / Idem, “Tirania e fluidez da etiqueta nas Minas setecentistas”, *LPH: Revista de História*, Ouro Preto (5): 112-121, 1995 / Maria Paula Dias Couto PAES, *Teatro do controle: prudência e persuasão nas Minas do Ouro*, Belo Horizonte, FaFICH/UFMG, 2000 (Dissertação de Mestrado em História).

em perspectiva que cruza a afirmação do poder colonial e a regularização do espaço urbano.³⁵

O conjunto destes trabalhos citados oferece assim, mesmo que de forma um tanto caleidoscópica, um quadro de referências bastante substancial para introduzir algumas margens do debate no qual a reflexão do urbano nos séculos XVIII e XIX das Minas aqui proposta se insere.

³⁵ Cláudia Damasceno FONSECA, Mariana: gênese e transformação de uma paisagem cultural, Belo Horizonte, IGC/UFMG, 1995 (Dissertação de Mestrado em Geografia Urbana) / Idem, Pouvoir, ville et territoire. Production et représentation de l'urbain dans le Minas Gerais à l'époque coloniale, 1700-1822, Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2001 (Tese de Doutorado em História Urbana) / Idem, "Agentes e contextos das intervenções urbanísticas nas Minas Gerais do século XVIII", *Revista Oceanos*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, número 41 ("A Construção do Brasil Urbano"), jan.-mar., 2000 / Idem, "Do arraial à cidade: a trajetória de Mariana no contexto do urbanismo colonial português" in: Helder CARITA e Renata ARAÚJO (coords.), *Universo Urbanístico Português 1415-1822* (Colectânea de Estudos), Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998 / Idem, "História urbana de Mariana: primeiros estudos", *LPH: Revista de História*, Ouro Preto (5): 122-137, 1995 / Idem, "O espaço urbano de Mariana: sua formação e suas representações" in: *Termo de Mariana: história e documentação*, Mariana, Imprensa Universitária da UFOP, 1998 / Idem, "O espaço urbano de Mariana: sua formação e suas representações", *LPH: Revista de História*, Ouro Preto (7): 67-107, 1997. Outras quatro referências interessantes que destacam a questão urbana mineira são: Livia Romanelli d'ASSUMPÇÃO, "Considerações sobre a formação do espaço urbano setecentista nas Minas", *Revista do Departamento de História*, UFMG, Belo Horizonte (9): 130-140, 1989 / Mônica MASSARA (coord.), "Evolução urbana de Ouro Preto nas primeiras décadas do século XVIII", *Revista do Departamento de História*, UFMG, Belo Horizonte (9): 141-148, 1989 / Cecília Maria Fontes FIGUEIREDO, "Festas e urbanidade em Mariana no século XVIII: as relações entre as festas e a organização da vida urbana", *Revista do IFAC*, Mariana (2): 62-67, dez.1995 / Maria do Carmo A. Andrade GOMES e Maria Inez CÂNDIDO, *Urbanização e decadência da mineração*, Belo Horizonte, FaFiCH/UFMG, 1979 (Monografia de conclusão do curso de História).

2.2. A Formação do urbano das Minas

A formação das primeiras povoações nessa região que até o século XVII não era senão o indissociável espaço aberto do enorme sertão da América, é fruto de movimentos de entrada em um território que a despeito das trilhas rasgadas por bandeiras e entradas era em grande parte desconhecido e fértil às mais variadas idealizações. É o ouro que lhe conferirá existência e que lhe definirá como uma “região” no espaço colonial. Neste sentido, mesmo que seja possível rastrear no território que viria a ser o das Minas, indícios de povoações nascidas no meio do caminho do avanço dos paulistas ou ajuntamentos surgidos com os desdobramentos da área curraleira no curso do São Francisco,³⁶ são os achados do ouro, e as aglomerações que se fincam nos espaços da extração mineral que definem o ritmo e a paisagem do desenvolvimento da região. O povoamento e a articulação deste território no espaço colonial dá-se de forma ímpar em relação às experiências citadinas conformadas na América portuguesa até então, e é incisivamente baixo o signo da mineração que deve ser lida a especificidade do tempo-espaço das Minas setecentistas nos quadros da urbanização brasileira.

A feição urbana logo assumida pelas Minas mereceu atenção de grande parte dos interpretes de sua história. Os escritos de Sérgio Buarque de Holanda tem uma importância particular na definição dos termos em que se alinharia a historiografia recente que evoca esta proeminência da questão urbana. Alguns aspectos de sua análise são assim especialmente marcantes a este debate. O primeiro é a ponderação, já de muito assinalada na historiografia, do vigor do fluxo populacional que faz povoar as Minas, não obstante colorindo com cuidado as singulares características sociais desse povoamento aos quadros coloniais, marcando a tese de uma ocupação do território processada de forma relativamente democrática.³⁷ A isto foram apostas outras tantas considerações sobre a

³⁶Cf. João Capistrano de ABREU, *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, 4.ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975 e Idem, *Capítulos de História Colonial, 1500-1800*, 7.ed. rev. anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Publifolha, 2000. (Col. Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro)

³⁷ Sérgio Buarque de HOLANDA, “Metais e Pedras Preciosas” in: Sérgio Buarque de HOLANDA (dir.), *História Geral da Civilização Brasileira (A Época Colonial)*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1960, Tomo I, Volume 2, pp.280-2 e Idem, *Raízes do Brasil*, 26. ed., São Paulo, Companhia das letras, 2001, p.102.

diversidade das ocupações e ofícios conformadas a partir das concentrações do espaço citadino.³⁸ A centralidade do ouro ao processo de formação dos primeiros núcleos, e mais ainda, à continuidade ou desaparecimento dos ajuntamentos naqueles primeiros tempos é sem dúvida digna de nota:

“A maior permanência, assim como a complexidade maior da estrutura social e econômica das comunidades mineiras, depende largamente do caráter das betas existentes e dos métodos de exploração delas.”³⁹

A visão de um conjunto de elementos que conformam a proeminência de aspectos citadinos nas Minas, possibilita a síntese de aspectos de natureza econômica, mas também sociais, nas condições à promoção de uma certa sociabilidade aristocrática com o correr do século, e especialmente política, no que diz respeito à afirmação do poder político com a presença extensiva da Coroa em Minas a partir de 1720.⁴⁰

“Todas estas circunstâncias, somadas à conveniência dos tratos e contratos, senão dos continuados pleitos, demandas, rabulices, que se acham de ordinário nas minas de ouro, e são mais próprios dos meios citadinos do que dos campos, irão militar fortemente no sentido das formações urbanas, que concentram os moradores em dias de folga ou festa. As autoridades, por suas vez, são levadas a animar essa tendência, que serve eventualmente para corrigir a dispersão dos moradores e dominar sua turbulência e falta de polícia.”⁴¹

Outro interprete que marca sentidos gerais em que o urbano nas Minas foi tomado pela historiografia, e com o qual também se quer subscrever a perspectiva é Francisco Iglésias. Traço distintivo de suas análises é o acento na produção do urbano enquanto um resultado característico de uma determinada formação econômica. As diferenças com a formação espacial de outras conjunturas econômicas é logo acentuada, marcando assim a diferença das Minas para com as regiões de economia rural, e conseqüentemente entre as cidades dessas áreas e os núcleos formados em função do ouro, e que de pronto já apresentam certa densidade.⁴² Sua posição é contundente: “A mineração foi fundamento da capitania. Em torno dessa riqueza girará tudo mais”⁴³

³⁸ Idem, “Metais...”, pp.292-5.

³⁹ *Ibidem*, p.283.

⁴⁰ *Ibidem*, p.283-4, 300-3 e Sérgio Buarque de HOLANDA, *Raízes...*, p.102.

⁴¹ Idem, “Metais...”, p.283.

⁴² Francisco IGLÉSIAS, “Minas Gerais” in: Sérgio Buarque de HOLANDA (dir.), *História Geral da Civilização Brasileira (O Brasil Monárquico)*, 3.ed., São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972, Tomo II, Volume 2, p.371.

⁴³ *Ibidem*, p.366.

Outra questão que Iglésias não explora diretamente em seus escritos mas que está pressuposta em toda sua leitura daquele nascente espaço do urbano das Minas, é o lugar da sobreposição da própria atividade mineradora com os outros espaços da cidade. Àquele tempo de formação, os espaços da mineração e os espaços citadinos se apresentariam mesmo confundidos. Esta compreensão, facultada por uma análise histórica aprofundada em parelha a uma compreensão acurada do fenômeno econômico de produção do espaço, é sem dúvida uma das perspectivas que mais prontamente interessa dar corpo o presente capítulo.

A preocupação com a mineração como definidora central das Minas já se apresentara com destaque nos primeiros trabalhos publicados de Francisco Iglésias,⁴⁴ sendo a compreensão da especificidade desta atividade econômica, sua força de transformação do espaço e a amplitude do complexo de atividade por ela conformadas, a chave para uma leitura das bases não só do surgimento mas também da permanência e desenvolvimento do quadro de urbanidade, após a retração do ouro já em meados do Dezoito.⁴⁵ Não obstante esta compreensão acurada da produção do urbano enquanto fenômeno econômico, a contribuição essencial da análise de Iglésias para o tema do urbano reside na leitura da articulação do aparato administrativo na capitania, e das composições entre o econômico, o político e o específico daquela formação social na composição dos sentido amplos do processo de urbanização de Minas. Com a peculiar precisão de seu estilo, aponta:

“O mesmo motivo —economia mineratória— explica o processo de urbanização, em Minas mais intenso que no resto do país. É nos núcleos urbanos que se verificam as trocas, o comércio, as festas religiosas e profanas, vivem os funcionários da Coroa. Economia original configura sociedade que é também original.”⁴⁶

Em diálogo estrito com estas referências, e conduzindo uma leitura ampliada do urbano como elemento definidor da trajetória das Minas Gerais, João Antônio de Paula é responsável por cristalizar as tramas gerais desse processo em algumas publicações recentes.⁴⁷ Ponderando-se a necessidade de se ter em conta “a variabilidade histórica e

⁴⁴ Idem, “Elementos para uma História Econômica da Capitania de Minas Gerais”, *Revista da Faculdade de Ciências Econômicas da UMG*, 1952, pp.13-4.

⁴⁵ Francisco IGLÉSIAS, “Minas Gerais”, p.371 e Idem, “Minas e a imposição do Estado no Brasil”, *Revista da História*, São Paulo 50(100), 1974, p.259.

⁴⁶ Idem, “Minas e a imposição...”, p.271.

⁴⁷ Cf. João Antônio de PAULA, “A Modernidade Aprisionada”, *Revista Locus*, Belo Horizonte, v.2, n. 1, 1996; Idem, “O processo de urbanização nas Américas no século XVIII”, *História e Perspectivas*, v.11, 1996; e especialmente: Idem, *Raízes da Modernidade em Minas Gerais*, Belo Horizonte, Autêntica, 2000.

espacial do ‘conceito’. ‘forma’, ‘imagem’ e ‘significado’ material e simbólico da ‘realidade’ da cidade”, o contexto das Minas setecentistas, no que diz respeito à questão urbano-demográfica, é apresentado em plano de destaque no conjunto do Novo Mundo, revelando especial vigor se comparado por exemplo às cidades da América inglesa.⁴⁸ Deslinda-se especificidades da estrutura urbana mineira, nos séculos XVIII e XIX, atentando inclusive para indicadores concretos do processo de urbanização, como nos gastos com instrução e obras públicas no governo provincial ou na estrutura de transportes e comunicação. Destaca-se também a questão da associação entre o processo de urbanização e a diferenciação regional do território; sendo neste sentido, a necessidade de aguçar a percepção para os ritmos variados na diferenciação dos espaços no território mineiro, passíveis de análises do ponto de vista econômico, político ou cultural, lição elementar para muitos dos caminhos trilhados no presente texto. Percebe-se a urbanização como fenômeno complexo, sendo que ao impulso do ouro e dos diamantes, vão sendo somadas outras forças que convergem para a formação e desenvolvimento das cidades pelo Dezenove adentro. Nas palavras do autor:

“(...) é preciso ver o processo de constituição da urbanização em Minas Gerais como processo diversificado e complexo em que, ao par do influxo inicial dado pela mineração, somar-se-ão diversos outros determinantes —a agricultura e manufatura conformando, já no século XVIII, os núcleos de Campanha, Baependi, Jacuí, Aiuruoca; a pecuária e a agricultura determinando a ocupação e posse do Triângulo Mineiro, no início do século XIX; o café determinando o significativo dinamismo, que, a partir da segunda metade do século XIX, experimentará a Zona da Mata; um explícito projeto de colonização, à luz das experiências com imigrantes estrangeiros que se estavam gestando em São Paulo, que foi a marca da ocupação do Mucuri, a partir da Companhia do Comércio e Navegação do Mucuri, dos irmãos Ottoni, na segunda metade do século XIX.”⁴⁹

Essas considerações servem para já se marcar a ressalva de que o que o processo de transformação espacial do território mineiro no particular momento do encontro com o século XIX, marcando os sentidos do que aqui vai ser tratado como “ruralização”, não é processo que faz sucumbir o urbano —ainda que na primeira metade do Dezenove estivesse este um tanto atordoadado e esvaído de suas forças principais—; é antes, uma consideração sobre transformações na base econômica que vão dar lugar à existência ampliada do rural enquanto espaço com presença e dinâmica própria.

⁴⁸ João Antônio de PAULA, *Raízes...*, pp.34-8.

⁴⁹ *Ibidem*, pp.41-2.

Ainda com base nas idéias defendidas por João Antônio de Paula, cumpre destacar sua síntese da especificidade da formação urbana ao longo do século XVIII em Minas, a partir do conteúdo e forma da economia mineradora, bem como das próprias forças de atração e concentração demográfica nascentes com a famigerada fome do ouro:

“(...) a expansão dos núcleos urbanos em Minas Gerais, no período colonial, está associada a um conjunto de determinantes recíprocos decorrentes, de um lado, do conteúdo e forma da economia mineratória —a) atividade itinerante; b) que exige poucos recursos para sua exploração; c) que não pressupõe concentração de propriedade; d) que dá origem a um produto, ouro/diamante, que é padrão monetário; e) que dá origem a um produto que tem alto valor; f) que dá origem a um produto que tem baixo peso facilitando o transporte. De um outro lado, a atividade mineratória, pelas expectativa que gera de apropriação de renda e riqueza, atraiu populações, cabedais e prestadores de serviços, atraindo também a atenção do Estado que, pela primeira vez, instalará na Colônia o principal de seu aparato de justiça-polícia-fisco. De tal modo que, desde os primeiros descobertos, a capitania será marcada pela emergência de diversas atividades produtivas, pela rápida ocupação do território, pela consolidação de diversas interações sociais e regionais, configurando um verdadeiro espaço econômico com diferentes graus de integração.”⁵⁰

Esta discussão da cidade colonial de base mineradora muito se beneficiou, recentemente, de leituras informadas por outras disciplinas, em que se destaca a análise nos termos de uma economia política do espaço. Nesta perspectiva, é bastante relevante aqui uma digressão que incorpore reflexões de alguns destacados geógrafos e urbanistas que oferecem certas bases teóricas pouco visitadas pelos historiadores para este debate.

As populações nativas da América portuguesa não construíram cidades como as civilizações antigas com as quais travaram contato os espanhóis nas terras de suas conquistas; como tal, toda construção citadina é artefato externo às terras brasileiras; mais ainda, pode-se dizer que na colonização portuguesa na América, via de regra, a cidade precedeu o campo. As formações proto-urbanas que tem lugar no litoral brasileiro nos séculos XVI e XVII, não são senão variações um tanto cambetas da “cidade política”, sediando institutos do poder metropolitano no novo mundo e marcando o domínio do território, e da “cidade comercial”, cumprindo a função de entreposto portuário, o que de

⁵⁰ *Ibidem*, pp.43-4.

certa forma inscreve o espaço das colônias como “o *campo* para a *cidade capital* na Europa”.⁵¹ Interessa aqui pensar, que a “urbanização” mineira, cristaliza uma experiência bastante diversa, que em sua vigorosa inserção na economia mercantilista mundial, promoveria ao longo do Dezoito, a primeira integração macro-regional no território da Colônia,⁵² que mais tarde se consubstanciaria no desenho de uma rede de lugares centrais ao que se tratava por “sul” até o Dezenove e que depois assume a designação de “sudeste” no mapa brasileiro. O principal traço distintivo dessa experiência mineira reside no fato de que sua formação urbana dá-se essencialmente por conta do *locus* da produção. Distante da cidade de natureza política que é plantada em um ponto da costa e cumpre a função de articuladora de uma região contígua de exploração ou cultivo, a cidade em Minas é resultado do próprio chão minerador. Neste sentido, a conformação de um espaço de reprodução à vida material no nascimento daquelas povoações, se dá no entremeio do espaço mesmo da produção, e àqueles primeiros anos do Dezoito, de forma praticamente indissociada dos “lugares” do poder que deveriam fazer marcar o domínio político neste espaço de ocupação acelerada e espontânea. É a natureza exclusivamente extrativa da economia mineradora, que impulsiona a centralização e a concentração de toda uma gama de atividades no espaço que se faz, neste sentido, urbano em sua natureza. Iriam se sobrepor, então, neste urbano nascente, os lugares da produção, da reprodução e consumo, da circulação e distribuição, e da gestão das cidades. A um só tempo, este movimento de centralização, implica o fortalecimento de um região complementar, fruto de um aprofundamento da divisão sócio-espacial do trabalho, e tão mais ampla quanto intensa fosse a economia urbana que a incita; cumprindo a função de abastecimento àquela economia essencialmente setorizada.⁵³

Este quadro de “sobreposições” no espaço urbano e de produção de uma região complementar da economia mineradora, na qual reside a matriz do desenvolvimento inicial de áreas agrícolas em Minas, responde a um modelo diverso do da “cidade política” que controla um espaço de produção externo, rural e regional, e desenha no espaço das Minas, um contexto em que claramente é a cidade que gera o campo. Este modelo de desenvolvimento, em termos gerais, constitui uma via alternativa de interpretação do

⁵¹ Roberto Luís de Melo MONTE-MÓR, *Gênese e Estrutura da Cidade Mineradora*, Belo Horizonte, CEDEPLAR/FaCE/UFMG, 2001 (Texto para Discussão n.º 164), pp.3-4 / ver também: Francisco de OLIVEIRA, “O Estado e o Urbano”, *Espaço e Debates*, São Paulo, 1982.

⁵² “É o primeiro mercado nacional que contribui para a ligação de unidades até então fechadas em si mesmas e que agora se abrem pelo comércio, umas às outras. Daí dizer-se que Minas dá a primeira nota de integração nacional.” [Francisco IGLÉSIAS, “Minas e a imposição...”, p.260.]

⁵³ Roberto Luís de Melo MONTE-MÓR, *Gênese...*, p.5.

processo de formação das primeiras cidades na história da humanidade, enquanto fruto dos avanços da técnica na atividade agrícola, ou seja, enquanto resultado do desenvolvimento do campo, proporcionando a existência de um excedente alimentar e permitindo a liberação de uma parcela da população das atividades imediatamente ligadas à reprodução. É neste sentido, que a especificidade da formação espacial das “cidades mineradoras”, ocupa um lugar nos estudos de geógrafos e urbanistas, em suas querelas com os arqueólogos, como um eixo de interpretação alternativo ao espaço de formação das cidades na história da humanidade. Muito interessa ao presente trabalho, os aportes teóricos que estes estudos podem oferecer à discussão da produção dos espaços do urbano e do rural nas Minas setecentistas, e mais ainda, para melhor se compreender “a especificidade da cidade colonial mineira e seu impacto na urbanização e formação do espaço colonial brasileiro”.⁵⁴ Em larga medida, vai-se flertando nas idas e vindas desta análise do urbano, com o conceito de “formação sócio-espacial”, desdobrado da noção marxiana de “formação econômico-social”, entendido segundo a perspectiva desenvolvida contemporaneamente por geógrafos como Milton Santos, David Harvey e Edward Soja, em inspiração que põe em destaque a obra de Henri Lefebvre.⁵⁵ Esta perspectiva de análise, busca apreender os processos “sociais” como incisivamente “espaciais”, assim como ler as formas espaciais como que carregadas de processos sociais. Não necessariamente se pretende subscrever este argumento em todas suas implicações —que não raro acaba por se esforçar em inverter um esquema de determinações, ao invés de ler tempo e espaço de forma imiscuída—, entretanto, esta orientação geral apoia fortemente a leitura do urbano aqui desenvolvida na perspectiva de que não são os processos e práticas sociais, culturais, econômicas, políticas, etc., elementos que simplesmente se desenrolam por sobre uma base espacial dada. Muito contundentemente, entende-se que é o espaço um “ator” mesmo neste teatro, influenciando na vida cotidiana, e “personificando-se” na medida em que suas formas são criadas e recriadas segundo as plantas do próprio devir do tempo social.

A primazia do espaço nas análises sociais defendida por esses geógrafos, bem se representa na idéia do “putting cities first”, defendida por Edward Soja em seu recente livro *Postmetropolis*. Estendendo suas análises desde a pré-história até elucubrações sobre o

⁵⁴ *Ibidem*, p.5.

⁵⁵ Cf. Edward SOJA, *Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria crítica*, Trad. Vera Ribeiro, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1993; David HARVEY, *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*, Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves, 2.ed, São Paulo, Loyola, 1993 e *Social Justice & the City*, London, E. Arnold, 1976; e Milton SANTOS, *A Urbanização Brasileira*, São Paulo, HUCITEC, 1993.

futuro das cidades —e pisando aí no solo de um “pós-moderno” que não raro se faz movediço—, Soja discute na primeira parte do seu trabalho, retomando certas idéias desenvolvidas anteriormente pela urbanista norte-americana Jane Jacobs, o tema do surgimento das primeiras cidades na história da humanidade, pondo em primeiro plano a cidade como geradora do campo, e não o contrário. A análise se consubstancia por evidência arqueológicas recentes, e trata com destaque o desenvolvimento da “cidade mineradora”.⁵⁶

O esquema geral que orienta a reflexão sobre o surgimento das primeiras cidades, tem sua principal referência os estudos clássicos de Gordon Childe, em especial o seu influente livro *Man Makes Himself*, de 1951. É Childe que propõe a substituição da antiga divisão da história da humanidade nas “idades” da pedra, do bronze e do aço, que até então tinha curso na arqueologia, pela concepção de uma série de quatro estágios, o paleolítico, o neolítico, o urbano e o industrial, pontuadas por três grandes revoluções. Segundo Childe, a primeira destas revoluções, a Revolução Neolítica, corresponderia à invenção das primeiras formas de cultivo agrícola, que viria a substituir o modelo de culturas baseadas em exclusivo nas atividade de “coletores” e “caçadores”, e possibilitaria o desenvolvimento de formas de existência mais estáveis. A segunda, seria a Revolução Urbana, a qual corresponderia à conformação de um modelo de organização social complexo, em que um adensamento populacional, uma efetiva divisão econômica do trabalho e o desenvolvimento de hierarquias socio-políticas, entre outros fatores, dos quais Childe destaca a invenção da escrita, permitiriam o surgimento das primeiras formações efetivamente urbanas, que têm como representação direta as “cidades-estado” da antiga Mesopotâmia; o que é possível somente a partir do desenvolvimento da agricultura, e que se evidencia no adensamento populacional. O terceiro grande ponto de inflexão na história da humanidade, desde o desenvolvimento das primeiras cidades, só viria, no esquema proposto por Childe, com a Revolução Industrial entre os séculos XVIII e XIX.⁵⁷

⁵⁶ Esta discussão da cidade mineradora aqui apresentada baseia-se amplamente em alguns escritos de Roberto Luís de Melo Monte-Mór, que é quem originalmente propôs aproximações com o trabalho de Jane Jacobs para se avaliar a relação campo-cidade no século XVIII de Minas Gerais. Estas questões, dentre outras, são apresentadas por esse autor em dois textos: Roberto Luís de Melo MONTE-MÓR, *Gênese...*, Belo Horizonte, CEDEPLAR/FaCE/UFMG, 2001 (Texto para Discussão n.º 164) e “A fisionomia das cidades mineradoras”, Belo Horizonte, CEDEPLAR/FaCE/UFMG, 2001 (Texto para Discussão n.º 163).

⁵⁷ V. GORDON CHILDE, *Man Makes Himself* apud Richard T. LEGATES e Frederic STOUT (eds.). *The City Reader*, London, New York, Routledge, 1996, pp. 20-30.

Ao que interessa aqui, uma das principais vias em que a argumentação originalmente proposta pelos trabalhos de Childe —que coloca o surgimento das primeiras formações que realmente podem ser chamadas de cidades, como situadas entre três e quatro mil anos antes de Cristo, e diretamente ligadas ao desenvolvimento anterior da agricultura— foi questionada, reside nas evidências arqueológicas levantadas por James Mellaart no platô de Anatólia, no território da atual Turquia, nas escavações de Çatal Hüyük, uma grande comunidade de característica urbanas datada ainda do período Neolítico, precedendo em alguns milhares de anos as primeiras cidades da Mesopotâmia. Esta e outras descobertas no sudoeste da Ásia, dentre as quais deve-se incluir a antiga Jericó, situada em um oásis próximo ao rio Jordão na Palestina, suscitaram instigantes reflexões entre os estudiosos da questão urbana, que os levaram, como propõem Soja, não a rejeitar ou tentar desqualificar a seqüência convencional do rural precedendo o urbano, mas a defender a existência concreta de um outro curso de eventos no processo de formação e desenvolvimento das cidades, ao menos em algumas partes do sudoeste da Ásia.⁵⁸ A principal idéia que ganha espaço nestas discussões, é a de que, novamente segundo Soja:

“(...) what this means cuts even deeper against the grain of many established interpretations of prehistory, especially those that, rather than an agricultural surplus being necessary for the creation of cities, *it was cities that were necessary for the creation of an agricultural surplus.*”⁵⁹

Todas estas considerações acerca da pré-história, podem parecer sugerir aqui uma sedução por um anacronismo ingênuo; não obstante, adiantando a defesa, a análise das linhas de força que fazem com que a mineração crie uma economia essencialmente urbana, e que por sua vez faz produzir uma organização complexa do espaço não só da cidade assim como do campo e de um circuito regional mais amplo⁶⁰, é um modelo poderoso o suficiente para se refletir sobre a especificidade urbana do ouro das Minas em relação às formações citadinas anteriormente ficadas na América portuguesa. É neste sentido que faz-se essencial o encontro com o trabalho de Jane Jacobs, que foi quem originalmente propôs reflexões propriamente urbanas acerca dessas questões arqueológicas. Mesmo sendo sua análise marcadamente descompromissada com uma leitura rigorosa das evidências

⁵⁸ Edward SOJA, *Post-Metropolis: critical studies of Cities and Regions*, Oxford, Blackwell Publishers, 2000, p.27.

⁵⁹ *Ibidem*, p.35.

⁶⁰ Roberto Luís de Melo MONTE-MÓR, *Gênese...*, pp.8-9.

históricas, e arqueológicas, sua tentativa de construir um modelo especulativo sobre o desenvolvimento das cidades revelou-se extremamente inspiradora a alguns desdobramentos no campo da geografia e da economia regional, sendo sem dúvida, uma importante referência a quem quer que pretenda dar corpo a uma economia política do espaço das cidades mineradoras.

Em seu livro de 1969, *The Economy of Cities*,⁶¹ Jane Jacobs se vale dos resultados das pesquisas empreendidas por James Mellaart, para traçar um modelo imaginativo do desenvolvimento das cidades, no qual a Çatal Hüyük funciona como uma espécie de *madeleine* proustiana, para suscitar o tempo das origens da urbanização.⁶² Sua reflexão se centra na produção dos espaços da cidade, e na sua influência na promoção de um entorno rural, a partir das atividades de extração e manufatura de objetos de obsidiana, um mineral de origem vulcânica, e aparência escura e vítrea, encontrado em Çatal Hüyük. O estudo de Jacobs, parte então da construção de uma cidade imaginária, chamada de “Nova Obsidiana”, na qual sua intenção é como que acentuar os traços principais da formação espacial da cidade, a partir de seus processos produtivos e reprodutivos originais, ou melhor dizendo, de sua economia. Nova Obsidiana, teria se originado então, de um pequeno aglomerado pré-agrícola de caçadores e coletores, nascido a mais de 11.000 anos atrás, que se estabelece incisivamente pelo impulso da obtenção e das trocas com outras tribos da obsidiana minerada e trabalhada. No argumento de Jacobs, o impulso do próprio ajuntamento de pessoas em torno das atividades ligadas à obsidiana, incita o próprio desenvolvimento das habilidades de cultivo de sementes e criação de animais paralelas às atividades de caça e coleta de alimentos, sendo a expansão da divisão do trabalho um resultado direto do processo de “urbanização” daquela aglomeração. É neste sentido que, para Jacobs, o desenvolvimento destes processos “urbanos” é que acaba por promover a revolução agrícola do Neolítico. Outra dimensão deste processo, é que o jogo de forças internas da economia urbana de Nova Obsidiana, promoveria também, a partir desta expansão da divisão do trabalho, as figuras dos “comerciantes” e artesãos de obsidiana, à condição de peças-chaves em uma rede trocas que se fez estender amplamente naquela

⁶¹ Jane JACOBS, *The Economy of Cities*, Penguin Books, Harmondsworth, Middlesex (England), 1972 (a muito sucinta apresentação que se segue de alguns dos principais argumentos de Jane Jacobs acerca do desenvolvimento de cidades anterior à evolução do campo, se baseia no primeiro capítulo de seu livro: “Cities First – Rural Development Later” (pp.13-54); assim como na síntese destas idéias que se encontra em Edward SOJA, *Post-Metropolis...*, 2000, pp.36-49.

⁶² Edward SOJA, *Post-Metropolis...*, 2000, p.42.

região do sudoeste asiático, pelo interesse e utilidade da obsidiana àquelas culturas primitivas.

Inúmeras críticas foram apostas às considerações de Jane Jacobs, tanto no que diz respeito à extrapolação de suas interpretações, no mais das vezes para muito além das evidências arqueológicas, quanto também para o específico da primazia da cidade em relação ao desenvolvimento da agricultura, argumentando, como o faz Paul Bairoch⁶³, na necessidade da existência de agricultura desenvolvida em alguma parte relativamente próxima, para que fosse possível a sustentabilidade de Nova Obsidiana, ou de Çatal Hüyük, enquanto uma comunidade urbana centrada na mineração.⁶⁴ Não obstante, acreditamos que a reflexão de Jacobs permanece como um muito sugestivo caminho à interpretação do processo de formação urbana condicionado pela mineração, marcas da definição do espaço da cidade condicionado essencialmente pelo chão da produção. É preciso mesmo ter em mente, vale dizer, que tanto mais sugestivas e instigante são as considerações de Jacobs, se, como nós, o interesse na leitura se encontrar mais na interpretação dos processos de produção do espaço urbano, do que na discussão propriamente dita, da primazia do urbano no período Neolítico. Neste sentido que se destacam então, os principais elementos das considerações originais desta primeira parte do seu *The Economy of Cities*, cristalizando reflexões espacialmente referenciadas acerca dos processos de inovação urbana, crescimento endógeno, bem como do desenvolvimento centrípeto e centrífugo da cidade mineradora, na qual a divisão do trabalho se faz intrínseca à própria lógica da inserção regional.

O conjunto destas reflexões, suscitam com vigor os processos espaciais do século XVIII em Minas Gerais nos termos da “cidade mineradora”, tanto no que diz respeito à produção do urbano a partir do *locus* da produção, quanto pela composição do rural por conta, a princípio, da força da economia mineradora. Isto bem pode ser apreendido a partir de uma leitura mais específica da conformação do espaço das primeiras povoações sugidas a partir do impulso das descobertas auríferas.

⁶³ Paul BAIROCH, *Cities and Economic Development: from the dawn of history to the present*, Chicago, University of Chicago Press, 1991.

⁶⁴ Roberto Luís de Melo MONTE-MÓR, *Gênese...*, p.9.

Não cabe aqui discutir o conjunto dos indícios dos primeiros achados do ouro no território das Gerais, não obstante, parece bom ponto de partida assinalar certos elementos principais. É amplamente aceito na historiografia, a argumentação que foram os bandeirantes paulistas os primeiros descobridores destas Minas, marcando achados em algumas regiões diferentes do território, entre os anos de 1693 e 1695. Em um relato de autoria de Bento Fernandes Furtado, escrito por volta de 1750, coligido por Caetano da Costa Matoso em sua “Coleção das notícias do primeiro descobrimento das Minas na América”,⁶⁵ o primeiro dos achados de ouro é atribuído a Antônio Rodrigues de Arzão, que em algumas poucas experiências extraiu três oitavas do metal de “alguns ribeiros com disposição de ter ouro”, no ano de 1793. Referenciado no relato como “conquistador do gentio dos sertões da Casa da Casca”⁶⁶, este sertanejo paulista, encontrava-se “aquartelado” já a alguns anos nas entradas desta região, junto de outros tantos que tinham por negócio prear índios naquelas paragens, fazendo dali “entradas e assaltos ao gentio mais para dentro do sertão”.⁶⁷

O que de especial se quer anotar aqui, são as características das entradas pelo sertão e das aldeações esporádicas que se constituíam em função destas empreitas. Dada a característica extrativa, fosse à busca de pedras e metais preciosos, ou de braços indígenas para o trabalho, as entradas dos sertanejos paulistas no sertão das Gerais, não tinham por objetivo estabelecer nenhuma espécie de povoamento. O sustento nas diligências era essencialmente buscado nos matos por onde iam entrando. São muito interessantes, os relatos acerca dos gêneros de que se valiam:

⁶⁵ [Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas do ouro pertencentes a estas Minas Gerais, pessoas mais assinaladas nestes empregos e dos mais memoráveis casos acontecidos desde os seus princípios] FUNDAÇÃO João Pinheiro, *Códice Costa Matoso*, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. Esta referência acabou por ser fonte comum a muitas das narrativas sobre os primórdios do território mineiro, que se produziram ainda no Dezoito bem como no começo do Dezenove, sendo exemplos o “Fundamento Histórico” que introduz o poema *Vila Rica* de Cláudio Manuel da Costa, ou a “Memória histórica da Capitania de Minas Gerais”, de José Joaquim da Rocha. Também se fez presente em alguns marcos de nossa historiografia recente, como nos textos de Sérgio Buarque de Holanda ou Charles Boxer. [Cláudio Manuel da COSTA, *Vila Rica*, Ouro Preto, Tipografia Vila Rica, 1897; J. Joaquim da ROCHA, “Memória histórica da Capitania de Minas Gerais”, *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte (2), 1897; Sérgio Buarque de HOLANDA, “Metais...”, e Charles R. BOXER, *A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial — 1695-1750*, Trad. Nair de Lacerda, 2.ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1969.]

⁶⁶ “(...) cujas partes corresponde às cabeceiras e serras do Cuieté pelo larguíssimo sertão que há entre estas Minas e a costa do Brasil”. / [Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas do ouro pertencentes a estas Minas Gerais, pessoas mais assinaladas nestes empregos e dos mais memoráveis casos acontecidos desde os seus princípios], *Códice...*, p.178.

⁶⁷ *Ibidem*, p. 169.

“(...) sendo a malotagem destes homens pólvora e chumbo, passando estes a vida de montaria, a saber, todo o gênero de caças: antas, veados, macacos, quatis, onças, capivaras, cervos; e aves: jacus, gaviões, pombas e outros muitos pássaros; e muitas vezes cobras, lagartos, formigas, e uns sapinhos que dão pelas árvores, e outrossim mais uns bichos muito alvos, que se criam em taquaras e em paus pobres.

Isto é o que respeita à caças e a bichos. Vamos ao conduto com que faziam para o sustento desta [imundície ?]: mel de abelhas, cocos, palmitos de muitas castas, o grelo de samambaia, carás do mato, raízes de pau, e outras mais variedades que inventava a necessidade. Não lhes faltava peixes, porque traziam anzóis e linhas, e este peixe o coziam em taquaras quando era miúdo, o grosso o assavam.”⁶⁸

Não obstante, fazia-se premente para expedições cada vez mais longas e muito adentro no sertão, a existência de algumas bases avançadas onde se pudesse conseguir a quantidade necessária de suprimentos, que nem sempre era possível somente a partir da caça e da coleta dos gêneros silvestres, especialmente em algumas partes do território. A estratégia geral parece ter sido a de proceder o plantio de algumas roças de milho, por alguns pontos de onde passavam, de forma que à época da colheita, servissem a novas empreitas. Esta deve ter sido a base da maioria dos arraiais que se estabeleceram aos primeiros anos do caminho geral do sertão, bem como o caso da localidade de Itaverava, neste sertão da Casa da Casca:

“Fizeram seu arraial naquele lugar e uma pequena planta de um alqueire de milho, que era o com que se achavam. E vendo que o sertão da Casa da Casca era muito agro e falto de víveres silvestres, por serem tudo matos e aspérrimas brenhas, e falto do mais favorável gênero de caças, como veados, antas, emas, porcos monteses e mais gêneros de animais, e mel silvestre, que pelos campos gerais eram mais abundantes do que pelos sertões de matos incultos montanhosos e penhascosos, se resolveram a passar a tropa para a parte do rio das Velhas, onde podiam passar à montaria com mais descanso e menos trabalho, enquanto vinham as novidades do triste alqueire de milho que haviam plantado com alguns legumes. Chegado que fosse o tempo em que consideravam os mantimentos em termos de suprir, para fazerem mais experiências no mesmo lugar e continuar a diligência principal, que era a da Casa da Casca, e chegados que fossem de volta ao lugar da Itaverava, depois de passados seis meses de montaria, já no ano de 1698, colhendo os mantimentos, fizeram mais reforçadas experiências no mesmo lugar e, achando ouro com mais conta, fizeram novas roças e avisaram a seus parentes e amigos a São Paulo e às vilas para que viessem para estabelecerem minas e ampliarem os

⁶⁸ [Notícias do que ouvi sobre o princípio destas Minas], *Códice...*, p. 218.

descobrimientos e continuando as diligências de socavar e lavrarem alguns bocados.”⁶⁹

A rota original dos bandeirantes rapidamente se fez em um caminho concorrido, assim como também a picada pelo sertão do São Francisco vindo do Norte. Não só de São Paulo, mas também do Rio de Janeiro, das capitanias da Bahia e Pernambuco, bem como do reino, acorreram muitos em resposta ao apelo do ouro. Novos achados tiveram lugar a partir do leito de córregos e rios, e novas povoações foram se firmando, com grande velocidade. Os “campos já estéreis de víveres” ao entorno das áreas de mineração, e as poucas roças que se estabeleciam não bastavam ao afluxo das gentes, elevando absurdamente o preço dos mantimentos. A este quadro, nada tardou a fome em fazer par, resultando em grandes e freqüentes crises —das quais se anotam os intervalos de 1697-98 e 1700-01, como os de maior carestia—, que fizeram com que muitos se refugassem nos matos em busca de víveres, ou mesmo partissem para novas regiões em busca de outras áreas de mineração.⁷⁰ A melhora do abastecimento data da primeira década do Dezoito, com a composição de fluxos regulares de comércio com outras regiões, em que se deve destacar a abertura do Caminho Novo, o desenvolvimento das estradas e rotas já estabelecidas, assim como as áreas de cultivo e criação no entremeio destas entradas das Minas, como já se destacou no primeiro capítulo deste trabalho.

As aglomerações mineradoras que dariam lugar às Vilas do Ouro das Gerias, nasceram invariavelmente das faisqueiras no curso dos rios e de córregos, se articulando entre os caminhos que levavam o ouro e traziam mais gentes. Essas águas fizeram as povoações nascentes, fosse seguindo o córrego do Ouro Preto ou o ribeirão do Carmo, ou nas curvas do Rio das Velhas em direção ao São Francisco, como mais ao sul, no curso do Rio das Mortes.

Depois que Manuel Ortiz de Camargo e Bartolomeu Bueno alcançaram e atravessaram a região de Itaverava, vários outros descobridores paulistas passaram às regiões mais acima; sendo que em 1668, descobre o taubateano Antônio Dias de Oliveira, as notáveis jazidas que dariam origem a Vila Rica. Neste mesmo tempo, marcaram-se vários outros achados por entre aqueles morros que formariam a vila. O Padre João Faria Fialho,

⁶⁹ [Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas do ouro pertencentes a estas Minas Gerais, pessoas mais assinaladas nestes empregos e dos mais memoráveis casos acontecidos desde os seus princípios], *Códice...*, pp. 170-1.

⁷⁰ *Ibidem*, pp.174-5; ver também Charles R. BOXER, *A Idade...*, p. 70.

que havia vindo como capelão das tropas taubateanas, acha ricos depósitos no riacho que levaria seu nome; Francisco Bueno da Silva, onde seria o córrego do “Ouro Bueno”. Pela altura de 1700, Tomás Lopes de Camargo, descobre ouro no morro de Vila Rica, que viria a ser conhecido como o de Pascoal da Silva, por conta do mestre-de-campo que mais tarde ali fincou domínios.⁷¹

O Rio das Mortes, por sua vez, mesmo sendo dos primeiros lugares por onde passaram os paulistas em suas entradas pelo sertão, não despertou o interesse destes bandeirantes em princípio, sendo Tomé Portes del-Rei, que situado na passagem do rio, “viveu anos de fabricar mantimentos para vender aos mineiros que passavam para as Minas ou voltavam para os povoados, fazendo neste negócio altíssimas fortunas”, que “pelos cascalhos que se descobriram pelos barrancos do rio, fazendo experiência neles, descobriu ouro. E logo pelo ribeirão que ao pé da mesma passagem fazia barra fez o mesmo, que se portou com tal grandeza que à margem dele se formou uma tal povoação que é hoje a vila de São João del-Rei.”⁷²

O ponto é que aos primeiros dias do Setecentos, já se contava avultada população naquelas Minas, entre os que catavam, ou mandavam catar, e os muitos que foram atraídos pelas possibilidades de mercar e fazer negócios, de que é exemplo este Tomé Portes del-Rei. Mesmo que seja de grande imprecisão buscar os números destes fluxos, a julgar pelo que apresenta Antonil a partir de informações de terceiros, em algum ponto àquela primeira década do Dezoito, já devia perfazer trinta mil almas o total dos que estariam naquelas Minas.⁷³ Sendo que os vários descobertos ao longo dos ribeiros que brotam ou deságuam no Rio da Velhas, onde estão “o Caeté”, da Vila Nova da Rainha, ou “o Sabará”, onde se elevaria a Vila Real, cabeça da comarca, demarcavam a região mais densamente povoada àqueles primeiros anos.⁷⁴

Todavia, o que interessa mais proximamente aqui, é marcar a transformação imediata e acelerada da paisagem natural deste território das Minas, em função da

⁷¹ [Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas do ouro pertencentes a estas Minas Gerais, pessoas mais assinaladas nestes empregos e dos mais memoráveis casos acontecidos desde os seus princípios], *Códice...*, pp. 173 e 176.

⁷² *Ibidem*, p. 183.

⁷³ Sérgio Buarque de HOLANDA, “Metais...”, p. 266 e André João ANTONIL (João Antônio Andreoni), *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e Minas*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1967.

⁷⁴ [Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas do ouro pertencentes a estas Minas Gerais, pessoas mais assinaladas nestes empregos e dos mais memoráveis casos acontecidos desde os seus princípios], *Códice...*, p. 190; e também, [Relação de algumas antigüidades das Minas], *Códice...*, p. 221.

mineração. Foi-se assim cortando caminhos e abrindo o mato daqueles ribeiros, revolvendo a terra e desviando curvas d'água. O adensamento do número de pessoas se dava exatamente no local dos achados mais ricos, e lá se fixavam no próprio chão da exploração mineral, a partir de habitações muito precárias e provisórias. Esta característica de acampamentos a todas as moradias que se fincam no espaço daquelas lavras, é a marca de um chão que era precioso e que não podia ser imobilizado. Esta mobilidade das choças que se montam nas datas de mineração, seria presente por muito tempo na paisagem das vilas que vão se formar, sendo que à época do auto de ereção de Vila Rica, pelo governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, em 1711, só uma casa coberta com telhas existia em todo o espaço da vila.⁷⁵ Esta visão do específico da formação espacial das “cidades mineradoras”, confunde-se na trajetória das Vilas do Ouro, e em boa medida irmana os primeiros tempos de Vila Rica e São João del Rey.

O auto de ereção de Vila Rica data de 11 de julho de 1711, sendo nele a povoação referida como a principal parte destas Minas, por seu ouro, comércio e fazendas. Neste tempo, já estariam marcadas suas características principais no que diz respeito ao desenho espacial em que escorreria sua trama urbana no Dezoito adentro, a partir de uma composição alongada, se estendendo pelas três principais aglomerações que lhe dão origem: Ouro Preto do Pilar, Antônio Dias e Padre Faria. Destes, é o aglomerado de Ouro Preto, estendido no entorno de uma capela dedicada à devoção de Nossa Senhora do Pilar, que já àquela época da criação da vila, mostrava-se o de principal comércio, como bem se depreende da referência que faz o auto de ereção. Devia também ser área já densamente povoada a este tempo, pelo que suscita o pequeno número de cartas de aforamentos solicitadas para esta região, entre os anos de 1711 e 1720, se comparado com o total das concessões para outras áreas.⁷⁶

⁷⁵ [Relação de algumas antigüidades das Minas], *Códice...*, p. 224.

⁷⁶ Donald RAMOS, *A social History of Ouro Preto: stresses of dynamic urbanization in colonial Brazil, 1695-1726*, Michigan, University Microfilms, 1973 (Tese de Doutorado em História na Flórida University, em 1972), p. 140; Salomão de VASCONCELLOS, “Como nasceu Ouro Preto – sua formação cadastral desde 1712”, *RPHAN*, n.º 12: 171-232, 1955; Sylvio de VASCONCELLOS, *Vila Rica. Formação e desenvolvimento – Residências*, São Paulo, Perspectiva, 1977, p. 24; e “Auto de Ereção de Vila Rica”, *RAPM*, Ouro Preto (II, vol.1), 1897, pp. 84.

O que mais interessa frisar no desenho da formação urbana de Vila Rica pode bem ser disposto em três questões: primeiramente, a natureza física do espaço da mineração, traduzida na especificidade do povoamento de aspecto provisório que domina a paisagem nos primeiros anos, e que seria um de seus traços mais flagrantes por pelo menos toda a primeira metade do Dezoito; um segundo aspecto diz respeito à interpenetração que se dará entre este “chão da produção”, o espaço da mineração, e os espaços da reprodução da vida cotidiana naqueles aglomerados, incluindo-se aí a dinâmica da circulação e do consumo processada em um comércio que se faz desde logo extremamente ativo, bem como da socialização e da vida espiritual, na ereção da capela, único ponto, em geral, de localização mais estável nos primeiros anos de ocupação.⁷⁷ Finalmente, é importante destacar, como a força da economia incitada pela mineração vai produzir a transformação de áreas contíguas, gerando uma diferenciação do espaço com base na especialização das atividades, descrevendo contextos em que a cidade produz o campo, como se pode verificar em certas áreas em que, já nas primeiras décadas do Dezoito, vão se concentrar atividades agrícolas no entorno de Vila Rica, como em São Bartolomeu, Capão da Força ou Cachoeira do Campo.⁷⁸

Vila Rica é um exemplo particularmente interessante, pelo fato de ajuntar com muita clareza, os processos múltiplos que se somam na produção do urbano e da urbanidade em Minas, seja na conformação primeira a partir das faisqueiras de ouro, na articulação do comércio, nas marcas da institucionalização dos espaços do poder, pela ação da Coroa, na presença e imposição visual das capelas e igrejas das irmandades, etc. A paisagem urbana se faz da concorrência destes e de outros tantos fatores, mas interessa aqui argumentar, na pista do defendido por Sylvio de Vasconcellos, que o perfil urbanístico longuilinear que caracteriza o mapa da vila erigida em 1711, é resultado da conformação do meio físico na esgueira das serras, mas também, da articulação que promove o comércio no desenhos das rotas que chegam e atravessam a cidade.

Três morros marcam a paisagem em que se plantaria Vila Rica: o alto das Cabeças, o morro de Santa Quitéria e o alto da Cruz. É nos dois baixos destes morros consecutivos se assentariam as localidades principais: as freguesias de Nossa Senhora do Pilar de Ouro

⁷⁷ Murillo MARX, “Arraiais Mineiros: relendo Sylvio de Vasconcellos”, *Barroco*, Belo Horizonte (15), 1990/92.

⁷⁸ Donald RAMOS, *A social...*, p. 153.

Preto e a de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias. Sylvio de Vasconcellos descreve então o sentido da “estrada tronco” que atravessa a vila:

“Principia esta estrada no Passa-Dez, subindo para as Cabeças; desce para a Matriz do Pilar, no fundo de Ouro Preto, de onde galga o Morro de Santa Quitéria, decai para Antônio Dias, novamente sobre para o Alto da Cruz, de onde vira e sai para a vila do Carmo, cidade de Mariana.”⁷⁹

As duas principais freguesias se dividem pelo morro de Santa Quitéria, que à época da fundação da vila era área de mato basto, entre a qual o governador Antônio de Albuquerque mandou abrir picada e fincar o pelourinho, onde deveria vir a se construir a casa da câmara e cadeia.⁸⁰ Não obstante, seja difícil precisar quando efetivamente se constituiu no alto deste morro o “centro” do poder da Coroa em Vila Rica, parece que já em 1716 se dá a abertura da praça, mas é mais claramente entre 1740 e 1750, com a construção do Palácio dos Governadores, que parece haver um movimento de crescimento do espaço urbano mais claramente orientado a partir desse ponto.⁸¹

A argumentação de Sylvio de Vasconcellos no sentido da existência de um padrão urbanístico longuilíneo em Vila Rica, tributário mais da especificidade dos caminhos entre as povoações que se cristalizam pelos fluxos de comércio e circulação do que pela centralização do poder no morro de Santa Quitéria, não obstante a aparente ampla adequação desta fórmula à várias das Vilas do Ouro mineiras,⁸² é contestada por alguns autores, dentre eles Donald Ramos.

A linha de argumentação de Ramos é a de que o crescimento original destes aglomerados não estava associada a este “caminho” caracterizado por Vasconcellos, insistindo que só a partir da atitude capitaneada por Antônio de Albuquerque na definição do morro de Santa Quitéria como a área destinada ao senado da câmara, é que se definiu um ordenamento do padrão urbanístico que resultaria na feição alongada que percorre os três principais altos da vila. Apontaria então como um dos evidenciadores de uma desvinculação original entre as localidades de Ouro Preto e Antônio Dias, o fato de que a fachada da matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, volta-se não para o morro de Santa Quitéria, mas para o caminho que leva na direção da localidade de Padre

⁷⁹ Sylvio de VASCONCELLOS, *Vila Rica...*, p. 71.

⁸⁰ [Relação de algumas antigüidades das Minas], *Códice...*, p. 225.

⁸¹ Sylvio de VASCONCELLOS, *Vila Rica...*, p. 77.

⁸² Sylvio de VASCONCELLOS, *Arquitetura no Brasil: pintura e outros temas*, Belo Horizonte, Escola de Arquitetura da UFMG, 1959, p.5.

Faria, que seria aos primeiros anos do Dezoito, equivalente em tamanho e importância a Antônio Dias. O autor argumenta que a princípio, Antônio Dias teve um crescimento gradual de suas área urbana, na direção de Padre Faria, acelerando-se ainda mais com a construção da igreja dedicada à Nossa Senhora do Rosário na ladeira do alto da Cruz, sendo que só o estabelecimento da praça no morro de Santa Quitéria é que veio a contrabalançar este sentido de expansão.⁸³

Estas perspectivas não são necessariamente inconciliáveis. Mesmo que a decisão de Albuquerque de localizar a câmara no morro de Santa Quitéria, o que parece só ter efetivamente ocorrido vários anos mais tarde, tenha sido o catalizador do interesse pela aproximação entre Pilar e Antônio Dias por este caminho, e mesmo que Antônio Dias tenha crescido mais rapidamente na direção das áreas mais abertas que se estendiam até a ladeira do alto da Cruz, não parece que este crescimento não tivesse sido desde longa data condicionado por uma relação estreita entre caminhos e vias de comércio. Parece acertado mesmo argumentar que a afirmação da praça do governo como o centro da vila, o que deve ter se dado somente já mais perto de meados do século, esta diretamente associado a um movimento centrípeto proporcionado pelo desenvolvimento dos espaços do comércio entre as duas freguesias; sendo que após a consolidação do espaço da praça como o centro por excelência da vila, a rotação inverte-se, e um movimento centrífugo a partir deste morro, passaria então a caracterizar o ordenamento urbano da vila, sendo dali a origem dos novos arruamentos, que seguiriam mesmo um certo padrão xadrez.⁸⁴

Exatamente em meados do século é que Vila Rica conhece seu período mais fecundo em obras pública e melhoramentos urbanos, à época do governo de Gomes Freire de Andrade.⁸⁵ A ligação entre a “condução urbanística” e a inserção do Estado no específico dos problemas municipais é assim um tema de interesse. A produção original do espaço, e as forças principais de sua transformação seriam mesmo devidas a atributos econômicos, na base de produção dada pela atividade mineradora ou nos caminhos da circulação no entremeio do comércio; não obstante, quando não se opunham as forças, são as configurações do poder político e dos desígnios administrativos que mais diretamente influenciam em algumas das articulações do espaço urbano e na produção dos espaços públicos dessa sociedade.

⁸³ Donald RAMOS, *A social...*, pp. 143 e 149.

⁸⁴ Sylvio de VASCONCELLOS, *Vila Rica...*, pp. 77-79.

⁸⁵ *Ibidem*, p.79.

Nesta perspectiva, o estabelecimento do vasto e diversificado aparelho administrativo do Estado português vai, em boa medida marcando e articulando o espaço das vilas ao longo do século, sendo a mistura nos quadros burocrático, militar e judiciário, de nomeados pela metrópole com os representantes locais uma condição essencial para a solidificação e continuidade do jugo português.⁸⁶

No tocante à administração municipal e a atuação das câmaras na produção desse espaço citadino o que se verificou, nos períodos de efetivas articulações e melhorias no espaço do urbano, foi mesmo a coincidência do interesse do Estado com os das representações locais, promovendo uma convergência de forças que em tudo era benéfica e funcional aos interesse do Estado. Como observa Caio Boschi, “por absoluta conveniência político-administrativa sua, coube ao Estado, a partir de então, imiscuir-se ou pelo menos dar mais atenção aos problemas municipais.”⁸⁷ Neste sentido é que melhor pode ser lida a articulação entre as freguesias rivais de Antônio Dias e Pilar, entre as quais eram comuns e continuados os litígios, a partir da centralização do poder administrativo no morro de Santa Quitéria em meados do século e do conjunto de obras públicas nesta época produzidas.

A falta de coincidência entre as forças econômicas de produção do espaço, particularmente flagrantes na conformação original da cidade mineradora e os desígnios da condução política no que diz respeito às tentativas de interferir na formação desse urbano, não deixaram de produzir resultados em que se vê com clareza a proeminência dos aspectos econômicos nesse particular. O caso da formação de São João del Rey ilustra com propriedade esta questão.

A despeito dos primeiros achados da região do Rio das Mortes serem devidos a Tomé Portes del-Rei, não se deve a ele a fundação do arraial que originaria São João del Rey. Este taubateano estabeleceu-se desde o final do Dezesete à margem do Rio das Mortes, na altura do décimo quinto pouso da rota dos viajantes desde São Paulo até as minas gerais dos Cataguases, trilha esta conhecida durante o Dezoito como o caminho velho. Cuidava ele ali do comércio de gêneros agrícolas aos que seguiam por este trajeto, sendo também o administrador da passagem do rio, direito este que lhe fora concedido

⁸⁶ Caio César BOSCHI, “Colonização, Poder e Urbanismo no Brasil Setecentista” in: *Anais do I Colóquio de Estudos Históricos Brasil-Portugal*, Belo Horizonte, PUC Minas, 1994, p104.

⁸⁷ *Ibidem*, p.105.

pelo governador do Rio de Janeiro entre 1697 e 1702, Artur de Sá e Menezes.⁸⁸ O nascimento dos primeiros povoados dessas terras relaciona-se mesmo a esta função de “cabeça de ponte” assumida pela região, assegurando condições para a continuidade da penetração populacional nas Minas.⁸⁹ Antonil, visitando essas paragens em alguma data entre o final do século XVII e os primeiros anos do XVIII, destaca este acento:

“Do Rio Grande vai-se em cinco ou seis dias ao rio das Mortes, assim chamado pelas que nele se fizeram, e esta é a principal estalagem aonde os passageiros se refazem, por chegarem já faltos de mantimentos.”⁹⁰

Tomé Portes, ao que parece auxiliado por João Siqueira Afonso, que regressava de seus descobertos em Sumidouro e Guarapiranga, responde pelos achados de ouro aluvial em um ribeiro à margem direita do Rio das Mortes, algo distante da passagem por ele administrada no caminho velho, conhecida por Porto Real.⁹¹ Essas descobertas, que ele mesmo se encarrega de dividir com alguns taubateanos, como prerrogativa de sua função de guarda-mor, são algo anteriores a 1702, e deram origem ao arraial de Ponta do Morro, onde de pronto se erigiu uma capela devotada a Santo Antônio.⁹² Anos mais tarde esta seria a vila de São José del Rey. Já neste momento se processa uma significativa atração populacional para a região, responsável por fazer consolidar o povoamento. Para além dos que chegavam de paragens distantes, e que aumentariam muito em número com os descobertos que se seguiriam, para lá também acorreram emigrados das minas dos ribeiros do Carmo e de Ouro Preto, ao que parece especialmente motivados pela carestia de alimentos que grassava naqueles núcleos mineradores originais pela época.⁹³

⁸⁸ Basílio de MAGALHÃES e Teófilo Feu de CARVALHO, “Estudo Históricos — (Controvérsias)”, **RAPM**, Belo Horizonte (XXIV, vol.1), 1933, p.430 / Eduardo Canabrava BARREIROS, *As Vilas del-Rei e a cidadania de Tiradentes*, Rio de Janeiro, José Olympio; Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1976, pp.5-6

⁸⁹ Luciano Raposo de Almeida FIGUEIREDO, “Aspectos da evolução histórica, da sociedade e economia na região de São João del Rei, Tiradentes e Prados - Minas Gerais” (texto não publicado desenvolvidos para o projeto “Aspectos sócio-econômicos do ouro na região de São João Del-Rei - MG”), CNPq / UFMG / UERJ / CPQ, 1982, p.2.

⁹⁰ André João ANTONIL (João Antônio Andreoni), *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e Minas*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1967, p.287.

⁹¹ Diogo de Vasconcellos, *História antiga das Minas Gerais*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1904 / José Joaquim da ROCHA, “Memória Histórica da capitania das Minas Gerais”, **RAPM**, Ouro Preto (II, vol.3): 425-517, 1897 / Eduardo Canabrava BARREIROS, *As Vilas del-Rei...*, pp.15-9.

⁹² “Notícia Prática que dá ao R. P. Diogo Soares o Sargento-Mor José Mattol sobre os descobrimentos do famoso Rio das Mortes”, Publicação do Instituto Histórico e Geográfico de São João Del-Rei, 1975, s.p.

⁹³ **MR**, “Cópias do Arquivo da Câmara Municipal de São João del Rei, 1715-22” por Samuel Soares [compilação manuscrita de 1919], p.12.

Pouco depois desses primeiros achados, “no ano de 1704, com pouca diferença”, segundo uma notícia escrita por volta de 1740 por uma testemunha desses primeiros tempos, o líder emboaba José Matol,⁹⁴ descobre-se ouro em um ribeirão que corre por detrás dos morros da futura vila de São João del Rey. O ribeiro foi chamado de São Francisco Xavier e a descoberta coube a Lourenço Costa, também paulista, escrivão de datas de Antônio Garcia da Cunha, genro de Tomé Portes, e quem após sua morte assumiu a função de guarda-mor e administrador da passagem do Porto Real. Também pela mesma época, um português de nome Manuel Barcelos, marca os primeiros descobrimentos de ouro não-aluvial da região. As encostas deste morro então são logo repartidas em datas e deste ajuntamento nasce um povoado que recebe o nome de arraial novo de Nossa Senhora do Pilar, respondendo à invocação da capela que se faz erigir e diferenciando-se do povoado de Santo Antônio, que passa a ser conhecido como arraial velho.⁹⁵

O afluxo das gentes primeiro mirando praticamente em exclusivo as minas gerais nas áreas do Rio das Velhas e dos ribeiros do Carmo e de Ouro Preto, se fazia agora também em direção às minas do Rio das Mortes. Ao menos aos primeiros anos desta empreita isto significou a superação pela mineração da centralidade das atividades agrícolas e pastoris que originariamente marcavam a região. O ponto central que se quer destacar aqui, não obstante, é o processo de ocupação do solo nos primeiros núcleos constituídos e nisto o movimento de produção do espaço citadino. É neste sentido que São João del Rey, a despeito deste ambiente agro-pastoril já de alguma forma marcado nessas paragens, oferece um exemplo eloqüente, em certos aspectos mais evidentes do que no caso de Vila

⁹⁴ José Matol e José Álvares de Oliveira, são responsáveis por testemunhos escritos de inestimável valor para o estabelecimento desses primeiros acontecimentos na região; o primeiro é autor da notícia prática dada ao Padre Diogo Soares, e o segundo de uma narrativa encomendada pelo ouvidor da comarca do Rio das Mortes em meados do Dezoito, Tomás Rubim de Barros Barreto do Rego, e incluída posteriormente na coleção de papéis organizada pelo ouvidor Caetano da Costa Matoso. Tomaram também parte importante nos conturbados acontecimentos na região pela primeira década do Dezoito. Foram eles os procuradores da parte dos emboabas na primeira tentativa oficial de dirimir o conflito que se estabelecia com os paulistas, quando da passagem pelo arraial novo, futura São João del Rey, do governador do Rio de Janeiro, Dom Fernando Martins Marcarenhas de Lancastre, em 1709. Foram então estabelecida cinco companhias militares, três sob o comando de paulistas e duas sob o comando dos emboabas, uma a cada um desses procuradores. [História do distrito do Rio das Mortes, sua descrição, descobrimento das suas minas, casos nele acontecidos entre paulistas e emboabas e ereção das suas vilas], *Códice...*, pp.281-2. [No mesmo *Códice* existe uma cópia resumida deste documento, ao que tudo indica, realizada pelo próprio ouvidor Caetano da Costa Matoso, na qual são suprimidas partes que lhe pareceram dispensáveis para a compreensão dos eventos mais importantes. Esta cópia encontra-se entre as páginas 227 e 242 (texto n.º 8) da edição impressa do *Códice*, não obstante as referências ao documento são feitas a partir do original, que aparece entre as páginas 270 e 293 (texto n.º 14).]

⁹⁵ “Notícia Prática...”, s.p.

Rica, da sobreposição dos chãos de produção e reprodução, típica do modelo de cidade mineradora aqui apresentado.

O ajuntamento se dá em função direta das lavras abertas no morro, e à borda e também no entremeio destas é que se plantam as primeiras habitações, marcadas pelo aspecto provisório característico da lide mineratória. Prontas para serem trocadas de lugar em função de um novo achado, mas não obstante contíguas ao espaço da mineração, que é o interesse principal em última instância a razão de ser do agrupamento. Foram estes, em princípio, “freguesias móveis como os filhos de Israel no deserto”, tal qual as chamou Antonil.⁹⁶ O “bom sucesso” das lavras é assim o que garante, nesses povoados formados e crescidos antes de qualquer regulamentação oficial, a permanência da ocupação, seu adensamento, e daí a redefinição do provisório em permanente e a expansão do núcleo. Essas características, bastante próprias dos agrupamentos mineradores e repetidas em lugares diferentes desde muito antes até bem mais recentemente que nas Minas Gerais setecentistas, é no entanto quase que negligenciada pela historiografia que freqüentemente teima em insistir que a extração aurífera não se dava no interior e sim nas imediações dos núcleos urbanos. Sem carregar neste ponto aqui, uma vez que será ainda referenciado em outras partes, as próprias descrições das paisagens urbanas por parte dos viajantes estrangeiros no começo do Dezenove, é clara na caracterização dos espaços abertos e nas terras revolvidas ao interior das vilas por conta da mineração, ainda fazendo ocupar nesses tempo já muito distantes do auge da atividade, um número considerável de braços.

A implantação da vila na segunda década do Dezoito, voltando novamente a atenção a São João del Rey, esclarecem bem esta perspectiva. O arraial novo de Nossa Senhora do Pilar é levantado à condição de vila em dezembro de 1713, lá estando o governador da capitania de São Paulo e Minas Gerais, Dom Brás Baltazar da Silveira. No próprio auto de ereção fica patente o desejo do governador de mudar o núcleo da vila de lugar, separando este das áreas das lavras na encosta do morro:

“(...) o criou em vila com todas as solenidades necessárias, levantando o pelourinho no lugar, que escolheu para a dita vila a contento, e com aprovação dos moradores dela, a saber na chapada do morro que fica da outra parte do córrego que parte do nascente do dito arraial, por ser o sítio mais capaz e conveniente para se continuar a dita vila, a qual ele dito Mestre

⁹⁶ André João ANTONIL (João Antônio Andreoni), *Cultura e opulência...*, p.264.

de Campo General, e Governador e Capitão General, apelidou com o nome de São João d'El-Rey.”⁹⁷

À margem direita do córrego que risca São João del Rey, estaria os espaços originais da cidade, na encosta da serra, ocupados já com certa densidade por esta época, e pela parte esquerda por boa extensão o sítio plano que chamou a atenção do governador, como local adequado para a expansão e centralização da vila. Em conformidade com os pareceres dos conselheiros do Rei, os lugares que fossem elevados à condição de vilas deveriam fazer jus a certos atributos em que se destaca a proximidade das lavras no interesse de controlá-las e fazer cobras os quintos:

“(...) estas vilas e povoações se deve procurar sejam fundadas em sítios salutíferos com vizinhança de rios e boas águas, terrenos férteis e em pouca distância das ribeiras principais do ouro, porque estes devem ser precisamente os que devem regular a situação das vilas (...)”⁹⁸

A marca, entretanto, da ocupação na primeira hora dos descobertos de São João, em um quadro que se preservaria após a criação da vila, não fora a da “proximidade” das áreas de mineração, mas sim a da sobreposição dos espaços, na qual a o traço distintivo da paisagem eram as habitações provisórias. José Álvares de Oliveira, testemunha desses tempos primeiros, dá uma imagem das ocupações características do povoado inicial:

“Cuidaram logo os emboabas de formar arraial e fazer rancho (ditas assim as casas de vivenda por serem levantadas de taipa de mão com cobertura de palha) e, ao mesmo tempo, erigiram sua capela, construída dos mesmos materiais, que se dedicou a Nossa Senhora do Pilar, auxílio e protetora que então foi do dito arraial e agora o é da vila.”⁹⁹

A afirmação constante do auto de ereção da vila de que escolheu-se o lugar do centro da povoação “a contento, e com aprovação dos moradores dela”, não parece haver sido mais do que uma forma retórica, uma vez que continuaram concentrados nos espaços

⁹⁷ “Creação Villas no Período Colonial”, de **RAPM**, Ouro Preto (II), 1897, p.88; ver também: Floriano Peixoto de PAULA, “Vilas de Minas Gerais no Período Colonial”, *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte (19):275-84, 1965.

⁹⁸ “Consulta do Conselho Ultramarino de 17 de junho de 1709”, *Documentos Históricos*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1951 (Divisão de Obras Raras e Publicações, vol. XCIII), p.223 apud Cláudia Damasceno FONSECA, “Agentes e contextos das intervenções urbanísticas nas Minas Gerais do século XVIII”, *Revista Oceanos*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, número 41 (“A Construção do Brasil Urbano”), jan.-mar., 2000, p.88.

⁹⁹ [História do distrito do Rio das Mortes, sua descrição, descobrimento das suas minas, casos nele acontecidos entre paulistas e emboabas e ereção das suas vilas], *Códice...*, p.278.

contíguos às lavras na encosta do morro, à outra margem do córrego. No ano seguinte à fundação da vila o governador insistiu em sua decisão de mudar a vila de local, fazendo publicar um bando ordenando que ordenava a mudança dos habitantes que permaneciam no arraial primitivo, ao prazo máximo de um ano, sob ameaça de severa repressão.¹⁰⁰ Mais uma vez não parece ter a ordem surtido real efeito. O autor do diário de viagem do sucessor de Dom Brás Baltazar da Silveira, Dom Pedro de Almeida, o Conde de Assumar, faz registrar, na passagem pela vila em 1717, o espanto com o aspecto da povoação, que mesmo podendo ser das vilas mais bem plantadas das Minas, em função das áreas aplainadas de que dispunha, disto estava muito distante:

“(...) por ter todas as casas de palha, e umas muito separadas das outras e juntamente pelas lavras de ouro, que ficam tão perto delas, que hoje se fazem, amanhã as botam em terra para trabalhar, o que causa toda a irregularidade.”¹⁰¹

A algumas construções que se dispunham menos provisórias parece ter sido destinado um local apartado do entremeio dessas lavras, talvez este tenha sido o caso da capela original de Nossa Senhora do Pilar, fincada pelos emboabas no alto do morro da Forca, que se eleva na borda desta chapada à margem direita do córrego, logo nos primeiros tempos do povoado, e portanto bastante antes das deliberações de Dom Brás Baltazar para se continuar a vila por este lado do regato. Esta capela original, de pau-a-pique como a maioria das casas desses primeiro tempos, foi destruída em 1709 por conta do fogo atado neste morro pelos emboabas na intenção impedir uma nova invasão do povoado pelos paulistas:

“(...) era acerto desassombrar o entrincheiramento dos padraços a que estava exposto, queimando-se todas as casas e a mesma igreja, porque assim se ficava em campo descortinado e com menos risco a defesa, caso que eles intentassem segunda invasão, o que prontamente se pôs por obra.”¹⁰²

A capela foi depois reconstruída no mesmo local, e segundo a informação de Augusto de Lima Júnior a partir de pesquisas junto aos arquivos da Mesa da Consciência e

¹⁰⁰ **APM**, S.C., Códice 11, fl.116v. apud Cláudia Damasceno FONSECA, “Agentes e contextos...”, p.88.

¹⁰¹ “Diário da jornada que fez o exmo. D. Pedro desde Rio de Janeiro até a cidade de São Paulo e desta até as Minas no ano de 1717”, **RPHAN**, Rio de Janeiro (3), p.313 / Laura de MELLO E SOUZA, *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*, 3.ed., Rio de Janeiro, Graal, 1990, p.66.

¹⁰² [História do distrito do Rio das Mortes, sua descrição, descobrimento das suas minas, casos nele acontecidos entre paulistas e emboabas e ereção das suas vilas], *Códice...*, p.287.

Ordens, em 1712 a capela que era “ainda de barro e colmada, recebeu a investidura de igreja paroquial”.¹⁰³ Esta nova obra, igualmente precária nas técnicas construtivas, dentro em pouco estaria em péssimo estado, sendo que em 1721 iniciam-se os trabalhos de reconstrução da matriz, desta vez no efetivo núcleo da vila, à margem esquerda do córrego. É o Cônego Gaspar Ribeiro Pereira que neste anos obtém uma

“provisão ao Provedor e mais Irmãos do Santíssimo Sacramento da Vila de S. João del-Rei, para construírem nova Igreja *que esteja dentro do corpo da Vila e não fora como a antiga* e para demolirem a primitiva e usarem alguns materiais em ajuda da dita obra.”¹⁰⁴

Pela altura dessa terceira década do Dezoito pode-se avaliar que essas lavras pela encosta da serra do lenheiro, na margem esquerda do córrego, já estivessem menos ativas, ou que minimamente já se mostrassem claramente as áreas sem real proveito para mineração, permitindo que as construções de aspecto mais definitivo se multipliquem e, a despeito das repetidas medidas oficiais no sentido de transferir o foco do adensamento para a outra margem, afirme-se aí o núcleo da vila. Só mesmo ao final do XVIII e começo do XIX é que a chapada pela margem direita se faria mais amplamente povoada.

A matriz do Pilar é então “fundada no coração da vila com o frontispício para a principal rua, que chamam rua Direita”,¹⁰⁵ a qual seguia paralela ao córrego. Ali se alinhariam as construções mais importantes da vila, como a cadeia, a casa da câmara e o pelourinho, que ao que parece não perdurou muito no lugar a ele destinado pelo governador em 1713.¹⁰⁶

“Nas entradas da mesma rua Direita estão as duas igrejas: da parte esquerda, a de Nossa Senhora do Monte do Carmo e da parte direita da mesma matriz, a de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, olhando uma para outra, com a matriz em meio, fazem uma vistosa perspectiva. Na mesma rua, defronte da cadeia, está o oratório de Nossa Senhora da Piedade, em que se diz missa aos presos. (...) No largo por detrás da matriz se levanta o Paço do

¹⁰³ Augusto VIEGAS, *Notícia de São João Del-Rei*, 2.ed., Belo Horizonte, 1953, p.28.

¹⁰⁴ *Ibidem*, p. 28 (no original sem destaque).

¹⁰⁵ [História do distrito do Rio das Mortes, sua descrição, descobrimento das suas minas, casos nele acontecidos entre paulistas e emboabas e ereção das suas vilas], *Códice...*, p.291.

¹⁰⁶ Em 1714, o governador autorizou os oficiais da câmara a mudarem o pelourinho para a parte “que seu Procurador me representou convinha para melhor situação da vila” [APM, S.C., Códice 09, fl. 23 apud Cláudia Damasceno FONSECA, “Agentes e contextos...”, p.100-n.24.]

Conselho, ou Casa de Câmara, cujos oficiais que têm servido e servem são dignos de todo respeito e veneração.”¹⁰⁷

¹⁰⁷ [História do distrito do Rio das Mortes, sua descrição, descobrimento das suas minas, casos nele acontecidos entre paulistas e emboabas e ereção das suas vilas], *Códice...*, pp.291-2.

2.3. A diferenciação dos espaços

O desenho primeiro do urbano das Minas, que tem seu risco na força da economia mineradora, enreda-se pelo Dezoito e Dezenove em um processo complexo de produção social do espaço. Esses caminhos ente o urbano e o rural e a centralidade espacial das Vilas do Ouro só podem ser adequadamente lidos quando dentro de um quadro mais amplo, que traz em si a dinâmica das articulações e rearticulações entre regiões distintas no território da capitania. Em outros termos, e introduzindo o que interessa a esta parte do trabalho, o urbano que se conforma a partir do espaço da “cidade mineradora”, responderia desde logo a um conjunto de forças internas e externas ao território das Minas, que diferenciariam regiões e muito cedo se pronunciariam sob a forma de uma complexa relação campo-cidade. Esta perspectiva de minerar a questão espacial na lavra das transformações econômicas do período, oferece o curso geral, o corpo, de um fenômeno de diferenciação mais amplo, articulando à base econômica, certos territórios da vida cotidiana e da cultura, que interessarão preencher de outras cores no capítulo seguinte.

No intervalo de um século, o espaço da capitania se transformaria com grande velocidade, produzindo não só redesenhos internos de sua economia e estrutura demográfica, como mais contundentemente, promovendo, a partir do impulso do ouro, a primeira articulação macro-regional do território brasileiro.¹⁰⁸ No que diz respeito especificamente a sua dinâmica interna, e aos efeitos diretos das estruturas econômicas e demográficas na produção do espaço, o que se verifica é um gradual processo de diferenciação regional no mapa da capitania, em que são especialmente importantes aí os ritmos diferentes dos processos de diversificação das atividades produtivas e dos eixos de comércio, sobrepondo por vezes no mesmo período movimentos de desenvolvimento e retração de alguns setores da economia. Estas coordenadas vão introduzindo o que na

¹⁰⁸ Roberto Luís de Melo MONTE-MÓR, *Gênese e Estrutura da Cidade Mineradora*, Belo Horizonte, CEDEPLAR/FaCE/UFMG, 2001 (Texto para Discussão n.º 164), p.5 / Francisco IGLÉSIAS, “Minas e a imposição do Estado no Brasil”, *Revista da História*, São Paulo 50(100), 1974, p.260 / Joaquim Romero MAGALHÃES, “As novas fronteiras do Brasil” in Francisco BETHENCOURT e Kirti CHAUDHURI (dir.), *História da Expansão Portuguesa (vol. 3: O Brasil na Balança do Império, 1697-1808)*, Lisboa, Temas e Debates, 1998, p. 22-4.

passagem do Dezoito para o Dezenove poderia ser tomado como um “redesenho” do espaço em Minas, particularmente no que diz respeito às relações entre o urbano e o rural.

Achar, ou minimamente apontar os traços desse redesenho, é inquirir o mapa das Minas em profundidade; desde os processos de formação e expansão de fronteiras no sertão sem bordas do interior do continente, à dinâmica da articulação dos espaços do campo e da cidade, do rural e do urbano. Uma idéia básica auxilia a entrada neste processo complexo que tem por eixo central as transformações do espaço suscitadas pelo caminho da economia mineira ao longo do Dezoito e na entrada do Dezenove. Trata-se do fato de que com o avanço do Dezoito, verifica-se uma progressiva “regionalização” do território mineiro a partir da diferenciação e especialização das atividades econômicas. Trata-se de um processo de organização espacial orientado pelas especificidades produtivas locais e os arranjos das rotas de comércio que articula. Todavia, ler esta diferenciação nos termos próprios de uma configuração de “realidades regionais” talvez seja uma construção incisiva demais para o Dezoito; mais adequada parece a análise nos termos da formação de “espaços econômicos” distintos. Não obstante, a compreensão nesses termos não é inconciliável com a projeção cartográfica desses espaços diferenciados no mapa das Minas, o que não escapa de ser em boa medida um exercício de regionalização. A ressalva, ainda assim, da importância de se avaliar a diferenciação no Dezoito não como a configuração de uma economia regionalizada, mas como espaços econômicos distintos, parece válida. O objetivo desta parte do trabalho é portanto refletir sobre essas várias questões pertinentes ao tema da diferenciação dos espaços e propor um esboço de regionalização, com todas as ressalvas que caibam ao termo, válido para as Minas setecentistas.

Já se insistiu aqui em uma dinâmica econômica para o Dezoito da capitania de Minas que ultrapassaria a única expressão da atividade mineratória. Neste sentido, mais do que reconhecer a presença da atividade agropecuária, e de alguma espécie de produção manufatureira no Dezoito, interessa vislumbrar no variado panorama econômico que fica patente na primeira metade do Dezenove, suas vinculações com processos que estariam em curso no século anterior, e que trazem consigo os eixos de uma especialização espacial das atividades. Não obstante, é importante insistir na centralidade da mineração àquela economia, exatamente no que diz respeito ao estímulo para a diversificação. É o ouro que promove a formação urbana, o adensamento populacional, o ensejo da presença da Coroa, bem como a existência de muitas outras atividades econômicas que lhe cumprem um papel

de apoio. Sobremaneira importante, assim, é tomar a mineração como atividade econômica nuclear do Dezoito mineiro, e não escapar a esta questão é passo essencial para se abordar a passagem para o século XIX, no momento em que mais contundentemente se generaliza a decadência desta atividade enquanto um eixo dinâmico. Outros setores da economia, que em maior ou menor grau acabavam orbitando em torno da economia mineradora, mesmo no que diz respeito ao abastecimento dos centros que se mantinham povoados por conta da atividade mineratória, passam por um processo de redimensionamento de suas atividades e de busca por mercados externos. Especialmente aí, na pluralidade de ritmos e intensidade em que esta decadência da atividade nuclear é sentida nas diversas partes da capitania, é que assoma a maior ou menor capacidade de rearticulação econômica a partir de uma base agropecuária que fora desenvolvida ao longo do Dezoito.

Este cenário de complexificação da economia, assim como suas marcas no espaço, suscitam a elaboração de um modelo de regionalização capaz de auxiliar a discussão das transformações econômico-demográficas do Dezoito para o Dezenove no que ela tem de mais particular, qual seja: a conformação do núcleo minerador original e sua área de influência direta, a progressiva expansão da fronteira na marcha de ocupação territorial, e a diferenciação dos espaços e criação/rearticulação de centralidades locais a partir da complexificação econômica.

Um esforço para se diferenciar espacialmente a realidade econômica de Minas no século XVIII, tem estado presente em alguns trabalhos recentes, sem contudo, no mais das vezes, corresponder a uma reflexão que ultrapasse os limites administrativos das comarcas e busque entender especificidades espaciais capazes de recortar regiões no mapa. Destacada exceção, entretanto, é o estudo minucioso de Angelo Alves Carrara sobre a agropecuária setecentista mineira, que expõe bases da diferenciação e especialização econômica no espaço da capitania a partir, especialmente, dos dados dos registros de passagem de mercadorias.¹⁰⁹ Não obstante, no que acaba por pesar a limitação flagrante de fontes que ofereçam bases para uma ponderação dinâmica e acurada do processo de diferenciação econômica dos espaços regionais, a preocupação com a efetiva tradução espacial, em bases cartográficas, desta diversificação de áreas, não tem tido lugar nas pesquisas sobre o Dezoito. O quadro para o Dezenove é substancialmente diferente por conta da maior

¹⁰⁹ Angelo Alves CARRARA, *Agricultura e Pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807)*, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, 1997 (Tese de Doutorado em História)

disponibilidade de dados, com destaque para as bases demográficas, assim como das preciosas observações deixadas dos viajantes estrangeiros, sendo o conjunto das pesquisas coordenadas por Clotilde Paiva e o modelo de regionalização originalmente construído por Marcelo Godoy bases consistentes para a análise das especificidades espaciais do território mineiro no período.¹¹⁰

Para encontrar o caminho da formação e diferenciação dos espaços nas Minas do século XVIII, é preciso, não obstante, haver-se com o processo amplo das recomposições de fronteiras na América portuguesa de então. O século Dezoito é o período em que efetivamente se conhece o interior do continente e em que uma série de disputas territoriais fazem definir, em larga medida, os contornos principais do moderno mapa brasileiro. As disputas em torno da Colônia de Sacramento, e com isto do acesso ao Rio do Prata, assim como dos sertões adentro do continente, no interesse de ratificar a propriedade de Portugal sobre os descobrimentos auríferos, que em muito já haviam ultrapassado os limites que Tordesilhas impunha; e ainda o não menos importante interesse pelos territórios ao norte que se estendiam no curso do Rio Amazonas, foram traduzindo-se em riscos de fronteiras a partir de sucessivas negociações diplomáticas, firmadas nos tratados de Utreque (1715), Madri (1750) e Santo Idelfonso (1777).¹¹¹ Este quadro geral é que dá a carta de existência ao espaço das Minas Gerais do ponto de vista da geopolítica do Império português. Neste sentido, mesmo que muito rapidamente se possa apontar diferenças nascentes na conformação econômica dos espaços das Minas, por conjunturas geográficas ou na influência dos caminhos, é inevitável acautelar-se de que não se resolve um exercício de regionalização sem entender também o movimento de conformação das fronteiras do território. É exatamente esta produção de limites que só lentamente se dá a conhecer com algum nível de precisão, que enreda a reflexão sobre a formação do espaço das Minas no movimento amplo de desbravamento do interior do continente no oeste da mineração. O espaço de um século, assistiria assim tanto aos agitados primeiros capítulos de um processo de formação de fronteiras, como aos movimentos de uma crescente diferenciação interna.

¹¹⁰ Marcelo Magalhães GODOY, *Intrépidos Viajantes e a Construção do Espaço: uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX*, Belo Horizonte, CEDEPLAR/FaCE/UFMG, 1996 (Texto para Discussão n.º 109) / Clotilde Andrade PAIVA, *População e Economia nas Minas Gerais do século XIX*, São Paulo, FFLCH/USP, 1996 (Tese de Doutorado em História).

¹¹¹ Acerca dos tratados de Utreque, Madri e Santo Idelfonso, ver: Joaquim Romero MAGALHÃES, “As novas...”; Jaime CORTESÃO, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984, 4 vols.; Charles R. BOXER, *A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial — 1695-1750*, trad. Nair de Lacerda, 2.ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1969 (Col. Brasileira, 341); Basílio de MAGALHÃES, *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*, 4.ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1978.

Os eixos de ocupação, os eixos de comércio, os eixos de abastecimento, e quantos mais eixos forem, vão urdindo progressivamente, à força do impulso minerador, o território das Minas, fazendo do Dezoito o tempo de muitas e sucessivas transformações espaciais. O cuidado em se captar esta dinâmica acentuada neste movimento de formação e diferenciação se liga fortemente à preocupação de não se impor uma realidade regionalizada em momentos em que sequer se tinha conta de determinadas porções do território.

Buscar o adequado ritmo da diferenciação territorial das Minas ao longo do Dezoito é portanto, é um exercício sobremaneira útil no sentido de tomar o espaço em seu próprio tempo, ou ainda, de dar ao tempo sua adequada configuração espacial. O que especialmente se tem em conta é que o conjunto do território vai sendo produzido a partir da força integradora da economia da mineração, a partir de uma progressiva incorporação de espaços de formação distinta, diferenciados a partir de suas especificidades físico-geográficas e do curso de suas formações econômico-sociais. Isto porém não esgota a história na medida em que o refluxo da economia do ouro provoca um rearranjo dos eixos de integração a partir das novas áreas dinâmicas da economia e da influência dos territórios vizinhos, produzindo assim o quadro de forças que ao longo do Dezenove recortaria o desenho hoje conhecido de Minas Gerais.¹¹²

O caminho que vai do território com enormes partes desconhecidas, só povoado em alguns poucos ajuntamentos no curso de caminhos antigos, até produzir a ocupação e o

¹¹² A questão dos limites do que seria o futuro estado de Minas Gerais arrastaram-se até o começo do século XX. A alteração mais significativa do mapa atual em relação à capitania de Minas no Setecentos, é a ausência do triângulo mineiro, que havendo sido devassado originalmente pelos habitantes que se afastaram dos núcleos mineradores originais ainda na primeira metade do século e sendo incluído pelos governadores da capitania (mesmo na indefinição de limites própria do período) como área sob sua jurisdição, é pela altura da sétima década do século incorporado oficialmente pela capitania de Goiás, só vindo a fazer parte do território mineiro em 1816, quando é anexada à comarca de Paracatu. Os ajustes ao sul, com a capitania de São Paulo, são em grande parte resolvidos ainda no Setecentos, sendo importante destacar a diligência neste sentido de Luiz Diogo Lobo da Silva, governador da capitania entre 1755 e 1763. As fronteiras do norte no setecentos se faziam com Pernambuco, na margem esquerda do São Francisco e Bahia pela margem direita. A principais disputas foram relativas a esta última, no que diz respeito aos descobertos auríferos de Minas Nova do Fanado. Pelo lado de Pernambuco, no começo do Dezenove as enormes extensões de terra da comarca do São Francisco são fracionada e provisoriamente chegam a pertencer a Minas (1824), até que em 1827, são definitivamente incorporadas ao território baiano. Os outros limites que ofereceram alguma confusão foram os com o Espírito Santo, uma vez que por todo o Dezoito permaneceu a região da fronteira como um sertão praticamente inexplorado. Data de 1800 o auto de demarcação entre as duas capitanias, sendo este ratificado em 1816. [Francisco IGLÉSIAS, “Minas Gerais” in: Sérgio Buarque de HOLANDA (dir.), *História Geral da Civilização Brasileira (O Brasil Monárquico)*, 3.ed., São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972, Tomo II, Volume 2, pp.372-4 / Diogo de VASCONCELLOS, *História média de Minas Gerais*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas, 1918, pp.176-241 / *RAPM*, Belo Horizonte (XVI, vol.1), 1911]

desenvolvimento de especificidades econômico-sociais capazes de suscitar diferenciações regionais, até por fim compor um quadro de articulações entre espaços distintos e com identidades próprias, é o principal a se apreender aqui. Ou seja, a imagem-movimento deste percurso é em si, mais sedutora e importante a esta narrativa do que um instantâneo do mapa do território em determinado momento de sua formação. Importa mesmo dizer, que a especificidade maior de Minas neste particular, o que a faz oferecer um exemplo único à América portuguesa, é a velocidade em que se dá esse processo. Ao longo de pouco mais de um século, o território passa de um sertão pouco desconhecido, a um conjunto de regiões integradas, com preponderante importância na articulação econômica da Colônia e na manutenção do Império.

Esta conjuntura de expansão geográfica para o interior do continente tem na empresa dos paulistas sua mais clara representação, e a narrativa dos primeiros descobrimentos auríferos das Minas dão o detalhe da ação destes homens na primeira ocupação dos espaços da capitania. Duas categorias de percepção geográfica marcariam fortemente as representações sobre o território ao longo de todo o Dezoito e com ainda maior força na primeira metade do século: as “minas” e os “sertões”.¹¹³ Esta dissociação primeira que vai se firmar entre os espaços do nascimento das Vilas do Ouro e suas áreas contíguas, em oposição às paragens mais distantes, difíceis ou incertas, que bem atendem ao nome de sertão, oferecem caminhos a uma reflexão inicial sobre a diferenciação dos espaços que aí tem curso.

Definir sertão é tarefa arduosa. A história de seus usos é intrincada, mas conduzindo sempre a uma determinada percepção da natureza que se faz diversa e apartada do conhecido, do apropriado. Angelo Alves Carrara colige algumas tantas acepções do termo na busca de encontrar uma compreensão adequada ao século XVIII nas Minas.¹¹⁴ Anota que as primeiras referências ao termo, ao que parece, foram obra dos navegadores portugueses, como atribuição das terras que se opunham às costas ao longo das quais se navegavam, o “sartaam” a que se refere Vasco da Gama, e que se preserva em sua generalidade nas doações e forais das capitanias hereditárias nos primeiros séculos da Colônia. Esta referência esparsa no vocabulário dos navegadores vai com o tempo assumindo variadas qualificações nas referências dos que desbravavam terra firme. O sertão

¹¹³ A distinção entre “minas” e “sertões” é apresentada originalmente para a discussão dos espaços econômicos nas Minas setecentistas em: Angelo Alves CARRARA, *Agricultura...*, pp.45-56.

¹¹⁴ Angelo Alves CARRARA, *Agricultura...*, pp.46-54.

passa a ser designação mais específica a lugares, terras de determinados índios, áreas por onde corre certo rio, etc., “os diversos sertões do interior”, tal como na referência de Luís dos Santos Vilhena.¹¹⁵ De forma geral, no caminho dos paulistas interior adentro, como também das bandeiras partindo da Bahia, foi demarcando a multiplicidade de um território que antes se tomava com um grande bloco na qualificação destes muitos sertões. Não obstante a diversidade de especificações, eram sempre os lugares do perigo, as terras de gentios perigosos e adversidades naturais de toda ordem.¹¹⁶

As qualificações originais do sertão a partir de uma orientações geográfica que o opunha à costa logo encontraram um conjunto de sentidos que qualificariam estas áreas também a partir de atributos demográficos e econômicos; não obstante, o mote era a mesma distinção, e os sertões ainda marcavam clara oposição às áreas de costa, engenhos, vilas ou áreas de mineração.¹¹⁷ O sertão em Minas Gerais, com o avançar do Dezoito, passou a determinar basicamente a grande área ao norte do território, já em cercanias com a Bahia, onde a atividade central, remontando ainda os fins do Dezesete, era a pecuária extensiva. José Vieira Couto trata desses sertões como “região afastada das povoações das minas, com o rio São Francisco a correr-lhe pelo centro”, e Auguste de Saint-Hilaire, fala de uma “imensa região de fraca população”.¹¹⁸ Esta referência do sertão das Minas Gerais como situado nas largas extensões de terra do norte da capitania, que por fim acabaria por ser a acepção consagrada, alcançando nosso dias, termina por reforçar a etimologia mais provável do termo, o “desertão”, neste encontro com áreas típicas da caatinga e do semi-árido.¹¹⁹ Mas vale ainda o destaque ao uso do termo nas Minas para referenciar áreas nas quais era grande a presença de gentios, sendo ótimo exemplo disto a região ocupada pelos bravios Botocudos, na altura do Rio Doce e acima, assim como nas terras de índios Cropós e Croatos nos “sertões dos rios Pomba e Peixe”, entre as matas da Mantiqueira.

As “minas”, por sua vez, é a região governada pelos primeiros descobrimentos auríferos e seu perímetro de influência imediata. A área em que se fincam os arraiais mais antigos e onde mais rapidamente se verificou um adensamento populacional, que se

¹¹⁵ Luís dos Santos VILHENA, *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasília* (1802), Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1921, vol. II, p.266.

¹¹⁶ Angelo Alves CARRARA, *Agricultura...*, pp.47-8. Ver também: Janaína AMADO, “Região, Sertão e Nação”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro (15), 1995.

¹¹⁷ *Ibidem*, p.49.

¹¹⁸ José Vieira COUTO, “Memórias sobre as minas da Capitania das Minas Gerais”, *RAPM*, Belo Horizonte (X), 1906, pp.55-166; Auguste de SAINT-HILAIRE, *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938, p.14.

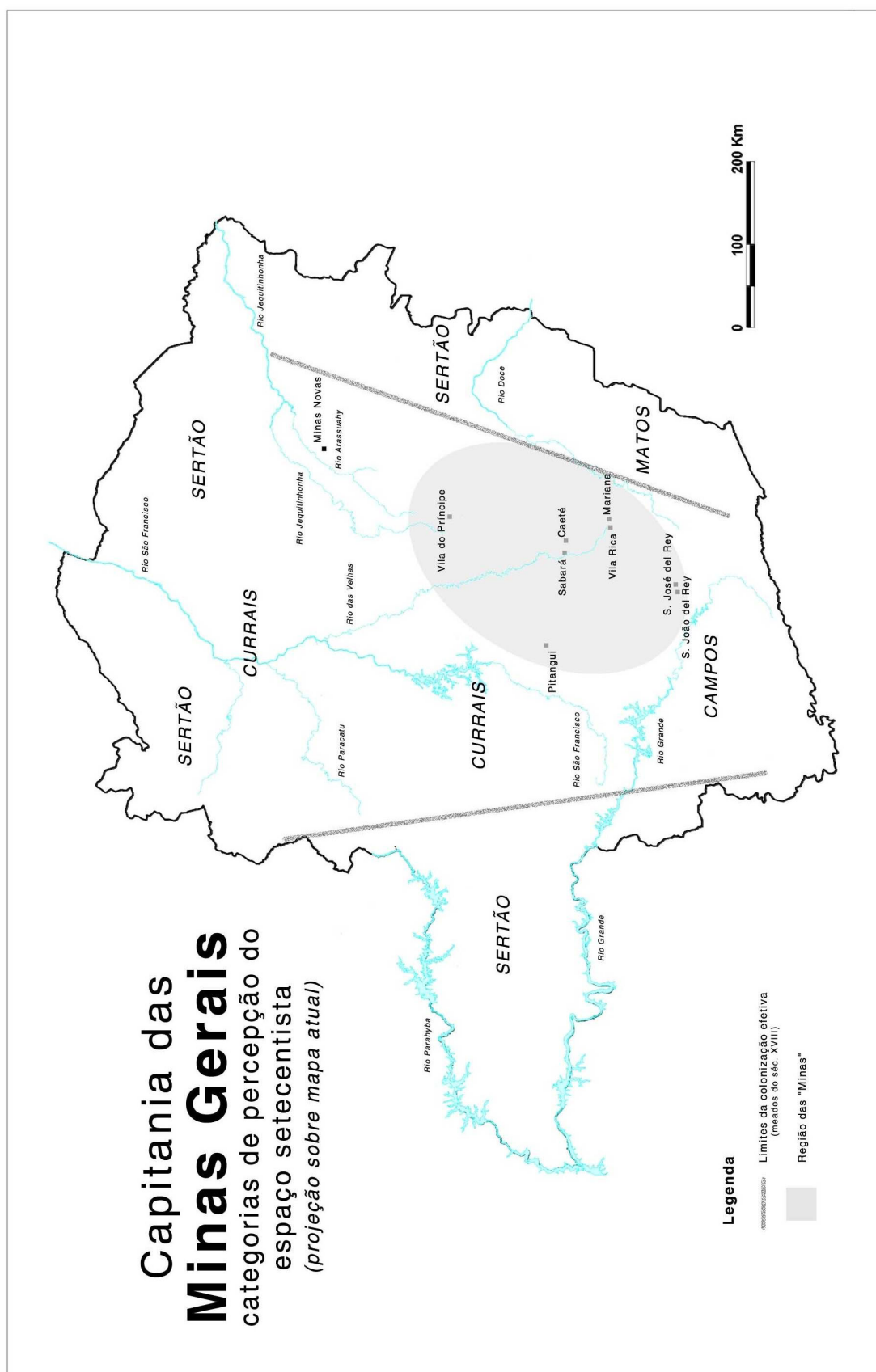
¹¹⁹ Angelo Alves CARRARA, *Agricultura...*, p.49.

mostrou vigoroso e persistente por pelo menos toda a primeira metade do Dezoito. O horizonte mineratório aos primeiros anos do século XVIII apresenta núcleos distribuídos por áreas desiguais em suas características naturais, mas que não obstante terminariam por compor uma faixa, com alguma continuidade, onde se concentrou a maior parte da população da capitania por todo o século e que mesmo com a decadência do ouro só teve sua centralidade rearticulada na segunda metade do Dezenove.¹²⁰ O território original dessas minas reúne ao sul os núcleos de São João e São José del Rey, em campos também propícios, e já no primeiro momento, aproveitados para a agropecuária; a oeste os descobertos de Pitangui, já em meio aos prados curraleiros; mais ao centro os principais núcleos auríferos, nas cristas da Serra do Espinhaço, marcando a paisagem montanhosa de Vila Rica (Ouro Preto) e Vila do Carmo (Mariana) e também Vila Real de Sabará e Vila Nova da Rainha (Caeté) no leito do Rio das Velhas. Mais ao norte, limitam-se essas minas com as áreas das descobertas de diamantes, onde está a Vila do Príncipe (Serro) e acima o arraial do Tejuco (Diamantina), plantados entre o maciço do Espinhaço e já em outro clima e vegetação. A diversidade nas paisagens soma-se na percepção desse perímetro como a região das minas. Como ensina Diogo de Vasconcelos, os Cataguás ou Cataguases eram as terras do sertão ao norte de São Paulo para além da Serra da Mantiqueira.¹²¹ Na trilha dos bandeirantes que primeiro riscaram essas terras, as áreas dos descobertos ficaram conhecidas como as “minas dos Cataguases”, ou ainda as “minas gerais do ouro dos Cataguases”, e mais formas correlatas em que figurava a indicação “Minas Gerais” presente em algumas das primeiras cartas de sesmarias da capitania. O ponto é que este perímetro demarcado pelos principais núcleos mineradores e perfazendo o alvo para onde em um primeiro momento as rotas convergiam, preserva grande identidade na produção do espaço daquele começo das Minas, a despeito das diferenças que apresenta na paisagem natural, e neste sentido, essas “minas”, ou “minas gerais”, conformam o primeiro recorte de uma regionalização do território da capitania. A delimitação dessa área de influência direta encontra-se representada no Mapa 1.

¹²⁰ Sobre esta manutenção da centralidade do antigo núcleo minerador ainda no Dezenove a referência central é o trabalho de Mario Marcos Rodarte. [Mario Marcos Sampaio RODARTE, *O caso das Minas que não se esgotaram: a pertinência do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais Oitocentista*, Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 1999 (Dissertação de Mestrado em Economia)]

¹²¹ Diogo de Vasconcellos, *História antiga das Minas Gerais*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1904, pp.116-8.

MAPA 1



Importa dizer ainda, que a distinção entre minas e sertões, era categoria primacial na geografia colonial mineira também por conta de governar distinções no tamanho das concessões de terra em sesmaria —meia légua em quadra nas terras onde houvessem minas e nos caminhos para elas, e três nos sertões— assim como na forma da tributação dos dízimos e da capitação.¹²² Desta forma, este corte assoma como o principal traço distintivo a uma reflexão sobre a conformação de espaços regionais no mapa das Minas setecentistas; não obstante, alguns outros atributos, que ficam mais evidentes na segunda metade do Dezoito, concorram para uma mais cerrada diferenciação de áreas. A produção agrícola dos campos da região sul bem se enquadram aí, suscitando um desenho que faz opor outras duas categorias de percepção geográfica: os “campos” e “matos”.

A conformação dos “campos” da porção mais ao sul da capitania, que primeiro foram a borda do sertão adentrado pelos paulistas, em áreas dedicadas à agricultura e pecuária, deve ser lida em conjunto com a história da formação dos caminhos para as minas, assim como na própria configuração dos lugares de mineração no mapa da capitania. Como já se insistiu em outra parte do trabalho, desde um primeiro momento, a mineração põe a funcionar atividades de abastecimento, e a trilha dos caminhos acaba por funcionar como a primeira instância de fixação dos produtores destes gêneros. Margeando o Rio São Francisco e das Velhas, estariam os principais prados de criação de gado; ao sul e sudeste, por sua vez, a agricultura se desenvolveria mais fortemente. Marca-se aí na paisagem natural uma divisão clara entre os “campos” férteis e abertos ao sul do Rio Grande e as áreas fechadas, dos “matos” a leste, na extensão da Serra da Mantiqueira até o pé da Serra do Mar na capitania do Rio de Janeiro.¹²³ Esta diversidade na paisagem natural, como já se disse aqui, seria uma marca funda na percepção dos que cruzavam as porções ao sul do território, especialmente visível a quem vinha pelo Caminho Novo deste o Rio de

¹²² Angelo Alves CARRARA, *Agricultura...*, p.54 e Anexo 6 (A Legislação Agrária), p.260.

¹²³ Sobre as matas da Mantiqueira, seus desbravadores e os salteadores do caminho, ver interessante artigo de Carla Anastasia, no qual comenta acerca da proibição de ocupação dessas áreas: “No caso dos sertões da Mantiqueira, a proibição de sítios volantes e do trânsito de homens dispersos, sem ocupação definida, reiterava legislação mais abrangente — a que determinava serem esses sertões áreas proibidas e, portanto, fechadas à ocupação. A denominação foi criada em 1736 pelo bando de aditamento, ou seja, um decreto do governador ao Regimento de Minerar. Pelo bando, proibia-se lançar posses de terras situadas nas extremidades não povoadas da capitania sem a expressa licença do governador. Procurava-se assim evitar os extravios do ouro ao impossibilitar a abertura de novos caminhos e picadas nos matos em áreas onde inexistiam registros, passagens e a vigilância das Patrulhas do Mato.” (Carla M. J. ANASTASIA, “Salteadores, Bandoleiros e Desbravadores nas Matas Gerais da Mantiqueira (1783-1786) in: Mary del PRIORI (org.), *Revisão do Paraíso: os brasileiros e o Estado em 500 anos de história*, Rio de Janeiro, Campus, 2000, pp.121-2

Janeiro, como foi o caso do ouvidor Caetano da Costa Matoso, em 1749, que bem distingue esses espaços ao passar de um para outro na altura de Borda do Campo:

“(...) daí entrei a subir e vim até um ribeiro em pouca distância e dele entrei a subir por uma serra acima, chamada Mantiqueira (...). Do alto dela, olhando para trás, vi a distância do que tinha andado até a serra do Mar e a infinidade de montes de que se compõem estas serras, na verdade, demasiadamente fragosas. (...) E daí vim descobrindo alguns morros descobertos sem matos, e só as baixas é que tinham algum, até que cheguei mais me foram aparecendo descobertos os morros, e ainda que o calor a esta hora me apertava bastante, contudo vinha já se algum desafogo, vendo que respirava e se estendiam mais ao longe os objetos da vista, deixando aquele afogado e melancólico caminho em que em dez dias não via outra coisa senão o mato e árvores imediatas a mim. Assim neste maior desafogo, cheguei pelo meio-dia a uma baixa em que há um sítio chamado a Borda do Campo, por nele acabar o caminho do mato (...).”¹²⁴

Estes atributos naturais acabam por se traduzir na especificidade das atividades produtivas e na forma de ocupação dessas áreas, o que faz dos “matos” e dos “campos” bases suplementares para articular alguns cortes mais à distinção de “minas” e “sertões”. O elemento essencial a ser apreendido aqui, não obstante, é a dimensão da transformação socio-econômica do espaço. As marcas da paisagem natural, que por elementos da hidrografia, vegetação, relevo, etc., delimitam diferenças originais no território das Minas, só constituem categorias distintas de percepção do espaço com o movimento de ocupação efetiva das áreas. Neste sentido, todo o território mineiro era sertão no século XVII até que a descoberta do ouro em alguns regatos onde se formariam as primeiras Vilas do Ouro e o começo da efetiva ocupação dessas áreas com o corolário de forças econômicas e sociais na transformação do espaço conferem essa distinção entre o “desconhecido” e o “conhecido”, fazendo do sertão, grosso modo, as áreas ainda pouco exploradas para além dos núcleos mineradores. O avanço das áreas conhecidas, assim como sua apropriação econômica, é que marcariam as transformações nessas categorias de percepção do espaço. Desta forma os “sertões”, antes a designação irrestrita dos espaço desconhecidos, vão se diferenciando, como na conformação dos “currais” onde se espalha a pecuária extensiva ou dos “campos” onde começa a florescer uma área de produção agrícola para o abastecimento das “minas”.

¹²⁴ [Diário da jornada que fez o ouvidor Caetano da Costa Matoso para as Minas Gerais] FUNDAÇÃO João Pinheiro, *Códice Costa Matoso*, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999, p.895.

O sertão é assim empurrado para as bordas do não ocupado, não transformado e no limite não conhecido.

A ocupação do território mineiro esteve assim não só circunscrita a uma faixa bem menos estreita do que a coberta pelo atual mapa de Minas; como, especialmente, fazendo concentrar a maior parte de sua população na região dos descobertos auríferos originais, a região das “minas gerais”. O crescimento populacional de outras áreas foi um processo gradual mas que já na segunda metade do Dezoito marcava o desenvolvimento de outras tantas áreas para além do núcleo minerador, como se verifica no próprio aumento do número de povoações e na criação de várias novas freguesias em partes diversas do território. É patente a ausência de bases de dados populacionais para a totalidade dos habitantes das Minas por quase todo o século XVIII, o que representaria um instrumento ímpar para a análise do processo de diferenciação progressiva dessa região das “minas”. Não obstante, algumas pesquisas recentes têm apresentado dados populacionais para a primeira metade do Dezoito com base nas listagens da população cativa realizadas para a cobrança dos quintos reais. Em trabalho recente Tarcísio Botelho apresenta algumas estimativas para a população total das Minas tendo por base essas listagens de escravos de 1721 e 22.¹²⁵ (Tabela 1)

TABELA 1: Minas Gerais - população total estimada (1721-2)

Vila	Pop.	%
Vila Rica (1721)	18.135	20,11
Vila do Carmo (1721)	22.210	24,63
Sabará (1721)	9.953	11,04
São João Del Rei (1721)	19.246	21,35
São José Del Rei (1722)	5.595	6,21
Pitangui (1722)	1.497	1,66
Vila do Príncipe	13.524	15,00
Total	90.160	100,00

Fontes: Tarcísio Rodrigues BOTELHO, “População e escravidão...”, p.14.¹²⁶

¹²⁵ Tarcísio Rodrigues BOTELHO, “População e escravidão nas Minas Gerais, c. 17201”, *Anais eletrônicos do 12º Encontro da Associação Brasileira de Estudos de População – ABEP*, Belo Horizonte, ABEP, 2000.

¹²⁶ Neste artigo de Tarcísio Botelho são apresentadas diversas hipóteses para compor uma estimativa da população mineira na segunda década do Dezoito. A tabela aqui apresentada foi composta a partir de uma média dessas hipóteses de estimativas; mais especificamente, uma média das estimativas com em que a população livre corresponde a 40% da população cativa e considerando-se a participação relativa do termo da Vila do Príncipe em 15% da população total.

Mesmo sendo várias as limitações desse experimento, os dados da forte concentração populacional entre os termos de Vila Rica e da futura cidade de Mariana, por um lado, e do muito baixo número de habitantes em uma área mais à borda da região mineradora, como Pitangui, ajudam a clarear a centralidade da região mineradora. Comparando os dados estimados para a cerca de 1721, agregados em comarcas, com o conhecido quadro de habitantes da capitania para 1776, (Tabela 2) o que se vê, para além do efetivo crescimento da população total a taxas muito significativas, é um certo rearranjo que já se faz marcante na concentração dos habitantes da faixa mineradora central, especialmente representado ritmo menos acentuado de crescimento na comarca de Vila Rica, principal porção da região mineradora, e pelo crescimento da comarca de Sabará, do qual faz parte a vila de Pitangui, que à época cobria grandes extensões de terras nas regiões curraleiras no curso do Rio das Velhas. (Mapa 2)

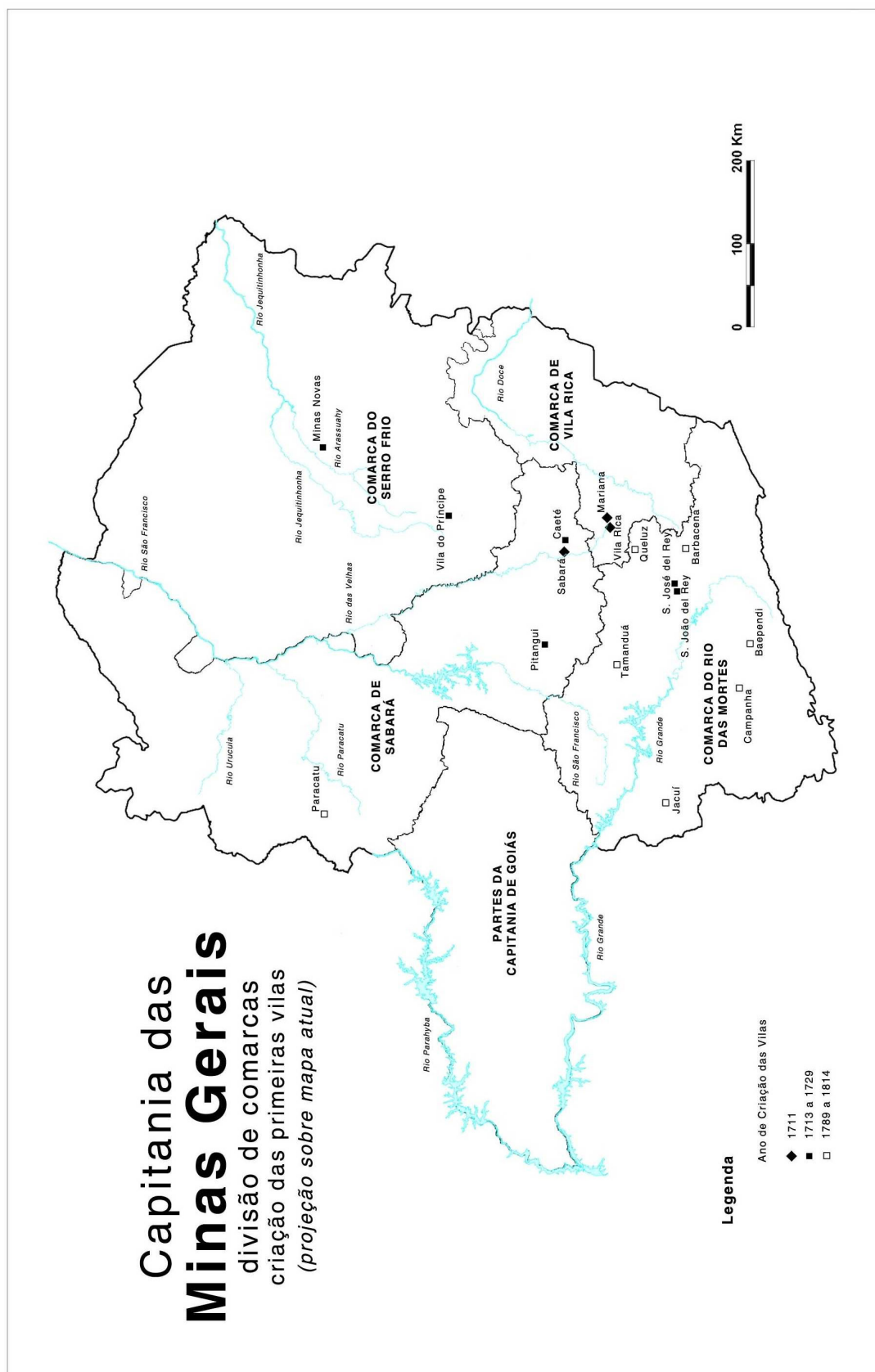
TABELA 2: Minas Gerais - população entre c.1721 e 1776

Comarca	c.1721	%	1776	%	cresc. anual ¹²⁷
Vila Rica	40.345	44,7	78.618	24,6	1,21
Rio das Mortes	24.841	27,6	82.781	25,9	2,19
Sabará	11.450	12,7	99.576	31,1	3,93
Serro Frio	13.524	15,0	58.794	18,4	2,67
Total	90.160	100,0	319.769	100,0	2,30

Fontes: Tarcísio Rodrigues BOTELHO, “População e escravidão...”, p.14 e **RAPM**, Ouro Preto (II, vol. 3), 1897, p. 511.

¹²⁷ Para o cálculo da taxa de crescimento anual médio utilizou-se a seguinte relação: $P_t = P_o \cdot e^{rt}$, na qual “ P_t ” é a população no momento final, “ P_o ”, a população no momento inicial, “ r ”, a taxa de incremento anual e “ t ” o período de tempo em anos.

MAPA 2



O trabalho levado à cabo por Marcelo Godoy em 1990 na composição de um modelo de regionalização da economia provincial a partir da sistematização dos dados desses viajantes é, como se disse um esforço original e importante na tradução espacial da realidade econômica do Dezenove, prestando-se à projeção e análise circunstanciada do conjunto das relações comerciais e de produção da província. O cotejamento desses recortes espaciais com um conjunto ampliado de bases demográficas para a primeira metade do Dezenove aparece alguns anos mais tarde no trabalho de Clotilde Paiva, e tanto fornece bases para alguns ajustes nos contornos originais das regiões, como também ratifica a propriedade e capacidade interpretativa do modelo.¹²⁸ Uma vez que a ambição aqui é buscar apreender algo da dinâmica de diferenciação do espaço mineiro ao longo do Dezoito, uma exposição, mesmo que breve, desse modelo de regionalização para a província se faz necessária, encaminhando daí o desdobramento e o diálogo com recortes próprios à capitania.

Pensar as regiões de Minas na primeira metade do século XIX ajuda a avaliar o conjunto das transformações que se processam a partir dos últimos anos do Dezoito e especialmente se dinamizaram a partir de 1808, tempo em que se faz contundente um eixo

¹²⁸ O modelo original desta regionalização foi proposto por Marcelo Godoy em 1990 [Marcelo Magalhães GODOY, *Vida econômica mineira na perspectiva de viajantes estrangeiros*, Belo Horizonte, FaFICH/UFMG, 1990 (monografia de bacharelado em História)], a partir de uma reconstituição dos itinerários e da espacialização das informações presente nos relatos de viagem de Charles James Fox Bunbury, Alcide D'Orbigny, Georg Wilhelm Freireyss, George Gardner, John Luccock, John Mawe, Johann Emanuel Pohl, Auguste de Saint-Hilaire, além de Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius. Deste trabalho se demarcou um total de dezesseis unidades espaciais, tendo seus limites conformados com base em um mapa da Província de Minas Gerais, de autoria de Charles Hastings, publicado em 1882. Uma versão adaptada desta regionalização, foi apresentada alguns anos mais tarde, em 1996. [Marcelo Magalhães GODOY, *Intrépidos Viajantes e a Construção do Espaço: uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX*, Belo Horizonte, CEDEPLAR/FaCE/UFMG, 1996 (Texto para Discussão n.º 109) e Clotilde Andrade PAIVA, *População e Economia nas Minas Gerais do século XIX*, São Paulo, FFLCH/USP, 1996 (Tese de Doutorado em História)]. Esta regionalização adaptada guiou-se pela superposição das riquíssimas informações demográficas oferecidas pelas listas nominativas 1831-2, em pesquisa coordenada por Clotilde Paiva, à regionalização original, permitindo redefinir/retificar os recortes antes traçados de modo a preservar a maior integridade possível das unidades municipais da década de 1830, assim como caracterizar mais a contendo algumas especificidades regionais antes não destacadas, como no caso de duas grandes áreas com um relativo vazio populacional (Extremo Noroeste e Sertão do Rio Doce). Não se altera, todavia, os marcos principais da regionalização, preservando em boa medida a identidades das regiões originalmente propostas, só que agora recortadas em dezoito unidades. É esta regionalização adaptada que será utilizada aqui para o diálogo com as transformações processadas na segunda metade do Dezoito.

de reorientação a partir de um mercado externo —a praça do Rio de Janeiro— o que é especialmente verdade para produção agropecuária da região sul da capitania/província. Os resultados da pesquisa conduzida por Clotilde Paiva, contribuem neste sentido para ratificar alguns dos argumentos de Robert Slenes acerca da importância do setor exportador à economia provincial mineira, mas não obstante apontam para a importância de se redimensionar a proposição da exportação como o “centro dinâmico” da economia. Seu estudo acentua as evidências da presença de regiões com grande volume de produção para exportação, mas não obstante com baixo nível de desenvolvimento, o que especialmente põe em jogo o papel dos intermediários comerciais e sua ação nos entrepostos, que não raro resultava em uma relação desfavorável para os produtores.¹²⁹ De forma geral, um ponto especialmente importante do trabalho desta autora é oferecer bases a uma espacialização ampla dos fenômenos econômicos nas diversas partes do mapa das Minas, permitindo que se recupere as ligações entre o setor exportador e os demais setores da economia da província.¹³⁰ No que diz respeito à questão propriamente espacial, a compreensão da dinâmica exportadora de Minas no Dezenove, articulada tanto pelo mercado externo quanto por rotas inter-regionais, tem implicações diretas na medida em que toda uma estrutura de hierarquias e centralidades se processa em função dos eixos de influência externos, seja na importância redimensionada dos entrepostos comerciais das áreas produtivas, ou nos fluxos comerciais que dinamizam e complexificam os sentidos das rotas comerciais, como bem se verifica a abertura de novos caminhos ligando o sul de Minas à praça do Rio, como nas estradas do comércio e da polícia.¹³¹

Nesse modelo de regionalização para o Dezenove, o território de Minas encontra-se recortado em dezoito unidades: Extremo Noroeste, Vale do Alto-Médio São Francisco, Minas Novas, Paracatu, Sertão, Sertão do Alto São Francisco, Médio Baixo Rio das Velhas, Sertão do Rio Doce, Triângulo, Araxá, Intermediária de Pitangui-Tamanduá, Diamantina, Mineradora Central Oeste, Mineradora Central Leste, Mata, Sudeste, Sul Central e Sudoeste. (Mapa 3) Estas regiões podem ser segmentadas a partir do nível de desenvolvimento ponderado de cada uma delas no conjunto da Província. Disto resulta, em primeiro lugar, o conjunto das áreas com **nível alto de desenvolvimento** —Sudeste, Mineradora Central Oeste, Diamantina, e Intermediária de Pitangui-Tamanduá—

¹²⁹ Clotilde Andrade PAIVA, *População...*, pp.126-7.

¹³⁰ *Ibidem*, pp.108-9.

¹³¹ Alcir LENHARO, *As tropas da moderação (O Abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808-1842)*, 2. ed., Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Educação, 1993, pp.49-50.

correspondendo basicamente às principais áreas em que se desenvolveu a atividade mineratória no século XVIII e onde se plantaram as Vilas do Ouro. Estava concentrada aí a maior parcela do setor produtivo mineiro com fins mercantis, sendo também a região mais densamente povoada da Província, onde estavam o maior número de vilas e demais aglomerados urbanos. Segundo os dados populacionais estimados para o período de 1830/1835 por Clotilde Paiva, os habitantes destas regiões somavam 350.514, de um total de 718.191 almas no conjunto da Província, ou seja 48,81% da população total.¹³²

A região Sudeste naquela primeira metade do Dezenove era dona de vigorosa atividade comercial, especialmente voltadas para o abastecimento da praça do Rio de Janeiro, sendo os gêneros agropecuários os principais de sua economia, com destaque para o comércio de toucinho, bovinos, tabaco, suínos e queijos. A especialização do setor exportador de gêneros de abastecimento colocava a região como um entreposto importante, sendo a vila de São João del Rey um centro articulador de grande importância, que provavelmente negociava com a praça do Rio de Janeiro mesmo víveres importados de outras regiões como da Intermediária de Pitangui-Tamanduá como da de Minas Novas. São João del Rey destacava-se por sua estrutura urbana, com uma infra-estrutura de serviços bem consolidada e na qual se contavam mais de mil casas. As atividades de tecelagem mereceram destaque nos relatos de alguns dos viajantes que por lá passaram, assim como o grande número de artesãos que lá habitavam e do número de vendas bastante bem supridas de produtos importados.¹³³

¹³² Clotilde Andrade PAIVA, *População...*, s.p. - Mapa 14: "Distribuição Regional da População Estimada (1830/35) e a representatividade da População das Listas Nominativas (1931/32)"

¹³³ *Ibidem*, pp.114-5. Acerca de São João del Rey, ver: Afonso de Alencastro GRAÇA FILHO, *A Princesa do Oeste: elite mercantil e economia de subsistência em São João del Rei (1831-1888)*, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, 1998 (Tese de Doutorado em História).

Na região Mineradora Central Oeste estavam localizados os principais núcleos urbanos do período, inclusive Vila Rica, que à época já seria a Imperial Cidade de Ouro Preto. Tratava-se de uma região com importante papel de entreposto na Província. Apresentava uma pauta de exportação diversificada, enviando ao Rio de Janeiro, ouro, pedras preciosas, tecidos e doces, além de funcionar como centro distribuição inter-regional dos importados vindos de lá, assim como de produtos manufaturados na região, como tecidos e artefatos de ferro. Outra faceta destas ligações inter-regionais eram as importações de outras regiões da Província matérias-primas para serem transformadas ou revendidas internamente. Vale destacar ainda o grande número e a variedade dos artesãos que residiam na região.¹³⁴

A região Diamantina basicamente tinha suas atividades centradas na extração mineral, e eram poucos os núcleos urbanos, sendo os principais Diamantina e Serro, este último funcionando como entreposto local. O comércio intra-regional voltado para o abastecimento das áreas mineradoras era expressivo devido a especialização do trabalho e a pobreza do solo dessas áreas. As terras férteis situavam-se especialmente na porção leste da região, estando voltadas para a agricultura de mantimentos e atendendo ao comércio intra-regional, não obstante o abastecimento era suplementado com a importação de gêneros de outras regiões da Província, inclusive de artefatos de ferro utilizados na mineração que vinham em boa parte da região Mineradora Central Oeste.¹³⁵

A região intermediária de Pitangui-Tamanduá era essencialmente voltada para a produção agropecuária, sendo auto-suficiente em gêneros de abastecimento e dotada de um importante comércio intra-regional que tinha em Formiga um importante entreposto e que, por sua vez, articulava negócios com a região Sudeste, assim como com o Rio de Janeiro. Produziam-se toucinho, bovinos, algodão, cavalos e ouro, mas os dois principais produtos, importantes em nível provincial, eram o tabaco e a criação de porcos.¹³⁶

O conjunto das áreas avaliadas como de **nível médio de desenvolvimento** era formado pelas regiões Araxá, Sul Central, Vale do Alto-Médio São Francisco, Médio Baixo Rio das Velhas, Mineradora Central Leste, Mata e Sudoeste. Somadas. Estas áreas juntas

¹³⁴ Clotilde Andrade PAIVA, *População...*, p.115.

¹³⁵ *Ibidem*, p.116. Acerca do tema do abastecimento em um estudo focado no distrito diamantino, ver: José Newton Coelho MENESES, *O Continente Rústico. Abastecimento alimentar em Minas Gerais setecentista*, Diamantina, Maria Fumaça Editora, 2000.

¹³⁶ Clotilde Andrade PAIVA, *População...*, pp.116-17.

perfaziam uma população de 263.914, o que corresponde a 36,75% do total de habitantes estimados para o período de 1830/35.¹³⁷

Espaços muito diferentes compunham este grupo, estando aí tanto áreas como a do Vale do Alto-Médio São Francisco, ligada incisivamente ao comércio com a Bahia, exportando gado vacum e algodão e funcionando como importante entreposto às largas áreas do sertão norte da província, através de cidades como Januária e São Romão; assim como áreas integradas ao complexo de exportação de gêneros de abastecimento à praça do Rio de Janeiro como era o caso da região de Araxá que exportava bovinos e toucinho, a região Sudoeste, onde se destacam Jacuí e Cabo Verde, ou a região Sul Central, que concentrava a maior parte de suas atividades em torno de Campanha. A região do Médio Baixo Rio das Velhas era ainda dominada em boa parte pela atividade mineradora, a Mineradora Central Leste apresenta registros de uma vigorosa atividade de cultura de algodão em sua porção norte, e finalmente a região da Mata, que oferece riqueza de dados somente para a faixa de terra que acompanha a estrada com destino ao Rio de Janeiro, ao longo da qual se concentravam grande número de vendas e ranchos dedicados à produção de víveres.¹³⁸

Finalmente, o conjunto das áreas de **nível baixo de desenvolvimento**, era formado por Minas Novas, Paracatu, Sertão, Sertão do Alto São Francisco, Triângulo, Extremo Noroeste e Sertão do Rio Doce. A população total destas áreas era de 103.763 almas, ou seja 14,45% do total da província.¹³⁹ Particularmente em algumas dessas áreas é que se pode verificar uma subordinação das atividades exportadoras ao interesse de negociantes de outras regiões que exerciam a função de intermediários, limitando fortemente o desenvolvimento local assim como a capacidade de importação; esse era exatamente o caso de Paracatu, que dependia dos negociantes de São João del Rey, sendo pouquíssimos os negócios locais diretamente com o Rio de Janeiro.¹⁴⁰

Minas Novas destacava-se na produção de algodão, tecidos grossos e pedras preciosas, e a especialização nas áreas que se ocupavam destes gêneros movimentava um comércio intra-regional de abastecimento; era, não obstante uma região que se enredava na

¹³⁷ *Ibidem*, s.p. - Mapa 14: “Distribuição Regional da População Estimada (1830/35) e a representatividade da População das Listas Nominativas (1931/32)”

¹³⁸ *Ibidem*, pp.122-4.

¹³⁹ *Ibidem*, s.p. - Mapa 14: “Distribuição Regional da População Estimada (1830/35) e a representatividade da População das Listas Nominativas (1931/32)”

¹⁴⁰ *Ibidem*, p.119.

mesma lógica de dependência de negociantes de outras regiões que intermediavam a exportação de seus produtos. Na região do Sertão três mercadorias tinham importância em nível provincial: cavalos, bovinos e salitre. As principais atividades do Sertão do Alto São Francisco eram o gado vacum e a produção de algodão, mas, não obstante, sem destaque no quadro provincial. A região do Triângulo, ao que parece, desenvolvia-se como uma extensão da economia de Araxá, produzindo víveres para o consumo local e negociando parte destes gêneros com Paracatu. Finalmente as regiões do Extremo Noroeste e do Sertão do Rio Doce, apresentavam-se à época como grandes vazios, com baixíssima densidade demográfica e enormes extensões de áreas virgens; sendo, entretanto, conhecida e referida a existência de índios botocudos no Sertão do Rio Doce.¹⁴¹ Alguns resultados agregados por regiões destas estimativas populacionais para 1830-1/35, procedidas por Clotilde Paiva, lastreadas em exaustivo levantamento da totalidade das listas nominativas de 1831-2, podem ser acompanhados na tabela abaixo:

TABELA 3: Província - distribuição regional da população estimada para 1830/35

	Região	Pop. estimada 1831/35	%
alto	Mineradora Central Oeste	169.074	25,0
	Intermediária de Pitangui-Tamanduá	83.949	12,4
	Diamantina	28.393	4,2
	Sudeste	27.716	4,1
médio	Mineradora Central Leste	33.619	5,0
	Médio Baixo Rio das Velhas	35.711	5,3
	Sul Central	88.278	13,0
	Sudoeste	27.716	4,1
	Mata	42.364	6,3
	Araxá	22.006	3,3
	Vale do Alto-Médio São Francisco	14.220	2,1
	Triângulo	10.287	1,5
	Paracatu	10.152	1,5
baixo	Sertão	8.726	1,3
	Minas Novas	56.242	8,3
	Sertão do Alto São Francisco	18.089	2,7
	Sertão do Rio Doce	267	0,0
	Extremo Noroeste	-	-
	Total	676.809	100,0

Fonte: Clotilde Andrade PAIVA, *População e Economia nas Minas Gerais do século XIX*, São Paulo, FFLCH/USP, 1996 (Tese de Doutorado em História Social) ["Apêndice Estatístico"]

¹⁴¹ *Ibidem*, pp.117-20.

A questão determinante a uma diferenciação econômica dos espaços das Minas setecentistas ainda está, todavia, por ser destacada a contento aqui; trata-se exatamente do processo original de configuração desses mercados segmentados na capitania, que no dezenove terminariam por demarcar uma realidade econômica efetivamente regionalizada. Neste sentido, é bom que se insista que uma primeira particularidade dos mercados locais, “regionais” em sentido amplo, de Minas no século XVIII é, em si, a própria possibilidade de desenvolvimento de uma economia regionalizada nos quadros do sistema colonial, entendida esta como o resultado de bases produtivas diferenciadas plantadas em meios geográficos com características naturais próprias, desencadeando dinâmicas diversificadas e apresentando relações econômicas que de alguma forma as articulem. A despeito da direta inserção do ouro enquanto um produto de exportação dentro da pauta e da lógica do sistema colonial, as particularidades desta economia mineradora fazem processar uma conjuntura de segmentações e atividades complementares que é em muito distante do ambiente circunscrito por outros produtos de exportação colonial. São exatamente estas complementaridades que dão a tônica de uma experiência distinta no seio do sistema colonial —cedo encarada assim pela Coroa com a instalação de um ampliado aparelho burocrático e de controle—, que por suas características intrínsecas fazem processar novos ritmos no comércio, articular circuitos de abastecimento e animar uma base de produção agropecuária.

Minas termina por ser responsável, como se disse, pelo primeiro movimento de articulação macro-regional no território da Colônia em função da força de sua economia mineradora, sendo o seu processo de diferenciação interna em grande parte decorrência direta desta realidade. Neste sentido, o processo de regionalização da capitania guarda intimidade com as diferenças econômico-produtivas de áreas complementares da atividade mineradora e da força dos mercados macro-regionais a que lhe caberia o papel de articular. Daí a importância da reflexão acerca dos caminhos para a compreensão da formação dos “espaços” das Minas deste tempo. O destino final dos caminhos viessem do norte ou das áreas ao sul era o mesmo, a região das “minas”, o perímetro dos núcleos mineradores originais. E é entre as rotas do sertão ao norte, o Caminho Novo até o Rio de Janeiro o velho vazando os núcleos do sul até São Paulo, que se orientam as coordenadas originais desta região das “minas”. A partir de 1744, data da descoberta oficial das jazidas, marcaria-se a meio caminho da picada para Goiás, as minas de Paracatu; e já a vários anos, a nordeste, no vale do rio Jequitinhonha, o bom sucesso das lavras de Minas Novas, fazendo

funcionar, em alguma medida, nessas paragens os movimentos de centralização, atração populacional, e promoção de eixos de comércio e abastecimento próprios dos núcleos mineradores.

Especialmente à primeira metade do século, a realidade dos caminhos é determinante do desenvolvimento e integração de algumas áreas no mapa das Minas; mais à frente estas dinâmicas se confundiriam com a consolidação das atividades agropecuárias em regiões diversas, em um desenho que prenuncia, e prepara, a realidade setorializada que se pode ler no Dezenove, tal qual se vê na regionalização proposta por Marcelo Godoy e Clotilde Paiva. À altura dos anos vinte do Setecentos, eram três os registros de entrada de mercadorias na capitania: o de Rio Grande, no caminho de São Paulo, o das Abóboras, no que seguia para a Bahia e o do Caminho Novo, ao meio da viagem do Rio de Janeiro. A este momento de forte expansão das Minas, as relações com a praça do Rio de Janeiro, como já se mencionou anteriormente aqui, eram ainda bastante acanhadas, sendo que era de São Paulo que partia a maior parte das fazendas de secos e molhados, e da Bahia o maior número dos escravos usados nas minas, como se verifica na Tabela 4.¹⁴² Esta conjuntura foi então progressivamente pendendo para o Rio de Janeiro, e em meados do século o quadro do volume de entrada pelos registros seria bastante diverso, alçando a praça do Rio a uma posição de destaque. Ao que interessa aqui, entretanto, importa dizer que à segunda metade do Dezoito não só o arranjo das ligações com os mercados externos à capitania estaria alterado, em detrimento do eixo norte em direção a Salvador, assim como já estaria bem fincadas as rotas de circulação de mercadorias produzidas e consumidas na própria capitania, sendo, por exemplo, os registros de entrada de mercadorias importadas como o sal para o gado, ou de muares para compor tropas, bons indícios do desenvolvimento dessas atividades em algumas regiões. A especificidade maior das atividades produtivas da economia mineira para além do ouro no Setecentos é a ausência de gêneros alimentícios com vistas a exportação. A produção se pautava pelos gêneros de subsistência, e somente a dinâmica de núcleos essencialmente urbanos dedicados à indústria mineratória foi capaz de desenvolver este desenho econômico. A esta segunda metade do século XVIII então, já seria possível rastrear um processo mais complexo de diferenciação econômica dos espaços da capitania, conformando um punhado

¹⁴² Angelo Alves CARRARA, *Agricultura...*, pp.108-110.

de cortes capazes de orientar um exercício de regionalização, para os quais sem dúvida os registros são boa porta de entrada às especificidades que se conformam.

TABELA 4: Movimento de cargas e escravos em 1717

	Registro			Total
	Rio Grande	Abóboras	Caminho Novo	
Secos	1.007 (73%)	210 (15%)	158 (11%)	1.375 (100%)
Molhados	8.664 (85%)	1.350 (13%)	223 (2%)	10.237 (100%)
Escravos	177 (17%)	778 (74%)	92 (9%)	1.047 (100%)

Fonte: Angelo Alves CARRARA, *Agricultura...*, p.109.

Para a segunda metade do Dezoito, os registros que escrituravam o movimento de importação de mercadorias, seriam basicamente os do Caminho Novo, Mantiqueira, Jacuí, Ouro Fino, Itajubá e Jaguari, ao sul, e ao norte os de Rio Pardo, Malhada, Jequitinhonha e Aracuaí. Além destes pode-se demarcar outros tantos mais que cuidavam especialmente da circulação interna de mercadorias da capitania, aí estariam os registros de Zabelê, Sete Lagoas, Ribeirão da Areia, Pitangui, Onça, etc. A posição central da praça do Rio nos negócios das Minas se anota especialmente da posição que manteve durante toda a segunda metade do século o registro do Caminho Novo, pela altura de Mathias Barbosa, sendo responsável por cerca de sessenta por cento do total do contrato das entradas no século. Não obstante a posição deste registro no conjunto das importação mineiras ao longo do Dezoito, pode-se verificar uma progressiva diminuição de sua movimentação com o aproximar do final do século, o põe em cena a crescente importância no mesmo período do registro da Mantiqueira com volumes crescentes, mas não obstante em valores ainda bastante abaixo dos do Caminho Novo. Esse registro importava especialmente eqüinos e sal, o que estaria diretamente relacionado ao desenvolvimento da agropecuária na região sul, e respondendo a um movimento crescente de exportação de fumos, reses e porcos para o Rio de Janeiro já no último quartel do século. Da mesma forma deve-se anotar o crescimento nos volumes de entrada do registro da Malhada, na divisa da capitania ao norte, que seria responsável quase que exclusivamente pela entrada de enormes quantidades de sal, provenientes das salinas do São Francisco, e que se destinariam especialmente a dois entrepostos redistribuidores, na Barra do Rio das Velhas e em São Romão.¹⁴³

¹⁴³ *Ibidem*, pp.111-4.

TABELA 5: Rendimento médio do contrato das entradas (em mil réis - 1\$000)

Registro	1769-72	1790-93	1794-97	1804-07
Caminho Novo	127.481	91.840	84.245	-
Mantiqueira / Capivari	15.236	23.530	20.891	15.017
Jaguari / Mandu	3.386	-	-	-
Itajubá	202	1.279	1.699	1.610
Ouro Fino	339	403	-	844
Jacuí	257	285	117	551
Todos os registros da capitania	136.027	131.569	114.764	115.981

Fonte: Angelo Alves CARRARA, *Agricultura...*, pp.255-8.

No que diz respeito à fronteira do sul de Minas com o norte de São Paulo, para a segunda metade do século, por onde se estendiam os registros de Itajubá, Jacuí, Mandu (depois transferido para Jaguari) e Ouro Fino, a regra foi o de um comércio acanhado, especialmente de molhados, onde só em pequeno número eram registradas fazendas secas ou a entrada de escravos. Todavia, reforçando o argumento geral do desenvolvimento da região sul aos últimos anos do Dezoito e na virada para o Dezenove, pode-se anotar o aumento dos rendimentos de alguns destes registros, como a partir de 1774 para o de Itajubá, ou no movimento crescente de entrada de muares e cavalos novos pelo registro de Jacuí a partir do ano de 1772. A Tabela 5 oferece algumas agregações dos dados de entrada de mercadorias por esses registros do eixo sul da capitania, assim como do rendimento total das entradas. Mesmo sendo essencial a ressalva dos problemas resultantes das séries incompletas, o se reflete nas médias apresentadas, a visão geral desses movimento ilustra o argumento geral aqui apresentado.¹⁴⁴ Infelizmente, os dados das exportações a partir desses registros são exíguos para o começo do Dezenove e mais ainda para o Dezoito, não obstante, a dinâmica das entradas ajuda a tecer algumas considerações indiretas sobre o desenvolvimento econômico das regiões. Desta forma, é importante destacar a progressiva retração no movimento do registro do Caminho Novo (Tabela 6), e especialmente o movimento bastante significativo na importação de sal e eqüinos pelo registro da Mantiqueira no sul de Minas (Tabela 7), que relaciona-se diretamente ao também crescente movimento de exportação de fumos, reses e porcos pela região para o Rio de Janeiro, para o qual tem-se os dados para o período entre 1802 e 1811 (Tabela 8).¹⁴⁵

¹⁴⁴ *Ibidem*, pp.114-7.

¹⁴⁵ *Ibidem*, p.112.

TABELA 6: Movimento das entradas pelo registro do Caminho Novo (1763-1769)

	1763	1764	1785	1786	1789	1790
fazenda seca (cargas)	-	-	15.887	13.673	6.366	17.025
molhados (cargas)	-	-	47.484	43.618	26.561	62.189
escravos	3.721	3.619	2.253	2.038	904	1.842
	1791	1792	1793	1794	1795	1796
fazenda seca (cargas)	20.402	17.653	16.235	16.981	13.342	11.415
molhados (cargas)	61.657	57.186	64.958	58.931	57.597	46.382
escravos	2.005	1.897	1.720	2.243	2.046	856

Fonte: Angelo Alves CARRARA, *Agricultura...*, p.113.

TABELA 7: Movimento das entradas pelo registro da Mantiqueira (1788-1818)

	1788	1789	1790	1791	1792	1793
escravos	119	186	85	90	142	274
sal (cargas)	22.000	17.097	13.283	11.745	-	-
mulas	2.087	950	1.331	2.632	1.045	2.618
cavalos	373	414	99	6	32	63
	1794	1795	1796	1797	1798	1799
escravos	139	220	199	145	68	58
sal (cargas)	-	-	-	-	-	-
mulas	860	3.387	671	1.718	1.157	1.974
cavalos		15	15	97	34	93
	1800	1804	1805	1806	1807	1818
escravos	91	122	113	157	106	235
sal (cargas)	-	13.480	14.832	13.019	12.716	16.067
mulas	383	137	1.551	717	554	767
cavalos	9	63	95	24	40	-

Fonte: Angelo Alves CARRARA, *Agricultura...*, p.113.

TABELA 8: Movimento da exportação pelo registro da Mantiqueira (1802-1811)

	1802	1803	1804	1805	1806
reses	1.050	717	1.547	2.056	1.142
toucinho (porcos)	716	635	486	594	794
fumo (arrobas)	10.626	12.910,5	12.537,5	11.496,5	9.356,5
	1807	1808	1809	1810	1811
reses	1.504	401	2.195	1.114	2.015
toucinho (porcos)	1.164	756	608	528	1.632
fumo (arrobas)	13.813	10.389	13.261	12.488	13.296

Fonte: Angelo Alves CARRARA, *Agricultura...*, p.114.

O movimento dos registros localizados no entorno dos núcleos mineradores principais da capitania —tanto a zona mineradora central, como a demarcação diamantina e as vilas de Paracatu e Pitangui— oferecem referências importantes acerca dos circuitos internos de abastecimento. Este movimento interno da economia, que fazia passar por

estes registros, especialmente as “fazendas sertanejas” —sal das salinas sanfranciscanas, sabão, sebo, carne-seca, sola, cera e couros de boi, de veado e de lontra, além de ‘peixes salpresos’—,¹⁴⁶ mas também as rezes das zonas curraleiras e uma série de produtos para o consumo imediato que muitas vezes eram incluídos indistintamente na rubrica de molhados.¹⁴⁷

O atendimento da demanda era feito por grandes unidades produtivas, o que constitui, como insiste Angelo Alves Carrara, uma característica estrutural da economia colonial mineira, cabendo a poucos titulares a quase totalidade da produção mercantil de gêneros agropecuários.¹⁴⁸ Pode-se inferir que esta especificidade, que foi regra no Dezoito, teria conferido o dinamismo necessário à atividade para processar rearticulações eficientes em função do surgimento ou incremento da demanda de áreas em desenvolvimento dentro ou fora da capitania. Neste sentido também, aponta-se mais um eixo em que é correto relativizar a perspectiva de que a economia agropecuária que se desenvolve em função do abastecimento da praça do Rio de Janeiro a partir de 1808, englobava propriedades de porte diverso em um mecanismo de “produção mercantil de subsistência”, como insiste Robert Slenes. Não é o caso de se tomar a economia agropecuária no Dezenove como resultado de fórmula única, as evidências demográficas, inclusive no que diz respeito à estrutura de posses de escravos, apontam mesmo para a diversidade desses cenários econômicos na trajetória da capitania/província; mas sem dúvida, a estrutura de concentração da produção voltada para o abastecimento ao longo da segunda metade do Dezoito em Minas, oferece um importante indício para analisar a formação do setor exportador mineiro do Dezenove.

¹⁴⁶ *Ibidem*, p.78.

¹⁴⁷ Acerca desses movimentos de circulação interna de mercadorias e das direções e ritmos desses fluxos, Renato Pinto Venancio tece algumas considerações interessante em artigo recente, produzindo mesmo um mapa das principais rotas comerciais de Pitangui no Dezoito. Veja: Renato Pinto VENANCIO, “Comércio e fronteira em Minas Gerais colonial” in: Júnia Ferreira FURTADO (org.), *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2001. Outra referência importante para a análise dos fluxos de mercadorias no entorno de alguns dos núcleos mineradores é, Cláudia Maria CHAVES, *Perfeitos negociantes: mercadores das Minas Setecentistas*, São Paulo, AnnaBlume, 1998.

¹⁴⁸ Angelo Alves CARRARA, *Agricultura...*, pp.132.

Pensar uma regionalização é necessariamente arbitrar sobre o que se deseja entender, ou seja, é dar mais destaque a algumas características em detrimento de outras, combinando recortes espaciais de aspectos econômicos, populacionais, e também do relevo, clima, hidrografia, etc. Particularmente o que se vai tentando ver aqui é um processo de diferenciação do espaço do século XVIII para o XIX, que tem como eixos principais a articulação do rural como região autônoma e a fragmentação, segundo novas e distintas identidades econômicas, do bloco minerador central. Achar sentido próprios para se falar em região é, não obstante, tarefa custosa, e é exatamente por isto, que afirmar certas filiações e acentos do esforço empreendido é quase que inescapável. Nesta perspectiva, é bastante apropriado, antes de marcar por fim o esboço do conjunto de regiões processadas na diferenciação do espaço mineiro da segunda metade do Dezoito, o recurso à reflexão de Ilmar Mattos acerca das possibilidades de se definir uma região no espaço colonial. Certo que o objetivo deste autor nessa passagem era mais próximo da compreensão do que neste texto é tratado por articulação macro-regional, correspondendo à conformação no final do período colonial das relações espaciais e históricas que tramam os contornos essenciais do que no futuro seria a região sudeste do Brasil. No entanto, mesmo que aqui o interesse de se marcar um esboço de regionalização seja mais estritamente governado pelo conjunto das relações econômicas, a compreensão da confluência entre o “espaço socialmente construído” e o “tempo histórico” na argumentação de Ilmar Mattos oferece um desenho preciso de intenções que permeiam muito dos interesses principais do presente trabalho, o que motiva a transcrição de todo o trecho:

“Se todas essas informações põem em destaque a diversidade, e não a unidade, elas nos impõem também uma questão: o que constitui uma região no espaço colonial?

Anotemos de imediato que a região não deve ser reduzida a determinados limites administrativos, como o das capitanias. Ela não deve ter também como referência apenas a distribuição de seus habitantes em um determinado território, definido como uma área ecológica, pois não é o fato de um grupo de pessoas habitar um mesmo território que determina o estabelecimento de uma rede de relações sociais e o desenvolvimento de uma consciência comum de pertencer a um mesmo mundo, embora seja certo que uma região não prescinde de uma base territorial.

Ora, a pergunta feita acima constitui-se no primeiro indicador para a sua resolução quando localiza a região numa colonização de exploração, nos quadros do Antigo Sistema Colonial, isto é, quanto impõe o cruzamento das dimensões espacial e temporal e procura apreender a região como algo dinâmico. *E isto porque, se a região possui uma localização espacial, este espaço já não*

se distingue tanto por suas características naturais, e sim por se um espaço socialmente construído, da mesma forma que, se ela possui uma localização temporal, este tempo não se distingue por sua localização meramente cronológica, e sim como um determinado tempo histórico, o tempo da relação colonial. Deste modo, a delimitação espaço-temporal de um região existe enquanto materialização de limites dados a partir das relações que se estabelecem entre os agentes, isto é, a partir de relações sociais.”¹⁴⁹

Para apresentar, então, este esboço de regionalização para o Dezoito, o primeiro elemento a ser novamente lembrado é a fluidez dos limites do território da capitania. As fronteiras como já se insistiu anteriormente seriam ainda por muito um objeto em construção e neste sentido, mais importante aqui é a visualização de espaços que apresentam identidades econômicas e uma certa unidade de atributos geográficos, aos quais, em última instância, as atividades produtivas estão associadas. Daí também a importância das “categorias de percepção” do espaço setecentista apresentadas no Mapa 1, como elementos centrais para a construção de cortes de regiões válidas para o Dezoito. Associando essas categorias de percepção do espaço que se pronunciavam ainda na primeira metade do Dezoito, ao modelo de regionalização para o século Dezenove proposto por Marcelo Godoy e Clotilde Paiva (Mapa 3), é sustentar um diálogo entre essas segmentações do território, que seja capaz de captar o elemento dinâmico da diferenciação do espaço mineiro. Partindo então de certas agregações desse modelo Marcelo Godoy e Clotilde Paiva, pressupondo as questões específicas das tramas do comércio setecentista, apoiadas aqui especialmente nas pesquisas de Angelo Carrara, ajustando os cortes em atenção a especificidades do relevo, da hidrografia e mesmo de conjunturas da estrutura administrativa no Dezoito, é possível apresentar o esboço de dez regiões neste mapa da capitania de Minas. (Mapa 4)

¹⁴⁹ Ilmar Rohloff MATTOS, *O Tempo Saquarema: A Formação do Estado Imperial*. 4.ed., Rio de Janeiro, ACCESS, 1999, pp.23-4. [No original sem o destaque]

Na parte sul, divisa-se a região da **Mata**, que corresponderia exatamente às porções de vegetação mais densa da Serra da Mantiqueira a partir da fronteira com o Rio de Janeiro, e os **Campos Sul**, que marcam a saída dos “matos” para o “campo” a leste, as conflituosas fronteiras com o norte de São Paulo abaixo dos rios Verde e Sapucaí ao sul, e a oeste, no curso do Rio Grande até áreas ainda pouco povoadas na segunda metade do Dezoito. Esta primeira região basicamente coincide com a região da Mata da regionalização de Godoy e Paiva, e a segunda é a soma das regiões Sudeste, Sul Central e Sudoeste.

Mais ao centro, divisa-se a região **Mineradora Central**, que representa o núcleo central da faixa das “Minas” dentro das categorias de percepção do espaço setecentista. Responde exatamente pela porção mais marcada pela mineração do ouro e diretamente matizada pela influência de Vila Rica e Mariana, e mais acima da vila de Sabará. Apresenta as terminações da Serra do Espinhaço, o que lhe marca um relevo bastante acidentado. Corresponde em grande parte à agregação das regiões Mineradora Central Oeste e Leste, todavia preservando o espaço de articulação direta de Sabará no alto Rio das Velhas.

A oeste está a região do **Rio das Velhas e Alto São Francisco**. Esta área encontra-se delimitada pela barreira natural da Serra da Canastra a oeste e abriga as nascentes do Rio São Francisco que lhe corta em seu curso rumo ao norte. Sua área central é dominada pela influência da Vila Nova do Infante de Pitangui. Ao sul faz borda com o Rio Grande nas terras em que seria fundada em 1789 a vila de São Bento do Tamanduá e ao norte se limita pela importante área de entreposto e ligação com os sertões no encontro do São Francisco com o Rio das Velhas. Respeita alguns dos limites principais das regiões Intermediária de Pitangui Tamanduá, Sertão do Alto São Francisco e Médio Baixo Rio das Velhas. Também para oeste, para além da Serra da Canastra, estão as terras do **Sertão de Goiás**, que só tiveram sua ocupação iniciada na segunda metade do Dezoito, permanecendo daí até o começo do Dezenove como território da pertencente à capitania de Goiás.¹⁵⁰

¹⁵⁰ As notícias iniciais da ocupação desta parte do território são espaciais e um tanto conflituosas. De forma geral, a ocupação parece se relacionar aos primeiros descobertos auríferos das “minas do desemboque” no começo da década de sessenta do século XVIII, não obstante certos indícios apontarem para entradas mais antigas por essas áreas. O território passa, em meio a algumas disputas, a pertencer à capitania de Goiás e só em 1816 é assegurada a incorporação ao território mineiro dos julgados de Desemboque e São Domingos do Araxá. [Diogo de VASCONCELLOS, *História média...*, pp.182-8 / Waldemar de Almeida BARBOSA, *Dicionário Histórico-geográfico de Minas Gerais*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1995, pp.31-4 e 112-4.]

A leste estão as terras extensas do **Sertão do Rio Doce**, em identidade com a região de mesmo nome na regionalização de Godoy e Paiva, e correspondendo às terras de fronteira, perfazendo um vazio demográfico até mesmo na primeira metade do Dezenove, ocupado por diversas tribos de índios bravios.

A região **Diamantina** reúne as áreas de influência direta do distrito diamantino e da Vila do Príncipe, com recorte um tanto diverso da região de mesmo nome na regionalização de Godoy e Paiva.

Ao norte estão os extensos prados das regiões do **Sertão do São Francisco**, **Sertão do Urucuia** e **Paracatu**. A primeira corresponde às grandes extensões de terras desde a margem direita do Rio São Francisco até o leito do Rio Jequitinhonha. Encontra-se ferida em seu interior pelo maciço da Serra do Espinhaço, e em sua porção mais a leste é território de influência direta da vila de Bom Sucesso de Minas Novas do Fanado, fundada ainda em 1729, e mais a leste dos principais entreposto e paragens do curso do São Francisco. É bom que se insista também na fluidez dos limites desse território amplo dos sertões no que diz respeito às suas fronteiras com a Bahia.¹⁵¹ Relativamente à regionalização para o século Dezenove, corresponderia às regiões de Minas Novas e do Sertão.

A região do **Sertão do Urucuia** e também um ponto de baixíssima densidade demográfica, marcando indefinições de limites com os confins da capitania de Pernambuco. Finalmente, a região de **Paracatu**, representa os limites da expansão da colonização no território mineiro e um ponto de junção de caminhos na direção de Goiás. A norte corta com o vale do Rio Urucuia e a nordeste faz ponta com as terras da freguesia de São Romão, à margem esquerda do São Francisco.

¹⁵¹ Em 1729 uma carta régia determinava que os novos descobertos de Araçuaí e Fanado ficassem pertencendo à capitania da Bahia. A vila de Bom Sucesso de Minas Novas do Fanado, criada no mesmo ano, estaria administrativa e militarmente subordinada ao governo da Bahia, mas judicialmente pertencendo à comarca do Serro Frio. Em 1757, o Conselho Ultramarino determina a incorporação desta área ao território da capitania de Minas, mas ainda assim algumas dúvidas na interpretação desta resolução só fizeram com que a questão se resolvesse por completa com uma carta régia de 1760 que determinava taxativamente a subordinação de Minas Novas —militar, administrativa e judicialmente— à comarca do Serro Frio. [RAPM, Ouro Preto (I), 1896, p.769 e (III), p.777 / Waldemar de Almeida BARBOSA, *Dicionário...*, pp. 204-5]

No alto do morro chega a procissão.
Um leproso de opa empunha o estandarte.
As coxas da rameiras brincam no vento
Os homens cantam, cantam sem parar.

Jesus no lenho expira magoado.
Faz tanto calor, há tanta algazarra.
Nos olhos do santo há sangue que escorre.
Ninguém não percebe, o dia é de festa.

No adro da igreja há pinga, café,
imagens, fenômenos, baralhos, cigarros
e um sol imenso que lambuza de ouro
o pó das feridas e o pó das muletas.

Carlos Drummond de Andrade
("Romaria" in: *Alguma Poesia*)

Paisagem, país
feito de pensamento da paisagem,
na criativa distância espacitempo,
à margem de gravuras, documentos,
quando as coisas existem com violência
mais do que existimos: nos povoam
e nos olham, nos fixam. Contemplados,
submissos, delas somos pasto,
somos a paisagem da paisagem.

Carlos Drummond de Andrade
("Paisagem: como se faz" in: *As Impurezas do Branco*)

Capítulo 3

*A Urbanidade das Minas:
urdindo cultura e espaço*

3.1. Paisagens e a apreensão simbólica do espaço

O que se dá e o que se esconde aos olhos, a presença sentida ou pressentida dos outros, os desenhos do espaço abstratamente absorvidos na memória dos caminhos cotidianos. A cidade é o lugar em que as coisas se juntam... Muito contundentemente este mote faz avançar uma ambição compreensiva. E se parece mesmo que cortar em blocos alguns sentidos econômicos ou políticos da formação do espaço não ajuda a desvendar os significados próprios que o urbano encerra em sociedade, é bom achar logo um caminho que leve bem prá dentro dessas Vilas do Ouro, fincadas no interior da América Portuguesa e tão prontamente imbricada na vida do Império, para tentar ver tudo junto enfim.

Pensar a vida cotidiana e as formas de apreensão simbólica do espaço para este contexto, aproxima algumas reflexões que poderiam parecer dispersas até aqui neste texto. Não obstante, muito do que se refletiu até hoje acerca das possibilidades de apreensão simbólica do espaço, como se viu acima com o esboço de uma “historiografia do urbano”, está dado na literatura com olhos voltados exclusivamente para as metrópoles modernas. Isto não reflete tão somente uma concentração temática da historiografia, mas também um acento teórico, que se traduz pela associação muito direta que se foi firmando entre os temas da “modernidade”, do “individualismo”, da “vida cotidiana” e do “espaço urbano”. Repassar, e desgarrar, com cuidado estes encontros muito ajuda a suscitar o lugar da vida urbana em outros tempos; ao que interessa aqui, no tempo das Minas.

A este conjunto de trabalhos que se fez referência no capítulo anterior, a ênfase na relação entre apreensão simbólica do espaço das cidades e o palco da modernidade, se dá pelo viés da vida cotidiana, mais especificamente por uma vivência cotidiana do espaço que é guiada pelo signo da individualidade. O “flanar” pela cidade de Baudelaire, interpretado por Benjamim, retomado por Certeau e lido por outros tantos,¹ ou qualquer apreensão das transformações do espaço calcada em narrativas pessoais da vida cotidiana nas cidades, só é possível diante do individualismo moderno, do indivíduo que é alçado, por obra da razão,

¹ Cf. Walter BENJAMIM, *Obras Escolhidas III — Charles Baudelaire, Um Lírico no Auge do Capitalismo*, São Paulo, Brasiliense, 1989 e Michel de CERTEAU, *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*, trad. Ephraim Ferreira Alves, Petrópolis: Vozes, 1994 [especialmente os capítulos VII – “Caminhadas pela Cidade” e VIII – “Relatos do Espaço”].

das amarras da tradição que o diluíam pelos “corpos” do Estado ou da Igreja. A metrópole moderna se oferece prontamente como o palco principal a este drama, e os simbolismos deste espaço vão impregnando cada momento da vida cotidiana. Se a modernidade inventa o individualismo assim como a esfera do privado ante o “declínio do homem público”, para usar a expressão de Richard Sennet,² a um só tempo, reforça também uma ordem que tende esmagadoramente para a impessoalidade, e que se representa em toda a sua plenitude no plano econômico. Georg Simmel, em um texto clássico sobre a vida nas metrópoles modernas, tem como ponto de partida a idéia de que “os problemas mais graves da vida moderna derivam da reivindicação que faz o indivíduo de preservar a autonomia e individualidade de sua existência em face das esmagadoras forças sociais”.³ É este embate que da forma à apreensão simbólica do espaço em meio aos conteúdos individuais e superindividuais da vida moderna.

Para pensar a apreensão simbólica do espaço das cidades a partir da vida cotidiana em contextos anteriores à “modernidade”, é preciso se ater especialmente à questão do deslocamento da centralidade da figura do indivíduo, na direção de concepções que “corporificam” as instituições e diluem no coletivo as possibilidades de representações autônomas ante o simbólico da vida. Neste sentido, se o que qualifica a vida cotidiana na modernidade é o signo do individualismo, aos quadros do antigo regime, deve-se buscar ler o cotidiano daquelas cidades, informado pesadamente pelos esquemas fornecidos pela tradição, o que às Vilas do Ouro mineiras nos apresenta o tema do barroco, assim como das concepções corporativas do poder derivadas do tomismo, que orientariam imbricamentos entre o poder temporal e o espiritual no Império Português; ou que ainda, em última instância, marcaria um sentido de representação das distinções, que em Minas bem pode se ver nas procissões, nos festejos e na etiqueta daquela sociedade. Um caminho que leve até o cotidiano muito prontamente traz à mente imagens do público e do privado, o que exacerba a necessidade se perguntar aqui acerca das condições da “privacidade” no

² Cf. Richard SENNETT, *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*, Trad. Lygia Araújo Watanabe, São Paulo, Companhia das Letras, 1988; e também Jurgen HABERMAS, *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*, Trad. Flávio R. Kothe, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

³ Georg SIMMEL, “A metrópole e a vida mental” in: Otávio Guilherme VELHO (org.), *O Fenômeno Urbano*, 2 ed., Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973, p.13.

Brasil colônia,⁴ ou que seja, da medida em que o Dezoito urbano de Minas pode ser referido e referenciado à esfera do privado.

Deste emaranhado de questões, não se quer por ora mais que puxar alguns poucos fios. Uma leitura urbana do fenômeno do Barroco Mineiro terá lugar pouco mais afrente, importa aqui, entretanto, apontar os sentidos em que as representações deste barroquismo nas terras do ouro ao tempo de El-Rei Dom João V, aquele para o qual, como agudamente definiu António Sérgio, “foi-lhe a vida uma nauseante mistura da devoção com a sensualidade”,⁵ orientam e conformam um caminho de apreensão simbólica do espaço. Outros muitos fios vão ainda embolados, perguntando por exemplo como as concepções corporativas de poder se marcam no espaço, ou ainda, da oposição entre o público e o privado na América portuguesa.

Objetivamente, parte-se do pressuposto de que esta discussão do simbólico do espaço urbano implica duas dimensões complementares, qual seja: a “produção” e a “apreensão” deste. Equivale dizer, que não são outros senão os significados próprios desse tempo que vão se marcando no espaço, e que as cidades construídas àquele tempo nas Minas estão grávidas, em sua própria forma, destes elementos; dando, por exemplo, representação concreta à “teatralidade do poder”. Pelo outro lado, a apreensão cotidiana deste ambiente é que assenta, articula e ressignifica os conteúdos simbólicos, dando corpo a um processo eminentemente dialético de construção coletiva do espaço. Ainda que em uma sociedade do formação recentes, as pedras da cidade vão logo marcando os lugares da construção da “memória coletiva” no espaço, tal qual na perspectiva trabalhada por Maurice Halbwachs.⁶ A vivência própria deste espaço urbano conformada nos encontros cotidianos e informada pela própria materialidade da cidade é que compõem os sentidos da urbanidade em Minas, sentidos de uma “cultura urbana”.

Ver o espaço do cotidiano nessas vilas exige assim um esforço que se assemelha a uma arqueologia dos espaços da vida e compele a uma interpretação da “fisionomia” dessas cidades como um caminho que oferece importantes “artefatos” para análise.

⁴ Cf. Fernando A. NOVAIS, “Condições da Privacidade na Colônia” in: Laura de MELLO E SOUZA (org.), *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*, São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

⁵ António SÉRGIO, *Obras Completas / Breve Interpretação da História de Portugal*, 3.ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1974, p. 118.

⁶ Maurice HALBWACHS, “A memória coletiva e o espaço” in: *A Memória Coletiva*. São Paulo, Vértice, 1990.

Vila Rica é sem dúvida a imagem mais exuberante das Vilas do Ouro mineiras que alcança o presente. Alvo privilegiado, o cenário urbano desta vila setecentista encaixado na Ouro Preto de hoje é interpretado em muitos estudos como sendo uma espécie de imagem acabada e congelada do século Dezoito pelas terras mineira. Não obstante, diversas observações sobre as diferentes datas de construção dos templos e obras civis, assim como evidências demográficas, etc., introduzem um dado dinâmico à paisagem da cidade que só muito raramente trabalhos que não se ocupam diretamente de questões relativas à esta “aparência” da cidade conseguem captar, e ter a todo tempo pressuposta esta inquietante diversidade da vila em construção. A imagem geral da cidade, que de certa forma vai se “congelar” em meados do século XIX, é portanto, um resultado dinâmico de construção e transformação do meio físico original ao longo de pelo menos cento e cinquenta anos a partir das primeiras descobertas de ouro. Por mais simples que possam parecer estas considerações, sua ausência na historiografia é flagrante, e a uma reflexão da cultura que se processe por conta do ambiente urbano estes são passos essenciais, mesmo que tão pouco trilhados. A maior parte dos exemplos aqui vão se concentrar em Vila Rica, uma vez que o essencial a ser apreendido é o conjunto de evidência materiais que condiciona uma apreensão simbólica do espaço específica para o urbano em formação das Vilas do Ouro. Neste sentido o núcleo do período facilita o contraste das imagens narrativas, mas não inviabiliza a transferência desta argumentação para outros centros importantes à época, que tiveram processos de produção do espaço coincidentes, mesmo que com ritmos diferenciados, como Mariana, São João del Rey ou Sabará.

Alguns fatores, portanto, parecem essenciais para orientar qualquer referência à paisagem urbana da Vila Rica daquele período. O primeiro deles é a questão de que ao longo do Setecentos, especialmente na segunda metade do século, o que se oferecia aos olhos dos que lá viviam, era certamente a imagem de uma “cidade em construção”. Os olhos de hoje que encontram esta “cidade patrimônio” que deixou preservadas características de uma paisagem urbana, que só se definiria mesmo, em todos os seus atributos centrais, na primeira metade do século XIX, não só achata o tempo histórico das muitas construções, apreendendo uma espécie de imagem conjunta, total, em bloco, de todos os templos, palácios e o casario, assim como descarta o mais flagrante elemento da paisagem urbana setecentista de Vila Rica, que foi justamente o grande contingente de obras em construção, ao alcance dos olhos a toda visada.

Os imponentes templos das ordens terceiras do Carmo e de São Francisco de Assis, por exemplo, que figuram entre as obras primas da última fase do Barroco Mineiro, vão começar a ser edificados somente na segunda metade do Dezoito, sendo o grosso das obras completado no último quartel do século e muito dos trabalhos de talha e pintura em seus interiores já no Dezenove. É o pedreiro e canteiro Domingos Moreira de Oliveira, que arremata em 27 de dezembro de 1766, pela quantia de trinta e oito mil cruzados, a obra da igreja da ordem terceira de São Francisco de Assis da Penitência, em Vila Rica. Durante vinte e oito anos, trabalharia este arrematante e seus contratados na construção do templo, datando de 24 de agosto de 1794 a entrega do grosso da obra. Vários outros trabalhos ainda foram realizados no templo após esta data, sendo, por exemplo, de 1801 as varandas que encimam lateralmente a capela-mor. Os muitos trabalhos na decoração interior da capela-mor e da nave, também são bastante prolongados, estendendo-se da década de setenta, época em que se executam o teto da nave e os púlpitos, até o tardio ano de 1829, quando são entregues por Vicente Alvares da Costa, os altares laterais executados de acordo com o risco original de Antônio Francisco Lisboa. A Imaculada Conceição em meios aos anjos da obra prima de Manuel da Costa Ataíde que cobre o teto da nave, foi realizada entre os anos de 1801 e 1812.⁷

A obra do templo dos terceiros do Carmo de Vila Rica, por sua vez, tem sua história estendida por toda a segunda metade do Dezoito. Inicialmente se reunindo na pequena capela pertencente à irmandade de Santa Quitéria, em um morro da paróquia do Pilar, a ordem decide por construir o seu templo próprio em 1755, sendo de 1756 a arrematação da obra por José Pereira dos Santos, que por conta de um litígio com a irmandade de Santa Quitéria seria interrompida já depois de iniciados os trabalhos, datando de 14 de setembro de 1766 uma nova arrematação para o grosso da obra, por trinta e seis mil cruzados, desta vez tendo como titular João Alvares Viana. Várias alterações foram sendo introduzidas no risco original aprovado pela ordem, de autoria de Manuel Francisco Lisboa, pois realizaram-se seis louvações ao longo dos trabalhos, entre os anos de 1770 e 1795, este último, data em que deveria já estar completo o grosso da obra. Os trabalhos em

⁷ Germain BAZIN, *A arquitetura religiosa no Brasil*, Rio de Janeiro, Record, 1989, v. 2, pp.87-8; assim como Cônego Raimundo TRINDADE, *São Francisco de Assis de Ouro Preto (crônica narrada pelos documentos da ordem)*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 1951 (Publicações do SPHAN n.º 17).

seu interior, alcançam também o século XIX, tendo sido, por exemplo, o altar-mor, executado entre 1813 e 1827, segundo risco de autoria de Manuel da Costa Ataíde.⁸

Muitos dos templos de Vila Rica, foram também objetos de várias reconstruções. A função premente da realização dos cultos, mesmo que ainda não completa a obra das igrejas, orientou esquemas diferenciados de construção. Em alguns casos, era preservada a capela-mor do templo original, que continuava a receber os fiéis, enquanto se edificava o corpo da nave, reconstruindo depois a capela, ou mesmo a englobando pela obra nova.⁹ Em outros casos, quando da inexistência de uma capela anterior no local do novo templo, começava-se a obra pela capela-mor, sendo esta sagrada enquanto ainda se realizavam as obras do corpo do templo. Este foi o caso da igreja dos terceiros de São Francisco de Assis, que desde 22 de novembro de 1771, teve abençoada sua capela-mor.

Não é demais, insistir então, nos significados muito próprios que se faziam presentes às realizações dos inúmeros ofícios religiosos, marca indelével do cotidiano daquela sociedade, em capelas em construção, determinando uma vivência diária da exata medida em que se alongavam estas obras. O exercício cotidiano da fé no entremeio da construção dos templo, dava a estes fiéis o próprio pulsar do ritmo das transformações na paisagem urbana da cidade, o que por si só já marca sentidos próprios da apreensão do espaço daquelas vilas no XVIII.

A matriz de Nossa Senhora do Pilar, em Vila Rica, teve o seu templo original reconstruído à altura da década de trinta, sendo de 1º de abril de 1731 o comprometimento assentado no livro de termos da irmandade do Santíssimo Sacramento, de João Fernandes de Oliveira, para “fazer a obra da nova igreja”. Já em 1733 o grosso da obra deveria estar concluído, pois data daí o retorno do Santíssimo Sacramento que havia ficado provisoriamente depositado na capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, na procissão barroca do *Triunfo Eucarístico*. A obra foi iniciada pelo corpo da igreja, preservando-se a capela-mor antiga, sendo que em 1741, decide-se por ampliá-la. As obras deste templo, foram realizadas em taipa e adobe, e no começo do Dezenove, seu estado já

⁸ Germain BAZIN, *A arquitetura...*, v. 2, pp. 73-5; assim como Francisco Antônio LOPES, *História da Construção da igreja do Carmo de Ouro Preto*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 1942 (Publicações do SPHAN).

⁹ O exemplo da igreja de Nossa Senhora do Rosário, em Sabará, é neste sentido emblemático. O projeto ambicioso de construir um templo de grandes proporções atravessou os séculos XVIII e XIX sem ter cabo. A única parte concluída da obra foi a capela-mor; todavia, ao fundo da nave inacabada e defronte a esta capela-mor, preservou-se o a primitiva e humilde capela de taipa onde a irmandade originalmente se reunia (Germain BAZIN, *A arquitetura...*, v. 2, p.96).

era muito precário, ademais como muito da paisagem urbana de Vila Rica, motivo pelo qual em 1825, uma comissão decide por recuperar todo o grosso da obra, reedificando algumas de suas paredes. Dom Frei José da Santíssima Trindade, em sua quinta visita pastoral, presencia os primeiros momentos dessas obras e exorta o fervor do reverendo pároco e seus paroquianos “para que continuem as obras da reedificação do templo até a última perfeição”.¹⁰ É conveniente lembrar que a reconstrução do frontispício e de toda a extensão de uma das laterais da igreja não era obra mezinha e simples. Todo o exuberante conjunto decorativo do interior, composto de grandes arquiteturas de madeira no interior do templo se fez destacar das paredes e reencaixar no novo conjunto construtivo sem danos estruturais e preservando toda sua beleza, o que é no mínimo digno de nota. É de 1847 a execução deste novo frontispício de feições neoclássicas que hoje se vê na matriz e já dos distantes anos de 1848 e 1852 a reconstrução de cada uma das torres.¹¹ Por essa época, visitando a cidade, o zoólogo alemão Hermann Burmeister, dá uma descrição preciosa dessas obras:

“Seu comprimento é de mais de 100 pés e suas janelas são pequenas, sendo que sua atual restauração ocupa grande número de operários. A nave comprida e elíptica apresenta uma grande fenda atrás das torres. Uma delas, que parece haver ruído ou ter sido posta abaixo, deverá ser reconstruída. Não pude, por isso, visitar o interior do templo, mas disseram-me que ele é célebre pela riqueza em outro aplicado na sua decoração interna.”¹²

Este caminho de reconstruções sucessivas, como se disse, pode ser expandido para várias das outras vilas do período. Neste sentido, alguns exemplos de São João del Rey guardam grande interesse e valem uma breve contraposição. A matriz de Nossa Senhora do Pilar é caso típico. Como já se assinalou no capítulo anterior, até encontrar seu local definitivo no interior da vila, em 1721, teve ao menos duas reconstruções, ambas em pau-a-pique, em um morro nas imediações. Isto talvez seja a melhor pista para explicar a sua inserção estreita no meio do casario, desprovida de um largo amplo e das cenografias de destaque tão típicas das construções mineiras. Sua situação lembra mais a de algumas das

¹⁰ Dom Frei José da Santíssima TRINDADE, *Visitas pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825)*, estudo introdutório de Ronald Polito de Oliveira, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro / Centro de Estudos Históricos e Culturais & Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 1998, p.259.

¹¹ Germain BAZIN, *A arquitetura...*, v. 2, pp. 78-80.

¹² Hermann BURMEISTER, *Viagem ao Brasil: através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais (visitando especialmente a história natural dos distritos auri-diamantíferos)*, trad. Manoel Salvaterra e Hubert Schoenfeldt, São Paulo, Livraria Martins Editora, 1952, p.201.

igreja baianas ou cariocas do período, em linha com as construções e freqüentemente com paredes contíguas a outras construções. Isto se deve muito provavelmente ao fato de que não foram as casas e demais construções que foram circundando este templo, mas sim ele que plantou-se em meio a um conjunto urbano que já se processava a bom tempo, em função da sobreposição dos espaços da vida com os da mineração, mas que por esta altura do século já havia adquirido feições mais definitivas. O templo que neste momento é construído é de taipa e pouco se sabe sobre as etapas de sua construção. Mas ao que parece teve a fachada reconstruída, ainda em taipa, na segunda metade do século a partir de risco de Francisco de Lima Cerqueira,¹³ sendo que na virada para o Dezenove tinha sua aparência externa comprometida, como dão conta alguns viajantes.¹⁴ Data de 1820 o novo projeto para a reconstrução do frontispício, de autoria de Manuel Victor de Jesus, sendo que as obras deste se estenderam até 1844.

A igreja do Carmo tem a história de sua construção um tanto confusa, mas ainda assim é possível acompanhar um desenrolar bastante lento para os trabalhos. Os trabalhos foram iniciados em 1733 e em 1759 anotam-se contratos para a cobertura do corpo da igreja e da capela-mor. A obra seria alvo de muitas alterações na segunda metade. Em 1787 Francisco de Lima Cerqueira firma contrato para a construção do frontispício, mas em 1816, já bem depois da morte desse arquiteto, as obras ainda continuavam e discutia-se os caminhos que a obra deveria tomar. Na cidade em 1824, o bispo de Mariana Dom Frei José da Santíssima Trindade, dá seguinte notícia desta igreja do Carmo e da de Nossa Senhora do Rosário, que sendo obra ainda mais antiga —a irmandade é de 1708 e a igreja já estava completa, no mesmo local que hoje se encontra, ao centro da vila, em 1719—, não teve destino diferente em seu aspecto inacabado e nas várias reconstruções que atravessaram o Dezoito e o Dezenove:

“Ao lado direito da matriz, em pouca longitude, está a capela de Nossa Senhora do Rosário dos pretos, com 3 altares acabados e dourados, forrada e campada e com ornamentos decentes; ao esquerdo a capela antiga de Nossa Senhora do Monte do Carmo da Ordem Terceira com a nova igreja fabricada de pedra, com duas torres, com duas torres por concluir (...).”¹⁵

¹³ Germain BAZIN, *A arquitetura...*, v. 2, p.103.

¹⁴ John LUCCOCK, *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975, p.302.

¹⁵ Dom Frei José da Santíssima TRINDADE, *Visitas pastorais...*, p.236.

Todas essas igrejas tem em suas histórias construtivas as marcas da saúde financeira das irmandades que as conduziam, e neste sentido da condição econômica da região em que eram erguidas e das Minas no período. Daí uma composição de ritmos variados, mas que freqüentemente guardam em comum os trabalhos que se estendiam por muitos anos e as sucessivas reconstruções das capelas construídas ainda na primeira metade do século tanto por conta da ruína causada por técnicas construtivas pouco duráveis, como para acompanhar desenvolvimentos das artes na capitania. No que diz respeito à continuidade do culto nesses canteiros de obras freqüentemente abertos, uma descrição de John Luccock, em sua passagem pela cidade em 1818, oferece imagens muito interessantes:

“A igreja que a todas as demais sobrepuja em aparência exterior, se bem que não em categoria, é a de São Francisco, que se acha numa praça de tamanho regular na melhor parte da cidade, mas que, porém, tal como grande parte doutros edifícios sagrados, está por acabar; não impede que nela tivéssemos ouvido missa, entre andaimes e guindastes, e ali observássemos uma congregação de fiéis, mais séria e atenta tanto às rezas como ao sermão, do que todas quantas até hoje vi, em qualquer país católico ou localidade da religião romana.”¹⁶

Para cada um dos outros templos de São João ou Vila Rica, pode-se assim, em maior ou menor grau, associar uma trajetória parecida de construções e reconstruções por períodos variados ao longo do Dezoito, com especial concentração no último quartel do século. Também quanto às mais importantes construções civis do Setecentos é possível recuperar dados interessantes. Novamente em relação a Vila Rica, a sede do senado da câmara começaria a ser erigida na hoje “Praça Tiradentes”, no ano de 1723, tendo antes funcionado provavelmente na freguesia de Pilar do Ouro Preto, sendo, não obstante, o imponente edifício da câmara e cadeia, que hoje se vê no local, obra só iniciada muitos anos mais tarde, no governo de Luiz da Cunha Menezes, é terminada já nos últimos anos do Dezoito. O palácio do governador da mesma praça, por sua vez, é obra executada entre os anos de 1740 e 1750, segundo risco original do sargento-mor José Fernandes Pinto Alpoim.¹⁷

Pode-se seguramente dizer que, para esta capital das Minas no Setecentos, uma pessoa podia ver em vida, ante seus olhos, uma série de transformações na paisagem

¹⁶ John LUCCOCK, *Notas...*, p.303

¹⁷ Sylvio de VASCONCELLOS, *Vila Rica. Formação e desenvolvimento – Residências*, São Paulo, Perspectiva, 1977., pp.25-31 e 77-9.

urbana, em um ritmo que certamente, nos períodos de maior atividade, transmitiu uma clara medida de celeridade, sendo este próprio fluxo de construções, um dos fatores que animava mesmo a continuação deste processo. A interrupção das obras das igrejas e irmandades nos últimos anos do Dezoito, assim como o arrastar lento das obras de muitas delas, junto da degradação ou abandono de outros templos, seriam, ao contrário, evidenciadores de uma desaceleração daquele tempo antes animoso, daquele “tempo do ouro” para se ficar com uma idéia emblemática. Estes movimentos de aceleração e desaceleração certamente imprimiram fundas marcas na vida cotidiana do período, e fizeram alternar percepções e apreensões simbólicas bastantes diferenciadas do espaço da cidade.

Somando-se a esta imagem da “cidade em construção”, outro dois fatores, já analisados no tocante à formação do espaço da cidade, parecem essenciais para nortear a reflexão sobre as bases de apreensão simbólica da paisagem urbana da Vila Rica no período, qual sejam: o do espaço da produção mineradora na formação e na vida da cidade; assim como, o processo gradual de articulação dos núcleos originais que a compõem.

No que diz respeito ao espaço da mineração, importa insistir que não só a cidade surge por conta da atividade mineradora, assim como, que esta atividade vai se fixar no entremeio de muito do espaço urbano de Vila Rica não somente no início do século mas ao longo de todo o Dezoito. Não é senão este o sentido mais plenamente materializado da sobreposição entre o chão de produção e o chão de reprodução de que se falou no capítulo anterior. Efetivamente, os espaços de garimpo, expostos na paisagem, marcariam a imagem da vila no período. Partindo das explorações nas partes mais baixas, à beira dos rios, deu-se origem aos primeiros arraiais —Padre Faria, Antônio Dias, Bom Sucesso e Ouro Preto (Pilar)—, que seriam mais brevemente abandonadas, passando-se então, às áreas mais altas, nos morros de Pascoal da Silva, Pau Doce, Ouro Podre, Ouro Fino, Santana, do Ramos, etc., definindo assim vários dos povoados que comporiam a vila.¹⁸ Nos primeiros anos no entremeio dos próprios arraiais, e com o passar do tempo, e a exaustão dos veios, subindo grupiadas nos caminhos de entrada da vila e nos morros vizinhos, a extração mineral, sem dúvida deveria se impor ao olhar, imiscuindo efetivamente os chãos de produção e reprodução.

¹⁸ *Ibidem*, p.47.

O outro ponto a que se deve chamar atenção associa-se diretamente a este processo que se acompanha na marcha das minerações —dos vales profundos, depois galgando as serras¹⁹—, assim como também traz à cena o movimento de instituição e afirmação do poder da Coroa na Vila. Praticamente por toda a primeira metade do Dezoito e com especial clareza para o primeiro quartel do século, devia-se ainda poder divisar com clareza os povoados originais. Os núcleos de Antônio Dias e Ouro Preto (Pilar), e especialmente os outeiros um pouco mais distantes, como nas Cabeças, na entrada da cidade, ou no Alto da Cruz, na saída para Mariana, só gradualmente foram se unindo por uma “malha urbana”. Eram, neste sentido, centros articulados mas não urdidos em uma trama continua. A definição deste desenho urbano —que se processaria ao longo de um eixo longitudinal que acompanha a estrada pela qual se entra na cidade, no morro das Cabeças, segue daí por entre as duas matrizes, em Pilar e Antônio Dias, e depois “vira e sai” já em Padre Faria—, foi descrita originalmente por Sylvio de Vasconcellos em seu magistral estudo sobre a cidade de que já se fez menção aqui. Importante aqui, é avaliar neste processo, que a vila configura, a princípio espontaneamente e depois pela centralização emanada pelo poder, o seu desenho alongado, que tem como ponto central o morro de Santa Quitéria. A caracterização do alto deste morro como o centro do poder se dá incisivamente a partir da década de 1740 com a construção do palácio do governador e o risco de uma praça a sua frente, definindo assim o eixo de articulação do desenvolvimento do espaço urbano, e marcando a afirmação do poder do Estado português na vila. A rua direita, caminho direto que ligava as duas matrizes, é deslocada, passando então a ferir a praça em sua porção mais central e originando a partir deste ponto os novos arruamentos, ramificando-se saídas e outras ruas laterais.²⁰ A própria configuração da praça que hoje se vê, é resultado de reconstruções datadas do final do Dezoito, quando, com algumas demolições, é unificado o espaço que parecia abrigar duas praças anteriores, cada qual formada defronte os dois edifícios principais do lugar, o palácio do governador e a câmara e cadeia. As praças eram então contíguas, mas não delimitavam o mesmo espaço, verificava-se inclusive, um desnível acentuado cingindo a praça, em frente o palácio do governado, ao meio, onde se localizava então um chafariz público. Com as alterações que unificam o espaço da praça, não só este desnível foi aterrado, como as casas ao redor também foram também alteradas ou substituídas. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos cita o ano de 1797, como o data em

¹⁹ *Ibidem*, p.76.

²⁰ *Ibidem*, pp.69-83.

que foi acabada a praça, com a “demolição de umas casa que assombravam meia parte do edifício da Câmara”.²¹

Estes condicionantes da paisagem urbana, importam especialmente para se pensar a Vila Rica da primeira metade do século, ao tempo do eflúvio barroco do *Triunfo Eucarístico*, de 1733; uma época em que os elementos aqui destacados facilmente deviam se fazer sentir. A aparência daquele espaço urbano, do centro de um arraial que muito aceleradamente foi se povoando, de construções religiosas inacabadas e de inúmeras habitações precárias e mesmo improvisadas, de ruas em grande parte não calçadas, colorido não só pela balbúrdia do comércio, das tropas que chegavam e partiam, das negras de tabuleiro, ou ainda pelos porcos que por vezes se criavam soltos nas ruas; mas também pelos morros e margem de regatos onde se viam abertas as minerações, tudo bem à vista dos olhos —o que sem dúvida deveria compor um pano de fundo bastante peculiar às auto-representações de urbanidade. A trasladação do Santíssimo de 1733 é bem um momento em que se poderia ajuntar todos esses elementos variados que o espaço apresentava aos olhos e aos sentidos. Pensar a apreensão simbólica do espaço cotidiano, seja pelo negro forro ou pelo homem bom com ares de grande fidalguia, não pode estar dissociada desta paisagem multifacetada e dinâmica que marcava a vida cotidiana e se esparramava em contrastes.

Não obstante esta incursão pela fisionomia das Vilas do Ouro, aqui circunscrita basicamente à análise de Vila Rica, ofereça alguns referenciais importantes para a construção da paisagem que se oferecia à visada no Setecentos, a busca pelos caminhos em que efetivamente se processa essa apreensão do espaço no seio da sociabilidade cotidiana é ainda ponto que precisa ser melhor considerado.

²¹ Diogo Pereira Ribeiro de VASCONCELOS, *Breve Descrição Geográfica, Física e Política da Capitania de Minas Gerais (1807)*, Estudo crítico de Carla Maria Julho Anastasia, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro / Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994; Raimundo José da Cunha MATOS, *Corografia histórica da Província de Minas Gerais (1837)*, Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo, Ed. USP, 1981, vol1, p.94-5. Veja também a parte referente a Minas Gerais em: Nestor Goulart REIS FILHO, *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*, São Paulo, FUPAM, EDUSP, Imprensa Oficial do Estado, 2000.

Os melhores indícios para se encontrar este território da sociabilidade cotidiana daquela sociedade, residem muito provavelmente na tentativa de buscá-la em seus momentos de representação —de exteriorização e identificação coletiva. O caminhar pela cidade e a apropriação dos significados do espaço na vivência individual, é, como já se insistiu, uma metáfora da modernidade do século XIX europeu. Por outro lado, encontrar a apropriação simbólica do espaço na vida cotidiana em Minas no Dezoito, só é exercício factível a partir das experiências coletivas. São estas experiências coletivas que conformam os significados que se fincavam no espaço e orientam os ritos privados do cotidiano.

A distinção entre o público e o privado na América portuguesa, por sua vez, deve ser situada nos quadros daquela indefinição própria do antigo regime, posicionado entre a já longínqua indistinção da idade média, mas ainda sem alcançar a separação formal desses espaço nas revoluções liberais. Trata-se de um período, como bem caracterizou Fernando Novais, em que “as esferas do público e do privado já não estão indistintas, mas ainda não estão separadas —estão imbricadas”.²² As relações cotidianas aí, se faziam presidir por um ideal de civilidade compartilhado, o que significava às pessoas de posição, o exercício e internalização de um código de maneiras. Estes ditames, que obviamente não eram capazes de abarcar a realidade íntima dos indivíduos, e faziam estampar uma imagem pública que, longe de ser apropriada como algo externo, dissimulava mesmo o espaço da intimidade em função da aparência, repondo uma relação tensa entre o “parecer” e o “ser”. O espaço público neste contexto assumia cabal importância, distinguindo e ritualizando as posições sociais, a partir de uma ordem em que simular e dissimular na representação das aparências era uma das principais regra do jogo.²³ Este contexto pode ser evidenciado com especial vivacidade no século XVIII à América portuguesa, sendo que àquela população que apressadamente se ajuntou em função do ouro, esta primazia do visível demarcando posições e articulando a sociabilidade, assume um vigor flagrante enquanto mecanismo de afirmação e produção de uma imagem de civilidade e urbanidade. A instância do privado foi assim erodida por um “parecer” travestido de “ser”; tanto quanto devassada pela sociabilidade comunitária, que muito se acentua na vivência cotidiana das irmandades e confrarias de leigos. Desta forma, não era o privado indistinto do público; todavia, a

²² Fernando A. NOVAIS, “Condições da Privacidade...”, p.16.

²³ Luiz Carlos VILLALTA, “O Cenário Urbano em Minas Gerais Setecentista: outeiros do sagrado e do profano” in: *TERMO de Mariana: história e documentação*, Mariana, Imprensa Universitária da UFOP, 1998, pp. 71-2.

individualidade, por sua vez, não conseguia oferecer bases suficientes à apreensão daquele mundo.

A relação entre Estado e sociedade nas Minas setecentistas, é informada por este quadro, tendo como correlato direto desta primazia da aparência pública, a caracterização de uma ordem personalista de exercício do poder. Ao contrário da “modernidade”, que acentuaria um caráter individualista mas impessoal, o antigo regime, se apoia em um coletivismo estendido, mas de caráter essencialmente personalista. O Estado promove assim a sua institucionalização e afirmação na sociedade mineira, com base em uma política de cooptação de interesses a partir de mercês, promovendo uma privatização do que seria o público. Isto bem introduz para Minas, o que é definido por Ângela Barreto Xavier e António Manuel Hespanha em seus estudos sobre as “redes clientelares”, como uma “economia moral” do dom na época moderna”, sendo a liberalidade na concessão de mercês um elemento essencial da estruturação das relações políticas, enredando a partir do “receber” e “restituir”, benfeitor e beneficiado em uma economia dos favores. O sentido amplos destas relações pautadas por uma “economia do dom”, estendiam-se desde a relação com o Estado, até as tramas da sociabilidade cotidiana, sendo as irmandades um espaço em que os laços de solidariedade eram reforçados por um ideal de reciprocidade na troca de serviços, socorro ou proteção por conta do constrangimento do sagrado.²⁴ De forma concreta em relação ao Estado, esta política de cooptação de interesses, também fez fomentar na sociedade uma “cultura da vigilância e da delação”, bem reforçando as marcas da fluidez entre o público e o privado na capitania.²⁵

Esta questão da aparência pública, encontra no território da religiosidade um de seus traços cotidianos mais flagrantes, sendo a vivência da fé tridentina na ritualística do universo barroco, o caminho de materialização naquela sociedade do “primado visual do Barroco Mineiro”, na expressão de Affonso Ávila.²⁶ Trata-se de uma tendência a estetizar não só as relações dos homens entre si, mas também destes com Deus. O barroco, neste sentido, se apresenta como chave de interpretação para estas imbricações entre o público e o privado, inclusive no que diz respeito à posição do Estado, assim como no processo de apreensão simbólica do espaço.

²⁴ Ângela B. XAVIER, António Manuel HESPANHA, “As Redes Clientelares” in: José MATTOSO (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, vol. 4 - *O Antigo Regime (1620-1807)*, pp. 381-2 e 389-91.

²⁵ Luiz Carlos VILLALTA, “O Cenário Urbano...”, p. 72.

²⁶ Affonso ÁVILA, *Resíduos Seiscentistas em Minas: textos do século do ouro e as projeções do mundo barroco*, Belo Horizonte, Centro de Estudos Mineiros / UFMG, 1967, v. 1, p. 85.

A religiosidade do Setecentos das Minas, com especial evidência para a primeira metade do século, é assim determinada pela exteriorização da fé, sendo mesmo a sua “autenticidade” uma função de visibilidade, da aparência. É por esta via, que um dos traços mais mezinhos desta religiosidade pode ser encontrado na “vivência da morte” no cotidiano da capitania.

As cerimônias fúnebres na capitania, tiveram um lugar muito destacado no cotidiano da fé, merecendo maior atenção que os ritos de batismo ou casamento nos livros de compromissos das irmandades. Trata-se de uma preocupação socialmente compartilhada, sendo as manifestações de luto e de exposição pública da morte, partes da experiência religiosa.²⁷ As irmandades de leigos assumiam aqui uma de suas mais importantes funções, sendo que o sentido da solidariedade dos irmãos era radicalizado no momento da morte, uma vez que eram eles que deveriam zelar pela boa morte do irmão, na encomendação de sua alma carente de sufrágios.

Os livros de compromissos das irmandades, dispunham assim de forma normativa sobre a realização dos enterros e seus preparativos. As representações coletivas acerca da morte eram compartilhadas por ricos e pobres no imaginário cristão,²⁸ levando a convenções sobrepostas entre as diversas irmandades, assim como uma certa homogeneidade de atitudes. Não obstante, as diferenças eram marcadas no âmbito da aparência, secionando irmandades ricas e pobres no que diz respeito à pompa fúnebre, apesar de que a riqueza desses ritos não fosse o elemento mais importante para os fiéis, e a quantidade de sufrágios oferecidos à atenção das almas, este sim o grande definidor da “boa morte” no universo religioso das Minas.²⁹ O número dessas missas em intenção dos irmãos defuntos, é um dos melhores indícios destas diferenças em função do poder econômico e prestígio social das irmandades. Adalgisa Arantes Campos, consultando estatutos de irmandades mineiras, anota, por exemplo, que em compromissos datados do mesmo ano, 1738, as irmandades do Santíssimo Sacramento e de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, da freguesia do Pilar em Vila Rica, oferecem, respectivamente, “cem”, e “oito” missas aos seus confrades defuntos.³⁰

²⁷ Adalgisa Arantes CAMPOS, “Considerações sobre a pompa fúnebre na capitania das Minas —o século XVIII”, *Revista do Departamento de História*, UFMG, Belo Horizonte (4): 3-24, 1987, pp. 5-6.

²⁸ *Ibidem*, p. 5.

²⁹ *Ibidem*, pp. 5-6 e 10-11.

³⁰ *Ibidem*, p. 18 e também Idem, “Irmandades Mineiras e Missa”, *Varia História*, Belo Horizonte (16): 66-76, set., 1996, pp. 70-6.

Os cortejos fúnebres, não obstante, não deixavam de repor no cotidiano, o papel das irmandades no “manuseio simbólico da morte”, que se comunicava na pompa e na compostura. O livro de compromissos da irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, de Pilar do Ouro Preto, Vila Rica, datado de 1751, dispunha, por exemplo, da seguinte forma sobre estes rituais:

“Assim que falecer algum Irmão, ou Irmã, branco ou preto, forro ou Cativo, se fará logo saber ao Procurador, ou Sacristão da Irmandade, o qual avisará logo esta, não só fazendo com os Sinos os sinais costumados, como tocando pelas Ruas a Campainha da Irmandade para que os Irmãos se juntem na Igreja a horas costumadas para o enterro, e juntos que sejam, sairão todos com suas opas brancas, levando o sacristão, ou outro qualquer dos mais santos, que presente se achar, com sua vara e levará à sua mão direita o Reverendo Capelão, achegados à porta do Irmão defunto, entrará o Reverendo Capelão com licença do Reverendo Pároco a encomendá-lo o que feito mandará o juiz meter na tumba o corpo defunto, e postos os Irmãos em duas fileiras com a cruz adiante, levantada, levarão o corpo, até à sepultura...”³¹

A pompa, não só no sentido da exuberância, mas especialmente no que concerne ao rigor da colocação e da precedência das figuras no cortejo, marcaria todas as expressões públicas desta vivência da morte, fosse nos sepultamentos de escravos membros da irmandade de Nossa Senhora do Rosário, em outros vários ofícios que tinham lugar na liturgia, como na procissão dos ossos no dia de todos os santos, ou ainda, aí com toda a exuberância possível, nas exéquias de reis, como as que foram realizadas em Minas por ocasião da morte de Dom João V.

Pomposas celebrações tiveram lugar em homenagem ao monarca falecido, em Vila Rica, Mariana, bem como em São João del Rey, sendo a rigorosa ordenação de procedimentos e a grande visibilidade dos aspectos de luto, os principais traços que deveriam ser verificados. Luto rigoroso deveria ser guardado por seis meses por toda a população, “que deveria se cobrir de panos negros, com exceção dos pobres, que expressariam a consternação através do uso no chapéu do fumo ou insígnia preta”.³² Essas exéquias do monarca, suscitaram um espetáculo pesado e lúgubre, fosse na decoração das igrejas, na construção de obeliscos fúnebres, nos sermões, ou nos cortejos realizados para

³¹ *Compromisso da Irmandade de N. Sa. do Rosário dos Pretos...*, ano 1751, cap. 24 apud Adalgisa Arantes CAMPOS, “Considerações...”, 1987, p. 11.

³² Adalgisa Arantes CAMPOS, “Considerações...”, 1987, pp. 6-7.

as cerimônias de quebra dos escudos negros com a representação das armas reais, próprios aos funerais de monarcas.³³

Importa notar aqui, mais do que descrever estes eventos, o papel do espaço urbano na exteriorização dos ritos, e a estreita relação que, especialmente à primeira metade do século, se constrói entre barroco e urbanidade. A “busca deliberada pela sugestão ótica”, “a necessidade programática de suscitar, a partir do absoluto enlevo dos olhos, o embevecimento arrebatador e total dos sentidos” —tomando aqui novamente emprestada a força da narrativa de Affonso Ávila³⁴—, são elementos que se constroem necessariamente a partir de um “público” para o qual se possa ostentar essa “aparência”. Aparência pública, neste sentido, é uma idéia eminentemente associada à concentração das pessoas e à composição “teatral” de um palco para esta expressão. A aglomeração ocasional de pessoas no meio rural por ocasião das procissões religiosas, poderia em parte cumprir essas condições; todavia, dando destaque aos sentidos desse barroquismo que vêm se marcando aqui, tributário das representações cotidianas da vida em sociedade, o espaço das cidades assoma como imprescindível à expressão barroca. Dito de outra forma, o ajuntamento esporádico das pessoas no meio rural, não produz forças capazes de realmente renovar e transformar as experiências culturais cotidianas.

Recuperando então, ainda uma vez mais, as relações entre Estado e sociedade nas Minas setecentistas, agora sob a perspectiva direta da cultura barroca; poderemos alcançar por um outro ângulo a sociabilidade na capitania, evocando a vivência desses ritos barrocos enquanto bases da legitimação do domínio do Estado português, a partir da sacralização da figura do Rei. A pompa dos cortejos barrocos na medida em que descortina um espaço de fusão entre o temporal e o espiritual, cumpre esta função de legitimação do poder ao enredar a sociedade em um aprendizado de seus papéis sociais. A perspectiva defendida aqui é de que o jogo de imagens e alegorias que tem lugar nessas cerimônias, assim como a estrutura das precedências e a marcada internalização do “ser” como uma instância direta da “aparência”, corrobora para sedimentar, nas representações coletivas, o pertencimento das partes que figuram nestes eventos, ao “corpo místico do Rei”. As Minas ao tempo de Dom João V oferecem um território fértil a estas considerações, fincando marcas de uma

³³ *Ibidem*, p. 7.

³⁴ Affonso ÁVILA, *Resíduos Seiscentistas...*, p. 85.

sensibilidade barroca, que atravessaria o Dezoito e alcançaria mesmo, em ecos de intensidade diversa, o Dezenove.³⁵

A concepção corporativa da sociedade, que em Portugal, assim como na Espanha e Itália, logrou uma sobrevivência bastante estendida, com alcance amplo suficiente para marcar mesmo as tramas da representação política nas festividades barrocas das Minas na primeira metade do Dezoito, remonta modelos mentais do medievo português. Na trilha das idéias apresentadas por Antônio Manuel Hespanha, mesmo que de forma sucinta e um tanto esquemática, pode-se dizer que o pensamento social e político medieval estava dominado pela idéia de uma ordem universal que abrangia e orientava homens e coisas na direção de um objetivo último, identificado com o próprio Criador pelo pensamento cristão. Para a consecução desse objetivo cósmico, transcendente, todas as criaturas estariam direcionadas, não obstante os papéis não seriam coincidentes. Ao contrário, cada uma das partes do todo cooperaria de forma diferente para a realização desse fim último. Existiria assim “unidade de ordenação” entra cada uma das partes da natureza e de cada grupo ou corpo social.³⁶ No que diz respeito especificamente ao exercício do poder político, essa concepção cristalizava-se no que a historiografia costuma se referir como o “corpo místico do Rei”, no qual se expressava a indispensabilidade de todos os órgãos da sociedade, e onde caberia ao Rei a função de cabeça:

“O Poder era, por natureza, repartido; e, numa sociedade bem governada, esta partilha natural deveria traduzir-se na autonomia político-jurídica (*iurisdictio*) dos corpos sociais, embora esta autonomia não devesse destruir a sua articulação natural (*cabaerentia, ordo, dispositio naturae*) —entre cabeça e a mão deve existir o ombro e o braço, entre o soberano e os oficiais executivos devem existir instâncias intermediárias. A função da cabeça (*caput*) não é, pois, a de destruir a autonomia de cada corpo social (*partium corporis operatio propria*), mas a de, por um lado, representar externamente a unidade do corpo e, por outro, manter a harmonia entre todos os seus membros, atribuindo a cada um aquilo que lhe é próprio (*jus suum cuique*)”

³⁵ Acerca do “corpo místico do rei” e das concepções corporativas do poder no antigo regime português, veja especialmente: Ernest H. KANTOROWICZ, *Os dois corpos do rei*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998; Richard MORSE, *O espelho do próspero*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995; João Adolfo HANSEN, “razão de Estado” in: Aduato MORAES (org.) *A crise da razão*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996; / Idem, “Teatro da memória: monumento barroco e retórica”, *Revista do IFAC*, Mariana (2):40-54, dez.1995; Antônio Manuel HESPAÑA, Ângela Barreto XAVIER, “A representação da sociedade e do poder” in: José MATTOSO (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, vol. 4 - *O Antigo Regime (1620-1807)*.

³⁶ Antônio Manuel HESPAÑA, Ângela Barreto XAVIER, “A representação da sociedade...”, p.122; ver também: Antônio Manuel HESPAÑA, *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político. Portugal, séc. XVII*, Coimbra, Livraria Almedina, 1994, cap.3.

tribuendi), garantindo a cada qual o seu estatuto (‘foro’, ‘direito’, ‘privilégio’); numa palavra, realizando a justiça.”³⁷

Uma idéia particularmente importante de ser destacada desse ordenamento social, é que sua permanência no pensamento português, caracteriza uma evolução político-institucional em que em nome de uma ordem “natural” de governo, foram se afirmando importantes limitações ao poder real, na promoção do “bem comum” e na preservação da justiça. Outro ponto que deve-se aqui destacar, o corporativismo fez aprofundar a idéia de uma sociedade fortemente hierarquizada, uma vez que tratava-se de uma estrutura “naturalmente” ordenada, marcada portanto pela irredutibilidade das funções e estatutos sociais.³⁸

Alguns estudos recentes, dentre os quais merece destaque o trabalho de Maria Paula Dias Couto Paes³⁹ se ocupam de demonstrar estas imbricações, para o território das Minas na primeira metade do Dezoito, ao quando do processo de afirmação do poder do Estado. A perspectiva é a de que a pompa e a suntuosidade das festas e celebrações, constituíam uma forma de expressão do poder do Rei e da soberania do Estado. Apresentar a figura do monarca aos seus súditos, “fosse através de representações simbólicas, como no caso das práticas de representação artístico-culturais, fosse reafirmando as funções dos colonos como membros do ‘corpo místico’ do Estado português”,⁴⁰ enredava-os em uma pedagogia dessa estrutura corporativa do poder.

Neste sentido, a análise, a partir dos próprios termos oferecidos pelos relatos das conhecidas festividades do *Triunfo Eucarístico*, que tem lugar em Vila Rica em 1734, e do *Áureo Trono Episcopal*, que marca a implantação do bispado em Mariana no ano de 1748, oferece subsídios preciosos à interpretação dos significados ali presentes e compartilhados, ou seja dos “sistemas simbólicos contemporâneos e, portanto, das práticas de representação nas Minas do século XVIII”⁴¹. Estas festividades estavam construídas de forma a representar a organização política e religiosa da Coroa portuguesa, a partir da metáfora de organicista do Estado, na qual o rei era a cabeça de um “corpo místico”, que

³⁷ Antônio Manuel HESPANHA, Ângela Barreto XAVIER, “A representação da sociedade...”, p.123

³⁸ *Ibidem*, pp.129-30

³⁹ Maria Paula Dias Couto PAES, *O Teatro do Controle: prudência e persuasão nas Minas do Ouro*, Belo Horizonte, FaFiCH / UFMG, 2000 (Dissertação de Mestrado em História).

⁴⁰ *Ibidem*, p. 85.

⁴¹ *Ibidem*, p. 89.

tinha na sociedade seus membros.⁴² Assim, no *Triunfo Eucarístico*, a procissão que levava o Corpo Santo de volta da igreja do Rosário dos Pretos para a matriz do Pilar, cumpria o papel de representar, a partir de um cuidadoso jogo de analogias, a identificação entre Dom João V e a imagem do Santíssimo Sacramento exposto, a partir da metáfora do sol. A soberania do Estado se representava assim no cortejo, como um símbolo do próprio triunfo da política católica portuguesa na capitania.⁴³ Nas palavras de Maria Paula Dias Couto Paes:

O que possibilitava a apropriação da representação do sol para figurar a pessoa do monarca era a relação de correspondência entre o corpo de Cristo, figurando a Igreja, e o corpo do rei, figurando o Estado. Assim, como o corpo místico de Cristo irradiava a luz do sol atingindo os fiéis com o amor de Deus, o sol, representando a figura do Rei, também contagiava todos os raios, criando uma atmosfera de envolvimento em que os súditos obedeciam e submetiam-se ao seu domínio não somente pelo temor, mas principalmente pelo amor. (...) Nesse caso, pode-se pensar no efeito de persuasão causado pela exposição do Santíssimo. Para os fiéis Ele era a presença *real* do Corpo de Cristo e como símbolo figurava a presença do Rei.”⁴⁴

Essas festas vão se traduzir um esforço de formalização de hierarquias sociais a partir da imposição de normas e códigos de precedência. A preocupação com a liturgia e a ostentação barroca foi assim mais intensa nas primeiras décadas do século XVIII exatamente por conta de se tratar de período em que ainda muito fragilmente se esboçavam os padrões de estratificação social.⁴⁵

O espaço de fusão de interesses profanos e sagrados, funcionando nos recortes que as irmandade ofereciam àquela conjuntura social, vai no decorrer do século expandir a presença e o número dessas festividades, e acentuar a importância dos arranjos da sociabilidade entre grupos variados que ali tinham lugar. Iris Kantor, refletindo sobre as festividades que ao mesmo tempo que deveriam servir ao caminhos dessa formalização das

⁴² *Ibidem*, p. 87.

⁴³ *Ibidem*, p. 91.

⁴⁴ *Ibidem*, pp. 93 e 94.

⁴⁵ Adalgisa Arantes CAMPOS, *A Terceira Devoção do Setecentos Mineiro: o culto a São Miguel e Almas*, São Paulo, FFLCH / USP, 1994 (Tese de Doutorado em História), p.327 e Iris KANTOR, *Pacto Festivo em Minas Colonial: a entrada triunfal do primeiro bispo na Sé de Mariana*, São Paulo, FFLCH/USP, 1996 (Dissertação de Mestrado em História), p.109; ver também: Iris KANTOR, “Notas sobre aparência e visibilidade social nas cerimônias públicas em Minas setecentista”, *Pós-História*, Assis-SP (6): 163-174, 1998 e Idem, “Tirania e fluidez da etiqueta nas Minas setecentistas”, *LPH: Revista de História*, Ouro Preto (5): 112-121, 1995.

hierarquias sociais, mas que não obstante, funcionavam dentro do intrincado plano de apropriações e sedimentações da sociedade mineira, observa:

“Na primeira metade do século XVIII, as festividades barrocas tendiam ao reforço e à formalização das hierarquias sociais, através da imposição de normas e códigos de precedência. O descrédito dos formalismos, a banalização das insígnias, as transgressões às leis da vida festiva indicavam não só as tensões e as clivagens presentes no interior da sociedade, mas também a maneira como se constituíam as alianças, as solidariedades e as reciprocidades entre grupos e indivíduos”.⁴⁶

A festa barroca em Minas, cumprindo papel preponderante a afirmação do poder metropolitano na Colônia e transmitindo bases da tradição para a comunicação de hierarquias sociais àquele contexto conturbado dos primeiros tempos da mineração, foi responsável também, em função do amplo calendário de dias festivos que de que as câmaras municipais eram incumbidas de dar conta, pela constituição de um significativo mercado de bens simbólicos, mobilizando as irmandades religiosas e essencialmente os artistas, como os músicos, que aí tinham um de seus principais espaços de trabalho.⁴⁷

A natureza da vida urbana que nas Minas se desenvolve, e o maior vigor desta nas Vilas do Ouro em comparação a outras partes da Colônia, relaciona-se diretamente à intensidade desse mercado de bens simbólicos. Também é a natureza urbana das Minas, nas características específicas de sua economia, com a concentração de atividades no interior das cidades e com a ampliação de segmentações sociais possíveis decorrentes dessa conjuntura, que reforça a necessidade das festas como espaço para marcar posições em um contexto em que essas segmentações intermediárias buscavam base para diferenciação. Assim, se no primeiro momento a pompa barroca serviu como veículo de comunicação de códigos de ordenamento fundados em critérios estamentais transplantados da metrópole, ainda que localmente adaptados, a avanço daquela segmentação social, em que clivagens estruturais cerceavam o alcance da relativa mobilidade que se processou, reforçavam as festas como momentos de competitividade mas também de assentamento das hierarquias. Novamente nas palavras de Iris Kantor:

“O aprofundamento da segmentação social diminuía as distâncias sociais, mas não levava necessariamente à mobilidade social. Ao contrário, quanto

⁴⁶ Iris KANTOR, *Pacto Festivo...*, p.135.

⁴⁷ *Ibidem*, p.109; ver também: Affonso ÁVILA, “As Minas Gerais: condicionantes de um processo urbano-cultural”, *Análise e Conjuntura*, Belo Horizonte (v.5, n.1):76-83, jan./abr., 1990.

maior era a estratificação social, maior a necessidade dos grupos de se diferenciarem entre si, marcando fronteiras e acentuando distâncias sociais, fazendo com que a sociedade se tornasse extremamente competitiva. Aspectos dessa competição podem ser observados tanto no surto arquitetônico quanto no luxo e na pompa barroca. A mobilização da sociedade através do ritualismo festivo criava espaços de coesão social e acomodava os diferentes grupos em hierarquias celestes e terrenas, cujos critérios de pertinência obviamente não coincidiam.”⁴⁸

Esses caminhos percorridos até aqui, animam os sentidos de se pensar o espaço urbano enquanto um território pleno de representações que vão se fundindo no imaginário da população das Minas setecentistas e suscitando, por exemplo, esses encontro dos ritos cotidianos da fé barroca com a efetivação do “teatralidade” do poder da Coroa. A idéia de “espaço enquanto representação”, assim, é que possibilita a perspectiva de se falar da apreensão simbólica do espaço a partir da vida cotidiana. De forma ampla, o universo do barroco, pesando sobre a dimensão concreta da paisagem artístico-cultural que marca o aspecto urbano das Vilas do Ouro em Minas, ou sobre os sentidos próprios da urbanidade que se constrói nos ritos da vida cotidiana, faz bem traduzir os sentidos de uma cultura urbana para as Minas setecentistas.

⁴⁸ Iris KANTOR, *Pacto Festivo...*, p.110.

3.2. Irmandades e a sociabilidade urbana

O viés do cotidiano valeu as pistas para se caracterizar um modelo de apreensão simbólica do espaço. Lugares da paisagem na construção de sentidos do viver de um tempo. Este mesmo viés do cotidiano, é a porta de entrada ao que de mais relevante se pode dizer da relação entre a urbanidade e as confrarias religiosas de leigos. Ou seja, trata-se de buscar esta relação nos ritos próprios da sociabilidade entre os irmãos dessas confrarias, condicionada pela confluência de forças e ritmos que o espaço urbano proporciona.

A religiosidade que se conforma a partir do espaço das irmandades nas Minas esteve fortemente marcada por elementos barrocos, caracterizados expressivamente pelas exterioridades do culto, pelo gosto por celebrações pomposas, e por um estímulo à sociabilidade que devia afetar mesmo a rotina de trabalho pelos excessos nos feriados e dias santificados.⁴⁹ A participação efetiva dos leigos na promoção do culto e o específico da vivência religiosa que a partir daí tem lugar, insere-se um movimento de longa duração, no qual a partir da formação das primeiras irmandades laicas a partir do século XI, o homem comum assentaria gradativamente seu papel na promoção da vida religiosa, resultando em não poucos conflitos com a Igreja. A participação do laicado nos assuntos religiosos assume variadas formas, em que se pode, entretanto, chamar a atenção à preponderância de movimentos populares, tais como as procissões de penitentes e flagelantes, que tornam-se comum na Europa cristã, especialmente a partir das cruzadas.⁵⁰ Traço marcante desta religiosidade seria um alheamento das discussões teológicas e a aproximação de uma religião mais pragmática, próxima ao homem, que encontra no culto aos santos os intermediários à glória celeste, passam estes assim a assumir um papel preponderante na mentalidade religiosa de então.⁵¹

⁴⁹ Caio César BOSCHI, “A presença religiosa” in: Francisco BETHENCOURT e Kirti CHAUDHURI (diretores), *História da Expansão Portuguesa* (vol. 3: O Brasil na Balança do Império, 1697-1808), Lisboa, Temas e Debates, 1998, p. 353.

⁵⁰ Célia Aparecida Resende Maia BORGES, *Devoção branca de homens negros: as irmandades do Rosário em Minas Gerais no século XVIII*, Niterói, ICHF/UFF, 1998 (Tese de Doutorado em História), p. 66

⁵¹ *Ibidem*, pp. 66-7 e André VOUCHEZ, *Les Laïcs au Moyen Age. Pratiques et expériences religieuses*, Paris, CERF, 1987, p.17.

O catolicismo no ultramar português tenderia a acentuar, especialmente a partir do século XVIII, uma tendência de transgressão aos traços mais ortodoxos da cristandade romana, dando corpo a uma experiência religiosa de feições singulares, fruto das múltiplas influências que ali convergiam. As irmandades, dedicadas às devoções prediletas da população local, ainda que inspiradas em suas homônimas metropolitanas, vão responder à especificidade dessas novas terras, colorindo uma religiosidade de acentos bastante próprios. Junto disto, as conjunturas que fizeram reduzir o papel da instituição da Igreja na disseminação do catolicismo no mundo português ao longo do XVIII, seja no desinteresse ou fragilidade de algumas ordens religiosas na missão evangelizadora por essas terras, ou na expulsão dos jesuítas, contribuíram para dar lugar a formas de expressão católicas pouco constrangidas ou subordinadas às orientações das congregações religiosas.⁵²

A presença e a importância das irmandades de leigos pode ser rastreada nas mais diversas partes do Império português, da América à Ásia;⁵³ todavia, os condicionantes específicos da formação da sociedade e dos acentos da ação religiosa que por ali se desenvolveu, fazem de Minas o mais destacado caso do desenvolvimento de uma sociabilidade religiosa laica.⁵⁴ O nascimento das primeiras povoações por essas terras mineiras já oferecia os elementos centrais desta sociabilidade. A origem das primeiras congregações de fiéis pode, portanto, ser recuada à edificação dos templos primitivos, nascentes com o primeiro desenho dos povoados e precipitando-se logo no eixo de articulação da vida desses arraiais. Dessas capelas plantadas no espaço da incerteza da aventura do ouro, erigidas como o único elemento mais ou menos estável na paisagem inquieta dos ajuntamentos marcados pelo sabor das descobertas auríferas, emanavam o que se podia ter por normas de comportamento àquelas pequenas comunidades, assim como o conforto e apoio mútuo à insegurança da lide mineratória. A assistência aos ofícios religiosos, que ao menos semanalmente fazia reunir aos que viviam no arraial e cercanias, demarcava assim um exercício de fé cristã como de um forte desejo associativo, aguçado pelas adversidades da vida nessas novas terras. As capelas, para além do palco das práticas religiosas, incorporaram de pronto o papel de centro da vida social naquelas comunidades, sendo a ereção desses templos e a instituição das primeiras irmandades fruto de

⁵² Caio César BOSCHI, “A presença...”, 1998, pp.353-4.

⁵³ São ainda raros os trabalhos que realizam uma discussão do fenômeno das irmandades de leigos capaz de abarcar a totalidade do Império colonial português. Um importante exemplo é o texto de Caio Boschi, já citado aqui, “Sociabilidade Religiosa Laica: as irmandades” (“A presença...”, 1998).

⁵⁴ *Ibidem*, p.354.

necessidades bastante concretas daquelas comunidades que não se esgotam em propósitos exclusivamente espirituais.⁵⁵ As primeiras irmandades mineiras surgem assim de um original desejo de reunião que livremente se traduziu na constituição de associações. Estas uniões espontâneas tiveram de início por fundamento básico o direito natural, para somente mais tarde adquirirem condição jurídica pela via da Igreja e/ou do Estado, se organizando assim como entidades de direito positivo.⁵⁶

A presença, organização e desenvolvimento precoce das irmandades nessa região que assistia a um crescimento por demais acelerado àqueles anos seguintes aos primeiros achados, alçava-lhes à posição de responsáveis pela promoção de diretrizes à nova ordem social em que se inseriam. Desta forma precederam as irmandades ao Estado e à Igreja no território das Minas. Ao Estado, quando da criação das primeira vilas por Antônio de Albuquerque, em 1711, já há muito existiam irmandades por estas povoações; no que diz respeito à Igreja, nos primeiros tempos sua ação foi pouco coordenada e individualizada e algum tempo mais tarde quando poderia realmente estabelecer uma ação evangelizadora, afirmando sua influência, foi detida por meio de uma forte legislação restritiva.⁵⁷ Esta idéia-chave, defendida originalmente por Caio Boschi, ajuda a demarcar a centralidade que já de saída teriam estas associações na sociedade mineira.

A expulsão dos religiosos do território das Minas é, em meio disto, outro capítulo de particular interesse à compreensão do ambiente em que desenvolveriam as irmandades. Antonil já falava, para a primeira década do século XVIII, da quantidade e da mistura das gentes que acorreram aos descobertos auríferos no interior do continente, incluindo pessoas das mais diversas condições, “seculares e clérigos, e religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não têm no Brasil convento nem casa”.⁵⁸ A partir da nomeação de Antônio de Albuquerque, em 1709, como governador de São Paulo e do território das minas de ouro, o que associa-se diretamente à convulsão sócio-política suscitada pela Guerra dos Emboabas (1707-1709), o Estado absolutista português encampa um novo conjunto de orientações visando um efetivo controle da região mineradora. A criação das primeiras vilas é parte deste processo, assim como também o é a determinação régia para

⁵⁵ Idem, *Os Leigos e o Poder (irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais)*, São Paulo, Editora Ática, 1986, pp.21-2.

⁵⁶ *Ibidem*, p.17.

⁵⁷ *Ibidem*, p.23.

⁵⁸ Andre João ANTONIL (João Antônio Andreoni), *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e Minas*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1967, p.264.

que o governador desse toda ajuda ao arcebispo da Bahia e ao bispo do Rio de Janeiro, para que se fizesse “despejar a todos os Religiosos e Clérigos que se acharem nas Minas sem emprego necessário, que seja alheio ao seu Estado”.⁵⁹ Não obstante, já em 1710, Antônio de Albuquerque comunicava ao rei a ineficácia da decisão, imputando ao bispo do Rio de Janeiro desinteresse em por a medida em prática, sugerindo que esta passasse à esfera da competência dos ministros seculares.⁶⁰ Em resposta a este comunicado, o rei estranha o alheamento do bispo carioca, Dom Frei Francisco de São Jerônimo, mas cuida de autorizar o governador a agir contra os religiosos sem ocupação na região das minas, valendo-se mesmo de meios violentes para tal se necessário fosse.⁶¹

Muitas foram as reedições dessas medidas, resultando em um grande repertório de ordenações e editos régios no sentido de se proibir o estabelecimento de ordens religiosas ou especialmente em fazer expulsar religiosos sem ocupação em atividades espirituais. É importante considerar, entretanto, que não se assegurou com essas medidas uma efetiva inexistência de ordens regulares na região; todavia, estas não chegaram a exercer qualquer papel de destaque na condução dos assuntos religiosos nas Minas.⁶² Importa mesmo perceber que estas instruções, que se repetem por toda a primeira metade do Dezoito, refletem que à região mineratória, desde o início, a presença do clero teve um tratamento essencialmente político por parte da Coroa.⁶³ Mais ainda, pode-se perceber um gradação neste processo, que a princípio recorre à autoridade dos bispos e dos vigários de vara para a execução dessas medidas, e que progressivamente transfere esta incumbência às autoridades civis, apelando à atuação direta dos governadores e ouvidores de comarcas.⁶⁴

Ao que interessa mais diretamente aqui, esta situação refletiu-se no fato de que com as pesadas restrições ao estabelecimento de ordens regulares, as irmandades de leigos

⁵⁹ **RAPM**, Belo Horizonte (XVI), 1911, p.335 / Caio César BOSCHI, “Como os filhos de Israel no deserto?” (ou: a expulsão de eclesiásticos em Minas Gerais na 1ª metade do século XVIII), *Varia História*, Belo Horizonte (21) junho: 119-141, 1999, pp.125-6.

⁶⁰ **AHU**, Minas Gerais, cx.1, doc.20 apud Caio César BOSCHI, “Como os filhos de Israel...”, 1999, p.126.

⁶¹ [Carta régia ao governador e capitão-general de São Paulo e Minas do Ouro sobre a expulsão dos clérigos das Minas (09/06/1711)] FUNDAÇÃO João Pinheiro, *Código Costa Matoso*, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999, pp.346-7 e Caio César BOSCHI, “Como os filhos de Israel...”, 1999, p.126.

⁶² Apontamentos sobre algumas das ordens religiosas que chegaram a se fixar ou ter a presença comprovada de alguns de seus membros no território das Minas, são oferecidos por Caio Boschi. Identifica-se para o Dezoito, a presença de esmoleres da Terra Santa, capuchinhos, jesuítas, ursulinas e franciscanos. Ver: Caio César BOSCHI, *Os leigos...*, 1986, p.83.

⁶³ Caio César BOSCHI, “Como os filhos de Israel...”, 1999, p.129.

⁶⁴ *Ibidem*, p.127.

viriam a ser as principais promotoras do serviço religioso, fortalecimento a posição dos leigos no conjunto da vida religiosa na capitania.

A evolução das ereções de irmandades ao longo do século também muito pode dizer da evolução econômica e social da capitania. Particularmente, a diferenciação nas invocações evidencia ritmos na estratificação daquela sociedade. As primeiras associações constituídas, via de regra, demarcam extremos, sendo dedicadas ao Santíssimo Sacramento, a congregar os homens bons das povoações, e a Nossa Senhora do Rosário, agremiando escravos africanos. Irmandades dedicadas a São Gonçalo ou São Gonçalo Garcia, protetor dos homens pardos, somente com o avançar do século teriam lugar na sociedade mineira. O mesmo se pode dizer das ordens terceiras, que apresentam um quadro social mais sofisticado, composto por comerciantes, funcionários graduados da burocracia estatal, militares, entre outros membros destacados da sociedade. A instituição destas ordens terceiras, que só se verifica a partir de meados do século, atesta a consolidação da sociedade local, sendo que algumas irmandades já instituídas buscariam se transformar em ordens terceiras, como foi o caso da de Nossa Senhora do Carmo, de São João del Rey, ou ainda no fato de que regiões onde não se verificou o mesmo desenvolvimento das principais vilas, não chegam a constituir ordens terceiras, como foi o caso de Vila Nova da Rainha, Catas Altas, ou outros tantos arraiais.⁶⁵

Os diversos grupos estariam representados nas irmandades, sempre, é claro, bem marcada a condição social dos irmãos. Vale destacar algumas filiações típicas, tais como as classes dirigentes originais das povoações e reinóis, que normalmente associavam-se às confrarias do Santíssimo Sacramento, Nossa Senhora da Conceição, São Miguel e Almas, Bom Jesus dos Passos e Almas Santas; os comerciantes ricos, donos de lavras, burocratas, militares, que como já se disse, pertenciam normalmente aos quadros das ordens terceiras do Carmo e de São Francisco; os escravos africanos, nas irmandades do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia; os escravos crioulos, forro, mulatos, na irmandade das Mercês, e os pardos na de São Gonçalo.⁶⁶

⁶⁵ José da Paz LOPES, *Uma corporação religiosa; vida e obra da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo, da Vila de São João Del Rei*, Belo Horizonte, 1968 (Tese de concurso para Cátedra de História do Colégio Estadual de Minas Gerais); Fritz Teixeira SALLES, *Associações Religiosas no Ciclo do Ouro*, Belo Horizonte, Centro de Estudos Mineiros - UFMG, 1963; Caio César BOSCHI, *Os leigos...*, 1986, p.20.

⁶⁶ Fritz Teixeira SALLES, *Associações Religiosas...*, p.47; Célia Aparecida Resende Maia BORGES, *Devoção branca...*, p.63.

Fato é que qualquer análise detida sobre as irmandades de leigos em Minas Gerais ao longo do Setecentos, ao menos no que concerne à região mineradora central, atesta uma espécie de onipresença destas instituições, deixando ver um quadro em que era praticamente impossível viver à margem de seus quadros.⁶⁷ O viver citadino é sem dúvida o elemento que mais acentuou esta preponderância das irmandades nos ritos do cotidiano. Interessa, portanto, identificar algumas teias de relação entre a sociabilidade das irmandades e o ambiente urbano, buscando perceber como estas instâncias foram se imbricando e auto-reforçando a este tempo das Vilas do Ouro.

É fato que o Império colonial português, muito especialmente a América portuguesa, conheceu no século XVIII um certo incremento das relações citadinas que em muito fez diferir a sociedade nesta centúria. A cada vez mais clara posição tributário-fiscalista do Estado português teve, como reflexo direto, a criação de novas vilas e cidades, estabelecendo todo um aparato burocrático e assegurando domínio e posse dos territórios.⁶⁸ Esta é a contra-face nas políticas de Estado portuguesas, de um processo efetivo de complexificação das relações econômicas, especialmente no que diz respeito às profundas alterações operadas após a descoberta das minas de ouro. Não obstante, a importância das cidades e a dinamização das relações econômicas a elas associadas, traz logo seu reflexo na complexificação das relações sociais, seja à conta de toda uma estrutura de serviços que vem a se desenvolver, quanto no próprio aumento do ritmo e dos espaços de contato entre os segmentos bem marcados de uma sociedade escravista.

A cerrada polarização da sociedade dos dois primeiros séculos da América portuguesa, acento típico da economia baseada na monocultura agro-exportadora, é rompida, e assiste-se a emergência de segmentos intermediários a demarcar um quadro de heterogeneidade social, suplantando em definitivo às possibilidades de um simples transplante cultural dos padrões sociais vigentes no reino à vida citadina na Colônia.⁶⁹ Esta é realidade que se pode contar às vilas e cidades do litoral, mas é sem dúvida mais contundente ao se pensar o espaço das Minas. Esta região no interior do continente, realmente se faria urbana num sentido sem paralelos ao Império colonial português de então. Muito já se disse aqui dessa especificidade, mas não é demais sintetizar as idéias mestras. Dois são os traços distintivos mais claros dessa experiência urbana. O primeiro,

⁶⁷ Caio César BOSCHI, *Os leigos...*, 1986, p.26.

⁶⁸ Idem, "A presença...", 1998, pp.359-60.

⁶⁹ *Ibidem*, p.360.

diz respeito ao fato próprio de que Minas já nasce urbana. Não são suas cidades desdobramento do campo, ou instâncias plantadas, com objetivo político ou estratégico, todavia sem contrapartida de forças internas que impulsionem seu desenvolvimento; ao contrário, trata-se de confluência original de chãos de produção e reprodução, de que o ambiente citadino seria consequência natural. É também grande de nascimento. O fluxo migratório sem par na colonização moderna, faz desta região, e das nucleações que logo atraíram a quase totalidade dos que chegavam, bastante populosa logo em seus primeiros anos; e mais importante ainda que o fato de serem os núcleos urbanos mineiros já grandes de nascença, é o fato de que cresceram alimentados por estes fluxos migratórios, a taxas que se mantiveram bastante elevadas por pelo menos toda a primeira metade do século. Nenhum outro fator deve ter causado impacto tão grande aos sentidos mais comezinhos do viver naquelas vilas do que o crescente número de almas que se fixavam àqueles lugares. O segundo ponto a se destacar é a força da sociabilidade acentuada no meio urbano e que se faz animar exatamente por conta das irmandades de leigos. O tipo de sociedade que se fincaria às Minas, estratificada por conta da vitalidade econômica, e intensificada nos espaços de contato possibilitados, em especial, pelo espraçamento e importância das irmandades pelos diversos estratos sociais, só viria a ter experiência semelhante no Brasil do Dezenove. A formação desse urbano de Minas Gerais é assim, sem dúvida, a soma de muitas dessas forças, sendo fenômeno complexo e para além de pura expressão do ouro, a fixação populacional que deu corpo a uma divisão social do trabalho e espaço à formação de um mercado consumidor bastante dinâmico, ainda que, vale lembrar, a “reprodução da pobreza” não tenha deixado de ser o traço mais característico desta sociedade e que por muito tempo passou à historiografia com a simples máscara do fausto.⁷⁰

No que diz respeito à relação das irmandades com o nascimento propriamente dito das povoações mineiras, pode-se rastrear os caminhos da polarização urbana a partir das ereções de irmandades do Santíssimo Sacramento, uma vez que estas só poderiam ser constituídas canonicamente nas igrejas paroquiais.⁷¹ Acha-se aí, portanto, um indício sobremaneira relevante de um momento em que se constituíam as bases primeiras de um assentamento da sociabilidade nos arraiais. As irmandades assumiam a este instante da formação das Minas, as feições de manifestação e defesa dos interesses das populações

⁷⁰ Ver: Laura de MELLO E SOUZA, *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*, Rio de Janeiro, Graal, 1982, especialmente o cap. 1 - “O Falso Fausto”.

⁷¹ Caio César BOSCHI, *Os leigos...*, 1986, p.24.

locais, de qualquer arraial e freguesia que ensaiasse existir, não despontando, portanto, como expressão da sociabilidade de centros já desenvolvidos. É por isto que estas associações se confundem com o surgimento mesmo dos aglomerados urbanos setecentistas, e espalham-se por todas as regiões da capitania, e não somente nas áreas de maior desenvolvimento.⁷² Não obstante, o incremento da sociabilidade laica, a segmentação e multiplicação das irmandades em uma mesma localidade, a força e o prestígio hierarquicamente estampados na representação social, são sem dúvida fatores associados ao desenvolvimento urbano, fazendo, aí sim, concentrar nas regiões mais desenvolvidas da capitania as mais contundentes mostras desta sociabilidade de leigos como expressão de urbanidade.

Seria, entretanto, empobrecedor buscar achar qualquer eixo de determinação em uma conjuntura de reforços mútuos como esta. O urbano (e a urbanidade em especial) do Dezoito só se entende pela existência das irmandades laicas, e o desenvolvimento destas, por sua vez, só se deixa ver na condição urbana das Minas. Importa mesmo, portanto, é pensar como se dá este imbricamento na vida cotidiana, assim como, buscar ver o tempo em que estas forças vão perder sincronia, já com a passagem para o Dezenove, ao quando das rearticulações da relação entre urbano e rural na capitania, o que constitui, sem dúvida, reflexão essencial ao presente trabalho.

Tome-se então uma imagem, a comunicação à comunidade confrarial da morte de um irmão. A conhecida, e já referenciada aqui, estreiteza entre a ritualística da morte e o imaginário cristão a este tempo das Minas, impõe aos confrades a ativa participação nos funerais uma vez que o garante da boa morte dependia da solidariedade dos vivos. Esta vivência da morte, bem sentida nas marcas deixadas na representação artística, em especial da primeira fase do Barroco Mineiro, ou na preocupação com o sufrágio das almas e os ritos fúnebres que se acompanha nos testamentos ou nos próprios compromissos das irmandades, assenta também uma presença no cotidiano que só se viabiliza em função dos ajuntamentos urbanos.

Ao falecer um irmão, cabia ao sacristão anunciar a morte através do toque fúnebre dos sinos da igreja; também um mensageiro deveria percorrer a vila com a campanha e uma cruz na mão. Ausentar-se dos préstitos fúnebres era falta grave ante seus pares na confraria, sendo que não só as voltas da sociabilidade compeliavam o irmão a isto, mas

⁷² *Ibidem*, p.31.

especialmente, a sua própria preocupação com o zelo que os irmãos deveriam ter no cuidado de sua próprias alma quando lhe fosse a hora. Os sinos tinham papel central na comunicação do ocorrido aos irmãos, como de resto a uma série de eventos da vida cotidiana. Através da quantidade e do tipo dos dobre prontamente se informava se o defunto era adulto ou criança, mulher ou homem. Em 1747, os irmãos negros de Santa Efigênia do Alto da Cruz, em Vila Rica, eram repreendidos pelo visitador Dom Henrique Moreira de Carvalho, por conta de tocarem os sinos “a toda hora e todo a o tempo contra o que dispõe a constituição observada neste Bispado”, que rezava que os dobres não deveriam passar de três no caso do defunto ser homem, e dois se mulher.⁷³

A mensagem desses sinos dobrados no alto do morro na capela de Santa Efigênia, se deixaria ouvir provavelmente desde Antônio Dias até Padre Faria, um ouvido atento escutaria mais longe. Não obstante, a comunicação efetiva e o atendimento sem muito tardar dos irmãos a cuidar de seus mortos, é coisa que só podia ter lugar no ajuntamento do urbano. Mais ainda, mesmo que a notícia pudesse ser passada sem demora a partes mais distantes, os elementos que alimentariam a vivência cotidiana desta ritualística só se adensam no espaço urbano, ainda mais se pensarmos na mobilidade e possibilidades de reunião de negros escravos, sempre condicionada à vontade de seus senhores. Mais ao final do século, e certamente mais às regiões em que o meio rural foi mormente se desenhando, o registro de propriedade de casas nas vilas, por parte das irmandades, com o objetivo de servir ao velório de seus irmãos que não residiam em partes mais distantes é um sinal interessante de como o ritmo das práticas cotidianas de sociabilidade seria bastante diverso. A irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da vila de Campanha da Princesa, na região sul da capitania, reza no capítulo XII de seu compromisso, já pelo ano de 1800:

“... e por que a maior parte dos irmãos desta irmandade são assistentes pelas lavouras de seus senhores distantes desta igreja meia légua, uma e mais légua, a mesa fará nesta vila uma casa para nela se depositarem os cadáveres dos irmãos de onde serão conduzidos a esta igreja como fica dito, o que se fará com aqueles de quem a irmandade percebeu utilidade, ainda que depois venha a dever à mesma por cair em pobreza...”⁷⁴

⁷³ **AEPAD**, “Capítulos, Editais e Provisões do Bispado de Mariana (1743-1756, fls. 12-12v) apud Célia Aparecida Resende Maia BORGES, *Devoção Branca...*, p.198.

⁷⁴ **AHU**, Minas Gerais, códice 1534, “Compromisso da Irmandade de N.ª Sr.ª do Rosário dos Homens Pretos incorporada na sua igreja cita na vila da Campanha da Princesa” apud Célia Aparecida Resende Maia BORGES, *Devoção Branca...*, p.198.

As exigências constantes dos compromissos, rezando o dever de visitar enfermos, encarcerados e todo tipo de necessitado, tinha nos próprios componentes dos sodalícios os principais beneficiados. Visitar um irmão doente e prover-lhe do que fosse preciso para sua melhora ou para o alívio de seu sofrimento era um dos principais deveres a serem observados.⁷⁵ Os sentidos do auxílio mútuo são particularmente flagrantes no caso das irmandade de negros e mulatos, sendo a preocupação com o cuidado aos irmãos em enfermidades graves, em suas últimas horas, ponto normalmente ressaltado nos compromissos de associações instituídas em partes diversas da capitania, como na irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Vila do Príncipe:

“(...) por alguma enfermidade, e sendo dará parte aos Juizes para que o visitem e mais Irmãos para que farão o mesmo, e terá cuidado de lhe mandar confessor e de lhe darem os sacramentos, e se for escravo de quem lhe não possa dar alguma cousa de que necessitar dar-lhe-ão uma esmola de ouro, e se morrer se lhe dará a mortalha, em caso que a não tenha.”⁷⁶

A preocupação se estendia também aos irmãos que se encontrassem desamparados na velhice, particularmente no caso dos escravos descartados por seus donos em idade, ou condições físicas, que os incapacitassem ao trabalho. A mesma irmandade do Rosário de Campanha da Princesa que cuidou de destinar uma casa na vila para o velório dos seus irmãos que estavam espalhados pelas áreas rurais, também contemplava em seu compromisso o caso desses escravos desamparados:

“(...) e quando o irmão doente seja daqueles que seus Senhores os lançaram a peregrinar depois de os haverem desfrutados em tempo de saúde, e sem compaixão deles os deixam morrer pelas Ruas, e Campos como infelizmente sucede, terá a Irmandade uma Casa para recolhimento de semelhantes irmãos.”⁷⁷

Vários casos também poderiam ser listados em que a irmandade se incumbia do pagamento de medicamentos e dos serviços de algum cirurgião ou boticário que assistiu a

⁷⁵ Julita SCARANO, *Devoção e Escravidão: a Irmandade de nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*, São Paulo, Conselho Estadual de Cultura / Companhia Editora Nacional, 1975, p.79.

⁷⁶ AAD, “Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Vila do Príncipe, 1727”, 8º cap. apud Julita SCARANO, *Devoção e Escravidão...*, 1975, pp.91-2.

⁷⁷ AHU, Minas Gerais, códice 1534, “Compromisso da Irmandade de N.ª Sr.ª do Rosário dos Homens Pretos incorporada na sua igreja cita na vila da Campanha da Princesa” apud Julita SCARANO, *Devoção e Escravidão...*, 1975, p.94.

um de seus associados desprovido de recursos.⁷⁸ No caso dessas irmandades de negros e mulatos, cumpre ainda destacar algum exemplo da participação dessas na promoção da alforria de seus congregados, perspectiva muitas vezes assumida nos próprios compromissos:

“Todas as vezes que qualquer Irmão ou Irmã desta Irmandade que por seus bons serviços alcançar carta de alforria e liberdade de seu senhor, e houver quem a queira encontrar, e o dito Irmão não tiver com que correr pleito para a dita sua liberdade e se valer da Irmandade dar-lhe-ão os irmãos todo o adjutório que para a tal liberdade for necessário e juntamente a todo o escravo que por mau cativoiro, e crueldade de seus senhores se quiser por em Liberdade.”⁷⁹

De forma ampla, pode-se dizer que, ao que interessa entender aqui, todos esses exemplos ajudam a compor a um quadro em que o ambiente urbano é fundamental para uma maior efetividade das funções prementes às irmandade, pautadas incisivamente por atributos da vida em cotidiano e do sentimento comunitário e de auxílio mútuo. O efeito de proximidade das pessoas e o aumento da frequência nos encontros diversificados do cotidianos importa em um vigor específico da sociabilidade que tem lugar no seio dessas irmandades laicas.

Deve-se cuidar, neste particular, de não tomar esta sociabilidade em perspectiva redutora. Um palheiro de sentidos se superpõe na vida social que se apresentava pela via das irmandades ao Setecentos mineiro, fossem como práticas de distinção, defesa de interesses políticos, instância de lazer ou devoto pendor religioso; múltiplas significações se fundem no cotidiano das irmandades. A razão disto, como pondera Maria Alexandre Lousada discutindo o caso de Lisboa, é que “não há sociabilidades puramente recreativas ou exclusivamente profissionais, porque a vida social é o ponto de inteseção de lógicas múltiplas dos comportamentos dos actores sociais”.⁸⁰

Investindo então em algumas das evidências mais flagrantes da relação entre o espaço urbano e a vida cotidiana dinamizada pela ação das irmandades, dois pontos

⁷⁸ Donald RAMOS, *A social History of Ouro Preto: stresses of dynamic urbanization in colonial Brazil, 1695-1726*, Michigan, University Microfilms, 1973 (Tese de Doutorado em História na Flórida University, em 1972), pp.266-7.

⁷⁹ AAD, “Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, Serro do Frio”, cap. 17 apud Julita SCARANO, *Devoção e Escravidão...*, 1975, p.86.

⁸⁰ Maria Alexandre LOUSADA, *Espaços de sociabilidade em Lisboa: finais do século XVIII a 1834*, Lisboa, Faculdade de Letras / Universidade de Lisboa, 1995, 2 vols. (Tese de doutorado em Geografia Humana), p.18; Caio César BOSCHI, “A presença...”, 1998, p.354.

merecem destaque, ambos colocando em relevo o tema da competitividade entre essas confrarias: a construção dos templos e as festas e procissões do calendário religioso.

A competitividade entre as diversas irmandade que dividiam o espaço das vilas e cidades coloniais é consequência direta da centralidade destes organismos à vida cotidiana e a sua posição na estrutura de prestígio naquela sociedade. Às Minas o que de mais flagrante se deve ver a este contexto são os interesses de distinção alimentados em uma sociedade de pessoas das mais diversas condições, em que o instituto da escravidão muito rapidamente alimentava nos espíritos dos que passavam à Colônia pela *auri sacra fames*, ares e desejos de fidalguia. Quanto mais segmentada e heterogênea, portanto, apresenta-se a sociedade, e quanto mais irmandades acabam por se concentrar no espaço citadino, naturalmente maior é a propensão ao desenvolvimento da competitividade, que em última instância se fez alimentada pela própria Coroa ao se acanhar em suas funções de custear o serviço religioso, para o qual, não obstante, não se esqueceu de cobrar os dízimos, negócio especialmente rentável às Minas como já se ponderou aqui.

À paisagem das cidades, entretanto, a tradução desta competitividade se dá aos olhos nas muitas igrejas que as irmandades fizeram construir. O quadro seria bastante diverso do que vigorou nas construções monásticas, sempre fiadas em padrões bem fincados, refletindo tradições próprias à cada uma das ordens e seguindo normalmente projetos de alguns dos seus irmãos, instruídos em rígidos cânones da tratadística arquitetônica européia, resultando em construções sobremaneira próximas em partes diversas do Império. Dos jesuítas, partido originalmente do antigo colégio da Companhia em Coimbra (hoje a Sé Nova) e da igreja de São Roque, de Lisboa, para desdobrar a partir de Portugal o modelo construtivo que tem como símbolo maior a Il Gesù, de Roma, muitas outras construções podem ser associadas. Em 1577, Frei Francisco Diogo, abandona as obras de São Roque em Lisboa e parte para Salvador, onde orientaria a construção do Colégio jesuíta.⁸¹ O Colégio Jesuítico de Santo Inácio, no Rio de Janeiro (destruído juntamente com o Morro do Castelo em 1922); a igreja de Nossa Senhora da Graça, em Olinda; as aldeias jesuíticas de Anbrante, na Bahia e de Nova Almeida, no Espírito Santo, ou a igreja de São Francisco Xavier, em Belém, no Pará e a própria igreja jesuítica de Salvador (hoje Sé), mostram bem em suas fachadas estas semelhanças, igualmente perceptíveis na igreja do Colégio da Missão do Padroado Português em Pequim,

⁸¹ Germain BAZIN, *A arquitetura religiosa no Brasil*, Rio de Janeiro, Record, 1989, vol. 2, p.22.

construída em 1660, na igreja de São Paulo, em Macau, ou ainda, na igreja da Sé de Goa, dedicada à Santa Catarina de Alexandria, e sob administração dos frades dominicanos. Igual familiaridade nos exemplos pode ser estendida nas igrejas e conventos dos franciscanos. O impressionante convento da ordem em Salvador, na sua fachada e nas feições do claustro interno, irmana, entre outros mais, o templo de Penedo, em Alagoas; de Olinda e Iguaçu, em Pernambuco; da Vila de São Francisco, de Santo Antônio de Cairu e Santo Antônio de Iguape, na Bahia, ou, mais distante da América portuguesa, a monumental igreja de São Francisco de Assis, em Goa.

No que diz respeito às irmandade, mesmo os templos que teriam lugar exatamente ao lado de suas irmãs primeiras, como no caso do templo dos terceiros franciscanos de Salvador, a história já seria bastante diversa no que diz respeito à maior liberdade em que se daria a expressão arquitetônica. Às Minas, muito mais contundente seria esta dissociação dos cânones que orientaram a arquitetura monástica portuguesa. A distância dos modelos, dá lugar a um ambiente em que, ao longo do século Dezoito, conhece-se um impressionante desenvolvimento das soluções construtivas, em intenso diálogo com as inovações surgidas por aquelas próprias terras. Outro nome para este diálogo é competição. O interesse dos confrades em plantar na paisagem da cidade um templo que comunicasse eloqüentemente a posição da irmandade, trouxe à mesa diretora destas associações, a preocupação de decidir a construção de suas igrejas, em observação constante do trabalho dos mestres mais importantes em outros edifícios das Minas e em sintonia com as transformações no gosto da época. Maior vagar será dado aos artífices e à arquitetura religiosa no capítulo seguinte deste trabalho, entretanto vale anotar dois breves exemplos desta relação entra a competitividade das irmandades e as transformações na arquitetura do Barroco Mineiro. Em 1770, a ordem terceira de Nossa Senhora do Carmo, de Vila Rica, decide recuar em um palmo as torres da fachada de sua igreja, que seguia em obras de acordo com o novo risco, de autoria de Manuel Francisco Lisboa, aprovado em 1766, por esta parecer muito reta em suas feições. Muito provavelmente, coube a Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, filho do autor do risco, a reforma deste, como sugere a sua presença na louvação realizada em março de 1771.⁸² Esta alteração se associa diretamente à importante reforma introduzida por Aleijadinho na arquitetura dos templos mineiros, a partir da reforma no frontispício da matriz de São João Batista, em Morro Grande, onde

⁸² Francisco Antônio LOPES, *História da Construção da igreja do Carmo e Ouro Preto*, Rio de Janeiro, Publicação do SPHAN, 1942, pp.116-7 e 121-2 / Germain BAZIN, *A arquitetura...*, vol.2, pp.73-4.

pela primeira vez se verifica um recuo das torres em relação à fachada. Igualmente importante, é anotar que em 1766, foi entregue à mesa dos terceiros franciscanos de Vila Rica, o risco de sua capela, atribuído também ao Aleijadinho, e no qual figura em plenitude essas novas orientações de traços; o que certamente influenciou na preocupação da rival do Carmo, em não ficar com seu templo acanhado em relação ao melhor do gosto da época.

Outro exemplo interessante, é relativo às igrejas das Ordens Terceiras de São Francisco, em São João del Rey e Vila Rica. Originalmente, no risco proposto aos terceiros de Vila Rica em 1766, ao que tudo indica, estaria previsto um entalhe sem profusão de detalhes para a porta, talvez encimado simplesmente pelo brasão da ordem, como o executado pelo mesmo Aleijadinho para a igreja de Nossa Senhora do Carmo, de Sabará por volta de 1769-70; todavia, em julho de 1774, os terceiros de São João del Rey aprovam um magnífico risco deste arquiteto, o qual continha uma grande portada ricamente ornada a ser esculpida em pedra sabão. A rivalidade entre as irmandades, fez com que os terceiros de Vila Rica encomendassem um novo projeto para a porta de seu templo, pagando 14\$400 a este Antônio Francisco Lisboa, em 1774-5, pelo “risco da nova portada”. Mesmo com a maestria do arquiteto e escultor, o concerto não deixou de ser visível no frontispício, para o qual a porta é um tanto grande demais em relação às partes lisas da fachada, quase encostando nas janelas do coro mesmo tendo estas sido recuadas o mais possível no sentido das torres, problemas que não se vêem no templo de São João del Rey, mais bem proporcionado.⁸³

Não só a presença, armada para capturar os olhos, destas igrejas no cenário das Vilas do Ouro, e o desenvolvimento de um vocabulário arquitetônico de acentos próprios animado pela competição das irmandades, estas associações ainda faziam cuidar de melhoramentos no entorno de seus templos, e mesmo de construir e reparar obras públicas, com vistas a facilitar ou embelezar as vias de acesso aos templos, o que também se explica por conta do uso destes caminhos nos desfiles das procissões.⁸⁴ A relação com o espaço e obras públicas é só mais um desdobramento dessa competitividade, que se fazia também disputa entre bairros de uma mesma vila (Ouro Preto e Antônio Dias em Vila Rica é o melhor exemplo), arraiais vizinhos, e centros urbanos esparsos, para os quais sua

⁸³ Germain BAZIN, *A arquitetura...*, vol.1, pp.216 e 230.

⁸⁴ Caio César BOSCHI, “A presença...”, 1998, p.360.

vitalidade e pujança podia bem ser medida e atestada pela expressividade e número de suas igrejas.⁸⁵

No que diz respeito às festividades e procissões religiosas, deve-se insistir na necessidade de entender esses eventos como momentos de ritualização das posições e dos conflitos que subsistem àquele quadro social. Especialmente à primeira metade do Dezoito, no momento inicial do aumento das segmentações daquela sociedade, que ainda assumia feições muito difusas no nascimento da mineração.

Essas festas, na oportunidade que ofereciam à exibição do poder e ao reforço do prestígio social de alguns grupos, faziam também flagrantes as desigualdades sociais que ali estavam presentes. As irmandades de negros buscaram se valer deste contexto como meio para inserção de manifestações culturais e padrões de comportamentos que fora do tempo festivo, muito dificilmente seriam aceitados. Este exercício de inserção e diferenciação, buscava assim, tanto suscitar a simpatia das autoridades civis e eclesiásticas, bem como do conjunto da sociedade, a padrões culturais que se afastavam da ortodoxia das práticas religiosas, como também assegurar gradativamente condições de autodeterminação no que diz respeito aos assuntos da irmandade e suas atividades rituais.⁸⁶ Funcionavam, então, essas festas religiosas tanto como lugar de explicitação das hierarquias, como também em espaço privilegiado, único em vários sentidos, à composição de redes de sociabilidade com alcance interétnico. Por conta disto, não hesitavam as mesas diretivas das irmandades em dedicar toda a atenção a estes eventos, sendo sobremaneira reticentes ao corte de gastos, sobretudo no que diz respeito às festas em homenagem ao patrono da confraria, onde mais explicitamente se fortaleciam os laços da sociabilidade interna ao sodalício, assim como sua imagem externa.⁸⁷ Destacavam-se, então, dois tipos de festividades, as festas particulares que cada irmandade dedicava à sua devoção principal, e os grandes acontecimentos, em todas as irmandades tomavam parte, em rígida demarcação de papéis. Nestas festividades conjuntas, tinham lugar tanto rituais coletivos, celebrados normalmente na igreja matriz, como eventos particulares, realizados nas igrejas das próprias irmandades, mas dentro do corpo dos festejos das datas santificadas mais importantes, basicamente a Quaresma, a Semana Santa e o Corpus Christi. Os confrades de algumas irmandades do Rosário, por

⁸⁵ Idem, *Os leigos...*, 1986, p.33.

⁸⁶ Caio César BOSCHI, "A presença...", 1998, p.360; Marcos Magalhães de AGUIAR, *Vila Rica dos Confrades: a sociabilidade entre negros e mulatos no século XVIII*, São Paulo, FFLCH/USP, 1993 (Dissertação de Mestrado em História), p.275.

⁸⁷ Caio César BOSCHI, "A presença...", 1998, p.361.

exemplo, promoviam rituais particulares aos sábados da quaresma, nos quais os irmãos saíam em procissão “cantando o Padre Nosso e Ave Maria e o capelão meditava nos mistérios da Paixão de Nosso Senhor”.⁸⁸ Mesmo que grandes festejos como a procissão de Corpus Christi fossem custeados pelos Senados e Câmaras Municipais, a efetiva realização do evento cabia às irmandades, arcando inclusive com o ônus das várias atividades complementares à procissão em si.

No detalhe do cotidiano, entretanto, a religiosidade era exercício continuado e que se nutria de inúmeras atividades a envolver os confrades. Todos os compromissos das irmandades apresentavam assim os dias da semana e do ano a serem dedicados às práticas devocionais, tanto os cultos celebrados em conjunto com outras irmandades e o em homenagem ao padroeiro e demais santos que tinham nos altares laterais das igrejas, como o dia-a-dia de rezas, novenas e missas semanais. As missas podiam ser rezadas ou cantadas, sendo esta última, dedicadas somente aos momentos mais solenes da vida confrarial e nas quais, para além de um cura, eram normalmente contratados pregadores de destaque, normalmente escolhidos pelos juizes das irmandades.⁸⁹ A quase totalidade das peças musicais dos compositores mineiros do século Dezoito que alcançaram o presente, são de natureza sacra, não parecendo arriscado afirmar que enorme parte das composições do período deviam mesmo servir às práticas religiosas, uma vez que constituíam a principal oferta à ocupação dos músicos. Deste repertório originalmente composto para as celebrações mineiras, constavam hinos e parte variáveis dos ofícios, quanto também missas completas, respeitando a estrutura de: Kyrie, Glória, Credo, Sanctus, Benedictus e Agnus Dei.

Os cultos semanais, entretanto, eram os eventos que mais diretamente marcavam o cotidiano e afirmavam os sentidos da sociabilidade confrarial. Os irmãos não descuidavam da preparação destes ofícios, fazendo limpar as igrejas, e provê-las de ornatos, flores e velas. Comumente tinham lugar aos domingos, sendo o sábado preferido por algumas das irmandades. Realizavam-se também as rezas do terço e pequenas procissões, restritas à poucas ruas ou mesmo ao entorno da capela. A irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Vila Rica, assumia em seu compromisso a realização de missas todos os sábados, domingos, e dias santos, bem como uma ladainha no final da missa de sábado e a reza do

⁸⁸ AHU, Minas Gerais, cód. 1286, “Compromisso da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos da Freguesia de Lagoa Dourada”, cap.16, 1793 apud Célia Aparecida Resende Maia BORGES, *Devoção Branca...*, pp.192-3.

⁸⁹ Idem, *Devoção Branca...*, pp.190-1.

terço no primeiro domingo.⁹⁰ Após a realização dos cultos, estes encontros semanais assumiam a função de importantes momentos de confraternização, acercando ainda mais os sentidos dessa sociabilidade.

Não obstante os ideais de solidariedade e ajuda mútua que animavam os irmãos, o espaço interno das irmandades também se crivava de segmentações, afirmando a significação social que as distinções nas irmandades conferiam. O lugar reservado aos juizes e procuradores para assistirem às missas, assim como a posição que ocupavam e os símbolos que carregavam os membros da Mesa dirigente nos cortejos, bem marcam essas hierarquias e o prestígio associado a essas posições.⁹¹

Um ponto mais deve ser tocado, mesmo que com brevidade, na intenção de ajuntar alguns fios com a tônica da argumentação que conduzirá as discussões da parte final deste trabalho, e que procuram ler a chegada do Dezenove como uma fissura profunda, mesmo que rombuda, no território da cultura nas Minas. Particularmente, trata-se aqui de atentar em poucas linhas para a dimensão política das irmandades.

A partir de meados do século, fez-se cada vez mais claro o interesse da Coroa em determinar com clareza a tutela das irmandades ao poder secular, restringindo as possibilidades de intromissão do eclesiástico na fiscalização e controle dessas associações. Ao Estado português, importava não descuidar da dimensão e função política que gradativamente foram assumindo as irmandade, por conta exatamente da sua centralidade e alcance no corpo da sociedade colonial. Preocupava assim, criar condições para neutralizar os conteúdos políticos que pudessem ameaçar a manutenção do sistema colonial.⁹² Um ofício de Martinho de Melo e Castro, datado de 7 de março de 1794 e dirigido aos deputados da Mesa de Consciência e Ordens, dá conta deste posicionamento:

“É muito para recear que todo o Brasil se acha inundado de semelhantes associações debaixo do título de confrarias e irmandades, sem que se saiba o número dela, nem se todas ou maior parte seguem o mesmo criminoso sistema das Minas Gerais (...). Sendo bem conhecidos os danos que têm resultado aos estados soberanos de muitas das ditas associações erectas ao princípio debaixo do título de piedade e devoção, e convertido depois em

⁹⁰ AHU, Minas Gerais, cód. 1820, cap. 2º apud Idem, *Devoção Branca...*, p.192.

⁹¹ Idem, *Devoção Branca...*, pp.190 e 196.

⁹² Caio César BOSCHI, “A presença...”, 1998, p.369.

conventículos sediciosos e origem de muitos e muitos funestos acontecimentos.”⁹³

Minas à segunda metade do Dezoito assiste exatamente ao fortalecimento e à expansão desses movimentos associativos, na exata medida em que mais pronunciada mostrava-se a ação repressiva do Estado português, dando conta tanto da complexificação da sociedade, quanto da criação de novos núcleos urbanos em partes diferentes do território. O encontro com o Dezenove, todavia, delineia uma conjuntura de declínio dessas irmandades de leigos, alimentada por sua perda de centralidade social, que como insiste Caio Boschi, é comum a todo o Império português.⁹⁴ À conjuntura urbana, compõe-se uma mudança no quadro geral das sociabilidades, associada a uma certa laicização dos espaços associativos, e do espaço da cidade em si. Materializava-se um aumento das possibilidades associativas, tanto aos grupos intermediários quanto às elites, não obstante não se afaste a manutenção e persistência das sociabilidades tradicionais.⁹⁵ Este contexto seria especialmente caro à Lisboa dos últimos anos do Dezoito ou ao Rio de Janeiro do Dezenove a partir da vinda da Corte. Minas, entretanto, apresentaria um cenário mais complexo, uma vez que junto desse redesenho das sociabilidades que alcança em longos braços recantos diferentes do globo com ares de dessacralização, as rearticulações entre o urbano e o rural fariam pesar uma certa conjuntura de resistência tradicionalista.

À cidade, “onde as coisas se ajuntam” e andam mais rápidas as transformações, as irmandades de leigos passariam a não responder mais ao conjunto dos anseios sociais, assim como, a não sustentar as promessas de um espaço livre e autônomo à vida social na Colônia, uma vez que cada vez mais essas associações foram cooptadas e cerceadas pelo Estado português, fazendo-lhes refletir um perfil marcadamente conservador. Ao espaço do campo, e mais ainda, a um movimento de ruralização que tem lugar em Minas com o final do Dezoito, associa-se mesmo uma retração conservadora à sociedade mineira, que se estenderia pelo século seguinte adentro. Verifica-se assim, um significativo aumento das irmandades no começo do Dezenove,⁹⁶ animadas agora, especialmente, pela expansão das

⁹³ Francisco Manuel Trigoso de Aragão MORATO (comp.), *Collecção Official de Legislação Portuguesa impressa e manuscrita*, s. n. t. 43 v. Academia de Ciências de Lisboa. XXVI, doc.186” apud Caio César BOSCHI, “A presença...”, 1998, p.370.

⁹⁴ Caio César BOSCHI, “A presença...”, 1998, p.370

⁹⁵ *Ibidem*, p.371 e Maria Alexandre LOUSADA, *Espaços de sociabilidade...*, p.7.

⁹⁶ Em um gráfico apresentado por Caio Boschi relativo à “Criação de irmandades na capitania de Minas Gerais (1706-1820)”, verifica-se um incremento nas fundações destas associações exatamente a partir da vira do século. Ver: Caio César BOSCHI, “A presença...”, 1998, p.370

regiões que se desenvolvem em função da agropecuária, no eixo sul da capitania. Importa pensar que não há um declínio da religiosidade mineira com a chegada do século XIX, há sim, entretanto uma transformação nos padrões desta religiosidade, que diretamente se associa às rearticulações entre o urbano e o rural, e grosso modo, faz muito diversas as sociabilidades conformadas nas irmandades urbanas do Dezoito e nas rurais do Dezenove. O que oferece as bases para se pensar a transformação no ambiente cultural do Barroco Mineiro, originalmente nascido do seio das irmandades laicas do Dezoito, com a chegada do Dezenove.

3.3. Barroco Mineiro e urbanidade

Algumas das igrejas construídas no último terço do século XVIII, testemunham o ponto máximo da expressão artística da arquitetura religiosa em Minas. Por conta de elementos como a flagrante elegância das formas, a clareza da arquitetura ou a luminosidade do espaço central dos templos, para além é claro da sedução das curvas e contracurvas de “gosto francês”, inúmeras análises estilísticas consagraram a esta fase final do tardio barroco das Minas o título de “rococó”. Sem dúvida, a partir de meados do século, inúmeros aspetos das artes de então fazem mesmo refletir esta inflexão no gosto, desde as ilustrações nas páginas dos compromissos de irmandades até as portadas e frontões de muitos templos. Quatro templos em especial encerram a melhor e mais completa representação deste momento no que diz respeito à sua concepção arquitetônica e integração desta com a ornamentação. Tratam-se das igrejas de São Pedro dos Clérigos em Mariana e Nossa Senhora do Rosário em Vila Rica, e dos templos dos terceiros franciscanos de Ouro Preto e São João del Rey. Duas a duas, estas construções apresentam grandes semelhanças em suas plantas, assim como destacam-se do repertório da arquitetura religiosa no mundo português, guardando semelhanças substantivas, por outro lado, com um conjunto de templos, construídos no segundo e terceiro quartel do século XVIII, e localizados ao sul da Alemanha, na região da Baviera.⁹⁷ Um sem fim de questões deveriam ser apostas se a intenção aqui fosse a de proceder alguma espécie de estudo comparativo, especialmente no que diz respeito ao próprio desenvolvimento do barroco português e ao recurso às formas curvilíneas em outros templos da América; todavia, à utilidade deste exemplo aqui, que nada mais quer que sugerir a qualidade e a complexidade formativa deste conjunto arquitetônico nas Minas, um rápido olhar às plantas baixas das famosas igrejas de peregrinação de Steinhausen, Die Wies ou Guenzburg, das obras primas do rococó alemão, já é suficiente para apreender consideráveis semelhanças com as construções mineiras, como no esquema de distribuição da estrutura, atento ao mesmo ritmo no espaço entre as pilastras (A-2A-A), e repetido nos afrescos da decoração interna, na luminosidade da

⁹⁷ Cf. Alex NICOLAEFF, “Igrejas Rococó em Minas e na Baviera”, *Barroco*, Belo Horizonte (15): 395-400, 1990/92 e Henry-Russell HITCHCOCK, *German Rococo: The Zimmermann Brothers*, London, Allen Lane The Penguin Press, 1968.

composição, no uso atectônico e decorativo da arquitetura, nos espaços em branco e no vivo das cores da ornamentação e pinturas, entre outros mais pontos que poderiam ser evocados. (Figuras 1 e 2)

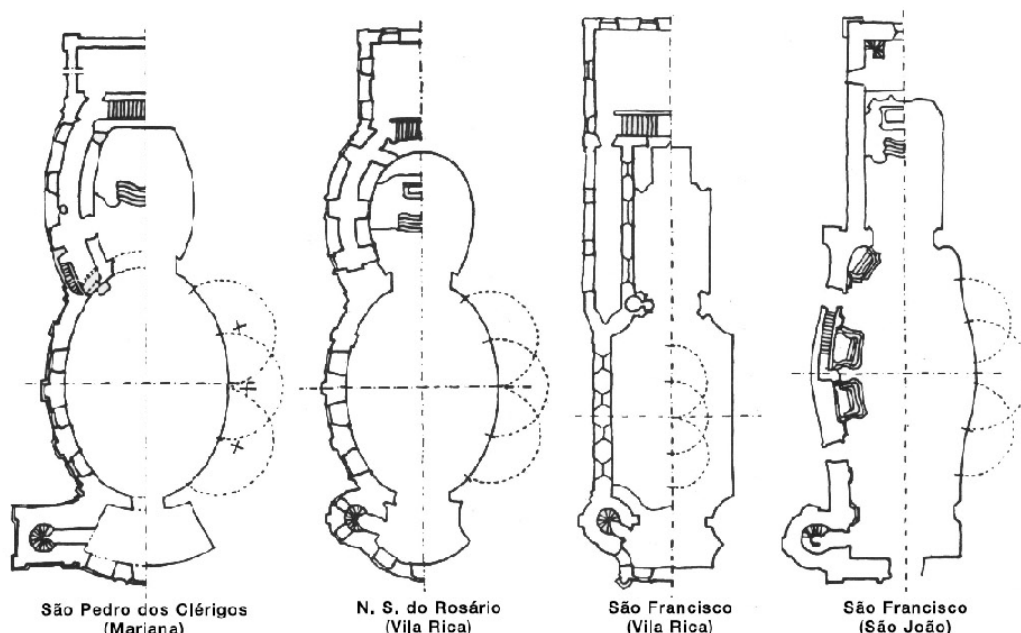


FIGURA 1: Planta e esquema de distribuição da estrutura em algumas igrejas de Minas

Não obstante, a profusão da ornamentação cobrindo todos os espaços internos do templo ou aquele espaço de custosa luz indireta, pronto a ser descoberto no claro-escuro da iluminação das velas, tal qual se vê porta adentro na matriz de Nossa Senhora do Pilar, em Vila Rica, ensina de outros momentos menos vivazes e mais propriamente barrocos deste Barroco Mineiro. Barroco que ainda tem lá outras mais faces, por exemplo, nas plantas próprias dos seiscentos português, cortadas em três naves internas, como na da matriz de Nossa Senhora da Conceição em Sabará ou na da Sé de Mariana; nas chinesices dos apainelados de madeira em vermelho e ouro, realizados ainda nas duas primeiras décadas do Dezoito, cobrindo o interior da capela de Nossa Senhora do Ó, em Sabará; ou ainda na pintura em brutesco do teto da matriz de Santo Antônio, em São José del Rey.⁹⁸ Certo é que com Barroco Mineiro se nomeia experiência marcada pela diversidade. Tratam-

⁹⁸ Cf. Victor SERRÃO, "A pintura de brutesco do século XVII em Portugal e suas repercussões no Brasil", *Barroco*, Belo Horizonte (15): 113-135, 1990/92; Germain BAZIN, *A arquitetura religiosa no Brasil*, Rio de Janeiro, Record, 1989; Sylvio de VASCONCELLOS, *Capela de Nossa Senhora do Ó*, Belo Horizonte, Escola de Arquitetura da UFMG, 1964.

se de testemunhos variados, que por vezes têm exigido grandes arranjos e verdadeiros contorcionismos de uma determinada historiografia preocupada em amarrar sempre identidades estilísticas; mas que, não obstante, bem dizem de um universo cultural, complexo e multifacetado, que só pode ser bem apreendido no olhar amplo que alcança obras e construtores no específico da formação social que tem lugar a esse Setecentos mineiro.⁹⁹

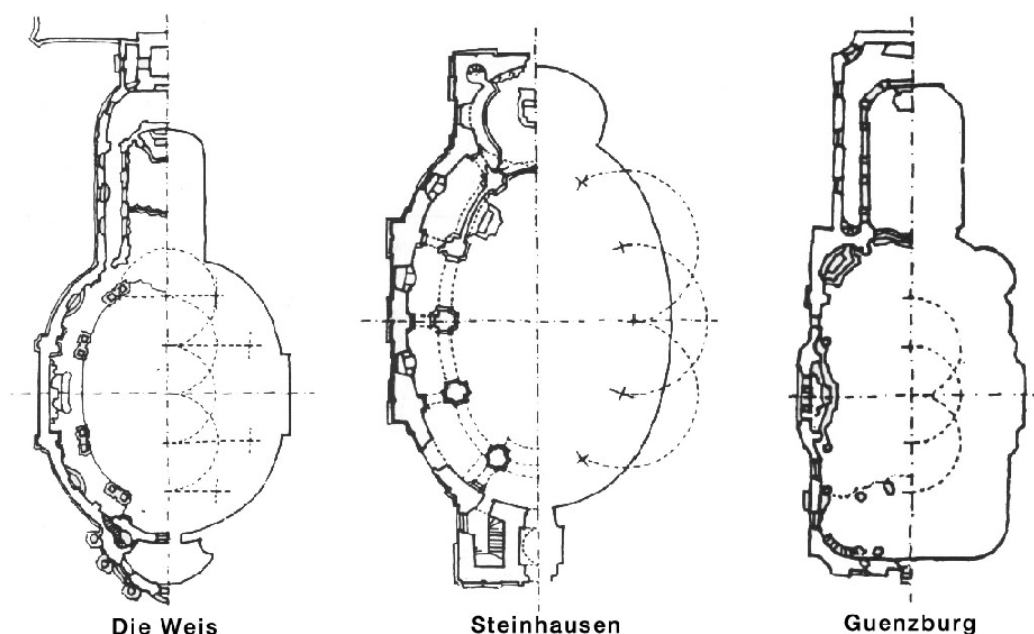


FIGURA 2: Planta e esquema de distribuição da estrutura em algumas igrejas da Baviera¹⁰⁰

⁹⁹ Um bom exemplo de trabalho recente que discute criticamente a questão das referências estilísticas e da determinação de marcos temporais para as mudanças nas artes, no caso tratando da presença do “neoclássico” na arquitetura brasileira no período colonial, questionando a apropriação pela historiografia do marco da chegada da missão artística francesa de 1816, é Roberto CONDURU, “Araras Gregas: a questão do neoclassicismo anterior à missão artística francesa na história da arquitetura no Brasil”, *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro (30), 1998.

¹⁰⁰ Alex Nicolaeff faz acompanhar essas ilustrações de notas que destacam em perspectiva comparativa algumas das principais características das plantas: “Die Wies - planta e indicação do espaçamento entre eixos estruturais. O alargamento central da nave, resquício do transcepto, contém altares laterais. Comparem-se as geratrizes do nártex com as da galilé de Nossa Senhora do Rosário”; “Steinhausen - Planta e esquema de distribuição da estrutura; o ritmo A-2A-A repercute na organização do afresco”; “Guenzburg - Planta e esquema dos limites espaciais; notem-se o alargamento central das ilhargas e os cantos côncavos junto ao arco-cruzeiro”; “São Pedro dos Clérigos - Planta e indicação da distribuição das pilastras externas à nave; excêntricas, obedecem ao ritmo A-2A-A” (ritmo igualmente observável nas demais naves representadas); “Nossa Senhora do Rosário - Ouro Preto - Planta e indicação de pilastras da nave: a oval da nave é semelhante às de São Pedro e Steinhausen”; “São Francisco de Assis, em Ouro Preto - Planta e esquema de fenestração; os dois pontos internos correspondem aos elementos importantes das arquiteturas pintadas por Mestre Ataíde. As paredes convexas nos cantos da nave são encimadas por figuras representando Doutores da Igreja, como em Ottobeuren”; “São Francisco de Assis - São João del-Rei - Planta e esquema de distribuição das pilastras na nave: o ritmo é próximo à relação A-2A-A; ilhargas alargadas e cantos côncavos junto ao arco-cruzeiro”. [Alex NICOLAEFF, “Igrejas Rococó...”]

Uma das principais coordenadas à leitura das artes sacras em Minas no Dezoito, passa no específico da religiosidade conformada no ambiente das irmandades de leigos, de que tentou-se dar uma notícia breve na parte anterior deste capítulo. Diferentemente do saber e da conduta religiosa gestada no cotidiano de reclusão das ordens regulares, o desenvolvimento das Minas em muito, e especialmente aos primeiros tempos, aproximou a fragilidade humana do clero à vida do homem comum. Somando-se aí, a preponderância das irmandades na construção de templos e promoção do serviço religioso, o que vai se verificar é a composição de uma religiosidade mais arejada, com recorrência aos temas relativos à vida dos santos e às visões celestiais, ao invés do pendor penitencial e do gosto do macabro na ornamentação, próprio do que estilisticamente se atribui ao barroco europeu, e como bem se verifica em muito do barroco português.¹⁰¹ Este catolicismo barroco, recorrentemente tratado como a religião da morte, “mesmo que no seio da interpretação da vida”, como insiste Adalgisa Arantes Campos, “deixa poucos frutos nas artes plásticas da capitania.”¹⁰²

Em alguns de seus atributos elementares, o que se entende por barroco não encontra mesmo reflexo nas Minas. A pompa e a grandiosidade, tão caras ao ordenamento de mundo barroco, residiriam mais na esfera da ritualística do que propriamente na ornamentação e arquitetura, assim como teriam mais lugar à primeira que à segunda metade do século. A ênfase dada à vida ao invés da inclinação macabra, faz ausente do repertório artístico de Minas qualquer representação em que se usem crânios e tíbias humanos em profusão, como nas capelas de ossos portuguesas. As irmandades insistiram em seus compromissos na condenação do gasto excessivo com a pompa fúnebre dos irmãos, preferindo sempre a insistência nas missas em sufrágio pelo bem das almas. O culto da morte só tem mesmo plenitude nos ritos do cotidiano por ocasião da dor e penitência evocadas com a morte de Jesus, ainda assim, sendo clara a mensagem de que aí a morte

¹⁰¹ A questão da proximidade dos sacerdotes com a vida mundana, ou melhor, da distância destes como modelos de moralidade, é traço de uma Igreja que não conseguia se impor como disciplinadora da vida de seus fiéis e também de seus próprios membros. Isto aparece como uma das facetas que alça as irmandades à posição de grandes responsáveis pelas representações de religiosidade que se davam à apreensão da população mineira, através de padrões cristalizados no convício, na vida associativa, o que é especialmente verdade para a primeira metade do século, antes da instalação do bispado. Algumas relações entre aspectos mundanos e devassos da vida do clero mineiros no período, as tentativas de moralização na ação dos bispos, e nisto certas associações com as artes plásticas na capitania, são discutidos por Luiz Mott em um interessante artigo. [Luiz MOTT, “Modelos de santidade para um clero devasso: a propósito das pinturas do Cabido de Mariana, 1760”, *Revista do Departamento de História*, UFMG, Belo Horizonte (9):96-120, 1989.]

¹⁰² Adalgisa Arantes CAMPOS, *A Terceira Devoção do Setecentos Mineiro: o culto a São Miguel e Almas*, São Paulo, FFLCH / USP, 1994 (Tese de Doutorado em História), p.43.

traria consigo uma ressurreição gloriosa.¹⁰³ Neste sentido, uma associação interessante pode ser buscada com a produção musical do período. Para algumas peças do repertório hoje recuperado, pode-se observar uma opção, pouco usual em se tratando das missas solenes do período, de terminar as obras com andamentos cantantes ao invés de apregoarem o sentido de introspecção. Francisco Curt Lange, comentando a liberdade na criação musical mineira, anotaria dois destes exemplos:

“No final de sua Novena de Nossa Senhora do Pilar, o autor emprega na Antífona, tempo allegretto, um tema quase danzante, tomado, como quem diz, das coreografias que vemos nos quadros de Brueghel. Quer dizer com isto: ‘Esta Novena acabou, agora vamos para casa.’ E no Allegro final da Missa em mi-bemol de Lobo de Mesquita, encontramos, após a introdução em forma de Kyrie, um tema enérgico que faz lembrar a mesma idéia de regresso ao lar.”¹⁰⁴

Facetas como estas vão dando conta da complexidade do fenômeno cultural e artístico do Barroco Mineiro, e reafirmando a impropriedade de pesar a reflexão nas análises formalistas que tentam qualificar ou desqualificar os elementos de um estilo. A expressão consagrada “Barroco Mineiro”, é assim especialmente mais adequada por conta do “mineiro” do que tão somente pelo “barroco”. Dilemas como o que a musicologia histórica por muito tempo se viu enredada, na tentativa de desqualificar a condição barroca dessa produção musical setecentista que se descobriu a partir da década de 1950 nos arquivos mineiros, assegurando a partir de suas características formais, que estaria distante do barroco e muito mais próxima do pré-clássico,¹⁰⁵ são no mínimo empobrecedoras, ainda mais pelo fato de que só foi dado ao presente conhecer uma pequena parte desta produção, a partir de partituras freqüentemente incompletas e exclusivamente concentradas nas últimas três décadas do século, exatamente o período em que mais fortemente se verificam as transformações na arquitetura e ornamentação que conformariam o rococó. Tal qual a produção arquitetônica e das artes figurativas o painel que se apresenta com a música é eminentemente híbrido, somando traços arcaizantes a um curso próprio de desenvolvimento em plena sintonia com o gosto local da época. Esses aspectos híbridos da música é tema que ainda espera por ser trabalhado pela historiografia, mas não obstante no

¹⁰³ *Ibidem*, pp. 42-4

¹⁰⁴ Francisco CURT LANGE, “A música no período colonial em Minas Gerais” in: *Seminário sobre a cultura mineira no período colonial*, Belo Horizonte, Conselho Estadual de Cultura, 1979, pp.45-6.

¹⁰⁵ Cf. Gérard BÉHAGUE, “Música Mineira Colonial à luz de novos manuscritos”, *Revista Barroco* 3: 15-27, 1971.

qual bem pode-se insistir. É idéia persistente seja na difícil de se rastrear mas muito fácil de se supor, influência da musicalidade africana nos instrumentistas e cantores que em sua grande maioria eram negros e mulatos; ou ainda, mais diretamente, na sintonia com o desenvolvimento da produção européia, incrementado pela maior facilidade com que se produz e se faz circular cópias das obras musicais, em relação, por exemplo, às gravuras que serviriam de modelos a pintores e arquitetos.

Não obstante, a análise formal cumpre um importante papel no que diz respeito ao desenvolvimento interno nas feições e no vocabulário dessas artes das Minas, fazendo destacar e discernir os muitos elementos ali presentes e em curso, sendo exatamente este inventário das formas e de sua dinâmica que permite argumentar efetivamente na direção desses hibridismos. Ainda assim, onde quer que se esteja no território das artes, ter em conta os artífices dessas obras permanece como pista essencial para fundear a compreensão histórica. No capítulo seguinte esses personagens serão melhor enredados, e “encarnados”, todavia, adiantar alguns deles aqui, ajuda a continuar este exercício de complexificação da fórmula Barroco Mineiro.

Manuel da Costa Ataíde executou, entre 1803 e 1804, uma série de seis painéis com temas próprios do antigo testamento na capela-mor da igreja da ordem terceira de São Francisco de Assis em Vila Rica. Por sobre um barrado de madeira e em pintura à moda de azulejaria, esses painéis tiveram como modelos, segundo os estudos de Hannah Levy, uma edição ilustrada da Bíblia composta por Demarne no início do século XVIII, na qual o gravador compilava obras de grandes mestres, incluindo algumas gravuras de Rafael.¹⁰⁶ O trabalho a partir de modelos oferecidos pelas imagens de missais, bíblias e livros de devoção oriundos da Europa foi regra nas artes figurativas em Minas e um grande número de estudos, infelizmente hoje pouco lidos e referenciados, atesta estas ligações.¹⁰⁷ A utilização dos modelos, entretanto, não impediu que artistas de maior talento imprimissem personalidade às suas realizações, adaptando as cenas de modo a se integrarem ao conjunto arquitetônico e decorativo em que se inseriam, assim como acentuando atributos que suscitavam seu próprio tempo e vida. Este é o caso de Ataíde. Em todas estas pinturas da

¹⁰⁶ Hanna LEVY, “Modelos europeus na pintura colonial”, **RPHAN**, n.º 8: 7-66, 1944, pp.7-8.

¹⁰⁷ Cf. Salomão de VASCONCELLOS, *Ataíde, pintor mineiro do século XVIII*, Belo Horizonte, Livraria Editora Paulo Bluhm, 1941; Luís JARDIM, “A pintura decorativa em algumas igrejas antigas de Minas”, **RPHAN**, n.º 3, 1939, Nancy DAVENPORT, “European sources for The Prophets at Congonhas do Campo”, *Revista Barroco* 7: 15-20, 1975; Robert C. SMITH, *Congonhas do Campo*, Rio de Janeiro, Agir, 1973; Germain BAZIN, *O Aleijadinho e a escultura barroca no Brasil*, trad. Marisa Murray, Rio de Janeiro, Record, 1971.

capela-mor, o modelo das gravuras é fielmente observado no que concerne à composição geral, à distribuição de luzes e sombras ou à posição e indumentária das figuras. Não obstante, dada a dimensão e as características do espaço de que dispunha, procede uma cuidadosa seleção dos elementos, de modo a extrair somente as figuras e cenas diretamente ligadas ao assunto principal, preservando entretanto a harmonia e o equilíbrio da composição, o que sem dúvida dá mostras claras de sua maestria como pintor.¹⁰⁸ O que mais chama atenção, no entanto, é que em suas recriações, nota-se um deliberado esforço na direção de conferir um caráter íntimo e familiar às cenas. Alguns detalhes são assim reforçados, como o cachorrinho que se aproxima de Abraão, o prato fumegante trazido por um criado, vasos e potes de vidro, pratos na mesa, o copo na mão de um médico, entre outros. Outros elementos pitorescos são mesmo inventados, marcando explicitamente este desejo de humanizar as cenas sagradas, como por exemplo uma escarradeira que se vê embaixo da cama de Abraão.¹⁰⁹

Em seu testamento, datado de 1826, Manuel da Costa Ataíde —homem branco, filho legítimo, nascido em Mariana no ano de 1762 e lá também sepultado, em campa da igreja da ordem terceira de São Francisco (uma das dez irmandades de que era irmão), em 1830— declara que sempre viveu solteiro, mas que teve quatro filhos, “por fragilidade humana”, ao lado de sua companheira mestiça a Maria do Carmo Raimunda da Silva.¹¹⁰ São conhecidas, e certamente não podem ser descredenciadas, as interpretações de que Ataíde teria representado cenas de seu universo particular em suas obras. Sendo assim, estariam estampadas sua mulher e filhos na Nossa Senhora, de feições amuladas e corpo roliço, e nos anjos do magnífico forro da igreja dos terceiros franciscanos de Vila Rica.¹¹¹ As adaptações contidas no painel referente à “morte de Abraão”, são bastante representativas desta atitude de recriação da intimidade. Nela o número de assistentes em relação ao modelo oferecido por Demarne é reduzido das trezes pessoas que enchem o quarto do patriarca moribundo, para apenas sete imediatamente distribuídas ao redor da cama. As figuras representadas por Ataíde são em geral mais novas que as do modelo, à exceção de

¹⁰⁸ Hanna LEVY, “Modelos europeus...”, p.21

¹⁰⁹ *Ibidem*, p.22.

¹¹⁰ Judith MARTINS, *Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*, Rio de Janeiro, Publicações do IPHAN, 1974, vol. 1, p. 79.

¹¹¹ Adalgisa Arantes CAMPOS, *A Terceira Devoção...*, pp.38-9; ver também: Marly S. M. PIGNATARO, *Athayde: as multífaces de um artista barroco mineiro (Branco e Preto, Azul e Vermelho)*, Belo Horizonte: FaFiCH/UFMG, 1983 (dissertação de mestrado em filosofia) e Ivo Porto de MENEZES, *Manoel da Costa Athaide*, Belo Horizonte, Escola de Arquitetura da UFMG, 1965.

Abraão, e a sugestão de que Ataíde, à época com seus 41 anos, estivesse na tela representando a ele próprio e sua família, também não é descartável. Lá estariam então seus quatro filhos à cabeceira, sua companheira ao pé da cama, um serviçal a trazer um prato fumegante, e um boticário, que dá ao doente uma poção. A ausência de um sacerdote explica-se por se tratar de uma cena do antigo testamento, todavia, pode-se ler na tela, uma pedagogia religiosa da “boa morte” como condição indispensável à imortalidade, que bem pode ser rastreada em outras mais telas espalhadas pelas capelas mineiras assim como nos preceitos das irmandades.¹⁶ Mas é mesmo o sentido familiar e de intimidade que é flagrante na composição, aproximando fortemente o tema da sagrada escritura à vida nas Minas setecentistas. Neste sentido de identificação local, inclusive, é que o ambiente conformado por Ataíde processa algumas outras interessantes transformações no modelo, como nas tábuas corridas do chão, no marco da porta, no lintel da janela ao fundo, em tudo aproximando o cômodo a uma habitação mineira do período.

A importância desses modelos não pode ser de forma alguma subestimada ao se dirigir os olhos para as artes sacras do Setecentos mineiro, assim como reconhecer e conhecer essas práticas ajuda a penetrar no universo do trabalho e condições de desenvolvimento destes artífices locais. Entender as filiações e o desenvolvimento do Barroco Mineiro em sua dimensão de movimento artístico prende-se, portanto, fortemente à análise desses modelos utilizados para a composição das obras. João Nepomuceno Correia e Castro, natural de Mariana, e autor, junto com seus ajudantes, dos painéis laterais e forro da nave além dos outros trabalhos na sacristia do santuário de Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas do Campo, realizados entre 1777 e 1787, utilizou-se largamente para suas composições dessas imagens de mestres europeus. O valor dessas gravuras aos artífices da época e sua importância no trabalho e formação destes, fica evidenciado no seu testamento; onde se lê: “todas as estampas que tenho, riscos e debuxos os deixo a Francisco e Bernardino de Senna, meus aprendises”.¹⁷ O mesmo apreço pelo modelos, todavia sujeitos a uso e incorporação bastante diversos, estava presente no cotidiano do músicos da capitania. Discípulos herdavam as “grades” (as partituras) de seus mestres, com as composições deles próprios e cópias de músicas de outros mestres. No inventário de Florêncio José Ferreira Coutinho, trombeta do regimento de linha em Vila

¹⁶ Adalgisa Arantes CAMPOS, *A Terceira Devoção...*, pp.40-2.

¹⁷ Hanna LEVY, “Modelos europeus...”, pp.47-8.

Rica na virada do século,¹¹⁴ compositor de peças sacras e profanas, inclusive da parte musical de libretos destinados ao palco da casa de ópera de Vila Rica, também se percebe o papel desses modelos. Lá esta uma listagem de partituras de música importada, farta em peças italianas e portuguesas.¹¹⁵

Não interessa aqui, nem cabe à dimensão do texto, esmiuçar no detalhe toda a diversidade da arte e referências culturais que se podem tomar como próprias do Barroco Mineiro; mais objetivamente, importa proceder uma leitura suficientemente ampla deste fenômeno, olhando especialmente para as artes sacras e buscando enxergar o curso da evolução interna dessa experiência, para argumentar do entroncamento desse universo artístico-cultural com a matriz urbana das Minas. Marcar esses exemplos de dimensões estilísticas variadas e contextos de fusão de influências, seja no uso dos modelos pertinentes a períodos diversos da arte européia, ou na própria condição mestiça de imensa parte dos artífices das Minas, oferece imagens que dizem do caráter complexo e híbrido do Barroco Mineiro. Esta “complexidade” nasce exatamente da contração de muitos tempos no mesmo momento histórico. Àquela arte, e ademais à vida das Minas, estavam presentes e avizinados —pelo rápido andar do relógio que cria e anima uma sociedade de acentos muito próprios dentro do curso do século— formas e sociabilidades do medievo, ritos e representações do Antigo Regime, assim como os clarões que esclarecem (ou cegam) alguns olhos daquele tumultuoso fim do Dezoito no mundo português. A idéia de complexidade tal qual se entende aqui é uma característica de aceleração e superposição dos ritmos e tempos do viver nas Minas do Dezoito. Por sua vez, esse “hibridismo”, é o substrato, que não deve ser nunca minorado, de uma sociedade mestiça, na qual os mulatos vão compor a maior parte desses artífices do Barroco Mineiro, e que, mais amplamente falando, provoca os sentidos para a percepção desse universo cultural como o que alguns autores tem apresentado como uma formação afro-barroca.¹¹⁶ Fez-se a opção no presente trabalho, já reiterada aqui algumas vezes, por não tomar verticalmente os temas da escravidão e das referências culturais advindas dos contatos interétnicos e mestiçagem.

¹¹⁴ Herculano Gomes MATHIAS, *Um recenseamento na capitania de Minas Gerais: Vila Rica – 1804*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1969, p.84.

¹¹⁵ Maria Conceição RESENDE, *A música na história de Minas colonial*, Belo Horizonte, Itatiaia; Brasília/DF, INL, 1989, p. 553.

¹¹⁶ Acerca de uma análise das Minas setecentistas como um universo cultural afro-barroco veja: Eduardo França PAIVA, *Escravidão e Universo Cultural na Colônia: Minas Gerais, 1716-1789*, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2001. Para o tema da mestiçagem cultural ver: Serge GRUZINSKI, *O Pensamento Mestiço*, São Paulo, Cia das Letras, 2001.

Muito embora a distância deste tema com os objetivos principais do texto, lembrar o quanto permeiam as mais diversas instâncias da sociedade, economia e cultura o instituto da escravidão, e com isto a presença ampliada de uma população negra e mestiça nas Minas, é imprescindível. Desta forma, ainda que as artes sacras se enroupassem eminentemente de uma ordem branca —uma vez que o cânone religioso controlava mesmo o “vocabulário” daquela expressão—, quanto mais autóctone foi se mostrando essa arte, mais se deixou ver o mundo das Minas que a alimentava, e mais se ouviram os “acentos” e “sotaques” nos quais a presença daquele enorme contingente mestiço do final do Dezoito substantivamente se evidenciava.¹¹⁷

Considerados esses sentidos amplos dessa condição complexa e híbrida do Barroco Mineiro, e falando mais diretamente agora da experiência artística em si, o que de mais importante se deve anotar é que não se trata de analisar um ou dois momentos nessas artes, mas sim de um processo de evolução do gosto e das formas ao longo do Dezoito, no qual o barroco e o rococó dizem das mais visíveis notas estilísticas, mas não de fases bem cortadas e exaustivas da produção local. A análise da dinâmica e evolução interna nas artes sacras do Barroco Mineiro revela profundas alterações, mesmo que respondendo a uma certa totalidade expressiva, oferecida pelo específico da religiosidade e a posição desta na vida da sociedade. Ao se avançar da primeira para a segunda metade do Dezoito, vai se marcando o sentido de uma arte com acentos muito próprios e feições mais fortes de originalidade. Avaliando este contexto, um problema clássico da história da arte, o da mudança dos estilos, oferece aqui um espaço para se refletir sobre a matriz das relações entre a “forma” e a “cultura”, a evolução interna das artes e essa dimensão complexa e híbrida desse Barroco Mineiro.

Os “estilos” são índices problemáticos mas essenciais à história da arte, a contração de características e a conformação de um certo sentido às evidências materiais da arte de um tempo é ainda ferramenta inescapável à análise das formas e suas relações históricas. A unidade expressiva de um determinado estilo constitui assim um substantivo problema histórico, que muito fortemente impõem essa relação entre tempo e formas; todavia, o problema propriamente histórico da história da arte, ou melhor dizendo, o que faz com que a história da arte tenha uma história, é a questão da “mudança” nos estilos artísticos. Ernest

¹¹⁷ Em 1776, 77.9% da população da capitania era composta de negros ou mulatos, contra 22,1% de brancos. (Kenneth MAXWELL, *A Devassa da Devassa, A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal, 1750-1808*, trad. João Maia, 3.ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, pp. 300-1).

Gombrich, enfrentando estes problemas, aponta horizontes que muito interessam à leitura que aqui se articula do Barroco Mineiro. Gombrich mesmo que admitindo a existência de algo como um clima mental próprio de determinados períodos históricos, rejeita a perspectiva de se tomar o estilo nas artes como a mera expressão de uma época. Tal qual anota Carlo Ginzburg, Gombrich é especialmente contra “a concepção do estilo artístico predominante num período histórico como expressão de uma ‘personalidade coletiva hipostasiada’ —quase uma ‘superobra de arte’, executada por um ‘superartista’.”¹¹⁸ Buscando, então, identificar o que conferiria esta unidade expressiva de um estilo, Gombrich elege a idéia de “esquema” como elemento central para a compreensão da arte, na perspectiva de que o artista não representa a realidade assim como ela é ou como ele a vê simplesmente, mas sim de que se processa um cotejamento direto com esquemas trazidos previamente, o que oferece bases importantes para se refletir sobre o tema da tradição na experiência artística.¹¹⁹ No entanto, esta explicação da unidade, ou estabilidade, dos estilos, pode se dar em detrimento da possibilidade de explicar sua própria transformação, o que é, como se disse, a base da dinâmica histórica do estudo da arte. O trabalho de Gombrich, não obstante, oferece uma resposta a esta questão, na medida em que introduz o conceito de “função” como chave para se ler a mudança dos estilos. Na sua perspectiva as mudanças nos gostos estariam relacionadas às mudanças nas “exigências” específicas de uma determinada conjuntura histórica, que atribuiria funções culturalmente diferentes à produção artística. A linha de argumentação de Gombrich, incorpora visceralmente a perspectiva da arte enquanto comunicação, e articula a idéia de que os estilos determinam um certo horizonte de expectativa, uma “postura mental” própria de um período. Neste sentido, associa a mudança na função da arte à origem da mudança na forma, pressupondo por um lado o impulso de exigências diferentes, assim como, uma postura diferente do espectador delimitada por um novo horizonte de expectativas.¹²⁰

Mesmo para um contexto periférico da história da arte, tal qual o Barroco Mineiro, esta proposição de leitura, destinada a encabular as explicações circulares de obras espelhadas em outras, guarda grande interesse. Retomando o exemplo de Ataíde, pode-se

¹¹⁸ Carlo GINZBURG, “De A. Warburg a E. H. Gombrich – notas sobre um problema de método” in: *Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história*, São Paulo, Cia. das Letras, 1993, pp. 74-5. Ver também: Idem, *Olhos de Madeira: nove reflexões sobre a distância*, São Paulo, Companhia das Letras, 2001, cap.6 - “Estilo: inclusão e exclusão”, pp.139-75.

¹¹⁹ Ernest Hans GOMBRICH, *Arte e Ilusão: um estudo da psicologia da representação pictórica*, trad. Raul de Sá Barbosa, São Paulo, Martins Fontes, 1986.

¹²⁰ Carlo GINZBURG, *Mitos, Emblemas...*, pp.83-91.

argumentar que a posição de sua obra em relação a momentos anteriores da pintura na capitania, assim como a apropriação criativa dos modelos de Rafael e outros mestres, não cabe totalmente na conta do gosto pessoal. É plausível, todavia, argumentar de uma arte que responda a uma “função” diferente, na medida em que mais fortemente foi se fincando o prestígio e a posição das irmandades, e da religiosidade, assim como um desvencilhamento do caráter mórbido e penitencial do barroco europeu. Ou seja, às formas das artes sacras da primeira metade e meados do século XVIII vê-se ainda um peso do barroquismo que mais se deve à tradição e aos esquemas da representação, do que propriamente às práticas da religiosidade que tinha lugar às Minas; entretanto, pela altura do último terço do século, o que se vê é uma certa resposta das formas à esta função própria da representação artística da religiosidade laica das Minas setecentistas. O encontro deste espaço fluido e luminoso, e do reforço da intimidade e sociabilidade cotidiana na pintura de Ataíde, pode ser entendido como um testemunho nesse sentido, sendo que essa estética, reconhecida, apreendida e apreciada na sociedade mineira de então —e que faz difundir nas construções religiosas, em partes diferentes da capitania, um mesmo estilo de representação—, diz de “expectativas” compartilhadas, geradas e alimentadas pelo mesmo movimento de popularização deste novo gosto.

Essas transformações no gosto e nas formas, a dinâmica e a força dessas artes do Barroco Mineiro, são sem dúvida filhos direto, e diletos, do ambiente urbano das Minas. Refletir sobre a posição dos artífices, a materialidade das artes e as relações entre os sentidos mais amplos daquele ambiente cultural e social e as criações do Barroco Mineiro, alça o urbano à condição de “argamassa” dessas relações. Trata-se exatamente da especificidade do espaço urbano enquanto espaço de ajuntamento, propiciando encontros, trânsito, trocas e acelerando ritmos de processos culturais. É este elemento aglutinador do urbano que articula e dinamiza as relações de um ambiente cultural com expressão e desenvolvimento artístico tal qual o do Barroco Mineiro; é também, não obstante, o que se vê comprometido nos primeiros anos do Dezenove, fazendo emperrar as engrenagens das artes em repetições e reapropriações desarticuladas de fórmulas gastas, ou na adoção desprovida de recriações locais, de padrões importados, como no que vai se dar com as intervenções neoclássicas da primeira metade do Dezenove.

Tendo por base a perspectiva do elemento urbano como aglutinador e dinamizador desse ambiente cultural das Minas, e procurando atentar para a questão da

evolução interna das artes do Barroco Mineiro, algumas posições conceituais trabalhadas por Pierre Bourdieu ajudam a avançar em relação ao quadro aqui emprestado de Gombrich, no sentido de se destacar a condição e posição ativa dos artífices neste processo. Mesmo procedendo com cuidado no sentido de se avaliar a autonomia que caberia aos construtores mestiços das artes do Barroco Mineiro em um contexto escravista e atado a estruturas sociais e de poder próprias do antigo regime, pode-se argumentar do lugar da organização social e da imagem coletiva desses artífices —bases definidoras do movimento geral de transformação nas criações a partir de um novo gosto. Não obstante, deve-se fazer logo uma menção às muitas segmentações e aos processos de diferenciação social em que se inserem esses artífices mineiros do final do XVIII, tema ao qual será dada maior atenção no capítulo seguinte. O conceito de “campo”, tal qual trabalhado por Bourdieu, bem cabe então ao que se quer dizer por ora. Especificamente em relação à posição dos artífices quanto à evolução interna das artes nas Minas, é importante destacar sua condição ativa em relação às transformações no gosto e nas “expectativas” da sociedade mineira do final do Dezoito. Entender o campo dos músicos ou dos arquitetos, nas artes das Minas, é buscar ler na dinâmica própria das relações de produção das obras (diretamente ao que interessa aqui no contexto das irmandades laicas), a posição desses artífices. Às tramas dessas relações, é também o capítulo seguinte que buscará oferecer alguns subsídios, ainda aqui, vale atentar ainda à argumentação de Bourdieu:

“Para explicitar o fato de a arte parecer encontrar nela própria o princípio e a norma de sua transformação (...), não há necessidade de hipostasiar (...); se existe uma história propriamente artística, é, além do mais, porque os artistas e os seus produtos se acham objetivamente situados, pela sua pertença ao campo artístico, em relação aos outros artistas e aos seus produtos e porque as rupturas mais propriamente estéticas com uma tradição artística, tem sempre algo a ver com a posição relativa, naquele campo, dos que defendem esta tradição e dos que se esforçam por quebrá-la”¹²¹

Esta resposta de Bourdieu que põe em perspectiva, de forma muito aguda e direta, as filiações entre as obras e o arranjo coletivo dos produtores dessas artes, é um excelente caminho para analisar o problema das transformações nos estilos. A resposta é

¹²¹ Pierre BOURDIEU, “A gênese dos conceitos de habitus e de campo” in: *O poder simbólico*, trad. Fernando Tomaz, 3.ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000, pp.71-2; ver também: Pierre BOURDIEU, “Estrutura, habitus e prática” in: *A Economia das Trocas Simbólicas*, São Paulo, Ed. Perspectiva, 1998 e Roger CHARTIER, “Formação social e ‘habitus’: uma leitura de Norbert Elias” in: *A História Cultural entre práticas e representações*, Lisboa, Difel, 1990.

especialmente boa e adequada à percepção do elemento urbano como chave dos trânsitos e intercâmbios que a formação de um campo pressupõe, por conta exatamente deste destaque da atividade coletiva. As intervenções pessoais dos artistas são articuladas, sem com isto dissolvê-las no caldo de um “espírito universal” ou na conta de estruturas impessoais, em uma trama na qual importam fortemente as trocas e as posições internas no grupo como elemento da transformação nas artes. Ao quadro que aqui se compôs para as Minas, a existência de um campo é que articula a compreensão da transformação na expressão artística, e é o urbano que dá condições à formação desse campo.

A materialidade do “urbano” processada nas relações de produção e reprodução da vida na capitania, e a “urbanidade” apreendida e continuamente reafirmada no detalhe do cotidiano, são as coordenadas para se localizar a dinamização na transformação do gosto nas Minas. A atestar este quadro, estão muitos dos envolvidos na construção dos templos das irmandades mineiras em que essa circulação entre os núcleos urbanos da capitania foi flagrante, mormente na faixa de maior desenvolvimento do núcleo minerador central. Francisco de Lima Cerqueira, mestre pedreiro e canteiro que atuou intensamente entre Vila Rica e São João del Rey ao longo de sua vida é ótimo exemplo. Uma vez que as obras dos templos normalmente se estendiam por vários anos, era comum que esses artífices tomassem parte em mais de uma frente de trabalho em uma mesma época, circulando entre localidades diferentes e residindo na área das obras, muitas vezes em casas alugadas ou construídas para este fim pelas irmandades.¹²² Francisco de Lima Cerqueira, por exemplo, esteve trabalhando no acréscimo das torres e na construção da capela mor no santuário de Bom Jesus de Matosinhos em Congonhas do Campo entre 1765 e 73, mas nesse meio tempo foi chamado por ao menos três vezes para opinar e avaliar os projetos e o andamento das obras da igreja de Nossa Senhora do Carmo em Vila Rica, assim como arrematou em 1771 as obras do pórtico, dos arcos do coro e do lavatório da sacristia deste templo. Algum tempo mais tarde, como mestre-de-obras da igreja de São Francisco de Assis em São João del Rey, ausentou-se entre os anos de 1778 e 79 das obras, indo para Vila Rica, onde novamente se envolveu nas obras de Carmo, firmando ajuste com a mesa

¹²² Este era o caso, por exemplo, da casa contígua ao templo da ordem terceira de Nossa Senhora do Carmo de Vila Rica, em que em alguns dos termos de condições em que se arrematavam as obras, se fazia constar esta vantagem como parte do acerto, como se lê na contratação de Ataíde para o douramento dos altares: “(...) o primeiro altar do Senhor do Bonfim em 300\$000, o segundo em 200\$000, o terceiro em 150\$000, e os do outro lado que correspondem, o mesmo; dando-se lhe andaimes prontos, e casa para morada durante a fatura dos ditos altares (...)” [Francisco Antônio LOPES, *História da Construção da igreja do Carmo e Ouro Preto*, Rio de Janeiro, Publicação do SPHAN, 1942, p.174.]

dirigente da irmandade para que se fizesse “as colunas do coro redondas, e oitavadas as pilstras, seguindo novo gosto”. A mesa da ordem terceira dos franciscanos de São João logo interpelaria o dito Francisco, e mais o síndico e o comissário da obra da nova igreja, para saber porque havia paralisado os trabalhos e deixado a vila, ocasionando mesmo a dispensa dos operários, ao qual argumentou pelo seu descontentamento com a disposição do novo templo, e que decidira não trabalhar mais se não se reformassem algumas condições.¹²³

Antônio Francisco Lisboa, o mestre Aleijadinho, igualmente partilhava de uma rotina de trabalho marcada pela mobilidade, havendo executado obras em mais de dez localidades mineiras ao longo de sua vida, dentre as quais Vila Rica, Sabará, Vila Nova da Rainha, São João e São José del Rey, Morro Grande, Mariana, entre outras mais.¹²⁴ Somente no que diz respeito ao seu trabalho como arquiteto, a execução ou intervenção no risco de frontispícios de algumas igrejas é suficiente para uma leitura de sua inserção neste processo ampliado de transformação do gosto artístico em Minas. Em 1763 seu gênio prestou a importantes reformas no risco original, datado de 1761, do frontispício e corpo da matriz de Morro Grande. Neste projeto, que logrou grande influência sobre templos que começariam a ser construídos depois dele e também em reformas aos que já iam pela metade por esta época, estão presentes algumas das principais inovações da fase mais importante da arquitetura religiosa mineira. A rigidez das fachadas, que já ensaiava mudanças na matriz de Catas Altas e mais tarde na igreja de Santa Efigênia do Alto da Cruz.¹²⁵

Ainda que seja surpreendente a evolução do trabalho de Antônio Francisco Lisboa em um intervalo de poucos anos, a fachada da matriz de Morro Grande, como analisa com absoluta precisão Germain Bazin, pode ser considerada um “desbastamento” da idéia que executaria mais tarde para a igreja da ordem terceira de São Francisco de Assis em Vila Rica. Na matriz de Morro Grande estava presente alguns dos elementos chaves desses novos caminhos da arquitetura religiosa que seriam compartilhados nos termos de um “novo gosto” entre os definidores dos templos mineiros. A posição diagonal das torres em relação à fachada, os dois fragmentos da arquitrave curva nos cantos, a disposição das

¹²³ MR, Test., cx. 24, 1815, Francisco de Lima Cerqueira; Judith MARTINS, *Dicionário...*, vol. 1, pp.175-9 e Germain BAZIN, *A arquitetura religiosa...*, vol. 2, p.105.

¹²⁴ Sylvio de VASCONCELLOS, *Vida e obra de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, Instituto Nacional do Livro, 1979, pp.119-38.

¹²⁵ Germain BAZIN, *A arquitetura religiosa...*, vol.1, pp.216, 227-8.

pilastras, as torres circulares ou o rompimento em curva da cornija, são pontos de semelhança entre os dois projetos, fazendo resumir na matriz de Morro Grande um conjunto de importantes inovações construtivas, sendo, novamente na leitura de Bazin, “obra de um arquiteto em busca de novos caminhos”.¹²⁶ Em 1774 essas formas decantadas no frontispício da São Francisco de Assis de Vila Rica, são imprimidas do projeto da sua irmã de devoção em São João del Rey. Pode-se rastrear ainda a atuação direta de Antônio Francisco Lisboa em outros templos que seriam reformados ou emendados respondendo a alguns desses novos princípios. Disto são bons exemplos a igreja da ordem terceira de Nossa Senhora do Carmo de Sabará, que já ia com as obras da fachada muito adiantadas para receber alterações mais substantivas, mas que acaba recebendo um frontão de estilo rocalha muito evoluído, executado pelo próprio Aleijadinho, e que contrasta com o conjunto de feições mais tradicionais; ou a matriz de Santo Antônio de São José del Rey, para a qual é contratado já no fim de sua vida, em 1810, para reformar a fachada tradicional do templo em sintonia com os avanços da época, realizando assim uma simplificação de seu projeto de 1774 para a São Francisco da vizinha São João del Rey, encaixado somente na parte superior da fachada, devendo o restante do conjunto que hoje se vê, datar de algo como 1750. Elemento de grande interesse é verificar que o desenho da parte superior das torres, com seu elegante coroamento que havia sido alterado do projeto original de Antônio Francisco pelo diretor desta obra, Francisco de Lima Cerqueira —mas do qual é possível conhecer a feição original por conta de um desenho original do projeto da fachada que ficou preservado— reaparece na matriz de Santo Antônio.¹²⁷ Muitos outros exemplos podem ser ajuntados a este, relacionando a circulação desses mestres entre os centros e suas discussões e posicionamentos acerca do “novo gosto” em voga nas Minas.

Como já se argumentou, a competitividade entre as irmandades de leigos foi dos elementos que mais diretamente alimentou o desenvolvimento das artes. Considerando a centralidade dessas associações nos ritos da vida a esse tempo das Minas e sua abrangência no quadro social, pode-se insistir que ali teve lugar um substantivo acompanhamento de enorme parcela da população, e não tão somente as mesas dirigentes dos sodalícios, do desenvolvimento das obras nesses templos, e consequentemente da evolução das formas. É obvio que a apreciação de um movimento geral na transformação do gosto da época não deveria ser factível a muitos, mas o posicionamento socialmente compartilhado pelos

¹²⁶ *Ibidem*, vol.1, pp.216-31 e vol.2, pp.70-1, 87-90.

¹²⁷ *Ibidem*, vol.1, pp.234-5.

irmãos, no sentido de prover seu templo da melhor expressão do decoro e bom gosto de seu tempo, certamente não é contexto que se pode menosprezar no quadro das transformações das artes em Minas. Dito de outra forma, com a dinamização dessa competitividade, está-se diante do que impulsiona a articulação do campo desses artífices, mas também, a um só tempo, de um fenômeno de formação de público, e particularmente, com o devido cuidado de não se buscar ler nada além do que se vai sugerindo aqui, de um público consideravelmente ativo na promoção e expectativa dessas obras.

É entretanto bastante difícil, ainda uma vez retomando o conceito de campo como elemento da transformação no estilo das artes, reconstituir um movimento de embate de forças internas no campo desses artífices do Barroco Mineiro. A dificuldade reside especialmente na particularidade das condições de produção dessas obras no seio das irmandades e no caráter eminentemente variado e híbrido desse grupo de artífices, que não obstante o fato de articularem o que se pode tentar ler como um campo, dispunham-se socialmente em posições bastante diversificadas. Vale, entretanto, insistir que mesmo diante do recheio variado desse campo, é bastante claro que vai se delimitando em Minas na segunda metade do Dezoito um movimento amplo de transformação nas artes, em que o trabalho de alguns mestres vai apontando, e segundo o qual se alinhariam a partir daí o trabalho de seus discípulos e a orientação das “expectativas” de um público mais amplo àquele novo gosto.

Era uma vez um Aleijadinho,
não tinha dedo, não tinha mão,
raiva e cinzel, lá isso tinha,
era uma vez um Aleijadinho,
era uma vez muitas igrejas
com muitos paraísos e muitos infernos,
era uma vez São João, Ouro Preto,
Mariana, Sabará, Congonhas,
era uma vez muitas cidades
e o Aleijadinho era uma vez.

Carlos Drummond de Andrade
("O vôo sobre as igrejas" in: *O Brejo das Almas*)

Quem Foi que apitou?
Deixa dormir o Aleijadinho coitadinho.
Almas antigas que nem casas.
Melancolia das legendas.

As ruas cheias de mulas-sem-cabeça
correndo para o Rio das Mortes
e a cidade paralítica
no sol
espiando a sombra dos emboabas
no encantamento das alfaias.

Sinos começam a dobrar.

E todo me envolve
uma sensação fina e grossa.

Carlos Drummond de Andrade
("Lanterna Mágica" in: *Alguma Poesia*)

Capítulo 4

Vila Rica - São João del Rey
em caminhos dos artífices mineiros e desenhos do
urbano e do rural

4.1. O ambiente cultural do Barroco Mineiro: música e arquitetura em tramas construtivas e trajetórias pessoais

Francisco de Lima Cerqueira, o destacado construtor do templo dos terceiros franciscanos de São João del Rey, de que se falou logo acima, era natural da freguesia de São Manuel de Parada do Monte,¹ termo de Valadares e comarca de Valença, no arcebispado de Braga.² Pertencia ele à geração seguinte de Manuel Francisco Lisboa ou José Pereira dos Santos, nomes que tiveram um importante lugar nas construções de meados do século em Vila Rica e Mariana, e deve ter chegado às Minas em alguma data próxima a 1760, estabelecendo-se provavelmente na capital Vila Rica.³ Junto de seu inventário, está copiado um “exame de demência”, requerido por seu próprio testamenteiro realizado em 1808, pouco tempo antes de sua morte. No documento, lê-se o seguinte:

“(...) e passando eles ditos cirurgiões a fazer-lhe os exames precisos no mesmo Francisco de Lima Cerqueira declarou que este pela idade que está achada de oitenta anos, pelas queixas que tem padecido e repetidas vertigens tambravos (?) se acha em um estado de demência caducidade portanto incapaz da administração de sua própria pessoa e bens, e nem devotar quaisquer negócios (...)”⁴

Por ora, importa anotar apenas a longevidade e a origem deste arquiteto português, que contando algo como oitenta anos em 1808, haveria nascido em 1728 e teria cerca de trinta e poucos anos quando começa a figurar como arrematante de obras em Vila Rica.

¹ A freguesia de Parada do Monte está localizada no rincão mais ao norte do território português e pertencente hoje ao município de Melgaço, no distrito de Viana do Castelo.

² MR, Test., cx. 24, 1815, Francisco de Lima Cerqueira.

³ A indicação mais antiga em que se recupera o nome de Francisco de Lima Cerqueira nas Minas parece ser o “Registro Geral” de 1761-67, em Vila Rica, no qual figura com a indicação de seu ofício de pedreiro; logo depois, em 1763, aparece como arrematante, por 400\$000, da construção do chafariz e encanamento do Alto das Cabeças, também em Vila Rica. [Judith MARTINS, *Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*, Rio de Janeiro, Publicações do IPHAN, 1974, vol.1, p.175]. Para a geração de Manuel Francisco Lisboa e especialmente os primeiros registros de regulamentação de ofícios mecânicos em Vila Rica, ver: Salomão de VASCONCELOS, “Ofícios Mecânicos em Vila Rica durante o século XVIII”, RPHAN, Rio de Janeiro (4):331-360, 1940.

⁴ MR, Inv., cx. 362, 1808, Francisco de Lima Cerqueira.

Vários de seus colegas de ofício em atividade nas Minas também eram portugueses e igualmente naturais da região norte do país, coberta pelas províncias de Minho, Douro e Trás-os-Montes. Estas foram as áreas que mais contaram imigrantes com destino às Minas ao longo do Dezoito, sendo importante também, dizer que não ficou este fluxo concentrado somente na primeira metade do século, estando bem distribuído por todo o Setecentos.⁵ Certamente, a notícia do forte desenvolvimento citadino das Vilas do Ouro a partir de meados do século,⁶ não era desconhecida dos artífices construtores portugueses, e não é demais sugerir que isto deve ter motivado um crescente número desses pedreiros, canteiros, carpinteiros, entre outros, já formados ou em aprendizado em sua terra natal, a se dirigirem para América. Ao menos, pode-se notar que dentre o grande, e crescente, número de artífices em ocupação na segunda metade do Dezoito, os portugueses de nascimento são presença contínua, e não raro em posições privilegiadas, como na direção de alguns dos principais templos de irmandades da capitania no período, afirmando assim seu lugar no desenvolvimento do gosto e do estilo das construções locais.

O aumento do número desses artífices construtores da primeira para a segunda metade do século está em sintonia com as transformações que consolidam o ambiente urbano nas Minas. É a partir de meados do Dezoito que iria se afirmar mais claramente a fisionomia urbana e urbanidade do viver nas Minas, tanto a partir do aumento da população das cidades e do incremento das variadas relações cotidianas neste ambiente, quanto do próprio crescimento do espaço dessas cidades e do desenvolvimento das construções e aparelhamentos urbanos.

Lima Cerqueira começa sua atividade em Vila Rica exatamente neste momento de muitas oportunidades aos do seu ofício. Por esta época que algumas das mais importantes obras públicas da cidade começam a ser construídas, e mais perto do que interessa aqui, a construção dos templos religiosos alcança um novo momento na evolução das formas

⁵ Donald RAMOS, "From Minho to Minas: The Portuguese Roots of the Mineiro Family", *Hispanic American Historical Review*, 73 (4), pp.639-662, 1993.

⁶ Sylvio de Vasconcellos argumenta de um "período áureo" das construções civis em Vila Rica correspondendo ao governo de Gomes Freire de Andrada, sendo que entre os anos de 1740 e 1760 efetivamente foram construídas muitas das mais importantes obras de aparelhamento urbano da cidade: "A Ponte de S. José, em 1744, a do Padre Faria, em 1750, a do Caquende em 1753, a de Antônio Dias, em 1755 e a do Pilar em 1756. Os chafarizes do Alto do Padre Faria e o de Henrique Lopes são de 1742, o de Santana de 1745, o da Praça (demolido) e o do Fundo do Padre Faria, de 1744, o de S. José (dos Contos) de 1745, o dos Quartéis de 1746, o da Rua do Ouvidor, o da Ponte e a Fonte do Ouro Preto de 1752, a do Alto da Cruz de 1757." (Sylvio de VASCONCELLOS, *Vila Rica. Formação e desenvolvimento – Residências*, São Paulo, Perspectiva, 1977, p.79. Ver também: Feu de CARVALHO, *Pontes de Chafarizes de Ouro Preto*, Belo Horizonte, Edições Históricas, s.d.

arquitetônicas. Nas principais vilas, que já contam nesta altura do Dezoito algo como meio século desde a construção de suas primeira capelas, este desenvolvimento urbano toma forma específica na construção de vários templos novos. Basicamente, o que se dá no plano das construções religiosas é processo análogo ao desenvolvimento das irmandades, já apontado aqui e bem descrito por vários autores. Em um primeiro momento as atenções se voltam para a edificação da igreja matriz, dentro da qual acabam reunidos os vários oragos das irmandade originalmente formadas. As capelas rústicas dos templos dos primeiros acampamentos de mineradores são substituídas, como em Vila Rica se deu com os templos primitivos das matrizes de Ouro Preto e Antônio Dias, e os investimentos concentram-se, então, na decoração e ornamentação dessas igrejas. Já o momento seguinte é caracterizado pela construção dos templos próprios das irmandades. Insistindo no exemplo de Vila Ricas, na primeira metade do Dezoito algumas irmandades, como as do Rosário dos Pretos, tanto de Antônio Dias quanto de Ouro Preto, já possuíam capelas próprias, que seriam mais afrente reconstruídas em parte ou totalmente, ao lado das muitas outras construções de igrejas novas que só teriam lugar na segunda metade do século.⁷

A igreja de Santa Efigênia do Alto da Cruz, sede da irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, situada no morro mais alto da paróquia de Antônio Dias, é um exemplo bastante interessante no desenvolvimento da arquitetura religiosa em Minas. Não há muita segurança sobre a data de fundação da irmandade, mas disto pode-se rastrear alguns indícios bastante recuados, sendo que pela altura de 1717 já devia estar organizada esta agremiação.⁸ A irmandade abrigou-se inicialmente na matriz,⁹ mas logo construiu sua capela própria. A partir de 1733 é possível acompanhar a construção do templo que hoje se vê no local. Dentre os poucos dados que se pode extrair dos livro de receitas e despesas da irmandade para este começo das obras, figura o nome de Antônio Coelho da Fonseca, que

⁷ Este esquema de análise, que serve de eixo para a análise dos ritmos diferenciados no desenvolvimento da arquitetura religiosa nas Vilas do Ouro em Minas, é originalmente proposto, em associação com uma primorosa reflexão sobre as forças centrípetas e centrífugas em torno dos núcleos da vida religiosas na produção do urbano dessas cidades, no ensaio clássico de Sylvio de Vasconcellos, de 1956. [Sylvio de VASCONCELLOS, “A Arquitetura Colonial Mineira” in: *Primeiro Seminário de Estudos Mineiros*, Belo Horizonte, UMG, 1957 (I Seminário de Estudos Mineiros, Belo Horizonte, 3-12 abril de 1956)]

⁸ Célia Aparecida Resende Maia BORGES, *Devoção branca de homens negros: as irmandades do Rosário em Minas Gerais no século XVIII*, Niterói, ICHF/UFRJ, 1998 (Tese de Doutorado em História), p. 268.

⁹ A irmandade de Nossa Senhora da Conceição é anterior a 1717, sendo a freguesia fundada em 1724. O templo que hoje se vê começou a ser construído em 1727, por Manuel Francisco Lisboa, a partir de seus projetos; a fachada, todavia, é reconstrução tardia, tal qual aconteceu com a matriz de Nossa Senhora do Pilar. [Caio BOSCHI, *Os Leigos e o Poder (irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais)*, São Paulo, Editora Ática, 1986, p. 217 e Germain BAZIN, *A arquitetura religiosa no Brasil*, Rio de Janeiro, Record, 1989, vol. 2, pp.75-6.]

recebe em 1734 a quantia de 850 oitavas, “por conta da nova igreja que está obrigado a fazer de acordo a Escritura”.¹⁰ As obras deste templo de consideráveis proporções se estenderiam por um longo período, sendo registrada a presença de vários e importantes artífices da época. Na década de quarenta, por exemplo, são feitos vários pagamentos a Manuel Francisco Lisboa, que talvez fosse mesmo o autor do risco da obra.¹¹ Os trabalhos de talha e douramento da decoração interna da igreja, envolvem também muitos artífices, e se dão especialmente entre as décadas de quarenta e cinquenta.¹² As obras do frontispício, por sua vez, iniciam-se também por volta da década de quarenta, mas se estendem na segunda metade do século. Seu aspecto híbrido, combinando feições do estilo Dom João V com novidades do gosto rococó, muito provavelmente deve-se ao alongar da obra, que a fez receber influências de outros templos em construção na cidade. É o que sugere Germain Bazin acerca do óculo da fachada, que ao invés de se situar no frontão, como se vê nas plantas tradicionais, passa neste templo para o corpo da fachada, provocando o rompimento da rigidez da cornija em seu centro (Figura 3). A solução suscita o desenvolvimento do traço arquitetônico, todavia o encaixe deste óculo com o nicho, que encobre metade de sua extensão, insinua que se tratou de uma correção no risco original, motivada provavelmente pelo desejo de imitar o que havia sido feito na igreja do Carmo pouco antes.¹³ Uma particularidade, entretanto, contribui para a elegância da planta deste templo, e dada a antigüidade de seu projeto coloca-o como um dos primeiros exemplos da nova forma sobre a qual se desenvolveriam as construções mineiras no último terço do Dezoito. Trata-se da supressão dos corredores laterais na nave, como os que podem ser vistos na planta da matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, provocando um estreitamento do templo, em um perfil alongado típico das igrejas da região de Braga, no qual as torres do frontispício são empurradas para fora da construção.¹⁴ (Figura 4)

¹⁰ Livro de receita e despesa da irmandade de Nossa Senhora do Rosário fl. 25 apud Germain BAZIN, *A arquitetura religiosa...*, vol. 2, 85.

¹¹ Em 1749 Manuel Francisco Lisboa figura em uma vistoria feita na capela ao lado de Henrique Gomes, Miguel da Costa e João Alves [Livro de receita e despesa..., fls.42v., 57v. e 80v. apud Germain BAZIN, *A arquitetura religiosa...*, vol. 2, p. 85.]

¹² Célia Borges analisa em sua tese de doutorado, dentre outros aspectos, a situação financeira das irmandades do Rosário em Minas durante o século XVIII, sendo a de Santa Efigênia do Alto da Cruz em Vila Rica um caso de particular vitalidade ainda em meados do século. [Célia Aparecida Resende Maia BORGES, *Devoção...*, pp.103-20.

¹³ Germain BAZIN, *A arquitetura religiosa...*, vol. 1, pp.227-8.

¹⁴ *Ibidem*, vol.1, pp.206-7.



FIGURA 3: Fachadas das igrejas de Santa Efigênia e Nossa Senhora do Carmo em Vila Rica¹⁵

Outra construção que reúne particularidades por demais interessantes para a compreensão de desenvolvimento da arquitetura em Minas e da circulação dos artífices naquele ambiente cultural é a igreja do Carmo de Vila Rica. Tanto em sua posição como representante de algumas das soluções de grande inventividade do rococó em Minas, como na ligação estreita com a transformação no gosto da época, refletida nas subsequentes alterações no projeto ao longo da obra, fazem deste templo um exemplo conspícuo.

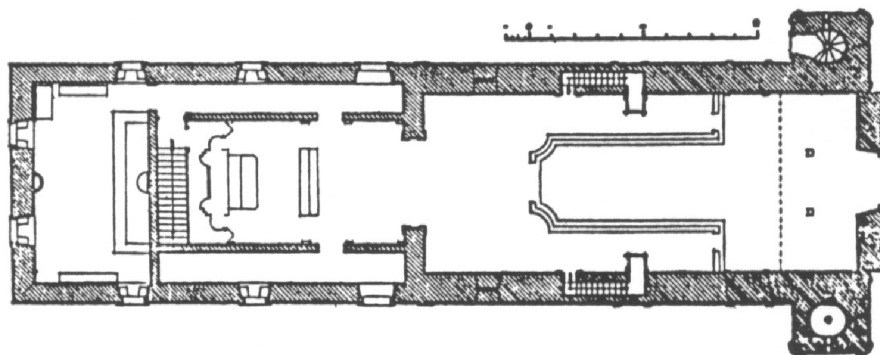


FIGURA 4: Planta da igreja de Santa Efigênia do Alto da Cruz (Vila Rica)¹⁶

O começo das obras é bastante confuso por conta de alguns desentendimentos com a irmandade de Santa Quitéria, que em sua capela de pau-a-pique, situada em um

¹⁵ As fotos incluídas nesta seção são de autoria de Daniel Gomes e do autor.

¹⁶ Paulo F. SANTOS, *Subsídios para o estudo da Arquitetura Religiosa em Ouro Preto*, Rio de Janeiro, Livraria Kosmos, 1951 (Tese de Cátedra em Arquitetura no Brasil na Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil), p.135.

morro pertencente à paróquia do Pilar, abrigava a recém fundada ordem do Carmo em meados do século. Fato é que depois de algumas disputas pelo terreno, chega-se a um acordo amigável em que a irmandade de Santa Quitéria teria um lugar reservado no novo templo que pretendiam edificar os terceiros carmelitas. Um risco já havia sido solicitado a um dos irmãos da ordem, Manuel Francisco Lisboa, em 1755; todavia, em 1756 aprova-se um outro, apresentado por João Peixoto e Ventura Alves Carneiro, e arrematado para a construção por José Pereira dos Santos, por 100.000 cruzados.¹⁷ As obras seriam logo a frente paralisadas, sendo acordada uma indenização ao empreiteiro pelo já realizado.¹⁸ Um risco de Manuel Francisco Lisboa é então aprovado pela mesa em 9 de agosto de 1766, decidindo pelo pagamento de cinquenta oitavas de ouro ao artífice. Já em 14 de setembro, a obra é arrematada por João Alves Viana,¹⁹ pela quantia de 36.000 cruzados.²⁰ O tempo ajustado para o término da obra foi de seis anos, sendo explicitamente advertido que se conservasse da antiga capela de irmandade de Santa Quitéria uma parte conveniente para não interromper as celebrações cotidianas.

As detalhadas condições segundo as quais se acordava a execução da obra, e que certamente foram redigidas pelo autor do risco, já revelam então uma série de elementos próprios dessa nova fase na construção dos templos mineiros, tanto no que diz respeito ao apuro e desenvolvimento da técnica quanto do gosto arquitetônico. A solidez da construção e o uso extensivo da cantaria em “pedra de itacolomi” são pontos bastante reforçados nessas condições. Portadas, o arco cruzeiro e o arco do coro, os púlpitos, janelas e vários outros elementos da estrutura deveria ser lavrados em pedra. A evolução e o requinte da forma arquitetônica se traduzem em vários detalhes, como na identidade entre as cimalthas do interior e do exterior do templo, respondendo ao mesmo ritmo, e sendo feitas ambas das mais duras lajes do morro. O tema da identidade arquitetônica entre

¹⁷ Cumpre observar que freqüentemente as obras de construção das igrejas são arrematadas mais de uma vez, reformando-se os projetos ou apresentando propostas totalmente diversas. Muitas vezes o primeiro projeto, especialmente nas construções que se deram até meados do século, costuma apresentar um valor muito alto, às vezes desproporcional, o que parece ser o caso destes 100.000 cruzados para as obras da igreja do Carmo. Ainda assim, é prudente argumentar que essas somas normalmente se referem ao valor total do grosso da obra, incluindo todos os materiais da construção e a mão-de-obra de todos os envolvidos por períodos que costumavam exceder uma dezena de anos, sendo ao longo deste tempo os pagamentos anuais alvo de renegociações e outros acertos.

¹⁸ Germain BAZIN, *A arquitetura religiosa...*, vol. 2, p.73.

¹⁹ Bazin registra o nome do arrematante como João Álvares Viana, todavia na documentação original da ordem terceira do Carmo, transcrita por Francisco Antônio Lopes, pode-se verificar que Alves é o sobrenome correto.

²⁰ Francisco Antônio LOPES, *História da Construção da igreja do Carmo e Ouro Preto*, Rio de Janeiro, Publicação do SPHAN, 1942, pp. 109-10.

o exterior e o interior é várias vezes retomado, tanto com o uso da pedra como em postigos e fingimentos imitando com madeira as obras de cantaria. A trilha aberta pela ornamentação da matriz do Pilar, em que a obra em madeira no interior da nave assume funções de gênero arquitetônico, e não simplesmente escultural, encontra nesse momento das artes na capitania um desenvolvimento mais amplo e efetivo. É exatamente esta consciência da unidade arquitetônica entre o interior e o exterior do templo que pode-se ver nos parágrafos 14, 15 e 16 do termo de arrematação:

“§ 14. Será obrigado a fazer todos os fingimentos e as cimalthas de toda a obra na forma do Risco e perfis pela parte de fora como também o do Corpo da Igreja pela parte de dentro e fingir todos os cunhais e pilares com seus ressaltos e grossuras que mostra a planta e imitando assim mais fará todos os Reboques de toda a obra assim pela parte de fora como pela parte de dentro (...). § 15. Será obrigado a fingir todas as obreiras e suas vergas e soleiras das frestas do Corpo da Igreja e os óculos que mostra o Risco nos corredores da capela Mor pela parte de fora como pela parte de dentro com todos os seus ornamentos digo ornatos na forma do Risco e planta no meio da grossura da parede há de levar cantaria para se porem caixilhos para vidraças. § 16. Será obrigado a fingir pela parte de dentro do Corpo da Igreja os alizares das três portas principais e das duas travessas e janelas do coro que imitem cantaria”.²¹

Outro ponto importante a se atentar, no sentido de melhor circunscrever o domínio do ofício por parte desses pedreiros a que muito comodamente se pode apor o título de arquitetos, é que cada detalhe dos termos de arrematação apoiavam-se tanto nos desenhos da planta baixa dos templos, como em diversos cortes e perfis que cobriam cada minúcia do que havia sido ajustado. A todo momento na documentação relativa à construção dos templos, encontram-se menções a estes riscos e perfis. Pouquíssimos exemplos perduraram, sendo alguns dos mais preciosos desses desenhos, a fachada e um corte lateral do projeto da São Francisco de Assis de São João del Rey, e uma parte da fachada da igreja do Carmo em Vila Rica, todos com autoria atribuída a Antônio Francisco Lisboa. (Figura 5)

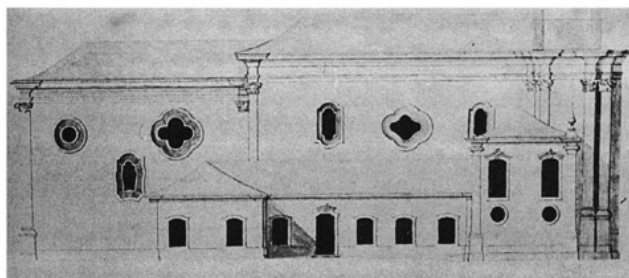
Novamente atentando para o templo dos terceiros carmelitas em Vila Rica, os seis anos acordados inicialmente para o término da obra, foram em muito dilatados, sendo o risco original objeto de várias modificações, demandando, por sua vez, subseqüentes louvações. Já em 1770, estando em acordo o arrematante e a mesa da ordem, o templo era

²¹ “Termo da rematação da reforma e nota capela que manda fazer esta ordem 3.^a de Nossa Senhora do Monte do Carmo na forma que abaixo se declara”, Francisco Antônio LOPES, *História da Construção...*, p.114.

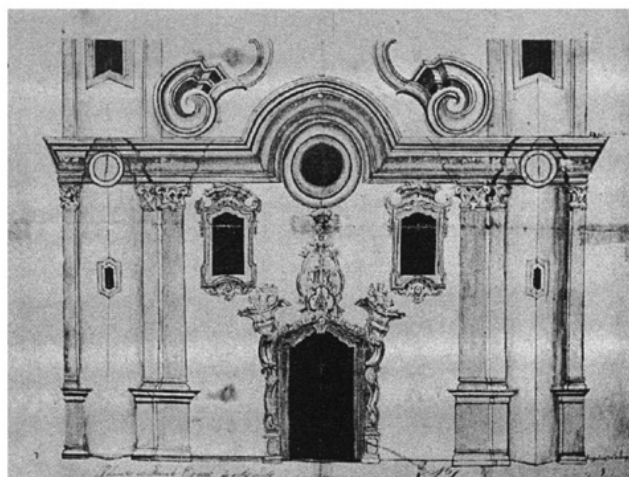
alvo de importantes modificações, que seriam responsáveis em boa medida por alçar a construção a uma das principais desta fase do Barroco Mineiro. Fez-se novo risco da planta e novos perfis, assim como são redigidas as “condições pela quais se emendou e reformou os defeitos que se achavam no Risco e condições da Capela de Nossa Senhora do Monte do Carmo”.



Fachada da igreja de São Francisco
(São João del Rey)



Corte lateral da igreja de São Francisco (São João del Rey)



Fachada da igreja de Nossa Senhora do Carmo (Vila Rica)

FIGURA 5: *Desenbos originais atribuídos a Antônio Francisco Lisboa*²²

As mais significativas alterações de natureza arquitetônica no templo situam-se nesta data. Influenciada por esse novo momento que já ia se fazendo evidente na arquitetura religiosa em Minas, a mesa diretora da ordem busca sintonizar a construção com aquele ambiente em gestação. A capela dos terceiros franciscanos em Vila Rica, iniciada também em 1766 a partir de um projeto de autoria de Antônio Francisco Lisboa, o filho mulato do Manuel autor do risco do Carmo, devia ser claramente o objeto mais evidente da competição dos carmelitas. Estas duas igrejas, sedes das irmandades que

²² Hélio GRAVATÁ e Affonso ÁVILA (orgs.), “Iconografia Mineira do Período Colonial”, *Revista Barroco*, Belo Horizonte (13), 1984/5.

reuniam as pessoas de maior importância nas Minas de então, erguiam-se ao mesmo tempo aos olhos da cidade. São Francisco, todavia, partia de um risco muito mais elaborado, dono de todos os ares desses caminhos novos (Figura 6); enquanto Carmo, partia de modelos ainda calcados no encaixe de volumes quadrangulares, próprios das matrizes mineiras (Figura 7). Esta diferença de origem ocupou a ordem do Carmo em um esforço continuado por reformar e modernizar o seu templo. Importa ver, entretanto, nesta aceitação por parte da irmandades dos novos caminhos na construção dos templos, animados sempre por uma intensa competitividade, o mais eloqüente sinal da interação e amplitude de um ambiente cultural do Barroco Mineiro.

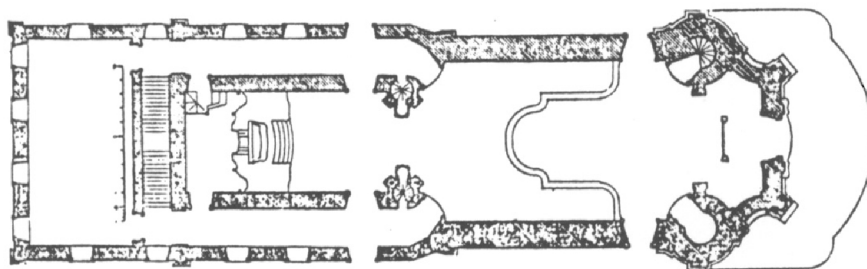


FIGURA 6: Planta da igreja de São Francisco de Assis (Vila Rica)²³

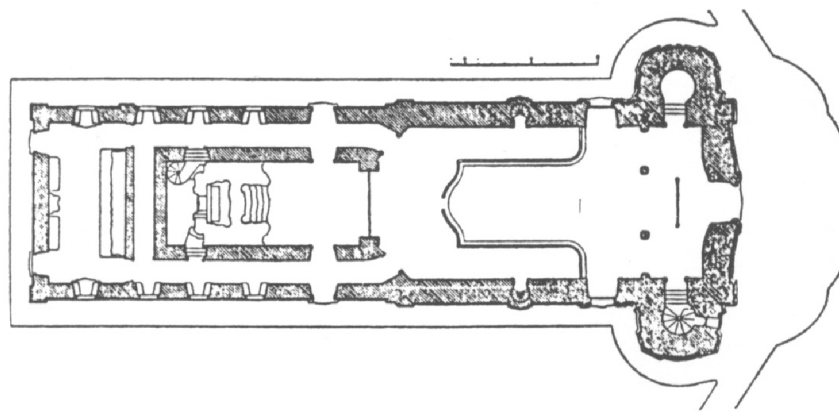


FIGURA 7: Planta da igreja de Nossa Senhora do Carmo (Vila Rica)²⁴

Nessas reformas nos defeitos do risco do Carmo em 1770 residem os principais elementos da natureza “moderna” deste tempo. Tal qual na São Francisco, optou-se por

²³ Paulo F. SANTOS, *Subsídios...*, p.134.

²⁴ *Ibidem*.

um recuo das torres em relação à fachada,²⁵ quebrando o partido retilíneo e tornando-a mais estreita e elegante. Anotam-se também alterações nos púlpitos e um reforço das obras em cantaria no interior, assim como na execução do pátio da entrada também em pedra. Outra preocupação digna de nota é a respeito do óculo do frontispício (Figura 3), que gozaria de requintes na forma e responderia aos desígnios de clareza e luminosidade do interior desse templo filho de novas visões do barroco e cores bem próprias da religiosidade local ao final do Dezoito. No documento se lê:

“Descerá o Óculo para o efeito de entrar luz na capela tudo quanto baste para ficar todo livre por debaixo dos oliveis do Emadeiramento; e fará o referido óculo rasgado para dentro e para fora, para assim melhor comunicar a sua luz, tendo o plinto para as grades no meio da parede que será de cantaria como também a face e a duéla de fora, sendo a de dentro fingida a Imitação de cantaria, por ser assim a obrigação do rematante, e terá de vão ou largura no plinto seis palmos, e meio, e poderá ser o referido óculo obrado por outro qualquer feitio mais engraçado mas sempre de qualquer forma que seja será ornado com o ornato que mostra o risco na circunferência do óculo.”²⁶

A louvação referente a estes ajustes data de 1771, e nela figura o nome de Antônio Francisco Lisboa como responsável pela medição do risco, ou seja, da toesa e da conferência da planta com o executado, o que é forte argumento no sentido de ser ele o autor dos acréscimos e reformulações no risco. Também estão arrolados nesta louvação José Pereira Arouca, Henrique Gomes de Brito, Domingos Moreira de Oliveira e Francisco de Lima Cerqueira, todos eles arrematantes de obras importantes na capitania.²⁷

Novas condições regulando acréscimos e outros detalhes seriam logo ajustadas com João Alves Viana, sendo prevista então, entre vários pontos, a responsabilidade do arrematante por assentar a porta principal e os arcos do coro, que lhe seriam entregues já lavrados. O exuberante conjunto escultórico que domina a fachada da igreja seria então objeto de uma outra arrematação, tendo Francisco de Lima Cerqueira como o principal envolvido nas obras. Todavia a este tempo Lima Cerqueira não vivia mais em Vila Rica, estando desde 1765 envolvido na construção do Santuário de Bom Jesus de Matosinhos em

²⁵ “Será obrado o corpo da Capela pela nova planta com as grossuras de paredes que nela se mostram com advertência que as torres recolherão para dentro um palmo cada uma, e terão de vão tão somente doze palmos as paredes do frontispício não terão mais de oito palmos de grosso.” [Francisco Antônio LOPES, *História da Construção...*, p.116.]

²⁶ Francisco Antônio LOPES, *História da Construção...*, p.117.

²⁷ *Ibidem*, p.122.

Congonhas do Campo.²⁸ Sua presença na capital era entretanto freqüente, assim como sua ligação com João Alves Viana, como bem pode-se rastrear na documentação.

Lima Cerqueira é quem fornece o risco e condições para execução da portada, arcos do coro e lavatório da sacristia, e a mesa diretora da ordem decide por chamar José Pereira Arouca para opinar a respeito, que para tanto vai procurar o autor do risco, certamente em Congonhas, para melhor esclarecer alguns pontos. Depois de ter com Arouca, Lima Cerqueira remete então, em correspondência datada em Congonhas a 28 de julho de 1771, as advertências necessárias para a compreensão de seu projeto, assim como, “em um papel separado”, duas outras figuras, “uma que serve para o entablamento do coro a outra mostra o talhe da bacia do lavatório”, dizendo ainda que “não vão revestidas com as sombras porque não tenho cá preparos para isso mas para se saber é quanto basta”.²⁹ As condições são aceitas pela mesa, e Arouca, novamente consultado, aconselha em 13 de junho de 1771, que poderia a obra ser executada por até um conto, ou um conto e cem mil réis. Assim que posta em praça, Lima Cerqueira manda constituir junto à mesa a Antônio Francisco de Carvalho e Antônio José da Costa, como seus procuradores, arrematando estes em seu nome, a 20 de julho de 1771, pela quantia de 975\$000, a obra do pórtico, arcos do coro e lavatório da sacristia.³⁰

Esses homens que vão aparecendo na direção dessas obras, que atendiam especialmente ao ofício de pedreiro, mas que aparecem registrados também como carpinteiros e carapinas, formavam junto de alguns outros mais a elite dos construtores da capitania neste final do Dezoito. Estariam sempre presentes nas obras uns dos outros, fosse como árbitros de louvações, fiadores ou sub-empreitando algumas das partes, isto tanto na igreja do Carmo como nas obras dos templos das demais irmandades em Vila Rica ou em outras paragens da região mineradora.

Toca-se aqui em diversos pontos que resumem as características gerais do exercícios desses ofícios na capitania de Minas no período. Pedreiros, carpinteiros, carapinas, marceneiros, entalhadores, pintores, e outros mais oficiais mecânicos que seriam responsáveis pela edificações desses templos, freqüentemente exerciam mais dessas

²⁸ “1765 a 1769 – Recebeu 39/8^{as}., 1/4 e 4 vs. ‘do acréscimo das torres’ (L.º de ‘Despesa’ do Santuário, fls. 6) / 1769 a 1772 – Recebeu 840/8^{as} e 3/4 ‘a conta da rematação da capela mor’ (L.º cit., fls. 7v.) / 1772-3 – Recebeu, juntamente com ‘seu camarada Tomaz da Maia Brito’ 659/8^{as} e 1/4, ‘resto da rematação da Capela Mor’ (L.º cit., fls. 8v.)” [Judith MARTINS, *Dicionário de artistas...*, vol.1, p.176]

²⁹ Francisco Antônio LOPES, *História da Construção...*, p.130-1.

³⁰ *Ibidem*, pp.131-2 e Judith MARTINS, *Dicionário de artistas...*, vol.1, p.176.

atividades ao mesmo tempo, respondendo às demandas do mercado. Essa resposta direta ao mercado é outra das características centrais. Nas Minas, dada a proibição da entrada de ordens religiosas regulares, não se verificou a implantação, durante o Dezoito, dos tradicionais liceus de artes e ofícios, normalmente transplantados para a Colônia por aquelas instituições. Não se verificou também, a implantação do sistema de corporações de ofícios, sendo a relação que se estabeleciam entre os mestre e seus aprendizes muito menos rígida e formal, não havendo um treinamento sistemático ou ritualístico desses artesãos. O aprendizado freqüentemente se dava em termos familiares, sendo o ofício aprendido dos pais ou parentes próximos, que tinham nisto ampliada sua força de trabalho a um mínimo custo. Também foi ampliado o recurso aos escravos, que não só exerciam funções menos qualificadas, quanto também em muitos casos eram aprendizes de seus senhores, ajudando-os em suas atividades.³¹

A ausência de uma articulação profissional rígida entre os artífices, deve-se em primeiro lugar à própria característica do povoamento das Minas, sendo que aos primeiros oficiais mecânicos que aqui chegaram, atraídos pelo ouro, a atividade contingencial de suas artes se dava no contexto de carência por uma estrutura de serviços, não havendo motivação inicial para unirem a colegas de profissão por dever de ofício, ou de recorrer a eles para serem admitidos no mercado.³² A instituição dos exames de ofício, a eleição de juizes e as posturas municipais de regulamentação das atividade, tudo a cargos das câmaras e não verificáveis com intensidade equivalente entre as vilas de então, não eram observados necessariamente pelo conjunto dos artífices, sendo mesmo que deve ter havido maior adequação a esses regulamentos, e conseqüentemente um maior prestígio dos juiz de ofício por exemplo, ao tempo em que se dava uma aceleração das obras públicas no espaço urbano nas vilas, como entre 1740 e 1760 em Vila Rica. Ao caso das construções religiosas, o grande espaço ocupacional dos principais mestres mineiros na segunda metade do Dezoito, a observância dessas regulamentações seria preocupação marginal, e em nada determinante, ao que se depreende da documentação, nos contratos de arrematação das obras, o que mais ainda fincava os sentidos de um mercado sem regulamentações restritivas, no limite em que esta consideração é cabível a uma sociedade escravista, atenta a padrões do antigo regime e estruturas econômicas pré-capitalistas.

³¹ Caio BOSCHI, *Barroco Mineiro: artes e trabalho*, São Paulo, Brasiliense, 1988, pp.16, 24, 27, 32-4.

³² *Ibidem*, pp.54-5.

Cumpra observar ainda, fazendo mais claros os termos da presente análise, que eram dois os tipos frequentes de ajustes de trabalho a que se submetiam esses artífices e duas também as formas de sua contratação. Nas palavras de Caio Boschi:

“Basicamente eram dois os tipos de ajuste: o primeiro obrigava o artista a executar uma obra, mediante remuneração previamente determinada pelo solicitante dela ou cujo preço e forma de pagamento resultavam da livre-concorrência entre os oficiais interessados que apresentassem propostas; o segundo tipo tinha a mesma sistemática, porém se diferenciava pelo fato de que o objeto do contrato era a prestação de um serviço e não a execução de uma obra. Nesse regime, não se criavam laços de dependência ou vínculo empregatício entre os contraentes: as relações entre ambos se iniciavam na assinatura do trato e findavam com o ato de aceitação, pelo comprador, da obra ou do serviço encomendado. (...) Duplas também eram as formas de contrato; por jornal e por empreitada. A opção por uma das modalidades, evidentemente, se dava em função do serviço solicitado, bem como da habilitação, da competência e do senso administrativo e gerencial do contratado em ter condições para executar a tarefa. (...) A subempreitada, total ou parcial, foi outra prática. Não era estranha àquela realidade a arrematação de obras por determinado artista, porém com a execução das mesmas sendo transferida a terceiros mediante acordo particular.”³³

Escapar de um plano geral dos artífices na capitania e encontrar essas figuras no detalhe é passo essencial para entender as relações que alimentam este ambiente cultural do Barroco Mineiro. Multifário e bastante mais complexo do que costuma ser pintado pela historiografia, o corpo desses artífices responsáveis pelas principais realizações das artes sacras no final do Dezoito se apresenta claramente como um grupo de transição. Não seriam eles passíveis à simples redução àquele artífice mecânico, distanciado de possibilidades de ascensão e prestígio social por conta do pejo de seu ofício manual; muito embora não estivessem ainda distinguidos como artistas, mesmo que fosse por vezes referidos assim, no estrito sentido de destreza em determinada arte ou ofício. Esta posição e prestígio da criação artística enquanto um fazer intelectual, só seria melhor identificável na música e na arquitetura bem mais pra dentro do Dezenove, no território próprio das artes liberais.

Música e arquitetura são artes irmãs, filhas de mesmos sentidos criativos; Goethe dizia, em metáfora famosa, e funda de poesia, da arquitetura como “música petrificada”. Para além deste parentesco artístico, arquitetura e música são também “fazeres” muito

³³ *Ibidem*, pp.44-6.

próximos neste momento das Minas, exatamente por conta dessa condição de meio do caminho em relação ao ofício mecânico e as possibilidades da criação artística liberal, tal qual era entendida mais propriamente a posição dos poetas e literatos.³⁴ Ver então a ascensão social de determinados membros desses grupos de artífices ao longo do século, é demarcar a camada superior desses artífices, exatamente a que se poria mais perto dessa transição.

Como de resto se deu com portugueses ou outros imigrantes de partes diversas do Império —que por aqui chegaram sem muitas posses e tampouco o mais puro dos sangues, e construíram sua fortuna na mineração ou no comércio, galgando depois posições de principais do lugar—, os artífices que mais progrediram por essas terras, logo desfrutaram de posições mais privilegiadas na sociedade. No caso dos arquitetos, muito mais do que com os músicos, essa distinção de um grupo principal, em geral formado por portugueses de nascimento, que alcançaria posição social destacada é bastante flagrante. Todavia, dentre o grupo dos músicos, que ao final do século seriam na sua grande maioria mulatos, não faltaram também exemplos de certo prestígio social e circulação entre figuras importantes. Um pedido pessoal de Luiz Diogo Lobo da Silva, governador da capitania, em atenção a um músico, dirigido aos irmãos da mesa diretora da ordem terceira do Carmo em Vila Rica, bem dá o tom desta questão:

“Procura a minha proteção José Teodoro Gonçalves de Melo para conseguir de vossas caridades a graça, que exporei: e desejando eu ser útil ao sobre dito não só neste particular, mas em outros, em que o possa valer, não me eximo de o apadrinhar, para que ele obtenha de Vossas Caridades a pretensão que deseja e vem a ser. / Que como essa Venerável Ordem terceira costuma ajustar a Música para todas as festas que na roda do ano costuma celebrar com tanto luzimento; e é inegável que na pessoa do

³⁴ Manuel Moraes Pedroso em seu *Compêndio Músico ou Arte Abreviada* de 1751, tratado ao que parece bastante conhecido nas Minas, apresenta a música como uma das sete artes liberais segundo a classificação de Aristóteles, estando assim ao lado da gramática, retórica, lógica, aritmética, música, geometria e astronomia. Do etéreo da música como uma abstração numérica da natureza para a sua prática efetiva, percebe-se que a distinção entre artes “liberais” e “sevilles” não se traduzia no cotidiano daqueles profissionais. É possível verificar, como se procede aqui, um processo de diferenciação social entre esses músicos, todavia o lugar que melhor cabe aos músicos mineiros no Dezoito é muito mais o de artífices mecânicos. Isto é especialmente verdade se atentar-se para o fato de que, à exceção dos religiosos que primeiro difundiram os cânones da música nas Minas ou às elites que já na virada para o Dezenove começavam a cultivar a prática musical no seio de uma sociabilidade de salões, eram os profissionais da música mulatos e negros em enorme maioria por todo o Dezoito. Facilmente a posição de músico era associada à condição social desses homens como também aos divertimentos de natureza profana, o que terminou, inclusive, por marcar uma posição social menos privilegiada a esses músicos que aos profissionais de ofícios mecânico nos quais era maior a presença de brancos, como se verificaria nos carpinteiros e pedreiros envolvidos com a arquitetura. [Manoel de Moraes PEDROSO, *Compêndio musico, ou arte abreviada em que se contém as regras necessárias de cantoria, acompanhamento e contraponto*, Porto, Officina Episcopal do Capitão Manoel Pedroso Coimbra, 1751.]

mencionado José Teodoro, se unem as circunstâncias de bom procedimento, e perícia na arte da Música, que exercita, quisera, que em atenção a estes respeitos, e acompanhado da minha rogativa, ele consiga de Vossas Caridades o ser encarregado da Música para todas as festividades, que faz, ou haja de fazer essa venerável ordem; pois incumbindo-se-lhe a dita pensão, ele se desempenhará em todas as funções com luzimento, e igualmente ficarão desagravados aqueles sujeitos, que sendo em outra ocasião empenhados, para que ele conseguisse o que agora solicita, lhe não poderão valer com a eficácia de seus respeitos. / Desejo merecer a Vossas Caridades esta graça e sempre servi-los com prontíssima vontade. Deus guarde a Vossas Caridades. Palácio a 14 de Julho de 1764. / Senhor Irmão Prior, e mais irmãos da Mesa da Venerável Ordem 3.^a de Nossa Senhora do Monte do Carmo. § Muito obsequioso venerador de vossas mercês. / Luiz Diogo Lobo da Silva.”³⁵

Avançando na segunda metade do Dezoito vão se vendo mais claras ainda essas relações, e conseqüentemente mais forte é o sentido de se pensar em um ambiente cultural em torno das irmandades, especialmente a estas ordens terceiras que congregavam a elite local, e da qual eram membros a maior parte desses pedreiros e carapinas portugueses que aqui vão se pondo em destaque. Falar na gestação e no desenvolvimento de um novo gosto nas artes, de surpreendente apuro dentro do universo luso-brasileiro e que rapidamente se espalhou e foi assimilado nas obras de construção e decoração dos templos mineiros, é quase que inconcebível sem a suposição de um circuito, posto a funcionar pela competição das irmandades, em que as criações eram discutidas e apreciadas por um grupo mais amplo do que os artífices em si. Esse ambiente certamente alimentava-se da erudição de homens como Cláudio Manuel da Costa, ativo membro da ordem terceira dos franciscanos de Vila Rica, e muito provavelmente interessado nos desígnios das mesas diretoras ao tocar as obras da igreja ou nas decisões sobre as festas e o serviço musical. Outro lugar privilegiado para entrever essa ambiência cultural do final do Dezoito em Minas são os depoimentos coevos sobre as artes na capitania. Disto, a propriedade e profundidade com que o capitão Joaquim José da Silva, vereador de Mariana, comenta a evolução da arquitetura na capitania, em um precioso registro de “fatos notáveis”, escrito em 1790, no qual aponta com grande conhecimento detalhes das influências e a importância relativa dos principais

³⁵ ACL, Ms., Avulsos, (não numerado). O pedido pessoal do governador foi efetivamente acolhido pela mesa, aparecendo José Teodoro Gonçalves de Melo como regente no serviço musical da ordem em 1764. [Maria Conceição REZENDE (org.), *A música na história de Minas colonial*, Belo Horizonte, Itatiaia; Brasília, INL, 1989, p.608.]

templos de Minas, registrando importantes informações sobre seus criadores, é sem dúvida um excelente exemplo.³⁶

A trajetória desses artífices guarda o particular de processos de diferenciação social e do desenvolvimento de um campo profissional. Investigar essas questões tendo em perspectiva as transformações nas artes e com isto as transformações no “gosto” e preferências de um público presente e ativo, é achar o caminho de um processo amplo e fundo da cultura mineira setecentista assim como algumas das bases de sua desarticulação. A construção e decoração das igrejas, assim como o serviço musical nos ofícios religiosos, diziam respeito a aspectos centrais do cotidiano daquelas pessoas, e nesta medida, o espaço associativo, comunal, das irmandades, convidaria a uma vivência direta dos encaminhamentos na construção desses templos ou na qualidade e propriedade das músicas e de seus executantes, estando esses julgamentos diretamente informados por aspectos devocionais e dos esquemas próprios da representação da fé daqueles confrades. A proximidade marcada pela função estrita dessas artes à promoção do culto e celebração da fé é que encaminha e propicia o espaço da apreciação estética, animada pela competição entre os sodalícios aproximados naquele meio urbano, e em certos casos, especialmente favorecida pela presença nessas associações de homens de espírito cultivado, como no exemplo citado de Cláudio Manuel da Costa Neste sentido, tudo que se disse do urbano como um processo específico de produção do espaço, caracterizado por uma formação econômica, social e demográfica própria, e do que se poderia chamar de urbanidade, como a configuração de uma ambiência própria da vida cotidiana neste ambiente urbano, demarcando experiências e mecanismos de apreensão próprios, é essencial para uma leitura da posição desses artífices na produção do Barroco Mineiro e das tramas que enredam esse ambiente cultural germinado em torno das irmandades e dinamizado pela condição urbana.

Faz-se imprescindível assim, a uma análise desse circuito cultural, ver no grupo desses artífices do Barroco Mineiro, entre pedreiros, escultores, entalhadores, carapinas, pintores e outros mais, bem como dos músicos, divisões econômicas e sociais relativamente bem marcadas. Dizendo primeiro desses envolvidos com as edificações em seus variados aspectos, pode-se dizer que à segunda metade do Dezoito já seria possível

³⁶ Um trecho desse registro de fatos notáveis da capitania foi conservada por Rodrigo José Ferreira Bretas na pequena biografia que escreve de Antônio Francisco Lisboa em 1858. [“Traços Biográficos do finado Antônio Francisco Lisboa pelo Dr. Rodrigo José Ferreira Bretas” (1858). **IHGB**. Lata 115, Doc. 2 / **RAPM**, Ouro Preto (I), 1896, pp.163-74]. Uma cópia desse trecho é apresentada no final deste trabalho no Anexo - A.

divisar com alguma clareza um extrato superior entre esse profissionais, composto pelos mais importantes mestres, portugueses em sua maioria, responsáveis pelas grandes arrematações, para as quais se exigia dos titulares posses suficientes para o prosseguimento das obras. Aí estavam homens como José Pereira Arouca, titular de inúmeras obras e que ao fim da vida era dono de considerável fortuna entre propriedades e escravos, ou José Veloso do Carmo, vereador em Vila Rica em 1790 e que mais tarde seria responsável pelas reconstruções na matriz do Pilar na mesma cidade.³⁷ Também se distingue a parte inferior deste grupo, à qual pertencem os escravos que trabalhavam nas obras, os aprendizes menos qualificados envolvidos nas oficinas dos mestres e outros tantos jornaleiros que recebiam diárias de pequeno valor. Por fim, pode-se dizer de um extrato intermediário, formado por artífices, em sua maioria homens livre mulatos, que se vêem alçados a uma posição melhor por conta da relativa fluidez da sociedade mineradora, assim como, é claro, por seus próprios talentos. Em geral trabalhavam também como jornaleiros, mas com o passar do tempo juntariam condições para arrematações de menor vulto ou sub-empresas. Este é o caso de Antônio Francisco Lisboa, que mesmo tendo à época sua genialidade já reconhecida, como dá provas o relato de Joaquim José da Silva acima citado, não teria à sua conta a direção de nenhuma das obras em que esteve envolvido.

Também entre os músicos é possível marcar esta segmentação, na qual se vê em um extremo os escravos músicos, responsáveis em geral por serviços musicais domésticos, como é o caso de Xavier Benguela, Joaquim e João Angola e Miguel Congo, escravos trombeteiros e tambores, pertencentes ao poderoso coronel José Vieira de Almeida, que, entre outros mais oitenta e cinco escravos, o serviam em sua fazenda do Favaxo, na freguesia de Baependi.³⁸ Antonil já se refere ao alto preço —quinhentas oitavas de ouro— que alcançava um bom negro trombeteiro aos primeiros anos da ocupação do território mineiro,³⁹ e é conhecida a preocupação por parte do capitão-mor Henrique Lopes em agradar seu hóspede, o governador Dom Pedro de Almeida e Portugal, Conde de Assumar, comprando “quatro negros choromeleiros, vestidos de pano berne, forrados de espinagem da mesma cor, adindo-os a outros já existentes em seu lar”.⁴⁰ Também devem

³⁷ Judith MARTINS, *Dicionário de artistas...*, vol.1, pp.60-76 e 151-2.

³⁸ **MR**, Inv., cx. 7, 1782, Coronel José Vieira de Almeida.

³⁹ André João ANTONIL (João Antônio Andreoni), *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e Minas*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1967, p.269.

⁴⁰ Francisco CURT LANGE, *História da Música nas Irmandades de Vila Rica. A freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias*, Belo Horizonte, Conselho Estadual de Cultura, 1981, p.157.

ser colocados em patamar próximo a esses músicos escravos, os outros mais, negros e mulatos, de que faz menção em 1780 o desembargador José João Teixeira Coelho, ao dizer que:

“(..) aqueles mulatos que não se fazem absolutamente ociosos, empregam-se no ofício de músicos, e são tantos na capitania de Minas que certamente superam o número dos que há em todo o reino.”⁴¹

Pelo extrato intermediário, distinguem-se a maior parte dos responsáveis pelos serviços cotidianos de música nas irmandades religiosas ou nas festas do senado da câmara, composto especialmente por mulatos, muitos deles pertencentes aos quadros da milícias regulares. Não eram em geral os titulares das arrematações e contratos musicais, tratam-se de músicos profissionais que serviam a um ou outro mestre de maior importância ou que trabalhavam de forma independente em funções menores. Frequentemente exerciam paralelamente outros ofícios, como é o caso dos irmãos Nicolau Rodrigues e Lucas Valentim, pardos, moradores da Barra do Bacalhau, termo de Mariana, como se depreende do depoimento de Inácio Ferreira da Cunha, capitão miliciano da oitava companhia do regimento da comarca do Ouro Preto:

“Atesto em como tenho assistido, nisto, a Nicolau Rodrigues e a Lucas Valentim, tocarem instrumentos de sopro, como também cantarem debaixo dos preceitos da arte nas missas festivas que em algumas funções há na Capela da Senhora de Santa Ana do Arraial da Barra do Bacalhau, o que tudo fazem debaixo do preceito e pela solfa por onde se regem: e que também se dão ao exercício de ferradores por me ter várias vezes servido deles para esse fim e por tudo ser verdade atesto debaixo de juramento debaixo do meu posto. Barra do Bacalhau, 30 de março 1799. / Inácio Ferreira da Cunha.”⁴²

Finalmente o extrato superior desse grupo dos músicos, era formado por alguns padres músicos, como os mestres de capelas, que cumpriram um papel essencial na difusão do repertório europeu e na formação dos músicos mineiros, especialmente na primeira metade do século; assim como, especialmente, por compositores e regentes diretores dos conjuntos que faziam o serviço musical das irmandade e festividades civis. Estes eram em sua maioria homens pardos, também frequentemente pertencentes aos quadros das

⁴¹ José João Teixeira COELHO, *Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais (1780)*, introdução por Francisco Iglésias, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro / Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994. (Col. Mineiriana, Série Clássicos)

⁴² ACL, pasta 17, doc. 45.

milícias, todavia alcançando os postos de sargentos, furriéis, alferes ou mesmo capitães de seus regimentos. A figura do diretor de um conjunto musical só vai se delineando melhor com a proximidade do Dezenove, e distinguia-se especialmente por conta do fato de que estes mestres em geral possuíam os instrumentos das orquestras e conjuntos que regiam, assim como eram os donos das partituras executadas; sendo estas tanto as de sua lavra, compostas especialmente para os ofícios religiosos de algumas irmandade, como de outros tantos compositores, locais ou portugueses e estrangeiros, tanto de música religiosa quanto profana.

Importa dizer a esta altura, que arquitetos e músicos, alvos das análises empreendidas nesta parte do trabalho, encerram grupos distintos, que não se superpõem mas que acabam por se tangenciar na composição desse ambiente cultural do Barroco Mineiro. Tomados no conjunto de suas trajetórias, são capazes de revelar facetas importantes dos caminhos da produção artística no fim de século dessas Minas, exatamente porque talvez a principal diferença entre esses grupos seja o desencontro nos ritmos dos processos de diferenciação social. Por conta disto, olhar os dois em conjunto ajuda a pensar os tempos do articular e desarticular das artes do Barroco Mineiro, em conjunturas que ultrapassam em muito a estrita evolução das formas e estilos.

Antes de esmiuçar alguns dos casos mais destacados desse grupo de músicos e arquitetos, responsáveis pela dinâmica e o colorido mais próprio desse ambiente cultural do Barroco Mineiro, é válido um recuo para melhor analisar o desenvolvimento da música na capitania, uma vez que para a arquitetura muito do que se disse a respeito da evolução urbana das Vilas do Ouro em outras partes do trabalho, já dá em parte conta da questão.

O mais importante que se diga de saída é que a música na capitania durante o Dezoito guiou-se fortemente por sua funcionalidade aos ritos religiosos. As oportunidades de trabalho fizeram com que a grande maioria da música executada ou composta por essas terras fosse de natureza sacra, e consequentemente que a especificidade das criações buscasse adequação aos interesses dos que pagavam pelo serviço musical. No entanto, uma vez que eram as irmandade laicas as principais demandantes do trabalho dos músicos e

compositores locais, tiveram esses profissionais relativa autonomia em suas criações se comparados por exemplo aos músicos baianos ou pernambucanos, paragens estas onde a música refletiu muito mais diretamente, e menos criativamente, os modelos europeus, e também onde os mestres de capela e outros padres músicos detiveram grande ascendência sobre os caminhos seguidos pela música religiosa.

A música mineira do período, entretanto, não deixa de guardar grande proximidade com a produção européia contemporânea. Essa ligação é bem mais acentuada no território da música do que, por exemplo, em relação à arquitetura e às artes plásticas, exatamente por conta da natureza do próprio fazer musical, suscetível a uma maior interação e facilidade na circulação dos “modelos”, as partituras, bem diferente do que se verificaria com as gravuras que serviam aos pintores, por exemplo. Mesmo assim, a conformação de um ambiente de expectativas e preferências é também flagrante, sendo que ao longo do século, com a maior maturidade das criações, vai se delineando uma produção de acentos bastante próprios.

Tal qual já se disse aqui a respeito da arquitetura, pode-se vislumbrar etapas distintas no desenvolvimento da música na capitania entre a primeira e a segunda metade do século XVIII. Domingos Sávio Lins Brandão⁴³ propõem a identificação de três períodos entre as primeiras manifestações e a consolidação de um campo artístico desses músicos.⁴⁴ Em um momento inicial, portanto, que se estenderia do começo da ocupação efetiva da região mineradora até por volta de meados do século, tem-se a chegada dos primeiros músicos à capitania, como o estabelecimento das primeiras formações musicais mais estáveis, para a assistência às festividades oficiais e às irmandades reunidas ainda nas matrizes. Entre os poucos relatos desse período mais recuado, estão os comentários de Frei Francisco de Monte Alverne, que comenta sobre os músicos que dividiam com ele e outros muitos a áspera viagem em direção às minas de ouro, pela altura de 1720, registrando detalhes sobre esses homens e os cantos religiosos e profanos entoados caminho afora. Por toda a jornada, concorreram esses músicos com a melhor harmonia instrumental, sempre se podendo ouvir, “à noite, o canto sentimental e sofrido dos menestrelis, acompanhados dos acordes de suas violas e saltérios extravasando em versos improvisados, de contexto

⁴³ Domingos Sávio Lins BRANDÃO, *O sentido social da música em Minas colonial*, Belo Horizonte, FaFiCH/UFMG, 1993 (Dissertação de Mestrado em Sociologia).

⁴⁴ O autor trabalhou com o conceito de campo artístico tal qual definido por Pierre Bourdieu, ao qual já se fez referência no capítulo anterior.

amoroso e telúrico.”⁴⁵ Outro relato importante foi recolhido por Samuel Soares de Almeida,⁴⁶ e dá conta da recepção preparada para o governador Dom Pedro de Almeida e Portugal na sua visita a São João del Rey em 1717. Desde sua entrada da vila até a chegada à igreja matriz, acompanhou-o uma comitiva com música organizada pelo mestre Antônio do Carmo, que foi também quem cuidou do Te Deum solene entoado a dois coros na matriz. Esse Antônio do Carmo, natural da Ilha Terceira, Açores, parece ter sido um dos músicos mais importantes da capitania no período. Algum tempo depois dessa recepção ao governador em São João del Rey, podem ser encontrados registros seus em Vila Rica, fazendo música para a irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias entre 1738 e 1739, e para a irmandade de Santo Antônio de Nossa Senhora do Pilar nos anos de 1733-4 e 1738-9.⁴⁷ Inúmeros outros documentos dão conta das atividades musicais na capitania no período, sendo que se pode mesmo argumentar a partir dos livros de despesas das irmandades e livros de acórdãos da câmara, da presença de um número bastante considerável desses profissionais desde as primeiras décadas do Dezoito.⁴⁸ A atividade

⁴⁵ Geraldo Dutra de MORAES, *Música barroca mineira*, São Paulo, Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 1975.

⁴⁶ MR, “Memória histórica do município de São João del Rei, 1674-1752” por Samuel Soares [compilação manuscrita de 1914]

⁴⁷ Anos mais tarde, em 1749, este Antônio do Carmo, se vê envolvido com a Inquisição por conta de práticas sodomitas. Segunda a documentação levantada por Luiz Mott no Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Portugal e analisada neste caso em particular por Domingos Brandão: “Perante o Comissário do Santo Ofício de Mariana, Pe. Félix Simões de Páscoa, aparece o músico Antônio do Carmo, natural da Ilha Terceira, Açores; ‘para desengano de sua consciência’ confessou que pecara sodomiticamente, agente e paciente, com diversos rapazes, e que, em dezembro de 1747, na festa de São José dos Pardos, em Congonhas do Campo, ‘se deitara na cama de outros músicos rapazes, por muitas vezes, e com eles estava com brincos desonestos, fazendo pulsões nas mãos dos ditos rapazes, e outras vezes por entre as pernas, e eram os seguintes músicos: João Antunes, mulatinho, Felipe Nunes (39), pardo, filho de Domingos João Nunes; Tomás Espírito Santo, ajudante do Tenente, que principiava a ser paciente; ‘e que todas as vezes estava esquentado com aguardente e com pitar’”. [Domingos BRANDÃO, *O sentido...*, p.113, fazendo referência a ANTT, Inquisição de Lisboa, Caderno de Nefando n.º 20, fl. 89 et seq.]. Foram comuns também as práticas de sodomia envolvendo religiosos, o que em um quadro generalizado de relaxamento dos costumes e devassidão, representou um dos principais óbices às tentativas de moralização do clero conduzidas pelo primeiro bispo de Mariana, Dom Frei Manuel da Cruz, sendo que nestas práticas, freqüentemente, segundo apresenta Luiz Mott, tomavam parte músicos. Disto é exemplo um documento de 1747, que registra acusações contra o padre José Ribeiro Dias, de manter “atos desonestos de molícia e atos nefandos sodomíticos” com os músicos Carlos, de São Caetano, Manoel Ramos, harpista, pardo forro, Francisco Messias, João Alves de Vila Rica e João Boquinha, rabequistas. [Luiz MOTT, “Modelos de santidade para um clero devasso: a propósito das pinturas do Cabido de Mariana, 1760”, *Revista do Departamento de História*, UFMG, Belo Horizonte (9):96-120, 1989, pp.104-5.]

⁴⁸ Os trabalhos de Francisco Curt Lange apresentam amplo levantamento dessa documentação recolhida dos arquivos das irmandades religiosas, com listagens bastante extensas de músicos em atividade na capitania durante o século XVIII e primeiros anos do XIX. Sua bibliografia é muito extensa, mas é válido citar algumas partes publicadas da seu ambicioso projeto de uma “História da Música na Capitania Geral das Minas Gerais”: Francisco CURT LANGE, *História da Música nas Irmandades de Vila Rica*, Belo Horizonte, Arquivo Público Mineiro, 1979-1981, 5 vols. (v.1: Ouro Preto; v.5: Antônio Dias) / Idem, *História da música na Capitania Geral das Minas Gerais*, Belo Horizonte, Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1983 (v.8: Vila do Príncipe e Arraial do Tejuco).

musical, entretanto, ainda não se revestia da organização que teria algumas décadas mais tarde, e no que diz respeito às composições, há certo consenso entre os musicólogos, de que não deveriam apresentar traços de originalidade à época. A ausência de partituras remanescentes desse período das Minas, impede, todavia, um julgamento a contento; mas tal qual se verificou na arquitetura, esse tempo deve ter primado por soluções não muito complexas, com a adoção pouco criativa dos modelos já disponíveis, o que em geral se restringira às partituras que originalmente trouxeram consigo esses mestres que aqui chegaram. Também seria o período de formação de mão-de-obra, onde os aprendizes desse primeiros músicos viriam logo a tomar parte nos conjuntos musicais de seus mestres, e a assistir no serviço musical das capelas e festividades diversas.

A distância das autoridades religiosas e a ausência de ordens primeiras devem ter contribuído a um uso bastante livre das formas musicais nos ofícios religiosos e especialmente nas variadas festas, como dá conta mesmo o conhecido relato do Triunfo Eucarístico, já citado anteriormente.

Frei Antônio de Guadalupe, bispo do Rio, em sua visita pastoral a Minas no ano de 1726, surpreende-se com a qualidade do Te Deum cantado na matriz do Pilar em Vila Rica, comparando-o ao que se podia ouvir na metrópole. Entretanto, inquieta-se e condena os aspectos “profanos e indecentes” presentes tanto nas encenações de comédias e óperas quanto na música e nas letras das composições executadas nas festividades religiosas. Datam daí as primeiras tentativas de controle da música religiosa em Minas, cabendo aos mestres de capela as funções de censura e vigilância. Anos mais tarde Dom Frei João da Cruz em suas visitas às Minas igualmente advertiria sobre os excessos da música religiosa na capitania.⁴⁹ O próprio senado das câmaras, entretanto, incentivava essa propensão aos divertimentos na participação das irmandades nas festas, como se vê em Vila Rica, em 1728, quando a câmara convoca as irmandades para concorrerem nas festas de São João “com bandeiras, músicas e danças na forma de costume”.⁵⁰ As festas dedicadas a Nossa Senhora do Rosário são os melhores exemplos dessa fusão de elementos culturais que tem na música um evidente lugar de encontro.

Essas festas sincréticas de negros, repletas de danças e batuques passaram por todo o Dezoito e espalharam-se Dezenove adentro; mas não, é claro, sem alguns conflitos com

⁴⁹ Francisco CURT LANGE, “A organização musical durante o período colonial Brasileiro”, *V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, Coimbra, 1966, p.76; Domingos BRANDÃO, *O sentido...*, pp.110-1.

⁵⁰ Geraldo Dutra de MORAES, *Música...*, p.19 / Domingos BRANDÃO, *O sentido...*, p.111

as autoridades civis e religiosas, o que não faz senão confirmar a força e a penetração desses divertimentos no cotidiano das Minas. Um parecer dado por Antônio Ramos da Silva Nogueira em Vila Rica no ano de 1799, espelha a continuidade de longa data desse tipo de festejo:

“É costume muito antigo usarem os pretos das irmandade de Nossa Senhora do Rosário, eretas nas freguesias de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, e da Conceição de Antônio Dias, nas festas, que anualmente se fazem, de Reinados, Bandos, e outros regozijos públicos em os quais tangem caixas de guerra, e instrumentos das suas nações, para o que os antecessores de Vossa Excelência concederam sempre faculdade.”⁵¹

A segunda fase recortada por Domingos Brandão no desenvolvimento da música em Minas é apontada como um certo tempo de transição em que se verifica uma forte tentativa por parte do bispado para disciplinar a produção musical e uma paralela movimentação dos músicos para tentar se opor de forma mais organizada às ações do prelado. É Dom Frei Manuel da Cruz, o primeiro bispo de Mariana, que tenta fazer cumprir as determinações já lançadas décadas antes na pastoral de Antônio de Guadalupe. O cenário encontrado por ele não é muito alentador, sendo que os próprios responsáveis pela fiscalização das obras, como Fuão Messias, mestre de capela em Vila Rica, faziam tocar nas igrejas até mesmo músicas teatrais. Em função disto dirige-se o bispo, em 1751, em carta ao Rei, reclamando da profanidade e indecência das peças musicais, assim como dos exorbitantes emolumentos que cobravam os mestres de capela pelas licenças que davam aos músicos para cantarem, e informando ainda que faria proceder um exame da partituras dos músicos envolvidos no serviço musical das igrejas. O pardo Francisco Mexia, mestre de larga atuação em Vila Rica por esta época, envolvido em importantes serviços do senado da câmara,⁵² aparece por esta data recusando-se a mandar rever seus papéis e, ao que parece, pondo-se como líder de outros músicos com o mesmo objetivo. O evento é bastante interessante como testemunho dos primeiros movimentos de defesa de interesses profissionais dos músicos, como também da inserção social destes, uma vez que a coragem para enfrentar o bispo certamente partiu da amizade que desfrutava este Francisco Mexia

⁵¹ **ACL**, pasta 17, doc. 49

⁵² Francisco Mexia aparece como arrematante em Vila Rica do serviço musical das exéquias de Dom João V, assim como a aclamação de Dom José I, pelo qual recebeu, respectivamente, 210\$000 e 270\$000. [**AHU**, Minas Gerais, cx. 35 (1753-54) apud **RAPM**, Belo Horizonte (XXVI), 1975, p.233]

com o ouvidor Caetano da Costa Matoso,⁵³ conhecido contendor de Dom Frei Manuel da Cruz.⁵⁴ Deste contexto das manifestações iniciais de associação dos músicos na capitania, também faz parte a fundação das primeiras irmandade de Santa Cecília, em Vila Rica e Mariana, no ano de 1749, pela ação de famílias de músicos. Essas irmandades, todavia, diferentemente da Real Irmandade de Santa Cecília de Lisboa, cujos compromissos originais datam de 1603, e das de outras mais partes do Império, que cumpriam efetivamente a função de corporação de ofício dos músicos, não se fizeram atuantes em Minas no período, permanecendo esvaziadas até o começo do século XIX, quando então assumiriam importante e efetivo papel na organização dos músicos.⁵⁵

A preocupação em controlar a música em Minas, faz com que pela década de cinqüenta Dom Frei Manuel da Cruz nomeie mestres de capela para diversas partes da capitania, sendo registrado no Livro de Provisões do Bispado, como função desses censores, que não deveria ser permitido que se cantem nas missas composições de mestres profanos “ou outras que não sejam antífonas, salmos, hinos, graduais”; assim como que “não se cantem músicos alguns, ou se levantem tons de salmos e antífonas, Ofícios Divinos, sem a aprovação do dito Mestre de Capela, no qual mandamos debaixo de excomunhão”.⁵⁶ Naturalmente, esses objetivos não foram totalmente alcançados, especialmente no que tange à tentativa, malfadada de saída, de se fazer com que somente clérigos atuassem como músicos na capitania. Não obstante, essas investidas por parte do prelado acabaram por reforçar uma maior observância dos cânones da música religiosa nas igrejas. Sobremaneira importante, neste sentido, é lembrar aqui do papel do bispado na divulgação de partituras européias em Minas. Ainda à época das primeiras visitas pastorais as Minas, têm-se notícia do envio de partituras religiosas aos responsáveis pelo serviço musical das matrizes locais, e sem dúvida a implantação do bispado em Mariana só fez tornar mais regulares e intensas essas remessas. Já em sua chegada às Minas Dom Frei Manuel da Cruz entregou ao padre José de Andrade Moraes cópias de várias partituras que

⁵³ Em 1751 mandou Caetano da Costa Matoso tirar de Manuel Ribeiro dos Santos, sem o “querer ouvir, violentamente, por dois oficiais de justiça”, o cofre e sua posição de tesoureiro da irmandade de Nossa Senhora do Rosário por conta de não ter condescendido em dar a música da festa da padroeira a Francisco Mexia, a quem aponta o ex-tesoureiro como “muito parcial amigo, com tão grande escândalo” de Costa Matoso. [AHU, Minas Gerais, cx. 34 (1751-52) apud *RAPM*, Belo Horizonte (XXVI), 1975, p.234]

⁵⁴ A respeito dos desentendimentos entre o ouvidor de Vila Rica Caetano da Costa Matoso e o bispo de Mariana Dom Frei Manuel da Cruz, veja: Caio César BOSCHI, “Como os filhos de Israel no deserto?” (ou: a expulsão de eclesiásticos em Minas Gerais na 1ª metade do século XVIII), *Varia História*, Belo Horizonte (21) junho: 119-141, 1999.

⁵⁵ Domingos BRANDÃO, *O sentido...*, pp.104 e 119.

⁵⁶ *Ibidem*, p.115.

deveriam ser entregues aos regentes em atividades nas matrizes de Pilar e Antônio Dias. Bastante interessante também é uma carta de Dom Frei Domingos Castro Moreira, dirigida ao bispo de Mariana Dom Frei Domingos da Encarnação Pontével, no ano de 1788, em que relaciona o envio de obras de Willian Bird, Haendel, Haydn, Mozart e Purcell para a Sé de Mariana.⁵⁷ Outros muitos compositores também chegariam às estantes dos músicos mineiros e constituiriam, nessas amostras um tanto aleatórias da tradição musical européia, a principal referência à formação dos compositores locais. Deu-se também o mesmo com os tratados musicais que por aqui chegaram, como o *Compendio Musico, ou Arte Abreviada em que se contém as regras necessárias de cantoria, acompanhamento e contraponto*, escrito por Manuel de Moraes Pedroso e publicado originalmente no Porto em 1751. Parece ter sido esse tratado bastante conhecido dos músicos mineiros, constituindo fonte importante para o aprendizado da teoria musical. Curioso exemplo da circulação dessas idéias é uma cópia parcial da segunda edição (1769) desse tratado português, interpolada com algumas considerações filosóficas sobre a origem da música, que aparece em um manuscrito assinado por José de Torres Franco em Mariana no ano de 1790, levando o título de *Arte de Acompanhar Regras de Cravo*.⁵⁸

A terceira fase, por fim, teria início, ainda segundo o recorte apresentado por Domingos Brandão, com as mudanças na contratação da música para as festividades oficiais do senado da câmara de Vila Rica a partir de 1760. Trata-se da passagem do regime de obrigações, em que o ajuste se dava de forma direta entre o senado e o diretor de algum conjunto musical, para o sistema de arrematações, através do qual os músicos disputavam o serviço anual da música, dando-se a contratação com base no menor preço apresentado. Cabia ao vencedor, então, a apresentação do rol de instrumentistas e cantores titulares à função, assim como de um fiador, outro mestre de música, capaz de garantir a realização do serviço.⁵⁹ Em termos mais amplos, trata-se do momento mais evidente de profissionalização dos músicos na capitania, e relaciona-se diretamente ao aumento nas frentes de trabalho para esses artífices; ou seja, trata-se especialmente de um fenômeno de expansão do mercado.

⁵⁷ Maria Conceição REZENDE (org.), *A música...*, p.554.

⁵⁸ **APM**, Biblioteca, “Arte de Acompanhar Regras de Cravo (1790), manuscrito de José de Torres Franco” (microfilme F. I 022 / D-4). Ver também: Fernando Pereira BINDER e Paulo CASTAGNA, “Teoria musical no Brasil: 1734-1854”, *Revista Eletrônica de Musicologia* 1(2), dez. 1996 e Domingos BRANDÃO, *O sentido...*, pp.125-6.

⁵⁹ *Ibidem*, p.116.

Este aumento na demanda pelo serviços dos músicos, por sua vez, está diretamente relacionado ao crescimento urbano e à afirmação da urbanidade das Vilas do Ouro mineiras na segunda metade do Dezoito. As frentes de trabalho são multiplicadas por conta das festividades regulares ou esporádicas das câmaras, assim como pelo serviço das irmandades, que não só aumentam muito em número da primeira para a segunda metade do Dezoito, como também constróem templos próprios por esta época, carecendo cada vez mais da presença de músicos. São também esse profissionais demandados por uma elite que assume com propriedade seus ares urbanos e busca cultivar padrões de refinamento, servindo os músicos aí a reuniões e festas particulares. Cumprem também papel na educação musical dos filhos dessa elite, atuando como professores de instrumentos e canto. São ainda as óperas e as comédias teatrais divertimentos cultuados já a longa data nas Minas, mas que com a construção das primeiras casas de ópera na capitania ao final do Dezoito e começo do Dezenove tem um novo momento, recortado nas transformações daquela sociedade e apoiado no maior profissionalismo dos músicos locais.

Era responsabilidade dos senados das câmaras a organização de algumas importantes festas do calendário religioso, basicamente as em louvor a Santa Isabel, São Borja, Nossa Senhora da Conceição, ao santo protetor de cada localidade, além das procissões de Corpus Christi, das Litanias de Sábado, e dos soleníssimos Te Deums de fim de ano. Além disso se incumbiam das celebrações extraordinárias por ocasião de nascimentos ou casamentos na família real, coroamento e morte dos soberanos, ou ainda nas posses dos governadores. Em todas essas ocasiões, além do pagamento dos músicos, cuidavam as câmaras desde paramentar as matrizes até a ornamentação das ruas.⁶⁰ Também as irmandades estabeleciam contratos anuais para o serviço de música com organistas ou diretores de algum conjunto musical. Tem-se um bom exemplo disto no contrato estabelecido entre José Joaquim Emerico Lobo de Mesquita e a ordem terceira do Carmo de Vila Rica, quando esse emigra para lá em 1798; no qual estaria o músico encarregado de cuidar, “com todo asseio de bons instrumentos e vozes”, dos seguintes eventos:

“Ladainhas dos Sábados de madrugada, e nas segunda Domingas de cada um mês pelas dez horas do dia para a Procissão da Razoula, assistir com dois Coros de Música nas dias Procissões, que se costumam fazer de Ramos

⁶⁰ *Ibidem*, p.145 e Maurício Mário MONTEIRO, *João de Deus de Castro Lobo e as práticas musicais nas associações religiosas de Minas Gerais (1794-1832)*, São Paulo, FFLCH/USP, 1995 (Dissertação de Mestrado em História), p.114.

e a do enterro. A Missa Cantada de quinta feira santa, a Ladainha no sábado de aleluia de tarde, e finalmente a quaisquer funções que hajam de celebrar por esta ordem, bem como será obrigado a fazer as Novenas de Nossa Senhora que principiam a sete de Julho, nas quais reforçará a mesma Música, e no dia de festividade de Nossa Senhora a dezesseis de julho, ou no dia que se determinar, será obrigado demais a por dois coros de música (...)⁶¹

Esses músicos habitualmente estavam envolvidos com serviços a particulares, como se pode depreender de carta que Luiz de Mendonça Cabral, escrivão da Intendência dos Diamantes, dirigida a Antônio da Mota e Magalhães, escrivão da junta da Fazenda Real, e na qual pede que este consiga junto ao desembargador João Fernandes, novas partituras para o seu serviço doméstico, “algumas que as há de ter gostosas”, para legar certa diversidade ao repertório dos sete músicos que lhe serviam, crioulos e mulatos, dispostos em duas trompas, duas flautas, duas rabecas e um rabecão.⁶²

Bastante significativas, como se disse, são também as atividades desses músicos na âmbito da educação musical. Inúmeras vezes nas fontes relativas à arrematação de serviços de música, são esses profissionais referidos como professores da arte da música, o que não se dá com outros mestres de ofício. Sem dúvida este deve ter sido mesmo um campo de trabalho e de inserção social importante aos músicos de então. Existem vários exemplos, inclusive, de músicos recebendo provisão para se tornarem professores públicos, como é o caso de Valério de Souza, em 1754, autorizado a ensinar a “ler, escrever e solfa” na freguesia de Congonhas de Sabará; bem como Inácio Pacheco Estrela, na freguesia de Itaverava, provisionado para “ensinar a ler, escrever, contar e solfa”.⁶³ Ou ainda em relação a um pedido de Miguel Teodoro Ferreira datado de 1788:

“Diz Miguel Teodoro Ferreira, morador na Vila do Caeté, termo do Sabará, comarca do Rio das Velhas, que ele se tem aplicado à Arte da Música com o possível gosto, naquela parte do mundo, Estado da América, de sorte que é tido e reputado por um dos melhores professores daquela arte, no qual o acompanham seus irmãos, com a perfeição de todo o instrumental, que compõe o melhor coro, (...) pede provisão de professor público (...)”⁶⁴

⁶¹ Francisco CURT LANGE, *História da Música nas Irmandades de Vila Rica*, vol. 1, p. 147. Domingos BRANDÃO, *O sentido...*, p.141.

⁶² AHU, Minas Gerais, cx. 51 (1769-70) apud **RAPM**, Belo Horizonte (XXVI), 1975, pp.236-7.

⁶³ Maria Conceição REZENDE (org.), *A música...*, p.298.

⁶⁴ AHU, Minas Gerais, cx. 17 DO (maço 100) apud **RAPM**, Belo Horizonte (XXVI), 1975, p.238.

Outra frente de atuação dos músicos, as casas de ópera, construídas em Minas pelo final do Dezoito, constituem capítulo à parte no desenvolvimento das artes na capitania. Ainda que não em desacordo com a Igreja, marcam caminhos diferentes à sociabilidade urbana e ao cultivo das artes pela elites, caminhos senão contrários pelo menos distantes da piedade religiosa conformada no ambiente das irmandades. A casa de ópera de Vila Rica inaugurada em 1770 em uma construção de consideráveis proporções para época e localizada bem próxima à igreja do Carmo, vem a substituir uma construção primitiva, certamente bem menor e menos cuidada, que julga-se anterior mesmo a 1750. Outras localidades têm empreendimentos parecidos, muito embora sem o requinte e organização que pode-se associar à casa de ópera de Vila Rica a partir de 1770. Por estes anos existem registros do funcionamento de casas de ópera em São João del Rey, Sabará, Diamantina e Paracatu.⁶⁵

O poderoso negociante João de Souza Lisboa, titular do contratos de entradas da capitania entre 1762 e 1764, foi o construtor e primeiro administrador da casa de ópera de Vila Rica, cuidando de garantir o auto nível dos espetáculos, tanto no que diz respeito ao repertório, como em relação aos músicos e atores envolvidos, agenciando-os em Sabará, Tejuco e São João del Rey.⁶⁶ Pela altura de 1772, Souza Lisboa contava com uma lista de contribuintes e assinantes para o financiamento das apresentações, que incluía importantes nomes das elites mineiras, entre negociantes, magistrados, intendentes e militares de altas patentes. A preocupação de Souza Lisboa com o sigilo das obras que possuía e o ineditismo no repertório a ser apresentado, além é claro deste envolvimento direto dos principais do lugar, é traço claro da vitalidade cultural daquele momento. Em carta datada de 1770, este administrador da casa de ópera, solicita a um de seus agentes que providencie arranjos musicais para a ópera “São Bernardo”, cujo libreto seria de autoria de Cláudio Manuel da Costa:

“Recebo a de Vossa Mercê de 6 do corrente mês, em que me diz é aparecida a ópera de São Bernardo, e que se fica trasladando para entregar a própria a

⁶⁵ M. Rodrigues LAPA, *A Casa de Ópera de Vila Rica*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1968 (Suplemento literário do *Minas Gerais*, 20/01/1968), p.5; Herculano Gomes MATHIAS, *A coleção Casa dos Contos de Ouro Preto*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1966, p.88; Affonso ÁVILA, “O Teatro em Minas Gerais: séculos XVIII e XIX”, *Revista Barroco*, Belo Horizonte (9):53-97, 1977, pp.58-68; Antônio GUERRA, *Pequena História do Teatro, Circo, Música e Variedades em São João del-Rei - 1717 a 1967*, Juiz de Fora, Sociedade Propagadora Esdeva - Lar Católico, 1968, p.17; Domingos BRANDÃO, *O sentido...*, p.148 e Maria Conceição REZENDE (org.), *A música...*, pp.536-40.

⁶⁶ Este envolvimento de importantes negociantes na administração da casa de ópera de Vila Rica teria continuidade com João Rodrigues de Macedo, que foi titular da função em 1790.

seu dono; e como não tem solfa, que pretendia introduzir-lhe alguma italiana, havendo-o eu por bem. Eu aprovo a sua determinação: Vossa Mercê me mande tirar as solfas em partes separadas e não em partituras, que assim vem prontas para tudo e se fazem com mais brevidade (...)⁶⁷

O mesmo Souza Lisboa dá conta, em carta enviada a um agente seu no Tejuco em 1771, que o músico Teles da Fonseca e Silva lhe está “copiando umas óperas e umas solfas que lhe havia de mandar com todo sigilo”; assim como aciona em 1775 as autoridades de São João del Rey com objetivo de recuperar algumas partituras de óperas que lhe foram roubadas por um paulista que ele hospedou em sua casa.⁶⁸

José Teodoro Gonçalves de Melo, o mesmo que anos antes é apadrinhado pelo governador Luiz Diogo Lobo da Silva para conseguir os serviços de música na ordem terceira do Carmo, e que em 1770, 1772 e 1773 foi arrematante da música junto ao senado da câmara de Vila Rica, é quem aparece como o primeiro regente da casa de ópera, inclusive figurando como o compositor da partitura de “O Parnaso Obsequioso”, “drama para se recitar em música” escrito por Cláudio Manuel da Costa. Alguns músicos de Minas atuariam nessa casa de ópera, tanto como instrumentistas e cantores ou como regentes. Florêncio José Ferreira Coutinho, por exemplo, trabalharia lá como músico de orquestra em 1786, época em que recebe do senado da câmara a quantia de quatro oitavas de ouro para a composição da música para três óperas. Anos mais tarde, na temporada de 1811, vê-se regendo nesta casa uma orquestra de dezesseis músicos o destacado compositor João de Deus de Castro Lobo.⁶⁹

Importa mesmo, entretanto, perceber esse momento do final do século como o de uma efetiva articulação do campo musical, que bem está refletida na organização formal ou informal das orquestras e mais conjuntos no período. Por vezes esta organização se dava no estilo de uma companhia, em que músicos de um mesmo quilate se associavam a partir de regras bem estabelecidas, podendo cada um individualmente ajustar contratos a que todos os outros se obrigava a participar. Um compromisso assinado por dez músicos em Mariana no ano de 1767 dá provas desse tipo de organização.⁷⁰ Mais comum entretanto, parecem ter sido as orquestras de caráter temporário, formadas com fins específicos de

⁶⁷ **APM**, DF, cód. 205, fls. 45-6 apud M. Rodrigues LAPA, “A Casa de Ópera de Vila Rica”, *Minas Gerais - Suplemento Literário* (73), Belo Horizonte, 1968.

⁶⁸ M. Rodrigues LAPA, “A Casa de Ópera...”, p.5.

⁶⁹ Domingos BRANDÃO, *O sentido...*, p.150 / Maria Conceição REZENDE (org.), *A música...*, pp.537.

⁷⁰ Casa Setecentista de Mariana, 2º ofício, códice267, auto 6585 apud Domingos BRANDÃO, *O sentido...*, p.102.

servir a um contrato específico, e não excluindo os músicos da participação em outras formações. Conjuntos um tanto mais estáveis devem ter se formado ao redor de um mestre importante e alguns de seus discípulos e músicos mais próximos. Essa foi a fórmula que acabou por dar origem às várias orquestras com importante atividade no final do Dezoito, algumas delas se estendendo pelo Dezenove, como é o caso da conhecida Lira Sanjoanense, fundada em São João del Rey por José Joaquim de Miranda.

A chegada do século XIX, entretanto, traria uma retração do mercado de trabalho desses músicos, em nada condizente com o processo de intensa profissionalização em curso nos últimos anos do Dezoito. As festas regulares dos senados das câmaras ainda se mantiveram até 1828, todavia as por ocasiões extraordinárias são suprimidas a partir de 1809; nas irmandades, por outro lado, o impacto deste tempo é muito mais evidente, sendo o número de ofícios solenes e festas, assim como o serviço musical regular, os gastos que mais rapidamente foram reduzidos ou suprimidos pelos sodalícios. O número de músicos que foi sempre alto às Minas parece ter sido ser ainda maior nesse tempo. A efetiva organização da confraria de Santa Cecília em Vila Rica em 1812, por parte dos “irmãos professores da arte da música”, e detalhadamente apontando em seus compromissos um conjunto de regras para a defesa do campo de trabalho dos músicos profissionais é clara mostra disto. Florêncio José Ferreira Coutinho, Marcos Coelho Neto, o filho, João de Deus de Castro Lobo, entre outros mais, em sua solicitação para erigir a irmandade atestam claramente este problema; sendo de suas maiores preocupações a necessidade de se evitar “as funções gratuitas a que são todos os dias acometidos (...). Tanto de festas de oratórios, como nas igrejas, enterro e outros ajuntamentos de música”.⁷¹

As confrarias de Santa Cecília que se espalham pelo território mineiro neste período, o que a princípio pode parecer um traço do maior profissionalismo dos músicos, muito melhor se enquadra como um indício da forte retração do mercado, que dentro em pouco lançaria a maior parte da atividade musical em Minas nas raias do amadorismo típico das bandas de música que atravessam o Dezenove. É neste momento que se vê claramente cingindo o extrato superior do grupo dos músicos, marcando a preocupação dos mais bem posicionados profissionais na defesa de seu campo, através de medidas associativas e apregoando a importância da qualidade dos serviços musicais, tanto no que diz respeito aos

⁷¹ **AMI / CP**, “Solicitação para poder erigir uma Irmandade de Santa Cecília, os músicos do regimento de Linha de Vila Rica (1812)”, c.290 – auto 5253 apud Maurício Mário MONTEIRO, *João de Deus...*, p.44.

próprios músicos, quanto ao nível dos instrumentos e partituras. Uma carta de José Marcos de Castilho, importante músico de São João del Rey, a João Nunes Maurício Lisboa, escrivão da irmandade de Santa Cecília em Vila Rica, datada de 1815, em que solicita o envio de uma cópia do compromisso da confraria, é esplendido testemunho deste contexto:

“Nessa comarca e em todas as vilas, arraiais e capelas, se acham uns curiosos e alguns músicos que decoram algumas missas, e com esse nome empenham-se com as festeiras fazerem as suas funções por qualquer coisa que lhes dêem: e ainda tão somente pela comida: servem as mesas e não querem cama nem casa para morar, ridicularizando a arte na sua consternação. (...) [Pede, então, o envio do] compromisso e a provisão de que tinha notícia, às vistas das quais saberia resolver com os outros companheiros, havendo alguns capítulos que faça vedar essa enchorrada de curiosos.”⁷²

A organização da irmandade de Santa Cecília é portanto um claro traço de defesa de interesses em um mercado já saturado; mercado este que até então havia sido regido por arranjos mais personalistas e individuais, não obstante calcados em sólido processo de profissionalização. É marca também da desarticulação, no terreno da música, de um ambiente cultural que no começo do Dezenove não consegue reproduzir as condições de vitalidade que lhes foram evidentes no final do Dezoito, como bem prova o precioso acervo de partituras de música religiosa compostas nesse período e que não tem par ou continuidade no século seguinte.

Assim como na música, o final do Dezoito e o encontro com o Dezenove também assentam alterações substantivas na arquitetura e nas condições sociais desses artífices pedreiros e carpinteiros na capitania. O eloqüente momento que Barroco Mineiro encontrara na segunda metade do Dezoito, a partir essencialmente da construção de muitos dos templos das irmandades, esgota-se nos primeiros anos do Dezenove, revelando com mais clareza em seus últimos lances os vários tempos que se apresentavam àquele momento da Colônia. Diferenças regionais, os espaços do urbano e do rural, as influências

⁷² **APM**, Avulsos, cx. 18, doc. 18 / Maurício Mário MONTEIRO, *João de Deus...*, pp.50-1.

da Corte no Rio de Janeiro a partir de 1808, as particularidades da economia e das referências sociais e culturais, assim como o lugar da religiosidade setecentista naquele momento, são facetas desses momentos finais da melhor expressão da arquitetura religiosa em Minas. Perseguir o caminho do Dezenove entre Vila Rica e São João del Rey é achar o lugar dessas muitas sobreposições, sendo, mais uma vez, a trajetória de Francisco de Lima Cerqueira sobremaneira sugestiva.

Em 1774, é este arquiteto encarregado da construção da igreja dos terceiros franciscanos de São João del Rey, a ser executada a partir de um belo risco que lhe fora apresentado.⁷³ Todos os oficiais envolvidos na obra estariam subordinados a ele, e para tanto ficou acertado que receberia a partir de então a quantia de 230\$000 anuais.⁷⁴ Com base nas informações constantes em seu testamento, sabe-se que a esse tempo Lima Cerqueira residia em Vila Rica, estando então, certamente, envolvido nas obras do pórtico, arcos do coro e lavatório da sacristia da igreja do Carmo, que arrematara em 1771, como já se disse acima. Morto em 1808, neste seu testamento, redigido em 1807, época em que ainda estavam em curso as obras na igreja de São João del Rey, Lima Cerqueira declara:

“(...) que o venerável mesário da ordem terceira de São Francisco desta vila quando quiseram edificar a mesma capela da dita ordem foram pessoalmente buscar-mo a Vila Rica, donde me achava, e chegando a esta vila me ajustaram para ser mestre da dita obra que de fato o fui e a pus do estado em que se acha e fui muitos anos provedor geral da mesma ordem, e despendi em todo esse tempo o meu dinheiro em benefício e crédito dela (...)”⁷⁵

⁷³ A autoria deste risco, um dos mais elaborados da arquitetura luso-brasileira é ainda tema controverso. A maior parte dos indícios se alinham para apontar Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, como autor desta planta, assim como da de São Francisco de Assis de Vila Rica, que em muito lhe é próxima. Germain Bazin apresenta alguns dos principais elementos dessa discussão, valendo aqui uma transcrição de alguns trechos [*A arquitetura religiosa...*, vol. 2, p.104]: “1774, 8 de julho - ‘Aos oito dias do mês de Julho de mil setecentos setenta e quatro anos nesta vila de São João del Rey em o Consistório desta Venerável Ordem 3ª de São Francisco, em Mesa... por todos foi visto o risco que se tinha mandado fazer a Vila Rica para a fatura da nova Capela desta Venerável Ordem pelo qual risco se tinha dado de prêmio a quem o fez a quantia de sessenta mil réis.’ / Infelizmente a ata não cita o autor do risco. Joaquim José da Silva, vereador de Mariana que, em 1790, escreveu uma relação de feitos notáveis, afirma que o Aleijadinho era o autor do de São Francisco de Assis de São João del Rei. Este testemunho foi confirmado por uma deliberação da Mesa de 11 de setembro de 1785, na qual se aprovou o risco que serviria de complemento ao do Aleijadinho. / 1785, 11 de setembro - Mesa na qual foi aprovado por unanimidade ‘o sobredito risco que serve de suplemento ao de Antônio Martins (o nome Martins está rasurado e na margem o escrivão inscreveu: Francisco Lisboa)’ / O erro do escrivão deu ensejo a várias opiniões, facilmente explicáveis, por Antônio Martins também trabalhara no templo.”

⁷⁴ Germain BAZIN, *A arquitetura religiosa...*, vol. 2, p.104 e Judith MARTINS, *Dicionário de artistas...*, vol.1, p.176.

⁷⁵ MR, Inv., cx. 362, 1808, Francisco de Lima Cerqueira.

Pode bem ser entrevisto aqui o prestígio de que já gozava Lima Cerqueira a esta época, incumbindo-se a mesa de ir pessoalmente a Vila Rica para convidá-lo a assumir a obra. Também deve ser destacada sua condição financeira, lida especialmente no crédito de que dispunha, possibilitando-o governar obra de tal vulto, que consta entre as maiores igrejas construídas em Minas, assim como assumir a onerosa e importante função de provedor geral da poderosa ordem terceira de São Francisco em São João del Rey. Com o passar dos anos acumularia a ordem uma dívida de vulto com este arquiteto português, devendo ter tocado grande parte da obra por seu próprio crédito e posses. O acerto, no entanto, se daria em um complicado litígio que teve como desfecho o seqüestro de todos seus bens pela ordem terceira.

Interessa, no entanto, progredir ainda um pouco mais nas tramas construtivas desta igreja de São Francisco de São João del Rey por conta de sua posição de destaque na arquitetura religiosa em Minas, avançando nos primeiros anos do Dezenove as últimas forças dessa fase final do Barroco Mineiro, assim como, também, pela possibilidade de acompanhar o trabalho de Lima Cerqueira, na sua posição e circulação entre nomes destacados naquela sociedade.

Em 1778, retorna Lima Cerqueira a Vila Rica onde ainda estava envolvido com as obras na igreja do Carmo. Devia ir ele verificar o andamento dos trabalhos, em sua conta, e que estavam sub-empregados naquela cidade. É por esta altura que vemos um ajuste com a mesa do Carmo no qual fica resolvido que deveriam ser feitas “as colunas do Coro redondas, e oitavadas as Pilastras, seguindo novo gosto”.⁷⁶ Em janeiro do ano seguinte retorna novamente a São João del Rey, onde logo recusa-se a continuar os trabalhos no templo dos franciscanos, dispensando os funcionários e alegando que “a obra não ia com boa disposição [e que] o que se praticava não lhe agradava”, resolvendo por “não trabalhar mais senão reformassem de novo algumas condições”.⁷⁷ A contundente atitude de Lima

⁷⁶ Em março de 1780 são entregues a aprovadas as obras executadas por Lima Cerqueira na igreja do Carmo de Vila Rica, sendo louvado da parte dele na avaliação da obras o arrematante do grosso das obras do templo, seu patrício, João Alves Viana. [Judith MARTINS, *Dicionário de artistas...*, vol.1, p.176] No que diz respeito a este “novo gosto” por formas oitavadas, de resto não muito comum em Minas, trata-se de forte exemplo da busca por novas soluções, assentadas nas discussões realizadas entre esse arquiteto e as mesas diretoras das irmandades, estando mesmo Lima Cerqueira envolvido em outro importante exemplo. Anos mais tarde, em 1790, vê-se reunida a mesa diretora da ordem terceira do Carmo de São João del Rey para decidir a respeito da de modificações na planta de sua igreja, sendo aí decidido por se “fazer as torres oitavadas porque assim ficarão mais vistosas e engraçadas, no que conveio o Mestre da mesma obra Francisco de Lima Cerqueira”. [Germain BAZIN, *A arquitetura religiosa...*, vol. 2, p.101]

⁷⁷ Germain BAZIN, *A arquitetura religiosa...*, vol. 2, p.105 e Judith MARTINS, *Dicionário de artistas...*, vol.1, p.177.

Cerqueira põe em relevância sua destacada posição na escolha dos caminhos da obra, mesmo sem ter sido o autor do risco, ao qual diz, com efeito: “não que o dito risco tenha defeitos, porém algumas cousas só quando se fazem se vê a impossibilidade de as poder por conforme”.⁷⁸ Uma comissão por ele dirigida é então designada para cuidar das alterações da planta, as quais deviam dizer respeito especialmente às obras na capela-mor, por onde havia se iniciado o templo, ficando esta concluída por volta de 1781.

A posição social que ocupa Lima Cerqueira em São João del Rey é representativa deste momento em que são ensaiadas distinções no campo desses artífices arquitetos. Seu prestígio naquela sociedade pode bem ser medidos por sua posição de provedor geral da ordem de São Francisco, assim como no fato de pertencer aos quadros das irmandades do Santíssimo Sacramento, Almas e à ordem do Carmo, todas em São João. A arrematação de obras importantes na capitania e os quase trinta anos que passaria à frente desta monumental igreja de São Francisco, atestam também, como se disse, sua condição financeira. Não obstante, sua posição social era muito menos estável do que a de homens como José Pereira Arouca ou José Veloso do Carmo, que, como outros mais artífices, desfrutaram de patentes nas milícias regulares e de cargos na administração local, assim como estiveram à frente negócios envolvendo fazendas, escravaria e datas minerais. Lima Cerqueira é exemplo típico do homem que viveu exclusivamente de seu ofício, exercendo-o na multiplicidade própria do espaço fluido que unia o ofício mecânico e a criação liberal. Consta dos documentos da ordem seus serviços como mestre e administrador das obras, responsável pela condução dos trabalhos nas pedreiras, oficial da lavragem das peças em cantaria, assim como “Arquiteto tirando novas plantas, e novos desenhos que na mesma obra se vê”.⁷⁹ Sua atuação, entretanto, buscou guardar a maior distância possível do ofício mecânico, chegando mesmo a ser repreendido pela ordem por não executar de suas próprias mãos as obras em cantaria do templo. Em ofício de 1785, época em devia beirar Lima Cerqueira os seus sessenta anos,⁸⁰ reafirma a ordem a sua posição de administrador da obra, tanto em pedra como madeira, mas com a condição “de fazer por suas mãos toda a Lavragem do seu ofício que fosse mais mimosa, e superior a capacidade dos outros oficiais”.⁸¹

⁷⁸ Germain BAZIN, *A arquitetura religiosa...*, vol. 2, p.105.

⁷⁹ *Ibidem*, vol. 2, p.105 e Judith MARTINS, *Dicionário de artistas...*, vol.1, p.177.

⁸⁰ Lima Cerqueira morre em 1808 contando por volta de oitenta anos. [MR, Inv., cx. 362, 1808, Francisco de Lima Cerqueira]

⁸¹ Germain BAZIN, *A arquitetura religiosa...*, vol. 2, p.105.

No final do século estava em construção o frontispício da igreja, tendo Aniceto de Souza Lopes firmado contrato para este trabalho.⁸² O risco original, que se conhece a partir de um desenho ainda hoje conservado (Figura 5), foi substantivamente alterado, ao que parece pela traça do próprio Lima Cerqueira. Em 1803, já com idade avançada, Lima Cerqueira procede um ajuste de suas contas com a ordem, cessando o recebimento de seus pagamentos anuais, e negociando um grande desconto das dívidas que ainda lhe restavam, o que suplantaria o montante de seis mil cruzados.⁸³ Dá-se por pago e satisfeito, então, recebendo o total de 1:263\$784.⁸⁴ Não obstante, por motivos que não são suficientemente claros, entraria a ordem em litígio com seu antigo benfeitor, obtendo judicialmente o seqüestro de todos os seus bens, deixando-o em ruína. A ordem do Carmo, da qual também era irmão, foi quem cuidou de acolhe-lo, fornecendo-lhe uma casa para residir e pondo uma escrava para dele cuidar assim que ficou mais doente.⁸⁵

Lima Cerqueira foi sem dúvida o principal arquiteto em atividade em São João del Rey nos últimos anos do Dezoito. Até por volta de 1780 ainda esteve envolvido com obras em outras partes da capitania; mas, ao que parece, a partir desta data concentrou todas suas atividade em São João, sendo responsável por outras mais obras além da igreja de São Francisco. Para a ordem do Carmo, construiu o frontispício da sua igreja, a partir de 1787, gozando de autonomia para executá-la “conforme a planta e risco que melhor for e parecer mais acertado para a formosura do Frontispício e Torres e o mais”.⁸⁶ Também foi quem dirigiu a construção da ponte da intendência, em 1798, bem como o autor de um risco para o frontispício da matriz de Nossa Senhora do Pilar, da mesma cidade, que seria mais tarde alterado.⁸⁷

A importância de Lima Cerqueira à arquitetura colonial mineira está no entanto, indubitavelmente, relacionada à portentosa igreja da ordem terceira de São Francisco de Assis. (Figura 8) O simples fato da construção deste templo, que não só é um dos maiores construídos no período, mas também é representativo da etapa final das concepções

⁸² É Aniceto de Souza Lopes quem a partir de 1809, já após a morte de Lima Cerqueira, é encarregado de terminar os trabalhos do frontão e das torres da igreja.

⁸³ MR, Test., cx. 24, 1815, Francisco de Lima Cerqueira.

⁸⁴ Germain BAZIN, *A arquitetura religiosa...*, vol. 2, p.106 e Judith MARTINS, *Dicionário de artistas...*, vol.1, p.177.

⁸⁵ “1805 - dezembro 16 - ‘Acontecendo decair de bens o nosso Irmão Francisco de Lima Cerqueira’ e tendo em vista os benefícios dele recebidos, resolvi a Ordem 3.ª de Nossa Senhora do Carmo, de São João del Rei ampará-lo, recolhendo-o à casa da Ordem, enquanto não melhorasse de fortuna”. [Judith MARTINS, *Dicionário de artistas...*, vol.1, p.178]

⁸⁶ Judith MARTINS, *Dicionário de artistas...*, vol.1, p.178.

⁸⁷ Germain BAZIN, *A arquitetura religiosa...*, vol. 2, p.103.

arquitetônicas da fase rococó do Barroco Mineiro, é fato digno de nota. Junto do templo dos franciscanos de Vila Rica, que é consideravelmente menor no tamanho e que foi começado alguns anos antes, esta igreja de São João, revela a eloquência da técnica desses arquitetos mineiros e o requinte de um gosto de matizes novos dentro do mundo português, que tem sua gestação dentro do ambiente cultural dinamizado pelas irmandades. Pela altura mesmo de 1790, quando a São Francisco de Vila Rica já estava quase completa, inclusive com as obras do frontispício e torres, e sua irmã de São João ainda seguia com o grosso da obra da nave, mas já com a capela-mor sendo decorada. Joaquim José da Silva, em sua crônica dos fatos notáveis da capitania, faz referência a como Antônio Francisco Lisboa supera a maestria já demonstrada em trabalhos anteriores neste seu risco para a São Francisco de São João del Rey, em mãos do “hábil artista” Francisco de Lima Cerqueira, responsável por variadas modificações e redefinições no risco original, dizendo que neste templo “se reúnem as maiores esperanças”.



FIGURA 8: Fachadas das igrejas de São Francisco de Assis Vila Rica e São João del Rey

No que diz respeito ao risco da planta, a São Francisco de São João del Rey (Figura 9) atesta uma clara e madura evolução para o rococó. Não mais em acentos ou inclinações representados em alguns elementos da construção, mas como um conjunto expressivo que articula toda a obra arquitetônica. O alongamento da capela-mor, e a supressão dos

corredores, tanto nesta quanto no corpo da igreja, no qual se adota uma forma elíptica, sobremaneira elegante nas contracurvas em forma de besta, são elementos que atestam esta evolução. Tal qual na São Francisco de Vila Rica (Figura 6) as torres estão alinhadas vigorosamente fora da construção, no entanto sua elevação exterior é consideravelmente mais rica por conta do emprego da ordem compósita, em bela ornamentação, assim como do ritmo com que se alternam as janelas e os elaborados óculos por sobre as paredes sinuosas, que comunicam sua ondulação mesmo à parte mais alta do teto da nave.⁸⁸

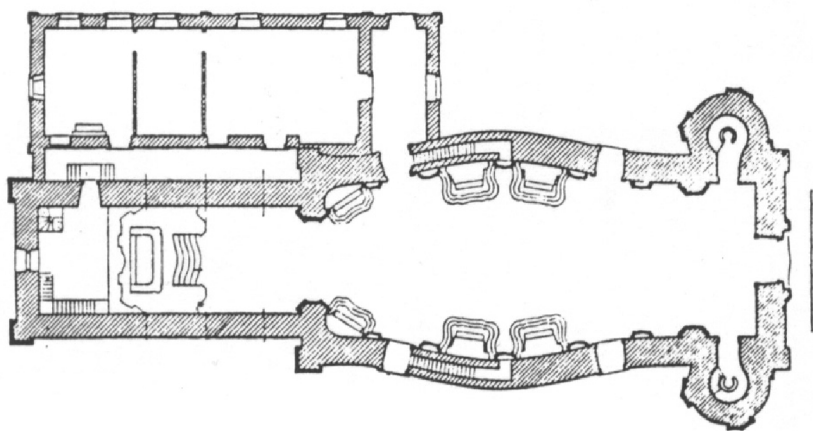


FIGURA 9: Planta da igreja de São Francisco de Assis (São João del Rey)⁸⁹

No seu interior, o arco cruzeiro também muito rico em sua ornamentação, apresenta, tal qual na São Francisco de Vila Rica, seus cunhais colocados obliquamente. Seu destaque no conjunto cumpre com vigor a função integradora das nave e da capela-mor. Também como em Vila Rica, o único décor da nave é formado pelos altares laterais, o que faz destacar a ornamentação da capela-mor, e ressalta a leveza do conjunto.⁹⁰ Esta igreja de São João é contudo um tanto menos harmoniosa em seu conjunto, do que sua irmã de Vila Rica, o que deve-se especialmente ao trabalho de mestres diferentes na conclusão do templo no início do Dezenove, como na finalização do frontão e da parte superior das torres na fachada; ou ainda na conclusão dos trabalhos no interior da nave, como no douramento dos altares laterais e, especialmente, na ausência de uma pintura em perspectiva no teto da nave, que certamente estaria presente na concepção original do

⁸⁸ *Ibidem*, vol. 1, pp.225-6.

⁸⁹ Paulo F. SANTOS, *Subsídios...*, p.134.

⁹⁰ Germain BAZIN, *A arquitetura religiosa...*, vol. 1, p.226.

templo, e que comporia a função de articular e ressaltar a elegância da arquitetura, tal qual se vê em Vila Rica na magnífica obra de Manuel da Costa Ataíde.

O argumento da retração econômica da economia mineira ocasionando problemas no caixa das irmandades não esgota a questão aqui. Mesmo sendo este um problema que se pode generalizar ao conjunto das irmandades mineira na passagem para o Dezenove, a opção por não se realizar uma pintura em perspectiva no teto da nave da igreja de São Francisco de São João, tal qual a partir de 1801 se procedeu em Vila Rica pela mãos de Ataíde, e que certamente fazia parte da concepção original do templo, parece também se relacionar às inflexões no gosto e influências da Corte que nas primeiras décadas do Dezenove, que bem se verificariam em São João del Rey, especialmente no que diz respeito à adoção sistemática de fórmulas neoclássicas.

A ordem do Carmo na mesma cidade, por exemplo, que teve a construção de seu templo suficientemente lenta a ponto de colher influências variadas, e que no final do Dezoito encarrega Lima Cerqueira da construção de seu frontispício, como se disse acima, discutia ainda em 1816 sobre a continuação dos trabalhos em seu templo, chegando a ser proposto que fosse solicitado um novo risco à Corte para substituir o que já havia sido edificado.⁹¹ A igreja de Nossa Senhora das Mercês, também em São João, que tem seu templo reformulado a partir de 1808, e depois totalmente reconstruído no final do Dezenove testemunha este tempo de transformações.⁹² Mas é especialmente no pesado frontispício, de completo rigor neoclássico, projetado por Manuel Victor de Jesus para substituir o trabalho ao que parece de autoria de Lima Cerqueira que até então figurava na matriz de Nossa Senhora do Pilar, executado por Cândido José da Silva entre 1820 e 1844, que vê-se a completa aceitação de novas soluções construtivas à arquitetura religiosa mineira.⁹³ (Figura 10)

⁹¹ *Ibidem*, vol. 2, p.102. Ao que parece, não todo o frontispício, mas somente o frontão, foi demolido e reconstruído segundo nova traça, em obra executada por Valentim Correia Paes e João da Silva Moniz.

⁹² Augusto VIEGAS, *Notícia de São João Del-Rei*, 2 ed., Belo Horizonte, 1953, pp.201-2.

⁹³ Germain BAZIN, *A arquitetura religiosa...*, vol. 2, p.103. Interior e exterior encontram-se completamente dissociados nessa matriz de São João, o que via de regra se deu com muitas da igreja dos Rio de Janeiro que tiveram suas fachadas reconstruídas a partir da predominância do gosto neoclássico na primeira metade do Dezenove, muito embora dentro de um circuito que de alguma forma fez processar essas transformações em um ambiente cultural com dinâmica bastante própria.



FIGURA 10: Fachada da matriz de Nossa Senhora do Pilar (São João del Rey)

Resta encontrar esses arquitetos e músicos, construtores do Barroco Mineiro, e no norte de suas trajetórias achar algumas pistas do exercício das artes naquele particular momento da virado do Dezenove, e nisto a sugestão de algumas dimensões mais amplas da cultura.

Aniceto de Souza Lopes, como já se disse acima, foi o pedreiro encarregado, no começo do Dezenove, de concluir os trabalhos do frontão e da parte superior das torres na igreja da ordem terceira de São Francisco em São João del Rey. Ao que parece, não pertencia entretanto ao extrato superior dos ofícios de seu ofício, sendo os seus trabalhos de maior vulto sempre empreitadas de algumas partes de obras maiores. Em 1809, por exemplo, firma contrato com a ordem para o término da empena da torre e dos arcos do coro, no qual era exigido que fizesse com suas próprias mãos as obras, sendo para isto ajustado uma quantia diária de seiscentos réis.⁹⁴ O baixo valor, a exigência clara de sua contratação como pedreiro e canteiro e não como administrador, além da forma de ajuste com pagamento de diárias —regime bastante precário, em que eram contratados artífices como Antônio Francisco Lisboa, que mesmo tendo sua maestria reconhecida já à época, não escapava à pecha da condição de mulato— ajudam a argumentar o prestígio reduzido

⁹⁴ *Ibidem*, p.106.

de Aniceto de Souza Lopes, mesmo estando envolvido em uma obra tão importante.⁹⁵ Não obstante, é exemplo de um artífice que conseguiu afirmar sua posição naquela sociedade, sendo certamente sua patente de alferes um bom indício dessa condição. Da relação de seus bens de raiz, presente em seu inventário, constam sete casas térreas, localizadas em uma das áreas de expansão da São João del Rey daquele tempo, à margem direita do córrego do Lenheiro. Todas as casas estão situadas na mesma rua, que sai detrás da igreja de São Francisco e sobe o morro na direção da capela do Senhor do Bonfim. Literalmente, este pedreiro “construiu” seu patrimônio a partir de seu ofício. Não são casas de grandes requintes. Duas delas ainda não estavam acabadas à época de sua morte, e valiam 30\$000 e 60\$000, sendo a mais cara, contando “com alguns forros de liteira, pátio e quintal”, avaliada em 350\$000. No total, as sete casas da mesma rua somam 870\$000, o que não é quantia nada desprezível. Outro dado interessante de seu inventário, e que mostra uma interessante diversificação de atividade no âmbito da economia doméstica, é a presença de um roca de fiar e um pequeno tear com seus pertences, que valiam juntos 4\$500. A considerar a importância da produção têxtil na economia do sul de Minas ao começo do Dezenove e a quase exclusividade das mulheres nessas atividades, com relevante papel na renda das famílias, é válido destacar o nome de sua mulher, Maria Josefa da Costa Batista, que é quem assume a função de inventariante dos bens do marido.⁹⁶

Uma análise do conjunto dos envolvidos nas principais obras, religiosas ou civis, de São João del Rey e de outras das mais importantes Vilas do Ouro, dá a medida de que mesmo próximo do fim do século XVIII, eram ainda portugueses os mestres construtores em posição de destaque. Agostinho Gonçalves Pinheiro, mestre de obras da igreja do Carmo em São João no final do Dezoito, e Manuel Alves de Almeida, definidor e comissário da obra da igreja de São Francisco na mesma cidade, indicado pela mesa para trabalhar com Lima Cerqueira, ambos falecidos na primeira década do Dezenove, são bons exemplos da ascendência e posição desses artífices portugueses na capitania. Ambos permaneceriam solteiros e não deixariam herdeiros naturais nas Minas, despendendo consideráveis quantias com esmolas e celebrações por ocasião de suas mortes. Agostinho

⁹⁵ Aniceto de Souza Lopes morreu sem testamento (informação obtida em seu inventário), e não foi possível localizar um registro de batismo, ou outro documento que comprove sua origem. Mas elementos como sua posição social e a forma de contratação de seus serviços de pedreiro ajudam a argumentar que deveria ser mulato, provavelmente natural mesmo da comarca do Rio das Mortes, onde acabaria por concentrar todas suas atividades.

⁹⁶ **MR**, Inv., cx. 140, 1814, Aniceto de Souza Lopes.

Gonçalves Pinheiro, era natural da freguesia de Santa Marinha de Vilar de Pinheiro, comarca de Maia, bispado do Porto.⁹⁷ Era irmão da ordem terceira do Carmo, e cuidou de deixar a casa em que morava para a irmandade; deixou também especificado a seu testamenteiro que pagasse para celebrar quinhentas missas por sua alma, cem pelas de seus pais, quarenta pelas do purgatório e vinte “por intenção das pessoas que me deram a ganhar meu dinheiro”. Deixa ainda 200\$000 para se repartirem por dez viúvas e 600\$000 para o rateio de seis órfãs, ajudando em seus dotes. Determinou ainda que no dia de seu enterro fossem dadas seis oitavas de esmolas aos doentes do hospital, outras seis aos escravos da cadeia, e que seus trastes e roupas assim como quaisquer outros móveis, deveriam ser repartidos por pobres mendigos. Por fim instituiu sua única irmã, residente em sua freguesia do origem, como sua universal herdeira, ordenando que seu testamenteiro cuidasse de legar a ela, ou seus filhos e netos caso já estivesse morta, as posses que ajuntara nessas Minas.⁹⁸

Manuel Alves de Almeida, por sua vez, era natural de Santa Marinha de Vila Nova de Gaia, também no bispado do Porto,⁹⁹ havendo chegado ainda bastante novo à vila de São João del Rey e nela residindo por mais de sessenta anos. Era irmão da ordem terceira de São Francisco, da irmandade do Santíssimo e das Almas, e também cuidou de registrar sua vontade de que fossem distribuídas várias esmolas no dia de seu enterro. Era possuidor de três moradas de casas na vila, sendo a melhor delas, situada na rua detrás da igreja do Rosário, avaliada em 450\$000. Possuía cinco escravos, e a composição de seus bens era de base exclusivamente urbana, tal qual a maioria desses artífices construtores de São João del Rey, aqui identificados, no final do Dezoito.¹⁰⁰

Francisco de Lima Cerqueira, também natural dessas terras ao norte de Portugal, teve seus bens seqüestrados após um litúgio com a ordem de São Francisco de São João, como foi dito acima. Não foi possível localizar os autos desse seqüestro na documentação analisada, entretanto, sua posição de grande destaque na arquitetura dentro da capitania e os valores percebidos ao longo dos muitos anos que esteve à frente de obras como a igreja dos terceiros franciscanos possibilitam inferir sua boa condição financeira antes do seqüestro. Tal qual a maioria de seus companheiros de ofício, também naturais de Portugal,

⁹⁷ A freguesia de Vilar de Pinheiro está localizada ao norte de Portugal, em território que hoje pertence ao município de Vila do Conde, no distrito do Porto.

⁹⁸ MR, Inv., cx. 196, 1805, Agostinho Gonçalves Pinheiro.

⁹⁹ Vila Nova de Gaia situa-se na margem esquerda do rio Douro, exatamente diante da cidade do Porto.

¹⁰⁰ MR, Inv., cx. 8, 1806, Manuel Alves de Almeida

que viviam naquele final de século em Minas, permaneceu solteiro e sem filhos ao longo de toda a vida, tendo mandado desfrutar a herança que teve dos pais entre seus quatro irmãos, que também viviam na capitania. Morreu em situação muito precária. Já bastante doente, encontrava-se acolhido em uma casa da ordem do Carmo, e contando entre seus bens, além das dívidas ativas com importantes nomes do lugar, não mais que uns poucos móveis e objetos pessoais.¹⁰¹

Talvez o dado mais importante a ser destacado da análise das trajetórias dos artífices construtores dos principais templos da irmandade mineiras na segunda metade do Dezoito, seja mesmo a persistência dos mestres portugueses em algumas das posições mais importantes nas obras do período; isto já em meio à presença muito ampla dos profissionais nascidos na Colônia, pardos em sua maioria, formados pelos primeiros mestres e atuando com talento nos mais variados ofícios.

Donald Ramos em alguns levantamentos demográficos tendo por base registros de casamentos e testamentos, argumenta sobre a continuidade dos fluxos de imigração de portugueses para Minas, marcadamente vindos do norte do país, durante todo o século XVIII.¹⁰² O que se vê em São João del Rey parece bem reforçar essa perspectiva para esses artífices construtores. Pela segunda metade do Dezoito repetem-se as marcas da continuidade desse fluxo em muitos nomes, de que são exemplos José Francisco Maia, em atividade na igreja do Carmo em 1759, falecido em 1776 e que era natural, assim como Agostinho Gonçalves Pinheiro, da freguesia de Santa Marinha de Vilar de Pinheiro, comarca de Maia e bispado do Porto, ou Manuel José Freitas, falecido em 1787, que foi síndico na obra da igreja de São Francisco e era bracarense de origem, como Lima Cerqueira, o administrador da obra.¹⁰³

Falar da elite desses artífices construtores em Minas, é dizer tanto dos pedreiros, carpinteiros e mais mestres que alcançaram posições de destaque nas obras mais importantes da capitania, quanto também encontrar exemplos de homens que se projetaram bem mais além, alçando-se à posição de verdadeiros negociantes, com interesses em um leque amplo de atividades, envolvendo produção mineral e agropecuária além de lucrativas casas de negócios. José Pereira Arouca, José Veloso do Carmo e José Ribeiro Carvalhais são exemplos interessantes dessa condição. Mais do que o fato de serem

¹⁰¹ MR, Test., cx. 24, 1815 e Inv., cx. 362, 1808, Francisco de Lima Cerqueira.

¹⁰² Donald RAMOS, "From Minho...", p.650.

¹⁰³ MR, Inv., cx. 149, 1776, José Francisco Maia e Inv., cx. 483, 1787, Manuel José Freitas.

arrematantes de construções importantes na capitania, a diversificação de suas atividades e o aumento das posses informa de caminhos de afirmação naquela sociedade.

José Pereira Arouca, nascido na freguesia de São Bartolomeu da Vila de Arouca, comarca do Porto e bispado de Lamego,¹⁰⁴ também veio ainda novo para as Minas, e alinhando-se na tendência aqui identificada, não se casou, tampouco teve filhos, ao menos que por ele fossem reconhecidos, nessas terras. Atuou em inúmeras obras, tanto civis como religiosas, especialmente em Mariana. Já em 1762, quando devia contar seus vinte e nove anos, ajustou pela pomposa quantia de 41.000 cruzados a obra da igreja de São Francisco de Assis dessa cidade. Responderia a partir daí por várias outras construções, nas quais estão incluídas a casa capitular do bispado, o seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, a casa de câmara e cadeia, além de outras tantas nas várias igrejas da cidade, e mais chafarizes, pontes, paredões, calçadas e caminhos. Em 1780 era tesoureiro da câmara, em 1781 alcançou a patente de alferes na companhia de ordenança de pé do Distrito do Morro de Santo Antônio, e em 1787 foi administrador das rendas das aferições do senado da câmara de Mariana. Seu destaque como arquiteto pode ser medido pela frequência com que era chamado a opinar em obras de outras partes da capitania, como nas solicitações da ordem terceira do Carmo de Vila Rica. É, entretanto, sua presença em praticamente todas as mais importantes obras oficiais de Mariana na segunda metade do Dezoito, que diz bem de sua influência e ligações com o poder.¹⁰⁵

Ao longo dessa bem sucedida carreira como construtor, esse oficial pedreiro, acumulou prestígio e bens. Em seu testamento escrito em 1793, dois anos antes de sua morte, está relacionada uma amostra da diversificação de seus negócios. Era possuidor de várias casas na cidade de Mariana, assim como de algumas roças e outras tantas lavras minerais, verificando-se, inclusive, a concomitância de mineração e atividade agrícola na mesma propriedade. Tinha mais de cinquenta escravos, o que por si só já era fortuna de grande monta. Fazia referência ainda a inúmeros bens móveis, “de várias espécies”, desde bois e bestas, passando por ferramentas de pedreiro e carapina, até o mobiliário de suas casas. Registra também um alongado rol de pessoas que lhe tinham dívidas, incluindo aí nomes de importantes negociantes, como João Rodrigues de Macedo.¹⁰⁶

¹⁰⁴ Arouca hoje é município do distrito de Aveiro, imediatamente abaixo do distrito do Porto e vizinho ao de Viseu, onde está localizado o município de Lamego. Eclesiasticamente a paróquia de Arouca pertencia ao bispado de Lamego no século XVIII.

¹⁰⁵ Judith MARTINS, *Dicionário de artistas...*, vol.1, pp.60-74.

¹⁰⁶ *Ibidem*, pp.75-6.

José Veloso do Carmo, por sua vez, tem igualmente uma trajetória de destaque. Seu exemplo é bastante diverso dos outros pelo fato de que mesmo envolvido em edificações diversas, não foi aí que acumulou fundos, sendo sua destacada atividade como minerador a principal razão de sua fortuna. No que diz respeito às obras, acentua em sua trajetória a posição eminentemente de um “empreiteiro” e não de um artífice. Na documentação, em verdade, é referido sempre como arrematante, ou ainda, como responsável pelos gastos da obra, mas não associado diretamente a um ofício; não obstante, não são conhecidos exemplos em Minas no Dezoito, de “empresários” de obras que não fossem eles próprios donos de conhecimentos sobre os ofícios, o que reforça sua posição como um artífice que conquistou um espaço bastante além do que poderia ser proporcionado por seu ofício. Diferentemente de Arouca, Veloso do Carmo é homem que alcança a virada do século, estando por esta época em atividade nas obras de reconstrução das paredes externas e frontispício da matriz do Pilar e Vila Rica. Juntamente com José Ribeiro Carvalhais, foi responsável pela construção de várias obras nessa cidade, incluindo o portentoso prédio da casa de câmara e cadeia executado no final do Dezoito. Deteve a patente de coronel e em 1790 aparece como vereador em Vila Rica. Acumulou grande fortuna ao longo da vida, e à virada do século era um dos últimos grandes mineradores de Vila Rica. Suas principais lavras estavam situadas nas Cabeças, na entrada da cidade, sendo esta mina visitada por vários dos viajantes estrangeiros que passam por Minas no começo do Dezenove, como é o caso dos naturalistas bávaros Spix e Martius, no final da segunda década do Dezenove, quando anotam se tratar de uma das mais antigas e produtivas das Minas.¹⁰⁷ Sua proeminência na mineração mesmo em uma época de evidente decadência da atividade, pode bem ser medida pelos oitenta e oito escravos, quase todos envolvidos na extração do ouro, por ele declarados nas listas de habitantes de 1804; homens que não obstante o serviço nas lavras ainda o serviam nas obras que arrematava como construtor.¹⁰⁸ Este coronel Veloso, que também permaneceu solteiro por toda vida, e que já contava seus setenta e seis anos em 1804, gozou das mais altas distinções naquela sociedade, carregando mesmo o prestigioso e cobiçado hábito da Ordem de Cristo, que solicitara ao Rei por conta da quantidade de ouro que fez entrar na casa de fundição de Vila Rica, e que, pela

¹⁰⁷ Johann Baptist SPIX, Carl Friedrich Philipp Von MARTIUS, *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*, Trad. Lúcia Furquim Lahmeyer, Belo Horizonte, Itatiaia, 1981, vol.1, pp.207-8.

¹⁰⁸ Herculano Gomes MATHIAS, *Um recenseamento na capitania de Minas Gerais, Vila Rica - 1804*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1969, pp. XXX e 178-9.

altura do terceiro quartel do século, excedeu mesmo a impressionante quantia de onze arrobas em um único ano.¹⁰⁹

Veloso do Carmo estaria igualmente envolvido com atividades de base rural, sendo proprietário de fazendas na principal região agrícola das Minas, a comarca do Rio das Mortes. A diversificação dessas unidades produtivas pode ainda ser entrevista em um ofício datado da virada do século no qual solicita licença para o estabelecimento de engenhos de cana em duas de suas fazendas, Melo e São Lourenço, ambas na comarca do Rio das Mortes.¹¹⁰

José Ribeiro Carvalhais, sócio de José Veloso do Carmo nas obras da câmara e cadeia de Vila Rica, foi também um operoso empreiteiro na cidade nessa virada do século. Fato de particular interesse é, entretanto, sua destacada atividade como negociante. Na relação dos habitantes de Vila Rica de 1804, aparece residindo no distrito de Ouro Preto, ao princípio da rua de São José. Tem à época 54 anos, e está registrado como quem “vive de negócio de fazenda seca e molhada, e do ofício de pedreiro”. Em seu domicílio estão listados três de seus caixeiros, um deles anotado como “feitor da tropa do caminho, um agregado, e doze escravos, dois deles pedreiros e outros dois serventes. Boa mostra do volume de suas posses é o destaque que merece no mapa de donativos voluntário ao Príncipe Regente no ano de 1806, por conta de sua vultosa oferta de 1:000\$000. O coronel José Veloso do Carmo, que também aparece nesta lista, faria um donativo de 720\$000.¹¹¹

No que diz respeito aos músicos, mesmo sendo, como se disse acima, possível segmentá-los segundo sua condição social, destacando uma certa elite das atividades, é imensa, entretanto, a distância que separariam os mais bem sucedidos deste ofício daquele extrato superior dos artífices construtores. Alguns elementos, todavia, ajudam a compor um breve retrato desses mestres da música na virada do século, argumentando sobre o processo de profissionalização e algumas diferenças entre os de Vila Rica e os São João.

Francisco Gomes da Rocha, pardo, filho de pai incógnito, foi um principais músicos em atividade em Vila Rica no final do Dezoito. Atuou em festividades oficiais, na

¹⁰⁹ AHU, Minas Gerais, cx. 87, doc. 32 e cx. 105, doc.67.

¹¹⁰ AHU, Minas Gerais, cx. 159, doc. 16. Em outro ofício da mesma época, solicita a desobriga do pagamento dos direitos das entradas dos gêneros necessários para seu uso doméstico, em função dos privilégios proporcionados pelo seu pertencimento à Ordem de Cristo. [AHU, Minas Gerais, cx. 159, doc. 15]

¹¹¹ José Pedro Xavier da VEIGA, *Efemérides Mineiras (1664-1897)*, introdução por Edilane Maria de Almeida Carneiro e Marta Eloísa Melgaço Neves, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro / Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998, vol.1-2, pp.360-1 e Herculano Gomes MATHIAS, *Um recenseamento...*, p.89.

casa de óperas, e foi titular de contratos para o serviço de música anual com algumas irmandades importantes da cidade, como com a ordem terceira de São Francisco para a qual foram identificados recibos seus referentes aos anos de 1801 e 1806.¹¹² Foi fagote e depois timbaleiro do regimento de cavalaria regular da capitania. Ingressou na irmandade da Boa Morte, da matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias em 1766 e na de São José dos Homens Pardos, que tradicionalmente congregava os profissionais da música, em 1768, ocupando em ambas as confrarias cargos importantes na mesa diretora, como escrivão, tesoureiro e juiz.¹¹³ Dividiria os cargos na mesa da irmandade de São José com outros músicos conhecidos do período, como Marcos Coelho Neto (pai e filho), Florêncio José Ferreira, Francisco Leite Esquerdo, entre outros mais. Parece também ter sido bastante próximo de José Joaquim Emerico Lobo de Mesquita, o recebendo quando de sua vinda para Vila Rica em 1798, e assumindo depois seu lugar nos serviços musicais já assumidos, ficando responsável ainda por cobrar seus haveres junto à ordem terceira do Carmo quando este se muda para o Rio de Janeiro em 1800.¹¹⁴

Gomes da Rocha morre em 1808,¹¹⁵ estando relacionadas em seu testamento a posse de uma chácara no morro da Água Limpa, ao pé do Morro do Ramos, e de uma morada de casas, na qual vivia, à rua da Ponte Seca, no distrito de Ouro Preto em Vila Rica. Da relação de seus móveis dá destaque ao que deixa a Gregório Pinto Resende, incluindo suas partituras e instrumentos musicais:

“Tenho uma cômoda de jacarandá com suas gavetas e ferragens competentes, sete cadeiras de campanha, um catre de jacarandá com armação, cabeceira de almofada de cetim carmesim com cortinado de chita que tudo se entregará com toda a música e papelaria, e assim mais um

¹¹² ACL, Ms., Avulsos e Pasta 7. Ambos os serviços foram acertados pela quantia de 85 oitavas, o que à época corresponderia a 102\$000.

¹¹³ Marcos Antônio MARCONDES (org.), *Enciclopédia da música brasileira: erudita, folclórica e popular*, 2.ed. (rev. e ampl.), São Paulo, Art. Editora / Itáu cultural, 1998, p.684. Na Irmandade de São José, foi irmão da mesa em 1769-70, 1775-76 e 1805-7; escrivão entre 1774 e 1775 e juiz entre 1804 e 1805. [Francisco CURT LANGE, “História da Música na Capitania Geral das Minas Gerais II. A Irmandade de São José dos Homens Pardos ou Bem Casados”, *AMI*, Ouro Preto (VI), 1979, p.60.]

¹¹⁴ Lobo de Mesquita atuaria como organista na ordem terceira do Carmo do Rio de Janeiro do final de 1801 até perto de sua morte em 1805. [Marcos Antônio MARCONDES (org.), *Enciclopédia...*, pp.508-9 e Francisco CURT LANGE, “Pesquisas Luso-Brasileiras”, *Barroco*, Belo Horizonte (11): 71-142, 1981.]

¹¹⁵ Gomes da Rocha declara ter cinquenta anos nas listas de habitantes de Vila Rica de 1804, tendo nascido portanto em 1754; não obstante, outras fontes apontam seu nascimento em 1746, o que lhe daria em 1804 cinquenta e oito anos, o que é mais condizente com as datas de ingresso nas irmandades da Boa Morte (1766) e São José (1768). Tendo nascido em 1746, teria em 1766 e 1768 vinte e vinte e dois anos, respectivamente, e não doze e quatorze anos. Some-se a isto o fato de que logo em 1769 já era irmão da mesa em São José. [Herculano Gomes MATHIAS, *Um recenseamento...*, p.77 e Marcos Antônio MARCONDES (org.), *Enciclopédia...*, p.684]

rabecão grande com sua caixa, uma viola sem caixa e uma flauta a Gregório Pinto Resende.”¹¹⁶

Permaneceu toda a vida solteiro, e não deixou herdeiros naturais. Nas listas de habitantes de 1804 aparece morando somente na companhia de dois escravos, ambos africanos, um carapina e outro cozinheiro. Parece ter vivido incisivamente de seu ofício de músico e de sua atividade militar, acentuando um caráter urbano em suas posses, incluindo a presença de objetos de distinção, como “uma espada aparelhada toda de prata com a ferragem do boldrié também de prata”, e “um relógio pequeno com caixas de ouro”.¹¹⁷ No começo do Dezenove solicita a reforma de seu posto com o privilégio de receber seu soldo por inteiro e usando uniforme de furriel.¹¹⁸ Seus rendimentos nessa atividade, de acordo com os mapas de pagamento das companhias regulares do regimento de dragões de Vila Rica em 1790 e 96, era de 43\$700 por trimestre, ou seja, 174\$800 anuais.¹¹⁹

Francisco Leite Esquerdo, seu contemporâneo e companheiro em serviços musicais, cargos na mesa da irmandade de São José e nas fileiras militares, é exemplo interessante de como mesmo diversificando suas atividades, com posses de roças e lavras, a vivência do cotidiano urbano por parte desses músicos era um traço marcante.¹²⁰ Em 1804 residia com sete de seus oito filhos, sua mulher e cinco escravos em uma casa no caminho novo das Lages em Antônio Dias.¹²¹ Aí Esquerdo concentra a maior parte de suas propriedades, constando de duas moradas de casas e, cavadas nessas mesmas lajes, duas minas, uma delas em sociedade com seu vizinho, o latoeiro Estevão Rodrigues Barbosa. Era dono também de uma casa de morada e de duas roças na freguesia de Itatiaia, nas redondezas da cidade.¹²² Esquerdo, mesmo com sua rotina implicando em inúmeros

¹¹⁶ AHMI / CP, “Livro de Registro de Testamentos, 1805-09”, p.62.

¹¹⁷ AHMI / CP, “Livro de Registro de Testamentos, 1805-09”, pp.62-3.

¹¹⁸ AHU, Minas Gerais, cx. 167, docs. 1 e 3 e cx. 177, docs. 51 e 52.

¹¹⁹ ACL, Ms., Pasta “La música militar em Minas Gerais (siglo XVIII)”.

¹²⁰ Francisco Leite Esquerdo foi clarim e trombeta no regimento regular da capitania. Ingressou na irmandade de São José em 1781, com seus vinte e quatro anos, e lá fez parte da mesa diretora por muitos anos, sendo inclusive juiz entre 1797 e 1798. Morreu bastante novo, em 1809, contando apenas cinquenta e dois anos. [Francisco CURT LANGE, “História...”, *AMI*, n. VI, Ouro Preto, 1979, p.62 e Marco Antonio SILVEIRA, *Fama Pública: poder e costume nas Minas setecentistas*, São Paulo, FFLCH/USP, 2000 (Tese de Doutorado em História), pp.159-63.]

¹²¹ O caminho das Lages, que corresponde hoje à rua Conselheiro Quintiliano, foi mandado abrir em 1782, por iniciativa de Dom Rodrigo de Meneses. [“Descrição geographica, topographica, historica e politica da Capitania das Minas Gerais - seu descobrimento, estado civil, politico e das rendas reais (1781), *RIHGB*, Rio de Janeiro (Tomo LXXI, parte 1): 117-197, 1908-9, p.174.]

¹²² Possivelmente haveria herdado essas propriedades na freguesia de Itatiaia (território hoje pertencente ao município de Ouro Branco) de Isidoro Leite, de quem era filho ilegítimo, e que recebera em 1765 uma carta de sesmaria para essa região. [Marco Antonio SILVEIRA, *Fama...*, p.161 e AHMI / CP, “Livro de Registro de Testamentos, 1805-09”, p.196-v.]

compromissos no núcleo urbano, tal qual se dava com Gomes da Rocha, tocava ainda atividades de mineração e agricultura. O negócio com as lavras, por sua vez, parece ter merecido as atenções mais cerradas de Esquerdo e seu sócios. Seria uma excelente fonte de rendas algumas décadas antes, envolvendo vários escravos no serviço, mas já perto de sua morte, em 1809, a julgar por seu testamento, não parecia render-lhe quase nenhum fruto, já havendo mesmo seu sócio o abandonado, e estando o seu plantel reduzido a apenas três escravos, um deles fugido.

Um ponto que distancia Esquerdo de Gomes da Rocha e o aproxima de grande parte de outros tantos músicos mulatos do período é o fato de ter constituído uma família estável.¹²³ Esses mulatos que alcançavam uma boa posição profissional parecem mais freqüentemente terem se casado e deixado herdeiros; quadro, como já se insistiu, completamente distinto da maioria dos arquitetos e construtores portugueses focados acima. Para a música o significado direto destas proles era freqüentemente, a constituição de famílias de músicos, o que em Vila Rica, mesmo que se perdendo no Dezenove, ao final do Dezoito e virado do século, era bem sentido.¹²⁴

Outro músico de liderança em Vila Rica no final do Dezoito, que dividiu experiências e espaços bastante próximos a Francisco Gomes da Rocha e Francisco Leite Esquerdo, foi Florêncio José Ferreira. Era igualmente confrade da irmandade de São José, tendo lá ingressado em 1770, e pertencido à mesa diretora entre 1796 e 99.¹²⁵ Foi trombeta e também timbaleiro no regimento regular de cavalaria da capitania, servindo na mesma companhia que Gomes da Rocha.¹²⁶ Seu nome consta de diversos róis de músicos para as festividades do senado da câmara, havendo sido também atuante na casa de ópera.¹²⁷

¹²³ Esquerdo teve oito filhos, quatro homens e quatro mulheres, junto de sua mulher Maximiana Gonçalves Torres, a quem instituiu por sua testamenteira e tutora dos filhos, pois “nenhuma recomendação precisa sobre o deduzido, antes nela tenho achado toda a fidelidade, amor e perfeito cuidado em aumentar os bens do casal”. [AHMI / CP, “Livro de Registro de Testamentos, 1805-09”, p.196-v.]

¹²⁴ Várias famílias de músicos podem ser identificadas ao longo do século XVIII em Vila Rica. Das relações de irmãos músicos da confraria de São José, organizadas por Francisco Curt Lange, são numerosos os Ferreira, dos quais fazem parte Florêncio José Ferreira, os Pereira, em que estão os conhecidos regentes Julião Pereira Machado, o pai e o filho; ou ainda os Coelho Neto, em que estão, entre outros vários, os Marcos Coelho Neto, também pai e filho. Ver: Francisco CURT LANGE, “História...”, *AMI*, n. VI, Ouro Preto, 1979.

¹²⁵ Francisco CURT LANGE, “História...”, *AMI*, n. VI, Ouro Preto, 1979, p. 58.

¹²⁶ ACL, Ms., Pasta “La música militar em Minas Gerais (siglo XVIII)”. Constam dos mapas de pagamento das companhias do regimento de dragões de Vila Rica, nas folhas referentes à primeira companhia, no terceiro semestre dos anos de 1790 e 1796, os nomes do Trombeta Florêncio José e do Timbaleiro Francisco Gomes, ambos a receber a quantia de 43\$700; Francisco Leite Esquerdo, pertencia à quarta companhia, e em 1796 recebia pelo trimestre a quantia de 29\$450.

¹²⁷ ACL, Ms., Pasta 19. Alguns exemplo de róis de músicos para contratações das festas do senado da câmara de Vila Rica estão transcritos no Anexo - C.

Residia no distrito de Ouro Preto em Vila Rica, e em 1804, quando contava seus cinquenta e três anos, vivia em companhia de sua esposa Francisca Ferreira da Silva, mais dois escravos africanos, que lhe serviam na casa, e um agregado. Morto em 1819, aparece entretanto em seu inventário duas filhas legítimas, à época com 18 e 16 anos.¹²⁸ Fato de grande interesse na trajetória de Florêncio José Ferreira são dois pedidos, provavelmente da década de oitenta do século Dezoito, solicitando à Rainha autorização para se deslocar ao reino, dos quais não foi possível saber o desfecho, mas que por si só já suscitam grande interesse, especialmente no que diz respeito ao seu possível contato *in loco* com a produção musical da época.¹²⁹ Seu conhecimento da música portuguesa e italiana, e sua intensa atividade, principalmente operística, na virada para o Dezenove, podem bem ser medidos, entretanto, pelas partituras musicais relacionadas em seu inventário. No rol de músicas apresentado,¹³⁰ encontram-se as partituras divididas em três grupos: “árias italianas, músicas portuguesas e grades por Florêncio José Ferreira”. Deste primeiro grupo fazem parte vinte e três partituras, com peças de diversos compositores como Puccini e Baltasar Galuppi. No genérico “músicas portuguesas”, estão peças incisivamente de gênero religioso, tanto de compositores portugueses quanto, especialmente, de naturais da capitania de Minas, o que dá bem conta de como esses compositores mulatos entendiam seu pertencimento à tradição musical portuguesa. São ao todo cinquenta e cinco títulos, entre graduais, missas, antífonas, ladainhas e ofícios diversos, dentre as quais constam peças de Inácio Parreiras Neves, Lobo de Mesquita e do próprio Florêncio José Ferreira. O último grupo, em que estavam reunidas diversas cópias e partes originais de Florêncio José, consta de setenta e três títulos, quarenta e três deles de música religiosa e outros trinta de música profana, onde se encontram mais partes de óperas e modinhas. Finalmente ainda estava listado um livro de cantochão com capa branca, trinta e cinco grades de música militar, com títulos como “Vamos, guerreiros” e “Logo o país”, e mais cento e quarenta e nove “pedaços de papel de música (que não aparecem onde se ajustem por estarem todos truncados)”. Trata-se sem dúvida de um acervo impressionante. Revelador da proximidade desses músicos mineiros com a produção européia, de sua versatilidade como compositores, de sua técnica como instrumentistas, e especialmente do conhecimento musical e ascendência sobre os seus

¹²⁸ Maria Conceição REZENDE (org.), *A música...*, pp.516-22.

¹²⁹ AHU, Minas Gerais, cx. 126, doc. 47 e cx. 128, doc. 36.

¹³⁰ Trata-se de uma listagem apresentada por João José do Araújo, músico amigo de Florêncio José Ferreira, que havia ficado com sua coleção de partituras após sua, e que é intimado a dar conta delas após a abertura do inventário.

pares que deveria ter esse Florêncio José Ferreira. A posse de tal repertório representava um capital precioso em seu meio, ou seja, representava a possibilidade de servir com música sortida e de qualidade aos mais variados eventos tanto de música profana quanto religiosa.

Para concluir este elenco de trajetórias de artífices, que aqui prestaram para aguçar o olhar a alguns detalhes da condição social e de inserção desses homens no ambiente cultural mineiro do final do Dezoito e início do Dezenove, um retorno a São João del Rey é importante. O ponto é que a relativa vitalidade econômica e cultural que São João sustentaria no começo do Dezenove preservou condições para que o gradual processo de profissionalização dos músicos, que estava em curso desde a segunda metade do Dezoito nas Minas, avançasse um pouco mais na cidade. O cenário da organização musical de São João nas primeiras décadas do século XIX é o melhor evidenciador desta posição. O mesmo grau de articulação não parece ter sido alcançado por outras cidades, e mesmo que o destino também de São João fosse a degeneração das condições que sustentavam esse profissionalismo, no espaço amplo da música amadora do Dezenove, preservaram-se estáveis nesta cidade as formas e arranjos próprios das corporações musicais já cristalizadas pela tradição. Duas famílias de músicos deste tempo, os Brasiel e os Miranda, ajudam bem a contextualizar todo este momento e a ressaltar a posição da tradição e da organização familiar que perduraria na música em São João del Rey.

José Joaquim de Miranda é patriarca de longa família de músicos e titular de um dos mais estáveis e solicitados conjuntos em atividade na São João del Rey do final do dezoito. A orquestra por ele fundada daria origem em meados do Dezenove à Sociedade Musical Lyra Sanjoanense depois chamada Orquestra Lira Sanjoanense, nome com o qual alcança os dias de hoje. Sucederia José Joaquim de Miranda na direção de seu conjunto o músico José Marcos de Castilho, que seria, como se viu acima, um dos principais responsáveis pela organização da irmandade de Santa Cecília na cidade. Francisco de Paula de Miranda, filho de José Joaquim, nascido em 1786, assumiria depois a direção da orquestra, sendo o responsável, junto de seu filho, seu homônimo, por dar forma jurídica estável ao conjunto, registrando em 1846 os “estatutos para por ele se reger a antiga Companhia de Música desta cidade”.¹³¹

¹³¹ Aluizio José VIEGAS, “Música mineira do século XIX” in: *III Seminário sobre a cultura mineira - século XIX*, Belo Horizonte, Conselho Estadual de Cultura, 1982, pp.23-8 e Augusto VIEGAS, *Notícia de São João Del-Rei*, 2.ed., Belo Horizonte, 1957, pp.69-70.

Lourenço José Brasiel seria patriarca de outro ramo importante dos músicos de São João. O conjunto por ele dirigido, e depois continuado por seu filho o sargento-mor Joaquim Bonifácio Brasiel —nascido em 1786, no mesmo ano em que Francisco de Paula de Miranda—, no qual sempre tomaram parte muitos familiares, teve intensa atuação na cidade até por volta de 1840/50, quando cessa suas atividades. Não obstante, seus descendentes ainda sustentariam por longa data uma destacada posição no cenário musical da região.¹³²

Esses conjuntos que se estruturam no final do Dezoito em São João del Rey e que lograram prestígio e continuidade, guardam características bastante interessantes, sendo talvez a mais importante, a teia de relações construídas a partir dos primeiros regentes dessas orquestras e coros, e que em muito se aproxima das continuidades percebidas entre as famílias dos grandes negociantes do período. Mesmo não se tratando de uma atividade de tão sedutora rentabilidade, o peso da crescente organização e do maior prestígio de uma determinada elite musical naquela sociedade, marcava o sentido da continuidade naquelas linhagens de músicos, conseguida tanto pelos filhos homens que seguiam o ofício do pai, assim como pelo casamentos das filhas com outros músicos destacados. Outro ponto importante na continuidade das formações musicais é a força da tradição que com o passar do tempo fazia assentar um cenário em que determinados conjuntos tinham assegurados a garantia de contratos com determinadas irmandades religiosas e atuação principal em algumas festas específicas. O reforço dessa tradição é possivelmente o melhor caminho para se entender a longa vida dessas orquestras e coros em São João, mesmo quando foi se cumprindo a transição das promessas de profissionalismo do começo do Dezenove para uma conjuntura em que esses músicos já não mais poderiam viver de suas atividades nas orquestras.

José Joaquim de Miranda, que a exemplo de muitos de seus companheiros músicos de Vila Rica e outras tantas partes de Minas, era militar, detendo a patente de alferes, morre em 1816. Anos mais tarde, em 1827, já depois da morte de sua mulher, é aberto um processo de inventário no qual os filhos concordam amigavelmente na partilha dos bens deixado pelos pais. Os filhos homens —o também alferes Francisco de Paula e mais José Jerônimo, Marcelino Cláudio e João Batista— é que dividem a herança que somava 1:091\$300, uma vez que as filhas Ana Amância da Paixão e Maria José Benedita já haviam

¹³² *Ibidem.*

ganhado seus dotes por ocasião de seus casamentos.¹³³ Não estão relacionadas as partituras tampouco os instrumentos do pai neste inventário, sendo das poucas alusões ao universo da música encontradas na divisão dos bens, um quadro de Santa Cecília, que fica com José Jerônimo de Miranda. Isto deve-se possivelmente ao caráter amigável da divisão dos bens, em que as partituras e instrumentos já estariam anteriormente repartidos entre os irmãos e sendo utilizados nos serviços junto à orquestra do pai.¹³⁴

Existe, entretanto, no inventário de José Marcos Castilho, morto em 1830, e que atuou conjuntamente com José Joaquim de Miranda, sucedendo-o após a morte na direção de seu conjunto, uma referência ao conjunto de suas partituras. Entre seus dois filhos Jesuína de Góes e Lara e José Joaquim de Castilho, que deveriam herdar os bens do pai, cuja soma excedia um conto de réis, a coleção de partituras musicais ficaram com a primeira, que havia se casado com o músico Francisco Xavier das Chagas Viegas, e constava de:

“uma coleção de Música que se compreende de vários responsórios, Antífonas e graduais, e responsórios de semana santa, segunda parte da ópera de chiquinha e de lavera constança, e alguns papéis avulsos avaliados em 30\$000.”¹³⁵

Uma listagem muito mais completa de partituras e instrumentos musicais, tão interessante quanto a relativa a Florêncio José Ferreira de Vila Rica analisada acima, e igualmente capaz de fornecer um retrato precioso do repertório e conhecimento musical desses músicos, está copiada, entretanto, no inventário de Lourenço José Fernandes Brasiel, motivada exatamente pela disputas por partes desse repertório entre seu filho, o sargento-mor Joaquim Bonifácio Brasiel e João Leocádio do Nascimento, viúvo de Ana Pimenta, outra filha de Lourenço José. João Leocádio do Nascimento chega mesmo a apresentar uma lista das peças e instrumentos de que precisava para honrar seus compromissos de serviços musicais já assumidos na vila, não podendo esperar pela conclusão da partilha.¹³⁶

¹³³ O Padre José Maria Xavier, nascido em 1819, e que terminaria por ser o mais importante compositor sanjoanense do século XIX, era filho de Maria José Benedita de Miranda com o alferes João Xavier da Silva Ferrão, sendo portanto neto de José Joaquim de Miranda pelo lado materno.

¹³⁴ MR, Inv., cx. 431, 1827, José Joaquim de Miranda.

¹³⁵ MR, Inv., cx. C-07, 1832, José Marcos de Castilho.

¹³⁶ MR, Inv., cx. 128, 1833, Lourenço José Fernandes Brasiel.

Um rápido olhar sobre a totalidade das obras listadas neste inventário já oferece dados de grande interesse. Lá estão um total de cento e oito peças, grande parte identificada e outras agrupadas em grupos genéricos como em “vinte quatro sinfonias” ou “sete overtureas” de vários autores. Apresentam todas, não obstante, a quantia em que foram avaliadas. Tratam-se de peças tanto de natureza sacra quanto profana, e de autores locais e estrangeiros. Dos compositores nascidos nas Minas, vê-se um quadro muito amplo, com ênfase nos compositores da comarca do Rio das Mortes, mas revelando um cenário que inclui também os destacados mestres de outras regiões das Minas eram bem conhecidos e executados nos repertórios das orquestras de São João, o que por si só já é uma marca da dinâmica do ambiente cultural dos núcleos urbanos do período fazendo estreitos os diálogos e a troca de influências entre as regiões da capitania. Lá estão, sempre chamados em abreviações dos nomes: Manuel Dias (de Oliveira) e Antônio dos Santos (Vale), de São José del Rey; João de Deus (de Castro Lobo), de Mariana; José Joaquim Emerico (Lobo de Mesquita), do Tejuco; José Joaquim (de Miranda), (José Francisco) Roma, e Joaquim Bonifácio (Brasiel), de São João del Rey; entre outros mais. Dos compositores de outras terras, têm-se também um elenco variado, tanto escondido nos blocos descritos como “de vários autores”, no qual vai muita da música profana, quanto especificada em notações que dificultam a identificação dos autores originais. Algumas interpretações, no entanto, são possíveis, dentre as quais acham-se peças de: “Pleia”, para Ignaz Joseph Pleyel (1757-1831); “Balde”, para o famoso compositor português João José Baldi (1170-1816); ou “Bocarim”, possivelmente em referência a Luigi Boccherini (1743-1805). Vale destacar também a presença de peças do Pe. José Maurício Nunes Garcia.¹³⁷

Outra consideração importante é a respeito do valor das peças. Elementos como a qualidade da cópia, a apresentação completa ou fragmentada da obra, e a instrumentação, certamente foram critérios importantes para a avaliação. Assim uma peça “com todo o instrumentado” valeria mais do que uma desfalcada de alguma das vozes. Outro fator que devia certamente diferenciar os preços dessas peças era a raridade da cópia entre os músicos da região, uma missa de João José Baldi avaliada em 12\$000 ou as Matinas de Endoenças de Antônio dos Santos Vale, que alcançaram 30\$000, devem ser exemplos de partituras com instrumentação completa e de alguma raridade entre os conjuntos musicais de São João; a maioria das cópias, entretanto, oscilava entre 1\$000 e 8\$000.

¹³⁷ A listagem completa das partituras arroladas no inventário encontra-se transcrita ao final do trabalho, no Anexo - B.

Os instrumentos avaliados também são de grande interesse para vislumbrar a atividade desses conjuntos musicais. Lourenço José Fernandes Brasiel possuía os instrumentos de toda uma orquestra. Da relação consta: um rabecão grande e um pequeno (além de outro mais que estaria quebrado), uma clarineta, um jogo de trompas, um cravo (todo quebrado), uma violeta, dois clarins, uma flauta (quebrada) e um flautim. A posse de um amplo repertório de partituras e de todo este instrumental asseguravam-lhe a possibilidade de montar um conjunto com músicos, contratados ou associados, trabalhando sob sua direção. Trata-se efetivamente da posse dos “meios de produção” da atividade musical, e neste tipo de arranjo é que se assenta o surgimento dessas orquestras em atuação no começo do Dezenove em São João del Rey.

Para além desta preciosa relação de obras musicais e instrumentos, o inventário de Lourenço José Fernandes Brasiel apresenta um conjunto substantivo de bens, perfazendo um total de 1:491\$850. Disto vale destacar seus bens de raiz, compostos por uma morada de casas avaliada em 160\$000, outra em 90\$000, e uma terceira, na qual deveria residir, localizada na rua detrás do Rosário,¹³⁸ para a qual consta o valor de 450\$000. Era proprietário ainda de cinco escravos, todos eles africanos.

A composição de seus bens revela-se incisivamente urbana, como de resto se deu com a maior parte dos mais destacados músicos, regentes de coros e orquestras, na São João do começo do Dezenove. Não se pode verificar diversificação de atividades, sendo os serviços musicais, fosse em ofícios religiosos ou em óperas e outros divertimentos, a ocupação central desses homens. Este acento encerra algumas distâncias interessantes do que se verifica em Vila Rica. Mesmo que ainda preservando laços urbanos próprios do ofício, os músicos da capital das Minas naquele começo do Dezenove, freqüentemente se viam em uma conjuntura propensa à maior diversificação de suas atividades, não raro se traduzindo na posse de roças e lavras em áreas próximas à cidade. A diminuição da população urbana que abateu a Vila Rica da virada do século, e a retração do mercado desses músicos são elementos que devem ter motivado músicos de melhor condição a buscar novas fontes que lhes assegurassem subsistência, ou a simplesmente abandonar a região. Ao menos aos primeiros anos do Dezenove, o contexto de São João del Rey, seria

¹³⁸ A rua “detrás do Rosário” em São João del Rey é atualmente conhecida como rua Santo Antônio, e é onde estão localizadas as sedes das principais corporações musicais da cidade.

diverso, facultando aos mais importantes regentes do período, avançar mais alguns passos na profissionalização e distinção de seu ofício e sua arte.

É possível então, recortar nessas trajetórias, o essencial das diferenças entre essas elites dos músicos e dos arquitetos na capitania, em Vila Rica e em São João del Rey. Contemplando primeiramente os arquitetos e construtores, pode-se sumariar que essa elite era composta em larga medida, mesmo no começo do Dezenove, por mestres portugueses, podendo ser bem rastreada essa especificidade por todo o Dezoito. Como na maior parte dos portugueses que emigraram para as Minas, eram incisivamente das províncias do norte, sendo interessante destacar que, não raro, em uma mesma cidade pode-se identificar ao longo dos anos a atuação de alguns arquitetos e construtores oriundos de uma mesma freguesia em Portugal, o que sugere relacionamentos, continuidades e comunicações das oportunidades ao ofício que transcendem o encontro fortuito no novo mundo. Nesse grupo de arquitetos portugueses todos os exemplos apresentados são de homens que permaneceram solteiros por toda a vida, não deixando herdeiros naturais.

Entre São João del Rey e Vila Rica, fincam-se diferenças importantes no que diz respeito à posição social e econômica de seus membros mais destacados. Um processo de diferenciação mais antigo, remontando a metade do século XVIII e a maior disponibilidade de obras públicas e das irmandades, certamente contribuíram para o avanço econômicos de alguns desses profissionais em Vila Rica, mas também é essencial perceber a diversificação nos negócios, sem dúvida a grande responsável pelo acúmulo de portentosos patrimônios, como traço de longa data na trajetória desses homens. A base de seus bens não era exclusivamente urbana, incluindo roças e fazendas junto de casas de negócio, lavras, escravaria e moradas de casas na cidade. Alguns desses homens gozaram mesmo de destacadas distinções naquele meio social, especialmente por conta dos tributos e donativos que fizeram recolher à fazenda real. No caso de São João del Rey vislumbra-se um processo de diferenciação menos antigo que o de Vila Rica, e neste sentido, ainda que a elite desses construtores pertencesse aos quadros sociais mais importantes da cidade, desfrutando de cargos de prestígio nas ordens terceiras, não lograram a constituição de grande fortunas, permanecendo seus ofícios como atividade central e revelando em suas estruturas de bens um caráter incisivamente urbano.

O caso dos músicos é diverso em vários pontos, o primeiro e mais evidente deles é que não se identifica nenhum caso de músico que efetivamente tenha constituído fortuna,

tal como fica claro na trajetória de alguns dos arquitetos e construtores de Vila Rica. Pese-se nisto especialmente a questão de que eram em sua enorme maioria mulatos os profissionais dessa arte. Diferentemente daqueles artífices portugueses que permaneciam solteiros e sem filhos, a constituição de famílias foi característica e mesmo estratégia social desses músicos. Em ambas as cidades, como em outras partes das Minas, é possível identificar no Dezoito a atuação de gerações de músicos pertencentes à mesma família, em conjuntos que freqüentemente ajuntavam vários parentes. Outra característica generalizada entre esse grupo social, era o pertencimento aos quadros das milícias regulares, o que foi fator que contribuiu diretamente para a organização e defesa de interesses desses profissionais. Nesse particular é que residiriam as principais diferenças entre Vila Rica e São João. Ainda que a irmandade de Santa Cecília tenha se organizado primeiramente na capital das Minas, foi em São João, que efetivamente se processou uma continuidade no mercado de trabalho desses músicos, marcada pela vitalidade econômica da região no começo do Dezenove e a novos padrões de sociabilidade que não dissociavam da música um papel central. As famílias de músicos em São João logram assim particular longevidade, avançando pelo Dezenove e configurando organizações de trabalho baseadas na posse de instrumentos, partituras e na importância de seus regentes, exatamente os patriarcas dessas famílias. Nisto é que se verifica para essa elite musical do começo do Dezenove em São João, uma composição de bens incisivamente urbana, assim como distinções sociais, que a despeito de suas condições de mulatos incluía por vezes o pertencimento às ordens terceiras da cidade; enquanto que em Vila Rica, o que se vê, mormente em função da retração do mercado, é uma diversificação de atividades, que não obstante ainda mantendo o foco na vida urbana, incluía a posse de lavras e roças por aqueles que alcançaram condições para tanto com o exercício de seus ofícios de músicos e soldados como militares.

A análise desses processos de diferenciação servem como eixo para integrar transformações na base econômica, no plano social e nas tramas da cultura de das artes do Barroco Mineiro, na exata medida em que esses artífices iam dispondo de condições diferenciadas de inserção e atuação nesse ambiente cultural, tributário direto do urbano e da urbanidade. A questão dos vários ritmos nesses processos de diferenciação econômica e social, quando tomadas regiões diferentes, é também essencial para a compreensão das continuidades e rupturas entre Vila Rica e São João del Rey, e neste sentido, de como esses jogos de tempo e espaço vão se superpondo na realidade das Minas entre o Dezoito e o Dezenove.

4.2. Continuidades e rupturas: paisagens e população nos tempos distintos da cultura entre o urbano e o rural

Uma visão das Minas ao começo do século XIX oferece, no que diz respeito à materialidade da paisagem natural, a soma de um século de mineração em encostas escavadas ou nos leitos de rios revolvidos. A visão das cidades, por sua vez, surpreende um conjunto de tempos distintos somados no espaço. Ritmos do desenvolvimento citadino a partir de todo o resultado construtivo do século XVIII em casas, igrejas, edifícios públicos, e particularmente nas obras que à virada do século esperavam conclusão. Deste panorama das cidades marcavam-se fortemente as impressões de cenários urbanos florescentes, por um lado, ou dos que ia na sorte do abandono, por outro. Para além ainda da visão dessas paisagens, naturais e construídas, está o contato com as pessoas; a observância das formas elementares do viver, de tradições e trejeitos, do novo em influências que vêm de fora, e do lugar do que aqui se encontra. Esses retratos vivos do tempo tiveram aos olhos e ouvidos os viajantes estrangeiros que chegaram ao território mineiro na primeira metade do Dezenove, testemunhas de primeira hora, exatamente naquele momento particular em que ainda chegava quase incólume ao presente o peso do século XVIII, muito embora, já dentro de tudo que mudava e precipitava no Brasil do novo século. Possivelmente, reforçando o foco das considerações dessa parte final, é nesse momento de transição e confluência de experiências distintas que Minas melhor se deixa ler como um território de continuidades e rupturas nas sobreposições e economia, cultura e sociedade.

Os relatos desses viajantes compõem assim um precioso conjunto documental para a análise desse tempo se tomados no conjunto das impressões sobre as paisagens naturais e humanas. A dificuldade de se trabalhar com o universo de observações subjetivas, um dos principais óbices, equilibra-se entretanto com a crítica atenta, o uso extensivo de vários dos relatos e o concurso de outras fontes em paralelo, como por exemplo as fontes iconográficas ou os dados populacionais. Mais acertado também é o trabalho com essas fontes quando, como aqui, o objetivo é a comparação entre áreas distintas dentre as percorridas pelos mesmo viajantes, uma vez que vão assim unificadas as observações no mesmo quadro de relações subjetivas. Olhar para Vila Rica e São João del Rey do começo

do Dezenove pelos olhos desses visitantes estrangeiros é assim um bom artifício para ver alguns dos caminhos sugeridos pelas transformações que foram condensadas ao longo deste texto.

De forma geral, os relatos, no que diz respeito a essa duas cidades, fazem apresentar, por um lado, uma certa feição decadente para Vila Rica nos primeiros anos do Dezenove, mesmo entre aqueles que ressaltaram sua posição de destaque no comércio, e por outro, o viço e a vitalidade de São João.¹³⁹ Esta impressão perpassa várias das obras, sendo que a formação de um elenco de posicionamentos coincidentes nos relatos ajuda a corroborar, mas também problematizar as considerações gerais. O cuidado com os significados próprios dos termos usados pelos viajantes para suas descrições, deve ser também tema de interesse. A idéia de pitoresco, e a simpatia com a visão geral de uma cidade, por exemplo, em muitas das vezes relacionavam-se mais diretamente ao sítio em que se fincava a cidade, ou seja, o relevo, a vegetação ou mesmo as condições climáticas do lugar, do que com qualquer atributo da paisagem urbana propriamente dita. As repetidas leitura da fisionomia “triste” de Vila Rica, são neste sentido, muito mais relacionadas ao escarpado do relevo e à névoa úmida e chuvas comuns à cidade, do que propriamente à decadência da vitalidade urbana. Não obstante, observações sobre “casas abandonadas”, “casas caindo”, “obras interrompidas”, e por outro lado, “casas muito brancas, recém caiadas”, “telhados vermelhos, ainda não enegrecidos”, entre outras tantas observações, são índices mais objetivos, de realidades em que o espaço da cidade era alvo de maior ou

¹³⁹ O discurso da decadência na historiografia mineira foi amplamente amparado na leitura dos relatos dos viajantes, o que ao mesmo tempo constituiu foi uma leitura certa e completamente errônea. Certa por conta do arrefecimento da vitalidade urbana, como vai ser dado destaque nesta parte do texto, e completamente errada por todas as questões, já passadas em revista aqui, acerca do peso das novas relações econômicas que mantiveram a força do território após o tempo do ouro. Uma imagem síntese desse “discurso da decadência” é oferecida por John Mawe na sua estadia em Vila Rica, quando menciona de suas conversas com alguns negociantes do lugar, que atualmente o título de Vila Pobre melhor caberia ao lugar. “Vila Rica, Vila Pobre” é mesmo o título de um breve ensaio de Eduardo Frieiro, que neste e em outros texto, ajudou a fincar generalizações por demais amplas do tema da decadência econômica de Minas no século XIX. A força e a riqueza de informações providas pelos relatos dos viajantes, fizeram assim com que muita da historiografia mineira, até perto da década de setenta, repousasse em leituras pouco críticas e por demais diretas das informações, fazendo justificar algumas interpretações que por muito tempo se mantiveram válidas na história para a Minas, como é tema da decadência econômica do Dezenove. [John MAWE, *Viagens ao Interior do Brasil*, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1978 / Eduardo FRIEIRO, *O diabo na livreria do Cônego; Como era Gonzaga?; e Outros temas mineiros*, 2.ed. rev. e aum., Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1981 / Ver também a coletânea de trechos de relatos dos viajantes que percorreram o território mineiro na Dezenove, organizada por Francisco Iglésias em 1970, e na qual são apresentadas algumas análises e críticas dessas fontes: Francisco IGLÉSIAS, *Minas Gerais: Os viajantes estrangeiros*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1970 (Suplemento literário do *Minas Gerais* - edição especial do 4º aniversário)]

menor desenvolvimento no momento em que por elas passaram esses visitantes estrangeiros.

São João del Rey, como já se deu notícia em parte anterior do texto, tem sua ocupação inicial marcada por uma sobreposição das lavras com os espaços da vida cotidiana. A despeito de tentativas das autoridades de transferir o núcleo para lugar mais aplainado, a cidade se adensa mesmo à encosta da serrado Lenheiro, à margem esquerda do córrego Tejuco.¹⁴⁰ A ocupação da margem direita se deu em ritmo bem mais lento, acelerando muito o seu crescimento, entretanto, a partir da virada do século. A centralidade urbana que a cidade sustentaria ainda por alguns anos no começo de Dezenove é filha direta de sua importância como entreposto comercial, o que por sua vez alimenta toda uma estrutura de serviços urbanos no qual se destacam artífices dos mais variados ofícios. A posição de sede da comarca do Rio das Mortes demarca também o espaço de variadas posições burocráticas e militares e de espaços de manutenção da vida cotidiana que vão além da típica ocupação aos domingos e dias festivos, que caracterizaria a maior parte dos núcleos menores que foram se formando, mormente na região sul do território.

Auguste de Saint-Hilaire, com a autoridade de quem percorreu quase todas as regiões das Minas, em pontos diversos de seus relatos considera sobre o reduzido número de pessoas que residiam nas localidades de menor porte durante a semana, o que constitui um claro indício da força do processo de ruralização que marca o território na primeira metade do começo do Dezenove. Passando pelo julgado de Araxá em 1819 comenta:

“Durante a semana a maioria das casas de Araxá fica fechada. Seus donos só ali aparecem aos domingos, para assistirem à missa, passando o resto do tempo em suas fazendas. Só permanecem nas cidades, nos dias de semana, os artesãos —alguns dos quais bastante habilidosos— as pessoas sem profissão, alguns comerciantes e as prostitutas. O que acabo de dizer aqui pode ser aplicado praticamente a todos os arraiais da Província de Minas.”¹⁴¹

Na sua passagem pelo sul de Minas em 1822 insistiria no mesmo ponto ao visitar Aiuruoca, dizendo que “como quase todas as aglomerações de Minas, parece muito pouco habitada nos dias úteis”, e mais à frente, “não é habitada durante a semana senão por

¹⁴⁰ Cláudia Damasceno FONSECA, “Agentes e contextos das intervenções urbanísticas nas Minas Gerais do século XVIII”, *Revista Oceanos*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, número 41 (“A Construção do Brasil Urbano”), jan.-mar., 2000, p.88.

¹⁴¹ Auguste de SAINT-HILAIRE, *Viagem às nascentes do Rio São Francisco*, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974, p.130.

mercadores, operários e prostitutas, mas aos domingos e dias de festa, torna-se um lugar de reunião para todos os agricultores da comarca”.¹⁴²

São João del Rey colecionaria, por sua vez, descrições muito próximas de todos os viajantes estrangeiros que por lá passaram nas primeiras décadas do Dezenove, atestando um quadro distinto desses arraiais habitados somente ao final da semana. Johann Emanuel Pohl, por exemplo, diria de sua visita em 1818, que “esta cidade figura entre as mais limpas e alegres que já encontrei no Brasil”, sendo agradável e “risonha” a vista proporcionada por suas casas “limpamente caiadas e com pomares verdes, exuberantes, em que se erguem belas bananeiras”.¹⁴³ Também no mesmo ano lá estiveram Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius —que diriam de como suas “numerosas casas de um branco deslumbrante” ajudam a compor o “aspecto de beleza romântica” da paisagem—,¹⁴⁴ e o negociante inglês John Luccock, que somaria outros tantos detalhes às descrições:

“A mistura de numerosas igrejas com as casas, de telhas vermelhas e ainda não enegrecidas pelo fumo, de telhados não deformados pela intromissão de chaminés, de paredes feitas limpas e alvas pela aplicação de argamassa e caiação, de calçamento cor-de-cinza das ruas, das areias amarelentas do rio e do verde dos jardins, formava um quadro pitoresco e interessante”¹⁴⁵

Em 1824 chega à cidade na comitiva liderada pelo Barão Georg Heinrich von Langsdorff, o pintor e desenhista Johann Moritz Rugendas, à época contando seus 22 anos de idade, que em suas notas de viagem reforça as cores principais desses outros relatos ao dizer da “brancura” e “limpeza” das casas da cidade, e da “rica vegetação que cerca as residências dispersas pela encosta das montanhas e pelos vales vizinhos”.¹⁴⁶ Charles Fox Bunbury alguns anos mais tarde, em 1835, vai pelo mesmo caminho, argumentando que se tratava de “uma cidade menor que Ouro Preto, porém mais limpa e melhor construída, as ruas mais largas, mais regulares e melhor calçadas e as casas com um aspecto bem mais

¹⁴² Auguste de SAINT-HILAIRE, *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais (1822)*, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974, pp.53-4.

¹⁴³ Johann Emanuel POHL, *Viagem no Interior do Brasil*, Trad. Milton e Eugênio Amado, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976, pp.86-7.

¹⁴⁴ Johann Baptist von SPIX & Carl Friedrich Philipp von MARTIUS, *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*, Trad. Lucia Furquim Lahmeyer, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1981, vol. 1, p.194.

¹⁴⁵ John LUCCOCK, *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975, p.301.

¹⁴⁶ João Maurício RUGENDAS, *Viagem Pitoresca através do Brasil*, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1979, p.66.

moderno.”¹⁴⁷ Rugendas é também o responsável por um registro pictórico da cidade naquele momento das primeiras décadas do Dezenove,¹⁴⁸ que mesmo não permitindo ver com maior proximidade as tramas das construções, oferece grande interesse por conta da quase ausência de fontes iconográficas para a cidade no período. Trata-se de uma aquarela tomada à margem direita do córrego Tejuco, que corta a cidade ao meio e que à época tinha seu leito bastante largo, na qual se vê o maciço principal da serra do Lenheiro. O conjunto natural encontra-se representado com bastante acuidade no que diz respeito ao relevo ou ao curso do rio, mas não se pode dizer o mesmo do casario e demais obras, ou mesmo sobre a vegetação. A representação é contudo de traços leves e esquemáticos, sendo, inclusive, os elementos do primeiro plano apenas esboçados assim como certos conjuntos construtivos resumidos a alguns poucos elementos e áreas de vegetação a certas manchas de cores. Se tomado em comparação a uma litogravura que aparece publicada na obra de Robert Walsh, que esteve na cidade poucos anos depois de Rugendas, em 1828, as diferenças são flagrantes. Ainda que um tanto imperfeito no que diz respeito à proporcionalidade do conjunto, e com alguns problemas na representação de algumas construções —como na igreja do Carmo, pesada e com disposição truncada de seus volumes— o desenho de Walsh revela com muito mais precisão a área construída na margem esquerda do rio, onde a cidade se originou. Percebe-se então uma área substantivamente maior que a esboçada por Rugendas. Vê-se também na gravura de Walsh uma das duas pontes de pedra que ligam os dois bairros e, um tanto escondida, a matriz do Pilar, que também se divisa na paisagem de Rugendas, e que ainda nesse momento ostentava sua fachada antiga, com uma só torre, exatamente na forma como a descreveu Luccock em seu relato.¹⁴⁹ Uma parte considerável da cidade, tanto à margem esquerda no espaço que vai da primeira até a segunda ponte de pedra e que delimita faixa amplamente povoada de São João, quanto à direita, que responde pelas terras que foram mais densamente ocupadas a partir do final do Dezoito, não se avista nas gravuras. Os dois bairros, entretanto, segundo informa Raimundo de Cunha Matos pela década de trinta do Dezenove, seriam quase equivalentes em tamanho, estando nessas vistas imperceptível por

¹⁴⁷ Charles James Fox BUNBURY, *Viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais (1833-1835)*, Trad. Helena Garcia de Sousa, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1981, p.96.

¹⁴⁸ Esta aquarela de Rugendas, assim como as demais vistas referidas nessa parte do texto, encontram-se reproduzidas no “Anexo - D: Caderno de Imagens”, ao fim deste trabalho.

¹⁴⁹ “... é atualmente munida de uma só torre, que se acha destacada dela; acham-se porém em curso, projetos de reconstrução da fachada, com dois campanários que, de acordo com o desenho apresentado, serão altos e bem proporcionados.” (John LUCCOCK, *Notas...*, p.303.)

conta das sombras do relevo.¹⁵⁰ Novamente em ralação ao casario, se tomadas as cores da aquarela de Rugendas em paralelo à sua descrição literal da brancura das construções recentemente caiadas, têm-se um bom indício para animar o quadro estático como um cenário “florescente”.

Os arredores da cidade cuidavam também de conferir uma boa impressão aos olhos desses viajantes, especialmente nas chácaras e casas de campo que se espalhavam por perto de São João, especialmente no arraial de Matosinhos, citado por vários desses autores. Pohl comenta a este respeito:

“Uma estrada boa, carroçável, conduz ao longo do Córrego Tijuco, para o agradavelmente situado Arraial de Matosinhos, onde os habitantes abastados de São João têm muitas e belas casas de campo com jardins.”¹⁵¹

Walsh também se refere ao arraial de Matosinhos dizendo de suas casas bem caiadas, do “verde viçoso da relva” e de sua “aparência bucólica e bem cuidada”.¹⁵² Luccock completa o quadro, sugerindo mesmo uma nota específica da sociabilidade e da vida das elites sanjoanenses daqueles começos do Dezenove:

“Muitos dos comerciantes de São João possuem casas fora da vila, nelas passando boa parte de seu tempo. São elas agradavelmente situadas sobre as eminências, descortinando lindos panoramas das cercanias, ou então no recesso de fundos vales que as interceptam; o vale de São José é o que contém número maior delas e é indubitavelmente o mais belos de todos.”¹⁵³

Não obstante a paisagem natural e urbana ser considerada com atenção pelos viajantes, são mesmo as descrições do comércio na cidade os elementos centrais para a composição de uma imagem da vitalidade de São João naquele tempo. Do plano geral das vistas pode-se alternar assim para algumas observações de detalhe nas descrições. Walsh afirma que “a maioria das casas se compõe de lojas de aparência bem cuidada e cheias de mercadorias de várias procedências”, frisando como o comércio de gêneros locais e importados davam “a impressão de ser ali uma próspera e florescente cidade”.¹⁵⁴ Pohl seria

¹⁵⁰ Raimundo José da Cunha MATOS, *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837)*, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1981, vol.1, p.115.

¹⁵¹ Johann Emanuel POHL, *Viagem...*, p.88.

¹⁵² Robert WALSH, *Notícias do Brasil*, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1985, vol. 2, p.73.

¹⁵³ John LUCCOCK, *Notas...*, p.314.

¹⁵⁴ Robert WALSH, *Notícias...*, vol. 2, p.74.

ainda mais enfático ao dizer que “quase cada casa, aqui, tem um armazém, ou uma venda”.¹⁵⁵ Spix e Martius dão também sua impressão:

“O estrangeiro vê, com prazer, uma pequena cidade comercial, sobretudo depois de tão longas privações da viagem no interior. Ruas calçadas, belas igrejas guarnecidas com pinturas de artistas nacionais, lojas fornecidas de todos os artigos de luxo e do comércio europeu, muitas oficinas, etc., indicam a riqueza do lugar que, por suas transações com o sertão, é considerado entre os mais animados do Brasil.”¹⁵⁶

Carl Seidler, militar e aventureiro alemão, que esteve na cidade em 1930 com a comitiva de Dom Pedro I, também dá seu testemunho sobre o comércio na região, fornecendo ainda suas impressões sobre um traço importante que articulava a praça de São João com inúmeras localidades no interior das Minas a partir de cadeias de endividamento entre produtores do meio rural e negociantes locais:

“São João, se não é a capital da Província de Minas Gerais, é, contudo, por muito, a mais rica e maior povoação dessa região rica e grande, como também a mais importante pelo seu muito desenvolvido comércio. Seus habitantes, pelo menos os abastados, são quase todos portugueses natos, cuja influência é notória sobre a população da província, pois que quase todos os moradores do interior devem aos negociantes de São João e, por isso, em muitos sentidos lhe são sujeitos.”¹⁵⁷

O Barão de Langsdorff anotaria em seu diário de viagem em 1824, que em São João del Rey, “um único vendedor, João Batista Machado, vende anualmente 200.000 cruzados em mercadorias” ao Rio de Janeiro, calculando que “por baixo”, lucraria entre a quarta e terça parte desse valor e dizendo mesmo que “agora os comerciantes portugueses costumam adular os mineiros de todas as formas; tão logo estes chegam ao Rio, recebem

¹⁵⁵ Johann Emanuel POHL, *Viagem...*, p.87.

¹⁵⁶ Johann Baptist von SPIX & Carl Friedrich Philipp von MARTIUS, *Viagem...*, vol. 1, p.194.

¹⁵⁷ Carl SEIDLER, *Dez anos no Brasil*, trad. Bertholdo Klinger, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. Acerca das tramas do comércio sanjoanense no começo do Dezenove e dessas teias de endividamento uma referência imprescindível é o trabalho de Afonso de Alencastro Graça Filho, que comenta: “a presença de grande valores em dívida ativa fora freqüente nos inventários dos grandes negociantes sanjoanenses até o fim do Império, podendo ser vista como uma evidência da restrição de numerário em Minas. Era essa característica de seu alto comércio que transmutava a praça mercantil de São João em centro financeiro para uma ampla região de Minas Gerais.” [Afonso de Alencastro GRAÇA FILHO, *A Princesa do Oeste: elite mercantil e economia de subsistência em São João del Rei (1831-1888)*, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, 1998 (Tese de Doutorado em História), p.84.]

oferta de comida e alojamento de graça.”¹⁵⁸ Saint-Hilaire destaca ainda neste particular o sortimento das casas comerciais de São João e a sua importância para outras áreas das Minas:

“Os comerciantes, muitos dos quais bem ricos, compram no Rio de Janeiro todos os objetos que podem ser consumidos no interior; os vendeiros das pequenas vilas da Comarca do Rio das Mortes e das comarcas mais distantes têm certeza de encontrar numa mesma casa em São João, quase todos os artigos de que necessitam; enquanto que se fossem ao Rio de Janeiro perderiam muito tempo, fariam despesas consideráveis e, menos conhecidos, não gozariam do mesmo crédito.”¹⁵⁹

Luccock, por sua vez, e antes dele em 1809 o seu patrício e também negociante John Mawe, frisaria a quantidade dos gêneros produzidos na região e o vultoso comércio mantido com a Corte no Rio de Janeiro.¹⁶⁰ Esta posição destacada dentro das Minas na produção agropecuária da comarca do Rio das Mortes, como já se insistiu aqui, é processo constituído desde os primeiros anos do Dezoito, e já de muito reconhecido amplamente, como se vê na referência que faz José João Teixeira Coelho, em 1780, atribuindo-lhe a posição de “mais vistosa e a mais abundante de toda a capitania”.¹⁶¹ A centralidade de São João del Rey no comércio de gêneros de abastecimento, todavia, é fenômeno que só adquire grandes proporções, fazendo articular amplamente os fluxos da região, com o enorme aumento da demanda desses gêneros pela praça do Rio de Janeiro após a vinda da Corte em 1808. Raimundo José da Cunha Matos e o Padre Manuel Aires de Casal, destacariam também em suas corografias históricas essa importância; o primeiro, ao chegar à cidade em 1823, chamando-a de “extensa, rica e populosa”,¹⁶² e o segundo afirmando ser “uma das maiores, e a mais alegre e abastada da província”.¹⁶³

¹⁵⁸ Georg Heinrich von LANGSDORFF, *Os diários de Langsdorff*, organizador: Danuzio Gil Bernardino da Silva, editores: Bóris Nikolaevich Komissarov ... [et al.], Campinas, Associação Internacional de Estudos Langsdorff, Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 1997-98, vol.1 (Rio de Janeiro e Minas Gerais: 8 de maio de 1824 a 17 de fevereiro de 1825), pp.128-9.

¹⁵⁹ Auguste de SAINT-HILAIRE, *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil*, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974, p.111.

¹⁶⁰ John LUCCOCK, *Notas...*, p.312 e John MAWE, *Viagens...*, p.182.

¹⁶¹ José João Teixeira COELHO, *Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais (1780)*, introdução por Francisco Iglésias, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro / Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994, p.79.

¹⁶² Raimundo José da Cunha MATOS, “Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará”, *RIHGB*, tomo 1, 1839.

¹⁶³ Manuel Aires de CASAL, *Corografia brasílica ou Relação histórico-geográfica do reino do Brasil*, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976, p.172.

Essas imagens de São João del Rey no começo do Dezenove podem ser colocadas em interessante contraste com as visões de Vila Rica no período. Estritamente no que diz respeito à paisagem urbana, os viajantes que estiveram na cidade não deixaram de reconhecer o número e a qualidade de suas principais construções, em claro destaque dentro do panorama citadino das Minas, as expectativas de uma cidade de fausto, construída com os rendimentos do ouro, todavia, teimaram em trair alguns visitantes mais desavisados, acabando por reproduzir leituras por demais depreciativas, pouco condizentes com a real condição da cidade. O ponto é que com o começo do Dezenove, fica patente em Vila Rica uma forte retração populacional, o que tem como claro reflexo o abandono de muitas das casas da cidade, e de forma um pouco mais ampla, o arrefecimento das obras públicas, ficando anos por se acabar, inúmeros dos edifícios. Não obstante, agravaria esta impressão a soma da violenta destruição da paisagem natural por conta das atividades minerais e a própria situação topográfica, pouco favorável à construção de uma cidade.

Mawe revela-se admirado com a pobreza relativa da cidade, dizendo que “das duas mil casas, um número considerável não estava alugado, e o aluguel das outras baixava cada vez mais.”¹⁶⁴ Auguste de Saint-Hilaire, em 1816, argumenta também sobre o abandono de muitas casas, expondo alguns dados gerais que são relativamente bem aceitos pela historiografia como aproximações demográficas confiáveis:

“Contam-se em Vila Rica cerca de duas mil casas. Essa vila floresceu enquanto os terrenos que a rodeiam forneciam ouro em abundância; à medida, porém, que o metal foi se tornando raro ou de extração mais difícil, os habitantes foram pouco a pouco tentar fortuna em outros lugres, e, em algumas ruas, as casas estão quase abandonadas. A população que chegou a ser de 20 mil almas, esta atualmente reduzida a 8 mil, e esta vila estaria mais deserta ainda se não fosse a capital da província, a sede da administração e a residência de um regimento.”¹⁶⁵

Saint-Hilaire também oferece descrições mais precisas dessas casas, dizendo que eram, na maioria, construídas de barro e muito mal conservadas, atestando “os poucos recursos dos habitantes”, os telhados e as paredes eram esmaecidos em pardos, e algumas poucas construções caiadas a fresco no meio da paisagem, faziam “ressaltar mais ainda as

¹⁶⁴ John MAWE, *Viagens...*, p.123.

¹⁶⁵ Auguste de SAINT-HILAIRE, *Viagem pela Província do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975, p.70.

cores sombrias das casas próximas”.¹⁶⁶ E insiste mais, falando do estado “péssimo” das construções:

“Quase todas as casas estão mal conservadas, e têm um ar tristonho que devem à cor escura de suas gelosias, e ao matiz enegrecido que adquirem rapidamente as telhas de barro quando expostas ao ar. De permeio, no entanto, a uma multidão de casas péssimas, vêem-se algumas bastante bonitas, sobretudo, na rua principal que tem o nome de Rua Direita, muito embora seja irregular.”¹⁶⁷

A situação dos caminhos de entrada na cidade revelava, por vezes, os mais evidentes sinais do arrefecimento da economia de base urbana. Pohl daria descrições interessantes desses caminhos, particularmente dos acessos a quem vêm desde Mariana, dizendo que “particularmente ruins são as casas onde começa a cidade”, em geral, “choças baixas, não caiadas, muitas já em escombros”, que “concorrem não pouco para tornar negativa a primeira impressão que se tem de Vila Rica”.¹⁶⁸ A partir de sua minuciosa descrição, é possível identificar com propriedade as continuidades da teia urbana do núcleo de Vila Rica, sendo efetivamente a faixa que liga Antônio Dias a Pilar a única parte da cidade que apresentava maior adensamento e seqüência menos interrompida nas construções, estando as áreas menos centrais cobertas somente por casas bem espaçadas.

Bastante detalhada é sua descrição da praça central da cidade, sendo espacialmente interessante a notícia do colorido que o palácio do governador apresentava por aquela época:

“Nessa segunda esplanada encontra-se a praça principal da cidade, um retângulo comprido inteiramente limitado por edifícios assobradados. A parte setentrional dessa praça, defronte à serra, é ocupada pelo Palácio do Governado, admirável edifício, porém de um só andar, pintado de vermelho e amarelo, com a fachada principal um tanto estreita, duas sacadas, um balcão e uma espécie de parapeito onde se acham montados dois pequenos canhões. (...) Defronte o Palácio do Governador acha-se a Casa da Câmara, cuja construção apenas foi terminada na parte da frente, com uma alta torre dotada de relógio, a Cadeia Pública; e, atrás desses edifícios, o Teatro. Os lados restantes da praça são fechados por outros edifícios do Governo, como quartéis, e vários edifícios residenciais, além da igreja de Nossa Senhora do Carmo.”¹⁶⁹

¹⁶⁶ Auguste de SAINT-HILAIRE, *Viagem pela Província do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, pp.70-1.

¹⁶⁷ Auguste de SAINT-HILAIRE, *Viagem pela Província do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, p.73.

¹⁶⁸ Johann Emanuel POHL, *Viagem...*, p.397.

¹⁶⁹ *Ibidem*, pp.396-7.

Os tons vermelhos do palácio dos governadores e alguns outros detalhes das construções da praça central e redondezas, vistas pelo lado do bairro de Antônio Dias, estão presentes nas paisagens pintadas por Arnaud Julien Pallière muito provavelmente entre 1820 e 1822.¹⁷⁰ A iconografia referente a Vila Rica no período está muito longe de ser ampla, especialmente em comparação com as vistas produzidas para o Rio de Janeiro por todo o Dezenove; não obstante, dentro do contexto das Minas, é sem dúvida a paragem que mereceu mais representações, algumas delas dispersas em arquivos particulares e que só mais recentemente puderam chegar aos olhos de público mais amplo. Outro ponto problemático é que se o alvo são as inferências sobre a paisagem urbana e os exemplos arquitetônicos, só periféricamente pode-se achar subsídio, uma vez que a maioria das vistas de Minas no período foram executadas por viajantes, que no mais das vezes iam mais interessados em paisagens naturais e no elemento humano e animal do que nas construções urbanas.

Estas vistas pintadas por Pallière —uma delas a conhecida tela pertencente ao acervo do Museu da Inconfidência e a outra um exemplar só visto por poucos, pertencente a um colecionador privado no Rio de Janeiro— constituem os mais importantes registros pictóricos da cidade para o período. As vistas dão conta exclusivamente do bairro de Antônio Dias, podendo-se ver na mais conhecida todo o conjunto que se descortina desde um ponto acima do caminho das Lages tendo a praça ao centro, e na outra o interior do bairro, tomado da entrada da rua dos paulistas, colocando em perspectiva a matriz e subindo a ladeira a Santa Efigênia do Alto da Cruz, estando ao fundo, no centro exato da tela o pico do Itacolomi. Um dos pontos interessantes dessa última paisagem é exatamente o tema da dispersão das áreas construídas. Pode-se ver com clareza que as casas se enfileiravam em uma linha contínua entre Santa Efigênia e a matriz de Nossa Senhora da Conceição, para dali se adensaram na área mais próxima à praça central, para além disto, não obstante, o que se vê são só construções esparsas.

Na tela do Museu da Inconfidência também são bem presentes estes espaços vazios de construções, inclusive na entrada do caminho das Lages, aberto em 1782 por Dom

¹⁷⁰ Arnaud Julien Pallière chega ao Brasil juntamente com Thomas Ender, na comitiva da imperatriz Leopoldina, em 1817. Suas vistas de Vila Rica fazem parte de uma tarefa a ele encomendada por Dom Pedro I, e que consistia na realização de uma série de telas retratando as principais cidades do Império ao redor do Rio de Janeiro. [Nelson AGUILAR (curador geral), *O olhar distante / The distant view*, catálogo da Mostra do Redescobrimento - 2000 (Parque Ibirapuera, SP), São Paulo, Associação Brasil 500 Anos / Artes Visuais, 2000, p.146.]

Rodrigo de Menezes, e que em outro interessante desenho, atribuído a Martius, aparece completamente despovoado. Como chama atenção Sylvio de Vasconcellos em sua análise da tela de Pallière, a praça que se abre à frente do largo de São Francisco de Assis, e que estivera atravancada por alguns anos com as construções do mercado e do açougue, neste momento já aparece desafogada. Este autor também destaca outros temas de interesse, como a capela de Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia, que à época aparece ainda em construção aos fundos do palácio dos governadores, ou a curiosa ausência da igreja de Nossa Senhora das Mercês e Perdões, que pelo horizonte considerado poderia ter figurado na porção inferior à esquerda da tela. Não obstante esta ausência e alguns outros pequenos detalhes truncados, é o mesmo Sylvio de Vasconcellos que assevera a acuidade e precisão dessa representação de Pallière.¹⁷¹

Outra representação bastante conhecida de Vila Rica no começo do Dezenove é a gravura que aparece na edição original do relato de viagem de Pohl, mas que apresenta, ao contrário da tela de Pallière, imperfeições na posição relativa das construções e nas proporções da paisagem, que decorrem do fato de Pohl só ter realizado um esboço da gravura em sua viagem, sendo este depois trabalhado para a edição da obra na Europa, por Thomas Ender, que por sua vez nunca estivera na cidade.¹⁷²

A despeito dessas imperfeições na proporção do desenho, caracterizada por uma redução na largura original da vista, que implica em uma conformação muito mais abrupta do relevo do que efetivamente se verifica, vários pontos de interesse podem ser desdobrados do desenho, especialmente por se tratar de uma vista do bairro de Ouro Preto, que completa assim, de alguma forma, as vista de Pallière para Antônio Dias. Vê-se também na gravura de Pohl que os espaços de maior densidade de construções estão mesmo circunscritos às principais vias. Também é muito interessante notar que àquela altura, 1820, as obras de várias das igrejas de Vila Rica encontravam-se ainda inconclusas. Apresentam-se assim com partes faltando os templos de Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia, São José e São Francisco de Paula.¹⁷³

¹⁷¹ Sylvio de VASCONCELLOS, “Vistas de Ouro Preto” in: *Arquitetura no Brasil: pintura e outros temas*, Belo Horizonte, Escola de Arquitetura da UFMG, 1959, pp.52-5.

¹⁷² *Ibidem*, p.51. / ver também: Robert WAGNER, Júlio BANDEIRA, *Viagem ao Brasil nas aquarelas de Thomas Ender, 1817-1818*, Petrópolis, Kapa Editorial, 2000, Tomo 3.

¹⁷³ *Ibidem*, p.50.

Um tema bastante difícil de ser rastreado a partir dessas gravuras, mas de grande importância para a reflexão aqui proposta é o do precário estado de conservação do casario naquele começo do século XIX. Na maior parte das telas a grande distância em que são tomados os objetos e o próprio foco das atenções, tendem a tornar difusas algumas características da paisagens construída. Mesmo que padecendo desses problemas, esta pouco conhecida tela de Pallière que se ocupa da paisagem até a igreja de Santa Efigênia do Alto da Cruz é uma exceção importante. Nela é possível ver mesmo que à distância a precariedade do casario, espacialmente atentando-se para as partes próximas à ladeira de Santa Efigênia e para além das áreas mais valorizadas circunscritas ao adro e vizinhanças da matriz. É possível ver algumas paredes rachadas e outras tantas construídas com palha, assim como largas faixas de casas não caiadas ou muito enegrecidas, facilitando assim a composição das imagens das inúmeras habitações em ruínas presentes nos relatos dos viajantes. Contemplando esse trecho, seguindo o caminho desde Padre Faria, do outro lado do morro, Pohl destaca alguns elementos dessa paisagem, sendo especialmente interessante a menção às casas que dividiam espaço nesta ladeira e nas baixadas da cidade com as lavras de ouro, em uma sobreposição de funções nesses chãos, particularmente relevante à sobrevivência da população mais pobre de Vila Rica:

“(...) vai este caminho até o Alto da Cruz, à igreja do Santo Rosário, que fica no alto de um monte que se projeta para o sul, no qual se encontra, ainda mais acima o povoado de Santana, de onde, pela primeira vez, se pode enxergar a parte principal da cidade. Daqui também se inclina a cidade para baixo, e *vielas tortuosas e mal calçadas conduzem a mais minas de ouro, instaladas entre edifícios*, e até ao leito do Ribeirão Ouro Preto e, de lá, segundo parte da cidade, ou Antônio Dias.”¹⁷⁴

Alguns anos afrente, já em meados do século, Hermann Burmeister, descrevendo a pequena capela do Bonfim no bairro de Ouro Preto dá algumas visões mais próximas dessas construções decadentes, que bem atravessaram ao menos toda a primeira metade do Dezenove:

“A vista da capelinha —que apresenta a escadaria, já em ruínas, com um monte de lixo à esquerda, e do outro lado, à direita, os sinos, ameaçando cair, amparados apenas por algumas estacas— não deixará de causar ao leitor certa impressão hilariante e instrutiva ao mesmo tempo. Atrás da capela, do lado esquerdo, havia alguns pés de café e bananeiras, formando como que um jardim, acima do qual as casas da rua superior se espalhavam

¹⁷⁴ Johann Emanuel POHL, *Viagem...*, p.396. (No original sem destaque)

em terraços. Na parte inferior, vêem as casas de outra rua com suas vidraças quebradas e nunca substituídas. O fato de ter havido vidraças nas casas é indicativo de seus antigos proprietários eram gente rica, em contraste com os atuais habitantes, com suas mobílias pobres e grades de madeira nas janelas. Não é preciso frisar que o reboco, na maioria das casas, já caíra e que a pintura, verde ou vermelha, dos umbrais das janelas ou outros enfeites quaisquer já se tinham ido havia muito tempo.”¹⁷⁵

Walsh acentuaria em seu relato, é verdade que com certo exagero, a visão das áreas mais pobres de Vila Rica como um “montão de ruínas”,¹⁷⁶ e na leitura mais acurada de Saint-Hilaire, também se marca a insistência de que a desolação acaba sempre por ser marca distintiva, especialmente nas entradas da cidade:

“Apenas se deixa para trás Capão, a paisagem toma um ar de tristeza que conserva quase sempre até Vila Rica. Não se descobrem de todos os lados senão campos desertos, sem culturas e sem rebanhos. Se se avistam algumas casas, ordinariamente estão em ruínas; os contornos das montanhas são na maior parte ásperos e irregulares; continuamente se avistam escavações para lavagens de ouro; a terra foi eliminada, com ela desapareceu a vegetação, e nada mais ficou senão montes de cascalho”¹⁷⁷

Ainda sobre a devastação da paisagem natural, o Barão de Langsdorff é outro que anotaria em seu diário de viagem suas impressões:

“Os arredores da cidade apresentam um quadro assustador de devastação do solo. Os campos áridos, desprovidos de todo tipo de árvores e arbustos, cobertos de montes de cascalhos, dão ao conjunto um aspecto triste, amenizado aqui e ali por uma pequena cabana, capela ou casinha branca.”¹⁷⁸

Saint-Hilaire também observa a técnica construtiva, o pau-a-pique, que imperava nas construções mais simples dos arredores da cidade em lugarejos dispersos, mas que também era base de grande parte das construções mais pobres do meio urbano, e dá com a frequência com que se encontravam casas abandonadas, argumento da mobilidade da população mais pobre:

“O ar de decadência que tem, em geral, no interior da Província de Minas, os vilarejos e habitações isoladas, decorre também, em grande parte, deve-se

¹⁷⁵ Hermann BURMEISTER, *Viagem ao Brasil: através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais (visitando especialmente a história natural dos distritos auri-diamantíferos)*, trad. Manoel Salvaterra e Hubert Schoenfeldt, São Paulo, Livraria Martins Editora, 1952, p.199.

¹⁷⁶ Robert WALSH, *Notícias...*, vol. 2, p.101.

¹⁷⁷ Auguste de SAINT-HILAIRE, *Viagem pela Província do Rio de Janeiro e Minas Gerais...*, p.63.

¹⁷⁸ Georg Heinrich von LANGSDORFF, *Os diários...*, p.125.

dize-lo, de que essas construções, sempre feitas de barro, se estragam facilmente, principalmente por fora. As casas dos pobres são tão fáceis de construir, que qualquer um é seu próprio arquiteto; e, como se verá, essas casas também se destroem com facilidades extrema. Para se erguer as paredes, fincam-se na terra, a pequena distância uns dos outros, esteios de madeira toscos, de grossura aproximada de um braço. Com o auxílio de alguns cipós, amarram-se a estes ripas transversais muito aproximadas, e, quando se completa assim uma espécie de gaiola, enchem-se os intervalos com barro. (...) Concebe-se facilmente que não se pode ligar grande apreço a semelhantes habitações, e abandonam-se sem pesar quando há certeza de poder encontrar em outro lugar os materiais necessários à construção de outras do mesmo tipo. Encontram-se continuamente no interior do Brasil habitações semelhantes completamente abandonadas e semi-destruídas, e existe um termo especial para designar as casas que caem em ruínas, o de *tapera*.”¹⁷⁹

Também sobre as características das habitações Pohl comenta de uma “residência tipicamente brasileira”, correspondendo a “três pequenas casas feitas de fibra de palmeira, que dominavam todo o vale sem árvore sendo a segunda para os seus escravos e a terceira destinada à cozinha”. Diz ainda que “a disposição do interior dessa casa residencial correspondia inteiramente à sua aparência externa” e que “as paredes forradas de linho e enxergas simples, com enchimento de palha de milho, era tudo o que aqui se via e era o bastante para uma natureza rude, que pouca atenção prestava à chuva que atravessava as tênues paredes.”¹⁸⁰

Já da propensão à mobilidade, marca de nascença de uma sociedade mineradora, mas que especialmente se evidenciou à região dos antigos núcleos mineradores no momento de forte arrefecimento econômico à virada do Dezoito se fazendo incisivamente presente ao cotidiano e às referências sociais dos mineiros dessas áreas no começo do Dezenove, é novamente Saint-Hilaire que dá suas impressões ao transitar pelas cercanias de Vila Rica:

“Muitos mineiros, abandonando os lugares em que nasceram, várias vezes já tem transportado de um lado para outro família, escravos e bens; e, só pela narração que fiz a um proprietário dos arredores de Vila Rica, da fertilidade das margens do Jequitinhonha, vi-o disposto a deixar a habitação em que nascera, e atravessar uma região imensa, e a se internar em florestas habitadas por Botocudos. Concebe-se com que sofreguidão homens animados de tais propensões tenham aceitado a isca que o próprio governo lhes ofereceu. Tendem os habitantes a se afastar do centro da província;

¹⁷⁹ Auguste de SAINT-HILAIRE, *Viagem pela Província do Rio de Janeiro e Minas Gerais...*, p.94.

¹⁸⁰ Johann Emanuel POHL, *Viagem...*, p.401.

povoações outrora florescentes são abandonadas, e inicia-se a migração em massa para as fronteiras.”¹⁸¹

Mas um dos mais freqüentes acentos na visão dos viajantes, vem mesmo desse impacto da forte transformação na paisagem natural. Quase todos faziam menção a esses “montes de cascalho” descartados das lavagens do ouro, como aos sulcos na terra e a ausência de cobertura vegetal em seus relatos, estando adjetivos como “triste” e “melancólico”, mais diretamente associados a estes trechos. Rugendas, referindo-se ao solo em que a cidade se assenta, diz que “está coberto de sulcos e trabalhos em todos os sentidos pelos métodos empregados na lavagem do ouro”, sendo que, “lugares há mesmo, em que a declividade do terreno e a inconsistência do solo, tão amiúde escavado, ameaçam as casas e seus habitantes de desmoronamento.” Walsh descreveu as baixadas de Vila Rica, referindo-se a um grande areal formado a partir das lavagens e inundações de alguns dos regatos que cortavam o fundo dos vales. Valendo-se de notícias de moradores mais antigos, anota traços da convivência por todo o Dezoito da mineração no seio da cidade, que ainda resistia no começo do Dezenove na atividade de alguns pobres faiscareiros. Dizia um velho habitante do lugar que “lembrava-se de ter visto, após um período de chuvas pesadas, a população inteira da cidade reunida no areal, cavoucando, raspando, brigando.” Por conta das lavras regulamentadas, e no trabalho organizado de grande número de escravos, mas também dessas atividades esporádicas, que ainda em tempo não distante, faziam mesmo converter, à sorte de inundações que revolviam o leito dos rios, toda uma massa de habitantes pobres à posição de mineradores, é que aos olhos de Walsh e dos viajantes que às Minas chegaram nesse tempo, muito chamava a atenção o solo vegetal “destruído pelas lavagens”.¹⁸² Este “areal” nas baixadas do bairro de Ouro Preto, descrito por Walsh, encontra-se representado em um desenho que foi incluído na edição original de suas *Notícias do Brasil*. Mas não só no entremeio e encostas da cidade, como também por todos seus arredores, a mesma imagem se repetia, sendo que “não somente os rochedos, os vales, as cascatas lhe dão um aspecto selvagem, mas ainda as feridas que a exploração das minas abriu no solo por todos os lados.”¹⁸³

A ausência de vegetação natural é mesmo um ponto muito flagrante na iconografia para a cidade no período. Sylvio de Vasconcellos chama a atenção para a quase total

¹⁸¹ Auguste de SAINT-HILAIRE, *Viagem pela Província do Rio de Janeiro e Minas Gerais...*, p.92.

¹⁸² Robert WALSH, *Notícias...*, vol. 2, p.100-1.

¹⁸³ João Maurício RUGENDAS, *Viagem Pitoresca...*, 1979, pp.71-2

ausência de árvores nas áreas urbanas retratadas, em quadro que só se alteraria já próximo do século XX.¹⁸⁴ As paisagens pintadas por Rugendas para Vila Rica, pouco servem para as considerações sobre a arquitetura e o casario, uma vez que foram tomadas a grande distância das áreas centrais do núcleo. Não obstante, possibilitam, assim como o areal de Walsh, uma leitura dessas feridas cavadas na paisagem pelos trabalhos de mineração. À exceção das plantações de araucárias no morro das cabeças, anotada por vários viajantes, a ausência das árvores no conjunto visual é também flagrante, mesmo com todas as ressalvas do cuidado de se considerar as características originais dessa vegetação de altitude.

A natureza primeira do nascimento urbano das Minas, pela já discutida sobreposição dos espaços de “produção” e “reprodução”, deixaria por muito tempo marcadas essas faces da mineração mesmo nas áreas mais habitadas. Ao começo do Dezenove, para além da atividade dos faiscadores que teimavam com a sorte nos cursos d’água, via-se especialmente nas minas que se mantiveram ativas nos morros em torno da cidade a força da mineração na transformação do espaço. A mina do coronel José Veloso do Carmo, o construtor da casa de câmara e cadeia da cidade, é bom exemplo deste panorama. Várias décadas minerando a “talha aberta” no morro das Cabeças fizeram transformar vigorosamente aquele espaço. Spix e Martius ao visitar a mina narram a paisagem “ao longo de um profundo fosso, para uma garganta de rochas nuas que, cheia de fragmentos de pedras e de contornos irregularmente partidos, dava a impressão da mais selvagem destruição”.¹⁸⁵ Pohl também da sua descrição da mina, referindo-se inclusive às construções do local.

“Uma terceira excursão foi destinada a visitar a mina de ouro do falecido Coronel Veloso, que fica no alto do morro, em cuja encosta se acha edificado Cabeceiras, o bairro ocidental de Vila Rica. Após percorrermos esse bairro e passarmos por aquele a já citada plantação de umas cem araucárias belamente agrupadas, alcançamos o cume desse morro, no qual havia um grande edifício do antigo dono da mina, cercado de vários edifícios pequenos e mal conservados sob todos os aspectos. (...) A extração do ouro é feita, por meio de água, a céu aberto — ‘trabalho de talho aberto’. A água custosamente trazida à mina da distância de uma milha, é destinada a arrastar os blocos de pedras arrancados à alavanca do alto da serra, esmigalhando-os por esse meio e reunindo-os em grandes tanques ou cisternas. As pedras maiores eram ainda quebradas e trituradas para extrair-se depois o ouro, por lavagem, das rochas pulverizadas. Devido a tal sistema de mineração, que absolutamente não se pode considerar adequado, acha-se

¹⁸⁴ Sylvio de VASCONCELLOS, “Vistas...”, p.55.

¹⁸⁵ Johann Baptist von SPIX & Carl Friedrich Philipp von MARTIUS, *Viagem...*, vol. 1, p.207.

a serra tão rasgada, que por todo lado assomam medonhas paredes de pedras solapadas pelas águas que, a cada momento, ameaçam desmoronar-se e soterras os trabalhadores.”¹⁸⁶

Na leitura dos relatos desses viajantes, fica patente a transformação na paisagem natural de Vila Rica e a sua retração da vitalidade urbana, diretamente associada às perdas populacionais, e amplamente articulada em um processo de retração da economia mineradora. Não obstante, as centralidades construídas ao longo do século XVIII ainda faria com que Vila Rica avançasse sua posição de lugar central no Dezenove.¹⁸⁷ Isto tanto no que diz respeito ao aspecto político, com amplo espectro de funções públicas e todas as mais convergências a partir da centralidade do poder associadas, como também, e especialmente, em relação ao comércio que articulava a Vila Rica partes distantes do território mineiro, e fazia recrudescer ainda naquele momento do Dezenove, a importância da cidade. Rugendas anota a exportação de ouro e pedras preciosas a partir da cidade, mas insiste que a pauta era muito mais ampla, com tropas continuamente chegando e partindo, uma vez que “Vila Rica é o principal mercado da província”.¹⁸⁸ Spix e Martius também insistem neste ponto, ponderando com detalhes essas relações e flagrando a proeminência de uma bem tramada estrutura de serviços e comércio¹⁸⁹ que, a despeito das perdas populacionais, ainda representava um panorama destacado dentro das Minas. Ao apresentar a cidade, insistem que “quase todos os ofícios são praticados aqui”, e também na existência de uma “fábrica de pólvora, uma de chapéus de feltro e outra de louça de barro” na região. Mas especialmente argumentam da importância de Vila Rica como entreposto de comércio e negócios, com todas as regiões de Minas, e com as outras províncias:

“Entre todas as cidades no interior do Brasil, nenhuma tem comércio tão animado como Vila Rica. Daqui partem estradas para São Paulo, passando por São João d’El-Rei; por Minas Novas, para a Bahia; por São Romão, Tejuco, Malhada, para Paracatu, Goiás e Mato Grosso; porém nenhuma é tão movimentada, com vaivém de tropas, como a estrada que leva ao Rio de

¹⁸⁶ Johann Emanuel POHL, *Viagem...*, p.403.

¹⁸⁷ A respeito do tema da centralidade de Vila Rica, e do antigo núcleo minerador, na estrutura urbana de Minas no século XIX, referência central é o competente trabalho de Mário Marcos Rodarte. [Mário Marcos Sampaio RODARTE, *O caso das Minas que não se esgotaram: a pertinência do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais Oitocentista*, Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 1999 (Dissertação de Mestrado em Economia)].

¹⁸⁸ João Maurício RUGENDAS, *Viagem Pitoresca...*, 1979, p.72.

¹⁸⁹ As perdas populacionais ao longo dos últimos anos do Dezoito provavelmente fizeram aumentar ainda mais a concentração relativa das atividades estritamente urbanas na cidade. O número de oficiais mecânicos e envolvidos no comércio é assim especialmente flagrante no começo do Dezenove. Para análises sobre a estrutura ocupacional de Vila Rica no período a referência principal é: Iraci del Nero da COSTA, *Vila Rica: população (1719-1826)*, São Paulo, IPE/USP, 1979.

Janeiro, sede do governo, distante setenta légua. Quase todas as semanas, ou cada mês do ano, seguem grandes caravanas, carregadas com os produtos da região: algodão, couros, marmelada, queijos, pedras preciosas, barras de ouro, etc., para a capital, e voltam, trazendo sal, vinho, chitas, panos, presuntos, espelhos, artigos de ferro, novos escravos para a exploração das minas de ouro, etc. O comércio com o mais longínquo sertão, que vai até Goiás e Mato Grosso não é tão extenso, de fato, como o de São Paulo e Bahia; entretanto, expande-se até além do Rio São Francisco, quase por toda a capitania, e abastece-a não só com as mercadorias européias adquiridas no Rio de Janeiro, mas, também, com os produtos da imediações, como, por exemplo, os aqui fabricados: artigos de ferro, chapéus de feltro, louça de barro, queijo, milho, feijão, marmelada, carne de porco e toicinho; este é empregado em ver de manteiga e banha, e constitui grande comércio da província.”¹⁹⁰

Um aporte precioso para se avaliar o alcance das leituras da vitalidade ou decadência do espaço das cidades assim como do conjunto de algumas regiões no mapa das Minas é o recurso aos dados demográficos, especialmente no que diz respeito aos possíveis indicadores de movimentos populacionais entre as comarcas.

Minas encerra o século XVIII como a capitania mais populosa da América portuguesa, e avança pelo Dezenove sustentando esta posição, o que acabou por ser muitos anos depois uma evidência incômoda às posições historiográficas de uma prolongada e vigorosa decadência econômica da capitania após o tempo do ouro, como já se insistiu em outros trechos do trabalho. As revisões a esta perspectiva encontraram mais recentemente formulações muito bem estabelecidas e corroboradas, com farta base empírica, solapando a ótica da simples decadência econômica, também já comentadas aqui em mais de uma oportunidade. O destaque ao tamanho da população de Minas ao encontro do Dezenove, e sua manutenção de altas taxas de crescimento no Dezenove, introduzem, não obstante, um tema complementar a essas lições apropriadas a partir das paisagens descritas pelos viajantes e que diz respeito às voltas internas da população mineira do final do Dezoito para o início do Dezenove, pondo em forte evidência a nova organização regional da economia no território. Como grande pano de fundo subsiste um processo ampliado de

¹⁹⁰ Johann Baptist von SPIX & Carl Friedrich Philipp von MARTIUS, *Viagem...*, vol. 1, pp.205-6.

ruralização, o que não implica no desaparecimento ou retração absoluta dos núcleos urbanos, que em algumas áreas encontram mesmo, por essa época, o seu maior desenvolvimento. Trata-se, entretanto, de ver como assoma uma feição própria do espaço em correspondência aos processos em curso na base produtiva. Assume especial relevo assim, na questão espacial, o substantivo desenvolvimento da agropecuária na primeira metade do Dezenove, mormente em áreas que já se destacavam nessas atividades desde a primeira metade do Dezoito.

Em outros termos, diz-se de um processo de ruralização em que, especialmente ao sul do território mineiro, predominaram as propriedades não muito extensas, nos moldes de uma produção “mercantil de subsistência”, como assim a chamou Robert Slenes,¹⁹¹ sendo o comércio desses gêneros de abastecimento diretamente beneficiado por uma forte expansão do mercado a partir de 1808, o que acaba também por favorecer o incremento de alguns núcleos urbanos na posição de entrepostos comerciais e centro de negócios.

O movimento da população na primeira metade do Dezenove dá números expressivos desse quadro geral. A população total de Minas Gerais sustenta um crescimento substantivo desde o final do Dezoito, passando de 319.769 habitantes, ou 341.869 no ajuste procedido por Laird Bergad, em 1776,¹⁹² para 694.768 em 1835 (Tabela 9). Interpondo-se aí os dados de 1808 e os coligidos por Cunha Matos para algo como 1820,¹⁹³ pode-se perceber mesmo que este crescimento que ia arrefecendo no final do Dezoito, se mostra mais acelerado no Dezenove, o que fica ainda mais explícito ainda se forem colocados em perspectiva os dados para a população total desde as estimativas para

¹⁹¹ cf. Robert W. SLENES, “Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX”, *Estudos Econômicos*, São Paulo, 18(3): 449-495, 1988.

¹⁹² Laird W. Bergad, partindo da constatação de que o sumário populacional de 1776 não incluía a região de Minas Novas [informação creditada nas “Memórias Históricas da Província de Minas Geraes”, *RAPM*, Belo Horizonte (XII), 1908, pp.523-639], por conta das antigas contendas entre Minas e Bahia pela posse desses territórios, procede uma estimativa para a população de Minas Novas em 1776, a partir dos dados desagregados de 1808, e inclui o total na comarca do Serro Frio. Esses resultados foram originalmente apresentados em Laird W. BERGAD, “Demographic Change in a Post-Export Society: The Population of Minas Gerais, Brazil, 1776-1821”, *Journal of Social History*, vol.29, n.4, 1996, pp.895-932. Ver também: Idem, *Slavery and the Demographic and Economic History of Minas Gerais, Brazil, 1720-1888*, Cambridge, Cambridge University Press, 1999, pp.82-92.

¹⁹³ Preferiu-se o uso dos dados coligidos por Raimundo de Cunha Matos em sua *Corografia Histórica* ao invés das estatísticas para o ano de 1821, apresentadas pelo Barão de Eschwege, mais freqüentemente utilizadas pela historiografia mineira, pela possibilidade de se identificar com precisão os distritos pertencentes a cada uma das comarcas, e a partir daí, ajustar melhor as correspondências com os dados de 1835 e também 1776. A relativa imprecisão na data a que se referem os dados deve-se ao fato de ter Cunha Matos coligido documentos de natureza diversa, tanto civil como eclesiástica, produzidos em épocas variadas; não obstante, a utilização de 1820 representa uma aproximação consistente da tendência que parece predominar no conjunto, inclusive a partir do confronto com a notícia estatística de Eschwege.

a primeira metade do século XVIII até o censo provincial de 1872. O quadro que se apresenta é o de um substantivo crescimento da população nas décadas intermediárias do século XVIII, sofrendo um grande abalo nesses níveis entre os últimos anos do Dezoito e os primeiros do Dezenove —como função direta do arrefecimento da economia que por esta época se fez mais evidente—, logo depois retomando com vigor as taxas de crescimento populacional, em conjuntura que em que sobressai-se fortemente a participação relativa da comarca do Rio das Mortes. (Tabela 10) A leitura de tão ampliado período, é bom que se diga, não deixa de apresentar problemas consideráveis, no entanto a oportunidade de contemplar tendências gerais no crescimento demográfico em Minas são sobremaneira interessantes para a compreensão dos ritmos do desenvolvimento das Minas.

TABELA 9: Minas - população das comarcas entre 1776 e 1835

Comarca	população									
	1776 [1]	%	1776 [2]	%	1808	%	c.1820	%	1835	%
Ouro Preto	78.618	24,59	78.618	23,00	72.286	16,69	71.796	13,02	84.376	12,14
Sabará*	99.576	31,14	99.576	29,13	135.920	31,39	142.840	25,91	189.785	27,32
Serro Frio	58.794	18,39	80.894	23,66	69.974	16,16	99.919	18,12	106.112	15,27
Rio das Mortes	82.781	25,89	82.781	24,21	154.869	35,76	236.819	42,95	314.495	45,27
Total	319.769	100,00	341.869	100,00	433.049	100,00	551.374	100,00	694.768	100,00
	crescimento anual									
	1776[1]-1808		1776[2]-1808		1808-1820		1820-1835		1776[1]-1835	1776[2]-1835
Ouro Preto	-0,26		-0,26		-0,06		1,08		0,12	0,12
Sabará*	0,97		0,97		0,41		1,89		1,09	1,09
Serro Frio	0,54		-0,45		2,97		0,40		1,00	0,46
Rio das Mortes	1,96		1,96		3,54		1,89		2,26	2,26
Total	0,95		0,74		2,01		1,56		1,32	1,21

*inclui valores referentes à comarca de Paracatu

Fontes: **RAPM**, Ouro Preto (II, vol. 3), 1897, p. 511; Raimundo José da Cunha MATOS, *Corografia...*, vol.1, pp. 89-216 e Maria do Carmo Salazar MARTINS, “Revisitando a província...”, pp. 22-9; Laird W. BERGAD, *Slavery and the Demographic...*, pp.230-1.

As voltas internas da população, entretanto, é que revelam as facetas mais interessantes desse crescimento demográfico. De acordo com a Tabela 9, fica evidente que a comarca de Ouro Preto perde progressivamente seu nível de participação relativa no conjunto da população de Minas Gerais, o que toma forma por conta de taxas de crescimento bem abaixo da média da capitania/província, especialmente entre 1776 e 1820 quando atinge valores negativos. Nada muito diferente pode-se dizer da comarca de Sabará, que cresce pouco entre 1776 e 1820, e que mesmo os números mais expressivos de seu crescimento a partir de 1820 devem-se à região de Paracatu e aos julgados de Araxá e

Desemboque, na Tabelas 9 agregados à comarca de Sabará tanto nos dados de 1776 como nos do Dezenove, para efeito de identidade comparativa entre os dados.¹⁹⁴

TABELA 10: Minas - população entre 1721 e 1872

Ano	total	crec. anual ¹⁹⁵
c.1721	90.160	
1776 [1]	319.769	2,30
1776 [2]	341.869	2,42
1786	362.847	1,26
1808	433.049	0,80
c.1820	551.374	2,01
1835	669.603	1,30
1855	1.304.007	3,33
1872	2.041.607	2,64

Fontes: **RAPM**, Ouro Preto (II, vol. 3), 1897, p. 511; **RAPM**, Belo Horizonte (IV, vol.2), 1899, pp.294-6; Raimundo José da Cunha MATOS, *Corografia...*, vol.1, pp. 89-216 e Maria do Carmo Salazar MARTINS, “Revisitando a província...”, pp. 22-9; Tarcísio Rodrigues BOTELHO, “População e escravidão...”, pp.14-18; Laird W. BERGAD, *Slavery and the Demographic...*, pp.230-7.

A comarca do Serro Frio tem comportamento bastante diferenciado se usados os dados originais de 1776 ou os apresentados por Bergad, uma vez os ajuste realizados por esse autor se referem à participação de Minas Novas na população total da comarca. Na primeira opção, verifica-se um crescimento levemente positivo tanto entre 1776 e 1808 quanto em 1820 e 1835, cabendo aos anos entre 1808 e 1820 uma taxa especialmente alta; não obstante, sua participação relativa no conjunto da população permanece relativamente estável em todo período. Considerando a segunda opção, a alteração nos dados de 1776 suscita perdas populacionais entre este ano e o de 1808, refletindo-se também em sua participação relativa no total da população.

¹⁹⁴ A comarca de Paracatu é criada, em um desdobramento da comarca de Sabará, por um alvará de 17 de maio de 1815, ficando-lhe a partir daí pertencentes os julgados que já existiam a oeste do rio São Francisco. Logo no ano lhe são anexados os julgados de Araxá e Desemboque que pertenciam a Goiás até então. A participação relativa da comarca de Paracatu no conjunto da população atribuída aqui a Sabará pode ser vista desagregando os dados. Sendo assim, em 1820 a comarca de Sabará sozinha tinha 119.620 habitantes (21,7% da população total), enquanto a de Paracatu 23.220 (4,21%). Em 1835 a comarca de Sabará passa a ter 146.595 habitantes (21,1%) enquanto Paracatu passa para 43.190 (6,22%). As taxas de crescimento médio para Sabará entre 1820 e 1835 ficam assim em 1,36 ao ano, enquanto para Paracatu no mesmo período alcançam 4,14. [Ver Apêndice Estatístico]

¹⁹⁵ Os dados de crescimento anual se referem à linha imediatamente superior, à exceção obviamente das duas estimativas para 1776, em que ambas fazem referência ao ano de 1721, e dos dados para o ano de 1786, em que o cálculo da taxa de crescimento anual é em referência à estimativa original de 1776, uma vez que as críticas feitas por Bergad às impropriedades no conjunto da população para 1776, provavelmente seriam válidas também para 1786, favorecendo assim uma comparação mais acurada do ritmo efetivo do crescimento populacional.

Mas é mesmo o eixo sul do território que responde mais diretamente pelo crescimento da população mineira, sustentando altas taxas de crescimento ao longo de todo o período analisado. A população da comarca do Rio das Mortes passa assim de 82.781 habitantes em 1776 (25,89% da população total da capitania) para 314.495 em 1835 (45,27%), o que marca taxas de crescimento anual bem acima da média da capitania/província. É bastante interessante verificar que o grande peso deste crescimento estaria localizado entre 1808 e 1820, exatamente no período em que dá-se uma vigorosa expansão do setor de exportação de gêneros de abastecimento para a praça do Rio de Janeiro a partir da transferência da Corte em 1808. Sem dúvida é eloquente esse crescimento representando um evidente rearranjo na distribuição populacional em Minas no período, passando a participação relativa dessa comarca de pouco mais de um quarto em 1776 para quase metade da população total em 1835. Estes dados dão espaço a considerações não só sobre a proeminência econômica da região —a responsável direta por esse crescimento demográfico, embasado em um ampliado processo de dinamização da agropecuária e ocupação de áreas rurais—, que teria como uma de suas resultantes uma entrada acentuada de escravos africanos,¹⁹⁶ mas também da força de atração populacional que exerceria o sul de Minas na população de livres e forros de outras regiões.

Uma vez que o foco da discussão aqui empreendida está nas regiões de Vila Rica e São João del Rey, vale olhar de forma mais atenta os dados específicos da distribuição interna da população nessas duas comarcas, representados nas Tabelas 11 e 12. Para a primeira o que mais salta aos olhos é a perda persistente de população do termo de Ouro Preto, em processo continuado desde o final do Dezoito, apresentando substantivas taxas negativas no seu crescimento anual que bem se agravam entre 1820 e 1835, fazendo com que a vila e seus distritos perdessem quase metade de sua população no período. É o termo de Mariana que no mesmo período sustenta um crescimento considerável, sendo o responsável pelo aumento populacional da comarca. É bom que se note, entretanto, que este crescimento do termo de Mariana não se concentrou na região dos antigos centros

¹⁹⁶ Além da contribuição fundamental dos trabalho de Roberto Martins para a discussão da entrada de escravos africanos nas Minas do Dezenove, uma referência importante são os escritos de Manolo Florentino, que sobre a comarca do Rio das Mortes comenta: “(...)a população das Gerais cresceu 61%, enquanto naquela comarca [Rio das Mortes] tal índice alcançou 158%, dados que indicam tanto o deslocamento demográfico das antigas áreas de mineração para o Sul como também o incremento das importações de escravos. Por isso, o número de negros e mulatos em Rio das Mortes passou de um quinto para mais de um terço de sua população total entre 1776 e 1821, ano em que concentrava quase metade (84.995 cativos) de todos os escravos das Gerais.” [Manolo FLORENTINO, *Em costas negras, uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*, São Paulo, Companhia das Letras, 1997, p.39.]

mineradores, sendo as áreas de expansão a leste e um pouco mais ao sul, nas imediações do rio Pomba e no conjunto das terras de maior adensamento rural no vale do rio Doce, as maiores responsáveis por esses números.

TABELA 11: Comarca de Ouro Preto

Termo	população					
	1808	%	c.1820	%	1835	%
Ouro Preto	22.222	30,74	20.126	28,07	11.206	13,28
Mariana	50.064	69,26	51.570	71,93	73.170	86,72
Total	72.286	100,00	71.696	100	84.376	100
	crescimento anual					
	1808-1820		1820-1835		1808-1835	
Ouro Preto		-0,83		-3,90		-2,54
Mariana		0,25		2,33		1,41
Total		-0,07		1,09		0,57

Fontes: Raimundo José da Cunha MATOS, *Corografia...*, vol.1, pp. 89-216 e Maria do Carmo Salazar MARTINS, "Revisitando a província...", pp. 22-9; Laird W. BERGAD, *Slavery and the Demographic...*, pp.230-1.

TABELA 12: Comarca do Rio das Mortes

Termo	população					
	1808	%	c.1820	%	1835	%
São João del Rey	25.441	16,43	44.354	18,73	44.899	14,28
São José del Rey	21.488	13,87	17.170	7,25	36.608	11,64
Barbacena	16.237	10,48	29.155	12,31	36.361	11,56
Campanha	55.375*	35,76	49.246	20,79	64.543	20,52
Baependi			30.902	13,05	45.373	14,43
Jacuí			15.229	6,43	32.545	10,35
Tamanduá	16.030	10,35	28.029	11,84	29.441	9,36
Queluz	20.298	13,11	22.734	9,60	24.725	7,86
Total	154.869	100,00	236.819	100,00	314.495	100,00
	crescimento anual					
	1808-1820		1820-1835		1808-1835	
São João del Rey		4,63		0,08		2,10
São José del Rey		-1,87		5,05		1,97
Barbacena		4,88		1,47		2,99
Campanha		-		1,80		0,57
Baependi				2,56		
Jacuí				5,06		
Tamanduá		4,66		0,33		2,25
Queluz		0,94		0,56		0,73
Total		3,54		1,89		2,62

* inclui os totais relativos a Baependi e Jacuí [veja Apêndice Estatístico]

Fontes: Raimundo José da Cunha MATOS, *Corografia...*, vol.1, pp. 89-216 e Maria do Carmo Salazar MARTINS, "Revisitando a província...", pp. 22-9; Laird W. BERGAD, *Slavery and the Demographic...*, pp.230-1.

A comarca do Rio das Mortes (Tabela 12), por sua vez, apresenta um quadro muito diverso. Ao que parece, o crescimento a altas taxas que sustentava desde o final do Dezoito já atingia com intensidade distinta algumas partes da região pela altura de 1835. Entre 1820

e 1835, o que se nota é uma relativa estagnação da região de São João, que foi a que a princípio respondeu por grande parte do desenvolvimento do eixo sul do território mineiro, com taxas especialmente vigorosas entre 1808 e 1820, mas que não obstante sua destacada posição comercial no período, não deixava de ser uma área atingida pelas mesmas conjunturas que tocavam os antigos núcleos mineradores —o que é especialmente verdade para a vila de São João e não necessariamente para os outros distritos do termo— assim como a perda da centralidade quase absoluta como entreposto dos negócios da região, fato especialmente observado no crescimento dos fluxos de comércio da comarca por vias que não tinham São João no trajeto, como no primitivo trajeto que passava pelo registro da Mantiqueira, e logo depois na muito freqüentada estrada do Picu, ligando a região de Baependi ao Rio de Janeiro pelo encontro com o caminho desde de São Paulo.¹⁹⁷ Queluz, por sua vez, sofre essa retração pertinente às áreas mais antigas de mineração, apresentando uma baixa taxa de crescimento no período, não obstante estampar algum aumento populacional, todavia bem focado em alguns de seus distritos.¹⁹⁸ O maior crescimento populacional, entretanto, estaria localizado em outras áreas, responsáveis por expansões mais recentes das fronteiras rurais e que, indiretamente, sustentavam a centralidade, urbana inclusive, que a vila de São João gozava nas primeiras décadas do século XIX.

O termo de Campanha, que ainda crescia a taxas bastante significativas entre 1820 e 1835, concentraria entretanto seu maior crescimento anos antes, ao final do Dezoito e à virada do século, na época em que é elevada à condição de vila (1798). Nos dados de 1808,

¹⁹⁷ Léa Quintiere Rodrigues Peixoto, em seu importante mas pouco referenciado livro sobre os caminhos entre Minas e o Rio de Janeiro nos séculos XVIII e XIX, ensina: “A Estrada do Picu. Partia de Capivari passava pelo Alto do Picu, vinha direto ao rio Paraíba, transpondo-o e ia desembocar na estrada Rio-São Paulo abaixo da vila de Areias. (...) Por longo tempo a estrada do Picu foi a principal do sul de Minas.” [Léa Quintiere Rodrigues PEIXOTO, *Principais Antigos Caminhos Fluminenses para as Minas Gerais, Rio de Janeiro*, Imprensa Estadual, 1951, p.85. José Pedro Xavier da Veiga transcreve em suas efemérides o requerimento dos moradores de Campanha, Baependi e Pouso Alto para a abertura da estrada do Picu em 1818, o que acabaria correndo mesmo às suas expensas. [José Pedro Xavier da VEIGA, *Efemérides Mineiras (1664-1897)*, introdução por Edilane Maria de Almeida Carneiro e Marta Eloísa Melgaço Neves, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro / Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998, vol.3-4, pp.1027-8; ver também, Alfredo VALLADÃO, *Campanha da Princesa*, Rio de Janeiro, Leuzinger, 1937, vol.1, pp.41-2.]

¹⁹⁸ Um ponto importante a ser destacado, e que se relaciona às opções para a correspondência entre os conjuntos de dados disponíveis, é a inclusão do termo de Queluz na comarca do Rio das Mortes ao longo das datas analisadas. As áreas correspondentes ao que seria o termo de Queluz, pertencem em quase sua totalidade à comarca do Rio das Mortes, como bem se vê no auto de criação da vila em 1790. [RAPM (ano II, 1897), pp. 105-7] Somente em 1829 o termo da vila passaria à comarca de Ouro Preto. Não obstante os dados de Cunha Matos se referirem a um período anterior à conclusão de sua corografia (1837), ele já agrega o termo à comarca de Ouro Preto na apresentação de seus dados. O mesmo corte é dado também aos mapas populacionais de 1833-5. O objetivo portanto de apresentar aqui o termo na comarca do Rio das Mortes é estabelecer a correspondência dos valores totais para a comarca com os dados de 1776.

tem-se inclusive agregada a Campanha a população referente ao que mais tarde seriam os termos de Jacuí e Baependi, ambas vilas criadas em 1814. Essas três áreas juntas deteriam 35,76% da população total da comarca em 1808, sendo que Campanha mesmo depois que perde esses dois territórios em 1814, ainda continua tendo a maior participação relativa na comarca, 20,79% da população total em 1820 e 20,52% em 1835. Os ritmos do crescimento nessas três áreas que na virada do século compunham o grande termo de Campanha, são reveladores de uma dinâmica diferenciada na ocupação do sul de Minas. A princípio o crescimento se localizou em Campanha, depois se direcionando para outros pontos da região; ganha intensidade aí a ocupação do sudoeste, nas áreas próximas à nascente do rio grande e onde se localiza Baependi, e o sudoeste, nas terras além do rio Sapucaí, onde está Jacuí. O termo de Jacuí mais que dobra sua população entre 1820 e 1835, passando de 15.229 habitantes para 32.545, e imprimindo alta taxa de crescimento anual. Baependi, por sua vez, cresce em velocidade menor no período, mas em termos absolutos seria o segundo termo em números de habitantes em 1835.

Entre 1808 e 1820, o período mesmo de maior aceleração no aumento populacional da comarca, são especialmente altas as taxas de crescimento para as áreas de Tamanduá e Barbacena, sendo que, tal qual Campanha, é na virada do século que estas localidades são elevadas à condição de vila, respectivamente em 1789 e 1791. Ambas retrocederiam nesses ritmos demográficos no período de 1820 a 1835, especialmente o termo de Tamanduá.

O termo de São José del Rey, registraria uma taxa negativa de crescimento entre 1808 e 1820, o que não obstante pode ser um problema na correspondência dos distritos de 1820 apresentados por Cunha Matos com os dados agregados para 1808, mas de toda forma aproxima as questões já aventadas sobre o arrefecimento dos antigos núcleos mineradores. Já para o período entre 1820 e 1835, a situação verificada é a de um crescimento muito acelerado, que pelo que foi possível verificar nos dados desagregados para 1820 e 1835, não está localizada na área dos núcleos mineradores originais, sendo a região de Oliveira e imediações a principal responsável por esse aumento da população. Vale lembrar que o próprio Cunha Matos anotava à época em sua corografia histórica que “este arraial promete grande crescimento”.¹⁹⁹

O tema do crescimento acelerado de algumas regiões e do arrefecimento de outras, e ainda algumas inferências sobre fluxos de migração entre as regiões, pode ser melhor

¹⁹⁹ Raimundo José da Cunha MATOS, *Corografia...*, vol.1, p.124.

abordado com o recurso a análises dos dados de distribuições etárias dos habitantes. O recurso a este procedimento possibilita, mesmo que com os dados atinentes a um único ano, a captação de dinâmicas da população em períodos anteriores.²⁰⁰ Iraci del Nero Costa, em suas análises populacionais de Vila Rica vale-se dessa ferramenta para argumentar sobre as perdas populacionais que a cidade sofria no começo do Dezenove. Algumas variáveis demográficas se relacionam muito proximamente ao tema dessas perdas populacionais, que grosso modo podem ser associadas a fluxos de migrações internas no território mineiro. Ao caso dessa sociedade particular da passagem do século, pode-se entender que a maior propensão a migrar estaria no grupo do homens, livres ou libertos,²⁰¹ e que fossem ainda jovens e solteiros. Analisando a população a partir desses cortes, Iraci Costa constatou certo desequilíbrio entre a distribuição dos sexos na pirâmide etária dos livres e libertos, com valores significativamente menores de homens para algumas idades, o que ainda se agravava mais se fossem considerados somente a população solteira. De acordo com a Tabela 13, pode-se inferir, na linha do apontado pelo autor, que as pessoas entre 15 e 34 anos apresentam maior tendência para migrar,²⁰² o que projeta esses resultados de 1804 para perdas ocorridas já desde os últimos anos do século XVIII. Comparando-se essas faixas etárias, verifica-se um desequilíbrio acentuado na razão de masculinidade, que a despeito deste já ser expressivo no conjunto da população ainda se faz mais evidente nesses estratos.

A análise de um conjunto de dados relativo a Ouro Preto para o ano de 1838 (Tabela 14) mostra claramente como os efeitos de uma continuada perda de população entre os jovens livres do sexo masculino ao longo da primeira metade do Dezenove, fazem espalhar mais uniformemente por toda a pirâmide (à exceção do grupo entre 0 a 15 anos) esse desequilíbrio, nas mesmas proporções que em 1804 só se verificava entre os mais jovens. Note-se, não obstante, que o mais contundente dado é mesmo que, em termos absolutos, a perda de população entre os livres, grande maioria na cidade, é extremamente acentuada, o que é uma diferença marcante a outros núcleos que, mesmo sugerindo a partir

²⁰⁰ Kenneth W. WACHTER, Eugene A. HAMMEL & Peter LASLETT, *Statistical studies of historical social structure*, New York: Academic Press, 1978 (cap.11 “Age Pyramid Variances”), pp.189-93.

²⁰¹ Uma vez que o foco da análise são os processos de migração espontâneos lidos nesta mobilidade acentuada da população por conta do arrefecimento econômico de certas áreas do território mineiro e do desenvolvimento de outras, será dado enfoque somente à população livre ou liberta, mesmo que reconhecendo-se a centralidade da leitura dos fluxos de migração forçada, na importação de escravos, para a leitura acurada do desenvolvimento de certas regiões.

²⁰² Iraci del Nero da COSTA, *Vila Rica...*, pp.140-4.

desses desequilíbrios da razão de masculinidade certos movimentos populacionais, não chegam a ter afetado de forma tão veemente o seu crescimento total.

TABELA 13: Ouro Preto - 1804 (livres e libertos)

	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
0-4	317	51	302	49	619	100
5-9	341	48	363	52	704	100
10-14	332	53	297	47	629	100
15-19	207	43	270	57	477	100
20-24	174	36	313	64	487	100
25-29	173	36	307	64	480	100
30-34	202	40	300	60	502	100
35-39	153	46	182	54	335	100
40-44	173	40	259	60	432	100
45-49	107	49	112	51	219	100
50-54	135	42	188	58	323	100
55-59	72	48	78	52	150	100
60-64	113	45	139	55	252	100
65-69	36	40	55	60	91	100
70-...	120	45	149	55	269	100
Total	2655	44	3314	56	5969	100

Fonte: Iraci del Nero da COSTA, *Vila Rica...*, pp.246.

TABELA 14: Ouro Preto - 1838 (livres e libertos)

	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
0-4	153	52	144	48	297	100
5-9	174	48	185	52	359	100
10-14	123	44	156	56	279	100
15-19	120	49	124	51	244	100
20-24	94	36	165	64	259	100
25-29	83	44	106	56	189	100
30-34	95	41	134	59	229	100
35-39	71	36	124	64	195	100
40-44	71	40	105	60	176	100
45-49	43	42	59	58	102	100
50-54	68	41	96	59	164	100
55-59	29	40	43	60	72	100
60-64	42	36	76	64	118	100
65-69	15	45	18	55	33	100
70-...	40	39	63	61	103	100
Total	1221	43	1598	57	2819	100

Fontes: Listas nominativas de 1831-2 e 1838-40 (APM, Mapas de População e Seção Provincial, diversos documentos) / Banco de Dados do Núcleo de História Econômica e Demográfica do CEDEPLAR/UFMG.

A partir da análise de outros distritos da comarca de Ouro Preto, pode-se avaliar o ritmo variado desses movimentos populacionais que, como se viu afetaram praticamente toda a comarca, se estabelecendo por áreas com bases econômicas distintas. Ainda em referência a trabalhos de Iraci del Nero da Costa, vale o olhar rápido a dois outros distritos:

Furquim e Nossa Senhora dos Remédios. O primeiro é uma localidade antiga, situada em área próxima a Mariana e de nascimento ligado às explorações auríferas; o segundo, por sua vez, é área de ocupação mais recente, pertencente à paróquia de Barbacena. Furquim é tipificada por Iraci Costa no que diz respeito à sua estrutura populacional como uma região “intermediária”, querendo com isto se referir à sobreposição com a base rural de atividades de mineração, comércio e serviços; em suas palavras:

“Os habitantes de Furquim dedicavam-se, basicamente, à agricultura, faiscação e à variada gama de atividades artesanais; os serviços viam-se expressivamente representados, sobretudo por causa do significativo número de ‘jornaleiros’.”²⁰³

A partir da pirâmide etária para o ano de 1804, verifica-se um predomínio da população feminina entre os livres desde os 20 até os 60 anos, do que infere-se que desde a penúltima década do Dezoito esta área marcava um processo relativamente acentuado de emigração de jovens do sexo masculino. Iraci Costa cruzando aí os dados de estado matrimonial demonstra que esse desequilíbrio da razão de masculinidade era maior ainda entre os solteiros.²⁰⁴ (Tabela 15)

TABELA 15: Forquim - 1804 (livres e libertos)

	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
0-4	73	56	58	44	131	100
5-9	78	55	65	45	143	100
10-14	74	59	51	41	125	100
15-19	51	50	50	50	101	100
20-24	51	46	59	54	110	100
25-29	26	29	64	71	90	100
30-34	32	42	45	58	77	100
35-39	30	45	36	55	66	100
40-44	35	45	43	55	78	100
45-49	25	37	43	63	68	100
50-54	23	34	45	66	68	100
55-59	18	43	24	57	42	100
60-64	30	49	31	51	61	100
65-69	13	76	4	24	17	100
70-...	36	56	28	44	64	100
Total	595	48	646	52	1241	100

Fonte: Iraci del Nero da COSTA, *Minas Gerais...*, p.123.

²⁰³ Iraci del Nero da COSTA, *Minas Gerais: estruturas populacionais típicas*, São Paulo, EDEC, 1982, p.53.

²⁰⁴ Iraci del Nero da COSTA, *Minas Gerais...*, p.56.

Avaliando em conjuntos os dados recolhidos a partir das listas nominativas de 1831, verifica-se que, a despeito do distrito apresentar um crescimento significativo de sua população no período, a tendência para a migração dos jovens do sexo masculino parece ainda marcada, muito embora já em um ritmo diverso do que se estampava no começo do século. O desequilíbrio maior se verifica, portanto, acima dos 50 anos, preservando números menos acentuados entre os 20 e 40. Essa estrutura populacional e econômica marcada pela sobreposição de atividades variadas em uma base agropecuária seria comum a diversos outros núcleos médios no período, e responsável pela sustentação de um crescimento populacional mesmo em face da retração de certas atividades tradicionais. (Tabela 16)

TABELA 16: Forquim - 1831 (livres e libertos)

	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
0-4	39	48	43	52	82	100
5-9	65	55	53	45	118	100
10-14	41	51	40	49	81	100
15-19	47	48	50	52	97	100
20-24	35	39	54	61	89	100
25-29	28	41	41	59	69	100
30-34	28	42	38	58	66	100
35-39	16	43	21	57	37	100
40-44	32	41	46	59	78	100
45-49	23	53	20	47	43	100
50-54	27	39	42	61	69	100
55-59	12	39	19	61	31	100
60-64	14	37	24	63	38	100
65-69	6	40	9	60	15	100
70-...	8	27	22	73	30	100
Total	421	45	522	55	943	100

Fontes: Listas nominativas de 1831-2 e 1838-40 (APM, Mapas de População e Seção Provincial, diversos documentos) / Banco de Dados do Núcleo de História Econômica e Demográfica do CEDEPLAR/UFMG.

O distrito de Nossa Senhora dos Remédios, por sua vez, apresenta um quadro um tanto diverso. Está localizado na porta de entrada para a região sul do território mineiro, e é descrito por Iraci Costa como área “rural de autoconsumo”, em que a atividade que reúne a maioria dos habitantes é incisivamente a agricultura. Predominam aí famílias nucleares, com poucos escravos ou mesmo sem eles, ocupando-se incisivamente de produzir gêneros indispensáveis à própria manutenção.²⁰⁵ Esta fórmula, bem pode ser generalizada a uma larga faixa dos pequenos distritos da região sul, sendo esta produção de gêneros de

²⁰⁵ Iraci del Nero da COSTA, *Minas Gerais...*, p.71.

subsistência com a mercantilização dos excedentes, a base de um lucrativo comércio de abastecimento; todavia, não é demais ressaltar que as pequenas propriedades não foram regra geral, sendo que contavam-se muitas fazendas de grande porte em algumas regiões.

A distribuição etária da população de Remédios apresenta algumas notas interessantes. Com base nos dados para 1804, vê-se reforçada a mesma tendência para emigração dos homens entre 20 e 40 anos; não obstante, para o grupo acima dos 55 anos, verifica-se uma clara maioria de elementos do sexo masculino, o que indica a atração populacional do distrito no último quartel do Dezoito, confirmando a feição de uma área de ocupação recente. (Tabela 17)

TABELA 17: Remédios - 1804 (livres e libertos)

	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
0-4	52	49	54	51	106	100
5-9	53	50	54	50	107	100
10-14	51	57	39	43	90	100
15-19	30	41	43	59	73	100
20-24	27	44	35	56	62	100
25-29	19	40	28	60	47	100
30-34	16	44	20	56	36	100
35-39	19	41	27	59	46	100
40-44	20	50	20	50	40	100
45-49	14	52	13	48	27	100
50-54	19	53	17	47	36	100
55-59	10	77	3	23	13	100
60-64	10	56	8	44	18	100
65-69	3	100	0	0	3	100
70-...	12	80	3	20	15	100
Total	355	49	364	51	719	100

Fonte: Iraci del Nero da COSTA, *Minas Gerais...*, p.132.

Essa preponderância de elementos do sexo masculino que bem faz indicar o nível de atração populacional de uma região, é um acento característico de diversas áreas no eixo sul do território mineiro, possibilitando bases mais consistentes para se verificar os focos do crescimento populacional na comarca do Rio das Mortes, pondo em destaque aí a mobilidade da população livre ou forra nesse momento de reorientações na economia mineira.

Pontos diferentes da região sul partilharam esse movimento de expansão das fronteiras rurais na primeira metade do Dezenove e tiveram assim dinâmicas populacionais parecidas. O sudoeste do território, responsável por um dos mais acentuados níveis de crescimento da comarca no período, e o que melhor corrobora essa perspectiva. O distrito

de Cabo Verde, por exemplo, que está situado em uma área mais ao sul da vila de São Carlos do Jacuí, que aumenta sua população de 1.972 habitantes em 1820 ou pouco antes, para 6.414 em 1835. De sua pirâmide etária em 1831, verifica-se um forte desequilíbrio em favor da população masculina a partir dos 25 anos, deixando espaço para a inferência de uma continuada entrada de população dentre os livres desde a virada do século. (Tabela 18) No outro extremo do território, já apontando para o crescimento futuro que teria a região da Zona da Mata no território mineiro, o distritos de São João Nepomuceno, área de ocupação mais recente, revela um processo que pela década de trinta do Dezenove ganhava mais força. O desequilíbrio em favor da população masculina é assim mais marcado entre os 25 e os 50 anos. (Tabela 19) Mais ao centro da região sul, abaixo de Baependi e contíguo às áreas que se desenvolviam em função dos fluxos de comércio na estrada do Picu, o distrito de Espírito Santo do Cunquibus, mais tarde Cristina, é outro bom exemplo desse crescimento. Aumentando sua população de 918 habitantes por volta de 1820 para 2.357 em 1835, e com uma distribuição etária que à altura de 1831 evidencia um número substantivamente maior de homens entre os 15 e 30 anos e entre 40 e 60, afina-se com a tendência geral de crescimento e atração populacional do sul de Minas no período. (Tabela 20)

TABELA 18: Cabo Verde - 1831 (livres e libertos)

	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
0-4	195	54	169	46	364	100
5-9	206	51	200	49	406	100
10-14	187	53	163	47	350	100
15-19	95	42	133	58	228	100
20-24	136	48	147	52	283	100
25-29	105	55	85	45	190	100
30-34	93	48	101	52	194	100
35-39	58	55	48	45	106	100
40-44	81	56	64	44	145	100
45-49	27	42	37	58	64	100
50-54	67	59	47	41	114	100
55-59	26	59	18	41	44	100
60-64	45	68	21	32	66	100
65-69	13	76	4	24	17	100
70-...	14	52	13	48	27	100
Total	1348	52	1250	48	2598	100

Fontes: Listas nominativas de 1831-2 e 1838-40 (APM, Mapas de População e Seção Provincial, diversos documentos) / Banco de Dados do Núcleo de História Econômica e Demográfica do CEDEPLAR/UFMG.

TABELA 19: São João Nepomuceno - 1831 (livres e libertos)

	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
0-4	111	47	127	53	238	100
5-9	121	51	118	49	239	100
10-14	103	54	86	46	189	100
15-19	72	54	61	46	133	100
20-24	74	51	71	49	145	100
25-29	51	59	36	41	87	100
30-34	42	47	48	53	90	100
35-39	35	49	37	51	72	100
40-44	56	58	41	42	97	100
45-49	19	70	8	30	27	100
50-54	25	53	22	47	47	100
55-59	15	71	6	29	21	100
60-64	13	50	13	50	26	100
65-69	7	70	3	30	10	100
70-...	5	50	5	50	10	100
Total	749	52	682	48	1431	100

Fontes: Listas nominativas de 1831-2 e 1838-40 (APM, Mapas de População e Seção Provincial, diversos documentos) / Banco de Dados do Núcleo de História Econômica e Demográfica do CEDEPLAR/UFMG.

TABELA 20: Espírito Santo dos Cunquibus - 1831 (livres e libertos)

	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
0-4	111	47	127	53	238	100
5-9	121	51	118	49	239	100
10-14	103	54	86	46	189	100
15-19	72	54	61	46	133	100
20-24	74	51	71	49	145	100
25-29	51	59	36	41	87	100
30-34	42	47	48	53	90	100
35-39	35	49	37	51	72	100
40-44	56	58	41	42	97	100
45-49	19	70	8	30	27	100
50-54	25	53	22	47	47	100
55-59	15	71	6	29	21	100
60-64	13	50	13	50	26	100
65-69	7	70	3	30	10	100
70-...	5	50	5	50	10	100
Total	749	52	682	48	1431	100

Fontes: Listas nominativas de 1831-2 e 1838-40 (APM, Mapas de População e Seção Provincial, diversos documentos) / Banco de Dados do Núcleo de História Econômica e Demográfica do CEDEPLAR/UFMG.

O que se pode argumentar a partir da distribuição etária para São João del Rey em 1840, entretanto, não parece reforçar este crescimento da região sul. É bem verdade que o fato desta análise se valer de um conjunto de dados para meados do Dezenove impossibilita considerações acerca do movimento da população no final do Dezoito, que a princípio seriam de maior interesse aqui, sendo esta a época em que, ao que outras fontes, como os próprios relatos de viagem, indicam, deu-se certo impulso à vitalidade urbana na cidade. Não obstante, o exercício de rastrear nas dinâmicas cristalizadas nos dados de 1840

alguns movimentos da primeira metade do Dezenove já é de grande interesse. A conclusão principal vai contra primeiras expectativas, mas acaba por ressaltar o argumento geral da ruralização. Vê-se que São João del Rey, a despeito de ter efetivamente vivenciado um processo de desenvolvimento urbano a partir do impulso proporcionado que sua posição comercial nas primeiras décadas do Dezenove, não conforma-se em um centro de atração populacional, tal qual o foi por conta de ouro em anos já muito distantes. A idéia central que permeia esta constatação é que a atração populacional na primeira metade do Dezenove em Minas relaciona-se incisivamente às áreas de expansão agropecuária. Os núcleos urbanos, mesmo que florescentes por conta de uma posição estratégica de entrepostos comerciais, não representam foco para a migração de senão de alguns grupos profissionais, como os artífices; e é nesta linha que se pode pensar na atração de alguns profissionais de outras regiões para a cidade, na mesma forma em que são anotados exemplos de alguns tantos que acorreram ao Rio de Janeiro em busca de novas oportunidades para seus ofícios. O tema da mobilidade e circulação desses artífices no território mineiro, vale ressaltar, foi tratado a partir das trajetórias individuais perseguidas na seção anterior do trabalho.

A questão das cidades vazias durante toda a semana, povoadas somente por artífices, comerciantes e prostitutas, repetidas vezes abordado pelos viajantes estrangeiros, é faceta desse movimento amplo que põe em destaque o rural, com acentos muito diversos do tempo em que a base mineradora da economia fazia sobrepor relações de produção no espaço urbano, bem como um grau de dependência cotidiana inúmeras vezes maior do que o que se verificaria em uma economia baseada na mercantilização da produção de gêneros de subsistência. Os dados relativos a São João del Rey revelam um desequilíbrio pronunciado entre a população de homens e mulheres, que se estendia por praticamente toda a pirâmide a partir dos 25 anos. (Tabela 21) Para este processo, que não difere em nada do de outros antigos núcleos mineradores, é possível avaliar que, uma vez que os homens entre 20 e 30 anos são o grupo com maior tendência a migrar, a cidade já era atingida por uma saída persistente de população desde ao menos o final da primeira década do Dezenove.

A retração do elemento urbano, e incisivamente das relações sociais e culturais de alguma forma dependentes desta formação espacial, é processo que atinge o conjunto das Minas no Dezenove, e não somente uma área, mesmo que sejam bastante óbvios seus alvos

prediletos. A posição de São João del Rey adquire um relevo interessante não por conta de qualquer imunidade ao processo de arrefecimento do ritmo de desenvolvimento dos espaços urbanos, uma vez que, à primeira metade do Dezenove, a consolidação de um novo perfil na economia e as amarras estruturais a um efetivo desenvolvimento manufatureiro/industrial, vão por mesmo é na conta do rural os números do crescimento populacional ou das venturas da economia. O especial interesse em São João deve-se mesmo ao fato de ter postergado por algum tempo a perda desse ambiente urbano setecentista, exatamente por conta do impulso de seu desenvolvimento comercial, deixando que se ensaiassem assim transições da sociabilidade setecentista para uma animosidade aos ares do século XIX, mormente a partir das influências e ligações com a Corte no Rio de Janeiro. A principal diferença entre São João e Vila Rica está assim no “ritmo” com que o Dezenove lhes chega, ou talvez ainda, no passo em que o Dezoito vai lhes deixando. Exatamente essa síncope, é o lugar de experiências diferenciadas de continuidades e rupturas visíveis no cotidiano das pessoas das duas cidades.

TABELA 21: São João del Rey - 1840 (livres e libertos)

	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
0-4	90	58	66	42	156	100
5-9	103	49	107	51	210	100
10-14	104	51	98	49	202	100
15-19	68	44	88	56	156	100
20-24	60	48	65	52	125	100
25-29	45	40	67	60	112	100
30-34	31	36	56	64	87	100
35-39	43	51	41	49	84	100
40-44	33	35	62	65	95	100
45-49	31	48	33	52	64	100
50-54	42	49	44	51	86	100
55-59	23	68	11	32	34	100
60-64	18	42	25	58	43	100
65-69	10	38	16	62	26	100
70-...	19	40	28	60	47	100
Total	720	47	807	53	1527	100

Fontes: Listas nominativas de 1831-2 e 1838-40 (APM, Mapas de População e Seção Provincial, diversos documentos) / Banco de Dados do Núcleo de História Econômica e Demográfica do CEDEPLAR/UFMG.

Diferenças muito significativas já marcavam a vida social de Vila Rica e São João del Rey nos primeiros anos do Dezenove. A violenta diminuição populacional em Vila Rica

e o crescimento, ou minimamente a manutenção de certos patamares, por parte de São João na virada do século, dão o tom dessa diferença. É bom que se insista que São João, a despeito de não ter concentrado em seu espaço urbano o grande aumento populacional do sul de Minas no Dezenove, de matriz fortemente rural, apresenta taxas positivas de crescimento em um contexto em que quase todos antigos núcleos mineradores amargavam processos acentuados de retração demográfica, o que é, por si só, característica muito significativa e denuncia a permanência do nível de atração e oportunidades de fixação no espaço urbano mantido pela cidade, este quadro é ainda mais reforçado tomando-se em conta a população flutuante e o grau de centralidade e importância regional que as rotas de comércio lhe assegurariam. No olhar de alguns dos viajantes estrangeiros, podem ser selecionados vários indícios de diferenças interessantes do quadro das sociabilidades nas duas cidades. Não cabe aqui uma leitura pormenorizada dessas percepções, mas apontar para alguns breves exemplos parece de interesse para esses encaminhamentos finais do texto.

Com o entrar do Dezenove vão chegando às Minas influências de outros contextos de sociabilidade, em parte novos e em parte reforçando velhos acentos. A nota mais característica seria mesmo a das relações exacerbadas pela maior proximidade com os modelos da Corte a partir de 1808; mas também, podem ser sentidos os novos movimentos da inserção social de uma aristocracia cada vez menos afeita à imutabilidade das formas do antigo regime. Óbvio que não se tratam de processos que concentram o peso das mudanças em um único ponto; todavia, é sem dúvida o começo do Dezenove um momento singular nessas relações. Dito de forma sucinta, o que parece melhor distinguir Vila Rica de São João neste particular é que para a primeira, estas relações de sociabilidade entre as elites ao começo do Dezenove estavam mais circunscritas ao espaço das tramas do poder, sendo que em São João, verificava-se a composição de círculos mais variados. O destaque neste campo das sociabilidades de elites a Vila Rica, cidade sede do poder, residência do governador e dos mais graduados funcionários públicos, seria bastante natural; o que merece destaque, portanto, é a proeminente posição neste campo, incisivamente nas primeiras décadas do Dezenove, de uma cidade como São João del Rey. Isto se dava especialmente por conta da presença muito ampliada dos homens de negócio nos quadros dessa sociabilidade e as posições e importância política que alguns nomes do lugar gozavam e gozariam ainda no Império, sendo que também a influência dos ingleses

vindos para a região com a abertura da mineração aos interesses de companhias estrangeiras a partir da independência é fator digno de nota.

Walsh é um dos viajantes que mais detidamente refletiu sobre essas relações, inclusive no que diz respeito à animosidade dos mineiros em relação aos ingleses e as especificidades desse cotidiano dos salões. De São João del Rey, sua nota mais característica é a ponderação de que a cidade poderia se considerada, depois de São Paulo, “a mais liberal e ativa, intelectualmente, de todo o Brasil”, sendo que seus habitantes “são, de modo geral, muito inteligentes. Eles apoiaram com entusiasmo as diferentes mediadas sucessivamente adotadas em favor da independência do país, sendo firmes e sinceros apologistas do sistema constitucional e contrários à anarquia e ao despotismo.”²⁰⁶ Destaca em seu relato a biblioteca da cidade e os primeiros tempos da imprensa das Minas dando relevo à figura de Baptista Caetano de Almeida, fundador do jornal “Astro de Minas”.²⁰⁷ Lembra ainda que “essa biblioteca é apenas uma parte de um programa mais vasto proposto por uma Sociedade Politécnica que se pretende estabelecer na cidade.” Mais tarde em sua estada em Vila Rica, Walsh acaba insistindo, em direção oposta ao que argumentara acerca das elites de São João, em um certo preconceito quanto aos estrangeiros por parte de homens de posição em Vila Rica, marcando distâncias que separariam alguns dos homens mais importantes e cultos das duas cidades no que diz respeito aos pontos de vista acerca dos estrangeiros. Aponta nesses acentos, características que podem bem ser ampliadas à conta de um ambiente mais conservador em Vila Rica se comparada à São João da primeira metade do século XIX.²⁰⁸

Pohl, por sua vez, oferece algumas observações interessantes sobre as reuniões sociais realizadas sob os auspícios do governador em Vila Rica assim como das pessoas mais importantes do lugar. Conta que esses eventos eram em geral limitados a no máximo

²⁰⁶ Robert WALSH, *Notícias...*, vol. 2, p.79.

²⁰⁷ Sobre Baptista Caetano de Almeida, sua presença na elite cultural de São João del Rey, as atividades na imprensa e na organização da biblioteca que hoje leva o seu nome, veja: Rosemary Tofani MOTTA, *Baptista Caetano de Almeida: um mecenas do projeto civilizatório em São João d'El-Rei no início do século XIX - a biblioteca, a imprensa e a sociedade literária*, Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia / UFMG, 2000. (Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação)

²⁰⁸ Robert WALSH, *Notícias...*, vol. 2, pp.77-9 e 107-9.

vinte pessoas, e que consistiam de jogos de cartas, danças e por vezes demonstrações das habilidades musicais de alguns dos presentes.²⁰⁹

“O jogo de cartas usual é o uíste, que se joga com muita paixão, não como mero passatempo, mas a valer. Entre as danças, há o fandango, que é apreciado com entusiasmo, especialmente pelo belo sexo. Quanto ao entretenimento musical, faltam instrumentos e arte para que possa ser considerado um deleite. Um piano, uma flauta e um deplorável violino é tudo quanto aqui se encontra em matéria de instrumentos musicais. Não obstante, não raro se ouvem cantar nesses saraus trechos de óperas de Rossini, sem arte e sem sentimento, e o aplauso geral é a recompensa generosamente tributada ao executante.”²¹⁰

Pohl também comenta dos grandes bailes que por vezes eram oferecidos pelo governador no palácio, destacando aí elementos da moda e dos costumes dessa sociedade.

“Em casa do Governador Geral, são dados eventualmente grandes bailes, e eu fui testemunha ocular de uma dessas festas. As damas comparecem todas vestidas segundo a última moda de Paris, com o que a França mais depressa pôde fornecer ao Rio de Janeiro. Os homens eram em número pelo menos superior ao dobro das mulheres. Ao entrarem, as damas faziam rápida mesura, beliscavam-se reciprocamente o flanco esquerdo, em sinal de saudação, seguindo o costume brasileiro; em seguida, depois de perderem grande tempo com o arranjo de seus vestidos, sentavam-se numa longa fila de cadeiras preparadas para elas no salão, e aguardavam o baile, que começava com uma contradança. Os jovens participavam da dança, os velhos jogavam uíste nos aposentos vizinhos. As danças alternavam canções, que eram entoadas por várias damas de maneira sofrível. Nos intervalos servia-se chá, café, limonada, ponche, vinho e doces. (...)”²¹¹

Walsh narra também uma outra ordem de encontros, que se davam quase sempre independentes dos circuitos próprios do poder oficial e que caracterizavam a vitalidade e o

²⁰⁹ Bom que se insista que este é um traço de sociabilidade aristocrática que só tem lugar em Minas na virada para o Dezenove. Trata-se não do serviço musical para alegrar o ambiente, mas da execução de obras musicais por parte de membros desta sociedade para a audição de uma platéia de iguais, em um modelo que se produz exatamente para prestigiar o executante; ou seja, a fórmula conhecida dos saraus e concertos. A novidade destes eventos dentro do contexto das Minas é o pejo dos trabalhos mecânicos àquela sociedade candente por distinção, impedia o destaque da música como uma arte liberal, fazendo marcar qualquer possibilidade de “serviço musical” como tarefa de negros e mulatos em exclusivo. O aprendizado e o cultivo das artes musicais por parte daquela elite, que é exatamente o que possibilita a expansão da função de professor aos músicos na capitania e seu próprio prestígio social, é um sinal eloquente das transições que se processavam na sociabilidade das elites, conformando o aprendizado de novos comportamentos, marcando distinções e precipitando fissuras mais profundas na sociedade que a pouco processava um ambiente cultural de alcance mais amplo entre os extratos sociais.

²¹⁰ Johann Emanuel POHL, *Viagem...*, p.399. [Note-se que trata-se incisivamente da apresentação dos dotes musicais de alguns dos presente, sendo que a música que animava as contradanças estava sempre a cargo de pequenas orquestras, invariavelmente formada por negros e mulatos.]

²¹¹ *Ibidem*, p.399.

lugar da sociabilidade das elites em São João e São José del Rey. Falando das reuniões acontecidas nesta última, envolvendo e sob a influência dos ingleses dirigentes da companhia de mineração, insiste no apresso aos divertimentos musicais, em que conviviam tanto o serviço musical de uma orquestra de negros e mulatos como a apresentação dos talentos musicais de algumas pessoas de posição.

“Na noite seguinte tivemos um concerto. Havia na cidadezinha um bom número de pessoas dotadas de conhecimentos musicais. Trata-se de uma arte para a qual os brasileiros geralmente têm pendor e talento. Costumam organizar concertos com músicos amadores, sendo esse um dos entretenimentos mais comuns do lugar. Nessa noite o concerto foi realizado na casa do Sr. Reye, secretário da companhia, e a fina flor da sociedade compareceu em peso. Entre os presentes esta a mulher do sargento-mor (a qual se casara aos doze anos e tinha agora cinco filhos, embora ainda não tivesse completado vinte anos) e suas irmãs, uma delas uma jovem senhora que ainda não tinha quinze anos, com seu filhinho. As senhoras sentaram-se em cadeiras enfileiradas junto à parede, numa das extremidades da sala, e os cavalheiros se instalaram no lado oposto, de frente para elas. É esse o arranjo habitual nas reuniões, com os homens e as mulheres sempre separados pela extensão do aposento. A orquestra consistia de cerca de doze músicos, negros e mulatos, que tocavam clarineta e trompa, comandados pelo digno padre, que nessa ocasião tocou flauta. Fomos brindados com o hino nacional brasileiro, cantado com grande entusiasmo por todos os presentes, bem como com duetos entre um coronel, um homem de oitenta anos, e um capitão. À meia-noite nós nos retiramos, sendo acompanhados até em casa pelos músicos ao som do hino nacional.”²¹²

Um argumento importante que ajuda a costurar o processo que sustenta as bases da sociabilidade de salões dessas elites mineiras que estavam em pleno aprendizado de novos requintes aristocráticos —mesmo em um momento no qual o rural se expandia e de alguma forma o padrão de distinção urbana se fazia menos presente, especialmente a um número considerável de grandes proprietários que todo tempo residiam em suas fazendas, ao contrário de épocas em que a casa na cidade ocupava lugar de maior destaque em seu cotidiano— é o tema de uma “vida cavalheiresca”, na expressão usada por Spix e Martius, e que tem sua principal motivação na própria experiência da urbanidade. Isto traz de volta à discussão o tema do ambiente cultural conformado na vida urbana, bem como orienta a compreensão da interpenetração de lugares sociais diferentes na produção de uma experiência social ampliada, também somente possível por conta desse cotidiano urbano.

²¹² Robert WALSH, *Notícias...*, vol. 2, pp.60-1.

Spix e Martius resumem a certa altura de seu relato de viagem, talvez não por acaso exatamente ao passarem por São João del Rey, as características que lhes pareciam melhor definir o típico “mineiro”, e comentam que trata-se de um tipo que possivelmente só encontre comparação no Brasil com o “pernambucano”, o que demarca exatamente o espaço da vívida experiência de um cotidiano urbano, também marcante na trajetória de Recife e Olinda, como capaz de gerar ecos persistentes no comportamento social mesmo em um contexto de retomada de estruturas rurais.

“É fato observado por todos os viajantes, que os mineiros, embora isto surpreenda, diferem inteiramente pelo caráter e pelo físico dos habitantes de outras capitanias, sobretudo dos paulistas. O mineiro tem, em geral, estatura esbelta e magra, peito estreito, pescoço comprido, o rosto um tanto alongado, olhos pretos vivos, cabelo preto na cabeça e no peito; tem, por natureza, um certo garbo nobre, e o seu modo de tratar é muito delicado, obsequioso e sensato; no gênero de vida é sóbrio e parece sobretudo gostar de uma vida cavalheiresca. Em todos esses traços tem ele muito mais semelhança com o vívido pernambucano do que com o paulista pesadão. Tal como o primeiro parece ele também ter uma certa predileção pelos produtos e vestuário da Europa. Como os ingleses, o mineiro faz muita questão de grande asseio no trajar e do terno branco, sobretudo nos dias de festa. O seu traje nacional de uso comum difere do dos paulistas. Em geral ele traja jaqueta de chita ou de veludo cotelão preto, colete branco com botões de ouro, calças de veludo ou de pano de Manchester e botas compridas de couro, não tingido, que são atadas acima do joelho com fivelas; o chapéu de feltro com abas largas serve de guarda-sol; a espada, e não raro a espingarda, além do guarda-chuva, são seus companheiros inseparáveis, desde que sai de casa. As viagens mesmo as mais curtas não se fazem senão montados em mulas. Estribos e freios não aqui de prata, e do mesmo metal é o cabo do facão que eles escondem na bota. As mulheres viajam em liteiras carregadas por bestas ou negros, ou se sentam numa cadeirinha segura às costas de mulas, vestidas com larga amazona azul e chapéu redondo. No mais, excetuando a cabeça, que é protegida apenas por guarda-sol, elas vestem-se à moda francesa, tendo a bainha de baixo da saia branca não raro guarnecida com flores, bordados ou estampados, ou mesmo com galantes versos.”²¹³

É preciso ler a sociabilidade cavalheiresca que foi se processando nas Minas como um traço de urbanidade, um fenômeno que tem na vida citadina seu catalisador, mas também em um quadro de tendências mais alargadas que foi criando na Colônia condições

²¹³ Johann Baptist von SPIX & Carl Friedrich Philipp von MARTIUS, *Viagem...*, vol. 1, p.195. Vale anotar que esta descrição do tipo físico do mineiro, inclusive no que diz respeito às vestimentas, apresentada por Spix e Martius bem poderia se apoiar nos desenhos que Rugendas fez sobre os habitantes de Minas Gerais. [Para as ilustrações ver: Johann Moritz RUGENDAS, *Viagem pitoresca através do Brasil*, Trad. Sérgio Milliet, 4. ed., São Paulo, Martins, 1949.]

para a expressão dos espaços da privacidade. A sociabilidade das elites é onde melhor se define a questão; neste sentido, a sensibilidade a novos elementos de distinção e o cultivo de práticas que já ultrapassariam a publicidade da fé e da piedade religiosa como padrão social absoluto, são traços de um privado que vai ganhando espaço e conferindo sentido a hábitos como o das visitas de cortesias e as variadas reuniões sociais à noite nas casas das pessoas de posição.

Aos primeiros séculos da Colônia, os espaços de sociabilidade situavam-se incisivamente fora das paredes do domicílio; a rua e a igreja absorviam e cumpriam essas funções e acolhiam os principais momentos de encontros e interações sociais, circunscritos às festas e procissões do calendário religioso ou para grandes acontecimentos civis, como nas homenagens à família real, ambas presas a uma mesma liturgia, ou ainda nas missas e outros mais ofícios religiosos do cotidiano. A vida paroquial e as ocasiões de encontro relacionadas à igreja funcionava assim, particularmente para as áreas rurais, como praticamente a única instância de convívio para além da família neste tempo. Na trilha do analisado por Peter Laslett para a Inglaterra pré-industrial, naquele “mundo que nós perdemos” de seu magistral estudo, importa ver a pequena escala da vida social nessa conjuntura, sendo o convívio familiar a medida direta de grande parte do espectro de sociabilidade possível em que a vida dessas pessoas se desenrolava, para além do qual a igreja era um dos poucos lugares abertos a outros encontros.²¹⁴ Este modelo da pequena escala da vida e dos encontros nas sociedades pré-industriais sugere algumas bases para se pensar a especificidade do caso de Minas no contexto da América portuguesa, no que diz respeito ao ambiente urbano em uma sociedade de formação recente, com bases frágeis da tradição a disciplinar os lugares sociais e especialmente com uma grande população mestiça livre a transitar e povoar o cotidiano da vida cidadina. Tudo isto certamente fazia dinamizar os encontros sociais e as constituições de espaços de sociabilidade mais ampliados, ainda que muito associados à vida religiosa, o que marca certa ampliação dessa “escala” da vida por conta do impulso do urbano.

Ainda que a família —em sentido ampliado, expressando mesmo o conjunto dos habitantes de um domicílio e incluindo assim pessoas de condições distintas— correspondesse à dimensão principal do convívio, o lazer doméstico não era cultivado pela

²¹⁴ Peter LASLETT, *The world we have lost: further explored*, 3.ed., New York, Charles Scribner's Sons, 1983, pp.8-11.

imensa maioria da população e o interior das habitações se caracterizava como local quase exclusivo do repouso, do descanso. Elementos como as mudanças nas formas convencionais de iluminação é que foram permitindo certas mudanças nas práticas sociais, fazendo-as escapar do domínio quase exclusivo da luz do dia; a difusão no uso de candeeiros ao invés das velas de sebo que invariavelmente eram apagadas cedo por economia foi enorme avanço neste sentido. Marcas dessa sociabilidade de interiores são também os baralhos e tabuleiros de xadrez e gamão que por vezes se encontram nos inventários de membros das elites, especialmente aproximando-se do final do Dezoito. Nos bens seqüestrados do inconfidente José Aires Gomes, vê-se um “tabuleiro de jogar gamão com suas tabelas respectivas e um jogo de dados e suas tabelas de marfim”.²¹⁵

Outra marca, das mais importantes a atestar um novo momento nos padrões de sociabilidade, é a maior participação das mulheres nos circuitos das elites, que passa a conversar com os homens ou em pequenas rodas entre si, já freqüentando então o teatro e a ópera assim como as reuniões de salão. Às Minas não furtaram os viajantes estrangeiros de anotar a posição limitada das mulheres e o freqüente confinamento de esposas e filhas ao interior das casas, como de resto era traço característico das diversas regiões da Colônia. Não obstante, ao se referirem aos circuitos dessa sociabilidade de salões que por essa época do começo do Dezenove melhor se estabeleciam, referem-se sempre à presença das mulheres, por vezes com ares mesmo de desenvoltura.²¹⁶ Luccock em sua passagem por São João del Rey comenta das relações cotidianas e dos encontros sociais que ocupavam as pessoas de posição naquele início do século XIX, e faz apor alguns mais argumentos sobre a vitalidade e florescência daquele momento na cidade:

“Uns ligeiros cuidados com os negócios e a direção doméstica ocupam a maioria das famílias durante a manhã. Ao meio-dia, geralmente, serve-se o almoço e, logo a seguir, o calor torna uma sesta agradável até cerca das quatro da tarde, hora na qual os cavalheiros se vestem para fazer visitas de cerimônia. Ao anoitecer, ambos os sexos se encontram, nalguma casa amiga, e juntam-se nas ativas danças ou em jogos de cartas que pouco esforço exigem que da inteligência quer da memória. No decurso de minha estada houve uma série de reuniões dessa espécie; algumas delas se prolongaram até horas tardias e tinham todas por objeto menos a exibição e a vidade que um real divertimento. Um desejo de felicidade, social e razoável, pareceu-me ser a mola principal que dá vida a essa agradável cidade, e jamais sociedade

²¹⁵ Leila Mezan ALGRANTI, “Famílias e vida doméstica” in: Laura de MELLO E SOUZA (org.), *História da Vida Privada no Brasil (vol.1): cotidiano e vida privada na América Portuguesa*, São Paulo, Companhia das Letras, 1997, pp.113-5 e *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*, Brasília, Câmara dos Deputados, 1981, vol.6.

²¹⁶ Leila Mezan ALGRANTI, “Famílias...”, p.117.

alguma, com a qual tenha eu travado relações íntimas, alcançou tão plenamente semelhante objetivo.”²¹⁷

A partir da visão deste contexto em que pesam os novos acentos aristocráticos à sociabilidade das elites e que preserva a força dos elementos cavalheirescos de uma cultura urbana, ainda algumas considerações sobre a religiosidade, que como se insistiu aqui por diversos caminhos, foi dos principais definidores da construção social nas Minas setecentistas, parecem essenciais. Diz-se isto para argumentar que mesmo em face do crescimento desses lugares não religiosos da representação pública e da conformação dos lugares do privado nos modelos de sociabilidade, a religião, e sua principal instância nas Minas, as irmandades, ainda figurariam de forma central na vida cotidiana. O espaço que ocupariam novas instâncias associativas de espírito liberal e racionalista, como a planejada sociedade politécnica de São João, não são capazes de minar um mundo que, em vários sentidos, era ainda encantado.²¹⁸ Todavia, não se pode negar que às Minas do começo do Dezenove, no que diz respeito à religião e à religiosidade, marcava-se um quadro bem menos homogêneo que o do século XVIII. As regiões do interior, os pequenos arraiais, as fazendas e as propriedades perdidas pelas bordas do território, tenderiam assim a acentuar certas vivências da religiosidade como principal e mais elementar instância da vida social, enquanto às cidades que sustentavam certa vida urbana, outras instâncias, como o teatro, as comédias e os divertimentos públicos não diretamente associados ao calendário religioso, já representavam certa disputa ao espaço único da sociabilidade no seio das irmandades que marcava os primeiros tempos das Minas. O ponto é que o ouro já não animava mais o eflúvio de uma sociedade barroca e esta vivência da religiosidade no cotidiano das cidades, mesmo que ainda ocupando um lugar central, começava a ser de alguma forma erodida. O

²¹⁷ John LUCCOCK, *Notas...*, pp. 312-3.

²¹⁸ Esta referência a “um mundo ainda encantado” é alusão a alguns dos trabalhos de Guilherme Pereira das Neves, e refere-se especificamente à permanência da religião enquanto instância central de compreensão da vida e do mundo. O desencantamento do mundo pelo caminho da razão, exemplarmente tratado por Weber, e o deslocamento das manifestações religiosas do plano do público para o do privado, para o espaço da consciência individual, são os termos gerais dessa questão; sendo que uma das linhas de argumentação principais defendidas por Guilherme Neves e aplicadas ao contexto da América portuguesa do fim do período colonial, é a de que a própria possibilidade de secularização nesse mundo se dá na dependência direta do avanço da cristianização a que a população é submetida. O contexto das visitas pastorais do bispos mineiros na primeira metade do Dezenove, e os encaminhamentos da reforma do clero a partir das ações de Dom Antônio Ferreira Viçoso são dimensões essenciais desse processo em Minas Gerais. [Guilherme Pereira das NEVES, *E Receberá Mercê: a Mesa da Consciência e Ordens e o clero secular no Brasil - 1808-1828*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1997 (especialmente a conclusão: “Um mundo ainda encantado”) e Idem, “Um Mundo ainda Encantado: Religião e Religiosidade ao fim do Período Colonial”, *Revista Oceanos*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, número 42 (“Viver no Brasil Colônia”), abr.-jun., 2000, pp.114-30.]

ciclo das notáveis realizações no campo das artes sacras das Vilas do Ouro estava fadado assim, atacado por vários lados, a se interromper.

Olhando para o começo do Dezenove se constata facilmente que não existem mais para as Minas o lugar dos grande projetos na arquitetura religiosa. Dito de forma sintética, estes só podiam ser custeados com as somas do urbano; ou seja, os recursos oriundo de um grande número de pessoas comungando dia-a-dia do espírito associativo das irmandades e presenciando no cotidiano a competitividade que animava projetos mais ambiciosos. Por conta da conjuntura rural, que representaria agora a principal instância econômica das Minas do Dezenove, faltaria, assim como também nos espaços da cidade, o que melhor caracterizava a economia do ouro, qual seja: a ampla disponibilidade de meio circulante; aquela conjuntura ímpar em que o resultado da produção, o produto mesmo da mineração, é o próprio meio de troca. Essa nova posição da economia, perfazendo um grau de monetarização inúmeras vezes inferior ao dos tempos de maior fartura do ouro, afeta diretamente as possibilidade de composição de recurso pelos fieis para a construção, reconstrução ou simples manutenção dos templos. Já no final do Dezoito, somente algumas cidades, não sem grandes dificuldade, conseguem ainda processar esses elementos próprios do urbano (poupança coletiva, competitividade, espírito comunal, etc.), capazes de propiciar fôlego a projeto maiores.

O lugar ainda central da religiosidade, que talvez tenha se arraigado ainda mais no interior, faz, não obstante, crescer o número de igrejas das Minas no começo do Dezenove, em função do próprio aumento no número de almas. A marca da diferença é mesmo a impossibilidade de se tocar grandes projetos como as imponentes matrizes e capelas de irmandades do Setecentos, que muitas vezes excediam com seu tamanho e riqueza as próprias necessidade dos lugares em que se plantavam. As soluções construtivas seriam então invariavelmente mais simples, lembrando em tudo as primeiras capelas do território mineiro. Não mais a pedra e cal, mas a taipa de pilão, o adobe, ou até mesmo o pau-a-pique; não mais as curvas e contra curvas dos frontispícios, mas os partidos retos; os campanários separados do corpo da capela, as torres simples, e outras mais simplificações que são facilmente identificáveis em muitas das capelas que restaram desta época. O recurso às ermidas e oratórios particulares construídos por grandes fazendeiros em suas propriedades, marca essencial do conjunto da “casa grande” e que não deixou de ter seus exemplares nas Minas setecentistas, é tendências que se amplia nesse momento e que no

seu conjunto contribui para a inviabilidade das continuidades no desenvolvimento artístico fermentado por um ambiente cultural ativo. Ficam assim de certa forma interditadas as novas influências na expressão do imaginário das artes sacras à toda esta faixa coberta pelo processo de ruralização, que é exatamente onde se dá a construção da grande maioria dos templos novos. É neste sentido, portanto, que se pode falar que são as soluções da tradição que perdurariam na maior parte das pequenas capelas do Dezenove; e é nessa trilha de apregoamento da tradição que se pode ler também alguns dos atributos da religiosidade mineira dessas áreas do rural no Dezenove.

As notícias e observações deixadas por Dom Frei José da Santíssima Trindade, sexto bispo de Mariana, como resultado de suas visitas pastorais aos diversos cantos dos domínios de sua diocese, realizadas entre os anos de 1821 e 1825, oferecem elementos bastante concretos para respaldar essa interpretação aqui oferecida do ciclo dos grandes projetos e das novas características das construções religiosas nas áreas rurais.²¹⁹

Empenhado em uma descrição minuciosa das condições materiais dos bens da igreja e da administração eclesiástica das freguesias visitadas, assim como de questões de natureza propriamente espiritual tanto em relação aos costumes e vivência religiosa dos paroquianos quanto dos sacerdotes, pode-se dizer que o painel recolhido pelo bispo não foi dos mais alentadores, estando boa parte das matrizes e capelas curadas das Minas em estado decadente e por vezes em ruínas, e não sendo muito diferente o território espiritual, em que pesavam o grande desconhecimento da doutrina, as relações conjugais ilícitas e a lascívia e incorreção dos costumes.²²⁰

No total, Dom Frei José realiza cinco visitas pastorais, viajando mais de quatro mil quilômetros dentro do território mineiro e cobrindo cerca de sessenta freguesias. A primeira de suas viagens estende-se por freguesias situadas na comarca do Serro Frio, a segunda na de Sabará, a terceira basicamente pelo termo de Mariana e outras parte da comarca de Ouro Preto, e as duas últimas pela comarca do Rio das Mortes, sendo a quarta incisivamente na parte sul do território e a quinta nas terras menos povoadas a oeste junto ao vale do alto São Francisco, percorrendo as freguesias de Santana do Bambuí e

²¹⁹ Dom Frei José da Santíssima TRINDADE, *Visitas pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825)*, estudo introdutório de Ronald Polito de Oliveira, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro / Centro de Estudos Históricos e Culturais & Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 1998.

²²⁰ Ronald Polito de OLIVEIRA, “Estudo Introdutório” in: Dom Frei José da Santíssima TRINDADE, *Visitas pastorais...*, p.48.

Tamanduá. Em muitas freguesias anota-se que os grandes promotores da construção das igrejas eram os fazendeiros mais importantes dos locais, o que se ancora nas novas características da economia mineira e vem a reforçar modelos para a promoção laica da religião já distantes da base incisivamente comunal das irmandades no meio urbano. Dom Frei José faz mesmo a solicitação de uma subscrição para favorecer a reforma dos templos que tem como alvo principal os fazendeiros.²²¹

Outro indício muito interessante é o de que, no cômputo geral, as igrejas paroquiais que se apresentavam mais bem preservadas eram exatamente as da quarta visita, que percorreu as terras de maior desenvolvimento ao sul de Minas, como a das freguesias de Campanha, Baependi e Pouso Alto, sendo a terceira e a quinta viagem, referentes às terras centrais do antigo núcleo minerador e as regiões menos povoadas a oeste de Tamanduá, as responsáveis pela matrizes em pior estado.²²² Não existe, todavia, uma correspondência tão direta entre o desenvolvimento econômico e o estado das construções, o que existem são indícios concretos de que as igrejas menores e de projetos construtivos menos ambiciosos, são os que acabam por ser concluídos e decentemente ornados e paramentados. Isto vê-se bem na freguesia de Baependi, com sua matriz de taipa que por esta altura já estava toda concluída e bem paramentada, e especialmente nas outras cinco capelas e quatro oratório pertencentes à freguesia, que não tinham grandes dimensões, mas prestavam-se com bastante decência ao culto. A freguesia de Pouso Alto também tinha boas capelas curadas e ermidas, mas não obstante encontrava-se com sua igreja matriz muito arruinada, insistindo o bispo que isto “não corresponde à riqueza dos fazendeiros”. Campanha é exemplo interessante também das dificuldades de se terminar grandes obras, mesmo em se tratando de uma região relativamente rica. Sua matriz, de dimensões consideráveis, era obra começada já há muito, ainda no Dezoito, e que mesmo sendo de taipa sua estrutura, não encontrava-se perto de terminar na segunda década do Dezenove, estando ainda fechada ao culto. Não obstante, outras capelas curadas nas redondezas da vila, de dimensões bem menores, encontravam-se terminadas e bem ornadas.²²³

Essa trama entre as reorientações construtivas, o lugar e o significado desses momentos das artes sacras e as transformações na base econômica que os sustenta ou precipita a erosão da arquitetura religiosa do Barroco Mineiro, são mesmo essenciais para

²²¹ *Ibidem*, pp. 47-8, 52 e 56.

²²² *Ibidem*, p. 55.

²²³ Dom Frei José da Santíssima TRINDADE, *Visitas pastorais...*, pp.206-26.

ver o que quer que seja ruptura ou continuidade na cultura do período, e neste sentido, o problema das limitações estruturais aos grandes projetos no começo do dezenove é mais facilmente compreensível, uma vez que a combinação entre certa retração de uma economia de base urbana e os efeitos de uma desmonetarização são interditos vigorosos a essas obras.

Sobre o tempo, sobre a taipa,
a chuva escorre. As paredes
que viram morrer os homens,
que viram fugir o ouro,
que viram finar-se o reino,
que viram, reviram, viram,
já não vêem. Também morrem.

Assim plantadas no outeiro,
menos rudes que orgulhosas
na sua pobreza branca,
azul e rosa e zarcão,
ai, pareciam eternas!
Não eram. E cai a chuva
sobre rótula e portão.

Carlos Drummond de Andrade
("Morte das casas de Ouro Preto" in: *Claro Enigma*)

Conclusão

As coordenadas específicas do tempo das Minas que se quis contemplar neste trabalho são dadas especialmente pelas variáveis políticas e econômicas daquele tumultuoso fim do século XVIII, entre o local da capitania e a conjuntura ampla do Império português. Apontar minimamente o intrincado das junções entre as Luzes e os substratos da tradição no mundo português da segunda metade do Dezoito, é ver o arranjo político-econômico e as forças que precipitam suas transformações como entidade complexa, que só gradativamente vai se rompendo, marcando assim a existência de prolongamentos e dando espaço a dinâmicas diferenciadas dentro do conjunto do Império. Alcançar as Minas neste período é se deparar com a Inconfidência de 1789. Lidar com esta perspectiva da complexidade na junção das novas idéias com o peso de tradições, e nisto com a confluência de interesses variados, é ler neste fenômeno, na trilha de interpretações recentes da historiografia, a existência de não uma, mas variadas inconfidências, tantas quanto diversa era a base que sustentava o movimento. Defender essa perspectiva do variado, e pensar os aspectos de continuidade entre a Inconfidência e os motins coloniais, não impede de ver, e insistir, no movimento como sinal eloqüente da crise política do fim do sistema colonial, e índice de assentamento e resignificação de práticas políticas pelos habitantes da Colônia. A própria opção por subscrever a resposta sistêmica da questão colonial, ademais, já carrega consigo a idéia de que existem resultados dados não pela consistência dos eventos e ações individualmente conscientes, mas sim pelo conjunto do sistema, pelo seu particular arranjo de forças, e pelos resultados não intencionais das ações.

O lugar central das Minas no Setecentos do Império português, e a própria especificidade do variado na composição dos interesses presentes na Inconfidência Mineira, é função direta da dinâmica econômica da capitania no período. Nesses termos, a complexificação da base produtiva, as conseqüências de monetarização mais ampla das relações econômicas, o espaço dos negociantes e as ligações desses com as tramas do grande comércio, ou ainda o fiscalismo pujante, dimensão elementar dos processos de transferência de renda no sistema colonial, e todo seu corolário de afirmação do poder metropolitano nas terras mineiras, informam de uma conjunção fundamental para iluminar a análise da sociedade mineira de então. Apresentar então o lugar da reflexão proposta como especialmente associado à conjuntura de decadência da economia do ouro, cortando esta toda a segunda metade do Dezoito, entre a diminuição irrefreável dos volumes de

produção em meados do século e a desarticulação dessa matriz econômica, incisivamente de base urbana, na virada para o Dezenove, é abrir as portas para relações mais amplas entre os processos sociais, e culturais, e as relações econômicas nas Minas.

O urbano, inquietação primeira do trabalho, aparece então, como resultado da forma de produção e reprodução dessa economia calcada na extração aurífera. As forças de atração, os mecanismos de circulação e apropriação parcial de seus resultados e de seu excedente, compõem as bases materiais de um processo de formação social do espaço, vislumbra este, derivado da perspectiva de ver personificado, encarnado, o processo histórico de produção e reprodução dessa economia do ouro nas coordenadas próprias do chão das Minas. A complexidade dos processos espaciais, compondo especializações e diferenciações, dinamizando regiões complementares e realocando centralidades, é marca dessa visão imbricada do espaço com a economia.

É este urbano posto a funcionar na vida citadina que compõe então os significados de uma experiência cultural bastante específica, marca maior do desenvolvimento que as artes puderam lograr no período e que foi aqui nomeado por urbanidade. Estes caminhos do viver urbano, a apreensão simbólica do espaço citadino das Vilas do Ouro, e todas as dimensões propriamente culturais dessa produção social do espaço, vão urdidas em uma análise que, pelo caminho do específico da vivência religiosa conformada na capitania, encontra as condições peculiares da produção e desenvolvimento de um processo artístico destacado no contexto luso-brasileiro —o Barroco Mineiro. São as transformações nesse conjunto de variáveis da equação das Minas setecentistas, no urbano e na urbanidade em especial, que respondem diretamente, no que se conclui aqui, pelas transformações do universo das artes e da cultura no período.

Uma questão em particular ajuda a colar muitas das facetas talhadas ao longo do texto, e ordenar essas especificidades das Minas entre o político e o econômico, e o urbano e a urbanidade, com o processo de conformação de um ambiente cultural e de dinamização e desarticulação das artes sacras do Barroco Mineiro. Trata-se de buscar entender os fatores que explicam a localização das maiores obras da arquitetura religiosa do Barroco Mineiro já em um momento de decadência irrefreável e desarticulação da economia mineradora, basicamente no último terço do Dezoito. Estes últimos entroncamentos entre as artes e a base econômica servem então para encaminhar as conclusões principais do trabalho e pôr em destaque a preponderância do urbano na história das Minas setecentistas.

Uma análise breve da dinâmica da economia mineira no Dezoito em perspectiva ao desenvolvimento das artes na capitania é suficiente para ressaltar este problema do aparente paradoxo entre o maior desenvolvimento arquitetônico das Vilas do Ouro e a decadência da mineração, o que só parcialmente encontra respostas na historiografia.

Pode-se dizer com segurança que o grande aumento no número das construções religiosas nas Vilas do Ouro mineiras na segunda metade do Dezoito, tem como primeira e mais elementar relação o desenvolvimento urbano dos núcleos. Vila Rica, exemplo conspícuo, sofre grande abalo no volume do ouro extraído a partir de meados do século, não obstante sua posição e importância econômica se mantêm por conta de um conjunto de fatores, dentre os quais destaca-se a força do comércio com que articulava por lá diversas partes do território mineiro, como também as relações criadas e alimentadas a partir da centralidade do poder público na cidade. De forma ampla, mesmo que com rentabilidade decrescente a mineração ainda detinha centralidade na economia mineira, especialmente por conta de responder grandemente pela definição do perfil econômico da capitania. Incisivamente em relação ao núcleo minerador, o que se percebe é que, neste sentido, todas as relações econômicas ainda respondiam em maior ou menor grau à extração aurífera na segunda metade do XVIII, e mesmo que já se queira ver nesse momento algo como uma fronteira agrícola efetivamente em expansão, esta ainda não era capaz de suprimir, ou mesmo minar, as centralidades urbanas produzidas pela economia mineradora; mesmo sem esquecer de se ressaltar que a produção agropecuária de abastecimento cresceu continuamente durante a segunda metade do século, assim como respondeu por grande parte do aumento populacional da capitania.

Isto serve para dizer que um núcleo como Vila Rica, mesmo lidando com a quase exaustão ou o baixo rendimento das jazidas no interior e entorno da cidade, manteve um crescimento constante de sua população urbana desde o começo do século. Por um lado, isto faz da segunda metade do século XVIII o tempo em que mais facilmente se pode evocar as imagens daquela massa de desclassificados que agravavam marcas de uma pobreza urbana; não obstante, esse crescimento da população, também se traduziu e respondeu a dois fatores em especial: a composição de uma malha densa e variada de ofícios urbanos, constituindo um amplo setor de serviços, prontamente ocupado pelos mulatos, e uma expansão vigorosa das relações de comércio, em escalas diversas, desde as negras de tabuleiro até os negociantes abastados. Essa expansão das relações econômicas

urbanas é que promove a expansão de um excedente coletivo, que por sua vez, é o elemento chave para a compreensão da natureza dos recursos que alimentaram o desenvolvimento das estruturas urbanas, em geral, e da arquitetura religiosa, em particular, nas Vilas do Ouro setecentistas.

Dito de forma sucinta, na segunda metade do Dezoito, esse excedente coletivo, que foi sendo acumulado particularmente a partir das relações comerciais, e que portanto era em boa medida controlado por uma elite de negociantes, encontrava relativa ausência de canais de reinvestimento no conjunto de uma economia ainda ancorada grandemente na atividade mineradora, com fracas bases e condições para o desenvolvimento de manufaturas, e com uma produção agropecuária que grosso modo tinha como limite de sua demanda o próprio abastecimento das Minas. Esta configuração geral é que vai liberando parte deste excedente para o investimento no espaço da cidade. Para além do argumento estritamente econômico, o principal reforço desta conjuntura é a própria força da vida urbana. Pesa-se a lógica de reprodução de um padrão de sociabilidade urbana que marca o cotidiano das primeiras vilas mineiras desde o nascer do século, e que se aguça a partir da sobreposição dos espaços do poder da Coroa, em cada uma das vilas oficialmente constituídas, e mais explicitamente em Vila Rica, e da Igreja, mormente no caso de Mariana, a partir da instalação do bispado. Estes elementos vão fazer evidente o reforço de um padrão de distinção urbana, que bem pode ser visto na estrutura de posses dos grandes negociantes mineiros do período, especialmente os de Vila Rica, em que os bens de natureza urbana tem substantivo relevo.

Se o exemplo conspícuo é o de Vila Rica, com isto quer-se especialmente dizer que lá primeiro, e por mais tempo, operou este estado de coisas. Para várias cidades, entretanto, o que se vê é o mesmo tema em cadências e ritmos diferentes. São João, comparada a Vila Rica nesta perspectiva, é tanto exemplo de uma cidade que sofreu de forma mais precoce o efeito da retração do ouro —o que marca outro ritmo à primeira fase das construções religiosas, especialmente no que diz respeito às obras da matriz e primeira capelas particulares de irmandade— como também, fez sustentar por período mais ampliado sua experiência de urbanidade por conta da conjuntura favorável às outras vocações econômicas que já de muito estampava —o que vai caracterizar os movimento finais do Barroco Mineiro na cidade.

O acentuado desenvolvimento da arquitetura religiosa, não obstante, tem como principal relação a presença social ampla das irmandades no contexto mineiro, estando o aumento das construções na segunda metade do século, relacionado ao aumento no número de confrarias e respondendo a um desdobramento natural de uma fase posterior à edificação das matrizes. Se nas irmandades e ordens terceiras que congregavam a elite daquela sociedade é mais facilmente identificável a disponibilidade de recursos para esses empreendimentos, a partir justamente desse excedente coletivo que se acumula nas tramas do comércio; por outro lado, nas irmandades de negros e pardos —esses últimos os mais claros responsáveis pelos sentidos mais evidentes pela vitalidade e dinâmica do cotidiano urbano nessas Vilas do Ouro— esta composição de fundos para as construções deve-se diretamente ao grande número de seus confrades, que aumentaram progressivamente em função direta ao aumento da população urbana de cor. A constituição de recursos para a construção desses templos de negros e mulatos, por sua vez, é o que mais fortemente acentua os sentidos de se pensar em um excedente coletivamente investido no espaço urbano. Não obstante, de forma geral, o que se verifica é um quadro em que, a centralidade das irmandades religiosas àquela sociedade, através de todos seus estratos, propicia o emprego no espaço urbano, a partir da construção dos templos, de somas realmente vultosas, reunidas integralmente, de forma incisiva no que diz respeito às capelas das irmandades, por esses confrades leigos, invariavelmente sem o concurso para isto de recursos da Coroa ou da Igreja.

O já por si só surpreendente movimento de expansão no número das edificações não resume toda a eloquência deste momento histórico, uma vez que a isto estaria associado um fenômeno artístico de resultados verdadeiramente notáveis dentro do Império português. Procedeu-se no decurso do texto algumas análises das diversas dimensões, inclusive estéticas, do que vale destacar a importância da conformação de um ambiente cultural dinâmico à segunda metade do Dezoito, como sendo capaz de processar no trabalho dos artífices, a partir do espaço das irmandade, influências de grupos variados daquela sociedade. O problema do grande desenvolvimento da arquitetura religiosa no momento de retração da economia mineradora é assim, também, de forma ampla, o problema da conformação no último terço do Dezoito da fase mais primorosa do Barroco Mineiro.

De forma analítica, todo este movimento que dá condições de existência a um fenômeno de acentos próprios e substantivo realce artístico como o Barroco Mineiro, pode ser lido, por um lado, a partir da especificidade econômica que cria as bases para a constituição de uma experiência social específica, e que responde ao nome síntese de “urbano”, e por outro, no que alimenta, processa e justifica a conformação daquele ambiente cultural, que nasce marcado em ferro pelas formas de representação do barroco, e que pode ser lido nos termos do que aqui foi chamado de “urbanidade”.

De forma ampla, o que matiza as voltas da cultura mineira no Dezoito, o que explica o forte desenvolvimento das construções religiosas na segunda metade do século e o lugar da fase mais vibrante do Barroco Mineiro já na virada para o Dezenove, ou ainda todo o particular desenvolvimento da música e os caminhos de organização social de seus artífices, é em larga medida uma espécie de amadurecimento daquela sociedade urbana, que toma sua forma específica exatamente na confluência de tempos distintos entre a economia, o urbano/urbanidade, e as artes na história das Minas setecentistas. Esses tempos que se superpõem em síncope, do qual o espaço, para além do palco é também elemento da dinâmica histórica, vão responder aos processos internos das Minas na estrutura de sua urbanização, na decadência do ouro, nos arranjos demográficos; mas também, às grandes questões que marcam a virada do século XVIII, apresentando o que se resume na ruptura do sistema colonial. As dimensões locais enredadas nessa conjuntura do além-mar fazem da virada do século um substantivo ponto de inflexão da história mineira, marcando direta e intensamente a experiência social e cultural do Barroco Mineiro.

Com a entrada de alguns tantos anos no Dezenove, este novo século acolheria o período final da experiência do Barroco Mineiro e a ruptura com um ambiente em que o desenvolvimento artístico se deu de forma muitíssimo acelerada. Todavia, é este mesmo movimento que produz a abertura a novas e variadas influências na cultura e nas idéias, e suprime as condições materiais que alimentavam esse mercado e ambiente artístico específico do Setecentos, fazendo com que os espaços de continuidade desse barroquismo próprio das Minas possam ser melhor verificáveis, mais como expressão cultural e muito menos em sua dimensão artística, na vivência da religiosidade nas áreas rurais do Dezenove adentro.

Um painel das construções religiosas que vão se multiplicando nas áreas que sofreram influxos populacionais na virada para o Dezenove, em freguesias que vão sendo

fracionadas e em pequenos arraiais como também em fazendas onde vão se edificando novas capelas e ermidas, a expressão arquitetônica e a decoração dos interiores obedecem a um vocabulário conhecido. A materialização desses espaços da devoção responde todavia, ainda que em regiões nas quais a economia agro-pastoril prosperava, à escassez de recursos, ou melhor, à escassez de bases para a constituição de um excedente coletivo. Assim, quando não pelo donativo de algum fazendeiro de posses, essas capelas teriam entraves sérios à continuidade de suas obras. Mas especialmente, interessa notar que se tratam de templos simples, de madeira e taipa, e que raramente conseguem promover uma decoração acabada de seus interiores. Em muito lembram os primeiros templos construídos no território mineiro, todavia revelam em detalhes a presença de um ou outro esboço que pressupõe os requintes da arte que encontrou seu desenvolvimento exemplar nas Vilas do Ouro. O gosto pelo traço sinuoso na construção do altares, por exemplo, ainda que em exemplares mais rústicos, vai marcar ainda por bom tempo o vocabulário expressivo dos artífices que se incumbiriam dessas funções. Só com menos intensidade e com maior vagar é que a influência de outros caminhos, particularmente representado pela retomada das formas clássicas, se faria sentir em áreas mais rurais, mais rústicas.

A música no Dezenove, por sua vez, ainda que respondendo a acentos estilísticos diversificados, com influências operísticas e sinfônicas —em função mesmo das mencionadas características que fazem mais direto o contado com novas influências a partir da circulação mais fácil das partituras se comparadas com modelos para a arquitetura ou as artes plásticas—, também seria atingida por aquelas conjunturas, que tal qual na arquitetura, lhe retiram as condições de desenvolvimento de um campo profissional. No que diz respeito a essas durações e permanências de certa expressão cultural do Barroco Mineiro que iria de alguma forma marcar construções de capelas no meio rural, não parecem ter correspondência na música uma vez que o serviço musical por ocasião do culto era algo bastante custoso para as irmandades e em nada compatível com a disponibilidade de recursos dessas capelas de áreas rurais no Dezenove. Já mais em meados do século, se difundiria mesmo em pequenas cidades a instituição maior da música mineira no Dezenove, as bandas. Estas, todavia, ainda que responsáveis por reabilitarem muito do repertório setecentista e preservarem assim muitas das composições originais que de outra forma mais facilmente teriam se perdido, respondem a outras forças, sendo que o repertório sacro corresponderia a só uma parte, não raro pequena, de suas atribuições. O traço essencial a se destacar, entretanto, é mesmo o do amadorismo que então guiaria essas

corporações. Mesmo em cidades em que a forte presença musical produziria tradições mais sólidas, como em São João del Rey, a existência de compositores valorosos como o padre José Maria Xavier, já se daria em um ambiente desprovido de condições para o efetivo desenvolvimento profissional e com isto a formação de uma escola de compositores, partilhando influências e produzindo variedade e continuidade nessas artes.

O quadro geral dessas transformações nos espaços das artes e da cultura promovem assim a importância do tema do embate entre o urbano e o rural para sua compreensão na chegada do Dezenove. Os últimos anos do Dezoito e as primeiras décadas do Dezenove consolidam um processo com raízes mais antigas mas que só neste momento assume força e amplitude de resultados: a ruralização. A retração da centralidade absoluta do urbano ante essa conjuntura, e a própria ruptura dos elementos que a princípio sustentavam sua reprodução —a coincidência dos espaços de produção da economia mineradora e reprodução da vida cotidiana— vão cavando a desarticulação do padrão cultural dinamizado pelas estruturas da urbanidade ali conformada. Os ritmos diferenciados desses processos entre algumas das Vilas do Ouro, no caso aqui avaliado, entre Vila Rica e São João, vão mostrando como a desarticulação do fenômeno cultural e artístico sintetizado no Barroco Mineiro deu-se a meio do caminho do amadurecimento dessa experiência, ou seja, as coisas se desarticulam antes de se completarem, definindo um ideário inconcluso e abrindo espaço para a coincidência de rupturas e continuidades no mesmo plano histórico. A sobrevivência mais explícita nos espaços do rural, entremeado dos muitos pequenos povoados que foram se formando nas Minas oitocentistas —e que fariam o futuro estado de Minas o maior em número de municípios no Brasil—, dos elementos próprios do universo artístico e cultural do Barroco Mineiro, é assim, o traço o que evidencia o tempo da permanência das estruturas da tradição onde se fez rarefeito o impulso da intensidade e dinâmica dos encontros próprios do urbano.

Fontes e Bibliografia

Fontes

Manuscritas

ACERVO CURT LANGE, BIBLIOTECA CENTRAL DA UFMG - BELO HORIZONTE

Coleção de Manuscritos

Avulsos (não numerado)

Pastas 7, 17, 19 e “La música militar em Minas Gerais (siglo XVIII)”.

ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU DA INCONFIDÊNCIA/CASA DO PILAR - OURO PRETO

“Livro de Registro de Testamentos, 1805-09”.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO - LISBOA

Documentos avulsos relativos a Minas Gerais

cx.1, doc.20 ; cx. 87, doc. 32; cx. 105, doc.67; cx. 159, doc. 16; cx. 159, doc. 15; cx. 167, docs. 1 e 3; cx. 177, docs. 51 e 52; cx. 126, doc. 47; cx. 128, doc. 36; cx. 145 doc. 10; cx. 156 doc. 40; cx. 157 docs. 11 e 23; cx. 167 doc. 55; cx. 169 doc. 9; cx. 177 doc. 26; cx. 179 doc. 18; cx. 183 doc. 14.

Obs.: documentação consultada a partir dos microfilmes custodiados pelo Arquivo Público Mineiro.

ARQUIVO NACIONAL - RIO DE JANEIRO

Vice Reinado

cx. 491, pct. 01

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO - BELO HORIZONTE

Biblioteca

“Arte de Acompanhar Regras de Cravo (1790), manuscrito de José de Torres Franco” (microfilme F. I 022 / D-4)

Avulsos

cx. 18, doc. 18

Seção Provincial e Mapas de População

Listas Nominativas de 1831/32

Listas Nominativas de 1838/40

Obs.: documentação consultada a partir do banco de dados organizado pelo Núcleo de História Econômica e Demográfica do CEDEPLAR/UFMG, sob a coordenação da Prof. Clotilde Paiva.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO - RIO DE JANEIRO

“Traços Biográficos do finado Antônio Francisco Lisboa pelo Dr. Rodrigo José Ferreira Bretas” (1858).

Lata 115, Doc. 2

MUSEU REGIONAL DO IPHAN - SÃO JOÃO DEL-REI

Testamentos

caixa 24.

Inventários

caixas 7, 8, 128, 140, 149, 196, 362, 431, 483 e C-07.

Compilação Manuscrita

“Cópias do Arquivo da Câmara Municipal de São João del Rei, 1715-22” por Samuel Soares [1919].

“Memória histórica do município de São João del Rei, 1674-1752” por Samuel Soares [1914]

Impressas

DOCUMENTOS DIVERSOS, CONTAGENS POPULACIONAIS E LEGISLAÇÃO

“Carta da Comarca de Villa-Rica sobre a derrama”. **RAPM**, Belo Horizonte (IV): 786-792, 1899.

“Causas determinantes da diminuição da contribuição das cem arrobas de ouro, apresentadas pela Camara de Mariana”. **RAPM**, Belo Horizonte (VI, vol.1): 143-151, 1901.

“Colecção sumaria das proprias Leis, Cartas Regias, Avisos e ordens que se acham nos livros da Secretaria do Governo desta Capitania de Minas Geraes, deduzidas por ordem a titulos separados”, **RAPM**, Belo Horizonte (XVI, vol.1): 331-474, 1911.

“Creação de Villas no Período Colonial”, **RAPM**, Ouro Preto (II, vol.1):81-107, 1897.

“Distritos de Arassuahy e Fanado - sujeitos ao governo da Bahia”, **RAPM**, Ouro Preto (III), 1898.

“Documentação referente a Minas Gerais existente nos Arquivos Portugueses”, **RAPM**, Belo Horizonte (XXVI), 1975.

“F. em S. J. d’El-Rey (Chegada de D. João VI)”, **RAPM**, Belo Horizonte (X, vol.4):719-21, 1906.

“População da Província de Minas Geraes”, **RAPM**, Belo Horizonte (IV, vol.2), 1899, pp.294-6.

“Traços Biographicos relativos ao finado Antonio Francisco Lisboa”, **RAPM**, Ouro Preto (I, vol.1):163-74, 1896.

Autos da Devassa – Prisão dos Letrados do Rio de Janeiro, 1794. Niterói, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro/Rio de Janeiro, UERJ, 1994.

Autos de Devassa da Inconfidência Mineira, 2.ed., Brasília, Câmara dos Deputados; Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1980, vol.1, vol.5 e vol.6.

ESCHWEGE (Barão de). “Notícias e reflexões estatísticas da província de Minas Gerais”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte (4), 1899.

MAGALHÃES, Basílio de e CARVALHO, Teófilo Feu de, “Estudo Históricos — (Controvérsias)”, **RAPM**, Belo Horizonte (XXIV, vol.1), 1933.

MATHIAS, Herculano Gomes. *Um recenseamento na capitania de Minas Gerais: Vila Rica – 1804*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1969.

CRONISTAS, MEMÓRIAS, INSTRUÇÕES, NOTÍCIAS, E OUTRAS FONTES IMPRESSAS

“Descripção geographica, topographica, historica e politica da Capitania das Minas Gerais - seu descobrimento, estado civil, político e das rendas reais (1781), **RIHGB**, Rio de Janeiro (Tomo LXXI, parte 1): 117-197, 1908-9.

“Memórias Históricas da Província de Minas Geraes”, **RAPM**, Belo Horizonte (XII), 1908, pp.523-639.

“Memórias Municipais / Archivo da Camara Municipal da Villa do Principe hoje Cidade do Serro”, **RAPM**, Ouro Preto (I, vol.4):755-97, 1896.

“Notícia Prática que dá ao R. P. Diogo Soares o Sargento-Mor José Mattol sobre os descobrimentos do famoso Rio das Mortes”. Publicação do Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei. São João del-Rei: 1975.

- ANTONIL, André João (João Antônio Andreoni). *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e Minas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- Áureo Trono Episcopal colocado nas Minas do Ouro in: ÁVILA, Affonso. *Resíduos Seiscentistas em Minas: textos do século do ouro e as projeções do mundo barroco*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros / UFMG, 1967. vol.2.
- COELHO, José João Teixeira. *Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais (1780)*. Introdução por Francisco Iglésias. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.
- COSTA, Cláudio Manuel da. *Vila Rica*. Ouro Preto: Tipografia Vila Rica, 1897.
- COUTO, José Vieira. “Memórias sobre as minas da Capitania das Minas Gerais”, **RAPM**, Belo Horizonte (X): 55-166, 1906.
- . *Memória sobre a capitania das Minas Gerais; seu território, clima e produções metálicas*. Estudo crítico de Júnia Ferreira Furtado. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.
- GONZAGA, Tomás Antônio. *Cartas Chilenas*. Org. Joaci Pereira Furtado. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MACHADO, Simão Ferreira. *Triunfo Eucarístico - Exemplar da Cristandade Lusitana ... (1734)* in: ÁVILA, Affonso. *Resíduos Seiscentistas em Minas: textos do século do ouro e as projeções do mundo barroco*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros / UFMG, 1967. vol.2.
- MATOS, Raimundo José da Cunha. “Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará”, **RIHGB**, tomo 1, 1839.
- PEDROSO, Manoel de Moraes. *Compendio musico, ou arte abreviada em que se contém as regras necessárias de cantoria, acompanhamento e contraponto*. Porto: Officina Episcopal do Capitão Manoel Pedroso Coimbra, 1751.
- REYNAL, Guillaume-Thomas François. *A Revolução da América*. Trad. Regina Clara Simões Lopes; prefácio de Luciano Raposo de Almeida Figueiredo e Oswaldo Munteal Filho. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.
- ROCHA, José Joaquim da. “Memória Histórica da capitania das Minas Gerais”, **RAPM**, Ouro Preto (II, vol.3): 425-517, 1897.
- . *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da capitania de Minas Gerais*. Estudo crítico de Maria Efigênia Lage de Resende. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.
- TRINDADE, Dom Frei José da Santíssima. *Visitas pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825)*. estudo introdutório de Ronald Polito de Oliveira. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro / Centro de Estudos Históricos e Culturais & Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 1998.
- Vasconcelos, Diogo Pereira Ribeiro de. *Breve descrição geográfica, física e política da capitania de Minas Gerais*. Estudo crítico de Carla Maria Junho Anastasia. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.

COROGRAFIAS, COMPILAÇÕES E EFEMÉRIDES

- CASAL, Manuel Aires de. *Corografia brasílica ou Relação histórico-geográfica do reino do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.
- CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João Del-Rei*. 2.ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982. 2 vols.
- FUNDAÇÃO João Pinheiro. *Códice Costa Matoso*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999.
- LOPES, Francisco Antônio. *História da Construção da igreja do Carmo e Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Publicação do SPHAN, 1942.
- MATHIAS, Herculano Gomes. *A coleção Casa dos Contos de Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1966.
- MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1981. 2 vols.
- TRINDADE, Cônego Raimundo. *São Francisco de Assis de Ouro Preto (crônica narrada pelos documentos da ordem)*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1951. (Publicações do SPHAN n.º 17)
- VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras (1664-1897)*. introdução por Edilane Maria de Almeida Carneiro e Marta Eloísa Melgaço Neves. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro / Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998. 3 vols.
- VILHENA, Luís dos Santos. *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasília (1802)*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1921.

VIAJANTES

- BUNBURY, Charles James Fox. *Viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais (1833-1835)*. Trad. Helena Garcia de Sousa. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.
- BURMEISTER, Hermann. *Viagem ao Brasil: através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais (visitando especialmente a história natural dos distritos auri-diamantíferos)*. trad. Manoel Salvaterra e Hubert Schoenfeldt. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1952.
- LANGSDORFF, Georg Heinrich von. *Os diários de Langsdorff*. organizador: Danuzio Gil Bernardino da Silva, editores: Bóris Nikolaevich Komissarov ... [et al.]. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff, Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 1997-98. 3 vols.
- LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.
- MAWE, John. *Viagens ao Interior do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.
- POHL, Johann Emanuel. *Viagem no Interior do Brasil*. Trad. Milton e Eugênio Amado. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.
- RUGENDAS, João Maurício. *Viagem Pitoresca através do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais (1822)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.
- . *Viagem às nascentes do Rio São Francisco*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.
- . *Viagem pela Província do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.
- . *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.
- SEIDLER, Carl. *Dez anos no Brasil*. trad. Bertholdo Klinger. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.
- SPIX, Johann Baptist von & MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. Trad. Lucia Furquim Lahmeyer. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1981. 3 vols.
- WALSH, Robert. *Notícias do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1985. 2 vols.

ICONOGRAFIA

- AGUILAR, Nelson (curador geral). *O olhar distante / The distant view*. catálogo da Mostra do Redescobrimento - 2000 (Parque Ibirapuera, SP). São Paulo: Associação Brasil 500 Anos / Artes Visuais, 2000.
- BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos viajantes*. São Paulo: Metalivros; Salvador: Fundação Emilio Odebrecht, 1994. 3 vols.
- GRAVATÁ, Hélio, ÁVILA, Affonso (orgs.). “Iconografia Mineira do Período Colonial”. *Revista Barroco*, Belo Horizonte (13), 1984/5.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: FUPAM, EDUSP, Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- Revista Oceanos*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, número 41 (“A Construção do Brasil Urbano”), jan.-mar., 2000
- RUGENDAS, Johann Moritz. *Viagem pitoresca através do Brasil*. trad. Sérgio Milliet. 4.ed. São Paulo: Martins, 1949.
- WAGNER, Robert, BANDEIRA, Júlio. *Viagem ao Brasil nas aquarelas de Thomas Ender, 1817-1818*. Petrópolis: Kapa Editorial, 2000. 3 vols.
- WALSH, Robert. *Notícias do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1985. 2 vols.

REFERÊNCIA

- ANDRADE, Mário de, 1989. *Dicionário musical brasileiro*. Belo Horizonte, Itatiaia/ Brasília, Ministério da Cultura/ São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros da USP/ São Paulo, EDUSP.
- ÁVILA, Cristina (org.). *Hélio Gravata: resgate bibliográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro / Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998. 2 vols.
- BARBOSA, Elmer Corrêa, org., 1978. *O ciclo do ouro; o tempo e a música do barroco católico; catálogo de um arquivo de microfilmes; elementos para uma história da arte no Brasil*. Rio de Janeiro, PUC / FUNARTE / Xerox. Pesquisa por Elmer C. Corrêa Barbosa. Assessoria no trabalho de campo por Adhemar Campos Filho e Aluizio José Viegas. Catalogação das músicas do séc. XVIII por Cleofe Person de Mattos.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.
- BOSCHI, Caio César (coord.). *Inventário dos manuscritos avulsos relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro / Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998. 3 vols.
- COSTA, José Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais - com estudo histórico da divisão territorial e administrativa*. 2.ed. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1997.
- MARCONDES, Marcos Antônio (org.). *Enciclopédia da música brasileira: erudita, folclórica e popular*. 2.ed. (rev. e ampl.) São Paulo: Art. Editora / Itáu cultural, 1998.
- MARTINS, Judith. *Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Publicações do IPHAN, 1974. 2 vols.
- MORAES E SILVA, António de. *Dicionário da Língua Portuguesa, recopilado dos vocabulários impressos até agora, segunda edição novamente emendado e muito acrescentado*. 2ª ed. Lisboa, 1813. 2 vols.
- MUSEU DA INCONFIDÊNCIA (OURO PRETO, MG). *Acervo de manuscritos musicais: Coleção Francisco Curt Lange / Compositores mineiros dos séculos XVIII e XIX*. Coord. Regis Duprat. Belo Horizonte: UFMG, 1991.
- . *Acervo de manuscritos musicais: Coleção Francisco Curt Lange / Compositores não-mineiros dos séculos XVI a XIX*. Coord. Regis Duprat. Belo Horizonte: UFMG, 1994.

Referências Bibliográficas

- ABREU, João Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- . *Capítulos de História Colonial, 1500-1800*. 7.ed. rev. anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000. (Col. Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro)
- ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO: J. Zahar, 1987.
- AGUIAR, Marcos Magalhães de. *Vila Rica dos Confrades: a sociabilidade entre negros e mulatos no século XVIII*. São Paulo: FFLCH/USP, 1993. (Dissertação de Mestrado em História)
- ALGRANTI, Leila Mezan. “Famílias e vida doméstica” in: MELLO E SOUZA, Laura de (org.). *História da Vida Privada no Brasil (vol.1): cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- AMADO, Janaína. “Região, Sertão e Nação”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro (15), 1995.
- ANASTASIA, Carla M. J.. “Salteadores, Bandoleiros e Desbravadores nas Matas Gerais da Mantiqueira (1783-1786) in: PRIORI, Mary del (org.). *Revisão do Paraíso: os brasileiros e o Estado em 500 anos de história*. Rio de Janeiro, Campus, 2000.
- . *Vassalos e Rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do Século XVIII*, Belo Horizonte, C/Arte, 1998.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. *As Impurezas do Branco*. 4.ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1978.
- . *Poesia Completa e Prosa*. Rio de Janeiro: José Aguilar Editora, 1973.
- ARAÚJO, Renata Melcher. *As cidades da Amazônia no século XVIII; Belém, Macapá e Mazagão*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1992. (Dissertação de Mestrado em História da Arte)
- ARINOS, Afonso. *Histórias e Paisagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1921.
- ASSUMPÇÃO, Livia Romanelli d'. “Considerações sobre a formação do espaço urbano setecentista nas Minas”. *Revista do Departamento de História*, FaFiCH-UFMG, Belo Horizonte (9): 130-140, 1989.
- ÁVILA, Affonso. “As Minas Gerais: condicionantes de um processo urbano-cultural”, *Análise e Conjuntura*, Belo Horizonte (v.5, n.1):76-83, jan./abr., 1990.
- . “O Teatro em Minas Gerais: séculos XVIII e XIX”. *Revista Barroco*. Belo Horizonte (9):53-97, 1977.
- BAIROCH, Paul. *Cities and Economic Development: from the dawn of history to the present*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.
- BARBOSA, Roberta Martinelli e. *Temor e Revolta: O Medo na Cidade do Rio de Janeiro Setecentista*. Niterói: ICHF / UFF, 2001. (Dissertação de Mestrado em História)
- BARREIROS, Eduardo Canabrava. *As Vilas del-Rei e a cidadania de Tiradentes*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1976.
- BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte, memória histórica e descritiva*. Belo Horizonte: Rex, 1936.
- . *Resumo histórico de Belo Horizonte: 1701-1947*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1950.
- BAZIN, Germain. *A arquitetura religiosa no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1989. 2 vols.
- . *O Aleijadinho e a escultura barroca no Brasil*. trad. Marisa Murray. Rio de Janeiro: Record, 1971.
- BÉHAGUE, Gérard. “Música Mineira Colonial à luz de novos manuscritos”, *Revista Barroco* 3: 15-27, 1971.
- BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas III — Charles Baudelaire, Um Lírico no Auge do Capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BERGAD, Laird W.. “Demographic Change in a Post-Export Society: The Population of Minas Gerais, Brazil, 1776-1821”. *Journal of Social History*, vol.29(4): 895-932, 1996.
- . *Slavery and the Demographic and Economic History of Minas Gerais, Brazil, 1720-1888*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar. A Aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BESSA, Antônio Luiz de. *História Financeira de Minas Gerais em 70 anos de República*. Prefácio de Francisco Iglésias. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Fazenda, 1981.
- BICALHO, Maria Fernanda Baptista. “As Câmaras Municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro”, *Revista Brasileira de História*, São Paulo (vol.18, n.36): 251-80, 1998.
- . “As câmaras ultramarinas e o governo do Império” in: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

- . “As Representações da Câmara do Rio de Janeiro ao Monarca e as Demonstrações de Lealdade dos Súditos Coloniais. Séculos XVII e XVIII” in: *O Município no Mundo Português. Seminário Internacional - Anais*. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico / Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1998.
- . “O Urbanismo Colonial em Questão: o exemplo do Rio de Janeiro nos Séculos XVII e XVIII”, *Estudos Ibero-americanos*, Porto Alegre (XXIV, n.1): 31-57, 1998.
- BINDER, Fernando Pereira; CASTAGNA, Paulo. “Teoria musical no Brasil: 1734-1854”. *Revista Eletrônica de Musicologia*, Paraná 1(2), dez. 1996.
- BORGES, Célia Aparecida Resende Maia. *Devoção branca de homens negros: as irmandades do Rosário em Minas Gerais no século XVIII*. Niterói: ICHF/UFF, 1998. (Tese de Doutorado em História)
- BOSCHI, Caio César Os *Leigos e o Poder (irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais)*. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- . “‘Como os filhos de Israel no deserto?’ (ou: a expulsão de eclesiásticos em Minas Gerais na 1ª metade do século XVIII)”, *Varia História*, Belo Horizonte (21) junho: 119-141, 1999.
- . “A presença religiosa” in: BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (diretores). *História da Expansão Portuguesa* (vol. 3: O Brasil na Balança do Império, 1697-1808). Lisboa: Temas e Debates, 1998.
- . “A universidade de Coimbra e a formação intelectual das elites mineiras coloniais” in: *Universidade(s): história, memória, perspectivas (Actas do Congresso “História da Universidade”, 5 a 9 de março de 1990)*. Coimbra: Comissão Organizadora do Congresso “História da Universidade”, 1991. vol.5.
- . “Colonização, Poder e Urbanismo no Brasil Setecentista” in: *Anais do I Colóquio de Estudos Históricos Brasil-Portugal*. Belo Horizonte: PUC Minas, 1994.
- . *Barroco Mineiro: artes e trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. “População e escravidão nas Minas Gerais, c. 17201”. *Anais eletrônicos do 12º Encontro da Associação Brasileira de Estudos de População - ABEP*. Belo Horizonte: ABEP, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1998.
- . *O poder simbólico*. trad. Fernando Tomaz. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- BOXER, C. R.. *A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial — 1695-1750*. Trad. Nair de Lacerda. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. (Col. Brasiliana, 341)
- BRANDÃO, Domingos Sávio Lins. *O sentido social da música em Minas colonial*. Belo Horizonte: FaFiCH/UFMG, 1993. (Dissertação de Mestrado em Sociologia)
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo. Séculos XV-XVIII*. Trad. Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1995-6. 3 vols.
- . *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. Lisboa: Martins Fontes, 1983-1984. 2 vols.
- BRESCIANI, Maria Stella. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985
- CAMPOS, Adalgisa Arantes, “Considerações sobre a pompa fúnebre na capitania das Minas —o século XVIII”, *Revista do Departamento de História da UFMG*, Belo Horizonte (4): 3-24, 1987.
- . “Irmandades Mineiras e Missa”, *Varia História*, Belo Horizonte (16): 66-76, set., 1996, pp. 70-6.
- . *A Terceira Devoção do Setecentos Mineiro: o culto a São Miguel e Almas*. São Paulo: FFLCH / USP, 1994. (Tese de Doutorado em História)
- CARPINTÉRO, M. V. T. “Imagens do conforto: a casa operária nas primeiras décadas do século XX em São Paulo” in: BRESCIANI, Maria Stella. (org.) *Imagens da cidade : séculos XIX e XX*. São Paulo: Marco Zero, 1993.
- CARRARA, Angelo Alves. *Agricultura e Pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807)*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1997. (Tese de Doutorado em História)
- CARVALHO, Feu de. *Pontes de Chafarizes de Ouro Preto*. Belo Horizonte: Edições Históricas, s.d.
- CARVALHO, Orlando M.. *Problemas Fundamentais do Município*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHALHOUB, Sidney. *A cidade febril : cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- CHAVES, Cláudia Maria. *Perfeitos negociantes: mercadores das Minas Setecentistas*. São Paulo: AnnaBlume, 1998.
- CONDURU, Roberto. “Araras Gregas: a questão do neoclassicismo anterior à missão artística francesa na história da arquitetura no Brasil”, *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro (30), 1998.
- CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny (orgs.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.
- CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Lisboa: Livros Horizonte, 1984. 4 vols.
- COSTA, Cláudio Manuel da. *Vila Rica*. Ouro Preto: Tipografia Vila Rica, 1897.
- COSTA, Iraci Del Nero da. *Minas Gerais: estrutura populacionais típicas*. São Paulo: EDEC, 1982.
- . *Minas Gerais: estruturas populacionais típicas*. São Paulo: EDEC, 1982.

- . *Populações mineiras – sobre a estrutura populacional de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981.
- . *Vila Rica: população (1719-1826)*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1979.
- . *Vila Rica: população (1719-1826)*. São Paulo: IPE/USP, 1979.
- CRUZ, Gisele Thiel Della. “A Higienização da Cidade: Rio Grande no final do século XIX” in: *Anais eletrônicos do 6º Seminário de História da Cidade e do Urbanismo: Cinco séculos de Cidade no Brasil*, Natal, PPGAU/UFRN, 2000.
- CUNHA, Pedro Octávio Carneiro da. “A fundação de um império liberal / 1. As origens” in: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira (O Brasil Monárquico)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962. Tomo II, vol. 1.
- CURT LANGE, Francisco. “A música no período colonial em Minas Gerais” in: *Seminário sobre a cultura mineira no período colonial*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura, 1979.
- . “A organização musical durante o período colonial brasileiro”. *V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, Coimbra, 1966.
- . “História da Música na Capitania Geral das Minas Gerais II. A Irmandade de São José dos Homens Pardos ou Bem Casados”. *AMI*, Ouro Preto (VI), 1979.
- . “Pesquisas Luso-Brasileiras”. *Revista Barroco*, Belo Horizonte (11): 71-142, 1981.
- . *História da música na Capitania Geral das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1983. (vol.8 - Vila do Príncipe do Serro do Frio e Arraial do Tejuco).
- . *História da Música nas Irmandades de Vila Rica*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1979-1981. 5 vols.
- . *História da Música nas Irmandades de Vila Rica. A freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura, 1981.
- DAVENPORT, Nancy. “European sources for The Prophets at Congonhas do Campo”, *Revista Barroco* 7: 15-20, 1975.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “A interiorização da metrópole (1808-1853)” in: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822 – Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- ELLIS, Myriam. “Contribuição ao estudo do abastecimento das zonas mineradoras do Brasil no século XVIII”. *Revista de História*, São Paulo (36) out.-dez.: 429-467, 1958.
- FALCON, Francisco José Calazans. “A Época Pombalina e as Luzes” in *Congresso Internacional Portugal no Século XVIII, de D. João à Revolução Francesa*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Estudos do século XVIII / Universitária Editora, 1991.
- . “Da Ilustração à Revolução —percurso ao longo do espaço-tempo setecentista”. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro 4(1): 53-87, jan./jun. 1989.
- . “Luzes e Revolução na Colônia”, *Estudos Avançados*, USP, São Paulo 2 (2): 72-85, mai/ago, 1988.
- . *A Época Pombalina, Política Econômica e Monarquia Ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982.
- FIGUEIREDO, Cecília Maria Fontes. “Festas e urbanidade em Mariana no século XVIII: as relações entre as festas e a organização da vida urbana”, *Revista do IFAC*, Mariana (2):62-67, dez.1995.
- FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. “Aspectos da evolução histórica, da sociedade e economia na região de São João del Rei, Tiradentes e Prados - Minas Gerais” [texto não publicado, desenvolvido para o projeto “Aspectos sócio-econômicos do ouro na região de São João Del-Rei - MG”), CNPq / UFMG / UERJ / CPQ, 1982.
- . “Das arcas coloniais ao Palácio de Queluz: dilemas luso-brasileiros no governo da fazenda real nas *Memórias* do códice 807”. [texto inédito para a *RIHGB*]
- . “Furores Sertanejos na América portuguesa: rebelião e cultura política no sertão do rio São Francisco, Minas Gerais – 1736”. *Revista Oceanos*. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, número 40 (“Fronteiras do Brasil Colonial”), out.-dez., 1999.
- . “Painel Histórico” in: PROENÇA FILHO, Domicio (org.). *A Poesia dos Inconfidentes - Poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1996.
- . “Protesto, revoltas e fiscalidade no Brasil colonial”. *LPH – Revista de História*. Mariana (5): 56-88, 1995.
- . “Tributação, sociedade e administração fazendária em Minas no século XVIII”, *AMI*, Ouro Preto (IX): 96-110, 1993.
- . *Barrocas Famílias - Vida familiar em Minas Colonial*. São Paulo, HUCITEC, 1997.
- . *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro/Brasília: J. Olympio/Edunb, 1993.
- . *Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América Portuguesa: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761*. São Paulo: FFLCH/USP, 1996 (Tese de Doutorado em História Social).

- FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. MUNTEAL FILHO, Oswaldo. "Prefácio" in: REYNAL, Guillaume-Thomas François, *A Revolução da América*. Trad. Regina Clara Simões Lopes. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.
- FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras, uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FONSECA, Cláudia Damasceno. "Agentes e contextos das intervenções urbanísticas nas Minas Gerais do século XVIII". *Revista Oceanos*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, número 41 ("A Construção do Brasil Urbano"), jan.-mar., 2000.
- . "Do arraial à cidade: a trajetória de Mariana no contexto do urbanismo colonial português" in: CARITA, Helder e ARAÚJO, Renata (coords.). *Universo Urbanístico Português 1415-1822 (Colectânea de Estudos)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.
- . "História urbana de Mariana: primeiros estudos." *LPH: Revista de História*, Ouro Preto (5): 122-137, 1995.
- . "O espaço urbano de Mariana: sua formação e suas representações" in: *Termo de Mariana: história e documentação*, Mariana, Imprensa Universitária da UFOP, 1998.
- . "O espaço urbano de Mariana: sua formação e suas representações." *LPH: Revista de História*, Ouro Preto (7): 67-107, 1997.
- . *Pouvoir, ville et territoire. Production et représentation de l'urbain dans le Minas Gerais à l'époque coloniale, 1700-1822*. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2001. (Tese de Doutorado em História Urbana)
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2 ed. rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda Baptista. e GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- . "Uma leitura do Brasil Colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império". *Penélope*, Lisboa (23): 67-88, 2000.
- FRIDMAN, Fania. "Três Vilas da Província Fluminense" in: *Anais eletrônicos do 6º Seminário de História da Cidade e do Urbanismo: Cinco séculos de Cidade no Brasil*. Natal: PPGAU/UFRN, 2000.
- . *Donos do Rio em nome do Rei: Uma história da propriedade fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Garamond / Jorge Zahar Editor, 1999.
- FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livreria do Cônego; Como era Gonzaga?; e Outros temas mineiros*. 2.ed. rev. e aum. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.
- FURTADO, João Pinto. "Uma república entre dois mudos: Inconfidência Mineira, historiografia e temporalidade", *Revista Brasileira de História*, São Paulo (vol.21 n.42): 343-363, 2001.
- . *Inconfidência Mineira: crítica histórica e diálogo com a historiografia*. São Paulo: FFLCH/USP, 2000. (Tese de Doutorado em História)
- FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de Negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- . *Olhos de Madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- GLOTZ, Gustave, *A cidade grega*, São Paulo, Difel, 1980.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. "Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770)", *Estudos Econômicos*, São Paulo 13(1): 719-732, 1983.
- GODOY, Marcelo Magalhães. "Engenhos do Dezenove - A agroindústria da cana-de-açúcar em Minas Gerais" in: *Anais do IV Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*. São Paulo: FAPEMIG, Anna Blume, Nova Stella, 1993.
- . "Os engenheiros entre a norma e a clandestinidade: as relações entre o Estado e a agroindústria canavieira em Minas Gerais no século XIX" in: *IX Seminário de Economia Mineira (Diamantina, 1986): Anais*. Belo Horizonte: CEDEPLAR / UFMG, 2000.
- . *Intrépidos Viajantes e a Construção do Espaço: uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FaCE/UFMG, 1996. (Texto para Discussão n.º 109)
- GOMBRICH, Ernest Hans. *Arte e Ilusão: um estudo da psicologia da representação pictórica*. trad. Raul de Sá Barbosa. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- GOMES, Maria do Carmo A. Andrade e CÂNDIDO, Maria Inez. *Urbanização e decadência da mineração*. Belo Horizonte: FaFiCH/UFMG, 1979. (Monografia de conclusão do curso de História)
- GORDON CHILDE, V.. *Man Makes Himself* apud LEGATES, Richard T., STOUT, Frederic (eds.). *The City Reader*. London / New York: Routledge, 1996.
- GOUBERT, Pierre. *L'Ancien Régime. Tome 1: La Société*. 3.ed. Paris: Librairie Armand Colin, 1969.

- GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste: elite mercantil e economia de subsistência em São João del Rei (1831-1888)*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1998. (Tese de Doutorado em História)
- GRUZINSKI, Serge. *O Pensamento Mestiço*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- GUERRA, Antônio. *Pequena História do Teatro, Circo, Música e Variedades em São João del-Rei - 1717 a 1967*. Juiz de Fora: Sociedade Propagadora Esdeva - Lar Católico, 1968.
- GUERZONI FILHO, Gilberto. *Política e crise do sistema colonial em Minas Gerais (1768-1808)*. Belo Horizonte: FaFich/UFGM, 1983. (Dissertação de Mestrado em Ciência Política)
- GUIMARÃES, Carlos Magno e REIS, Liana Maria. "Agricultura e caminhos de Minas (1700/1750)". *Revista do Departamento de História*, FaFICH-UFGM, Belo Horizonte (4) junho: 85-99, 1987.
- . "Agricultura e Escravidão em Minas Gerais (1700/1750)". *Revista do Departamento de História*, FaFICH-UFGM, Belo Horizonte (2) junho: 7-36, 1986.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*, trad. Flávio R. Kothe, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HANSEN, Carl A.. *Economia e sociedade no Portugal Barroco*. Lisboa: Dom Quixote, 1986.
- HANSEN, João Adolfo. "Razão de Estado" in: MORAES, Adauto (org.). *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- . "Teatro da memória: monumento barroco e retórica", *Revista do IFAC*, Mariana (2):40-54, dez.1995
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 2.ed. São Paulo: Loyola, 1993
- . *Social Justice & the City*. London: E. Arnold, 1976.
- HESPANHA, Antônio Manuel, XAVIER, Ângela Barreto. "A representação da sociedade e do poder" in: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. [vol. 4 - *O Antigo Regime (1620-1807)*].
- HESPANHA, Antônio Manuel. *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político. Portugal, séc. XVII*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.
- HITCHCOCK, Henry-Russell. *German Rococo: The Zimmermann Brothers*. London: Allen Lane The Pinguin Press, 1968.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Raízes do Brasil*, 26. ed., São Paulo, Companhia das letras, 2001.
- . "Metais e Pedras Preciosas" in: *História Geral da Civilização Brasileira (A Época Colonial)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960. Tomo I, vol. 2.
- . *Livro dos Prefácios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- IGLÉSIAS, Francisco. "Elementos para uma História Econômica da Capitania de Minas Gerais", *Revista da Faculdade de Ciências Econômicas da UMG*, 1952.
- . "Minas e a imposição do Estado no Brasil", *Revista da História*, São Paulo 50(100), 1974.
- . "Minas Gerais" in: *História Geral da Civilização Brasileira (O Brasil Monárquico)*. 3.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972. Tomo II, Volume 2.
- . *Minas Gerais: Os viajantes estrangeiros*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970. (Suplemento literário do *Minas Gerais* - edição especial do 4º aniversário)
- . *Três Séculos de Minas*. Belo Horizonte: Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, 1985. (Cadernos de Minas, 1)
- JACOBS, Jane. *The Economy of Cities*. Penguin Books: Harmondsworth, Middlesex (England), 1972.
- JANCÓS, István. "A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII" in: MELLO E SOUZA, Laura de (org.). *História da Vida Privada no Brasil (vol.1): cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- . *Na Bahia, contra o Império: história do ensaio de sedição de 1798*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- JARDIM, Luís. "A pintura decorativa em algumas igrejas antigas de Minas". *RPHAN*, n.º 3, 1939
- KANTOR, Iris. "Notas sobre aparência e visibilidade social nas cerimônias públicas em Minas setecentista". *Pós-História*, Assis-SP (6): 163-174, 1998.
- . "Tiranía e fluidez da etiqueta nas Minas setecentistas". *LPH: Revista de História*. Ouro Preto (5): 112-121, 1995.
- . *Pacto Festivo em Minas Colonial: a entrada triunfal do primeiro bispo na Sé de Mariana*. São Paulo: FFLCH/USP, 1996. (Dissertação de Mestrado em História)
- KANTOROWICZ, Ernest H.. *Os dois corpos do rei*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. trad. Luciana Vilas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro: EDUERJ, Contraponto, 1999.
- LAPA, M. Rodrigues. *A Casa de Ópera de Vila Rica*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1968. (Suplemento literário do *Minas Gerais*, n.º 73, 20/01/1968)

- LASLETT, Peter. *The world we have lost: further explored*. 3.ed. New York: Charles Scribner's Sons, 1983.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: UNICAMP, 1994.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. trad. Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.
- . *Du rural a l'urbain*. Paris: Anthropos, 1970.
- . *El derecho a la ciudad*. trad. J. Gonzalez-Pueyo. 2.ed. Barcelona: Península, 1973.
- . *La production de l'espace*. 3.ed. Paris: Anthropos, 1986.
- . *O direito à cidade*. trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Moraes, 1991.
- . *Tiempos equívocos*. trad. José Francisco Ivars e Juan Isturiz Izco. Barcelona: Kairos, 1976.
- LEITE, Mário. *Paulistas e Mineiros: plantadores de cidades*. São Paulo: EDART, 1961.
- LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação (O Abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808-1842)*. 2.ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Educação, 1993.
- LEVY, Hanna. "Modelos europeus na pintura colonial", *RPHAN*, n.º 8: 7-66, 1944, pp.7-8.
- LEVY, Maria Bárbara. "Crédito e Circulação Monetária na Economia da Mineração" in: *III Seminário de Economia Mineira (Diamantina, 1986): Anais*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1986.
- LEWKOWICZ, Ida. *Vida em Família: caminhos da igualdade em Minas Gerais – séculos XVIII e XIX*. São Paulo: FFLCH / USP, 1992. (Tese de Doutorado em História)
- LIBBY, Douglas Cole. "Protoindustrialização em uma sociedade escravista: o caso de Minas Gerais" in: Tamás SZMERECSENYI (org.), *História Econômica da Independência e do Império*, São Paulo, HUCITEC, 1996.
- . "Reconsidering textile production in late colonial Brazil: New evidence from Minas Gerais". *Latin American Research Review*, v.32, 1997.
- . *Transformação e Trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LIMA JÚNIOR, Augusto de. *Vila Rica de Ouro Preto: síntese histórica e descritiva*. Belo Horizonte: Ed. do autor, 1957.
- LINHARES, Maria Yedda. Leite. "O Brasil no século XVIII e a Idade do Ouro: a propósito da problemática da decadência" in: *Seminário sobre a cultura mineira no período colonial*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura, 1979.
- LOPES, Francisco Antônio. *História da Construção da igreja do Carmo de Ouro Preto*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 1942 (Publicações do SPHAN).
- LOPES, José da Paz. *Uma corporação religiosa; vida e obra da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo, da Vila de São João Del Rei*. Belo Horizonte, 1968. (Tese de concurso para Cátedra de História do Colégio Estadual de Minas Gerais)
- LOUSADA, Maria Alexandre. *Espaços de sociabilidade em Lisboa: finais do século XVIII a 1834*. Lisboa: Faculdade de Letras / Universidade de Lisboa, 1995. 2 vols. (Tese de doutorado em Geografia Humana).
- LUNA, Francisco Vidal e CANO, Wilson. *Economia Escravista em Minas Gerais. Cadernos IFCH*. Campinas: UNICAMP, n. 10, out., 1983.
- LUNA, Francisco Vidal e COSTA, Iraci Del Nero da. "Contribuição ao estudo de um núcleo urbano colonial: Vila Rica – 1804". *Estudos Econômicos*, São Paulo, 8(3), 41-68, 1978.
- LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso império*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.
- MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*. 4.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero. "As novas fronteiras do Brasil" in BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (dir.). *História da Expansão Portuguesa (vol. 3: O Brasil na Balança do Império, 1697-1808)*. Lisboa: Temas e Debates, 1998.
- MARCÍLIO, Maria Luíza. *A cidade de São Paulo: povoamento e população 1750-1850, com base nos registros paroquiais e nos recenseamentos antigos*. trad. da autora. São Paulo: Pioneira, Universidade de São Paulo, 1974.
- MARTINS FILHO, Amílcar e MARTINS, Roberto Borges. Slavery in a nonexport economy: nineteenth century Minas Gerais revisited. *Hispanic American Historical Review*, 63 (3), pp.537-568, August 1983.
- MARTINS, José de Souza(org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- . *Introdução Crítica à Sociologia Rural*. 2.ed. São Paulo: HUCITEC, 1986.
- MARTINS, Roberto Borges. "Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego a escravidão numa economia não-exportadora". *Estudos Econômicos*. São Paulo: 13(1), FIPE/USP, 1983.
- . *Growing in Silence: the slave economy of nineteenth century Minas Gerais, Brazil*. Tennesse: Vanderbilt University, 1980. (Tese de Doutorado)
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. Livro Terceiro: O Processo Global da Produção Capitalista. (Col. Os Economistas).
- MARX, Murillo. "Arraiais Mineiros: relendo Sylvio de Vasconcellos". *Revista Barroco*. Belo Horizonte (15), 1990-1992.

- MASSARA, Mônica (coord.), “Evolução urbana de Ouro Preto nas primeiras décadas do século XVIII”, *Revista do Departamento de História*, FaFiCH-UFMG, Belo Horizonte (9): 141-148, 1989.
- MATOS, Maria Izilda S. de. “Cidade: experiências urbanas e a historiografia” in: *Cidades Brasileiras: políticas urbanas e dimensão cultural*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros / Universidade de São Paulo, 1998.
- MATTOS, Ilmar Rohloff. *O Tempo Saquarema: A Formação do Estado Imperial*. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994.
- MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Bahia, Século XIX: Uma Província no Império*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1992.
- MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da Devassa. A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal, 1750-1808*. Trad. João Maia. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- . *Chocolates, Piratas e outros Malandros: ensaios tropicais*. Trad. Irene Hirsch, Lourenço de Oliveira... {et. al.}. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- . *Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo*. Trad. Antônio de Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- MELLO E SOUZA, Laura de. “A viagem de um magistrado: Caetano da Costa Matoso a caminho de Minas Gerais em 1749”. *Varia História*, Belo Horizonte (21) junho: 381-389, 1999.
- . Laura de. “Frontière géographique et frontière sociale à Minas Gerais dans la seconde moitié du XVIII^e siècle” in: MATTOSO, Kátia Queirós [et al.]. *Naissance du Brésil Moderne: 1500-1808*. Paris: Presses de l’Université de Paris / Sorbone, 1998.
- . “Os ricos, os pobres e as revoltas nas Minas do século XVIII”. *Análise e Conjuntura*, Belo Horizonte (v.4, n.2/3), mai/dez. 1989
- . *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- . *Norma e Conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- MELLO, Suzy de. *Barroco Mineiro*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- MENESES, José Newton C.. “Domínio privado e abastecimento alimentar no espaço urbano colonial das Minas Gerais setecentistas: os quintais no Arraial do Tejuco e na Vila do Príncipe” in: *Anais do VI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo: cinco séculos de cidade no Brasil – outubro de 2000, Natal, RN*. Natal: PPGAR/UFRN - ANPUR, 2000.
- . *O Continente Rústico. Abastecimento alimentar em Minas Gerais setecentista*. Diamantina: Maria Fumaça Editora, 2000.
- MENEZES, Ivo Porto de. *Manoel da Costa Athaide*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 1965.
- MONTEIRO, Maurício Mário. *João de Deus de Castro Lobo e as práticas musicais nas associações religiosas de Minas Gerais (1794-1832)*. São Paulo: FFLCH/USP, 1995. (Dissertação de Mestrado em História).
- MONTE-MÔR, Roberto Luís de Melo. *A fisionomia das cidades mineradoras*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FaCE/UFMG, 2001. (Textos para Discussão n.º 163)
- . *Gênese e Estrutura da Cidade Mineradora*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FaCE/UFMG, 2001. (Textos para Discussão n.º 164)
- MORAES, Geraldo Dutra de. *Música barroca mineira*. São Paulo: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 1975.
- MORALES DE LOS RIOS, Adolfo. “Subsídios para a história da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo Especial consagrado ao Primeiro Congresso de História Nacional; Parte I: 989-1350, 1914.
- MORSE, Richard McGee. *Formação histórica de São Paulo (de comunidade a metrópole)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- . *O espelho do próspero*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MOTT, Luiz. “Modelos de santidade para um clero devasso: a propósito das pinturas do Cabido de Mariana, 1760”, *Revista do Departamento de História*, UFMG, Belo Horizonte (9):96-120, 1989.
- MOTTA, Rosemary Tofani. *Baptista Caetano de Almeida: um mecenas do projeto civilizatório em São João d’El-Rei no início do século XIX - a biblioteca, a imprensa e a sociedade literária*. Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia / UFMG, 2000. (Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação)
- MUNFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. trad. Neil R. da Silva. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- . *A cultura das cidades*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1969.
- NEEDELL, Jeffrey D.. *Belle Époque tropical; sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- NEVES, Guilherme Pereira das. “Bahia, 1798: uma leitura colonial da Revolução Francesa (a propósito da tradução portuguesa de um texto de Jean-Louis Carra)”. *Acerco: Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro 4(1): 121-125, jan./jun. 1989.
- . “De 1789 a 1798: percursos da francesia na Bahia”, *Revista da SBPH - Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, Curitiba (18): 93-101, 2000.

- . “Um Mundo ainda Encantado: Religião e Religiosidade ao fim do Período Colonial”. *Revista Oceanos*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, número 42 (“Viver no Brasil Colônia”), abr.-jun., 2000.
- . *E Receberá Mercê: a Mesa da Consciência e Ordens e o clero secular no Brasil - 1808-1828*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das. FERREIRA, Tânia Maria T. Bessone da C.. “O medo dos ‘abomináveis’ princípios franceses: a censura dos livros nos inícios do século XIX no Brasil”. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro 4(1): 113-119, jan./jun. 1989.
- NICOLAEFF, Alex. “Igrejas Rococó em Minas e na Baviera”, *Barroco*, Belo Horizonte (15): 395-400, 1990/92.
- NOVAIS, Fernando A., “Condições da Privacidade na Colônia” in: MELLO E SOUZA, Laura de (org.), *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*, São Paulo, Companhia das Letras, 1997.
- . *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 6ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1995.
- OLIVEIRA, Francisco de. “O Estado e o Urbano”. *Espaço e Debates*. São Paulo, 1982.
- OMEGNA, Nelson. *A cidade colonial*. 2.ed. Brasília: EBRASA, 1971.
- PAES, Maria Paula Dias Couto, *O Teatro do Controle: prudência e persuasão nas Minas do Ouro*, Belo Horizonte, FaFiCH / UFMG, 2000 (Dissertação de Mestrado em História).
- PAIVA, Clotilde Andrade. *População e Economia nas Minas Gerais do século XIX*. São Paulo: USP, 1996. (Tese de Doutorado em História).
- PAIVA, Eduardo França. “Mestiço e Impermeável: o universo cultural e a urbe nas Minas Gerais, séculos XVIII, XIX e XX” in: *Anais do VI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo: cinco séculos de cidade no Brasil – outubro de 2000*, Natal, RN, Natal, PPGAR/UFRN - ANPUR, 2000.
- . *Escravidão e Universo Cultural na Colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- PASSOS, Zoroastro Vianna. *Em torno da História de Sabará*. Rio de Janeiro: Estat. de Artes Gráf., 1940.
- PAULA, Floriano Peixoto de. “Vilas de Minas Gerais no Período Colonial”, *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte (19): 275-84, 1965.
- PAULA, João Antônio de. “A Modernidade Aprisionada”. *Revista Locus*. Belo Horizonte, v.2, n. 1, 1996.
- . “O processo de urbanização nas Américas no século XVIII”. *História e Perspectivas*, v.11, 1996.
- . “Os limites da industrialização colonial: a industrialização em Minas Gerais no século XVIII”. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte (58): 63-104, 1984.
- . *O Prometeu no Sertão: economia e sociedade da Capitania das Minas dos Matos Gerais*. São Paulo: FFLCH / USP, 1988. (Tese de doutorado em História)
- . *Raízes da Modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. *Os Homens de Negócio da praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade Nova de Lisboa, 1995. (Tese de Doutorado em Sociologia Histórica)
- PEIXOTO, Léa Quintiere Rodrigues. *Principais Antigos Caminhos Fluminenses para as Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Imprensa Estadual, 1951.
- PIGNATARO, Marly S. M.. *Athayde: as multifaces de um artista barroco mineiro (Branco e Preto, Azul e Vermelho)*. Belo Horizonte: FaFiCH/UFMG, 1983. (dissertação de mestrado em filosofia)
- PIRENNE, Henri. *As cidades da Idade Média*. Lisboa: Europa América, 1977.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. (Col. Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro)
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil: ensaios*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Ed. USP, 1978.
- RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- RAMINELLI, Ronald. “História Urbana” in: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- RAMOS, Donald. “From Minho to Minas: The Portuguese Roots of the Mineiro Family”. *Hispanic American Historical Review*, 73 (4): 639-662, 1993.
- . “Vila Rica: profile os a colonial brazilian urban center”. *The Americas*, v.35, n.4, abr. 1979.
- . *A social History of Ouro Preto: stresses of dynamic urbanization in colonial Brazil, 1695-1726*. Michigan: University Microfilms, 1973. (Tese de Doutorado em História na Flórida University, em 1972)
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Algumas experiências urbanísticas do início da república: 1890-1920*. São Paulo: FAUUSP, 1994.
- . *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil: (1500/1720)*. São Paulo: Pioneira, Ed. da Univ. de São Paulo, 1968.

- . *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: FUPAM, EDUSP, Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- RESENDE, Maria Conceição. *A música na história de Minas colonial*. Belo Horizonte: Itatiaia; Brasília/DF, INL, 1989.
- RODARTE, Mario Marcos Sampaio. *O caso das Minas que não se esgotaram: a pertinácia do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais Oitocentista*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1999. (Dissertação de Mestrado em Economia).
- ROUANET, Sérgio Paulo. *As razões do Iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R.. “Centro e periferia no mundo luso-brasileiro, 1500-1808”, *Revista Brasileira de História*, São Paulo (vol.18 n.36): 187-250, 1998.
- SALLES, Fritz Teixeira, *Associações Religiosas no Ciclo do Ouro*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros - UFMG, 1963.
- SANTOS, Afonso C. M. dos. *No Rascunho da Nação: Inconfidência do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.
- SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1993.
- SANTOS, Paulo Ferreira. *Subsídios para o estudo da Arquitetura Religiosa em Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos, 1951. (Tese de Cátedra em Arquitetura no Brasil na Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil)
- . “Formação de cidades no Brasil Colonial” in: *Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*. Coimbra, 1968. (separata)
- . *O barroco e o jesuítico na arquitetura do Brasil*. Rio de Janeiro : Kosmos, 1951.
- . *Quatro séculos de arquitetura*. Barra do Pirai : Fundação Educacional Rosemar Pimentel, 1977.
- SCARANO, Julita. *Devoção e Escravidão: a Irmandade de nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura / Companhia Editora Nacional, 1975.
- SCHORSKE, Carl E. *Viena fin-de-siecle: política e cultura*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SCHWARTZ, Stuart B.. “Plantations and peripheries, c. 1580 - c. 1750” in: BETHELL, L. (ed.) *Colonial Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- SENNETT, Richard, *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*, trad. Lygia Araújo Watanabe, São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- . *Carne e Pedra. O corpo e a cidade na civilização ocidental*. Trad. Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- SÉRGIO, António. *Obras Completas / Breve Interpretação da História de Portugal*. 3.ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1974.
- SERRÃO, Victor. “A pintura de brutesco do século XVII em Portugal e suas repercussões no Brasil”, *Barroco*, Belo Horizonte (15): 113-135, 1990/92
- SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia de Letras, 1992.
- SILVA, Luís Octávio da. “História Urbana: breve histórico da constituição de uma área de conhecimento” in: *Anais eletrônicos do 6º Seminário de História da Cidade e do Urbanismo: Cinco séculos de Cidade no Brasil*. Natal: PPGAU/UFRN, 2000.
- SILVEIRA, Marco Antonio. *Fama Pública: poder e costume nas Minas setecentistas*. São Paulo: FFLCH/USP, 2000. (Tese de Doutorado em História)
- SIMMEL, Georg, “A metrópole e a vida mental” in: VELHO, Otávio Guilherme (org.), *O Fenômeno Urbano*, 2 ed., Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973.
- . *Simmel on Culture: selected writings*. FRISBY, David and FEATHERSTONE, Mike (eds.). London: SAGE Publications, 1997.
- SIMONSEN, Roberto L.. *História Econômica do Brasil (1500-1820)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- SLENES, Robert W.. “Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX”. *Estudos Econômicos*, São Paulo, 18(3), 449-495, 1988.
- . “Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX”. *Estudos Econômicos*, São Paulo, 18(3): 449-495, 1988.
- . Comments on “Slavery in a nonexport economy” (I). *Hispanic American Historical Review*, 63 (3), pp.569-581, August 1983.
- SMITH, Robert C.. *Congonhas do Campo*. Rio de Janeiro: Agir, 1973.

- . “Arquitetura Civil no Período Colonial” in: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, n.17, 1969, pp.27-125.
- SOJA, Edward. *Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria crítica*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.
- . *Post-Metropolis: critical studies of Cities and Regions*. Oxford: Blackwell Publishers, 2000.
- SOUZA, Washington Albino de. “As lições das vilas e cidades de Minas Gerais”. *IV Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte: UFMG, 1977.
- TEIXEIRA, Manuel C., “A História Urbana em Portugal: desenvolvimentos recentes” in: CARITA, Helder e ARAÚJO, Renata (coords.), *Universo Urbanístico Português 1415-1822 (Colectânea de Estudos)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 1998.
- THOMSON, Paul. *A voz do Passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- TRINDADE, Cônego Raimundo, *São Francisco de Assis de Ouro Preto (crônica narrada pelos documentos da ordem)*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 1951 (Publicações do SPHAN n.º 17).
- VALLADÃO, Alfredo. *Campanha da Princesa*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1937. 5 vols.
- VASCONCELLOS, Diogo de. *História Antiga de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1904.
- . *História média de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas, 1918.
- VASCONCELLOS, Salomão de, “Como nasceu Ouro Preto – sua formação cadastral desde 1712”, *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.º 12: 171-232, 1955.
- . Salomão de, “Como nasceu Sabará”, *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.º 9: 291-332, 1945
- . Salomão de. “Ofícios Mecânicos em Vila Rica durante o século XVIII”. *RPHAN*, Rio de Janeiro (4):331-360, 1940.
- . *Ataide, pintor mineiro do século XVIII*. Belo Horizonte: Livraria Editora Paulo Bluhm, 1941.
- . *Breviário Histórico e Turístico de Mariana*. Belo Horizonte, 1947.
- VASCONCELLOS, Sylvio de. “A Arquitetura Colonial Mineira” in: *Primeiro Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte: UMG, 1957. (I Seminário de Estudos Mineiros, Belo Horizonte, 3-12 abril de 1956)
- . “Formação Urbana do Arraial do Tejuco” in: *Arquitetura Civil II*. São Paulo: FAUUSP e MEC-IPHAN, 1975. (Reedição do original: *Revista do IPHAN*, Rio de Janeiro, (14): 121-34, 1959).
- . *Arquitetura no Brasil: pintura e outros temas*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 1959.
- . *Arquitetura no Brasil: pintura e outros temas*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 1959.
- . *Arquitetura Particular em Vila Rica*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais, 1951. (Tese de cátedra, Arquitetura no Brasil).
- . *Capela de Nossa Senhora do Ó*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 1964.
- . *Vida e obra de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Instituto Nacional do Livro, 1979.
- . *Vida e obra de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho*. apresentação de Otto Lara Resende. São Paulo: Companhia Editora Nacional / Brasília, INL, 1979.
- . *Vila Rica. Formação e desenvolvimento - Residências*. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- VENANCIO, Renato Pinto. “Comércio e fronteira em Minas Gerais colonial” in: FURTADO, Júnia Ferreira (org.). *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- VIEGAS, Aluizio José. “Música mineira do século XIX” in: *III Seminário sobre a cultura mineira - século XIX*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura, 1982.
- VIEGAS, Augusto. *Notícia de São João Del-Rei*. 2 ed. Belo Horizonte, 1953.
- VIEIRA FAZENDA, José, “Fundamentos da cidade do Rio de Janeiro”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Volume 80: 527-550, 1916.
- VILLALTA, Luiz Carlos. “O cenário urbano em minas Gerais setecentista: outeiros do sagrado e do profano” in: *Termo de Mariana: história e documentação*, Mariana, Imprensa Universitária da UFOP, 1998.
- . *1789-1808: o império luso-brasileiro e os brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. (Coleção Virando Séculos, n.º 5)
- VOUCHEZ, André. *Les Laïcs au Moyen Age. Pratiques et expériences religieuses*. Paris: CERF, 1987.
- WACHTER, Kenneth W., HAMMEL, Eugene A. & LASLETT, Peter. *Statistical studies of historical social structure*. New York: Academic Press, 1978.
- WEBER, Max, “Conceito e categorias de cidade” in: VELHO, Otávio Guilherme (org.), *O Fenômeno Urbano*, 2 ed., Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973.
- . *The City*, Glencoe (Illinois), The Free Press, 1958.
- XAVIER, Ângela B., HESPAÑA, Antônio Manuel, “As Redes Clientelares” in: MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, vol. 4 - *O Antigo Regime (1620-1807)*.

Apêndice Estatístico

Dados Gerais da Capitania / Província

TABELA 22: Distribuição da população do Brasil entre 1772-82

	População	%
Rio Negro	10.386	0,66
Pará	55.315	3,53
Maranhão	47.410	3,03
Piauí	26.410	1,69
Pernambuco	239.713	15,32
Paraíba	52.468	3,35
R. G. do Norte	23.812	1,52
Ceará	61.408	3,92
Bahia	288.848	18,46
Rio de Janeiro	215.678	13,78
Santa Catarina	10.000	0,64
R. G. de São Pedro	20.309	1,30
São Paulo	116.975	7,47
Minas Gerais	319.769	20,43
Goiás	55.514	3,55
Mato Grosso	20.966	1,34
Total	1.564.981	100,00

Fonte: valores ajustados por Dalril Alden apud Kenneth MAXWELL, *A Devassa...*, p. 299.

TABELA 23: Minas Gerais - população total estimada (1721-2)

Vila	População	%
Vila Rica (1721)	18.135	20,11
Vila do Carmo (1721)	22.210	24,63
Sabará (1721)	9.953	11,04
São João Del Rei (1721)	19.246	21,35
São José Del Rei (1722)	5.595	6,21
Pitangui (1722)	1.497	1,66
Vila do Príncipe	13.524	15,00
Total	90.160	100,00

Fontes: Tarcísio Rodrigues BOTELHO, "População e escravidão nas Minas Gerais, c. 17201", *Anais eletrônicos do 12º Encontro da Associação Brasileira de Estudos de População – ABEP*, Belo Horizonte, ABEP, 2000, p.14.¹

¹ Neste artigo de Tarcísio Botelho são apresentadas diversas hipóteses para compor uma estimativa da população mineira na segunda década do Dezoito. A tabela aqui apresentada foi composta a partir de uma média dessas hipóteses de estimativas; mais especificamente, uma média das estimativas com em que a população livre corresponde a 40% da população cativa e considerando-se a participação relativa do termo da Vila do Príncipe em 15% da população total.

TABELA 24: Minas Gerais - população entre c.1721 e 1776

Comarca	c.1721	%	1776	%	cresc. anual ²
Vila Rica	40.345	44,7	78.618	24,6	1,21
Rio das Mortes	24.841	27,6	82.781	25,9	2,19
Sabará	11.450	12,7	99.576	31,1	3,93
Serro Frio	13.524	15,0	58.794	18,4	2,67
Total	90.160	100,0	319.769	100,0	2,30

Fontes: Tarcísio Rodrigues BOTELHO, “População e escravidão...”, p.14 e *RAPM*, Ouro Preto (II, vol. 3), 1897, p. 511.

TABELA 25: Comarca de Ouro Preto

Termo	população					
	1808	%	c.1820	%	1835	%
Ouro Preto	22.222	30,74	20.126	28,07	11.206	13,28
Mariana	50.064	69,26	51.570	71,93	73.170	86,72
Total	72.286	100,00	71.696	100	84.376	100
crescimento anual						
	1808-1820		1820-1835		1808-1835	
Ouro Preto	-0,83		-3,90		-2,54	
Mariana	0,25		2,33		1,41	
Total	-0,07		1,09		0,57	

Fontes: Raimundo José da Cunha MATOS, *Corografia...*, vol.1, pp. 89-216 e Maria do Carmo Salazar MARTINS, “Revisitando a província...”, pp. 22-9; Laird W. BERGAD, *Slavery and the Demographic...*, pp.230-1.

TABELA 26: Comarca do Rio das Mortes

Termo	população					
	1808	%	c.1820	%	1835	%
São João del Rey	25.441	16,43	44.354	18,73	44.899	14,28
São José del Rey	21.488	13,87	17.170	7,25	36.608	11,64
Barbacena	16.237	10,48	29.155	12,31	36.361	11,56
Campanha	55.375*	35,76	49.246	20,79	64.543	20,52
Baependi			30.902	13,05	45.373	14,43
Jacuí			15.229	6,43	32.545	10,35
Tamanduá	16.030	10,35	28.029	11,84	29.441	9,36
Queluz	20.298	13,11	22.734	9,60	24.725	7,86
Total	154.869	100,00	236.819	100,00	314.495	100,00
crescimento anual						
	1808-1820		1820-1835		1808-1835	
São João del Rey	4,63		0,08		2,10	
São José del Rey	-1,87		5,05		1,97	
Barbacena	4,88		1,47		2,99	
Campanha	-		1,80		0,57	
Baependi			2,56			
Jacuí			5,06			
Tamanduá	4,66		0,33		2,25	
Queluz	0,94		0,56		0,73	
Total	3,54		1,89		2,62	

* inclui os totais relativos a Baependi e Jacuí

Fontes: Raimundo José da Cunha MATOS, *Corografia...*, vol.1, pp. 89-216 e Maria do Carmo Salazar MARTINS, “Revisitando a província...”, pp. 22-9; Laird W. BERGAD, *Slavery and the Demographic...*, pp.230-1.

² Para o cálculo da taxa de crescimento anual médio utilizou-se a seguinte relação: $P_t = P_o \cdot e^{rt}$, na qual “ P_t ” é a população no momento final, “ P_o ”, a população no momento inicial, “ r ”, a taxa de incremento anual e “ t ” o período de tempo em anos.

TABELA 27: Comarca do Rio das Mortes - Dados agregados para o termo de Campanha

Termo	população					
	1808	%	c.1820	%	1835	%
Campanha	55.375	35,76	95.377	40,27	142.461	45,30
Total da comarca	154.869	100,00	236.819	100,00	314.495	100,00
	crescimento anual					
	1808-1820		1820-1835		1808-1835	
Campanha		4,53		2,67		3,50
Total da comarca		3,54		1,89		2,62

Fontes: *Idem***TABELA 28: Minas Gerais - população entre 1776 e 1835**

Comarca	população									
	1776 [1]	%	1776 [2]	%	1808	%	c.1820	%	1835	%
Ouro Preto	78.618	24,59	78.618	23,00	72.286	16,69	71.796	13,02	84.376	12,14
Sabará*	99.576	31,14	99.576	29,13	135.920	31,39	142.840	25,91	189.785	27,32
Serro Frio	58.794	18,39	80.894	23,66	69.974	16,16	99.919	18,12	106.112	15,27
Rio das Mortes	82.781	25,89	82.781	24,21	154.869	35,76	236.819	42,95	314.495	45,27
Total	319.769	100,00	341.869	100,00	433.049	100,00	551.374	100,00	694.768	100,00
	crescimento anual									
	1776[1]-1808		1776[2]-1808		1808-1820		1820-1835		1776[1]-1835	1776[2]-1835
Ouro Preto	-0,26		-0,26		-0,06		1,08		0,12	0,12
Sabará*	0,97		0,97		0,41		1,89		1,09	1,09
Serro Frio	0,54		-0,45		2,97		0,40		1,00	0,46
Rio das Mortes	1,96		1,96		3,54		1,89		2,26	2,26
Total	0,95		0,74		2,01		1,56		1,32	1,21

*inclui valores referentes à comarca de Paracatu

Fontes: **RAPM**, Ouro Preto (II, vol. 3), 1897, p. 511.; Raimundo José da Cunha MATOS, *Corografia...*, vol.1, pp. 89-216 e Maria do Carmo Salazar MARTINS, "Revisitando a província...", pp. 22-9; Laird W. BERGAD, *Slavery and the Demographic...*, pp.230-7.**TABELA 29: Minas Gerais - dados específicos para Sabará e Paracatu**

Comarca	população				cresc. anual
	c.1820	%	1835	%	1820-1835
Sabará	119.620	21,7	146.595	21,1	1,36
Paracatu	23.220	4,21	43.190	6,22	4,14
Total da Província	551.274	100	694.768	100	1,54

Fontes: *Idem*.

TABELA 30: Minas Gerais - crescimento da população entre c.1721 e 1872

ano	total	crec. anual ³
c.1721	90.160	
1776 [1]	319.769	2,30
1776 [2]	341.869	2,42
1786	362.847	1,26
1808	433.049	0,80
c.1820	551.374	2,01
1835	669.603	1,30
1855	1.304.007	3,33
1872	2.041.607	2,64

Fontes: *RAPM*, Ouro Preto (II, vol. 3), 1897, p. 511; *RAPM*, Belo Horizonte (IV, vol.2), 1899, pp.294-6; Raimundo José da Cunha MATOS, *Corografia...*, vol.1, pp. 89-216 e Maria do Carmo Salazar MARTINS, “Revisitando a província...”, pp. 22-9; Tarcísio Rodrigues BOTELHO, “População e escravidão...”, pp.14-18; Laird W. BERGAD, *Slavery and the Demographic...*, pp.230-7.

TABELA 32: Província - distribuição regional da população estimada para 1830/35

	Região	Pop. estimada 1831/35	%
alto	Mineradora Central Oeste	169.074	25,0
	Intermediária de Pitangui-Tamanduá	83.949	12,4
	Diamantina	28.393	4,2
	Sudeste	27.716	4,1
médio	Mineradora Central Leste	33.619	5,0
	Médio Baixo Rio das Velhas	35.711	5,3
	Sul Central	88.278	13,0
	Sudoeste	27.716	4,1
	Mata	42.364	6,3
	Araxá	22.006	3,3
	Vale do Alto-Médio São Francisco	14.220	2,1
	Triângulo	10.287	1,5
baixo	Paracatu	10.152	1,5
	Sertão	8.726	1,3
	Minas Novas	56.242	8,3
	Sertão do Alto São Francisco	18.089	2,7
	Sertão do Rio Doce	267	0,0
	Extremo Noroeste	-	-
	Total	676.809	100,0

Fonte: Clotilde Andrade PAIVA, *População e Economia nas Minas Gerais do século XIX*, São Paulo, FFLCH/USP, 1996 (Tese de Doutorado em História Social) [“Apêndice Estatístico”]

³ Os dados de crescimento anual se referem à linha imediatamente superior, à exceção obviamente das duas estimativas para 1776, em que ambas fazem referência ao ano de 1721, e dos dados para o ano de 1786, em que o cálculo da taxa de crescimento anual é em referência à estimativa original de 1776, uma vez que as críticas feitas por Bergad às impropriedades no conjunto da população para 1776, provavelmente seriam válidas também para 1786, favorecendo assim uma comparação mais acurada do ritmo efetivo do crescimento populacional.

Pirâmides de População

TABELA 33: Ouro Preto - 1804

Livres

	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
0-4	317	51	302	49	619	100
5-9	341	48	363	52	704	100
10-14	332	53	297	47	629	100
15-19	207	43	270	57	477	100
20-24	174	36	313	64	487	100
25-29	173	36	307	64	480	100
30-34	202	40	300	60	502	100
35-39	153	46	182	54	335	100
40-44	173	40	259	60	432	100
45-49	107	49	112	51	219	100
50-54	135	42	188	58	323	100
55-59	72	48	78	52	150	100
60-64	113	45	139	55	252	100
65-69	36	40	55	60	91	100
70-...	120	45	149	55	269	100
Total	2655	44	3314	56	5969	100

Fonte: Iraci del Nero da COSTA, *Vila Rica...*, pp.246.

TABELA 34: Ouro Preto - 1838

Livres

	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
0-4	153	52	144	48	297	100
5-9	174	48	185	52	359	100
10-14	123	44	156	56	279	100
15-19	120	49	124	51	244	100
20-24	94	36	165	64	259	100
25-29	83	44	106	56	189	100
30-34	95	41	134	59	229	100
35-39	71	36	124	64	195	100
40-44	71	40	105	60	176	100
45-49	43	42	59	58	102	100
50-54	68	41	96	59	164	100
55-59	29	40	43	60	72	100
60-64	42	36	76	64	118	100
65-69	15	45	18	55	33	100
70-...	40	39	63	61	103	100
Total	1221	43	1598	57	2819	100

Fontes: Listas nominativas de 1831-2 e 1838-40 (APM, Mapas de População e Seção Provincial, diversos documentos) / Banco de Dados do Núcleo de História Econômica e Demográfica do CEDEPLAR/UFMG.

TABELA 35: São João del Rey - 1840**Livres**

	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
0-4	90	58	66	42	156	100
5-9	103	49	107	51	210	100
10-14	104	51	98	49	202	100
15-19	68	44	88	56	156	100
20-24	60	48	65	52	125	100
25-29	45	40	67	60	112	100
30-34	31	36	56	64	87	100
35-39	43	51	41	49	84	100
40-44	33	35	62	65	95	100
45-49	31	48	33	52	64	100
50-54	42	49	44	51	86	100
55-59	23	68	11	32	34	100
60-64	18	42	25	58	43	100
65-69	10	38	16	62	26	100
70-...	19	40	28	60	47	100
Total	720	47	807	53	1527	100

Fontes: Listas nominativas de 1831-2 e 1838-40 (APM, Mapas de População e Seção Provincial, diversos documentos) / Banco de Dados do Núcleo de História Econômica e Demográfica do CEDEPLAR/UFGM.

TABELA 36: São João Nepomuceno - 1831**Livres**

	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
0-4	64	43	85	57	149	100
5-9	60	44	75	56	135	100
10-14	42	44	53	56	95	100
15-19	25	37	43	63	68	100
20-24	35	46	41	54	76	100
25-29	35	64	20	36	55	100
30-34	25	48	27	52	52	100
35-39	20	53	18	47	38	100
40-44	19	53	17	47	36	100
45-49	17	59	12	41	29	100
50-54	11	50	11	50	22	100
55-59	9	38	15	63	24	100
60-64	8	50	8	50	16	100
65-69	1	33	2	67	3	100
70-...	6	50	6	50	12	100
Total	377	47	433	53	810	100

Fontes: Listas nominativas de 1831-2 e 1838-40 (APM, Mapas de População e Seção Provincial, diversos documentos) / Banco de Dados do Núcleo de História Econômica e Demográfica do CEDEPLAR/UFGM.

TABELA 37: Jacuí 1831**Livres**

	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
0-4	170	48	184	52	354	100
5-9	204	49	211	51	415	100
10-14	174	50	174	50	348	100
15-19	120	46	142	54	262	100
20-24	125	47	142	53	267	100
25-29	116	55	95	45	211	100
30-34	78	41	112	59	190	100
35-39	39	54	33	46	72	100
40-44	71	52	66	48	137	100
45-49	49	58	35	42	84	100
50-54	56	50	55	50	111	100
55-59	25	64	14	36	39	100
60-64	28	52	26	48	54	100
65-69	7	58	5	42	12	100
70-...	20	61	13	39	33	100
Total	1282	50	1307	50	2589	100

Fontes: Listas nominativas de 1831-2 e 1838-40 (APM, Mapas de População e Seção Provincial, diversos documentos) / Banco de Dados do Núcleo de História Econômica e Demográfica do CEDEPLAR/UFG.

TABELA 38: Nossa Senhora dos Remédios 1804**Livres**

	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
0-4	52	49	54	51	106	100
5-9	53	50	54	50	107	100
10-14	51	57	39	43	90	100
15-19	30	41	43	59	73	100
20-24	27	44	35	56	62	100
25-29	19	40	28	60	47	100
30-34	16	44	20	56	36	100
35-39	19	41	27	59	46	100
40-44	20	50	20	50	40	100
45-49	14	52	13	48	27	100
50-54	19	53	17	47	36	100
55-59	10	77	3	23	13	100
60-64	10	56	8	44	18	100
65-69	3	100	0	0	3	100
70-...	12	80	3	20	15	100
Total	355	49	364	51	719	100

Fonte: Iraci del Nero da COSTA, *Minas Gerais...*, p.132.

TABELA 39: Nossa Senhora dos Remédios 1831**Livres** (34 livres + 792 sem informação = 826)

	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
0-4	7	47	8	53	15	100
5-9	77	53	69	47	146	100
10-14	56	57	43	43	99	100
15-19	22	39	34	61	56	100
20-24	29	35	54	65	83	100
25-29	16	33	32	67	48	100
30-34	40	49	42	51	82	100
35-39	24	60	16	40	40	100
40-44	48	55	40	45	88	100
45-49	17	59	12	41	29	100
50-54	33	62	20	38	53	100
55-59	5	42	7	58	12	100
60-64	15	33	30	67	45	100
65-69	0	0	9	100	9	100
70-...	14	67	7	33	21	100
Total	403	49	423	51	826	100

Fontes: Listas nominativas de 1831-2 e 1838-40 (APM, Mapas de População e Seção Provincial, diversos documentos) / Banco de Dados do Núcleo de História Econômica e Demográfica do CEDEPLAR/UFGM.

TABELA 40: Forquim 1804**Livres**

	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
0-4	73	56	58	44	131	100
5-9	78	55	65	45	143	100
10-14	74	59	51	41	125	100
15-19	51	50	50	50	101	100
20-24	51	46	59	54	110	100
25-29	26	29	64	71	90	100
30-34	32	42	45	58	77	100
35-39	30	45	36	55	66	100
40-44	35	45	43	55	78	100
45-49	25	37	43	63	68	100
50-54	23	34	45	66	68	100
55-59	18	43	24	57	42	100
60-64	30	49	31	51	61	100
65-69	13	76	4	24	17	100
70-...	36	56	28	44	64	100
Total	595	48	646	52	1241	100

Fonte: Iraci del Nero da COSTA, *Minas Gerais...*, p.123.

TABELA 41: Forquim 1831**Livres** (1 livre + 942 sem informação = 943)

	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
0-4	39	48	43	52	82	100
5-9	65	55	53	45	118	100
10-14	41	51	40	49	81	100
15-19	47	48	50	52	97	100
20-24	35	39	54	61	89	100
25-29	28	41	41	59	69	100
30-34	28	42	38	58	66	100
35-39	16	43	21	57	37	100
40-44	32	41	46	59	78	100
45-49	23	53	20	47	43	100
50-54	27	39	42	61	69	100
55-59	12	39	19	61	31	100
60-64	14	37	24	63	38	100
65-69	6	40	9	60	15	100
70-...	8	27	22	73	30	100
Total	421	45	522	55	943	100

Fontes: Listas nominativas de 1831-2 e 1838-40 (APM, Mapas de População e Seção Provincial, diversos documentos) / Banco de Dados do Núcleo de História Econômica e Demográfica do CEDEPLAR/UFGM.

TABELA 42: Brumado - 1831**Livres**

	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
0-4	41	46	48	54	89	100
5-9	50	51	48	49	98	100
10-14	45	59	31	41	76	100
15-19	25	51	24	49	49	100
20-24	26	48	28	52	54	100
25-29	34	61	22	39	56	100
30-34	33	58	24	42	57	100
35-39	9	47	10	53	19	100
40-44	18	46	21	54	39	100
45-49	9	35	17	65	26	100
50-54	17	55	14	45	31	100
55-59	13	65	7	35	20	100
60-64	11	44	14	56	25	100
65-69	5	56	4	44	9	100
70-...	12	48	13	52	25	100
Total	348	52	325	48	673	100

Fontes: Listas nominativas de 1831-2 e 1838-40 (APM, Mapas de População e Seção Provincial, diversos documentos) / Banco de Dados do Núcleo de História Econômica e Demográfica do CEDEPLAR/UFGM.

TABELA 43: Cabo Verde - 1831**Livres**

	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
0-4	195	54	169	46	364	100
5-9	206	51	200	49	406	100
10-14	187	53	163	47	350	100
15-19	95	42	133	58	228	100
20-24	136	48	147	52	283	100
25-29	105	55	85	45	190	100
30-34	93	48	101	52	194	100
35-39	58	55	48	45	106	100
40-44	81	56	64	44	145	100
45-49	27	42	37	58	64	100
50-54	67	59	47	41	114	100
55-59	26	59	18	41	44	100
60-64	45	68	21	32	66	100
65-69	13	76	4	24	17	100
70-...	14	52	13	48	27	100
Total	1348	52	1250	48	2598	100

Fontes: Listas nominativas de 1831-2 e 1838-40 (APM, Mapas de População e Seção Provincial, diversos documentos) / Banco de Dados do Núcleo de História Econômica e Demográfica do CEDEPLAR/UFGM.

TABELA 44: Espírito Santo dos Cumquibus - 1831**Livres**

	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
0-4	111	47	127	53	238	100
5-9	121	51	118	49	239	100
10-14	103	54	86	46	189	100
15-19	72	54	61	46	133	100
20-24	74	51	71	49	145	100
25-29	51	59	36	41	87	100
30-34	42	47	48	53	90	100
35-39	35	49	37	51	72	100
40-44	56	58	41	42	97	100
45-49	19	70	8	30	27	100
50-54	25	53	22	47	47	100
55-59	15	71	6	29	21	100
60-64	13	50	13	50	26	100
65-69	7	70	3	30	10	100
70-...	5	50	5	50	10	100
Total	749	52	682	48	1431	100

Fontes: Listas nominativas de 1831-2 e 1838-40 (APM, Mapas de População e Seção Provincial, diversos documentos) / Banco de Dados do Núcleo de História Econômica e Demográfica do CEDEPLAR/UFGM.

TABELA 45: Região Intermediária de Pitangui-Tamanduá - 1831/32**Livres**

	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
0-4	2.446	52	2.299	48	4.745	100
5-9	2.593	50	2.586	50	5.179	100
10-14	2.240	52	2.092	48	4.332	100
15-19	1.449	45	1.776	55	3.225	100
20-24	1.339	43	1.789	57	3.128	100
25-29	1.108	46	1.324	54	2.432	100
30-34	1.135	46	1.350	54	2.485	100
35-39	738	47	844	53	1.582	100
40-44	972	48	1.055	52	2.027	100
45-49	595	50	589	50	1.184	100
50-54	743	49	787	51	1.530	100
55-59	398	55	320	45	718	100
60-64	478	50	477	50	955	100
65-69	176	55	145	45	321	100
70-...	380	52	350	48	730	100
Total	16.790	49	17.783	51	34.573	100

Fontes: Listas nominativas de 1831-2 e 1838-40 (APM, Mapas de População e Seção Provincial, diversos documentos) / Banco de Dados do Núcleo de História Econômica e Demográfica do CEDEPLAR/UFMG.

livres	34.573
escravos	19.947
total	54.520

TABELA 46: Região Mineradora Central Oeste - 1831/32**Livres**

	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
0-4	4.164	50	4.091	50	8.255	100
5-9	5.237	52	4.770	48	10.007	100
10-14	4.641	52	4.367	48	9.008	100
15-19	3.126	46	3.698	54	6.824	100
20-24	3.075	43	4.031	57	7.106	100
25-29	2.379	43	3.145	57	5.524	100
30-34	2.451	43	3.301	57	5.752	100
35-39	1.724	43	2.263	57	3.987	100
40-44	2.234	44	2.839	56	5.073	100
45-49	1.401	46	1.622	54	3.023	100
50-54	1.805	45	2.192	55	3.997	100
55-59	1.006	49	1.039	51	2.045	100
60-64	1.293	45	1.594	55	2.887	100
65-69	548	48	598	52	1.146	100
70-...	1.108	46	1.324	54	2.432	100
Total	36.192	47	40.874	53	77.066	100

Fontes: Listas nominativas de 1831-2 e 1838-40 (APM, Mapas de População e Seção Provincial, diversos documentos) / Banco de Dados do Núcleo de História Econômica e Demográfica do CEDEPLAR/UFMG.

livres	77.066
escravos	40.015
total	117.081

TABELA 47: Região Sul-Central - 1831/32**Livres**

	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
0-4	2.560	51	2.496	49	5.056	100
5-9	2.912	53	2.582	47	5.494	100
10-14	2.264	51	2.164	49	4.428	100
15-19	1.289	43	1.689	57	2.978	100
20-24	1.352	45	1.641	55	2.993	100
25-29	1.081	50	1.087	50	2.168	100
30-34	1.079	47	1.237	53	2.316	100
35-39	699	53	628	47	1.327	100
40-44	989	52	903	48	1.892	100
45-49	464	55	375	45	839	100
50-54	638	53	563	47	1.201	100
55-59	260	59	180	41	440	100
60-64	418	54	352	46	770	100
65-69	123	65	66	35	189	100
70-...	271	58	200	42	471	100
Total	16.399	50	16.163	50	32.562	100

Fontes: Listas nominativas de 1831-2 e 1838-40 (APM, Mapas de População e Seção Provincial, diversos documentos) / Banco de Dados do Núcleo de História Econômica e Demográfica do CEDEPLAR/UFMG.

livres	32.562
escravos	14.589
total	47.151

TABELA 48: Região Sudoeste - 1831/32**Livres**

	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
0-4	1.114	51	1.088	49	2.202	100
5-9	1.353	50	1.365	50	2.718	100
10-14	1.114	52	1.015	48	2.129	100
15-19	684	47	763	53	1.447	100
20-24	685	45	849	55	1.534	100
25-29	569	50	563	50	1.132	100
30-34	522	47	590	53	1.112	100
35-39	283	51	269	49	552	100
40-44	453	54	390	46	843	100
45-49	258	58	190	42	448	100
50-54	307	55	253	45	560	100
55-59	151	62	92	38	243	100
60-64	168	56	130	44	298	100
65-69	54	66	28	34	82	100
70-...	94	57	71	43	165	100
Total	7.809	50	7.656	50	15.465	100

Fontes: Listas nominativas de 1831-2 e 1838-40 (APM, Mapas de População e Seção Provincial, diversos documentos) / Banco de Dados do Núcleo de História Econômica e Demográfica do CEDEPLAR/UFMG.

livres	15.465
escravos	5.118
total	20.583

45 casos de não informação

TABELA 49: Região Sudeste - 1831/32**Livres**

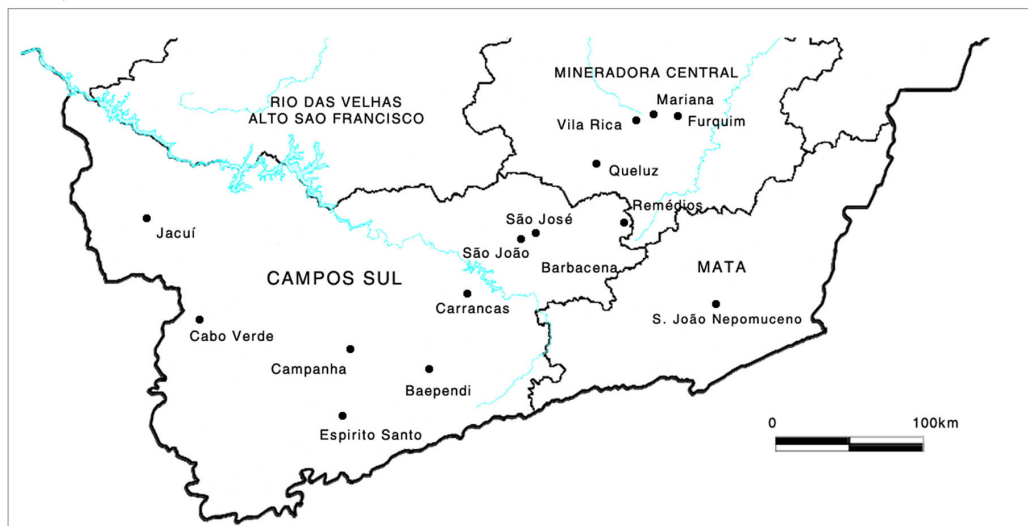
	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
0-4	1.598	50	1.625	50	3.223	100
5-9	1.847	52	1.722	48	3.569	100
10-14	1.588	53	1.427	47	3.015	100
15-19	995	47	1.137	53	2.132	100
20-24	998	46	1.177	54	2.175	100
25-29	710	45	854	55	1.564	100
30-34	728	44	943	56	1.671	100
35-39	528	49	557	51	1.085	100
40-44	692	46	799	54	1.491	100
45-49	347	48	374	52	721	100
50-54	508	49	522	51	1.030	100
55-59	263	57	196	43	459	100
60-64	335	51	322	49	657	100
65-69	127	61	80	39	207	100
70-...	272	50	277	50	549	100
Total	11.536	49	12.012	51	23.548	100

Fontes: Listas nominativas de 1831-2 e 1838-40 (APM, Mapas de População e Seção Provincial, diversos documentos) / Banco de Dados do Núcleo de História Econômica e Demográfica do CEDEPLAR/UFMG.

livres	23.548
escravos	14.599
total	38.147

MAPA 5

Minas Gerais - eixo centro-sul do território
(núcleos selecionados do apêndice estatístico)



Anexos

Anexo - A

Extrato do registro de fatos notáveis, redigido em 1790, pelo Capitão Joaquim José da Silva, 2º vereador do senado da câmara de Mariana¹

“A matriz de Ouro Preto, arrematada por João Francisco de Oliveira, pelos anos de 1720, passa por um dos edifícios mais belos, regulares e antigos da comarca. Este templo, talvez desenhado pelo sargento-mor engenheiro Pedro Gomes, foi construído e adornado interiormente por Antônio Francisco Pombal com grandes colunas da ordem coríntia que se elevam por nobre pedestais a receber a cimalha real com seus capitéis e ressaltos ao gênio de Seamozi. Com a maior grandeza e soberba arquitetura traçou Manuel Francisco Lisboa, irmão daquele Pombal, de 1727 por diante, a igreja matriz da Conceição da mesma vila, com 12 ou 13 altares e arcos majestosos, debaixo dos preceitos de Vignola. Nem é inferior à catedral matriz de Ribeirão do Carmo, arrematada em 1734 por Antônio Coelho da Fonseca, cujo prospecto e fachada correspondem à galeria, torres e mais decorações de arte. Quem entra pelo seu pórtico e observa a distribuição dos corredores e naves, arcos de ordem compósita, janela, óculos e barretes da capela-mor, que descansam sobre quatro quartões ornados de talha, capitéis e cimalha lavrada, não pode desconhecer a beleza e exação de um desenho tão bem pensado. Tais são os primeiros modelos em que a arte excedeu a matéria.

Pelos anos de 1715 ou 1719 foi proibido o uso do cinzel para não se delapidarem os quintos de Sua Majestade, e por ordem régia de 20 de agosto de 1738 se empregou o escopo de Alexandre Alves Moreira e seu sócio na cantaria do palácio do governo, alinhado toscamente pelo engenheiro José Fernandes Pinto Alpoim, com baluartes, guaritas, calabouço, saguão e outras prevenções militares. Nesta casa forte, e hospital de misericórdia, ideada por Manuel Francisco Lisboa com ar jônico, continuou este grande mestre as suas lições práticas de arquitetura que interessaram a muita gente. Quanto, porém, excedeu a todos no desenho o mais doce e mimoso, João Gomes Batista, abridor da fundição, que se educou na corte com o nosso imortal Vieira, tanto promoveu a cantaria José Ferreira dos Santos na igreja do Rosário dos pretos de Mariana, por ele iscada; e nas igrejas de São Pedro dos Clérigos e Rosário de Ouro Preto, delineadas por Antônio de Souza Calheiros, ao gosto da rotunda de Roma. Com este José Pereira Arouca, continuador do seu desenho e obra da Ordem Terceira desta cidade, cuja esbelta cadeia se deve a sua direção, e Francisco de Lima, hábil artista de outra igreja franciscana do Rio das Mortes. O aumento da arte se afigura de sorte que a Matriz de Caeté, feita por Antônio Gonçalves Barcarena, debaixo do risco do sobredito Lisboa, cede nas decorações e medidas à Matriz

¹ A parte aqui transcrita desse registro de fatos notáveis da capitania foi conservada por Rodrigo José Ferreira Bretas na pequena biografia que escreve de Antônio Francisco Lisboa em 1858. O manuscrito original encontra-se no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no Rio de Janeiro (“Traços Biográficos do finado Antônio Francisco Lisboa pelo Dr. Rodrigo José Ferreira Bretas” (1858). **IHGB**. Lata 115, Doc. 2). A versão impressa aparece originalmente no *Correio Oficial de Minas*, ainda em 1858, sendo reproduzida com o passar dos anos em publicações diversas. Cite-se: *RAPM*, Ouro Preto (1), 1896, pp.163-74 e Sylvio de VASCONCELLOS, *Vida e obra de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho*, apresentação de Otto Lara Resende, São Paulo, Companhia Editora Nacional / Brasília, INL, 1979, pp.144-56.

de Morro Grande, delineada por seu filho, Antônio Francisco Lisboa, quanto este homem se excede mesmo no desenho da indicada igreja do Rio das Mortes em que se reúnem as maiores esperanças.

Este templo, e a suntuosa cadeia de Vila Rica, começada por um novo Manuel Francisco em 1785, com igual segurança e majestade, me levariam mais longe se os grandes estudos e modelos de escultura feitos pelo filho e discípulo do antigo Manuel Francisco Lisboa e João Gomes Batista na prevenissem a minha pena.

Com efeito, Antônio Francisco, o novo Praxíteles, é quem honra igualmente a arquitetura e escultura. O gosto gótico de alguns retábulos transferidos dos primeiros alpendres e nichos da piedade já tinha sido emendado pelo escultor José Coelho de Noronha e estatuário Francisco Xavier e Felipe Vieira, nas matrizes desta cidade e Vila Rica.

Os arrogantes altares da catedral, cujas quartelas, colunas, atlantes, festões e tarjas respiram o gosto de Frederico; a distribuição e talha do coro de Ouro Preto, relevada em partes, as pilastras e ornamentos da capela-mor, tudo confirma o melhor gosto do século passado.

Jerônimo Félix e Felipe Vieira, êmulos de Noronha e Xavier, excederam, na exação do retábulo principal da Matriz de Antônio Dias na mesma vila, o confuso desenho do doutor Antônio de Souza Calheiros; Francisco Vieira Servas e Manuel Gomes, louvados da obra, pouco diferem de Luís Pinheiro e Antônio Martins, que hão feito as talhas e imagens dos novos templos.

Superior a tudo e singular nas esculturas de pedra em todo o vulto ou meio relevado, e no debuxo e ornatos irregulares do melhor gosto francês é o sobredito Antônio Francisco. Em qualquer peça sua que serve de realce aos edifícios mais elegantes, admira-se a invenção, o equilíbrio natural ou composto, a justeza das dimensões, a energia dos usos e costumes, e a escolha e disposição dos acessórios com os grupos verossímeis que inspira a bela natureza.

Tanta preciosidade se acha depositada em um corpo enfermo que precisa ser conduzido a qualquer parte e atarem-se-lhe os ferros para poder obrar”

Anexo - B

Extrato do inventário de Lourenço José Fernandes Brasiel²

Músicas e Instrumentos

Matinas de endoenças por Antônio dos Santos	30\$000
Estaba de Mata (Stabt Mater ?) de Haet	6\$000
Te Deum grande por Antônio Pinto	12\$800
Outro dito de Francisco Manuel	8\$400
Salmo pelo Pe. José Maurício	1\$000
Matinas do Espírito Santo por Francisco Manuel	2\$000
Outra dita de Sábado de Aleluia por José Joaquim Emerico	\$900
Motetos da Senhora das Dores por Manuel Dias	\$800
Outros ditos dos Passos com todo o instrumentado	3\$000
Outros ditos a oito vozes	1\$000
Uma novena de Nossa Senhora por Antônio dos Santos	4\$800
Matinas da Conceição por Manuel Dias	6\$000
Um salmo de Roma	\$640
Matinas da noite do Natal	4\$000
Ditas de São Francisco (matinas)	2\$000
Ofício de violetas por José Joaquim Emerico	7\$200
Matinas de Nossa Senhora a dois coros por Manuel Dias	4\$800
Responsório para encomendação da ordem por Manuel Dias	\$800
Nove ladainhas por vários autores	9\$000
Missa com grande orquestra por Antônio dos Santos	9\$600
Outra dita pelo mesmo	8\$000
Outra dita a dois coros por Manuel Dias	4\$000
Uma dita pelo Pe. José Maurício	3\$600
Uma dita de Balde	12\$000

² MR, Inv., cx. 128, 1833, Lourenço José Fernandes Brasiel.

Outra dita grande pelo Pe. José Maurício	8\$000
Outra dita de capela por Dauzim	1\$200
Outra pequena de Marcos	3\$000
Outra dita por Pedro Teixeira copiada pelo falecido	8\$000
Tantum Ergo por Francisco Manuel	\$800
Um credo de Maciote	5\$000
Uma missa pelo Pe. José Maurício	(—)
Um credo de Antônio dos Santos	5\$000
Outro dito de Pedro Teixeira	6\$000
Benção das cinzas a dois coros	\$900
Onze graduais de vários autores a duzentos e quarenta réis cada um	2\$640
Um terno de quartetos de Pleia	4\$800
Um salmo do Pe. José Maurício	1\$000
Um credo de Marcos	3\$000
Sete overturas de vários autores a dois mil réis cada uma	14\$000
24 sinfonias de vários autores a 1\$000 cada uma	24\$000
Uma ópera de Chiquinha	8\$000
Uma dita de Ciganinha	8\$000
Amor Saboio	8\$000
Um rabecão grande usado	20\$000
Um dito pequeno usado	18\$000
Outro dito quebrado	3\$000
Clarineta	20\$000
Um jogo de trompas velho	20\$000
Uma dita avaliada em	14\$000
Um rabecão que recebeu o Pe. Brás quando foi para São Paulo	10\$000
Um cravo todo quebrado	10\$000
Uma violeta	3\$600
Dois clarins	14\$000
Flauta quebrada	\$480
Flautim	1\$500
Seis quartetos de Pleia	6\$000
Quintetos de Bocarim	6\$000
Quatro graduais a duzentos e quarenta réis cada um	\$960

Uma sinfonia de Gerovite	1\$200
Uma missa de Francisco Manuel	2\$400
Quatro papéis seu autor Joaquim Bonifácio	2\$400
Matinas do mesmo autor	1\$200

Anexo - C

Exemplos de róis de músicos para contratações das festas do senado da câmara em Vila Rica³

Rol de músicos que oferece o quartel-mestre Domingos José Fernandes para as festividades anuais deste nobre senado

Alto	Francisco Gomes da Rocha
Tenor	Gabriel de Castro
Baixo	Florêncio José Ferreira
Rebecas	Francisco Gonçalves
	Domingos José Fernandes
	Antônio Aleixo
	Carlos Teixeira
	Manuel Pereira
Rebecão	Caetano Rodrigues
Boés	Antônio Gonçalves
	Lisandro José
Trompas	Marcos Coelho - Pai ou Freire
	Marcos Coelho - filho

³ ACL, Ms., Pasta 19.

Rol de músicos para as festividades anuais deste nobre senado

Tiple	Tristão da Silva
Alto	Alexandre José
Tenor	Gabriel de Castro
Baixo	Florêncio José
Rebecas	Domingos José Fernandes
	João Batista Ferreira
	Antônio Freire dos Santos, filho
	Lisandro José Fernandes
Rebecões	Caetano Rodrigues
	Antônio Aleixo
Clarinetas	Joaquim do Amaral
	Lisandro de Freitas
Trompas	Marcos Coelho
	Marcos Coelho, filho

Lista dos músicos que oferece o Ajudante Miguel Dionísio Valle aos senhores do senado este presente ano [1793] para as funções anuais da Câmara

Vozes

Baixo	o Capitão Francisco João Tavares
Tenor	Francisco Romão de S. Rosa
Contralto	o Ajudante Miguel Dionísio Valle
Tiple	João Rodrigues Duro

Rebecas

O Alferes Francisco Gonçalves Leite
 Antônio Ferreira Carmo
 Serafim Correia Fortuna
 Antônio Aleixo Belo

Rebecão

João Nunes Maurício

Trompas

Caetano Pereira da Rocha
 Damaso Dionísio Valamiel

Flauta

Ponciano José Lopes

Anexo - D

Caderno de Imagens

Figuras 11 e 12

- Vista de Vila Rica (Antônio Dias), c.1820 - Arnaud Pallière (Museu da Inconfidência - Ouro Preto)
- Vista de Vila Rica (Antônio Dias), c.1820 - Arnaud Pallière (Col. Particular - Rio de Janeiro)
 Fonte: Nelson AGUILAR (curador geral), *O olhar distante / The distant view*, catálogo da Mostra do Redescobrimento - 2000 (Parque Ibirapuera, SP), São Paulo, Associação Brasil 500 Anos / Artes Visuais, 2000.

Figuras 13 e 14

- Vista de Vila Rica (Ouro Preto), 1820 - Johann Emanuel Pohl / Thomas Ender
- Vista de Vila Rica (Antônio Dias), 1820 - Johann Emanuel Pohl / Thomas Ender
 Fonte: Robert WAGNER, Júlio BANDEIRA, *Viagem ao Brasil nas aquarelas de Thomas Ender, 1817-1818*, Petrópolis, Kapa Editorial, 2000, Tomo 3.

Figura 15

- Vista de Vila Rica (Cabeças e Ouro Preto), 1824 - Johann Moritz Rugendas
 Fonte: Ana Maria de Moraes BELLUZZO, *O Brasil dos viajantes*, São Paulo, Metalivros; Salvador, Fundação Emilio Odebrecht, 1994, vol.2.

Figura 16

- Vista de São João del Rey, 1824 - Johann Moritz Rugendas
 Fonte: *Revista Oceanos*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, número 41 ("A Construção do Brasil Urbano"), jan.-mar., 2000

Figura 17

- Vista de Vila Rica (Cabeças e Ouro Preto), 1824 - Johann Moritz Rugendas
 Fonte: Johann Moritz RUGENDAS, *Viagem pitoresca através do Brasil*, trad. Sérgio Milliet, 4.ed., São Paulo, Martins, 1949.

Figura 18

- Vista de Vila Rica (Lages), 1818 - Carl Friedrich Philipp von Martius
 Fonte: Ana Maria de Moraes BELLUZZO, *O Brasil dos viajantes*, São Paulo, Metalivros; Salvador, Fundação Emilio Odebrecht, 1994, vol.2.

Figuras 19 e 20

- Vista de Vila Rica (Ouro Preto), 1828 - Robert Walsh
- Vista de São João del Rey, 1828 - Robert Walsh
 Fonte: Robert WALSH, *Notícias do Brasil*, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1985, vol. 2.



FIGURA 11: Vista de Vila Rica (Antônio Dias), c.1820 - Arnaud Pallière (Museu da Inconfidência - Ouro Preto)



FIGURA 12: Vista de Vila Rica (Antônio Dias), c.1820 - Arnaud Pallière (Col. Particular - Rio de Janeiro)



FIGURA 13: Vista de Vila Rica (Ouro Preto), 1820 - Johann Emanuel Pohl / Thomas Ender



FIGURA 14: Vista de Vila Rica (Antônio Dias), 1820 - Johann Emanuel Pohl / Thomas Ender



FIGURA 15: Vista de Vila Rica (Cabeças e Ouro Preto), 1824 - Johann Moritz Rugendas

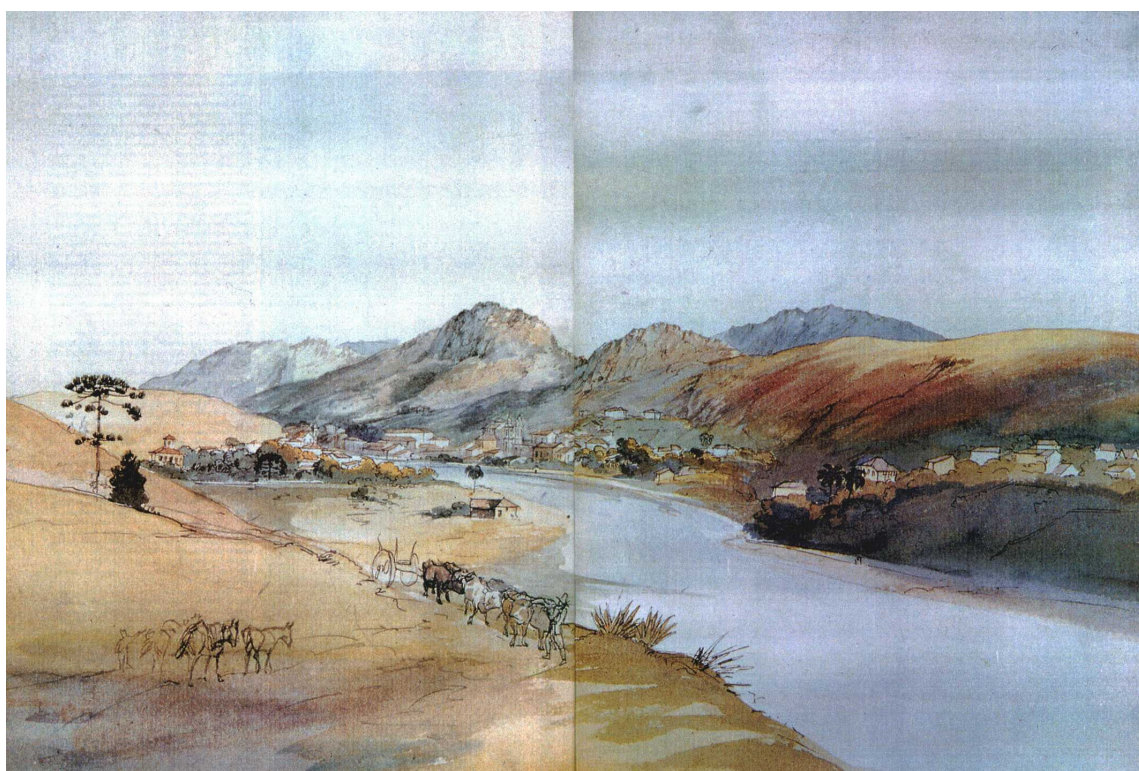


FIGURA 16: Vista de São João del Rey, 1824 - Johann Moritz Rugendas



FIGURA 17: Vista de Vila Rica (Cabeças e Ouro Preto), 1824 - Johann Moritz Rugendas



FIGURA 18: Vista de Vila Rica (Lages), 1818 - Carl Friedrich Philipp von Martius

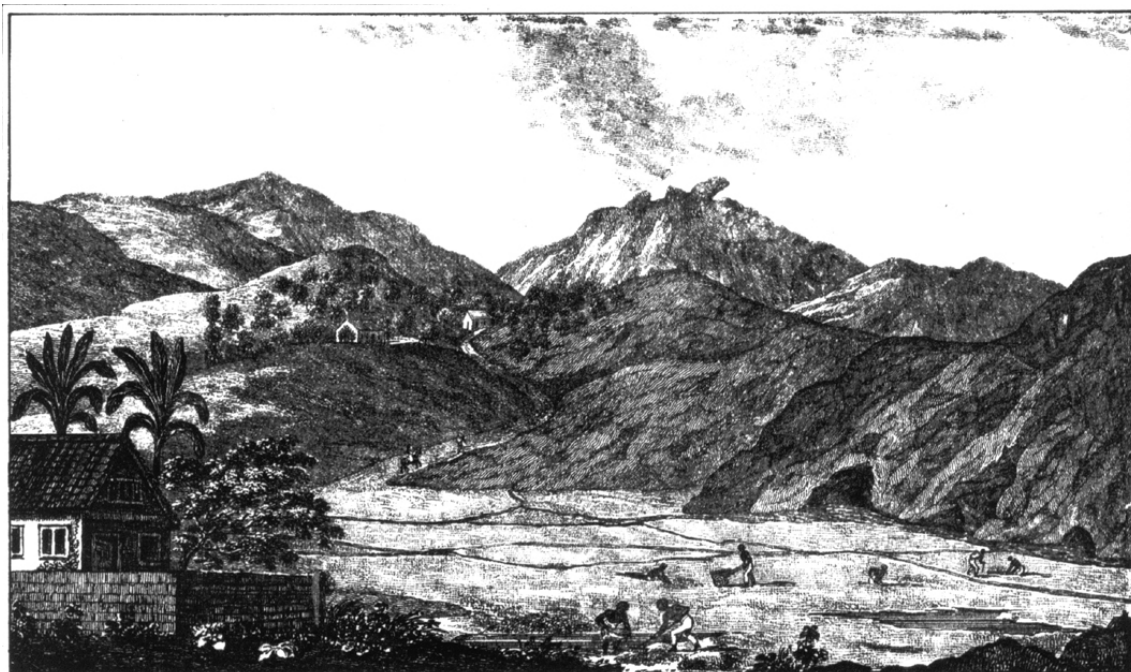


FIGURA 19: Vista de Vila Rica (Ouro Preto), 1828 - Robert Walsh

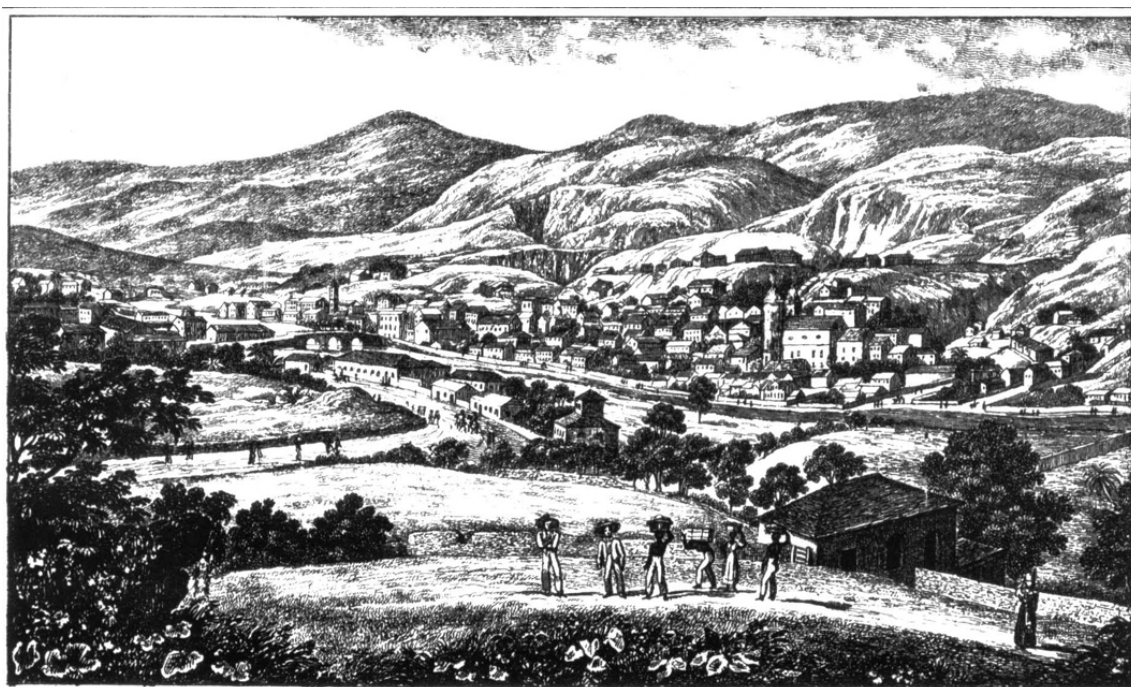


FIGURA 20: Vista de São João del Rey, 1828 - Robert Walsh